

A ARQUITECTURA DOMÉSTICA DE CONIMBRIGA
E AS ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS
DA CIDADE ROMANA

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

COIMBRA

2013

Título: A Arquitectura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana

Autor: Virgílio Hipólito Correia

Anexos de *Conimbriga* nº 5

Co-editores: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
Colégio de São Jerónimo, Praça de D. Dinis, 3000-143 COIMBRA
Direcção-Geral do Património Cultural
Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 LISBOA
Liga de Amigos de Conimbriga
Museu Monográfico de Conimbriga, Condeixa-a-Velha, 3150-220 CONDEIXA

Edição: Coimbra, 2013

ISBN 978-989-95954-4-6 (CEAUCP)

ISBN 978-989-8052-50-6 (DGPC)

ISBN 978-972-8659-40-0 (LAC)

Impressão e acabamento: Simões & Linhares Ldª, Av. Fernando Namora 83 L. 4, 3030-185 COIMBRA

Depósito legal: 366169/13

Capa: Insula do Aqueduto de Conimbriga

Foto de Luís Pavão©Museu Monográfico de Conimbriga/DGPC

Foto do autor: Humberto Rendeiro

MARTÆ
PIA VXOR
AMICA OPTIMA
D.

Apresentação

Apesar de conhecermos bem a cidade romana de Conimbriga, esta obra de Virgílio Hipólito Correia surpreendeu-nos, pois não tínhamos ideia de que havia já 27 edifícios domésticos conhecidos. É certo que, na sua maioria, estão apenas parcialmente escavados — e, neste caso, os muros visíveis são *disjecta membra* que não permitem a reconstituição de plantas nem sequer a identificação da sua tipologia formal ou funcional: *domus*, casas de pátio, *insulae*, *scholae*?

Por este último nome, o autor designa sedes de colégios profissionais ou corporações. Talvez nem sempre seja inteiramente convincente a argumentação que usa para assim classificar alguns edifícios; mas a proposta tem pelo menos o mérito de chamar a atenção para o que seria a vida em Conimbriga. Para além das ricas *domus* (como a casa de *Cantaber* ou a casa dos repuxos) e das *insulae* que seriam colmeias de gente modesta, haveria outros edifícios “domésticos” com outros usos. A visão da cidade torna-se assim mais complexa (e mais ajustada ao que na realidade seria, com diversificados níveis sociais e múltiplas funções profissionais).

A obra é servida por boas plantas dos edifícios, na maior parte inéditas, e por descrições dos prédios, sucintas mas rigorosas. Podemos dizer que as plantas, sem reconstituição de possíveis (ou prováveis) alçados, nos dão uma ideia incompleta das casas. A investigação, porém, procede por passos que se querem seguros — e as reconstituições de alçados, edifício por edifício, serão os próximos passos. Em abono do autor podemos dizer que similares estudos para outras cidades romanas de todo o Império também se limitam à apresentação de plantas. No caso de Conimbriga, acresce que a tentativa de reconstituição de alçados não é ainda possível para edifícios cujas plantas só muito incompletamente se conhecem.

A obra é a de um autor que, conhecendo bem a arquitectura doméstica romana (demonstra-o com a extensa bibliografia), a vê com olhos de historiador, superando uma visão formalista da arquitectura e tomando os edifícios como reflexo (ou *signal*) de estruturas económicas e sociais, bem como de culturas e mentalidades. A este propósito, lê-se com muito agrado e proveito o capítulo sobre *A expressão ideológica dos programas decorativos* (com

leitura hermenêutica dos mosaicos da casa dos repuxos e da de *Cantaber*), bem como a análise que faz dos diversos espaços (*exedra, diaeta, oecus, cenatio*, etc.), relacionando-os com as categorias de *humanitas, honor*, veneração dos maiores, trabalho, *negotium*). Nesta medida, o trabalho de Virgílio Hipólito Correia tem lugar tanto na prateleira das obras sobre a história da arquitectura como na dos estudos sobre a história da cultura.

Completam o trabalho: apontamentos (ou mesmo argumentos) sobre a cronologia dos edifícios, a origem dos modelos ou a originalidade das execuções, as características da malha urbana e o cadastro; cálculos sobre a população da cidade; notas sobre a história das escavações; análise dos materiais de construção e das técnicas construtivas; observações sobre a gestão hidráulica — e com isto se ultrapassa o tema da arquitectura doméstica para se inserir esta num estudo maior sobre a cidade.

Usa o autor a expressão *cenários urbanos*. Com efeito, a casa e a cidade são o cenário ou palco dessa *comédia da vida* em que o exercício de uma função ou uma actividade é também uma *representação* num teatro em que todos são actores (e espectadores).

O serviço que pelo autor nos foi pedido de apresentarmos a obra, não o entendemos como encomenda de fartos elogios que caucionassem a qualidade do trabalho, mas como convite a expressarmos o gosto com que o lemos. Na brevidade da apresentação parece-nos ficar claro o interesse deste estudo que ficará como obra de referência principal na bibliografia, já farta, sobre Conimbriga.

Jorge de Alarcão

Prólogo

Este livro é fruto de um projecto que germinou em 1995, quando, na qualidade de técnico-superior do Museu Monográfico de Conimbriga, orientei a minha atenção para os edifícios privados da cidade. Isto não poderia ter acontecido sem a latitude que me foi dada pela então Directora do Museu, Dr^a Adília Alarcão, a quem o primeiro agradecimento é devido, por essa razão e pelas muitas outras que derivam da associação a Conimbriga e de mais de cinco anos de trabalho comum sempre rico de ensinamentos para mim.

A primeira concretização de um projecto de doutoramento, sob a orientação do Prof. Doutor J. M. Bairrão Oleiro, teve lugar entre 1996 e 1998, enquanto fui docente na Universidade Aberta. A Prof^a Doutora Maria José Pimenta Ferro Tavares dirigia o Departamento em que me integrei e o Prof. Doutor António Augusto Tavares seria o co-orientador interno. A ambos agradeço o interesse manifestado e as muitas atenções pessoais.

Entre 1998 e 1999, regressei a Conimbriga, tomei posse como Director, mas infelizmente deixei de poder contar com o meu orientador que, já doente, não pôde continuar a orientar os meus trabalhos e sugeriu que, nas novas circunstâncias, inscrevesse o meu doutoramento na Universidade de Coimbra. A minha relação com o Prof. Doutor Bairrão Oleiro tinha nascido quando coincidiram com os seus trabalhos finais de preparação do 1^o volume do Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal, dedicado à Casa dos Repuxos, o meu ingresso nos quadros do Museu Monográfico de Conimbriga e os trabalhos urgentes de acompanhamento da instalação da cobertura de protecção sobre a casa. Os romanos não deixariam de ter tomado esta coincidência como um augúrio – feliz, acrescento eu; não há palavras para o agradecimento *in memoria* que sinto.

O Prof. Doutor Jorge de Alarcão aceitou orientar o doutoramento que inscrevi na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano 2000. Devo-lhe 10 anos de orientação atenta mas não claustrofóbica, que lhe agradeço infinitamente por ambas as qualidades e pela tolerância que mostrou para com um ritmo de desenvolvimento que foi, fruto das circunstâncias profissionais, muito irregular.

Com efeito, os trabalhos necessários à concretização deste projecto, que se desenvolveram a um ritmo aceitável até 2003, viram-se prejudicados entre

2004 e 2006, pelas necessidades mais imperiosas de dar acompanhamento ao Projecto de Conservação e Valorização dos Monumentos de Conimbriga. Terminado este, quando procurava forma de poder dedicar mais tempo à redacção final da dissertação, sofreu consequências imprevistas do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, tendo-se prolongado a indefinição da situação administrativa de Março de 2007 a Maio de 2009. Só nesse momento pude finalmente obter a Equiparação a Bolseiro (de Setembro de 2009 a Fevereiro de 2010) que me permitiu alcançar aquele desiderato. Ao longo do tempo, as sucessivas Direcções do Instituto Português de Museus, depois Instituto dos Museus e da Conservação, foram de uma atitude de apoio e colaboração invariável, por isso agradeço, à Prof^a Doutora Raquel Henriques da Silva e ao Dr. Manuel Bairrão Oleiro, as condições que me permitiram não abandonar um projecto importante para Conimbriga.

Este projecto contou com a colaboração activa e interessada dos funcionários do Museu Monográfico de Conimbriga, presentes e passados. Não os nomearei, para não correr o risco de por lapso esquecer algum e por saber que vinte anos de trabalho em comum, irrespectivamente das atribuições de cada um, tornam esse agradecimento quase desnecessário e, para a modéstia de alguns, embaraçoso. A todos: Muito Obrigado!

Mas não posso deixar de nomear aqueles colegas e amigos que mais de perto me acompanharam ao longo deste trabalho intelectual de uma década: José da Silva Ruivo, Maria Pilar Reis, Adriaan de Man e Pedro Alarcão. A todos devo estímulo, ajuda, apoio directo mas também moral; só neste contexto de colaboração e verdadeira amizade o trabalho faz sentido e também só no contexto global das suas próprias investigações específicas o que aqui fica dito ganha importância como um elemento de um assinalável ressurgir da investigação arqueológica em Conimbriga que a eles principalmente se deve.

Muitos outros colaboram neste ressurgimento, e de todos eles os contributos para este trabalho foi importante: Cristina Fernandes de Oliveira, João Coroado, Ricardo Triães, Ana Luísa Velosa, Luísa Freire, Pedro da Luz Sales, Alexandrino Gonçalves, Jorge López Quiroga, Pedro Carvalho, Ida dos Santos Buraca, Celso Rosa, Ricardo Pereira, Marisa Oliveira; das tecnologias de informação à conservação e restauro, da análise de materiais de construção à escavação de áreas particulares da cidade, passando pela história da

investigação, de tudo isto o estudo da arquitectura doméstica se alimentou. O obrigado a todos devido é apenas mais um elemento de um continuado discurso, cujo futuro não está de todo esgotado; haverá ainda lugar a muitos mais agradecimentos.

Muitos outros, estudantes, estagiários, colaboradores eventuais, tiveram parte no trabalho aqui apresentado: é-me impossível relembra-los a todos, mas não é por isso menos sentido o agradecimento. Gostaria apenas de destacar a colaboração que recebi de Carla Marques, na digitalização das plantas, de Bruno Costa, que lhes deu o tratamento final, e de Humberto Rendeiro, na produção, selecção e tratamento das fotografias. Sem eles este trabalho seria muito mais pobre.

Alguns colegas e amigos manifestaram, ao longo dos anos, a sua simpatia inextinguível em me estimularem a levar este barco a bom porto: recordo nesta situação Manuel Bendala Galán, Françoise Mayet, Carlos Fabião. Não sei se eles sabem o que isso significou para mim nos momentos de menor entusiasmo, mas foi muito e aqui quero deixar constância.

Na recta final deste projecto alguns problemas burocráticos não poderiam ter sido resolvidos sem a colaboração e o empenho do Sr. Director da Faculdade de Letras, Prof. Doutor Carlos André, dos Srs. Sub-Directores, Prof. Doutores Albano Figueiredo e Isabel Lopes, da Prof^a Doutora Raquel Vilaça e do generoso auxílio do Prof. Doutor José de Encarnação; a todos os mais sinceros agradecimentos.

A dissertação de doutoramento que, com mínimas alterações, agora se edita, foi defendida na Universidade de Coimbra em 31 de Maio de 2011, perante um júri presidido pelo Prof. Doutor Rui Gama e de que fizeram parte os Profs. Doutores João Pedro Bernardes, António Bandeirinha, Ana Margarida Arruda e Pedro Carvalho, para além do orientador Prof. Doutor Jorge de Alarcão. Recebeu a classificação de “Muito Bom, com distinção e louvor”; agradeço ao júri a generosidade da apreciação e as pertinentes observações feitas. Refira-se, todavia, que com muito pontuais excepções, toda a redacção e respectivo aparato bibliográfico foi dado por concluído em Junho de 2010; também por essa razão, não se seguiu o Acordo Ortográfico.

A publicação desta obra pelo Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto só foi possível graças aos esforços

conjuntos da Direcção Geral do Património Cultural e da Liga de Amigos de Conimbriga, a quem agradeço nas pessoas da Sr^a Directora-Geral, Dr^a Isabel Cordeiro, e do presidente da Direcção, Doutor António dos Santos Queirós.

Este projecto não teria sido imaginado, desenvolvido ou concluído sem a minha família, em especial sem a Marta; o resultado é-lhe dedicado, *et pour cause*.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 17 |
| 1 A investigação da arquitectura doméstica de Conimbriga | 17 |
| As escavações até 1944, p. 18; Escavações arqueológicas de 1944 a 1964, p. 19; As escavações Luso-francesas, p. 20; Trabalhos posteriores, p. 21. | |
| 2 O contexto da arquitectura doméstica de Conimbriga | 23 |
| A cronologia, p. 23; Problemas de conservação e documentação, p. 26. | |
| 3 A arquitectura de Conimbriga no quadro do Império | 31 |
| O Oriente e as margens do Império, p. 32; A <i>pars occidentalis</i> , p. 33; A Península Ibérica, p. 35; A Lusitânia, p. 39. | |
| 4 A procura de um modelo urbano para o enquadramento de Conimbriga | 41 |
| | |
| Parte 1 Os edifícios domésticos de Conimbriga | 45 |
| Capítulo 1 A metodologia adoptada | 47 |
| Capítulo 2 Descrição e catálogo das unidades residenciais | 53 |
| 1 - Edifício do sector K VIII | 53 |
| 2 - Edifício de Condeixa-a-Velha | 57 |
| 3 - Edifício a oeste das termas | 59 |
| 4 - Edifícios a norte do forum | 63 |
| 5 - Edifício da rua da patera Emanuel | 65 |
| 6 - Casa do tridente e da espada | 67 |
| 7 - Edifício das portas do sol | 71 |
| 8 - Edifício porticado a leste do fórum | 74 |
| 9 - Insula do viaduto | 77 |
| 10 - Edifício da pedreira | 79 |
| 11 - Casa dos solidi | 81 |
| 12 - Casa de Valerius Daphinus | 83 |
| 13 - Casa do medianum absidado | 87 |
| 14 - Insula a oeste do forum | 94 |
| 15 - Insula do vaso fálco | 98 |
| 16 - Insula a norte das termas | 108 |
| 17 - Casa de Andercus | 112 |
| 18 - Edifício das latrinas do fórum | 116 |
| 19 - Edifício da patera Emanuel | 120 |
| 20 - Edifícios a oeste da zona C | 124 |
| 21 - Insula do aqueduto | 126 |
| 22 - Casa de Cantaber | 133 |
| 23 - Casa de Tancinus | 146 |

| | |
|---|------------|
| 24 - Casa dos repuxos | 149 |
| 25 - Lojas a sul da via | 157 |
| 26 - Casa da cruz suástica | 163 |
| 27 - Casa dos esqueletos | 169 |
| Capítulo 3 Os dados não recenseados | 175 |
| 1 – O <i>horreum</i> sob as termas do Sul | 176 |
| 2 – Um edifício escavado em 1899 | 175 |
| Parte 2 A análise da arquitectura doméstica | 181 |
| Introdução: os objectivos da análise. | 183 |
| Capítulo 1 A ecologia da construção | 187 |
| 1. A formação histórico-jurídica do espaço urbano de Conimbriga | 187 |
| A conformação da estrutura urbana de Conimbriga em época pré-romana, p. 187; A intervenção sob Augusto, p. 191. | |
| 2. Os materiais de construção | 193 |
| A pedra, p.193; A cal e argamassa, p. 195; O tijolo, p. 197; A madeira, p. 201. | |
| 3. Os programas técnicos | 206 |
| A gestão hídrica, p. 206; Os programas decorativos, p. 207 (O mosaico, p. 208; A pintura, p. 213). | |
| 4. A actividade edilitária | 218 |
| Capítulo 2 Os modelos da arquitectura doméstica de Conimbriga | 221 |
| 1. Um modelo utilitário augustano | 222 |
| 2. O eco da <i>domus aurea</i> na arquitectura de Conimbriga | 226 |
| 3. O século II | 233 |
| 4. O desenvolvimento de um gosto habitacional | 235 |
| Capítulo 3 As soluções vernáculas | 237 |
| 1. A casa de pátio | 237 |
| Casa e loja, p. 240; Mezaninos e pisos superiores, p. 242; Pórticos de fachada, p. 245. | |
| Capítulo 4 Os elementos dos cenários: arquitectura doméstica e sua funcionalidade | 247 |
| 1. <i>Humanitas</i> | 253 |
| <i>Exedra</i> , p. 255; <i>Diaeta</i> , p. 256; <i>Peristylum</i> , p. 258; <i>Oecus triclinium</i> , p. 250. | |
| 2. <i>Honor</i> | 264 |
| <i>Cenatio</i> , p. 265; <i>Viridarium</i> , p. 267; <i>Cubiculum</i> , p. 268. | |
| 3. <i>Mos maiorum</i> | 272 |
| <i>Fauces</i> , p. 273; <i>Cavaedium</i> , p. 275; <i>Impluvium</i> , p. 276; <i>Maenianum</i> , p. 277; <i>Ala</i> , p. 278. | |
| 4. <i>Labor et negotium</i> | 278 |
| <i>Cryptoporticus</i> , p. 280; <i>Culina</i> , p. 282; <i>Laboratorium</i> , p. 283; <i>Latrina</i> , p. 285; <i>Posticum</i> , p. 287; <i>Taberna</i> , p. 287. | |
| Capítulo 5 A expressão ideológica dos programas decorativos | 289 |
| 1. A decoração musiva da casa dos repuxos | 290 |

| | |
|--|------------|
| Os heróis, p. 294; A caça, p. 297; A auto-representação da família, p. 299; O fundo mitológico, p. 300; A leitura dos elementos iconográficos da casa dos repuxos, p. 303; A implantação do programa decorativo no quadro arquitectónico, p. 308. | |
| 2. A decoração musiva da casa de Cantaber Um significado possível, p. 314; Outras residências, p. 315. | 309 |
| Capítulo 6 Os cenários urbanos | 317 |
| 1. A diferenciação dos cenários | 318 |
| 2. A classificação dos cenários | 321 |
| 3. A caracterização dos cenários <i>Domus et insula</i> , cenários da habitação familiar, p. 323; A identificação de possíveis sedes de corporações no tecido urbano de Conimbriga, p. 327; <i>A taberna</i> , p. 334. | 323 |
| 4. Os cenários urbanos de Conimbriga: cenários romanos? | 336 |
| Capítulo 7 A morfologia urbana de Conimbriga e a sua estrutura social | 341 |
| 1. A ocupação do espaço urbano de Conimbriga | 342 |
| 2. A ocupação dos espaços domésticos de Conimbriga | 345 |
| 3. O cálculo da população de Conimbriga | 351 |
| 4. Uma aproximação à estrutura sócio-económica de Conimbriga | 356 |
| Conclusões | 363 |
| 1. O caso exemplar de Conimbriga, cidade romana da Lusitânia | 363 |
| 2. O conceito de romanização | 365 |
| 3. A arquitectura doméstica como fenómeno histórico na cidade | 367 |
| 4. O fenómeno urbano de Conimbriga | 369 |
| 5. Arquitectura e cultura na cidade | 371 |
| 6. A romanização da prática habitacional | 375 |
| 7. Conimbriga e a <i>romanitas</i> | 380 |
| 8. O processo de romanização | 382 |
| Bibliografia | 387 |
| Índice e origem das ilustrações | 413 |

Habitar é o traço fundamental de ser (sein), em conformidade com o qual os mortais são.

Talvez, tentando assim reflectir no habitar e no construir, nos coloquemos com mais clareza que o construir faz parte do habitar e que este recebe daquele o seu ser (wesen). O ganho seria já suficiente se habitar e construir tomassem lugar entre as coisas que merecem ser interrogadas (a seu propósito) ficando assim entre aquelas que merecem que sobre elas se pense.

Que, enfim, o próprio pensamento faça parte da habitação, no mesmo sentido que a construção e somente de uma outra maneira, o caminho do pensamento que aqui tentamos poderia testemunhá-lo

“Construir” e pensar, cada um a seu modo, são sempre para a habitação inevitáveis e incontornáveis. Mas para além disso, ambos são inacessíveis à habitação enquanto vaguearem separadamente em cura dos seus assuntos, em vez de se escutarem mutuamente. Eles podem escutar-se quando ambos, construir e pensar, fizerem parte da habitação, ficarem dentro dos seus limites e souberem que um e outro saem da oficina de uma longa experiência e de uma prática incessante.

M. Heidegger

(Citado por F. Choay 1965, 434)

Introdução

1. A investigação da arquitectura doméstica de Conimbriga

A investigação da arqueologia de Conimbriga iniciou-se sempre pela arquitectura doméstica. Essa é uma característica que Conimbriga partilha com cidades como Pompeia, Herculano ou Ostia, mas não com muitos outros sítios arqueológicos no orbe do império.

Existe, claro, uma época primitiva da investigação antiquária e pré-científica, que em Conimbriga se estende de Gaspar Barreiros a Borges de Figueiredo, passando por António Filipe Simões¹ mas, desde as primeiras escavações sistemáticas, o estado de conservação e as casualidades da localização das áreas escavadas ditaram que se fossem conhecendo algumas áreas de residências e que só tarde, relativamente, se tenham localizado na cidade as áreas dos monumentos públicos. Isto teve, em certa medida, algum impacto na própria evolução académica do conhecimento que se tinha do local (da “verdade adquirida”, para usar uma expressão simples).

Os quatro primeiros momentos de investigação da cidade, a saber, as pequenas escavações desencadeadas na sequência de um achado ocasional, em 1873, as primeiras grandes escavações de 1899, a escavação do terreno da Faculdade de Letras em 1930 e as escavações da DGEMN de 1929 a 1944, expuseram, todas elas – temporariamente as duas primeiras, de forma definitiva as restantes - fragmentos de arquitectura doméstica e, nenhuma delas, monumentos públicos de relevo². A própria muralha do Baixo-Império, monumento público de relevo, nunca foi objecto de investigação aprofundada,

¹ Alarcão *et al.* 1979, 209-214 (I-XXIV).

² Sobre as escavações de 1873, Gonçalves 1903, 359-365. Para as restantes escavações DGEMN 1948, 5-29 e Correia 1941, 257-267.

a sua interpretação cronológica ficou sempre baseada no equívoco da sua identificação com o verdadeiro limite da cidade e o próprio restauro de que foi alvo desenvolveu-se sem uma indagação arqueológica digna desse nome³.

De facto, até às escavações luso-francesas iniciadas em 1964, a arquitectura doméstica era tudo o que se conhecia de Conimbriga. Daí que seja em certa medida paradoxal que, desse momento em diante, essa arquitectura doméstica tenha sido relegada a um papel secundário na investigação da cidade.

As escavações até 1944

As escavações levadas a cabo em Conimbriga até 1930 não tiveram como objectivo o conhecimento das arquitecturas mas apenas a recuperação de objectos para o Museu (à época o Museu do Instituto, em Coimbra, cujas colecções vieram a ser integradas no Museu Nacional de Machado de Castro)⁴.

Só a partir de 1928 se desenvolve um programa de escavações sistemáticas, em que desempenham um papel fundamental duas instituições: a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁵.

A localização das escavações de 1928, no hoje designado “Terreno da Faculdade de Letras”, não foi ditada por considerações técnico-científicas mas tão só pela oportunidade de aquisição do terreno em causa, e pelas suas dimensões⁶. Talvez por isso esta frente de trabalho tenha sido rapidamente abandonada, retomada só episodicamente no início dos anos sessenta e, finalmente, integrada no perímetro de visita das Ruínas de Conimbriga apenas em 2005.

Em 1929, pelo contrário, teve início um programa sistemático de investigação, que escavou a porta principal da muralha do Baixo-Império e que trabalhou para Norte e Sul desse ponto, em frente contínua, expondo rapidamente as hoje chamadas Insula do Aqueduto e Casa de Cantaber (devido

³ DGEMN 1948, 31 (V) e referências nas pp. 26-30.

⁴ Cf. Alarcão *et al.* 1979, 213-214, XIX e XXIV.

⁵ DGEMN 1948, *passim*, Correia 2008b, 13-29.

⁶ Acta da Faculdade de Letras, sessão ordinária de 10 de Julho de 1930. Citada em Correia 2008b, 106.

à dimensão da área de escavação original, foi também exposta a fachada leste da da ínsula a oeste da casa de Cantaber)⁷.

A estrita ligação entre escavação e restauro de estruturas, produziu uma solução de continuidade naquelas para dar lugar a este, coincidindo com este momento a implementação de um projecto mais geral de arranjo que, ao ter previsto a construção de um ramal da Estrada Nacional nº 342 para acesso dos visitantes a Conimbriga, veio a dar origem a um notável achado: a casa dos repuxos⁸.

O projecto em causa previa a construção de um parque de estacionamento de automóveis no exterior da muralha Baixo-Imperial, em cuja construção a casa dos repuxos foi encontrada e imediatamente exposto o seu notabilíssimo conjunto de mosaicos figurados. Estes motivaram uma decisão notável no domínio da museologia arqueológica: a conservação *in situ* dos pavimentos musivos.

Outra decisão de alcance significativo foi a extensão das escavações por toda a face exterior da muralha, o que deu origem à exposição das casas da cruz suástica e dos esqueletos.

Desta forma, em 1944 (e até aos anos sessenta desse século)⁹, conheciam-se me Conimbriga cinco grandes edifícios domésticos, dos quais quatro eram notáveis pelos seus mosaicos, criando uma área arqueológica partida em duas pela presença da muralha baixo-imperial. No entanto, nesta data, a morte inesperada do director das escavações levou todo o projecto para um rumo algo errático durante quase uma década¹⁰.

Escavações arqueológicas de 1944 a 1964

Na imprecisão de informações existentes sobre o período em causa, cremos poder tão só afirmar que entre 1944 e 1953 as escavações arqueológicas em Conimbriga se limitaram a lançar uma frente de escavações para Norte, ao longo da muralha – a designada zona E, onde se situa a casa do Tridente e da Espada – e na exposição dos níveis superiores das grandes termas do Sul, representando com efeito uma séria diminuição do ritmo de avanço das

⁷ Correia 1941, 257-267, fig. 1.

⁸ Oleiro 1992, 9-29.

⁹ Oleiro *et al.* 1974, 17-28

¹⁰ Correia 2008b, 185-197.

escavações e a perda dos objectivos do projecto, de exposição de uma área significativa da área arqueológica dentro do perímetro da muralha, que já muito afectados se tinham visto a partir de 1939¹¹.

Em 1953 o início do restauro dos mosaicos deu novo impulso a escavações arqueológicas¹², facilitadas também pela presença de João Manuel Bairrão Oleiro na equipa directiva, pois este arqueólogo e estudioso do mosaico romano fazia então parte do corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde fundou o Instituto de Arqueologia e a sua revista “Conimbriga”. A convivência institucional, no entanto, foi menos fácil do que em períodos anteriores e Bairrão Oleiro não gozou junto da DGEMN da mesma autoridade indiscutida de que Vergílio Correia parece ter gozado. De facto, as escavações foram limitadas aos trabalhos necessários à recolocação dos mosaicos *in loco* e a pequenas operações sem consequência.

Só a partir de 1962, com a criação do Museu Monográfico de Conimbriga e a radicação no local de competências técnicas e científicas próprias se assiste a um terceiro impulso significativo de investigação. É a partir dessa data que Jorge de Alarcão completa a escavação da zona B (lojas a sul da via, e casas dos esqueletos e da cruz suástica) e, algum tempo depois, Isabel Pereira continua a escavação do sector da casa atribuída a Cantaber expondo a basílica paleo-cristã e o edifício doméstico subjacente.

As escavações luso-francesas

A criação do Museu Monográfico de Conimbriga, sob a direcção de J. M. Bairrão Oleiro, teve, entre outras muito notáveis consequências, um impacto decisivo no avanço dos conhecimentos sobre Conimbriga ao ter permitido o estabelecimento da colaboração com a Universidade de Bordéus¹³, que veio a dar lugar às campanhas luso-francesas de escavação arqueológica da cidade, entre 1964 e 1974¹⁴. Estas, para além dos edifícios públicos, escavaram integralmente dois edifícios residenciais e expuseram partes mais ou menos significativas de outros sete. A implantação das áreas de escavação veio

¹¹ Oliveira 2007, 16 (cit. Correia 2008b, 264).

¹² DGEMN 1964, *passim*.

¹³ Oleiro e Etienne 1966, 442-443; Etienne e Oleiro 1966, 5-6.

¹⁴ Vd. sobretudo Alarcão *et al.* 1979, 240-242.

também a permitir um entendimento desproporcionadamente superior da estruturação urbana da cidade¹⁵.

Trabalhos posteriores

Depois das escavações luso-francesas, as escavações arqueológicas em Conimbriga estagnaram. No final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta do séc. XX foram levados a cabo alguns trabalhos na chamada rua da patera Emanuel e, devido a necessidades de intervenções de conservação, na casa dos repuxos, na casa de Cantaber e em algumas sepulturas tardo-medievais na basílica paleo-cristã, mas nenhuma destas intervenções se integrava num verdadeiro projecto de investigação, nem foi nunca objecto de publicação sistemática.

A partir de 1990 o presente autor levou a cabo uma série de trabalhos de carácter sistemático sobre a arquitectura doméstica da cidade. Entre 1991 e 1992 a instalação da cobertura de protecção sobre a casa dos repuxos levou a uma série de intervenções na área norte da casa e a uma revisão dos dados das escavações dos anos 50¹⁶. Entre 1995 e 1998 desenvolveu-se um programa de sondagens na casa atribuída a Cantaber¹⁷ e a uma sistematização da documentação disponível sobre as casas que nunca tinham sido objecto de um estudo coerente¹⁸. Simultaneamente, foram levadas a cabo algumas indagações sobre outros edifícios como a casa do tridente e da espada e a ínsula do aqueduto.

A partir de 2001 e até 2005 desenvolveu-se um projecto de investigação sistemática dos edifícios domésticos da cidade, sob o acrónimo ARQUIDOM¹⁹.

O projecto pretendia reunir, sistematizar e, em certa medida, alargar os conhecimentos sobre os edifícios domésticos de Conimbriga, do ponto de vista arqueológico e arquitectónico. Integrando-se na linha de actualização de

¹⁵ Em último lugar, Correia e Alarcão 2008, est. VIII a X.

¹⁶ Alarcão e Correia 1992, 143-152, Correia 1999, 16-17.

¹⁷ Correia 2001, 83-140.

¹⁸ Correia 2004a, 49-79.

¹⁹ Aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia no âmbito do Plano Nacional dos Trabalhos Arqueológicos em 2001; Projecto 2001/1(93).

“Investigação arqueológica de campo” do plano plurianual de actividades do Museu Monográfico de Conimbriga.

O pressuposto deste projecto consistia no facto de Conimbriga, enquanto local patrimonial de relevo, ter nascido, quer se considerasse como data para tal o século XVI ou os finais do século XIX, como uma “empresa científica”. O desenvolvimento da pesquisa arqueológica presidiu ao desenvolvimento do local patrimonial de relevo nacional e marcou os momentos fundamentais da sua evolução. Seria desastroso, em qualquer momento, pensar que o projecto de Conimbriga poderia evoluir saudavelmente sem uma fortíssima atenção às questões essenciais da investigação científica na cidade romana.

De um ponto de vista geral, investigação científica aplicada e, desejavelmente, alguma investigação científica fundamental, são essenciais ao desenvolvimento da concepção global dos projectos patrimoniais, pois servem de base ao planeamento da conservação e da valorização; são indispensáveis à implementação dos projectos concretos nestes campos; asseguram o crescimento paulatino do património imaterial de que os projectos de educação se alimentam; constituem a base de sustentação do prestígio do local, para além das oscilações inevitáveis dos fluxos turísticos e, não dispiciendamente, constituem, por esta última via, um poderoso instrumento de promoção da instituição. Estes eram os argumentos que conduziram à prioridade dada à investigação da arquitectura doméstica da cidade. Esta prioridade não era inédita, tinha já acontecido entre 1929 e 1963, mas então desprovida de um verdadeiro quadro conceptual, mas inédito, mesmo a nível nacional era o conceito subjacente.

Ainda que humanamente descapitalizada, Conimbriga foi capaz de assegurar a manutenção de um módico permanente de investigação na cidade que se viu acrescentado por uma progressiva qualificação do seu pessoal e colaboradores, e da evolução ocorrida no desenvolvimento das parcerias na formação académica pós-graduada em Arqueologia.

O projecto foi enquadrado cientificamente pelo projecto de doutoramento “Conimbriga: A Arquitectura Doméstica e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana”, cuja dissertação final é apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra nesta ocasião.

O projecto articulou-se em quatro vectores distintos:

A - Levantamento topográfico e arquitectónico das construções domésticas de Conimbriga.

B - Escavações arqueológicas das áreas liminares das zonas escavadas, como forma de ampliar os conhecimentos de topografia histórica sobre a cidade (articulado com o programa de reordenamento das ruínas).

C - Sondagens pontuais em edifícios não completamente escavados.

D - Estudos de restituições arquitectónicas.

Os resultados directos do projecto constituem a primeira parte da presente dissertação, tendo-se dado por essencialmente terminados em 2004.

Estão presentemente ainda em curso as escavações na casa do tridente e da espada, localizada na designada zona E, que expuseram já uma área significativa da residência. Estes trabalhos, dirigidos pelo arqueólogo do Museu Monográfico de Conimbriga, José da Silva Ruivo, estão a identificar o remanescente da arquitectura da casa e a investigar as suas sucessivas fases de edificação.

2. O contexto da arquitectura doméstica de Conimbriga

A cronologia

A história da investigação da arquitectura doméstica de Conimbriga condiciona fortemente o contexto em que esta pode ser estudada sobretudo devido a um factor: a extensão e o pormenor dos nossos conhecimentos sobre a cronologia de cada um dos edifícios.

Não que a data de construção de um edifício seja o principal elemento a observar, no que à arquitectura doméstica (ou a qualquer outra) diz respeito, mas sim porque o quadro cronológico de desenvolvimento urbano e da articulação genética entre os elementos que o compõem são um elemento indispensável ao entendimento do desenvolvimento social e demográfico

subjacente à dinâmica urbana. O panorama deste tema em Conimbriga não é especialmente encorajador.

Até 1944, as escavações arqueológicas levadas a cabo em Conimbriga não tinham qualquer preocupação estratigráfica. Via de regra, a escavação limitava-se a expor os edifícios romanos à cota dos seus pavimentos (determinada por sondagens prévias). A recolha dos materiais, cujo rigor nos é desconhecido, mas que parece ter-se limitado a peças de certa entidade e ter sistematicamente negligenciado a recolha dos pequenos fragmentos de cerâmica que, sabemos-lo hoje, constituem mais de 95% dos achados, não tinha sequer em conta o local de achado em concreto, não se registando a proveniência por compartimento ou por edifício, mas tão só o facto de ser proveniente de Conimbriga.

Deve notar-se que este procedimento é paradoxal, se for tido em consideração o facto de o director das escavações ser um investigador com prática nos períodos pré- e proto-históricos, havendo evidência de que não era alheio à necessidade de registar com alguma precisão as observações sobre a contextualização dos achados do ponto de vista espacial e estratigráfico.

O défice metodológico reduz drasticamente o volume de informação actualmente disponível, não sendo a situação mais grave apenas pelo facto de as escavações não atingirem normalmente os níveis subpavimentares dos edifícios. No caso da ínsula do aqueduto, onde a inexistência de pavimentos musivos conduziu à escavação integral do edifício até à rocha de base, a nossa ignorância sobre os achados aí feitos é completa, excepção feita à referência, de carácter excepcional, à presença de algaravizes²⁰, único dado observado num edifício com cerca de 850m² cuja escavação implicou a remoção de mais de 1500m³ de sedimentos.

A partir de 1953, as escavações passaram a ser dotadas de um processo de recolha de materiais e sua manutenção em conjuntos contextualizáveis compartimento a compartimento. No entanto, não foi adoptado um sistema de registo estratigráfico pelo que a dificuldade do manejo dos dados cronológicos é ainda muito significativa.

²⁰ Alarcão 1994, 77, nº 119, e muitos outros exemplares em reserva no Museu Monográfico de Conimbriga.

Só a partir de 1962 se adoptaram processos modernos de escavação e registo e, a partir de 1964 um sistema fiável de arquivamento dos dados. Este último elemento da prática das escavações arqueológicas veio a deteriorar-se após o encerramento das campanhas luso-francesas, sendo o sistema actual menos fiável do que o utilizado até 1971, mas a maior proximidade na memória dos factos dessas escavações tem suprido essa deficiência.

No entanto as condições de jazida e os fenómenos post deposicionais dos edifícios escavados pelas escavações luso-francesas (apenas fracções relativamente diminutas da maioria dos edifícios e, no caso dos dois únicos integralmente escavados, um deles profundamente perturbado), não suprem as carências da situação anterior.

A consequência desta situação é a de que o conjunto de indicações cronológicas sobre as construções domésticas de Conimbriga se caracteriza pela imprecisão. A avaliação dos materiais dos níveis antigos das residências localizadas na zona leste aconselham a sua atribuição a datas augustotiberianas, data de muitos materiais encontrados na casa dos repuxos. Esta data pode mesmo ser um pouco mais antiga pois, aparentemente, os mesmos argumentos que levam a uma datação augustana do fórum se podem aplicar da mesma forma à fase 1 da casa atribuída a Cantaber.

As ínsulas da zona central da cidade parecem ter sido construídas em época claudiana²¹. Outros edifícios identificados na área das escavações luso-francesas têm uma cronologia proposta através de indícios vagos ou de deduções a partir da situação cadastral.

As várias datas propostas para a construção dos edifícios parece interromper-se em finais do séc. I e inícios do séc. II. A fase II da casa de Cantaber, aquela em que é edificada a grande residência, foi atribuída à época flaviana²². A grande remodelação da casa dos repuxos, fruto da mesma linha arquitectónica de intervenção, parece ter ocorrido no reinado de Adriano²³. Nesta última data, tudo o resto que se conhece em Conimbriga, no domínio da arquitectura doméstica, parece estar limitado a intervenção de pequena monta ou a obra decorativa.

²¹ Alarcão e Etienne 1977, 190-195.

²² Correia 2001, 123-124.

²³ Cf Correia 2004a, 54-55.

Manifestamente, a obra decorativa pode ter-se revestido não só de uma importância, no domínio fenomenológico da percepção do edifício em particular e mesmo da cidade no seu todo, não negligenciável, como também de um impacto económico significativo, mas é importante reter a percepção de que as três gerações – *grosso modo* - que medeiam entre Cláudio e Adriano assistiram à total transformação da cidade de Conimbriga numa cidade romana, do ponto de vista da arquitectura doméstica. Isto corresponde, com um ligeiro desfasamento cronológico, ao que aconteceu com a arquitectura pública, de cujos programas a implantação foi uma a duas décadas mais precoce.

Na falta de uma estrutura cronológica fina que deslinde as relações de prioridade genética entre as duas dezenas de edifícios domésticos conhecidos, é ao conjunto destas edificações levadas a cabo ao longo dos oitenta anos que conformaram a cidade tal como a maioria dos seus habitantes a conseguiria conceptualizar, descrever ou apenas recordar, que a investigação das residências desses habitantes se tem que dirigir.

Problemas de conservação e documentação

No que diz respeito aos problemas de documentação, que são conexos, mas distintos em natureza, dos problemas de conservação, retomamos neste ponto a análise feita num ensaio de topografia histórica da cidade já publicado²⁴.

Desde uma perspectiva histórica, conta-se, antes de mais, com a primeira representação global do conhecimento arqueológico sobre Conimbriga - que foi uma preocupação constante da investigação, desde 1899 - de E. Belo Ferraz, que produziu um estudo aguarelado das escavações levadas a cabo pelo Instituto de Coimbra, que, por sua vez serviu de base a um quadro à escala 3,5/1000, representando as sondagens executadas sob a direcção de António Augusto Gonçalves²⁵.

Posteriormente, em 1939, o Ministério das Obras Públicas mandou levantar uma planta topográfica de Conimbriga e do seu entorno até à estrada de Tomar²⁶, sobre a qual se desenhou o projecto do ramal privativo desta que foi então construído e que foi o principal acesso ao sítio até aos anos noventa.

²⁴ Correia e Alarcão 2008, 31-46.

²⁵ *Id. ibid.*, 33, est. I.

²⁶ *Id. ibid.*, est. II.

Esta planta serviu de base a todas as publicações e estudos sobre Conimbriga nos cinquenta anos seguintes. Foi sobre ela que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais elaborou os projectos gerais de intervenção, desenhou as figuras de sucessivos boletins²⁷ onde a extensão do *oppidum* é documentada e foi também sobre ela que o Museu Monográfico de Conimbriga trabalhou durante os primeiros anos da sua existência, a partir de 1962.

Com esta planta geral coexistia um outro levantamento de pormenor das estruturas escavadas, feito à escala 1/50, cuja utilização se estendeu também até aos nossos dias²⁸. Esta planta e os seus sucessivos complementos e acrescentos foram a base de trabalho sobre a arquitectura de Conimbrig, para sucessivas publicações de artigos científicos, instrumentos de divulgação, etc., etc.

Uma apreciação técnica destes instrumentos dirá que o seu rigor é notável, mas em alguns casos a falta de acompanhamento científico dos topógrafos permitiu erros de interpretação que criaram equívocos na representação das estruturas. A maior parte destes casos problemáticos, foi sendo resolvida em sucessivos redesenhos, o que era facilitado pela manutenção das Ruínas em condições de visita, facilitando a autópsia e a verificação de estruturas, mas ainda assim alguns acasos persistiram.

Em 1964, com o início das escavações luso-francesas, sob a direcção de Robert Etienne e J. M. Bairrão Oleiro, primeiro, começou uma fase de trabalhos que iria mais que duplicar a área escavada e aumentar de forma incomensurável o nosso conhecimento sobre a cidade, desenvolvendo-se o projecto sob a direcção da parte portuguesa por Jorge de Alarcão. A topografia de base, todavia, continuou a mesma. Sobre ela, a Mission Archéologique Française au Portugal e o Bureau d'Architecture Antique de Pau implantaram o rigoroso levantamento pedra-a-pedra à escala 1/50²⁹ que representa a zona então escavada, o centro monumental, implantação essa que foi feita também com apreciável rigor. Todavia o resto da cidade não foi objecto de levantamento topográfico, à excepção da casa dos repuxos, objecto de

²⁷ DGEMN 1948, fig. 1-2; id. 1964; fig. 3.

²⁸ DGEMN 1948, fig. 3; id. 1964; fig. 4. e várias reproduções em sucessivas edições de Oleiro *et al.* 1964; cf. Correia e Alarcão 2008, est. III.

²⁹ Alarcão e Eienne 1977, vol. II, pl.s III, XIX, XX e, sobretudo para o tema que aqui importa, XXXIX.

levantamento pelo BAA, o que implicou a utilização de plantas com ligeiras imprecisões nalguns casos³⁰ (nomeadamente o peristilo central da casa de Cantaber, cujas dimensões se veio a verificar não serem exactas).

O resultado final deste somatório de representações foi publicado na estampa LII do volume das *Fouilles de Conimbriga*³¹ dedicado à arquitectura. Nessa planta era feita a primeira abordagem conhecida à topografia histórica de Conimbriga, através da indicação dos principais eixos viários da cidade em sucessivas épocas históricas, mas o resultado final, até devido às limitações gráficas ainda muito marcadas na época de publicação, era pouco legível, faltando-lhe a clareza de leitura que o próprio Robert Etienne tinha demonstrado ser possível com a publicação do bairro noroeste de *Volubilis*³².

Em 1990 o Museu Monográfico de Conimbriga colaborou com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e com a Fachschule Hamburg, tendo acolhido o estágio de Markus Knorr. O objectivo da referida colaboração era produzir uma rede de apoio topográfico de alta precisão, medida com um erro inferior a 1 mm, materializada no terreno através de uma rede de 23 pontos cimentados, referenciados à rede geodésica nacional. Os meios topográficos utilizados foram convencionais, sendo nessas datas ainda incomum a topografia digital³³.

Ainda hoje de grande utilidade prática para os trabalhos de arqueologia do Museu, apesar dos inevitáveis danos que a rede de pontos cimentados foi sofrendo, estes trabalhos e as subsequentes dificuldades de ligação entre sistema de coordenadas e as diferentes plantas, demonstraram a necessidade de repensar a base topográfica do trabalho arqueológico em Conimbriga. Este desiderato foi sendo conseguido por etapas.

A primeira destas etapas foi a revisão dos dados existentes quanto à arquitectura doméstica, que era o sector negligenciado de Conimbriga, apesar dos esforços de actualização, designadamente no que diz respeito à casa de Cantaber, objecto de um novo levantamento. Isto implicou o redesenho de algumas plantas, a execução de outras novas (como na zona E), tendo sido levados a cabo trabalhos de escavação e limpeza *ad hoc* (como no terreno da

³⁰ Cf. Alarcão e Etienne 1981, *passim*.

³¹ Alarcão e Etienne 1977, *loc. cit*; cf. Correia e Alarcão 2008, est. V.

³² Etienne 1960.

³³ Knorr 1991.

Faculdade de Letras). Ambos os casos correspondem a zonas marginais de escavação: a zona E, localizada no ângulo Nordeste da muralha baixo-imperial, escavada no final dos anos 40 e com mosaicos intervencionados nos anos 70 do século XX; o terreno da faculdade de letras, por esta adquirida em 1928, e objecto de limpezas sucessivas mas sempre pouco consequentes desde aí, localizado a oeste do fórum – a situação de marginalidade ditou a pouca qualidade da documentação existente. Os dados recolhidos foram tratados digitalmente e os resultados estão parcialmente publicados sob a forma de plantas individualizadas dos edifícios³⁴.

Na mesma ocasião produziu-se a primeira tentativa de restituição da malha urbanística alto-imperial³⁵. Tratou-se de um esforço originalmente paralelo a uma outra tentativa muito conhecida de restituição do aspecto da cidade, o ensaio de visualização de Jean-Claude Golvin, datado de 1994³⁶, mas que só viu a sua publicação em anos sensivelmente posteriores

Nesta época estavam já publicados dois outros exercícios de topografia histórica, de desigual qualidade: a “planta parcial dos arruamentos de Conimbriga” com que Jorge de Alarcão ilustrou uma das suas palestras na Fundação Calouste Gulbenkian no ciclo “Cidades e História”³⁷, muito importante porque foi a primeira indagação das relações entre o urbanismo pré-romano e a conformação urbana de Conimbriga; e a planta de integração da muralha alto-imperial que Miguel Pessoa publicou, infelizmente com anacronismos internos que dificultam a sua compreensão³⁸.

Em 1999 o Museu Monográfico de Conimbriga encomendou um levantamento ortofotogramétrico das Ruínas e área envolvente, que foi financiado pelo então Instituto Português de Museus. Este levantamento, feito com base em fotografia aérea especificamente encomendada e suplementada por apoio de terreno, produziu um modelo digitalizado da superfície do terreno com uma malha de cotas muito densa e precisa, num programa informático facilmente acessível.

³⁴ Correia 2004a, 58-74.

³⁵ *Id. Ibid.*, 76-77. Esta imagem foi reproduzida numa multiplicidade de instrumentos de divulgação e de artigos de investigação posteriores.

³⁶ Golvin 1994. Sobre o exercício cf. Correia 1999, 18-19.

³⁷ Alarcão 1992, 123.

³⁸ Pessoa 1991, 8-9.

Em 2005 estavam finalmente criadas as condições para a fase final: a produção de um documento digital integrando todos os dados topográficos conhecidos sobre Conimbriga, adequadamente referenciados à sua natureza (conformação do terreno, estrutura escavada, estrutura reconstituída, etc.) e à sua data.

Os trabalhos de finalização deste processo foram entregues à firma Cruz & Alarcão – Arquitectos, Lda., que esteve envolvida em Conimbriga desde 1994 por ter sido vencedora do concurso de selecção para o projecto de conservação e valorização dos monumentos de Conimbriga³⁹.

Para os trabalhos topográficos publicados em 2008⁴⁰ foi tomada como base, a planta ortofotogramétrica de 1999. Sobre ela foram colocadas todas as plantas dos edifícios de Conimbriga, digitalizadas em 1998/9 como acima mencionado; no caso dos edifícios termais utilizaram-se as plantas corrigidas publicadas em trabalho específico⁴¹. Utilizou-se ainda a planta do fórum das escavações luso-francesas, nas suas duas épocas⁴² no completamento da planta global da cidade, para o fim aqui em vista, como o complemento indispensável da integração da arquitectura doméstica no tecido urbano, obviamente marcado pela presença dos grandes monumentos públicos.

De uma perspectiva estrita das intervenções de conservação, as residências da zona leste da cidade, escavadas entre 1929 e 1944, foram todas alvo de um processo sucessivo de escavação e restauro, sem documentação exacta dos vestígios conservados e da extensão restaurada. Algumas fotografias permitem uma avaliação genérica da extensão e profundidade do restauro, mas trata-se sempre de uma avaliação genérica, não pormenorizada, e com efeito existem pontos importantes das construções em que a interpretação da situação original e da afectação pelo restauro é delicada. Mesmo nas zonas em que a extensão do restauro é pacífica, foi sistematicamente usada a técnica de protecção pela construção de duas a três fiadas de aparelho sobre o original conservado, o que não permite uma leitura da disposição da construção no

³⁹ Alarcão 2006, 208—213; cf. Correia 2008, 76-77.

⁴⁰ Correia e Alarcão 2008; Alarcão 2009.

⁴¹ Correia e Reis 2000, 271-280; por outro lado a própria M. P. Reis tem avançado na investigação das termas de Conimbriga e da gestão hidráulica na cidade; cf. Reis e Correia 2006, 293-312.

⁴² Alarcão e Etienne 1977, pl.s IV a VI.

muro original. A planta topográfica simples é portanto o instrumento mais apurado que se pode fiavelmente utilizar.

A única excepção a esta situação é a ínsula do aqueduto que não sofreu qualquer intervenção de restauro significativa.

Na área das escavações luso-francesas dispõe-se de um plano pedra-a-pedra realizado à escala 1/50 e publicado à escala 1/100 para todas as estruturas, tratando-se portanto de um instrumento de superior valor documental e analítico. A prática de conservação seguida, que se tem pautado por uma intervenção limitada em profundidade e extensão, permite a autópsia de quase todas as edificações. O aspecto mais problemático e lamentável tem de facto a ver com as grandes extensões de arquitectura profundamente deteriorada por fenómenos post-deposicionais, que afectaram em particular a ínsula do vaso fálco, em que uma área muito significativa foi completamente revolvida, tendo-se perdido os muros por completo, e sendo a planta do edifício em boa medida apenas conjectural.

As intervenções posteriores foram e têm sido, via de regra, documentadas por desenho pedra-a-pedra à escala 1/20, dependendo do estado de conservação das estruturas e da existência de documentação anterior.

3. A arquitectura de Conimbriga no quadro do Império

Os conhecimentos disponíveis sobre a arquitectura doméstica de Conimbriga, nos condicionalismos próprios do programa de investigação⁴³ que trouxe à luz do dia os vestígios arqueológicos que conhecemos, não devem ser descontextualizados das esferas mais gerais do Império nas várias componentes geográficas e nas características sócio-culturais e artísticas que, em certa medida, dependem dessas componentes. No entanto, não parece prudente, nos

⁴³ Consideramos adequado descrever a investigação arqueológica em Conimbriga, desde 1899 para cá, como “programa de investigação”, na acepção epistemológica que Imre Lakatos confere à expressão. Cf. Lakatos 1999, sobretudo 54-61.

moldes a que obedece o presente estudo, levar demasiado longe a contextualização possível. Esta, no limite, poderia reduzir-se a um extenso enumerar de paralelos técnico-artísticos sem significado histórico mais profundo que a designação de “romana” aplicada *ab initio* ao objecto de estudo⁴⁴.

É, todavia, indispensável enquadrar o fenómeno da arquitectura doméstica de Conimbriga no seio dos conjuntos arquitectónicos congéneres que, pelo volume de documentação dos vestígios preservados, pela presença ou ausência de condicionalismos geográficos de incidência climatérica ou pelo simples ambiente sócio-cultural de base, se mostrem aptos a uma análise comparativa com potencial significativo. Os resultados são menos animadores do que se poderia augurar, sobretudo por a procura se ter orientado, mais do que para a busca de influências artísticas específicas em determinados edifícios – o que se reveste de importância e será indispensável, mas não neste momento de enquadramento – para a procura de conjuntos urbanos cuja morfologia, e a dinâmica que a produziu, sejam esclarecedores para a interpretação de Conimbriga enquanto “facto” urbano.

O Oriente e as margens do Império

As províncias orientais do Império, onde tradicionalmente se considera que a importância do fundo grego, quer na arquitectura erudita, quer nas influências vernáculas, produz criações muito diferentes⁴⁵, não mostram especial relevância para o estudo da arquitectura doméstica de Conimbriga. É assim para o Oriente mais longínquo⁴⁶, bem como para a Anatólia⁴⁷ e a própria Grécia⁴⁸. Tão pouco o Egipto⁴⁹ ou a Cirenaica⁵⁰ evidenciam a existência de um conjunto arquitectónico comparável com o objecto deste estudo.

⁴⁴ O que melhor se faz certamente por outro tipo de veículos, como Alarcão 1985 ou De Albertiis 1990.

⁴⁵ No entanto, contra esta posição tradicional, cf. Gros 2001, 214-216.

⁴⁶ *Syria*: Balty 1989; *Judaea*: Hirschfeld 1995; cf. Gros 2001, 215-217.

⁴⁷ Gros 2001, 217-229.

⁴⁸ Bonini 2006.

⁴⁹ Novicka 1959.

⁵⁰ Romanelli 1970.

Uma consideração distinta pode ser feita a propósito do Norte de África. A maioria da evidência provém das grandes cidades de fundação colonial⁵¹ e a imponente arquitectura doméstica romana-imperial que se desenvolve fá-lo em época posterior ao *floruit* da construção em Conimbriga⁵²; isto acontece na província da África⁵³ e também nas *Mauritaniae*⁵⁴.

Deve também colocar-se entre parêntesis a relevância para o estudo e interpretação da arquitectura de Conimbriga, das arquitecturas domésticas identificadas na Britânia⁵⁵, da Gália setentrional e das Germânicas e, em geral, do quadrante nor-ocidental do Império⁵⁶. Clima, tradições locais e a forte presença de contingentes militares, conjugaram-se aí para levar à produção de realizações arquitecturais muito distanciadas do universo técnico-artístico que pode interessar à interpretação das residências de Conimbriga, e o próprio processo histórico que levou ao aparecimento das cidades nessas áreas conferiu-lhes um aspecto muito próprio, pouco elucidativo para entender o processo urbano da cidade lusitana.

A pars occidentalis

Em suma, são a Itália, a parte meridional da Gália e a Península Ibérica que enquadram a arquitectura doméstica de Conimbriga.

⁵¹ Sobre a importância do elemento militar na difusão de um tipo específico de arquitectura residencial centrada num peristilo, cf. Gros 2001, 195.

⁵² Esta datação relativamente baixa da arquitectura civil doméstica na África Romana, frente a Conimbriga, no actual estágio de desenvolvimento da investigação e face à presente extensão dos conhecimentos disponíveis, e pelo menos no que diz respeito a uma interpretação global do desenvolvimento da casa de peristilo no Ocidente, levanta um paradoxo quando considerada a situação das artes decorativas, designadamente o mosaico. Certos fenómenos da arqueologia e das artes decorativas de Conimbriga são exemplo agudo deste problema, como a classificação dos mosaicos da casa dos repuxos como sendo “de estilo norte-africano” e todas as consequências daí retiradas para a cronologia da casa, para a data de construção da muralha baixo-imperial e para o próprio papel urbano que esta desempenhou; cf. Morand 2005, 26-28; Alarcão e Etienne 1977, 153-154. Importaria explicar como uma arquitectura desenvolvida, maioritariamente, em data avançada, apresentaria um tão forte eco num domínio importante mas acessório como a decoração; sobre a actividade das oficinas mosaicistas, cf. *infra* p. 161-172.

⁵³ Ghedini *et al.* 2003; Carucci 2007.

⁵⁴ Romanelli 1970, 230-250; Thébert 1985; Gros 2001, 165-180.

⁵⁵ Perring 2002.

⁵⁶ Gros 2001, 206-211; Petit e Santoro, 2007, 103-226.

Em Itália, o agro vesuviano e Ostia dominam quase completamente a evidência disponível da arquitectura doméstica. A própria *urbs* oferece muita informação arqueológica, mas é um sítio paradigmático das dificuldades da arqueologia urbana e da preeminência dada à arquitectura pública⁵⁷.

Pompeia e Herculano dão a conhecer a arquitectura doméstica num estado de conservação incomparável, fruto das próprias características vulcanológicas da erupção de 69, do impacto que ela teve sobre as cidades e dos fenómenos post-deposicionais ocorridos posteriormente. Mas uma análise global da investigação, se ela pode ser feita com alguma utilidade, ou competência, mostra que a investigação se tem dedicado muitíssimo mais aos aspectos epidérmicos, decorativos, das residências pompeianas que aos aspectos propriamente arquitectónicos e arqueológicos, *strictu sensu*, desses edifícios⁵⁸.

Cosa, mas também Fregellae, Volsinii, Luni⁵⁹ e outros locais, oferecem apenas elementos dispersos, importantes do ponto de vista de uma avaliação global da arquitectura doméstica romana, mas distantes da situação conimbrigense que se pretende enquadrar. Uma visão global da arquitectura romana no Norte de Itália confirma essa mesma perspectiva⁶⁰.

Na Gália, no estado actual de progresso da investigação, Vaison-la-Romaine, Saint Romain en Gal e Glanum⁶¹ são os pontos mais evidentes. Outros locais têm demonstrado a existência de exemplos de arquitectura doméstica de muito interesse, objecto de investigação de altíssima qualidade, mas sem que seja possível estabelecer um panorama de integração urbana

⁵⁷ Ostia: Packer 1971, Meiggs 1975, Pasini 1978 e Hermansen 1982a, sobretudo; Cidades do Vesúvio: Packer 1975, 133-142; Wallace-Hadrill 1994 (com todas as referências), Pesando 1997 (*idem*); Roma: a evidência não é resumível mas cf. Steinby 1993-2000. Para todas, Gros 2001, 93-135.

⁵⁸ Excepção muito significativa a esta situação é, no entanto, o programa de investigação desenvolvido sobretudo a partir dos trabalhos de A. Wallace-Hadrill (1988), que se reflecte numa forma bastante mais aprofundada de tentar entender a arquitectura doméstica. E, no entanto, a riqueza decorativa das cidades soterradas pela erupção do Vesúvio, desempenha sempre um papel invasor e, com alguma constância a análise da arquitectura quase se reduz a uma análise da disposição da decoração (Clarke 1991), o que reduz a sua importância como modelo.

⁵⁹ Pesando 1997, 275-320, com todas as referências.

⁶⁰ George 1997.

⁶¹ Balmelle 1992, 335-364; Brissard *et al.* 1996, 347-420.

desses exemplos verdadeiramente significativo, para além de uma divisão habitat aristocrático/habitat das classes médias e laborais⁶², que parece insuficiente.

A Península Ibérica

O superior interesse da Península Ibérica para o enquadramento da arquitectura doméstica de Conimbriga aconselha a particularizar a nossa análise por uma divisão geográfica mais minuciosa, no quadro das províncias e, dentro delas, nos *conventus*. Não se pode afirmar, *a priori*, a relevância destes quadros geográfico-administrativos para o estudo da arquitectura doméstica – no caso dos *conventus* é até muito provável que tal importância não tenha existido – mas parece tratar-se da única divisão disponível.

Na *Baetica*, tem sobretudo importância a situação da capital provincial Corduba. Infelizmente a extensão dos conhecimentos disponíveis sobre a arquitectura doméstica é muito inferior aquele sobre a arquitectura pública, e mesmo o conhecimento com algum pormenor da grelha urbana não supre essas carências⁶³. O mesmo se pode dizer da antiga *Iliberri* (bairro de Albaicín, Granada)⁶⁴, numa situação que se repete com regularidade em toda a análise comparativa levada a cabo: a sobrevivência dos núcleos urbanos romanos até à época presente, com as dificuldades inerentes à investigação arqueológica nesses ambientes.

Curiosamente, a evidência arqueológica do *conventus cordubensis* completa-se, para além das duas cidades mencionadas com uma terceira, *Munigua*, que partilha com Conimbriga a característica rara da sua desertificação em período tardio e a eventualidade de terem sido objecto de programas de investigação em continuidade⁶⁵. Na zona central da cidade conhecem-se seis casas, mais ou menos extensamente (a análise é por vezes difícil dadas as características das plantas) de que uma, a casa nº 1, está particularmente bem estudada⁶⁶.

As dificuldades levantadas pela arqueologia urbana repetem-se em Écija, única cidade documentada no *conventus astigitanus*, de que foi sede, sendo que os

⁶² V.g. a propósito de Augst, Gros 2001, 195, fig. 215.

⁶³ Secilla *et al.* 1991, 337-342.

⁶⁴ Moreno *et al.* 1993, 295-297.

⁶⁵ Schattner 2003, 81-100.

⁶⁶ Sobre a arquitectura doméstica em especial *vd.* Hauschild e Hausman 1991, 329-335.

achados recentes⁶⁷ têm sido mais atentamente observados desde o ponto de vista dos mosaicos do que da arquitectura que os enquadrrou⁶⁸.

Pelo contrário, o *conventus gaditanus* permite-nos conhecer duas cidades, também elas abandonadas e objecto de escavações sistemáticas.

Carteia⁶⁹, infelizmente, não foi ainda escavada em extensão tal que ofereça uma evidência substancial; a única zona residencial e comercial, na plataforma inferior do forum, ainda não foi profundamente estudada.

Baelo Claudia, por outro lado, permitiu identificar duas residências de peristilo central, pequenas casas de algum aparato integradas num bairro limite da cidade, que dividem com fábricas de salga, ao redor da saída da cidade através de um *cardo* porticado, numa situação que se pode considerar *sui generis*⁷⁰.

O *conventus hispalensis* oferece um panorama misto: de um lado temos uma cidade de que pouco se conhece devido à arqueologia urbana – *Hispalis*, a capital⁷¹; de outro uma cidade abandonada e profundamente investigada com um vasto manancial de investigação – *Italica*.

Conhece-se actualmente de *Italica*, com um pormenor muito grande, uma larguíssima parte do seu urbanismo. Este conhecimento, todavia, provém sobretudo de um extenso programa de prospecção geofísica⁷². A evidência escavada é mais reduzida e foi obtida em data mais antiga, tendo vindo a investigação a concentrar-se em duas residências, principalmente⁷³. A casa dos pássaros e a casa da exedra são, todavia, exemplos interessantes para a interpretação de alguns dos edifícios de Conimbriga, ainda que o carácter único do processo de desenvolvimento urbano da cidade, por se tratar da pátria de dois imperadores, a coloque numa posição muito especial.

O panorama da *provincia tarraconensis* é muito mais complexo. Questões históricas criam uma divisão acentuada entre a situação de desenvolvimento da parte sul e oriental da província (os *conventus* de *Tarraco* e de *Carthago Nova*) da

⁶⁷ Rodríguez 1991, 345-353.

⁶⁸ Campos *et al.* 2008, 21-54.

⁶⁹ Roldán 1992, 137-148; Roldán *et al.* 1993, 169-193.

⁷⁰ Sillières 1991, 321-326; *id.* 1997, 167-175.

⁷¹ Campos *et al.* 1991, 313-326.

⁷² Rodríguez e Keay 1995, 395-420; Rodríguez 1997, 87-114.

⁷³ Rodríguez 1991, 291-302; Roldán 1991, 303-311; *id.* 1993. Mais recentemente o panorama ficou muito enriquecido com Mañas 2010; *id.* 2011.

parte setentrional e ocidental (os *conventus* de *Caesaraugusta* e de *Clunia*). A província inclui, simultaneamente algumas das cidades de características coloniais mais eruditas, como a própria *Tarraco*, e alguns dos centros urbanos de características indígenas mais arraigadas.

No *conventus tarraconensis*, uma só cidade, Ampúrias, oferece uma amostra da arquitectura doméstica romana digna de apreço. A capital provincial não permitiu ainda a investigação de um quarteirão residencial de dimensões significativa⁷⁴. Em *Emporion* existem duas áreas distintas na cidade - a cidade romana e a *Neapolis*⁷⁵. Na cidade romana conhecem-se três grandes residências de peristilo. Na *Neapolis*, cerca de quinze insulas diferentes incluem um número indeterminado de unidades residenciais de variadas tipologias.

Na restante área do *conventus* conhecem-se vestígios limitados da arquitectura doméstica em *Barcino*⁷⁶, actual Barcelona (restos de várias residências de várias tipologias e cronologias), *Baetulo*⁷⁷, actual Badalona (onde, das cerca de cinquenta insulas que a cidade teve originalmente, a arqueologia urbana só permitiu recuperar as plantas menos incompletas de duas casas de maior dimensão - calle Lladó e Clos de la Torre), *Iluro*⁷⁸, actual Mataró (não se conhecem quaisquer edifícios domésticos em extensão apreciável) e *Valentia*⁷⁹, hoje Valência (onde as extensões identificadas em arqueologia urbana são limitadas).

No *conventus carthaginensis* conhecem-se vestígios de arquitectura doméstica em duas cidades, a capital, *Carthago Nova* e *Illici* (Elche).

Na primeira⁸⁰, está publicada com especial pormenor uma pequena residência de átrio testudinato⁸¹, de época republicana, enquanto a restante evidência é sobretudo focada nos pavimentos musivos. Em Elche, conhecem-se com algum pormenor duas casas de peristilo⁸².

⁷⁴ Remolá 2004, 49-72.

⁷⁵ Aquilé *et al.* 1983, 127-137; Santos 1991, 19-34; Kaiser 2000, 18-59.

⁷⁶ Balil 1987, 61-68; Raya e Miró 1993, 349-350.

⁷⁷ Guitar *et al.* 1991, 35-47.

⁷⁸ Clariana *et al.* 1991, 49-60.

⁷⁹ Albiach e Soriano 1991, 57-60; Marín *et al.* 1991, 61-66; Dies *et al.* 1987, 236-247.

⁸⁰ Ruiz 2001, em especial Martín *et al.* 2001, 19-52.

⁸¹ Soler 2001, 53-82.

⁸² Ramos 1991, 69-78.

O *conventus caesarangustanus* inclui uma amostragem muito interessante da arquitectura doméstica romana peninsular.

Em primeiro lugar devido à extensão cronológica que cobre. Em La Caridad de Caminreal⁸³ uma casa, construída nos finais do séc. III AC e destruída na época sertoriana, é de tipologia romana muito interessante. Infelizmente nada mais se conhece da cidade sua contemporânea.

Situação idêntica de conhecimento muito parcelar ocorre em *Bilbilis*, onde nada é conhecido em extensão significativa⁸⁴.

Pelo contrário em *Celsa* (Velilla del Ebro)⁸⁵ conhecem-se várias insulas, de que duas (a I e a II) incluem cerca de dez unidades residenciais distintas; outra (a insula VII) inclui três casas de que uma, a de Hércules, é de grandes dimensões. Trata-se de uma das melhores amostragens disponíveis de arquitectura doméstica romana na Península.

Também em *Complutum*⁸⁶ se conhecem seis residências de várias tipologias, uma amostragem não negligenciável relativamente ao conjunto da cidade.

O *conventus cluniensis* está pontilhado de cidades de que algo se conhece da sua arquitectura doméstica, mas não de forma a permitir uma análise da configuração urbana da cidade. Em *Clunia*⁸⁷ conhecem-se três casas, de que só uma está completamente escavada; em Ávila⁸⁸ os poucos vestígios localizados são incaracterizáveis com precisão; em Tiermes⁸⁹, com as especificidades inerentes a uma construção muito frequentemente rupestre, a estação oferece muitos dados, mas não estão publicadas plantas gerais das casas; em *Uxama* (Burgo de Osma)⁹⁰ conhecem-se, incompletamente, as plantas de três casas (do sectile, da atalaia e da pedreira) e, melhor, a chamada casa dos plintos; em *Iuliobriga*⁹¹ conhecem-se com algum pormenor três residências de diversas

⁸³ Vicente *et al.* 1991, 81-129.

⁸⁴ Martín-Bueno 1991, 165-180.

⁸⁵ Beltrán 1991, 131-164.

⁸⁶ Fernández-Galiano 1984 a e b, *passim*; Rascón e Méndez 1993, 347-348.

⁸⁷ Palol 1994, 46-68.

⁸⁸ Barraca 1993, 49-51.

⁸⁹ Argente 1991, 213-232.

⁹⁰ García 1991, 233-259; *id.* 1999, 191-220

⁹¹ Iglesias-Gil 1993, 209-211; Fernández 1993, 65-152

tipologias; em *Valeria*⁹² estão referenciados apenas pequenos planos parcelares de três zonas residenciais; em Iruña⁹³ existe uma larga área escavada, mas não se conhecem análises de pormenor da arquitectura.

O panorama da zona noroeste da tarraconense, autonomizada com a *provincia hispana nova antoniniana calaevia* sob Caracalla⁹⁴ é ainda mais lacunar. Aparentemente e com uma única excepção, só das capitais conventuais se conhecem restos de arquitectura doméstica. De *Lucus Augusti* (Lugo)⁹⁵ a única zona residencial identificada não está, infelizmente, publicada com pormenor; de *Asturica Augusta* (Astorga)⁹⁶ a arqueologia urbana identificou seis edifícios domésticos distintos, entre os quais três residências de que se conhece uma parte significativa das suas plantas; da *Bracara Augusta* (Braga)⁹⁷ conhecem-se com algum pormenor três insulas (Carvalheiras, Albergue Distrital e Sé); a excepção mencionada é *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canavezes)⁹⁸ onde se conhece um pequeno quarteirão de casas de tipo muito simples.

A Lusitânia

Por fim, na própria província da Lusitânia, o panorama dos conhecimentos disponíveis sobre a arquitectura doméstica romana não é nada nutrido. No próprio *conventus* onde Conimbriga se localiza, o *scalabitanus*, em Bobadela⁹⁹, conhecem-se dois quarteirões de construções, dificilmente caracterizáveis, maioritariamente destruídas pela construção do anfiteatro em inícios do séc. II, e aí termina a recensão do conhecimento arqueológico sobre a cidade.

Também de *Eburobrittium*¹⁰⁰ se conhecem apenas fragmentos de edifícios domésticos, que não permitem contextualização arquitectónica e urbanística precisa.

⁹² Fuentes 1991, 265-280.

⁹³ Gil *et al.* 1991, 281-286.

⁹⁴ Tranoy 1981, 389-390.

⁹⁵ Rodríguez e Carreño 1999, 115-132.

⁹⁶ García e Vidal 1995, 371-394.

⁹⁷ Martins 1999, 53-76; *id.* 2000, 63-68.

⁹⁸ Dias 1997, 77-118 e 179-187.

⁹⁹ Frade e Portas 1994, 349-359.

¹⁰⁰ Moreira 2002, 63-87.

No Sul de Portugal, o *conventus pacensis*, há que mencionar apenas duas cidades Évora e *Mirobriga*. Em *Liberalitas Iulia Eborae* a única insula parcialmente escavada nunca foi publicada; em *Mirobriga* conhecem-se de forma incompleta duas pequenas áreas residenciais¹⁰¹.

A parte interior da província, o *conventus* da capital, mostra pouco mais, apenas Cáparra e a Aramenha. De *Capera*¹⁰² conhecem-se mal as estruturas domésticas; de *Ammaia*¹⁰³ a investigação ainda não identificou vestígios significativos de arquitectura doméstica.

Resta a capital, *Emerita Augusta* (Mérida) porventura a amostragem de maior interesse para o caso de Conimbriga, apesar das dificuldades inerentes à arqueologia urbana – mas que nessa cidade têm sido resolvidas de forma particularmente feliz – e à inevitável desigualdade da documentação.

A arquitectura doméstica de Mérida ganhou protagonismo na investigação da colónia capital da Lusitânia nos anos sessenta do séc. XX¹⁰⁴. Esse protagonismo foi mantido, ao longo dos anos, se não tanto directamente através dos estudos dirigidos directamente à arquitectura¹⁰⁵, pelo menos pela atenção dada ao mosaico. Desde meados dos anos oitenta do mesmo século, as estruturas de protecção patrimonial do subsolo da cidade têm vindo a registar e publicar sistematicamente toda a arqueologia de uma cidade em intensa renovação urbanística; por isso, ainda que as dificuldades inerentes ao conhecimento parcelar sempre dependente da arqueologia urbana também aqui se façam sentir, a intensidade dessa arqueologia supre em certa medida essa carência¹⁰⁶. Actualmente conhecem-se as edificações domésticas integradas num quarteirão junto á muralha frente ao rio (Morería)¹⁰⁷, residências importantes sob a Alcazaba¹⁰⁸ e junto ao teatro¹⁰⁹, uma outra área sob o Museu,

¹⁰¹ Barata 1998, 94-97; *id.* 1999, 55-65.

¹⁰² Cerrillo e Herrera 1992; Cerrillo 2000, 163.

¹⁰³ Oliveira *et al.* 1999, 129-134.

¹⁰⁴ García 1966.

¹⁰⁵ Balil 1991, 75-91.

¹⁰⁶ Aguardando-se com expectativa o estudo “El ámbito doméstico en Augusta Emerita. Arquitectura y urbanismo” de A. Corrales Álvarez, anunciado em IAM 2010.

¹⁰⁷ Alba 2004, 67-83.

¹⁰⁸ Palma 1997, 351; faz ressaltar o carácter fragmentário da pouca informação disponível.

¹⁰⁹ Durán 1991, 359-369.

e duas grandes edificações privadas extra muros¹¹⁰, para além, claro, de uma larguíssima quantidade de referências a estruturas domésticas sob toda a cidade¹¹¹.

Tratando-se de uma fundação colonial a morfologia urbana é a expectável de uma *deductio*. Uma fortíssima estrutura urbana maioritariamente homogénea quanto aos fenómenos distributivos, sucessivamente alvo de alterações de grande ou pequena monta, aquelas normalmente de origem pública, estas de origem privada. Mérida, todavia, não é uma cidade de arquitectura doméstica particularmente erudita, pelo menos na extensão até aqui posta a descoberto, no que contrasta fortemente com a sua própria arquitectura pública.

4. A procura de um modelo urbano para o enquadramento de Conimbriga

Certamente que Conimbriga não foi um *unicum* no Império. Mas factores históricos e condições de investigação combinaram-se de forma a produzir um resultado que, dentro da visão aqui proposta, não deixa de oferecer uma perplexidade.

Procurava-se encontrar evidência da existência de modelos urbanos de desenvolvimento comparáveis, desde o ponto de vista da análise empírica das suas plantas gerais, ao que pode ser uma análise preliminar de Conimbriga: uma cidade de cadastro irregular, presumivelmente indígena. Partia-se do pressuposto de que nestas condições, a análise tipológica e artística dos edifícios domésticos encontraria paralelos menos limitados, já não apenas quanto às suas características intrínsecas, mas também quanto ao seu contexto.

¹¹⁰ Sánchez e Nodar 1997, 367-386.

¹¹¹ Palma 1997, 347-365.

Essa busca entregou um magro resultado: *Mirobriga* e *Munigua* são duas pequenas cidades onde a arquitectura se inscreve numa estrutura cadastral e topográfica desprovida de alinhamentos regulares; mas a sua arquitectura doméstica não oferece bons exemplos para uma interpretação aprofundada de Conimbriga. Em *Celsa*, colónia fundada em 44 a.C., a topografia impôs uma geometria peculiar ao traçado urbano, que nunca foi obliterada por intervenções posteriores¹¹².

No Norte de África Timgad e Djemila são exemplos de coexistência entre cadastros regulares e expansões “informais”, mas manifestamente a génese das cidades foi muito diferente da génese da aglomeração conimbrigense.

Alhures, a informalidade dos cadastros está quase sempre mais associada ao carácter elementar da aglomeração.

Em suma, no actual estado da investigação, o estudo da arquitectura doméstica de Conimbriga não conta, à partida com uma linha condutora historicamente informada acerca do urbanismo, tendo de ser tratado como um caso exemplar¹¹³. Isto sugere uma metodologia baseada, obviamente em primeiro lugar numa análise aprofundada dos edifícios (Parte I) e, sobre essa base, numa aproximação gradual aos diversos aspectos e níveis de informação oferecidos pelo conjunto urbano (Parte II).

Estas duas partes devem entender-se como complementares e indissociáveis.

O estudo dos edifícios domésticos de Conimbriga não poderia, desde uma perspectiva exigente e rigorosa, desenvolver-se de forma tal que a tese aqui apresentada fosse, sobretudo, um trabalho de indagação e reconstituição arquitectónica: por um lado, os problemas de conservação e documentação impedem um tratamento homogéneo dos edifícios do conjunto, por ser muito diferenciada a informação disponível sobre eles e, por outro, em geral, a má conservação não permite uma reconstituição rigorosa da sua morfologia - credível sim, mas sempre baseada em conhecimentos gerais e não em informações concretas de terreno.

¹¹² A mesma explicação parece poder ser apresentada para *Bilbillis*, *Tiermes*, *Valeria* e *Uxama*.

¹¹³ Sobre este aspecto cf. Fabião 2010, 349-352.

Mas rejeitar um exercício mais completo de visualização dos edifícios residenciais da cidade não implica descartar o manancial existente sobre a estrutura urbana e sobre a planificação específica de uma área muito significativa desta: foi este o caminho seguido.

O estudo planimétrico dos edifícios domésticos da cidade permite uma análise de algumas estruturas sócio-económicas que lhe deram vida: este duplo aspecto permite avançar nalguns caminhos de investigação e somar, ao papel modelar que Conimbriga já tem, graças ao conhecimento dos seus monumentos públicos e à extensão e qualidade da investigação histórico-arqueológica feita sobre eles e sobre outros aspectos da cidade, algumas novas perspectivas, sem as quais nada mais se teria que um álbum topográfico.

Ambos os voletes do díptico concorrem, portanto, na caracterização deste importante exemplo do fenómeno romano no Ocidente.

Parte I
Os edifícios domésticos de Conimbriga

O arqueólogo deve passar da tradicional e tranquilizante abordagem descritiva, baseada na ilusão da objectividade da descrição da estrutura, para aquela incerta e duvidosa da compreensão.

F. C. Giuliani (1998, 13)

Capítulo 1

A metodologia adoptada

Os objectivos deste apartado descritivo são: sumariar os dados disponíveis sobre cada um dos edifícios domésticos de Conimbriga; proceder à sua análise desde a óptica da sua estrutura arquitectónica e antiga utilização, levando a cabo, designadamente, a apresentação do que é possível reconstituir da sua estrutura proprietária/utilitária, dentro do quadro de uma possível reconstituição da sua morfologia geral (e das possibilidades efectivas de proceder a essa reconstituição).

Optámos por designar cada edifício por uma expressão distinta, seguindo uma tradição instalada nos estudos das cidades romanas, tão antiga quanto justamente criticada. Eximimo-nos à ingrata tarefa de a justificar (em bloco ou, sem hipótese de remissão, cada uma das suas vinte e sete escolhas), apresentando apenas a justificação claudicante de que não haverá grande margem de equívoco quanto ao edifício a que, em cada passo, nos referimos; acrescenta-se que, junto do público em geral que visita as Ruínas (elemento indissociável de qualquer investigação que se leve a cabo em Conimbriga) é opção de grande sucesso.

A informação disponível sobre cada edifício não é apenas importante desde um ponto de vista utilitário, ou historiográfico. A investigação da arquitectura doméstica de Conimbriga compagina um número muito grande de situações diversas no domínio da metodologia da escavação e do registo com uma gama variada de graus de atenção prestada ao próprio fenómeno edilício doméstico enquanto tal. Edifícios há para que a documentação disponível é

unitária; outros foram sucessivamente estudados em distintos períodos; outros ainda foram objecto de uma escavação meramente conjuntural (caso de algumas zonas liminares das escavações luso-francesas); o cruzamento destes dados multiplica as situações diferenciadas de conhecimento sobre cada edifício. Por outro lado, foi também em função deste processo sincopado de construção de um universo de estudo que se formou um corpo de conhecimentos que se tentou absorver (como melhor forma de o superar).

A descrição dos edifícios é intencionalmente sintética e não entra em análises de pormenor sobre a evidência conservada ou sobre fases de construção, à excepção de alguns casos em que houve importantes modificações da morfologia dos edifícios. Na descrição, quando necessário, recorre-se à numeração dos compartimentos, normalmente seguindo a numeração tradicionalmente atribuída aos edifícios de Conimbriga (designadamente a atribuída pela DGEMN nas escavações até 1944) ou publicada em estudos anteriores, mas nem sempre. São excepções mais notáveis as casas dos esqueletos e da cruz suástica e as lojas a sul da via; o confronto com outros sistemas de notação dos compartimentos, utilizados por outros investigadores, é indispensável para um contraste aprofundado das presentes propostas.

Entendeu-se o catálogo das unidades residenciais como um derivado óbvio da descrição dos edifícios. Outra linha possível teria sido a de limitar a descrição a uma perspectiva arqueográfica, deixando para um nível de análise mais pormenorizado a reconstituição das unidades residenciais e daquilo que a estrutura parece indicar ter sido o seu funcionamento. Todavia, o interesse latente em proceder a uma análise estatística das fórmulas de apropriação e utilização do espaço pareceu aconselhar a utilidade de deixar a catalogação sob a forma de uma indicação semi-quantitativa de um pequeno número de indicadores facilmente comparáveis (Identificação/designação; número de células; área total; diferença máxima entre células; acessos; equipamento). A importância dos três primeiros itens é, crê-se, auto-explicativa; o quarto elemento era suposto poder dar informações determinantes na hora de tentar perceber qual a variabilidade funcional de uma determinada unidade residencial na ausência de informações concretas, estruturais ou mobiliárias, sobre a sua

função¹¹⁴; o quarto elemento foi julgado imprescindível a uma ulterior análise e discussão da forma de relacionamento da unidade com o conjunto urbano mais vasto – sob a óptica da teoria do “sistema de cenários de Rapoport” – enquanto o quinto e último elemento, ainda que escassamente provido de informação concreta, se encarou como imprescindível não só nessa mesma óptica, mas também em qualquer abordagem mais tradicional dos edifícios domésticos romanos.

Estes vários itens de análise não poderiam, todavia, ser referidos na ausência de uma apreciação mais geral do que, em contexto específico de uma determinada linha de investigação, é possível extrair de um qualquer volume de dados (algo diferente do que será possível numa outra linha de investigação), razão pela qual se julgou útil e importante fazer apelo a um comentário individualizado do que mais sensitivamente se poderia designar “apreciação global”, desprovido – por ser metafísico – de importância determinante para a análise, mas ainda assim algo condicionante de uma abordagem global do edifício e, sobretudo, condicionante de uma forma insidiosamente determinante (insidiosa por ser dificilmente explicitada) do nível de investimento dedicado a cada um dos edifícios. Com efeito, uma análise rigorosamente quantitativa determinaria que existe, para além de um diferencial de ocupação do espaço por parte de cada edifício, um importantíssimo diferencial de investimento em investigação e manutenção nessas unidades arqueográficas (e de gestão patrimonial): existem, em suma, edifícios que merecem atenção e edifícios que não a merecem – ou, em rigor, os que a têm e os que não a têm. Não é possível a um único projecto de investigação, delimitado no tempo, suprir as deficiências seculares criadas por este facto; pode-se pelo menos tentar percebê-lo¹¹⁵.

É ainda neste contexto que importa abordar o problema da cronologia dos edifícios.

Não existem em Conimbriga – ainda que possa parecer paradoxal¹¹⁶ – dados suficientes para proceder a uma análise fina da cronologia dos edifícios,

¹¹⁴ E veio a revelar-se determinante na divisão de grupos das unidades residenciais.

¹¹⁵ Para o que também contribui a diferença de focagem de dois projectos quase contemporâneos, o presente e o de Pedro Alarcão (2009, em especial vol. I 205-247, vol.II 227-240).

¹¹⁶ Cf. *supra* p. 23-26.

a uma sua seriação precisa, em suma, pois de muitos deles não existem, de todo, dados seguros quanto à sua data de construção original (mais frequentemente os dados existem apenas para fases de remodelação).

Todavia, para a análise que se pretende levar a cabo, que é mais globalizante e “sociológica”, esta deficiência não se revela demasiado grave.

Aliás, tendo em conta o carácter vernáculo de muita da arquitectura com que aqui trabalhamos é de colocar entre parêntesis a validade de uma tal seriação, se ela fosse possível. Por outro lado, os aspectos eruditos de outros edifícios, pelo facto mesmo da sua erudição, não consentem uma seriação rigorosa, pois não seria possível considerar nessa sede o factor da inventiva e do ineditismo intencionalmente procurado, que indiscutivelmente presidiu a algumas das escolhas.

Portanto, as datações tradicionais dentro de flechas largas de algumas décadas, designadas pela família imperial são suficientes para a análise que se conduzirá, o que nos conforta da inexistência de outras mais precisas.



Figura 1 – Localização dos edifícios domésticos de Conimbriga.

Capítulo 2

Descrição e catálogo das unidades residenciais

1 - Edifício do sector K VIII

Informação disponível

Escavação: Três quadrados escavados em 1965 para testar a fiabilidade de um programa de detecção remota por prospecção geofísica levado a cabo pelo Laboratory for Archaeology and the History of Art da Universidade de Oxford (J. Alarcão, com. pes.; cf. Alarcão 1964, 369), alvo de grande operação de limpeza em 2003. Documentação disponível: Não existe documentação da escavação antiga, apenas da operação de limpeza. Caracterização sumária: Parte de um edifício localizado em sondagens. Referências a mosaicos confirmadas pelo achado de tesselas. Bibliografia da escavação: Os dados existentes (Correia 2004c) nunca foram publicados. Cf. Correia 2004a, 56; Correia e Alarcão 2008, 41.

Descrição das estruturas conservadas

A área escavada (quatro quadrados, um dos quais incompletamente decapado) não permite reconstituir a planta do edifício. Só a sua orientação (aproximadamente norte-sul) é perceptível. Identifica-se uma grande sala de solo em *opus signinum* com um depósito rectangular escavado possivelmente próximo do centro da sala, mas é desconhecido o contexto arquitectónico deste elemento. A Este parece identificar-se um possível murete de implúvio, mas é pouco seguro.

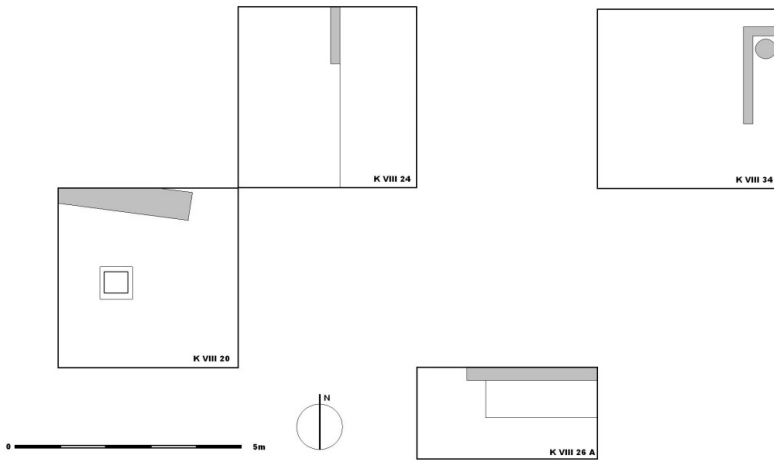


Figura 2 – Representação esquemática das estruturas identificadas no sector KVIII.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Os materiais recolhidos nas limpezas de 2003, únicos disponíveis para análise, têm mais a ver com a demonstração de uma importante estratigrafia relacionada com as fases pré-imperiais das construções desta zona do que com a datação das estruturas identificadas. Por comparação com outras zonas, designadamente a esplanada do templo e especialmente a palestra das termas do sul, pode-se conjecturar que as grandes terraplanagens que conduziram à situação onde estes materiais ficaram fossilizados em aterros datam das remodelações urbanas de finais do séc. I. Isto não passa, todavia, de uma conjectura, que acarreta inclusive um raciocínio circular cujas consequências importa limitar.



Figura 3 – Aspecto das estruturas em KVIII 34 (possível *impluvium*).

Parece todavia ser significativo que, independentemente da data, a orientação das estruturas deste edifício, grosseiramente coincidente com a da principal estrutura da restante cidade, possa corresponder a uma remodelação de data flaviana ou imediatamente posterior, que já se verificou noutros pontos da cidade ter por vezes sido bastante profunda na substituição de estruturas de data anterior por outras de orientação mais coincidente com uma estrutura geral, que não foi nunca hipodâmica, mas que quis ser regular tanto quanto possível. A reconstituição possível, todavia, necessitaria de mais dados de suporte para poder ser tomada como base de hipóteses ulteriores¹¹⁷.

¹¹⁷ Correia e Alarcão 2008, 40-41.



Figura 4 – Possível integração urbanística do edifício identificado no sector KVIII

Catálogo das unidades residenciais

Impossível.

2 - Edifício de Condeixa-a-Velha:

Informação disponível

Escavação: Não teve lugar. Documentação disponível: Não existe. Caracterização sumária: Vestígios de construções romanas conservados sob casas da aldeia (Pessoa 2005, 368 j). Bibliografia da escavação: Os dados existentes nunca foram publicados. Cf. Correia 2004a, 56.

Descrição das estruturas conservadas

A notícia da conservação de um solo correspondente ao suporte de um mosaico é o único elemento disponível sobre o edifício, entretanto sujeito a uma remodelação não acompanhada pela arqueologia, que torna impossível confirmação.

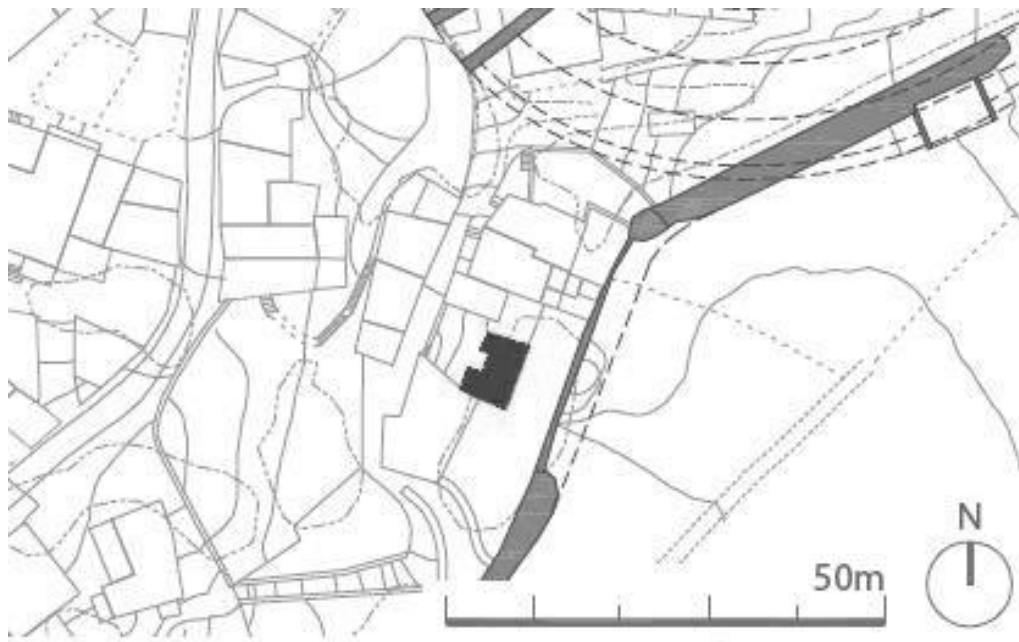


Figura 5 – Localização do edifício de Condeixa-a-Velha em relação com a linha da muralha do Baixo-Império e com as estruturas, conhecidas ou reconstituídas, do anfiteatro.

Apreciação global

Existe um elemento de relevo que a mera localização deste edifício obriga a salientar: a existência nesta zona de uma faixa de construção na

encosta do vale, que nesta zona se conservou, fora da linha da muralha Baixo-Imperial. Se se imaginar que esta situação era recorrente ao longo do perímetro urbano, é possível que a cidade tenha tido um perfil altimétrico mais animado do que a observação do planalto raso conformado pela muralha tardia leva a imaginar.

Catálogo das unidades residenciais

Impossível.

3 - Edifício a oeste das termas:

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa; outros trabalhos levados a cabo em 2004, no âmbito do projecto de valorização dos monumentos de Conimbriga. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50 publicado a 1/100). Caracterização sumária: Parte de uma insula de que primeiramente se localizou uma parede, tendo posteriormente sido escavados muito incompletamente três compartimentos. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977, 66, pl. XIX; os trabalhos de 2004 (Ribeiro 2007) não foram publicados. Cf. Correia 2004a, 56.

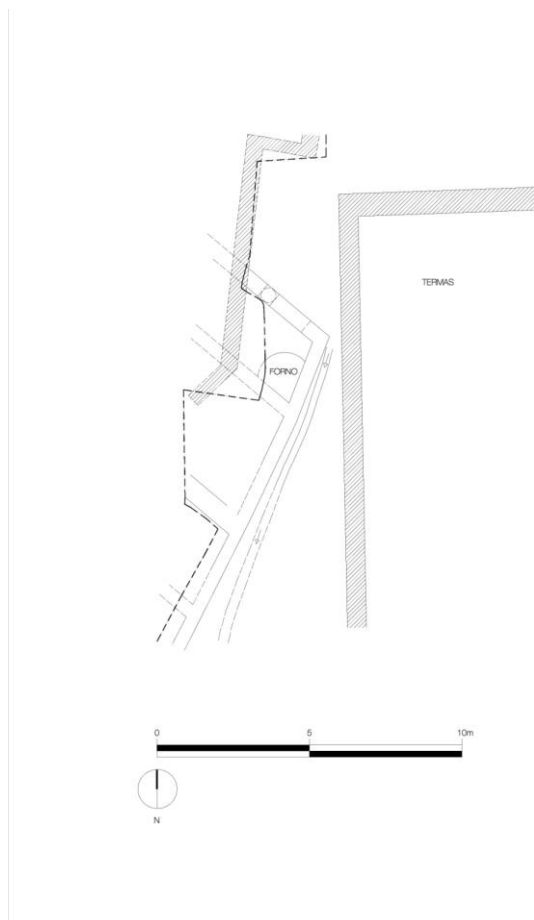


Figura 6 – Planta do edifício a oeste das termas (indicado, a tracejado, o limite da escavação de 2004). As estruturas sombreadas correspondem às construções flavio-trajânicas das termas (a este) e da nova fachada da insula (a oeste)

Descrição das estruturas conservadas

Conhecem-se alguns muros em *opus vittatum*, que pouca informação oferecem quanto à estrutura do edifício. Em 2004, verificou-se a existência, de um forno doméstico, construído pelo semi enterramento de um *dolium*, tendo o lar do forno sido feito com tegulas recortadas. Este forno foi destruído – bem como parte da insula – aquando da construção das termas trajânicas.



Figura 7 – Edifício a oeste das termas, no final da escavação de 2004. Sobre o lajeado da via original, os elementos de arquitectura da insula pré-trajânica demolida. No corte ao fundo, o muro limite da insula pós-trajânica.

A estrutura parece ter sido regida pela linha da via que saíria obliquamente da praça a norte das termas em direcção sudoeste. O achado de uma base de coluna e um troço de fuste, de modenatura vernácula, permite supôr que o edifício abriria em direcção Nordeste por um pórtico para a via ou

para um alargamento da praça. Este pórtico parece ter sido fechado nos topos, num dos quais se construiu o forno, não se tratando portanto de um pórtico de passagem, mas apenas um recesso semi-público do próprio edifício.



Figura 8 – Aspecto da base do forno, durante a escavação.

A restante estrutura identificada podia ser constituída por pares de compartimentos, formando talvez unidades residenciais de dois compartimentos de áreas semelhantes.

Não se conhecem os arranjos internos da insula em época pós-trajânica, pois o muro que corresponde ao limite da construção neste período é precisamente o limite da área escavada.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A datação pré-flaviana da construção é segura, ou não se assistiria à sua demolição para a instalação da rua trajânica; o material concorda. Não é,

todavia, completamente segura a datação augustana proposta pelos escavadores nos anos sessenta do séc. XX.

Catálogo das unidades residenciais

Impossível.

4 - Edifícios a norte do fórum:

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, 1968. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977, est. III). Revisão da arquitectura pelo A. em 1998. Caracterização sumária: Parte de uma (ou várias) insula(s) de extensão desconhecida. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977, 214 (XXIII), 247 (XLVII). Cf. Correia 2004a, 56.

Descrição das estruturas conservadas

Ao longo da rua a norte do fórum, conservam-se fragmentos de vários muros, que compõem os limites de uma ou duas insulas, de que infelizmente nada mais é possível saber. A incerteza do número de insulas prende-se com a estrutura de acessos desde o norte do fórum ao anfiteatro: a identificação de uma rua (no extremo Oeste da área) interrompendo a fachada tem sido normalmente assumida, mas podem também ser duas ruas (com outra alinhada com a esquina do fórum, no extremo Leste da área). Uma análise mais pormenorizada impor-se-ia, mas as condições de conservação do local não o permitem por agora, ainda que decorram trabalhos no local presentemente.

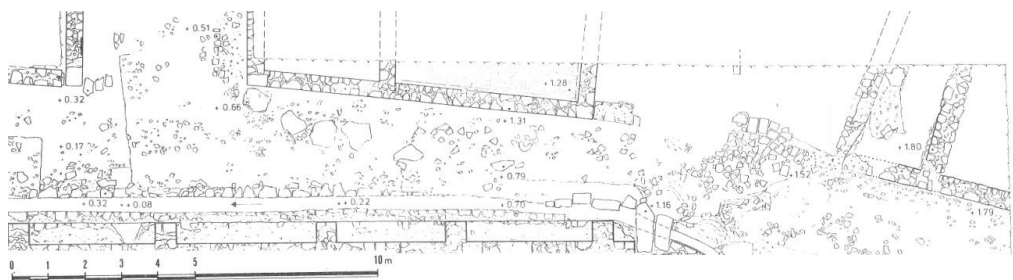


Figura 9 – Plano pedra-a-pedra dos edifícios a norte do fórum
(extracto de Alarcão e Etienne 1977, est. III)

Cronologia

A construção é, certamente, post-flaviana¹¹⁸.

Catálogo das unidades residenciais

Impossível.

¹¹⁸ Alarcão 2009, II, 244

5 - Edifício da rua da patera Emanuel:

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100, arquitectura a 1/200) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977, est. XXXIX). Escavações complementares de J. Alarcão em 1977 e do A. em 1996 tratadas num plano geral a 1/100. Caracterização sumária: Parte de um edifício de extensão desconhecida. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977, pl. XLI, nºs 13, 14 e 15 (integrada no edifício da patera Emanuel). Cf. Correia 2004a, 56.

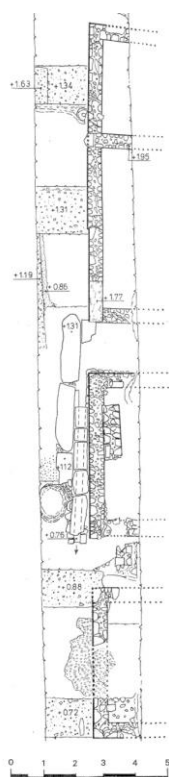


Figura 10 – Plano pedra-a-pedra do edifício da rua da patera Emanuel (Alarcão e Etienne 1977, Est. 39).

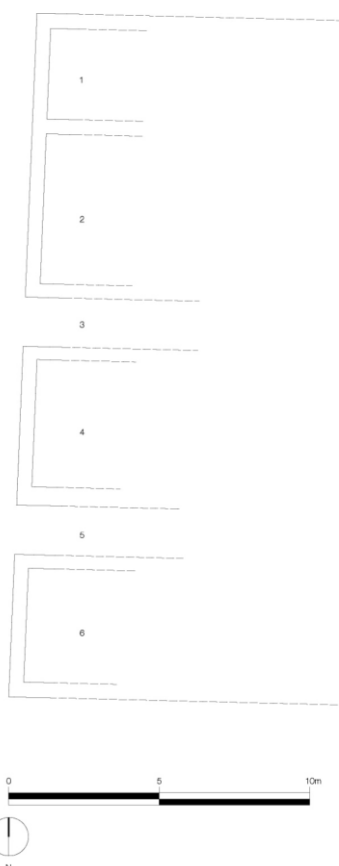


Figura 11 – Planta do edifício da rua da patera Emanuel

Descrição das estruturas conservadas

Conservam-se apenas vestígios de quatro compartimentos e duas possíveis entradas de um edifício de que mais nada se sabe. Pode talvez tratar-se de um *horreum*, ou de uma insula dividida em pequenas unidades

A própria divisão deste edifício relativamente ao Edifício da Patera Emanuel não é completamente segura.

A orientação divergente do edifício relativamente aos outros que lhe são próximos pode ter a ver com o seu afastamento do eixo de circulação primordial. É provável que a marginalidade de algumas áreas da cidade tenha permitido a manutenção de estruturas cadastrais pré-romanas de traçado informal.



Figura 12 – Aspecto da escavação do edifício da rua da patera Emanuel (à esquerda) em 1996.

Catálogo das unidades residenciais

Impossível.

6 - Casa do tridente e da espada

Informação disponível

Escavação: A escavação da zona E, por iniciativa da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, não pode ser precisada no tempo. Deve ter-se iniciado depois de 1948 (Cf. Alarcão 2009, II 277), surgindo já representada em plantas em 1962. Novas escavações de 2008 a 2010, dirigidas por J. S. Ruivo. Documentação disponível: Planta 1/50 (A.) de 1997; nova planta completada em 2010. Caracterização sumária: Residência quase completamente escavada, formando parte substancial de uma insula, de que falta apenas escavar com pormenor os limites oeste. Não foram publicados relatórios de trabalhos. Referências bibliográficas: Alarcão 1992, 52; Correia 1994, 329-330 e fig. 2; *id.* 2004a, 56. Entre 2010 e 2013, com a colaboração do Curso de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, levaram-se a cabo mais trabalhos na casa, que conduziram á apresentação (e aprovação) de dois relatórios de estágio de 2º ciclo por Álvaro Ferreira e Telma Vieira; todavia, por questões de calendário, estes trabalhos não puderam ser utilizados para a actualização da informação sobre esta casa no presente volume.

Descrição das estruturas conservadas

A construção originalmente conhecida como casa do tridente e da espada é um conjunto de três compartimentos integrados numa casa de maiores dimensões, de que são todavia autónomos. A parte principal da casa está muito profundamente destruída, razão pela qual a sua análise não é fácil.

A entrada na casa era dupla: uma porta provida de trinco aberta a Este, dando acesso a umas *fauces* (1) pelas quais se chegava ao canto do peristilo central (2-3) e, a partir da mesma soleira, uma pequena porta lateral pela qual se entrava num compartimento que, com outro (4-5), ocupava o canto sudeste da casa; estes dois compartimentos podem ter sido autónomos da restante circulação pela casa, mas a sua entrada não é do tipo comum para as *tabernae* com compartimento anexo, as suas funções seriam por isso diferentes.

Do peristilo, de planta ligeiramente irregular, acedia-se a Sul, a um *cubiculum* decorado por mosaico (6) e, na ala Sudoeste a um conjunto de

compartimentos de pequenas dimensões e função indeterminada. No canto noroeste existia uma possível entrada secundária (12).

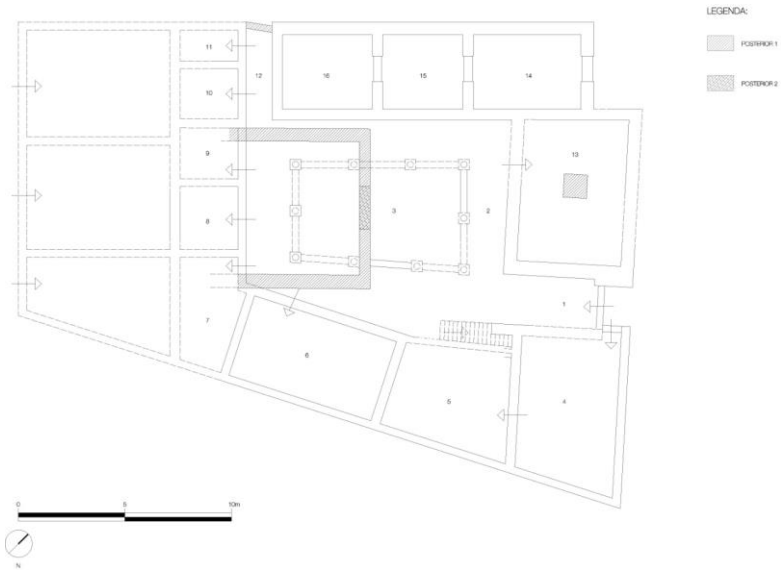


Figura 13 – Planta da casa do tridente e da espada

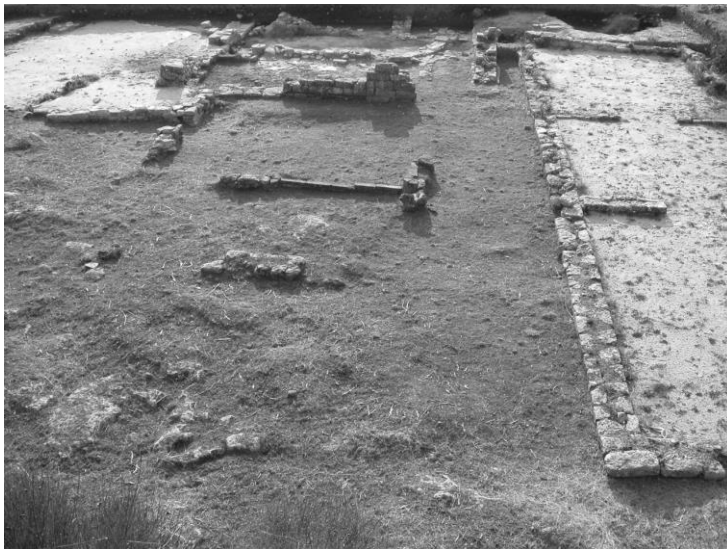


Figura 14 – Aspecto da zona central da casa do tridente e da espada



Figura 15 – Ala oeste do peristilo da casa do tridente e da espada, em curso de escavação (2008). É visível o nível de demolição das estruturas (junto à coluna) provocado pela construção do triclinio tardio (muro à esquerda).

Também na ala sul do peristilo terá existido uma escada de acesso a um piso superior, a colocação de tal escada é a melhor explicação para o desenho de um muro em baioneta que provocou uma redução da área do compartimento 5.

A ala noroeste do peristilo era cega, sendo o pórtico suportado pela parede exterior do conjunto de três compartimentos independentes (14-16) que foram primeiramente escavados. Na ala nordeste abria-se um único compartimento, de grandes dimensões com uma lareira central.

Toda a zona sudoeste e o peristilo central foram, aparentemente, remodeladas para a construção de um grande triclinio (?), que avançou sobre o primeiro tramo do pórtico e parte do jardim. O implúvio pode ter ficado reduzido apenas ao tramo Este (com o pórtico deslocado para o tramo

central). Este triclinio abria-se por uma grande porta, que num momento ainda ulterior foi entaipada.

A Sudoeste é possível ainda a existência de um conjunto de *tabernae* abertas para a via que a reconstituição da trama urbana sugere ter existido (a não ser assim os pequenos compartimentos 7-11 seriam demasiado alongados para a largura que têm), mas as escavações não permitiram ainda confirmar ou desmentir esta conjectura¹¹⁹.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Apesar das recentes escavações, não temos dados para datar a casa. Esta é seguramente anterior aos mosaicos, mas a datação destes não pode ser apontada com segurança – critérios estilísticos internos a Conimbriga poderiam sugerir os inícios do séc. II¹²⁰, mas é matéria conjectural.

A arquitectura recorda bastante a situação da casa dos esqueletos (eixo central, com extensões semi-independentes). É próprio desta casa, todavia, um aspecto vernáculo que se traduz na irregularidade dos eixos, na modéstia do programa arquitectónico original e na contenção da decoração musiva.

Por outro lado, é muito significativo o volume da decoração pictórica recolhida em escavação.

A identificação de uma possível *schola* no conjunto de compartimentos mosaicados n.ºs 14-16, sugerida pela decoração singular dos mosaicos é discutida mais aprofundadamente noutra ponto¹²¹.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Norte

Número de células - 3

Área total – 47m²

Diferença máxima entre células –
5m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – pavimento de
mosaico com motivos de anfiteatro

2 – Principal

Número de células – 9 (?)

Área total – 501m²

Diferença máxima entre células – 120m²

Acessos – porta para a rua e acesso
secundário

Equipamento – peristilo, *cubiculum*, *posticum*,
decoração com mosaico e pintura.

¹¹⁹ Não se curou desta parte de arquitectura conjectural no catálogo das unidades residenciais.

¹²⁰ Cf. *infra* 152-153.

¹²¹ *Infra* 233-238.

7 - Edifício das portas do sol

Informação disponível

Escavação: A escavação da zona E, por iniciativa da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais não pode ser precisada no tempo. Surge já representada em plantas em 1948 (Cf. Alarcão 2009, II 277). Documentação disponível: Planta 1/100 (A.) de 1997. Plano pedra-a-pedra (1/50) de 1997/1998. Caracterização sumária: Parte de uma insula de extensão desconhecida. Bibliografia da escavação: Não foram publicados relatórios dos trabalhos. Cf. Correia 2004a, 57.

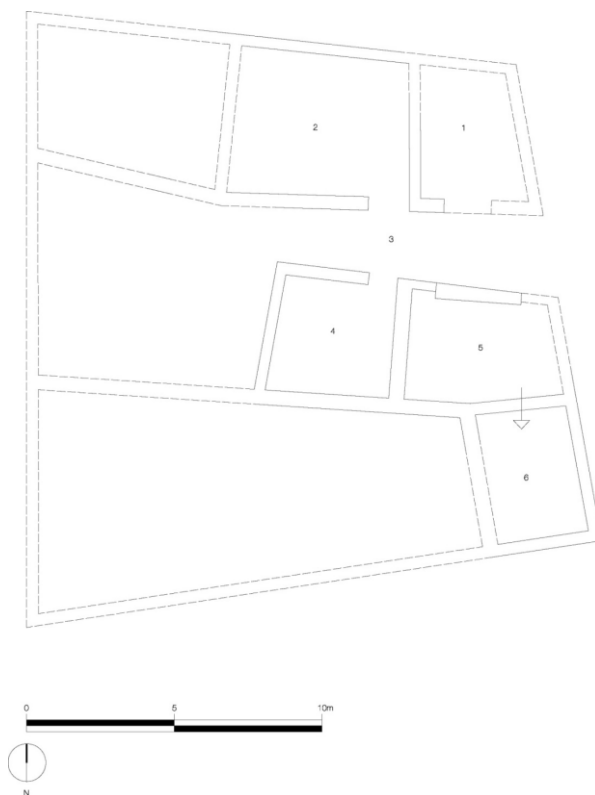


Figura 16 – Planta do edifício das portas do sol

Descrição das estruturas conservadas

Os restos arquitectónicos localizados no extremo sul da zona E, mesmo junto da abertura na muralha que ganhou a designação de “portas do sol”, constituem um pequeno edifício (pouco menos de 335m²), incompletamente escavado, que parece responder, em pequena escala, ao mesmo tipo de organização arquitectónica da primeira fase da insula a norte das termas, composta essencialmente por um pátio interior de planta irregular, a que se acede directamente desde a rua por um seu simples prolongamento (sem vestígios de portas ou outras entradas formais).

O pátio deste edifício parece ter sido interior, fazendo-se o seu acesso desde o leste, por uma espécie de corredor para onde se abriam várias divisões, uma das quais, aquela a sudeste, em plano elevado.

Verifica-se que neste pátio existia uma adução de água corrente, conduzida para um pequeno tanque de pedra, e daí evacuada por uma canalização.

No caso do edifício das portas do sol, o estado de conservação das estruturas, muito fruste e deteriorado, leva ao surgimento de dificuldades na hora de ajuizar da independência das diversas células. Optámos por considerar independente apenas o conjunto de duas divisões situado no canto sudeste do conjunto (compartimentos 5 e 6).

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Não temos, infelizmente, quaisquer informações sobre a cronologia da casa.

Quanto à sua arquitectura, cremos não errar em identificar este edifício isolado, como uma espécie de gaveto deixado entre ruas, lote certamente valorizado pela sua frontaria para ruas de movimento (nos acessos do forum à porta por onde passava a via para Aeminium) e próximo das termas do aqueduto, que à data da sua utilização (antes da construção da muralha Baixo-Imperial) eram estabelecimento de muito maior importância do que o pequeno edifício que as escavações expuseram. A sua volumetria é completamente conjectural.



Figura 17 – Aspecto do compartimento 2 do edifício das portas do sol.

No compartimento 2 a localização de um conjunto de dois tanques de *opus signinum* contíguos, a cotas diferenciadas, aconselha, por extrapolação dos dados da insula do vaso fálco a identificar uma possível *fullonica*. A proximidade das termas pode ter sido um elemento de localização preferencial destas actividades.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Nordeste

Número de células - 2

Área total – 30m²

Diferença máxima entre células –
4m²

Acessos – porta larga e degrau para o
corredor de acesso

Equipamento – nenhum especial

2 – Principal

Número de células - 6

Área total – 300m²

Diferença máxima entre células –
60m²

Acessos – corredor aberto de acesso
ao pátio

Equipamento – pátio

8 - Edifício porticado a leste do fórum

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, 1968. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977**, est. III). Revisão da arquitectura pelo A. em 1988. Caracterização sumária: Parte de uma insula de extensão desconhecida. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977 80-81, 196 (XVIII). Cf. Correia 2004a, 57.



Figura 18 – Plano pedra-a-pedra do edifício porticado a leste do fórum (extraído de Alarcão e Etienne 1977, Vol. II, pl. III).

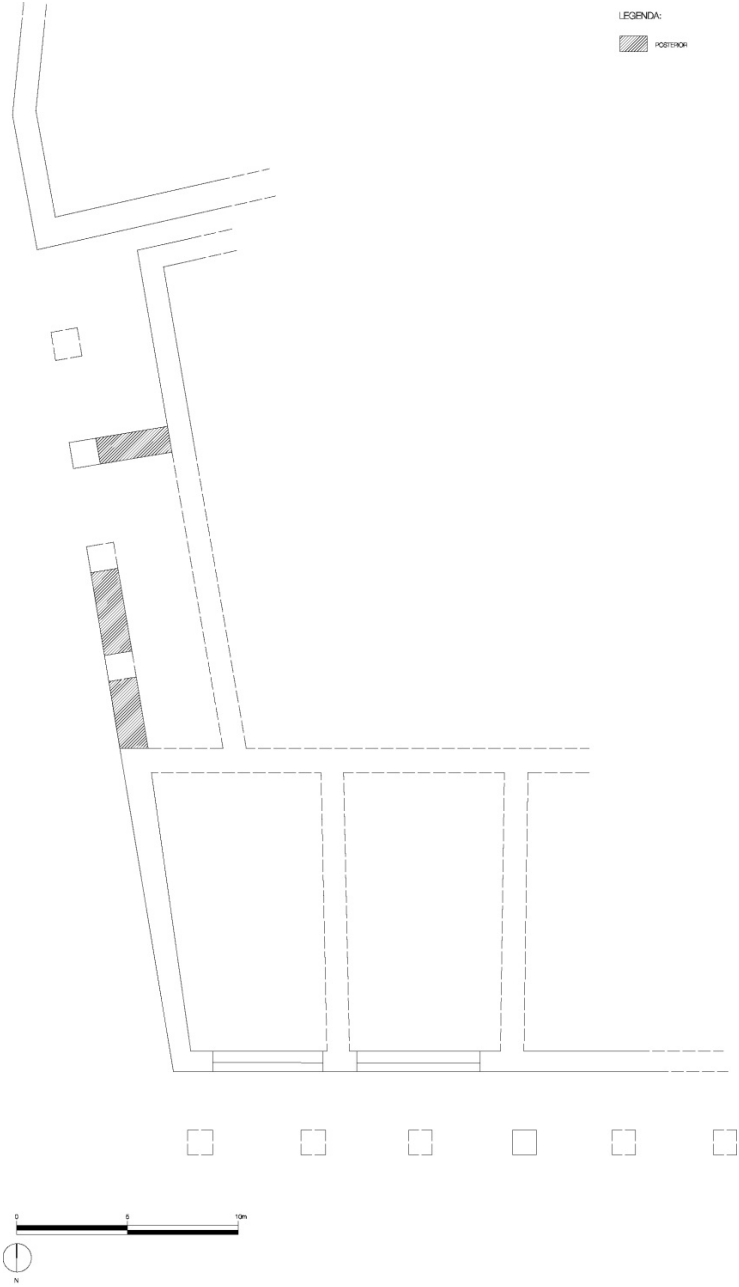


Figura 19 – Planta do edifício porticado a leste do fórum

Descrição das estruturas conservadas

As construções escavadas pelas campanhas luso-francesas e designadas por edifício porticado a leste do fórum correspondem muito provavelmente a mais do que um edifício, dos quais só um é conhecido nalguma extensão, extensão essa que denuncia uma estrutura arquitectónica complexa, composta por dois sectores principais: um virado a oeste, precedido por um pórtico (que viria a ser fechado nalguns dos seus sectores em data tardia), e outro aberto para a rua que, do fórum se dirigia ao viaduto de saída da cidade para o lado de Aeminium.

Deste último sector conhece-se a base da colunata em plintos quadrangulares e as aberturas de duas tabernas, feitas por portas largas (não coincidentes com os intercolúnios). Uma das tabernas foi dotada de uma estrutura com base em *opus signinum*, de função desconhecida, cuja relação com a própria entrada não é determinável sem mais trabalhos de campo.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Não temos, infelizmente, quaisquer informações sobre a cronologia do edifício, que todavia parece implantar-se em função do urbanismo pré-flaviano.

A coexistência num só edifício de pórticos ao longo da via (como no sector virado a sul) e pórticos recolhidos, espécie de alpendres de entrada (como no sector virado a Oeste), é revelador da gama de possibilidades de utilização de soluções arquitectónicas simples para diversas soluções de uso.

Catálogo das unidades residenciais

A catalogação das unidades é impossível

9 - Insula do viaduto:

Informação disponível

Escavação: A escavação do cano da azenha deve ser contemporânea da escavação das termas a norte do Aqueduto (1935-36). Sondagens (Dir. A. Alarcão) em 1997 (Brun 1997). Caracterização sumária: Insula cujos limites podem ser estimados, apenas sondada num ponto, de que uma parte teve utilização industrial (azinha). Bibliografia da escavação: Não existem relatórios. Cf. Correia 2004a, 57.

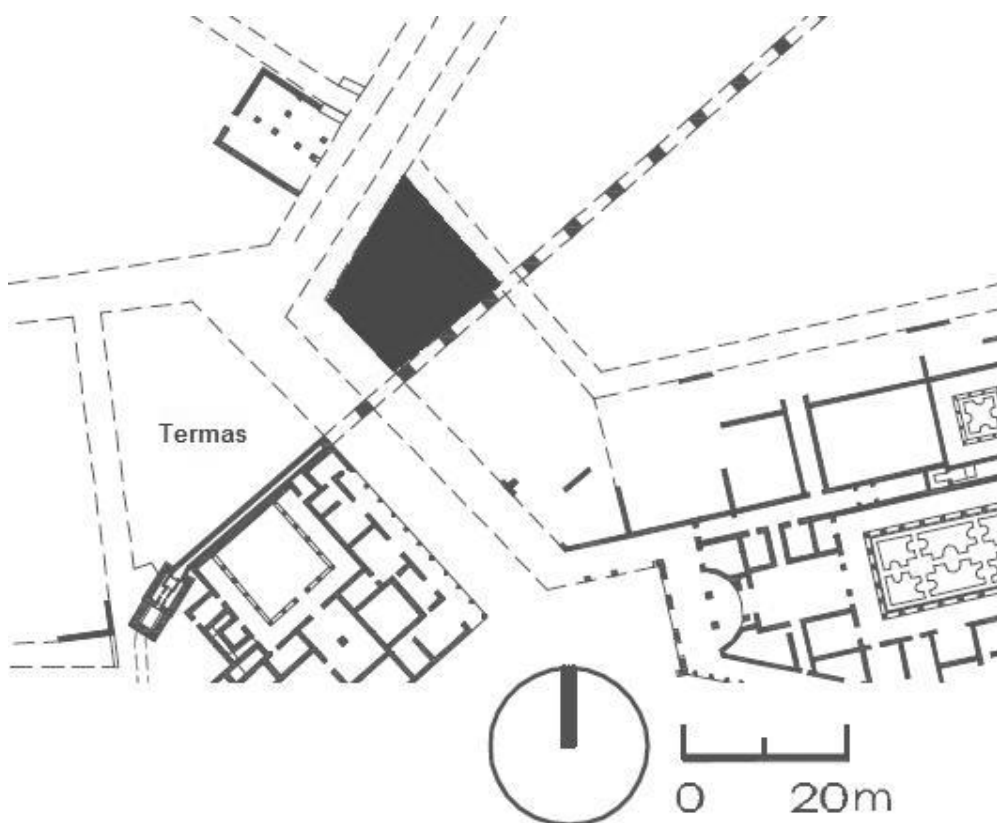


Figura 20 – Localização da insula do viaduto.

Descrição das estruturas conservadas

Entre os muros de suporte do viaduto que nivelava a via que, da cidade, se dirigia a Aeminium e o aqueduto, foi escavado nos anos 40 do séc. XX, um “cano” que se verificou corresponder ao canal de descarga e a um fosso de funcionamento de uma roda de água.

Para a fazer funcionar, a insula contava com a proximidade do aqueduto, que teve uma descarga directa em cano de chumbro que pode ter servido para a alimentar e, provavelmente, também com descargas do próprio *castellum aquae* e com as águas residuais das termas.

Conhecendo-se desta insula apenas o dispositivo de escoamento de água da(s) azenha(s), não é certo que o edifício tenha tido componente residencial. Tal componente, no entanto, deve ter existido nalguma medida.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Não temos, infelizmente, quaisquer informações sobre a cronologia da insula, mas a sua localização leva a atribuir-lhe uma cronologia alta, tal como parece ser o caso da primeira fase da casa dos repuxos e da insula do aqueduto.

A existência de insulas de carácter mais predominantemente industrial do que propriamente residencial, como se pode reconstituir que esta tenha sido, é um fenómeno que interessaria poder explorar mais aprofundadamente, pois a sua influência no tecido urbano, enquanto pontos centrais de circulação (de mercadorias, mas também de pessoas), seria notável. Neste aspecto, o troço de via que unia a casa dos repuxos (com os seus grandes armazéns nas caves da zona Norte) com o anfiteatro, ao dar também acesso a esta instalação, mostra-se bastante importante (o que talvez explique a necessidade de construção do viaduto).

Catálogo das unidades residenciais

A catalogação das unidades é impossível

10 - Edifício da pedra:

Informação disponível

Escavação: Em dois momentos distintos foram localizados (mas não escavados) vestígios de construções a leste da casa dos repuxos, junto à pedra de mós e junto ao parque de estacionamento dos anos 30. Documentação disponível: Planos esquemáticos. Caracterização sumária: Parte de um edifício de características indeterminadas. Bibliografia da escavação: Documentação fotográfica em arquivo no MMC. Cf. Correia 2004a, 57.

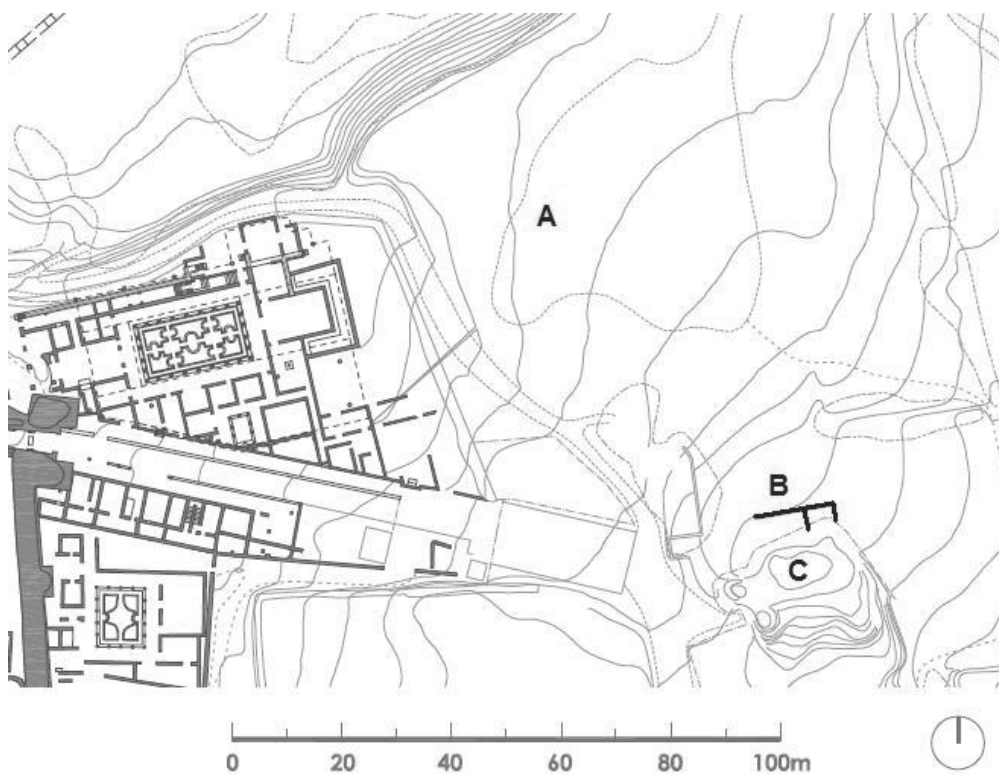


Figura 21 – Localização do edifício da pedra, a este da casa dos repuxos. A: localização aproximada dos restos de mosaico *in situ*, na zona da berma sul da antiga rotunda de acesso às Ruínas; B: muro junto da pedra, parcialmente destruído por ela; C: pedra onde se recolheu o fragmento de mosaico de um tanque.

Descrição das estruturas conservadas

Não existem descrições feitas *de visu*. O único fragmento de mosaico que se conserva testemunha a existência de tanques, presumivelmente revestidos a *opus signinum* num momento original, posteriormente revestidos a mosaico. Todavia, não é seguro que o fragmento pertença ao mesmo edifício de que se conservam duas fotografias.



Figura 22 – Fragmentos de mosaicos encontrados junto à berma sul da antiga rotunda de acesso rodoviário às Ruínas.

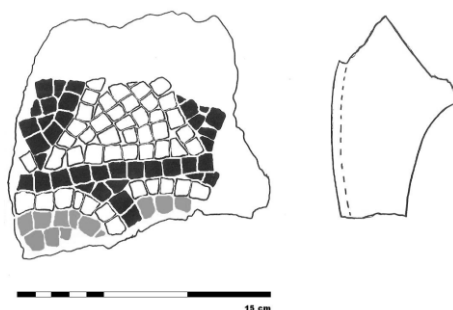


Figura 23 – Fragmento de mosaico encontrado na pedreira.

Os fragmentos de muros conservados junto da pedreira podem, ou não, ser parte de um dos possíveis edifícios em causa, ou ainda de um terceiro, mas não é de descartar a existência nesta zona de uma *domus* de grandes dimensões, equivalentes às da casa dos repuxos ou da casa de Cantaber.

Catálogo das unidades residenciais

Catálogo Impossível.

11 - Casa dos solidi

Informação disponível

Escavação: 1929-1930 (limite oeste do “Terreno da Faculdade de Letras”). Limpezas em 1996. Sondagem estratigráfica e limpeza geral em 2003 (dir. J.S.Ruivo). Documentação disponível: Plano geral do “Terreno da Faculdade de Letras” (1/200) por G. Wolf (Equipa Luso-Francesa, 1966). Reinterpretação do A. em 1996 (plano geral a 1/100). Caracterização sumária: Parte de uma insula de que apenas se escavou uma mínima extensão. Existe um relatório dos trabalhos de 2003 (Ruivo 2003), em arquivo no MMC. Limpeza da área escavada: Oleiro *et al.* 1966. Cf. Correia 2004a, 58.

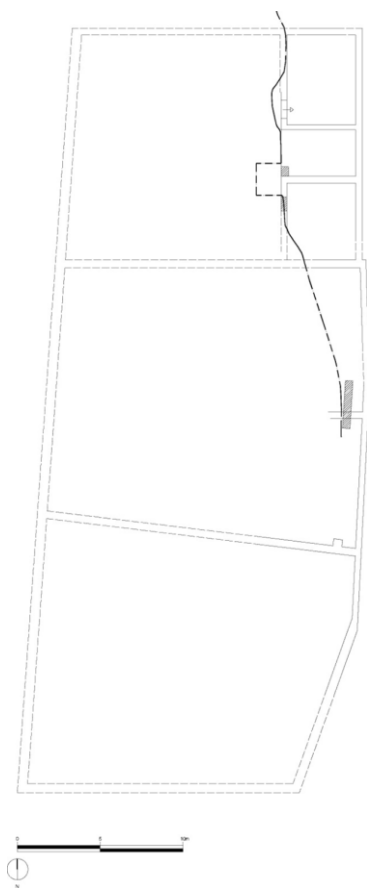


Figura 24 – Planta da casa dos solidi. Indica-se a tracejado o limite da escavação, onde é visível o recorte correspondente à sondagem de 2003. A sombreado marcam-se os vestígios de reconstruções identificadas na construção. O tesouro de *solidi* provém do compartimento do extremo norte, onde as moedas foram achadas dispersas: a exposição das moedas junto de uma vasilha de barro no Museu Monográfico de Conimbriga e as referências feitas a esse facto no respectivo catálogo (Alarcão 1994, 12) são liberdades museológicas (A. Alarcão, com. pes.).

Descrição das estruturas conservadas

O que se conhecia da casa dos *solidi* era constituído pela sua fachada ao longo da pequena rua, paralela ao fórum, que separava esta insula da insula do medianum absidado. O seu traçado corresponde também à rua que, a oeste, traça o limite da insula do vaso fálico. Estamos, portanto, perante um *cardo* de alguma importância em termos de circulação, mas que aparentemente não era preferido para criar acessos aos edifícios. Isto dita que seja difícil compreender a articulação do edifício, podendo todavia conjecturar-se que pode ter sido dividido em três grandes unidades residenciais, de que aquela sondada em 2002-2003 parece ter sido provida de uma espécie de ala (abrindo desde um peristilo central).

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A arquitectura deste edifício não pode ser reconstituída com segurança a partir da limitada extensão escavada, para além do que já foi apontado na descrição.

No que diz respeito à sua cronologia, só alguns poucos materiais recolhidos nas sondagens de 2002 e 2003 dão uma indicação vaga para um *terminus post quem* em meados do séc. I d.C. (sigillata itálica augusto-tiberiana e sud-gálica), mas devemos reforçar o carácter vago desta indicação. A casa deve ter sido abandonada em meados do séc. V – o tesouro de *solidi*¹²² constitui um dos elementos do registo arqueológico associáveis ao saque suevo de 468.

Catálogo das unidades residenciais

Impossível.

¹²² Alarcão 1994, 76, n° 111: 1 de Constâncio II, batido em Antioquia; 1 de Valente, batido em Roma; 2 de Valentiniano II, de Tréves; 4 de Teodósio 3 deles batidos em Constantinopla e o restante em Tréves; e 1 de Arcádio e 1 de Honório, ambos de Constantinopla. A data limite é 408 d.C.

12 - Casa de Valerius Daphinus

Informação disponível

Escavação: 1929-1930. Limpezas em 1966 e em 1999 (Alice Alves). Documentação disponível: Plano geral do “Terreno da Faculdade de Letras” (1/200) e pormenor do implúvio (1/50) por G. Wolf (Equipa Luso-Francesa, 1966). Reinterpretação do A. em 1996 (plano geral a 1/100) que conduziu a uma intervenção de conservação e restauro de algum significado em 1999 (Alves 2000). Caracterização sumária: Parte da insula imediatamente a oeste do forum (“Terreno da Faculdade de Letras”) que parece poder identificar-se como uma residência isolada (com extensões a norte ?). Bibliografia da escavação: Correia 1936, 8-9; Oleiro *et al.* 1966; Correia 2003a, 53-54; *id.* 2004a, 59.



Figura 25 – Planta da casa de Valerius Daphinus.

Descrição das estruturas conservadas

A parte norte da insula maioritariamente ocupada pela casa do medianum absidado autonomiza-se (até do ponto de vista da técnica construtiva), como uma casa de que a epigrafia nos dá conta de um dos seus proprietários: *Valerius Daphinus*, indivíduo de condição provavelmente libertina, devoto de Liber Pater¹²³.



Figura 26 – Aspecto geral da casa de Valerius Daphinus, vista de nordeste.

A casa é de dimensões modestas, ainda que não esteja completamente escavada, sendo a parte principal dela composta por um átrio tetrástilo (2), ao qual se acedia por uma passagem situada no seu canto sudeste (3). Para os pórticos que rodeavam o implúvio (1) abriam dois pequenos compartimentos, um deles (4) centrado com o implúvio, talvez uma exedra, o outro de entrada lateral (5) provavelmente um cubículo. A data recuada das escavações (1928) e o mau estado de conservação das estruturas não permitem uma compreensão clara dos arranjos e acrescentos produzidos no implúvio em datas posteriores,

¹²³ Etienne *et al.* 1977, 33-34, nº 13.

não sendo claro qual foi o sentido da remodelação das próprias colunas: se originalmente em pedra foram substituídas por colunas em tijolo, ou vice-versa. Também não é certo, ainda que possível, que a Oeste existissem outros compartimentos.

A norte deste núcleo ficava um conjunto de três compartimentos colocados em fileira (6-8), sendo o central provido de um tanque. A porta para a rua era axial, as dos compartimentos interiores laterais, correspondendo a uma construção diferente, mais ligeira.

A casa estendia-se ainda para norte, mas esta zona está insuficientemente escavada.



Figura 27 – Implúvio da casa de Valerius Daphinus, no fim da operação de conservação de 1999.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A casa de Valerius Daphinus é parte de uma insula traçada no período julio-claudiano ou nos inícios da época flaviana, em função do delinear do

fórum: como os limites ocidentais deste coincidiram ao longo da sua história, não é necessário rebaixar até à própria intervenção monumental flaviana a data da insula. É todavia aparente que, mais para norte na insula, a intervenção flaviana obrigou a adaptações na fachada dos edifícios (a zona encontra-se, todavia, insuficientemente escavada).

A sua arquitectura é bem demonstrativa de uma arquitectura de pequenos recursos em espaço e meios construtivos, todavia provida de um módico de pretensão no arranjo de um espaço de habitabilidade e circulação em moldes certamente não aristocráticos, mas não completamente desprovidos de qualidade: em suma, algo que se poderia esperar de um liberto de uma família tão importante como os *Valerii*; a devoção a *Liber Pater* deve entender-se como menção às raízes agrícolas de uma fracção certamente muitíssimo significativa da riqueza de Conimbriga, como aliás de toda a Lusitânia, onde o aspecto específico do culto dionisíaco parece ter tido especial preferência.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Principal

Número de células - 3

Área total – 128m²

Diferença máxima entre células –
86m²

Acessos – *fauces* (no canto do
implúvio)

Equipamento – implúvio

2 – Norte

Número de células - 3

Área total – 77m²

Diferença máxima entre células –
c.30m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – tanque

13 - Casa do medianum absidado

Informação disponível

Escavação: 1929-1930. Limpezas em 1966 e em 1999 (Alice Alves). Documentação disponível: Plano geral do “Terreno da Faculdade de Letras” (1/200) e pormenor do implúvio (1/50) por G. Wolf (Equipa Luso-Francesa, 1966). Reinterpretação do A. em 1996 (plano geral a 1/100) que conduziu a uma intervenção de conservação e restauro de algum significado em 1999 (Alves 2000). Caracterização sumária: Parte da insula imediatamente a oeste do fórum (“Terreno da Faculdade de Letras”) que parece poder identificar-se como uma residência isolada (com possíveis extensões a Norte e provável teoria de tabernae a Sul). Bibliografia da escavação: Correia 1936, 8-9. Oleiro et al. 1966. Correia 2003a, 53-54; id. 2004a, 59.

Descrição das estruturas conservadas

Ainda que a insula não se possa considerar completamente escavada, e apesar da conturbada história do seu descobrimento os dados disponíveis são já os suficientes para se poder descrever com algum pormenor o edifício.

Aquilo a que se dá o nome de “casa do medianum absidado” é parte de uma insula paralela ao fórum, que inclui também a casa de Valerius Daphinus e ainda outras unidades a Norte, e que é por sua vez dividida em três blocos principais: um conjunto de *tabernae* precedidas de pórtico que abriam para uma rua perpendicular à rua a oeste do fórum (e que separava esta insula da insula a oeste do fórum) – salas 1 a 4; a parte central da casa articulada à volta de uma estrutura que interpretamos como um *medianum* – nº 5; e um conjunto de três compartimentos, originalmente abertos para a rua a oeste do fórum (nºs 16-18), mas cujo acesso foi posteriormente feito pelo interior da casa.

O primeiro dos blocos referidos (o das *tabernae*), ainda que indiscutivelmente pertencentes ao edifício pela sua construção, era dele completamente independente em termos de circulação; ficavam até situados a uma cota ligeiramente superior e não se identificaram quaisquer acessos pelo interior.

Supômos que as lojas tivessem dimensões homogêneas, o que permite reconstituir um total de quatro unidades; conjecturamos ainda que seriam providas de um piso superior, em mezanino, que avançaria sobre o próprio

pórtico – as condições dos achados feitos no nível de destruição sobre o pavimento da área porticada da rua sugere isso mesmo, pela dispersão de fragmentos de objectos que estariam conservados nessa zona alta¹²⁴.



Figura 28 – Planta da casa do medianum absidado.

¹²⁴ Ruivo 2006, 301-309.



Figura 29 – Soleira do compartimento 4 da insula do medianum absidado, visto do interior, com o pavimento do pórtico em curso de escavação.

O pórtico, sendo formado por pilares de alvenaria, não colunas, permitiria suportar sem problemas estruturais tais construções.

Na parte principal da casa conservam-se as bases dos pilares que suportaram o *medianum* (5). A entrada fazia-se directamente para este espaço “porticado” desde a rua a oeste do fórum: infelizmente perturbações posteriores destruíram este sector do muro, não sendo perfeitamente compreensível qual a sua relação com o que parece ser um emparedamento da porta. O espaço aberto do *medianum* foi tratado como um pequeno tanque bilobulado, rodeado por alas estreitas para onde abrem onze espaços diferentes; três deles são espaços abertos, os restantes são salas de dimensões variáveis (8-15), providas de portas e sistemas de fecho. Quase todo o piso térreo do edifício foi revestido a *opus signinum*; todavia as escavações de 2002 demonstraram, pelo facto de se ter identificado o estrato de destruição activa e queda do telhado directamente sobre a rocha de base não trabalhada – demasiado irregular para permitir circulação – que ao menos o compartimento do canto sudeste teria tido um pavimento em soalho de madeira.



Figura 30 – Zona central da casa com as bases do *medianum* em primeiro plano.

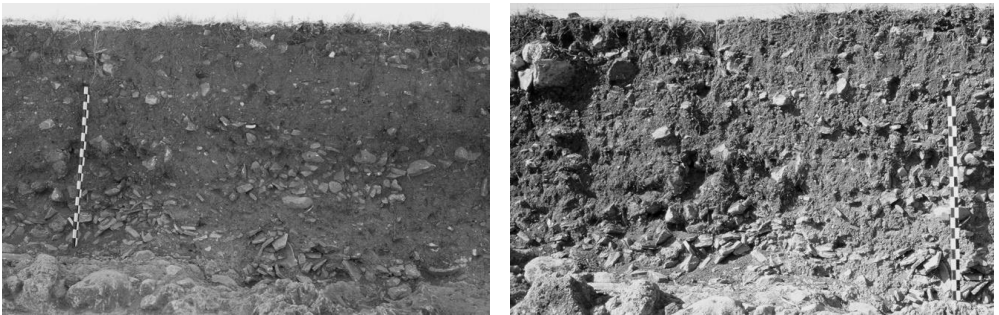


Figura 31 – Corte estratigráfico na casa do *medianum* absidado.
É evidente o nível de base de material de construção de um telhado caído.

Os compartimentos da zona norte podem ter tido uma função residencial desprovida de aparato decorativo, mas albergando algumas funções de representação, nomeadamente um possível triclinio (8), uma espécie de ala

(7), uma exedra (9) e um pequeno cubiculum (10). Esta restituição de funções justifica possivelmente o arranjo especial dado ao implúvio do *medianum*.

A “ala”, dava acesso, mediante uma pequena passagem a uma outra unidade residencial, formada pelo conjunto de três compartimentos que na extremidade norte da casa¹²⁵ (n^{os} 16-18). Esta era composta por dois pequenos compartimentos (o exterior e o intermédio), e um de maiores dimensões (o mais recolhido, que pode ter sido um pátio descoberto).



Figura 32 – Porta da sala 16 da casa do *medianum* absidado, vista da rua a oeste do fórum, sendo evidente o entaipamento tardio da abertura.

A entrada fazia-se, originalmente pela rua a oeste do fórum, por uma porta larga; num momento indeterminado, esta abertura foi emparedada e o nível de solo da construção foi elevado para passar a corresponder ao da

¹²⁵ Este é um caso em que, ainda que tenha havido, num determinado momento, circulação directa entre as unidades residenciais, parece impôr-se a necessidade de as considerar distintas pela própria lógica arquitectónica dos espaços.

restante casa; a passagem pelo interior da casa pode ter sido rasgada apenas nessa altura.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Pelos materiais recolhidos, o edifício estava construído já nos meados do séc. I d.C., devendo por isso pertencer à renovação urbana do período julio-claudiano. Um dos elementos interessantes neste ponto é a existência de um pórtico de pilares na fachada da rua perpendicular ao eixo do fórum: pórticos como este existiram, no período pré-flaviano, na praça a sul do fórum e, aparentemente, também na rua perpendicular ao eixo do fórum, no lado oposto deste, para onde abria o edifício porticado a leste do fórum. Isto é demonstrativo de uma situação urbana muito especial do fórum pré-flaviano, que a “revolução” flaviana vai eliminar em parte, mas não totalmente.

A destruição do edifício deve ter tido lugar num momento indeterminado do séc. V, período após o qual alguma reconstrução parcial teve lugar, mas sem que se tenha recuperado a entidade original da construção¹²⁶.

No período principal da sua utilização, o edifício parece ter congregado todas as funcionalidades de uma residência de pretensões aristocráticas, no entanto desprovida de aparato decorativo e com constrangimentos de espaço muito significativos. É por tal razão que este edifício desempenha, junto com outros do mesmo grau de refinamento arquitectónico, como a casa de Valerius Daphinus, imediatamente abaixo deste nível, e a casa do tridente e da espada, imediatamente acima, um papel muito especial na reconstituição do modo residencial da Conimbriga romana.

Infelizmente, uma data excessivamente precoce da sua escavação, a sua excentricidade na área visitável, que ditou em grande medida a sua negligência e a falta de trabalhos de conservação que esta acarretou, diminuíram em muito as possibilidades de uma análise suficientemente aprofundada.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Norte

Número de células - 3

Área total – 65m²

¹²⁶ Ruivo 2006, 301-309.

Diferença máxima entre células – 29.44 m2

Acessos – Porta larga para a rua, num primeiro momento.

Equipamento – nenhum

2 – Principal

Número de células – 10 (no piso térreo)

Área total – 293 m2

Diferença máxima entre células – 98.66 m2

Acessos – Porta para a rua. Os acessos dentro do piso térreo estavam condicionados por outras portas.

Equipamento – solos em opus signinum.

3 – Taberna 1

Número de células - 1

Área total – 20m2

Acessos – Porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – mezanino (?)

4 – Taberna 2

Número de células - 1

Área total – 20m2

Acessos – Porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – mezanino (?)

5 – Taberna 3

Número de células – 1(?)

Área total – 20m2

Acessos – Porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – mezanino (?)

6 – Taberna 4

Número de células – 1

Área total – 20m2

Acessos – Porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – mezanino (?)

14 - Insula a oeste do fórum:

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, 1965 - 1968. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100, arquitectura a 1/200) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977**, est. XXXIX). Caracterização sumária: Insula parcialmente escavada, cuja restante extensão pode ser reconstituída. Bibliografia da escavação: Fouilles, I**, 65-85, 135-143, 155-165, 195 (XVII), 243 (XLIV). Cf. Correia 2004a, 61.

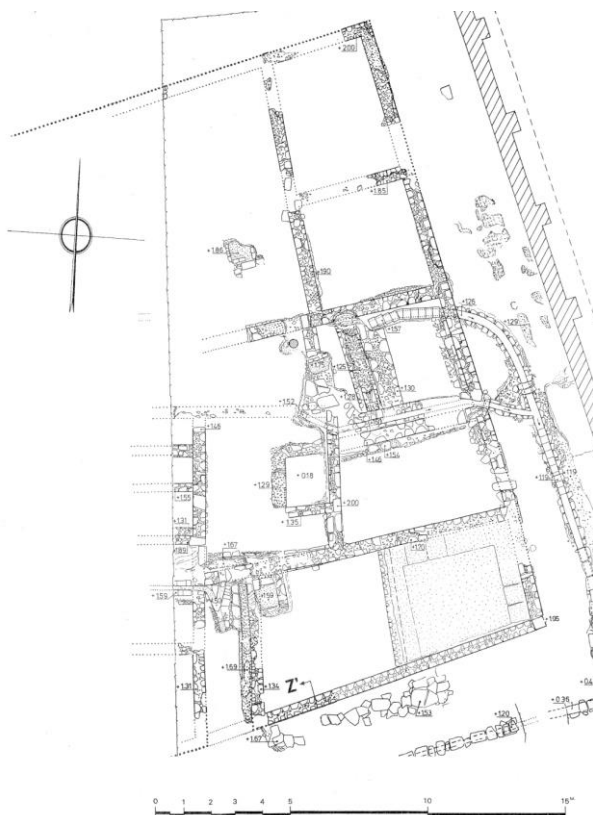


Figura 33 – Plano pedra-a-pedra da insula a oeste do fórum
(extraído de Alarcão e Etienne 1977, II est. 39).

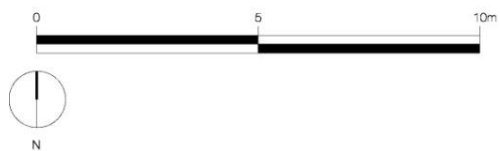
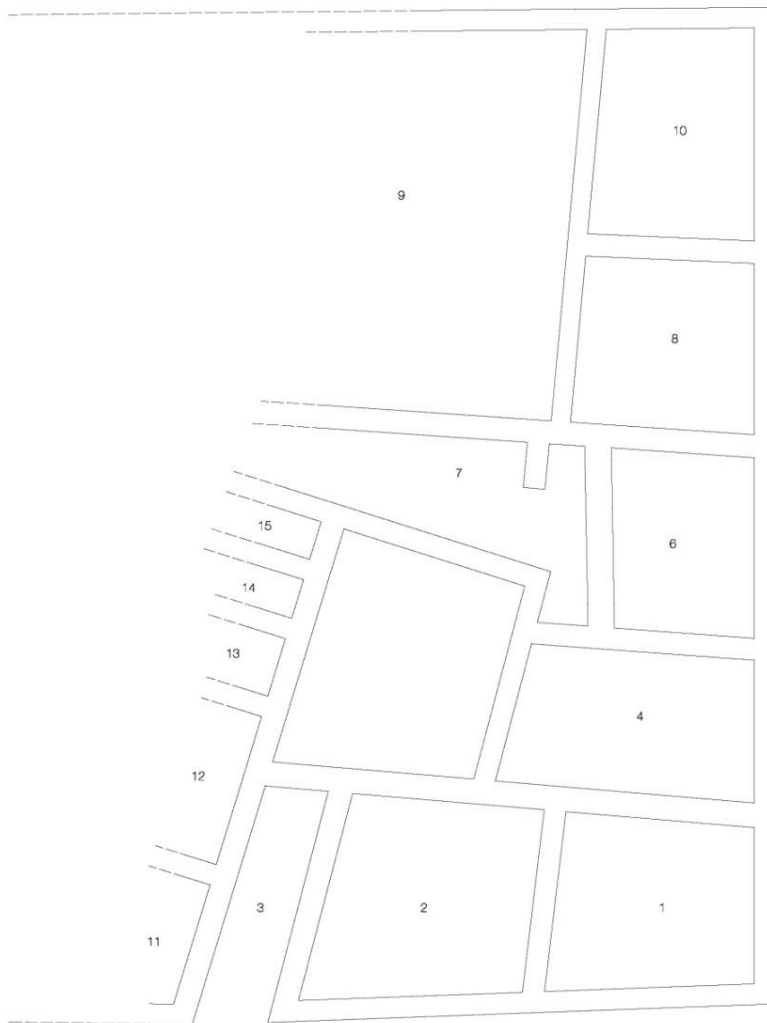


Figura 34 – Planta da ínsula a oeste do fórum.

Descrição das estruturas conservadas

O facto de a insula não ter sido completamente escavada dificulta a descrição de alguns dos seus elementos, por falta de contexto. Como bem viram os escavadores¹²⁷, a estrutura da insula compreende-se melhor em função da sua relação com o *decumanus* alinhado pela fachada meridional do fórum, que estrutura o urbanismo nesta zona desde o período augustano, e com o outro *decumanus* paralelo que divide esta insula da casa do *medianum* absidado. A Norte temos um conjunto de três compartimentos – um recuado (9), dois dividindo um troço de fachada (8 e 10) - onde nada se recolheu ou identificou de forma a poder-se identificar a sua funcionalidade.

Imediatamente a Sul, dois compartimentos (6 e 7) de planta irregular efectuavam o essencial do esgotamento das águas da insula. A sua função e natureza arquitectónica são incertas, podendo pensar-se num *ambitus* entre pequenas parcelas cadastrais constituídas em data anterior, integradas posteriormente numa construção unitária.

A Sul dois pares de compartimentos (4-5 e 1-2), constituem solução aruitectónica comum neste tipo de edifícios, com uma excepção todavia interessante: o uso industrial (?) da sala 5, levou à criação de um outro acesso em baioneta (3), abrindo para a rua a norte da insula do vaso fálco, por onde se fizeram passar esgotos suplementares.

O conjunto de compartimentos 11 a 15, pertencem sem dúvida a outra parte do edifício, que provavelmente foi provido de um, ou mais de um, andares superiores (se 13, 14 ou 15 são caixas de escadas), cuja análise é impossível devido à diminuta extensão escavada.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Os dados disponíveis apontam uma cronologia claudio-neroniana para a construção desta insula, provavelmente pouco depois do traçado da rua a norte da insula do vaso fálco. Toda esta área parece ter sofrido importantes destruições no séc. V. É dentro destas balizas que se traça a evolução do edifício que, na área escavada, não parece ter sido alvo de modificações estruturais importantes.

¹²⁷ Alarcão e Etienne 1977, I 71.

A avaliar pela vizinha insula onde se situa a casa do medianum absidado, as fachada determinantes destas construções são aquelas viradas para as vias perpendiculares ao forum, não para as ruas circundantes deste. Por isso, a compreensão da arquitectura do edifício, devido à limitada extensão escavada destas fachadas, é especialmente difícil; parece todavia tratar-se de uma construção propriamente vernácula, bastante orgânica no que parece ser a imbricação de várias unidades residenciais, que poderiam até ser fruto de uma situação cadastral complexa anterior à própria construção, que tenha levado à sua aglutinação num único edifício. A restituição é virtualmente impossível.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Norte (8-10)

Número de células - 3

Área total –

Diferença máxima entre células –
86m²

Acessos – Portas para a rua (?)

Equipamento – nenhum

2 – Centro (6-7)

Número de células - 2

Área total –

Diferença máxima entre células –

Acessos – Porta para a rua (?)

Equipamento – Pátio

3 – Centro-sul (3-5)

Número de células - 3

Área total –

Diferença máxima entre células –

Acessos – Porta para a rua (?)

Equipamento – Tanque e
respectivos esgotos

4 – Sul (1-2)

Número de células - 2

Área total –

Diferença máxima entre células –

Acessos – Porta para a rua (?)

Equipamento – solo em opus
signinum

5 – Oeste (11-15)

Número de células – 5 (min.)

Área total – indeterminável

Acessos – desconhecidos

Equipamento – desconhecido

15 - Insula do vaso fálco

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, 1965-1968. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100, arquitectura a 1/200) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977, II est. XXXIX). Caracterização sumária: Insula completamente escavada. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977, 65-85, 135-143, 155-165, 191 (XI), 214 (XXII), 229 (XXVIII), 231 (XXX), 233 (XXXIII), 239 (XLI). Outras referências: Alarcão 1985, 36 e fig. 51; id. 1988, 188 e fig. 59; id. 1992, 36-41; Alarcão *et al.* 1978, 460-461; *ibid.* 1979, 889; Alarcão 2009, I 228, II des. 203; Correia 2003a, 55-57; *id.* 2004a, 62; Etienne *et al.* 1966, 13 e est. V; Oleiro *et al.* 1966, 449.

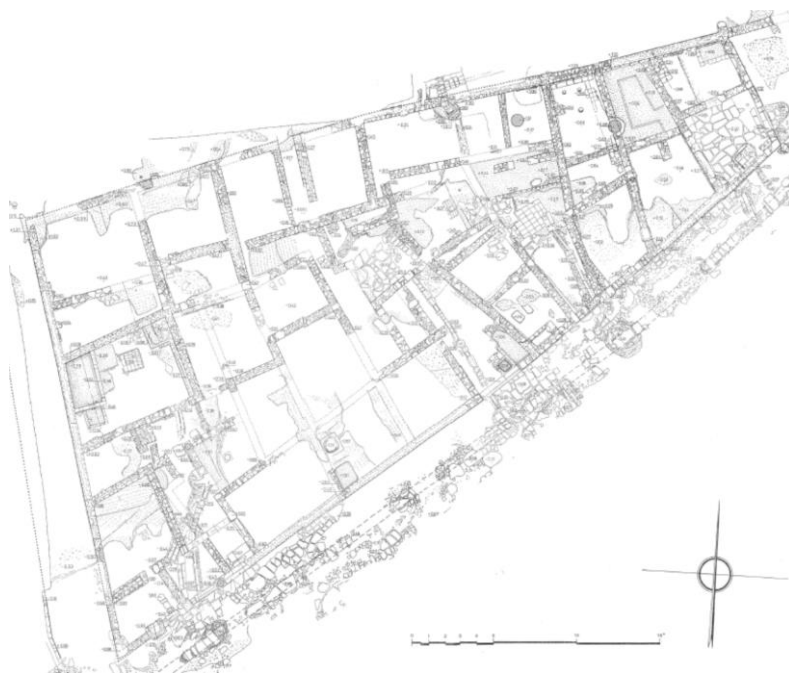


Figura 35 - Plano pedra-a-pedra da insula do vaso fálco (extraído de Alarcão e Etienne 1977, vol. 2 est. 39).

Descrição das estruturas conservadas



Figura 36 – Planta da ínsula do vaso fálco.

A insula do vaso fálico ocupa uma longa extensão ao longo da principal rua da cidade, quarteirão cuja forma irregular foi certamente ditada pela preexistência cadastral que os romanos encontraram e que, como está documentado, não alteraram substancialmente senão para as grandes construções públicas flavianas. Não é, portanto, completamente claro se a subdivisão da insula em seis sectores distintos, corresponde a uma solução meramente técnica ou se estamos perante várias construções aproveitando muros meeiros. O estado de conservação das estruturas, que é muito deficiente, talvez nunca venha a permitir resolver esta questão.

O estudo de coberturas indica a existência de três casas de pátio interior (a localizada a oeste tem este pátio, nº 30, transformado em *impluvium* à maneira toscana; os outros pátios ficam em 11 e 20). A extremidade oposta da insula, de menor dimensão de fundo, é ocupada por conjuntos residenciais mais pequenos.

A fachada sul da insula era ocupada na sua maior extensão por largas portas, com soleira rasgada para encaixe de taipais de fecho, dispositivo que foi usado para as pequenas *tabernae* de uma única divisão, mas também para aquelas que dispunham de compartimentos anexos. Globalmente considerada a insula era composta por três residências de maior dimensão e um conjunto de dimensões médias, composto por três salas em fieira, que será retomada adiante, sendo o restante composto por pequenas unidades de uma ou duas divisões.

Este panorama foi invariável ao longo de toda a história do edifício, apesar de algumas modificações sofridas. Estas alterações à construção claudiana fizeram-se sentir no extremo leste, onde a construção do fórum flaviano obrigou à demolição de um compartimento situado no gaveto do quarteirão; no extremo sudoeste, onde se instalou um pequeno pórtico de acesso a uma das principais residências na insula; e a alterações mais substanciais numa das outras unidades maiores, que podem ter implicado a criação de um piso superior (ou a instalação de um mezanino).

De oeste para leste identificam-se:

- um pórtico, onde se abria o acesso , em porta estreita, para uma pequena *taberna*,

- ainda no mesmo pórtico, uma porta larga, que dava entrada num pequeno implúvio (33), peça central de uma residência/oficina, de que um dos principais compartimentos era ocupado por um grande tanque (41). Toda esta divisão mostra sinais de um complexo sistema de gestão de água, e um pavimento de tijolo com vestígios de lareiras. Também daqui se recolheu um objecto em chumbo, resto do forro de um tanque revestido em *opus signinum* que já não é possível identificar, que reforça o carácter preponderante que a gestão da água desempenhava nestas instalações: propomos a identificação possível de uma *fullonica*.

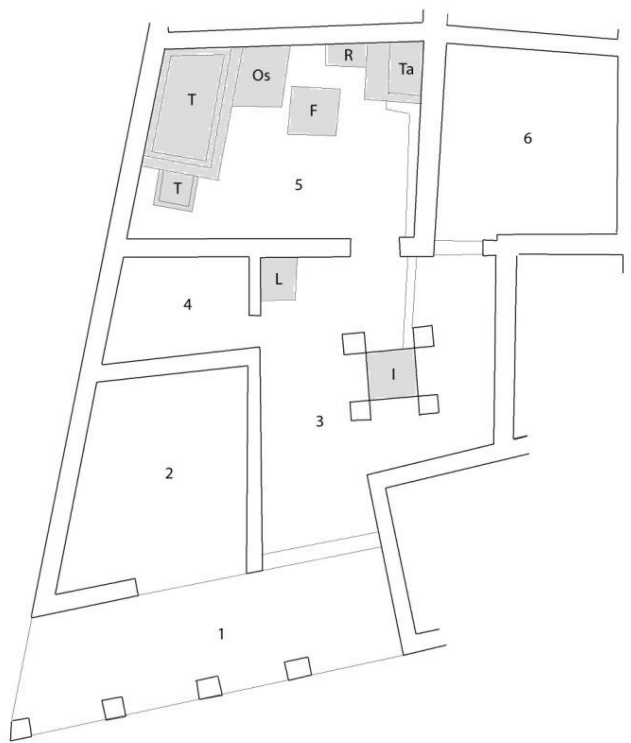


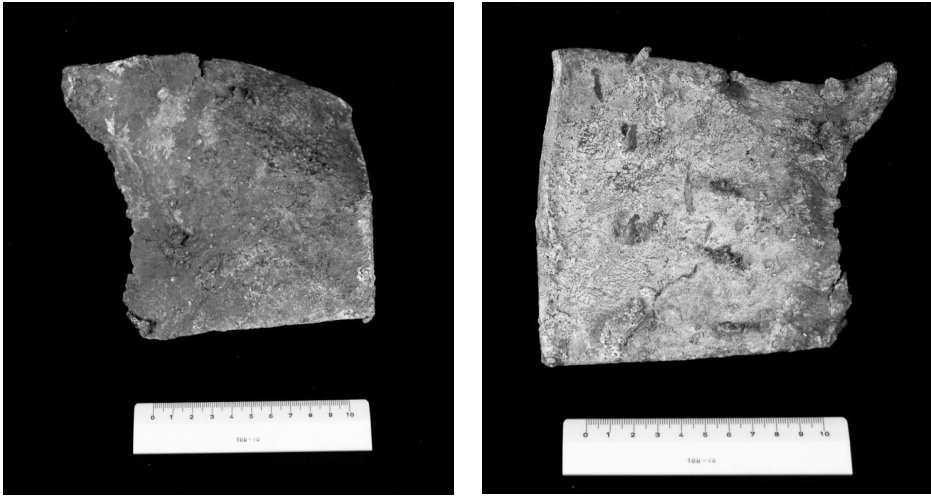
Figura 37 – Interpretação da casa oeste da insula do vaso fálco como *fullonica*: 1, pórtico de entrada; 2, taberna; 3, pátio com implúvio; 4, compartimento (numa fase ligado à taberna); 5, *fullonica* propriamente dita; 6, *cubiculum*. I, implúvio; L, *lararium*?; T, tanques; Os, plataforma de *opus signinum* (pisoamento em celha de madeira?); F, *focular*; Ta, tanque de adução de água; R, regulação do afluxo de água?.



Figura 38 – Aspecto geral da área da *fullonica*.



Figura 39 – Tanques da *fullonica* da insula do vaso fático.



a)

b)

Figura 40 –Placa de chumbo, com vestígios de fixação a estrutura de argamassa, proveniente da área da *fullonica*. a) anverso, b) reverso.

- sucediam-se três *tabernae*, de modestas dimensões,
- após estas encontrava-se nova porta larga (18), que dava acesso a um pátio interior (19-20) onde, através de um corredor, se podia chegar a um conjunto de seis divisões, incharacterísticas (21 e 23-27), providas de uma acesso autónomo à rua a norte da insula (22). O estado de conservação das estruturas e os achados não permitem identificar funcionalidades.
- sucedia-se outra pequena divisão autónoma (17),
- e repetia-se a porta larga dando acesso a um pátio interior (11), que era agora maior, provido de uma espécie de tabique protegendo a entrada para duas divisões, que são aqui, no total, apenas cinco (12-16). Esta casa, todavia, viu a sua estrutura alterada em data imprecisa, e parece ter passado a gozar de um piso elevado - piso inteiro ou mezanino, a caixa para a escada não permite julgar.
- seguia-se uma unidade composta por três divisões de acessos sucessivos (7-9), sendo a central de pequenas dimensões, que é interpretada como possível *schola*¹²⁸.

¹²⁸ *Infra*, p. 327-333, a propósito das *scholae*.

- a unidade seguinte, composta por duas divisões (5-6), de que uma mostra um pavimento em *opus signinum* com indicação de leitos e tinha acesso a uma pequena cave (4), que pode ter funcionado como adega
- a unidade do extremo da insula era originalmente composta por três divisões, tendo uma dela, a de leste, sido demolida no período flaviano, ficando as instalações reduzidas a duas divisões de dimensões modestas (2-3).



Figura 41 – Extremo este da insula do vaso fálco

Não é perfeitamente claro das estruturas conservadas, mas é possível que estes cinco compartimentos tenham em alguma época funcionado unitariamente, muito provavelmente como uma *caupona* de dimensões já assinaláveis.

A fachada norte da insula era quase cega: abria-se o referido *posticum* (22) e, no extremo oeste, dois conjuntos de *taberna* com compartimento anexo (39-40 e 38-37).

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Os escavadores inclinaram-se para uma cronologia claudiana para o conjunto das duas insulas bordejando a rua das termas e para a própria remodelação viária envolvente; alguns dados existem, todavia, que permitem fazer avançar essa cronologia até ao reinado de Nero. Todavia, dentro da faixa cronológica que vai de 40 a 70, talvez não seja possível fazer maiores precisões cronológicas e, sobretudo, talvez no caso específico desta insula, não seja possível determinar uma única data para uma construção que pode não ter sido unitária, nem do ponto de vista cadastral nem do ponto de vista dos movimentos construtivos, próximos, certamente, mas não necessariamente contemporâneos estritamente.

As quatro principais unidades arquitectónicas (três casas de pátio e um pequeno bloco de *tabernae* com compartimentos anexos) podem, portanto, ter sido desiguais também nas soluções arquitectónicas encontradas, o que se revela de alguma importância, pois se gostaria de ter uma ideia mais precisa do ritmo da fachada. Sabemos que foi extensamente adoptada a solução das portas de taipal ao longo da fachada; a oeste, todavia, fez-se preceder esta solução de um pequeno pórtico, correspondendo a uma alteração da construção que implicou também um arranjo do implúvio e que afectou mais, sem dúvida, o aspecto da construção que a sua natureza. Esta remodelação deve ter acontecido na sequência da criação trajânica da praça a norte das termas do sul, sendo também esta a sua data. Aparentemente, manteve-se nesta época o modo de acesso às restantes unidades.

A restituição da fachada da insula levanta dois problemas: o pé-direito das construções e o modelo efectivamente escolhido para a fachada. Duas das casas de pátio, a *fullonica* e a que engloba os compartimentos 11 a 16, tiveram um piso superior ou um mezanino; isto era facilitado pelo próprio desnível entre a cota de base da insula e a cota da rua a norte, o que deve ter permitido criar um piso intermédio dentro das *tabernae* viradas para a rua das termas. O modelo escolhido pode, portanto, ter sido o de iluminar essa sobre-loja por uma janela colocada sobre a porta larga, modelo muito popular nos grandes *horrea* (normalmente cobertos por abóbada, o que aqui não aconteceu), mas facilmente adaptável a construções sobradadas como as desta insula.

Já no que diz respeito ao extremo leste da insula, a busca de espaços de armazenagem em cave leva a pensar que estes não foram criados também em sobreloja.

Catálogo das unidades residenciais

1 – 42-43

Número de células - 2

Área total – 29m²

Diferença máxima entre células – 13m²

Acessos – porta para o pórtico

Equipamento – nenhum especial

2 – 32-36, 41

Número de células - 6

Área total – 107m²

Diferença máxima entre células – 25m²

Acessos – porta larga para o pórtico

Equipamento – implúvio, tanque, outros dispositivos de gestão de água (*fullonica*)

3 – 31

Número de células - 1

Área total – 22m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

4 – 29

Número de células - 1

Área total – 18m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

5 – 28

Número de células - 1

Área total – 17m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

6 – 17

Número de células - 1

Área total – 11m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

7 – 11-16

Número de células - 6

Área total – 101m²

Diferença máxima entre células – 38m²

Acessos – porta larga para a rua

Equipamento – pátio central e mezanino (?)

8 – 2-4

Número de células - 2

Área total – 34m²

Diferença máxima entre células – 7m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – adega

9 – 5-6

Número de células - 2

Área total – 31m²

Diferença máxima entre células –
3m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – pavimento em *opus
signinum* com leitos.

10 – 7-9

Número de células - 3

Área total – 37m²

Diferença máxima entre células –
10m²

Acessos – porta larga para a rua

Equipamento – banco (?) na sala
do fundo.

11 – 18-27

Número de células - 8

Área total – 120m²

Diferença máxima entre células –
17m²

Acessos – porta larga para a rua

Equipamento – pátio central e
acesso de serviço

12 – 37-38

Número de células - 2

Área total – 29m²

Diferença máxima entre células –
9m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

13 – 39-40

Número de células - 2

Área total – 44m²

Diferença máxima entre células –
15m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

16 - Insula a norte das Termas

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, 1966-1968. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100, arquitectura a 1/200) das escavações Luso-Francesas (Fouilles I**, est. XXXIX). Caracterização sumária: Insula completamente escavada. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977, 65-85, 135-143, 155-165, 190 (X), 229 (XXVII), 232 (XXXII), 237 (XL). Outras referências: Alarcão 1985, 36 e fig. 52; *id.* 1988, 188 – fig. 60; *id.* 1992, 36-41; Alarcão *et al.* 1978, 460-461. *ibid.* 1979, 889 e fig. 5; Alarcão 2009, I 228, II des. 204; Correia 2003, 58; *id.* 2004a, 63; Etienne *et al.* 1966, 13 e est. IV, Oleiro *et al.* 1966, 449.

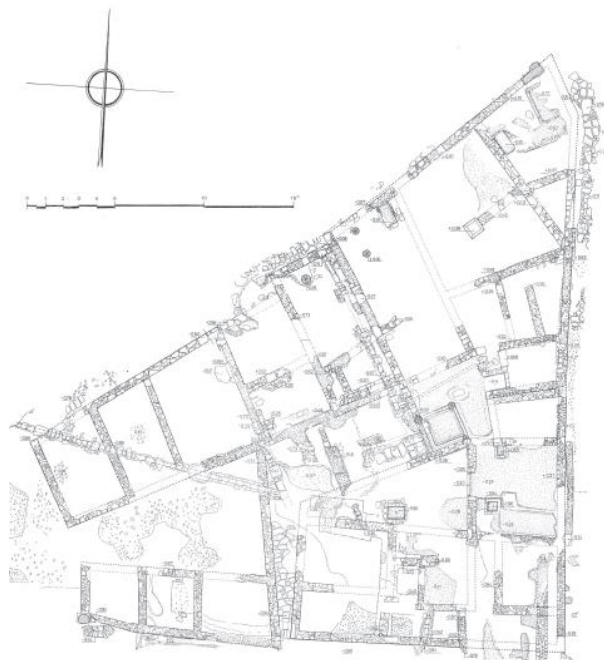


Figura 42 - Plano pedra-a-pedra da insula a norte das termas (extraído de Alarcão e Etienne 1977, II est. 39).

Descrição das estruturas conservadas

A insula a norte das termas foi, dos edifícios conhecidos, aquele mais severamente afectado pela remodelação urbana flaviana que, para criar a praça a norte das termas, sacrificou uma parte substancial desta construção. Não se alterou substancialmente, todavia, o carácter do edifício, que continuou a oferecer uma fachada de lojas à rua das termas (fronteiras à insula do vaso fállico) e uma parte interna do edifício, aberta a oeste, de estrutura interna complexa.



Figura 43 – Planta da ínsula a norte das termas.

O centro da parte interna da insula era um espaço com colunas (7), que na primeira fase tinha sido um pátio parcialmente coberto por um telheiro (12) e que, na segunda fase, manteve as colunas mas reduziu o espaço aberto a um implúvio. Para este espaço abriam, do lado norte dois pares de compartimento, a sul uma grande sala que dava acesso a uma outra, e a leste dois compartimentos abertos e um nicho de função desconhecida. O estado de conservação das estruturas é fruste e a identificação das funcionalidades dos espaços é impossível.



Figura 44 – Aspecto das sucessivas modificações das estruturas no pátio central da insula a norte das termas.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A construção desta insula deu-se em época claudio-neroniana, tendo sofrido na época flavio-trajânica uma importante mutilação que alterou significativamente o edifício. Originalmente era mais vincado o carácter comercial e artesanal dado pela multiplicidade de *tabernae* com acessos directos desde a rua (ou mediados por um pátio interior), transformado com a remodelação numa verdadeira residência com uma fachada

“independentizada”. A dimensão importante da construção não tem contrapartida na arquitectura, que nunca passou de utilitária e, nalguns pormenores, verdadeiramente inepta nas soluções, como a do pátio central transformado em implúvio, em que a própria existência de sucessivas remodelações (abertura de portas e fecho de outras) demonstra que, para além do fluxo que é inerente à utilização de um edifício, se esteve aqui diante de um programa funcional que nunca se reviu nas soluções construídas.

Pode imaginar-se a fachada virada à rua das termas de alguma forma simétrica à da insula do vaso fálico, com *tabernae* providas de mezanino (um piso superior é garantido pelo pilar localizado no compartimento 16).

Catálogo das unidades residenciais

1 – 18

Número de células - 1

Área total – 20m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

2 – 16-17

Número de células - 2

Área total – 49m²

Diferença máxima entre células –
46m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – mezanino

3 – 15

Número de células - 1

Área total – 23m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

4 – 14

Número de células - 1

Área total – 19m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

5 – 13

Número de células - 1

Área total – 25m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

6 - Principal

Número de células - 10

Área total – 144m²

Diferença máxima entre células –
36m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – implúvio, nicho,
compartimentos com acesso
sucessivo.

17 - Casa de Andercus

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, nos anos de 1964 a 1968. Outras escavações expuseram parte dos seus limites (a Leste, na rua da Casa da patera Emanuel) em 1977 (Dir. Prof. J. Alarcão). Estes trabalhos foram objecto de regularização em 1996. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100, arquitectura a 1/200) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977, II est. XXXIX). Escavações complementares de J. Alarcão em 1977 e do A. em 1996 tratadas num plano geral a 1/100. Caracterização sumária: Insula de character residencial (maioritariamente ?) de que se conhecem os limites (excepto a Sul). A designação de “casa” é imposta pela epigrafia (Etienne *et al.* 1976, nº 99). Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977, 65-85, 135-143, 155-165, 194 (XV), 242 (XLII). Não existe publicação respeitante aos trabalhos de 1977. Existe um relatório sobre os trabalhos de 1996 (A.) no arquivo do MMC. Cf. Correia 2003a, 51-52; *id.* 2004a, 64.

Descrição das estruturas conservadas

O edifício a que um achado de epigrafia permite atribuir o nome de casa de Andercus¹²⁹ está localizado entre o fórum e as termas, e o progresso das escavações luso-francesas permitiu identificar todo o seu perímetro (à excepção do limite sul). Todavia, pouco se conhece da sua estrutura e da sua história.

A parte da fachada virada à praça do fórum foi precedida, aquando da sua construção, de um pórtico de pilares (não de colunas) que foi desenhado de forma a revestir a fachada desta insula e a da insula da pátera Emanuel.

Aparentemente, este pórtico foi arrasado quando a remodelação flaviana do fórum o estendeu para sul de tal forma que a entrada da praça do fórum para a rua das termas deixou de poder fazer-se, dada a constrição que o pórtico representava. Nesta zona, um recesso na fachada da insula leva a imaginar algum dispositivo urbano, que pode ter sido uma fonte.

¹²⁹ A atribuição do capitel epigrafado (Etienne *et al.* 1976, nº 99) a esta insula e não à insula do vaso fálico como se faz *id. ibid.*, 111-112, deve-se ao facto de, sendo essa segunda insula integralmente conhecida, se poder afirmar que não incluiu na sua construção qualquer coluna de pedra. Pela localização do achado impõe-se a sua atribuição a este edifício.

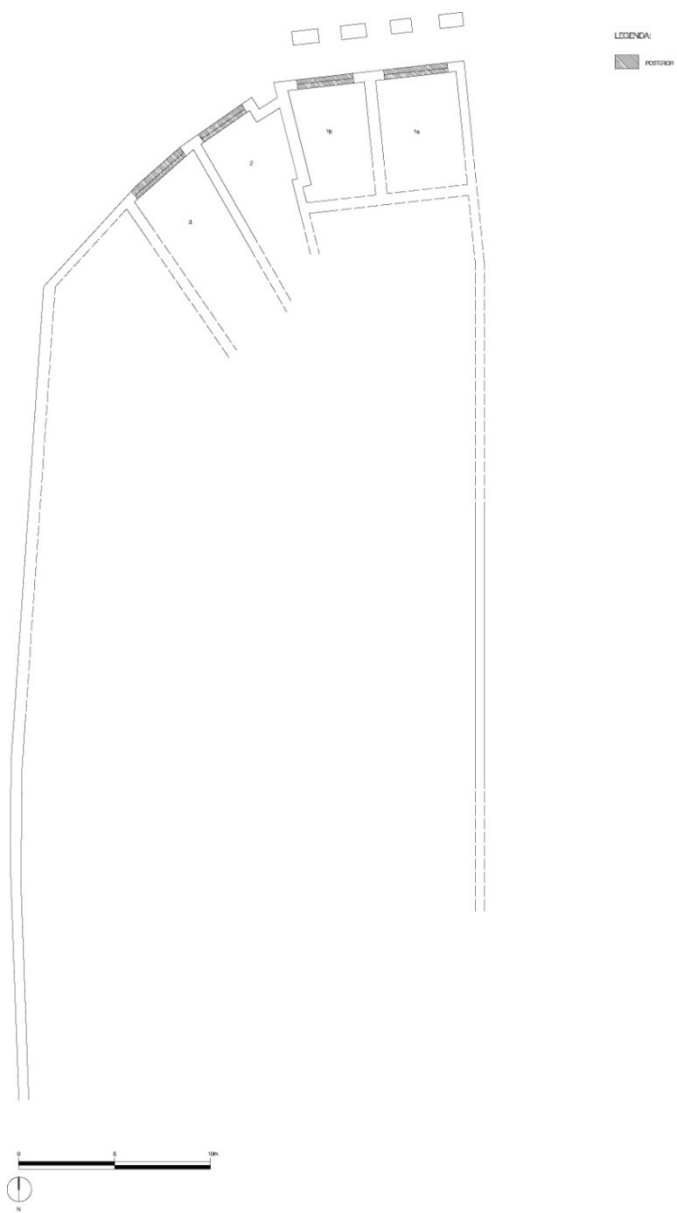


Figura 45 – Planta da casa de Andercus.



Figura 46 – Aspecto do canto nordeste da casa de Andercus.

Aparentemente, este pórtico foi arrasado quando a remodelação flaviana do fórum o estendeu para sul de tal forma que a entrada da praça do fórum para a rua das termas deixou de poder fazer-se, dada a constrição que o pórtico representava. Nesta zona, um recesso na fachada da insula leva a imaginar algum dispositivo urbano, que pode ter sido uma fonte.

Talvez seja contemporânea deste período a decisão de fechar por completo as portas de lojas que abriam para o pórtico, que eram duas, e as das outras duas que abriam já para a rua das termas. Nestas últimas, todavia, o fecho não foi completo como nas primeiras, passando numa primeira fase a abertura, que continuou a existir, a fazer-se apenas por uma porta de vão normal. Estes fenómenos combinados levam a que, de toda esta insula, apenas quatro unidades residenciais se identifiquem, e duas delas muito incompletamente.



Figura 47 – Portas entaipadas das *tabernae* norte da casa de Andercus.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A existência de um capitel da ordem toscana leva a atribuir a esta insula (cujas construções nos parece mais provavelmente augusto-tiberiana do que claudiana como propõem os escavadores), de que tão pouco, infelizmente, se conhece, algum tratamento arquitectónico de qualidade. Este pode ter sido instalado na sequência das remodelações flavio-trajânicas desta zona da cidade, tal como aconteceu com a insula do vaso fálco.

A designação de “domus” que se atribui a uma parte desconhecida da casa pode ter designado um conjunto residencial como o da insula a norte das termas, mas seria necessário ter mais dados sobre a planta da construção.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Leste1

Número de células - 1

Área total – 25m²

Acessos – Porta larga para o pórtico

Equipamento – desconhecido

2 – Leste2

Número de células - 1

Área total – 22m²

Acessos – Porta larga para o pórtico

Equipamento – desconhecido

3 – Oeste1

Número de células - 1

Área total – desconhecida

Acessos – Porta larga para o pórtico

Equipamento – desconhecido

4 – Oeste2

Número de células - 1

Área total – desconhecida

Acessos – Porta larga para o pórtico

Equipamento – desconhecido

18 - Edifício das latrinas do fórum

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, 1968. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977**, est. III). Revisão da arquitectura pelo A. em 1998. Caracterização sumária: Edifício (que talvez não se possa clarificar como insula), de que se conhece toda a extensão, anexo às latrinas do Fórum. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977 149-150, 230 (XXIX), 246 (XLIV). Cf. Correia 2004a, 65.

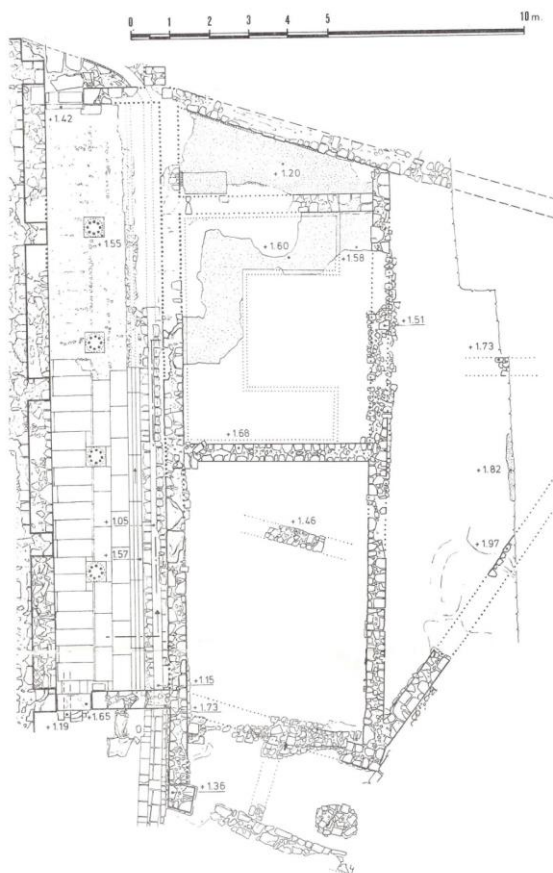


Figura 48 – Plano pedra-a-pedra do edifício das latrinas do fórum (extraído de Alarcão e Etienne 1977, vol. 1, est. III).

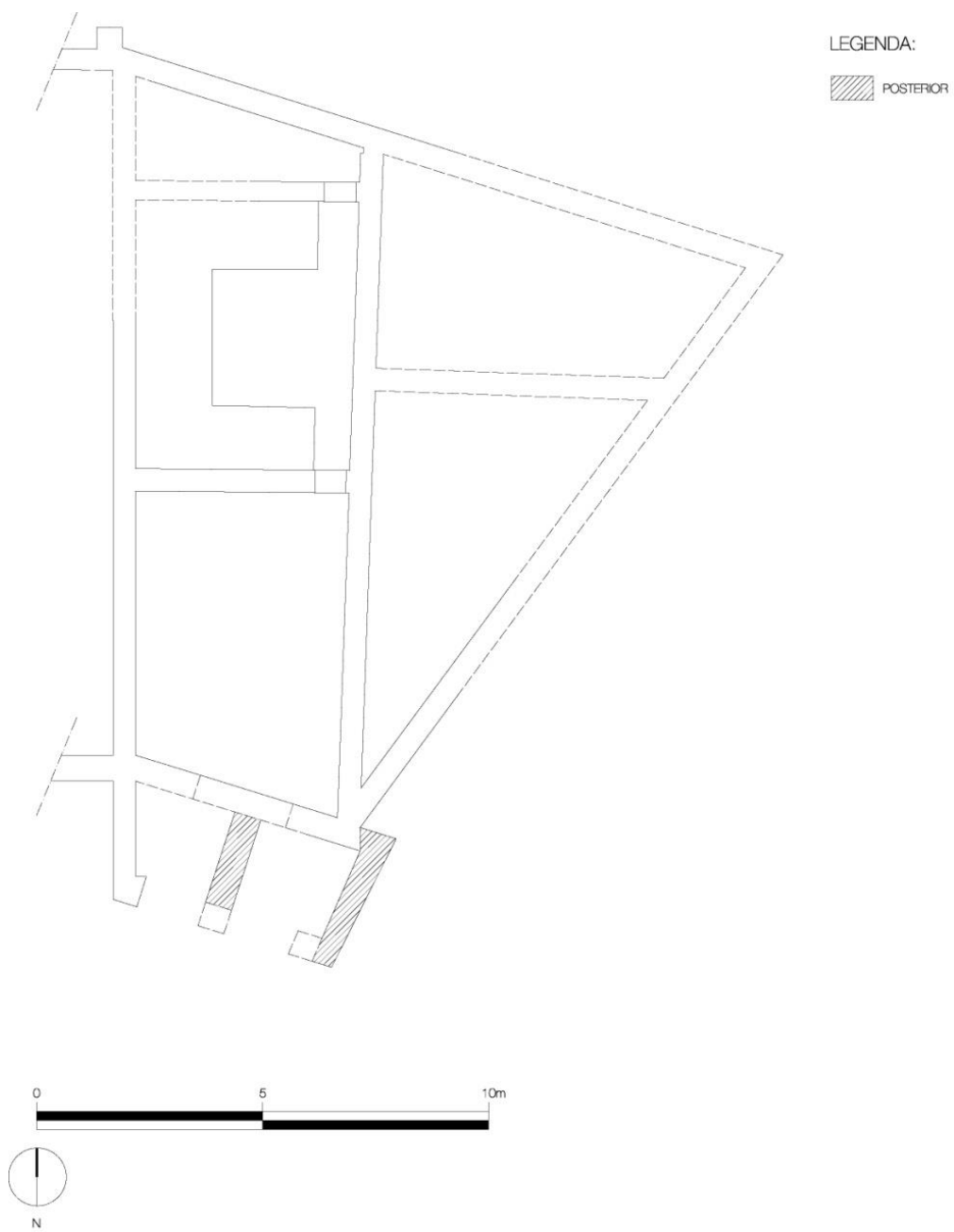


Figura 49 - Planta do edifício das latrinas do fórum.

Descrição das estruturas conservadas

O edifício das latrinas do fórum é um fenómeno urbanístico estranho, sendo (como as próprias latrinas) a única interrupção ao desenho regular de ruas isolando o grande monumento. Parece constituir a sobrevivência do cadastro urbano pré-flaviano¹³⁰, que por alguma razão impossível de determinar, não foi objecto de demolição. A sua convivência com um espaço público como as latrinas é muito estranha, tal como o é parte do seu equipamento.

O edifício tinha um pequeno pórtico frontal, onde se abria a porta para o principal conjunto de três compartimentos em feira, do qual o central tinha um solo de *opus signinum* adaptado à colocação de *triclinia*. O resto do edifício era constituído por duas salas de planta muito irregular, provavelmente abertas a Leste.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Como foi observado pelos escavadores, as latrinas do fórum são posteriores ao monumento, observação que se estende, obviamente, ao restante edifício, mas o seu próprio plano só é compreensível se foi determinado por uma pré-existência cadastral que, tendo visto a sua construção original demolida pela edificação do fórum, era, todavia, suficientemente importante para ser “restaurada” num momento ulterior. A semelhança do programa e do tipo de localização entre as latrinas do fórum e as das termas do sul permite apontar uma data nos inícios do séc. II para a construção de ambas as instalações.

As latrinas do fórum são a única interrupção no desenho das vias que rodeiam o santuário do culto imperial, o seu adossamento foi sem dúvida pensado e planeado pela mesma autoridade que projectou o santuário. A natureza pública do edifício deve por isso ser postulada.

A principal unidade residencial é um conjunto de três salas com comunicação sucessiva, de que a última apresenta um solo em *opus signinum* onde se verificam os traços de uma plataforma destinada à instalação de *triclinia* (algo que se encontra nalgumas outras unidades desta tipologia): a ocorrência

¹³⁰ Ao contrário da proposta de P. Alarcão (2009, vol. II, des. 244), que interpreta a construção como uma invasão de espaço público antes aberto. De qualquer forma, o carácter singular do edifício é de assinalar.

deste fenómeno num edifício de natureza pública levanta a hipótese, que será discutida ulteriormente, de estarmos perante uma *schola*, sede de colégio ou de *sodalitium*.

A restituição dos volumes edificados, com um interessante (e miniatural) pórtico de entrada, é relativamente difícil devido à falta de modelos.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Leste

Número de células - 2

Área total – 53m²

Diferença máxima entre células – 1m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – nenhum especial

2 – Principal

Número de células - 3

Área total – 66m²

Diferença máxima entre células – 23m²

Acessos – porta para o pórtico da rua

Equipamento – compartimento para triclinios

19 - Edifício da pátera Emanuel

Informação disponível

Escavação: Missão Luso-Francesa, nos anos de 1964 a 1968. Outras escavações expuseram parte dos seus limites (a Norte, na praça a Sul do Fórum) em 1977 (Dir. J. Alarcão). Estes trabalhos foram alargados em 1996. Documentação disponível: Plano pedra-a-pedra (1/50, publicado a 1/100, arquitectura a 1/200) das escavações Luso-Francesas (Alarcão e Etienne 1977**, est. XXXIX). Escavações complementares de J. Alarcão em 1977 e do A. em 1996. Plano geral a 1/100. Caracterização sumária: Parte de uma insula de extensão desconhecida. Bibliografia da escavação: Alarcão e Etienne 1977, 65-85, 135-143, 155-165, 195 (XVI), 233 (XXXIV), 243 (XLIII). Não existe publicação respeitante aos trabalhos de 1977. Existe um relatório sobre os trabalhos de 1996 (A.) no arquivo do MMC. Outras referências: Correia 2003a, 51; *id.* 2004a, 66; Etienne *et al.* 1966, 13; Oleiro *et al.* 1966, 449-450.

Descrição das estruturas conservadas

O edifício da pátera Emanuel é um edifício apenas incompletamente escavado, fruto da sua localização e do desenvolvimento que as escavações luso-francesas tomaram. Conhece-se toda a sua fachada oeste, parte daquela a norte (escavada em 1996), e a estrutura das construções pode ser hipotetizada, mas não pormenorizadamente descrita. Ao longo da rua da pátera Emanuel parecem ter-se aberto sucessivas unidades residenciais, compostas por um número indeterminado de divisões, provavelmente duas, que constituiriam uma parte substancial da estrutura do edifício no seu todo – esta restituição parece impôr-se para o sector norte, mas é menos segura para o sector sul, que pode até ter sido outro edifício distinto (ainda que de alinhamento e estrutura não completamente dissemelhante¹³¹). A área total deste conjunto é quase de 600m², divididos por dois blocos de dimensão aproximadamente equivalente, o setentrional dividido aparentemente em seis unidades independentes, o meridional em quatro, sendo aqui que se localizariam os acessos ao interior da insula e a eventuais pisos superiores. Catalogaram-se apenas as unidades

¹³¹ Cf. *supra* n° 5, p. 65-67, edifício da rua da pátera Emanuel.

residenciais do piso térreo da parte superior, não tendo sido catalogado nada do que era inseguro.

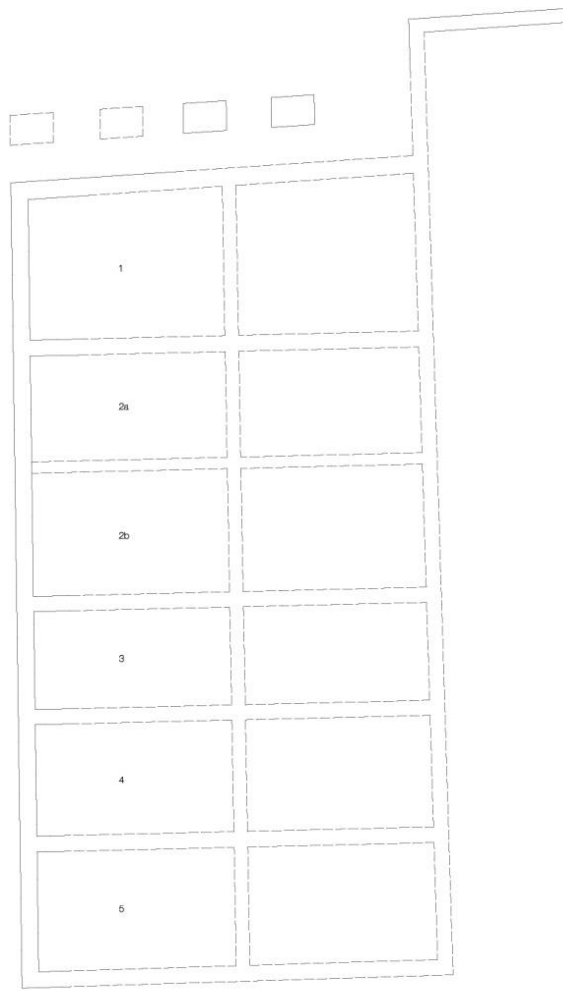


Figura 50 – Plano pedra-a-pedra do edifício da patera Emanuel (extraído de Alarcão e Etienne 1977, II est. 39).

Figura 51 – Planta do edifício da patera Emanuel.



Figura 52 – Aspecto do edifício da pátera Emanuel.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

De datação claudiana ou claudio-neroniana, como a maior parte das insulas rodeando o fórum, o grande edifício onde se recolheu a p'atera Emanuel, se é correcta a reconstituição que fazemos da sua arquitectura (algo difícil dada a limitada extensão escavada), pode ter sido uma espécie de *borreum*, ou conjunto de instalações comerciais, que gozaria de uma localização privilegiada no centro da cidade.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Norte1

Número de células - 2

Área total – 48m²

Acessos – Porta simples para a rua ?

Equipamento – desconhecido

2 – Norte2

Número de células - 2

Área total – 34m²

Acessos – Porta simples para a rua ?

Equipamento – desconhecido

3 – Norte3

Número de células - 2

Área total – 40m²

Acessos – Porta simples para a rua ?

Equipamento – desconhecido

4 – Norte4

Número de células - 2

Área total – 32m²

Acessos – Porta simples para a rua ?

Equipamento – desconhecido

5 – Norte5

Número de células - 2

Área total – 37m²

Acessos – Porta simples para a rua ?

Equipamento – desconhecido

6 – Norte6

Número de células - 2

Área total – 39m²

Acessos – Porta simples para a rua ?

Equipamento – desconhecido

20 - Edifícios a oeste da zona C

Informação disponível

Escavação: 1930-1934 (?). Documentação disponível: Planta geral das escavações antigas (1962) e planta da Casa de Tancinus, corrigidas (A.) em 1998. Caracterização sumária: Parte de uma insula de extensão desconhecida. Não foram publicados relatórios dos trabalhos. Cf. Correia 2004a, 67.

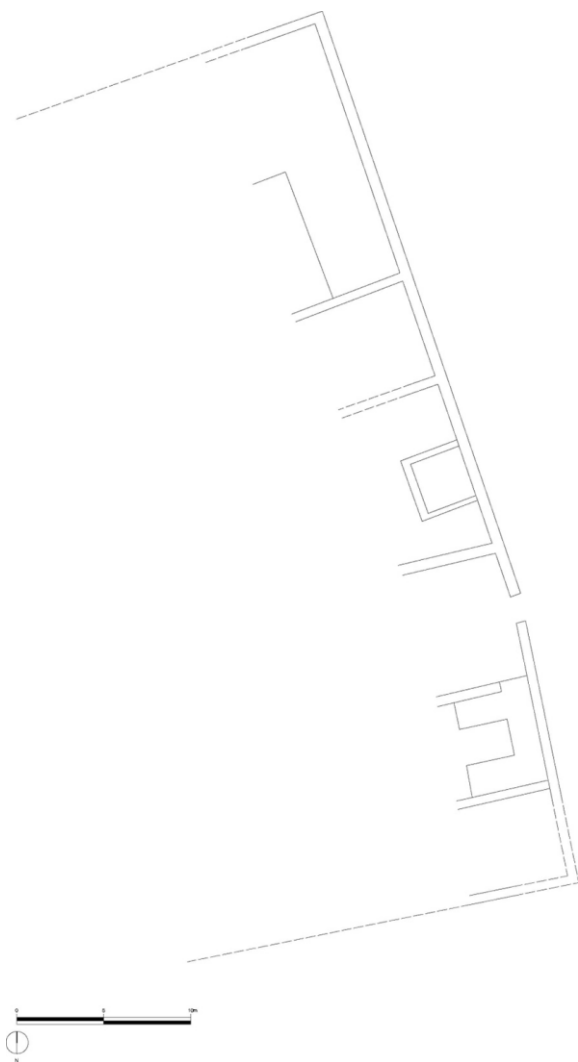


Figura 53 – Planta dos edifícios a oeste da zona C.

Descrição das estruturas conservadas

Na zona fronteira ao muro oeste da casa de Cantaber, com ele definindo um pequeno *cardo*, as escavações dos Monumentos Nacionais expuseram fragmentos de uma provável insula (num total de cerca de 280m²), de que conhecemos incompletamente seis salas distintas, não sendo possível analisar a sua pertença a uma só ou (mais provavelmente) várias unidades residenciais. Tão pouco são seguras as extensões escavadas¹³².

Os dispositivos arquitectónicos identificados são a sala aberta para a rua, outra com uma espécie de patim de *opus signinum* (plinto?) e a sala com instalação para *triclinia* (numa posição que, como noutros locais, torna impossível pensar que estamos propriamente perante uma residência de prestígio). Coloca-se a hipótese de se tratar de uma *schola*.

Em 2004 identificaram-se dois elementos pertencentes à fachada norte da casa, uma cornija e um elemento de encaixe de uma porta de taipais, que mostra que este sector do edifício terá tido uso comercial, no entanto com uma construção de qualidade superior ao comum das edificações com esse fim.



Figura 54 – Elementos arquitectónicos do edifício a oeste da zona C: a) cornija; b) encaixe de porta (provavelmente padieira).

Catálogo das unidades residenciais

A catalogação das unidades é impossível

¹³² Sobre a hipótese de parte deste edifício ter sido escavado em 1899, cf. *infra* p. 130-132.

21 - Insula do aqueduto

Informação disponível

Escavação: 1934 (Dir. Prof. V. Correia). Documentação disponível: Planta geral da área das escavações antigas (1962) à escala 1/200, com sucessivas correcções e acrescentos. Correcções e interpretação final do A. em 1995. Caracterização sumária: Insula completamente escavada. Existem apenas referências esparsas aos trabalhos. Cf. Alarcão 1992, 50 e 53; Alarcão 2009, I 218-224, II des. 180; Coelho 1996, 93 e 116 – desenho 1; Correia 2003a, 39; *id.* 2004, 68; DGEMN 1948 fig. 17-18; Oleiro *et al.* 1974, 22-23.

Descrição das estruturas conservadas

O edifício conhecido como insula do aqueduto, também designado como “hospedaria” (por extensão da identificação que Vergílio Correia fez dos seus compartimentos sudeste, n.ºs 18-19) é um dos edifícios domésticos mais complexos da cidade, e aquele a que melhor justifica a designação atribuída. Nos três níveis distintos conservados, correspondentes a dois pisos e umas caves a cota intermédia, reconhecem-se seis unidades residenciais diferentes, para além das quais existiriam ainda outras, pelo menos num piso superior (talvez dois) cuja existência é denunciada pelos vestígios de escadas (n.ºs 6-7), mas de que nada se conhece e de que a planta é de difícil restituição. A insula ocupa cerca de 850m², de que cerca de 100 correspondem ao pátio interior.

O piso inferior, que não ocupa a totalidade da área da insula, mas apenas a parte leste, a uma cota mais baixa, abria-se para a via, sendo precedido por um pórtico (26). Quatro largas portas abriam para este pórtico, a primeira a sul, num compartimento de esquina (19), que abria também para o lado sul, fora do pórtico; a segunda num pequeno compartimento de ligação (20), uma a meio, num compartimento que tinha um forno junto da entrada (22) e outra a norte (23); todas estas tabernas tinham compartimentos anexos e tinham acesso ao criptopórtico da insula, ainda que com um desnível cuja forma de vencimento não se conservou (pequenas escadas em madeira?).

A entrada principal da insula, todavia, fazia-se pelo lado oposto, por uma pequena porta que dava acesso a um estreito compartimento próximo da torre de distribuição do aqueduto (n.º 10). Estas *fauces*, todavia, tinham a peculiaridade de não serem conformadas como um corredor, mas sim como

um verdadeiro compartimento, ainda que pequeno, dotado de pilastras na face da rua e na face interna.

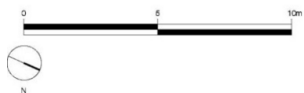
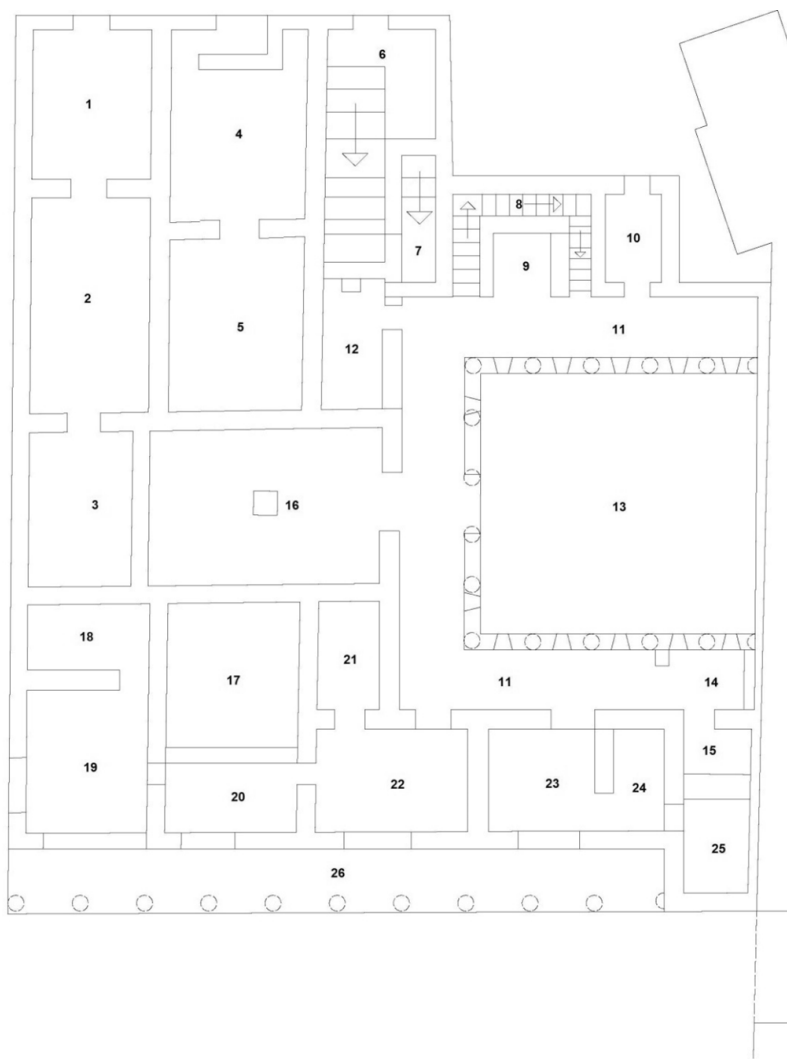


Figura 55 – Planta geral da insula do aqueduto.



Figura 56 – Aspecto geral da insula do aqueduto.



Figura 57 – Acesso interno na insula do aqueduto.

Aqui era a entrada para o pórtico interno da insula, construído sobre um criptopórtico (em três dos lados, sendo o quarto lado formado pelo aqueduto); sob esta entrada corria, para fora, o esgoto do pórtico.

Esta parte da insula ficava recuada relativamente à rua, deixando o *castellum aquae* em evidência. O canto sudoeste do edifício era mais avançado, e era rasgado por três aberturas. A primeira (a Sul) correspondia a uma grande loja com três divisões em fileira (1-3); teve um mezanino, de que se conservaram os apoios das escadas. A segunda era precedida por um balcão (4-5). A terceira correspondia à caixa das escadas, suportadas por uma sucessão de muretes (6-7). O(s) piso(s) superior(es) da insula teria(m), portanto, acessos independentes desde a rua; não é, todavia, claro como se distribuiriam as habitações nesse(s) piso(s) superiores, mesmo admitindo uma rigorosa coincidência entre a(s) planta(s) do(s) piso(s) superiore(s) relativamente às que se podem ver a nível térreo, o desenho das circulações e aberturas poderia variar.

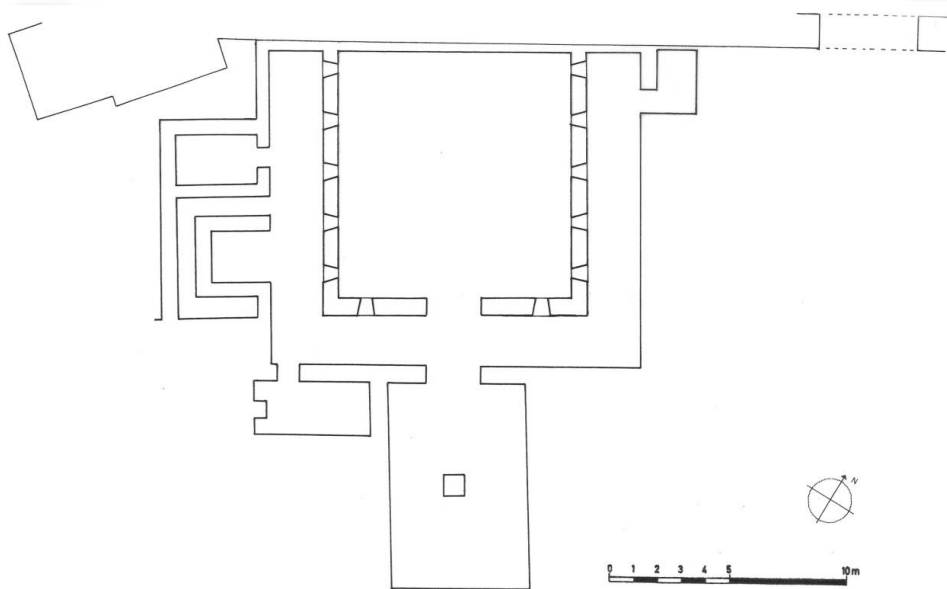


Figura 58 – Planta do criptopórtico da insula do aqueduto e caves anexas.

A parte central da insula era organizada pelo p3rtico central, construído sobre um criptop3rtico (11) a que, desde a rua, se acedia pelas referidas *fauces* situadas a noroeste.

Da ala oeste do p3rtico, descia-se, por uma escada em tr3s lanços (8), ao criptop3rtico, que era iluminado por janelas rasgadas “em boca de lobo”. O criptop3rtico permitia aceder, por uma porta axial, ao p3tuo central (13), e a tr3s divis3es – duas ganhas aos v3os das escadas (9 e 12), outra de grandes dimens3es sob o grande *oecus* central (16) – no canto nordeste uma saída de 3gua do aqueduto mantinha em funcionamento uma latrina (14), anexa a outra pequena sala (15) que pode ter funcionado como modesta sala de banho.

O piso t3rreo do p3rtico, de que nada se conserva, parece ter tido, apesar do enquadramento modesto que lhe oferecia o edifício, alguma pretens3o arquitect3nica. A grande sala central (16) deve ter sido pensada como um *oecus*, e os compartimentos a sudeste (sobre os compartimentos 18 a 21) eram arejados por um pequeno p3tuo (17), de que se conservou o revestimento impermeabilizante e a saída de 3gua, que, funcionando como uma esp3cie de medianum, melhoraria as condiç3es de divis3es que se arriscavam a ser pouco salubres, ou em alternativa abertas ao exterior numa zona de muito movimento citadino (e a uma cota relativamente acessível desde a rua).

Apreciaç3o global sobre a cronologia e a arquitectura

A reconstituç3o da arquitectura, que reveste-se de algumas dificuldades devido 3 adaptaç3o do edifício a um terreno em declive e ao estado de destruiç3o do que seria o seu piso principal.

A maior dificuldade est3 na reconstituç3o de quantos pisos teve o edifício, o que depende da an3lise possível das caixas de escadas (compartimentos 6 e 7). H3 tr3s hip3teses: i) a escada fazia-se em dois lanços em sequ3ncia (primeiro o n3 6 e depois o 7 a uma cota superior, vindo a escada a terminar no piso elevado junto 3 fachada oeste da insula); ii) os lanços 6 e 7 d3o acesso a pisos distintos; iii) o lanço 6 alcança um piso, fazendo-se a entrada desde a rua, enquanto o lanço 7 alcança esse mesmo piso, ou outro, desde o interior da insula (acesso pelo p3rtico). Ap3s muitas consideraç3es, parece ser a segunda hip3tese a que encontra menos objecç3es: o lanço 6, num desenvolvimento linear de 8,25m, destinar-se ia ao segundo piso; o lanço 7, com 5,85, daria acesso ao primeiro. Se as escadas tivessem uma inclinaç3o de

45°, a diferença entre elas indicaria precisamente o pé-direito do 1º piso – 2,40m.

Infelizmente, não existem dados sobre os materiais recolhidos na escavação desta insula, o que nos limita qualquer apreciação da sua cronologia.

O edifício é certamente posterior ao aqueduto, o que nos dá um *terminus ante quem* na última década antes da mudança da era. A primeira fase da casa dos repuxos tinha com a insula do aqueduto evidentes afinidades tipológicas e morfológicas, sendo muito abundantes naquela os materiais de datação tiberiana, o que pode constituir um *terminus post quem* a registar. O edifício datar-se-ia, portanto, em inícios do séc. I d.C.

O tipo de edifício é extremamente interessante, pela sua própria natureza e pela implantação urbana escolhida (a deste e a de outros edifícios comparáveis). Os paralelos itálicos são claros e a importância dada aos criptopórticos é reveladora do papel económico e social que estes edifícios detêm.

Catálogo das unidades residenciais:

1 – Nordeste

Número de células - 2

Área total – 40m²

Diferença máxima entre células – 10m²

Acessos – porta larga para o pórtico

Equipamento – nenhum especial

2 – Leste

Número de células - 3

Área total – 36m²

Diferença máxima entre células – 12m²

Acessos – porta larga para o pórtico

Equipamento - forno

3 – Sudeste

Número de células - 2

Área total – 35m²

Diferença máxima entre células – 13m²

Acessos – porta larga para o pórtico e outra porta para a rua

Equipamento – lareira (forja?).

4 – Sudoeste

Número de células - 3

Área total – 83m²

Diferença máxima entre células – 13m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento - mezanino

5 – Oeste

Número de células - 2

Área total – 64m²

Diferença máxima entre células –
0.5m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – balcão à entrada

6 – Principal

Número de células –
indeterminado (mais de 10)

Área total – c. 600 m²

Diferença máxima entre células –
indeterminado (mais de 45m²)

Acessos – porta para a rua, em
espaço próprio

Equipamento – oecus, pórtico
central e criptopórtico, escadas
internas, etc.

22 - Casa de Cantaber

Informação disponível

Escavação: Algumas sondagens entre 1873 e 1899. Escavações sob a direcção do Prof. V. Correia de 1930 a 1934, completadas em 1938. Programa de investigação (Dir. A.) de 1995 a 1997. Documentação disponível: Planta 1/50 (A.) 1995/1998. Caracterização sumária: Insula de carácter residencial. Bibliografia da escavação: Não se publicaram relatórios das escavações antigas, apenas referências esparsas. As escavações modernas foram publicadas em Correia 2001, que aqui é em parte vertido. Outras referências bibliográficas: Alarcão 1983, 202; *id.* 1986, 78 e 101-103; *id.* 1988, 190; *id.* 1992, 20-25; *id.* 1998 I, 276-8 e II2, 99; Alarcão *et al.* 1979, 890; *ibid.* 1981, 71-73 e est. 2-4 e 18-19; *ibid.* 1986, 131; Alarcão 2009, I 236-238, II des. 235-6 e 250-251; Beeson 1993, 7-8; Correia 1930, 173, *id.* 1936, 9 e 10-14; Correia 1999, 17-19; *id.* 2003a, 34-37; *id.* 2004a, 69; DGEMN 1948 fig. 7-16 e 39; Ferrão 1996, 189-232; Oleiro 1986, 115; *id.* 1994a, 44; *id.* 1994b, 276-8; Oleiro *et al.* 1974, 24-26; Pedroso 1992, 161 n. 1.

Descrição das estruturas conservadas

A casa de Cantaber ocupou uma insula muito central no padrão urbano de Conimbriga. Com um dos lados menores aberto para o *trivium* que é nodal no *vicus novus* da parte leste da cidade (acrescentada pela muralha augustana ao velho perímetro do povoado indígena); o fechamento da casa em todos os três restantes lados (excepção feita à porta da área de serviços) contribuiria por si só para fazer convergir no pórtico de entrada (C1) a atenção dos viandantes.

A casa de Cantaber desenha, à medida, a mesma estratégia de posicionamento urbano da única entrada do fórum flaviano. A larga porta do vestíbulo (C2) corresponde exactamente a dois módulos do intercolúnio do pórtico e o eixo das pilastras que a flanqueavam parece corresponder ao eixo de duas colunas deste, de onde concluímos que, a não ser provável um intercolúnio de dois módulos a meio do pórtico, que necessariamente corresponderia a bases de maior dimensão de que não se encontraram vestígios, o pórtico diante da casa de Cantaber corria uniforme e era sob ele

que se abria a grande porta, única abertura axial da casa (contrariamente ao que é por vezes reconstituído).

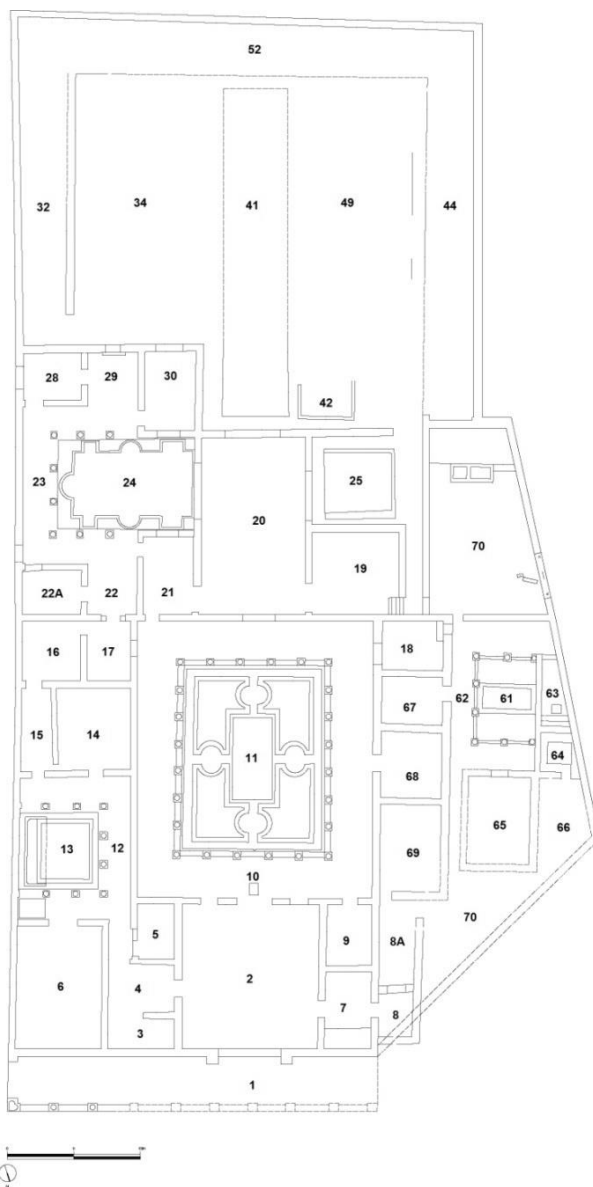


Figura 59 – Planta da casa atribuída a Cantaber, na sua fase principal (Fase II: Correia 2001, pl. 5)

O enorme vestíbulo levanta algumas questões, entre outras a que se prende com a obra de carpintaria necessária à execução da cobertura, que seria sem dúvida notável. Não é possível determinar se a cobertura da casa seria, à maneira vitruviana, composta por volumes destacados de uma cércea geral das coberturas, ou se os construtores provinciais terão optado por coberturas mais monótonas mas mais económicas, cobrindo homogeneamente vários compartimentos da casa que fossem redutíveis a um espaço geometricamente regular. Poderia efectivamente ser isto que acontecia com a casa de Cantaber, que se divide em rectângulos regulares, com pequenas excepções. Os grandes volumes do vestíbulo e do triclinio, todavia, não poderão ter sido cobertos de outra forma que não mediante uma elevação dos seus alçados, que podem ter sido marcados exteriormente por pedimentos, que tinham também uma função emblemática ou simbólica.

Num arranjo que se conhece também na casa dos repuxos, o vestíbulo abre-se para o peristilo central por três vãos de abertura desigual (o central mais amplo). O peristilo central de 6 x 8 colunas (contando duas vezes as dos cantos) organizava todos os espaços da casa, mas era contido nas suas aberturas: uma *cella* a norte, três (antes quatro) portas a sul, uma outra sala à direita¹³³. Esta é de pequenas dimensões e o seu modesto mosaico, com grande efeito decorativo embora, fazia apelo a um material pouco nobre como as tesselas cerâmicas.

O tanque central do peristilo reproduz, num esquema simples mas que é tornado grandioso pelas dimensões, o padrão dos canteiros ajardinados típico de Conimbriga. Também aqui existia um sistema de repuxos múltiplos e, descoberta que se deve ao excelente trabalho de conservação levado a cabo, deve ter existido um programa decorativo de estatuária de pequenas dimensões, ocupando os plintos cujos embasamentos se detectam sistematicamente como recortes quadrangulares abertos nas lajes que rematam o mosaico nos intercolúnios ou, onde elas já faltam, como engrossamentos da argamassa que as suportavam. A estatueta de Minerva, que é um dos mais conhecidos achados de Conimbriga, provém do tanque central, mas não é

¹³³ Na descrição assume-se que a planta está orientada para o visitante, ou seja, com o sul no topo da página (pese embora a inconveniência). Assim, “direita” é sempre o oeste, “esquerda” o este, “em frente” significa em direcção a sul e “atrás” é o norte.

seguro que fosse essa uma das estatuetas em questão, a sua demasiado pequena dimensão não parece compatível com os cerca de 15x15 cm de planta que os plintos, ou dados, devem ter tido.



Figura 60 – Peristilo central da casa de Cantaber.

Outra questão em aberto é a do ajardinamento dos canteiros. Nalguns deles, a terra é muito pouca, e naquele situado a Noroeste ela é até quase nenhuma. Infelizmente está-se, em geral, demasiado preso aos modelos renascentistas e modernos, italianos ou italianizantes que, seguidos nos restauros em Conimbriga, na casa dos Repuxos, ou em Fishbourne, nos impedem de visualizar um jardim cujo elemento vegetativo não seja pelo menos tão geometrizado quanto a arquitectura. Mas, muito provavelmente incorre-se em erro e a própria irregularidade do substrato disponível para a vegetação, que por vezes se reduziria a escassos centímetros, milita também neste sentido. Por outro lado, parte do aparato do jardim poderia ter sido

conseguido com construções pintadas e incrustadas de conchas, e não apenas com o elemento vegetal.



Figura 61 – Restos de decoração com conchas incrustadas, localizados nos canteiros do peristilo central.

Ao fundo do peristilo, axialmente, entrava-se para o *triclinium*. O eixo visual prolongava-se para o exterior através da janela fundeira e, uma vez entrado, o visitante assistia à multiplicação deste eixo, bilateralmente, pelas janelas laterais, que davam para os tanques 24 e 25, da mesma forma que passagens davam acesso a outros sectores da casa, o do peristilo lobulado e, através do compartimento 19 (que deve ter sido uma copa) à zona de serviços. Esta *scaenographia* era arquitectónica e socialmente o *fulcrum* da casa e, dois passos dados dentro do *triclinium*, o visitante está sensivelmente a meia distância na insula que a casa ocupa.

À esquerda da ala sul do peristilo tinha-se acesso, pela sala nº 21 ao sector do peristilo lobulado.



Figura 62 – Peristilo do sector de serviços da casa de Cantaber.

Do lado oposto, cumpre referir uma das mais interessantes alterações que a arquitectura da casa sofreu: a substituição da passagem entre o peristilo central e o sector do peristilo oeste, que deixou de se fazer pelo compartimento 18 (através de dois degraus internos que venciam o desnível) para passar a fazer-se através da copa nº 19 e das escadas que aí davam acesso ao jardim e à cozinha. Esta alteração, que contribuiu para manter a um nível elevado de exigência a circulação pelo peristilo central, não só demonstra as preocupações reinantes na gestão da casa, como também nos diz algo sobre a natureza da circulação nos espaços em redor do peristilo nº 62, que era sem dúvida modesta, senão de nível verdadeiramente servil.

Infelizmente, o estado de conservação e as dificuldades de desenvolvimento do programa de investigação relegaram esta área para uma posição secundária. Identificou-se o jardim central do peristilo com um tanque (61), umas latrinas duplas que ocupam um “esconso” da planta de uma forma assaz artificiosa e verificou-se uma característica comum dos espaços de serviços das casas romanas: os acessos estreitos e tortuosos.

Podia chegar-se a este sector, directamente do vestíbulo, através de C7, que era uma *cella ostiaria*, provida de lareira elevada sobre soco de pedra. Um corredor (8-8A), que vencia um desnível importante (não é completamente claro se recorreu a degraus) dava acesso a uma sala de serviços (69) e, através de um estreitíssimo corredor instalado sobre uma cloaca, ao peristilo 62. Para este abriam duas salas: nº 67, coberta de mosaico simples, mas que parece ter comportado um emblema e nº 65, incompletamente escavada, mas que parece poder reconstituir-se como uma *cenatio*.

Voltando ao vestíbulo, tinha-se dele acesso, pela esquerda de quem entrava, ao sector residencial da casa.



Figura 63 – Peristilo em pi (nº 12) da casa de Cantaber.

O grande rectângulo, desenhado pelas salas que abrem para o peristilo em pi ou que com estas comunicam, constitui sem dúvida a parte privada da casa, dotada de *cubicula* e de uma *cenatio* própria (6). A sua construção parece ter sido homogénea, ainda que algumas vezes remodelada a nível de decoração

(estuques dos nºs 6 e 14 e o próprio peristilo); faz parte, portanto, da fase mais marcante da existência da casa.

A sala 4, coberta de um simples mosaico branco, tal como os corredores adjacentes, servia de tampão a um acesso demasiado imediato ao peristilo 12. Para ela abria-se uma pequena *cella* (3) e para o corredor abria-se um pequeno *cubiculum* (5) cuja entrada era constituída por porta e cancela (?) assente sobre uma pequena soleira de pedra.

Entrava-se no peristilo nº 12 pelo canto sudoeste.

Na ala à esquerda abria-se a porta para a grande sala 6 cuja localização, dimensões e padrão de pavimento musivo (assumindo como correcta a nossa restituição¹³⁴) fazem identificar como uma *cenatio*.

Na ala sul ficavam um grande *cubiculum* (14), de cuja decoração pouco sabemos, dada a degradação sofrida pela evidência, mas que devia ter ecos do padrão também utilizado na sala da caçada na casa dos repuxos (pilastras ritmando painéis), e uma outra sala cuja função era mais de corredor (15) do que de estância, a julgar pela sua planta alongada e pela função de circulação que inevitavelmente tinha. *Cubiculum* e corredor comunicavam não só pelo peristilo, mas também directamente.

Ao fundo deste corredor ficava outro *cubiculum* nº 16 que, por sua vez, abria para uma sala de recepção que articulava três blocos distintos da casa. Esta sala (17), para além de dar acesso, como se viu, à parte residencial da casa, abria, por uma porta de dois batentes e trinco, para o peristilo central. Abria ainda, para uma das *alae* do peristilo lobulado. Esta entrada era marcada por duas colunas e, no mosaico, por uma tapete com decoração geométrica. Esta marcação arquitectónica do eixo principal de circulação é muito interessante na medida em que contrasta com outros pontos morfologicamente idênticos na estruturação da casa, mas que não têm aparato arquitectónico comparável.

Esta sucessão de compartimentos, dos nº 4 a 17, ficava, portanto, demarcada por um espaço tampão (4) provido de instalações para pessoal servil que guardasse a entrada e por uma sala cuja relação com os espaços circundantes pode ser alterada conforme as circunstâncias (virtude da porta com trinco) mas cujo eixo de circulação normal é marcado simbolicamente.

¹³⁴ Proposta originalmente em Correia 2001, 91 e desenvolvida por Ribeiro s/d., *passim*.

O conjunto dos compartimento 21-25/28-30 é, porventura, o mais interessante da casa. Infelizmente, foi também um dos que mais sofreu ao longo dos tempos de abandono, soterramento e reexposição da casa. Dos seus mosaicos restam dois em bom estado e vestígios de outros três enquanto outros dois se perderam por completo (21 e 22A), mas a sua arquitetura, no essencial, resistiu.

Entrava-se neste sector pelo canto sudoeste, fosse vindo da parte residencial da casa, através do nº 17, entrando-se por isso no espaço nº 22, fosse directamente do peristilo central, pela sala nº 21, ou, ainda por aí, do *triclinium* central. A entrada faz-se, portanto, obliquamente: todavia, é a axialidade do conjunto que é marcante.

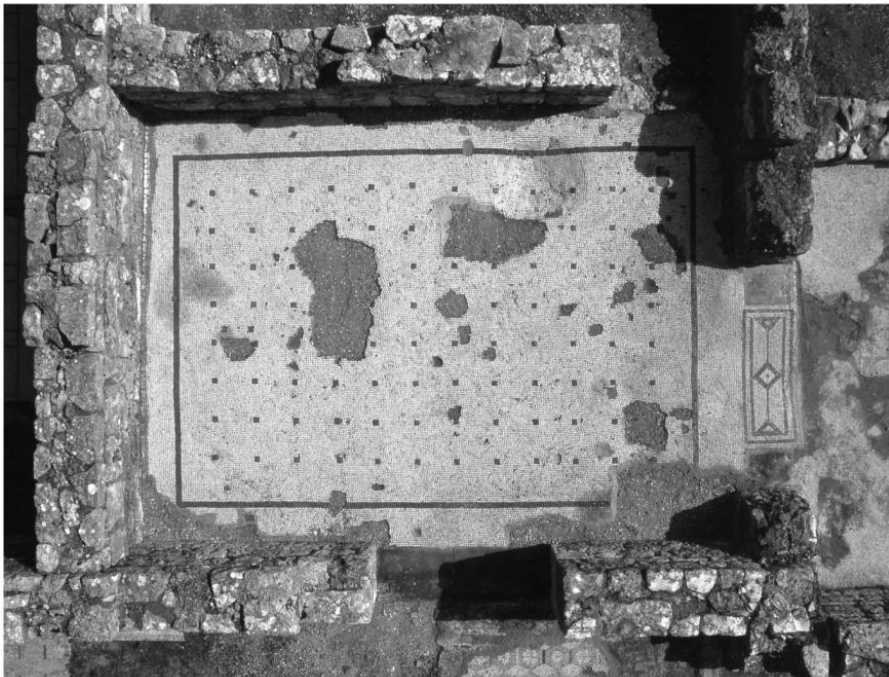


Figura 64 – Sala nº 17 da casa de Cantaber.

À direita, porta com bases de colunas e tapete marcado, em baixo, porta para o peristilo, com gonzos e trinco; em cima, porta para o *cubiculum* nº 16.

O peristilo é ladeado por três pares de ambientes distintos entre si. A oeste os nºs 21 e 30 abrem para as *alae* e têm uma curiosa janela directamente aberta para o *impluvium*. A este os nºs 28 e 22A constituem uma espécie de pavilhões isolados pelas *alae* 22 e 29 que estabelecem o verdadeiro eixo deste sector, que liga a porta de acesso da parte residencial da casa à porta de acesso ao *viridarium*. Estas *alae* têm o seu pavimento coberto por um mosaico idêntico, o que reforça a axialidade. O eixo fundamental de circulação entre a parte residencial e o jardim da casa é assim enquadrado por um conjunto de salas que se devem classificar como *diaetae*. Também aqui a *scaenographia* é importante. Ao visitante é oferecido, do nº 21 ao nº 30 e mais além, um eixo suplementar, mais íntimo, para ver o jardim. Um eixo paralelo, mais monumentalizado, é o de 22 a 29. As salas 22A e 28 são o último reduto do habitante (o que explica a colocação escolhida tardiamente para o conjunto 26/27/31) e é à porta da sala 28 que encontramos aquele curioso motivo apotropaico do labirinto de tipo Mogor.



Figura 65 – Peristilo lobulado da casa de Cantaber

O conjunto do peristilo truncado e das duas salas que para ele abrem, são um testemunho interessante da aplicação em Conimbriga de um esquema arquitectónico de espírito áulico, o da sala absidada, que neste caso, falta de espaço para se desenhar como noutros casos conhecidos, escolhe a implantação e recorre a um dispositivo técnico desnecessário (a sobrelevação que obriga à aproximação por meio de degraus), para impôr o efeito cenográfico pretendido.

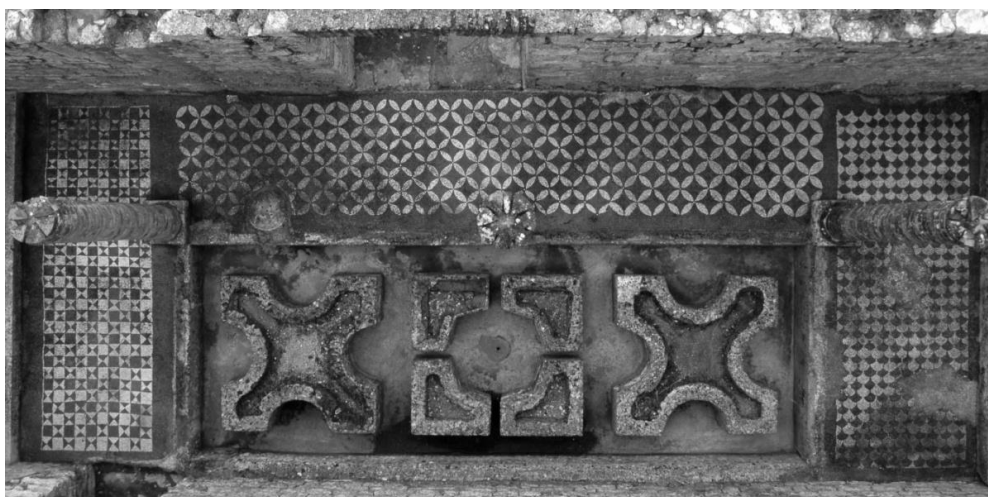


Figura 66 – O peristilo truncado, adicionado ao lado este da Casa de Cantaber após a construção da muralha baixo-imperial.

As termas da Casa de Cantaber, elemento importante da casa, devem, todavia, ser deixadas entre parêntesis, na medida em que está documentado tratar-se de uma adição posterior ao plano da casa; tal como o sector do peristilo truncado ou as latrinas, revelam uma evolução interessante do edifício, mas não fazem parte do conjunto programático original.

O jardim preexistente, que ao visitante se apresentaria, na prática, como um vastíssimo peristilo, coroaria a casa. O nº 41, o tanque axial ao *triclinium*, foi muito provavelmente uma espécie de *Canopus*, atingindo porventura o pórtico 52 (um arranjo idêntico àquele, reduzido, do nº 61). Só no nº 42, todavia, restam ténues vestígios do que foi o arranjo e ajardinamento do jardim.



Figura 67 – Restos do grande espelho de água do *viridarium* da casa de Cantaber (nº 41), no eixo central da casa, alinhado com a janela central do *triclinium*.



Figura 68 – Vestígios do ajardinamento do *viridarium*.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A cronologia, verosimilmente flaviana¹³⁵, e carácter especial da construção, implantada sobre um lote quase vazio até essa data, levam a considerar que é a casa atribuída a Cantaber a primeira construção a introduzir na cidade os modelos áulicos da arquitectura doméstica inspirada na *domus aurea*, que têm sido apreciados e discutidos mais em especial a propósito da casa dos repuxos. Esta precisão cronológica é importante, pois permite melhor compreender o desenvolvimento local desses modelos.

A casa de Cantaber é verdadeiramente excepcional pelo rigor do seu projecto e pela qualidade da sua execução. A articulação da casa em sectores independentes, relativamente isolados, com os seus acessos limitados, cada um deles provido de um peristilo faz também eco das tendências palaciais que vão ser dominantes na *domus flavia* (ou na própria *villa Adriana* em Tivoli).

A presença da casa de Cantaber no tecido urbano de Conimbriga era ofuscada apenas pela presença do forum, única insula de dimensão superior à própria casa. Ambos os monumentos partilhavam, aliás, a mesma estratégia de implantação: abertura única para a via decumana mediante um pórtico monumental, grandes muros cegos de aberturas a toda a volta (uma única excepção – a porta de serviço da casa). O carácter único e de extraordinário prestígio desta residência só pode fazer eco do carácter excepcional dos seus construtores e proprietários, ancestrais desse Cantaber a quem a casa é atribuída em meados do séc. V. Os melhores candidatos são os *Valerii*, mas na ausência de achados epigráficos, trata-se obviamente de conjectura sem grande consequência.

Catálogo das unidades residenciais:

1 – Único

Número de células - 42

Área total – 3260m²

Diferença máxima entre células – 355m²

Acessos – pórtico para a rua e entrada de serviço

Equipamento – todo o aparato arquitectónico

¹³⁵ Os materiais das escavações não foram ainda integralmente estudados, mas as observações feitas, designadamente nas escavações de 1995, são bastante consistentes nesse sentido; cf. Correia 2001, 123.

23 - Casa de Tancinus

Informação disponível

Escavação: Dir. Jorge Alarcão/Isabel Pereira (década de 1960). Outras intervenções limitadas em várias épocas. Documentação disponível: Planta pedra-a-pedra, sem data, à escala 1/50 (aut. Luís Nobre). Complementos posteriores e interpretação (aproveitando dados publicados em Maciel et al. 1992) pelo A. em 1993. Novas escavações dirigidas por J. Lópes Quiroga entre 2005 e 2008. Caracterização sumária: Insula de carácter residencial, reconstituída através de vestígios conservados em edifício posterior (basílica paleo-cristã). Bibliografia da escavação: Não foram publicados relatórios dos trabalhos antigos, estando em arquivo no MMC alguns trabalhos parcelares; existem relatórios pormenorizados dos trabalhos 2005-2008, de que se aguarda a publicação. Cf. Alarcão 2009, I 241, II des. 240 e 254; Correia 2003a, 32-34; *id.* 2004a, 70; Maciel *et al.* 1992, 79-83.

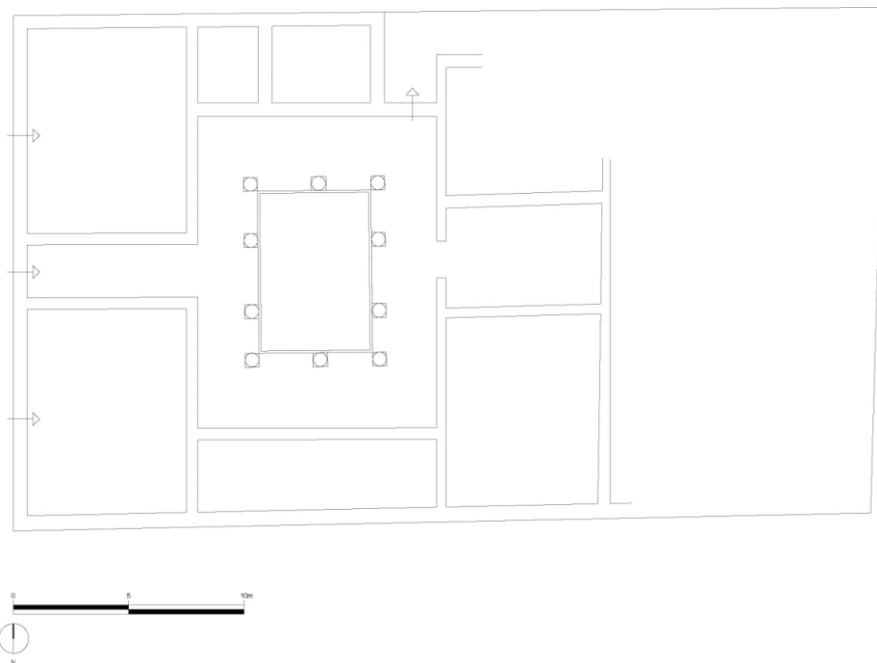


Figura 69 – Planta da casa de Tancinus.

Descrição das estruturas conservadas

Os vestígios da residência que pré-existiu à basílica paleo-cristã de Conimbriga, designada de “casa de Tancinus” devido à pequena lápide encontrada nos muros desta, compõe uma planta que permite reconstituir uma residência de médias dimensões (830m²), caracterizada por um pequeno peristilo central, acedido através de *fauces*, rodeado por várias divisões (uma das quais centrada com a entrada, mas cujas dimensões reduzidas não autorizam e ver aí um *triclinium*), e um espaço largo a leste, cuja utilização não é reconstituível. A oeste a ambos lados da entrada, dois espaços (que depois foram a basílica de catecúmenos) devem interpretar-se como *tabernae* autónomas.

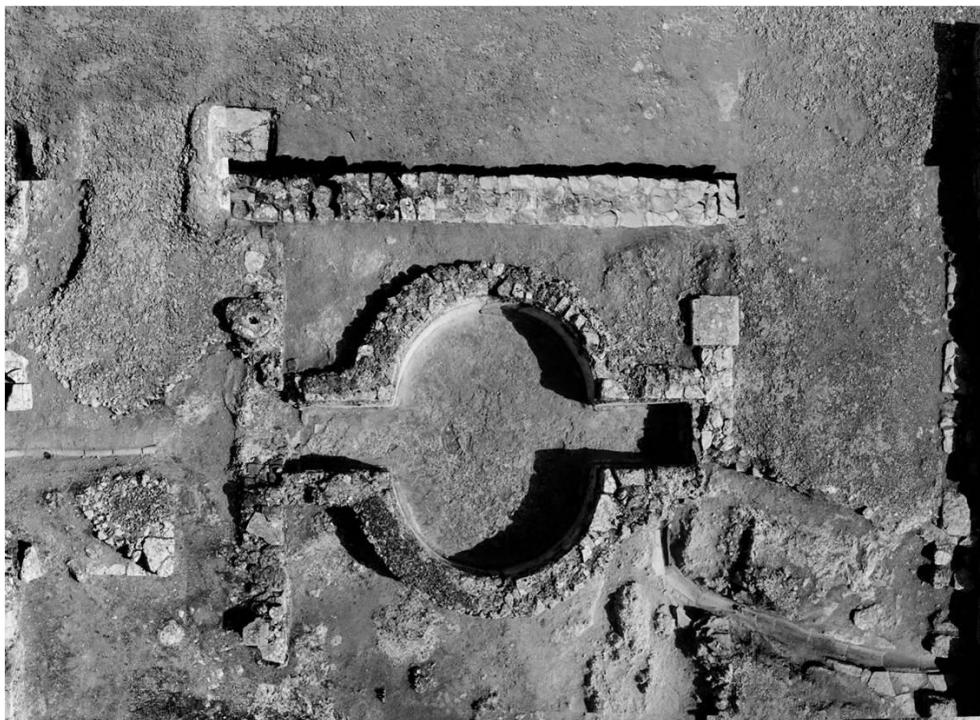


Figura 70 – Vista vertical do tanque construído no centro do peristilo da casa de Tancinus.

As escavações dirigidas entre 2005 e 2008 expuseram alguns troços de muros na parte sul (não representados na planta), mas a articulação das estruturas não é clara.

A descrição das estruturas desta casa é necessariamente lacónica e a catalogação das unidades residenciais deve ser entendida com alguma prudência.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A questão mais interessante em aberto tem a ver com a data de construção do tanque do peristilo central corresponder à construção desta casa¹³⁶, ou pertencer apenas à fase cristianizada (alguns investigadores do período paleo-cristão negam, por outro lado, a sua função de baptistério).

No entanto, não é possível, no actual estado de desenvolvimento da investigação, aprofundar o estudo deste edifício.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Sudoeste

Número de células - 1

Área total – 61m²

Acessos – desconhecido

Equipamento – desconhecido

2 – Noroeste

Número de células - 1

Área total – 61m²

Acessos – desconhecido

Equipamento – desconhecido

3 – Principal

Número de células – 8(?)

Área total – 700m²

Diferença máxima entre células – 46m²

Acessos – fauces

Equipamento – peristilo central e talvez outros dispositivos de aparato

¹³⁶ Assim se tem considerado, por exemplo, em Reis e Correia 2006, 302-303. No entanto, foi preferida uma posição de prudência na planta aqui publicada.

24 - Casa dos repuxos

Informação disponível

Escavação: Identificada ocasionalmente em 1907, foi escavada entre Agosto e Outubro de 1939 e depois, sob os mosaicos, a partir de 1953. Sondagens parcelares (Dir. A.) em 1990. Documentação disponível: Planta à esc. 1/100 de R. Monturet (CNRS, Pau, 1980), subsequentemente completada e revista pelo A., redesenhada por J. Luís Madeira e publicada em CMRP I. Caracterização sumária: Insula de carácter residencial. Bibliografia da escavação: Não se publicaram relatórios de escavação. Toda a arqueologia da casa foi tratada em Oleiro 1992. Outras referências: Alarcão 1983, 202 e fig. 56; *id.* 1986, 75 e 100-101; *id.* 1988, 189-190; *id.* 1992, 54-59; *id.* 1998 I, 115-6 e II, 99; Alarcão *et al.* 1979, 890 e fig. 7; *ibid.* 1981, 69-71 e est. 1 e 11-16; *ibid.* 1986, 130; *ibid.* 1992, 143-158; Alarcão 2009, I 238-240, II 237-238; Beeson 1993, 2-5; Correia 1997, 39-40 e 48 fig. 19; *id.* 1999, 16-17; *id.* 2003a, 17-22; *id.* 2004a, 71; DGEMN 1948 fig. 31-38; Etienne 1997, 276; Ferrão 1996, 206-207; Oleiro 1965, 259-262; *id.* 1986, 113-118 e 125-127; *id.* 1992, 9-29; 1994a, 46-47; *id.* 1994b, 274 – 6; Oleiro *et al.* 1974, 17-21; Pedroso 1992, 159-166.

Descrição das estruturas conservadas

As estruturas actualmente visíveis da casa dos repuxos constituem cerca de 2/3 da extensão original da casa. O sector norte, de que se vão fazendo pontualmente algumas observações que permitem propôr uma restituição global, não está todavia ainda escavado.

A casa teve uma fase original de construção, cuja estrutura, natureza e datação tem sido alvo de várias publicações, que não vai aqui ser abordada, sendo de maior interesse centrar a análise na remodelação de inícios do séc. II, que deu à casa a sua configuração mais conhecida e famosa.

A entrada da casa dos repuxos era precedida por uma construção de restituição problemática, que pode associar-se ao *serapeum* de *villa adriana*¹³⁷.

Sob a meia abóbada, a entrada da casa era feita pela ábside precedida por colunas e pilastras (1).

¹³⁷ Correia 2011a, 686-687; cf. *infra* p. 233-235.

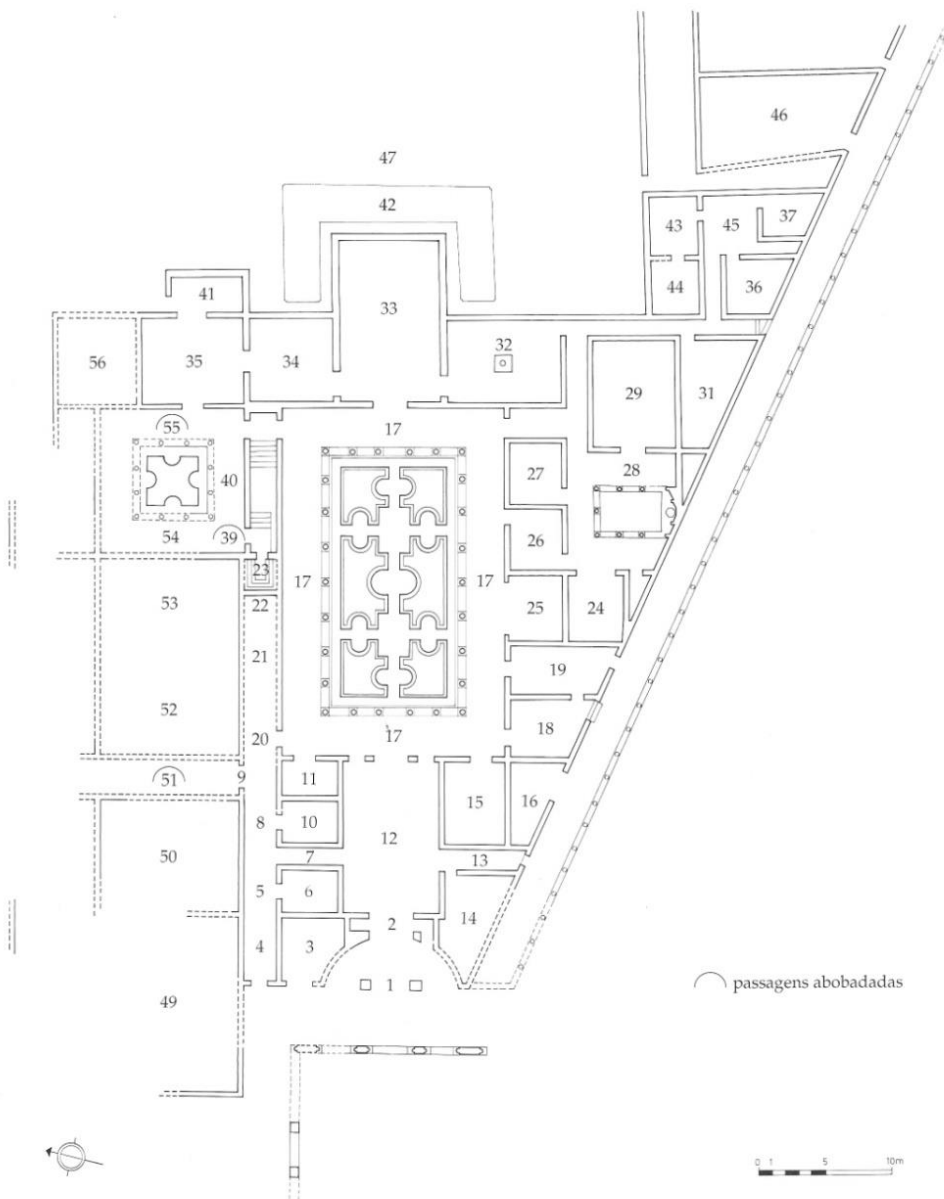


Figura 71 – Planta da casa dos Repuxos (segundo Oleiro 1992, est. 1)

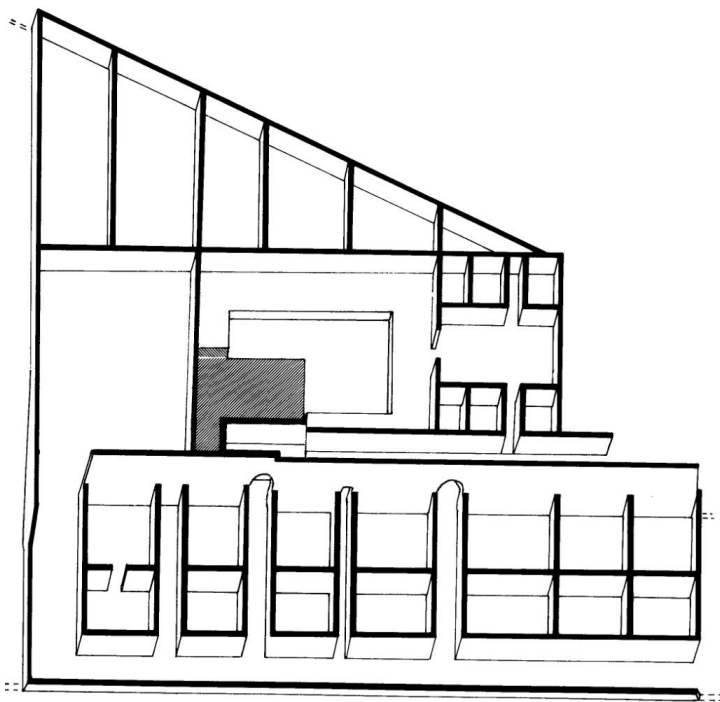


Figura 72 – Reconstituição, em perspectiva axonométrica, das estruturas da primeira fase da casa dos repuxos, segundo Correia 1997, 48, fig. 19.

No eixo da ábside abria-se a porta larga (2) dando acesso ao vestíbulo, a que se somava uma pequena entrada em guilhotina, descentrada, reservada sem dúvida ao porteiro; na espessura da própria entrada cavou-se, no lado oposto uma minúscula *cella ostiaria*. A Norte da ábside abria-se ainda uma

taberna (3) e uma entrada lateral para a casa, um longo corredor (4), por onde se acedia mais directamente a uma zona secundária da casa.

A entrada principal da casa dava acesso a um vasto vestíbulo (12), correspondente a um possível *tablinum* do edifício original, com pequenos corredores, a modos de *alae*, dando acesso quer à rua quer ao grande corredor de acesso. Do vestíbulo acedia-se, por um vão triplo, à ala oeste do peristilo.



Figura 73 – Peristilo central da casa dos repuxos.

A partir deste, a casa divide-se em três principais sectores: a Norte uma área privada e de serviços, provida de peristilos suplementares, infelizmente ainda não escavada na sua totalidade; a Leste o *triclinium* e as peças anexas e o *viridarium*; a Sul o pequeno *impluvium* com ninfeu e as zonas nobres da habitação privada.

O próprio peristilo articula, para além do triclinio, duas outras salas de recepção (11 e 15) e, de forma muito conspícua, a importante *exaedra* da casa (25), situada na ala sul.

A área norte aproveitou as construções anexas ao criptopórtico original da casa, que provavelmente manteve como *tabernae* abertas para a rua de acesso ao anfiteatro. Infelizmente nada sabemos delas. Ao nível superior os dois pátios identificados, um organizado em pequeno peristilo (40), outro talvez só um jardim rodeado por um *euripus* (50), articulariam as restantes salas, em número indeterminado, e assegurariam a circulação desde a rua através de passagens abobadadas que, pertencentes à fase original do edifício, se mantiveram em funcionamento (numa delas instalou-se uma latrina).

A área leste, rodeada por um grande *viridarium*, inclui quatro salas decoradas a mosaico e no ângulo sudeste da casa, a área de serviços. As salas decoradas com mosaico são o grande *oecus triclinium* (33), cujo modelo parece também ter copiado o da casa de Cantaber, com grandes janelas abertas para o tanque em U que o rodeia e o jardim envolvente; a sala do auriga (34), o mosaico mais discutido de Conimbriga; a sala do elefante e do camelo (35), que faz a ligação entre o peristilo da zona norte e o jardim através da pequena sala 41, que mais não é que um pequeno vestíbulo secundário.



Figura 74 – Ninfeu da casa dos repuxos.

Estas três salas, articulando o centro da casa (peristilo/triclínio) com uma área mais particular, deixando isolada a sala com um mosaico tão importante, constituem certamente um dispositivo intencionalmente aperfeiçoado para permitir ao proprietário relacionar-se com o visitante ocasional sob uma forma suficientemente controlada. Independentemente do significado concreto das referências mitológicas presentes no mosaico, a escolha destas sala para a implantação de um conjunto de referências de tal complexidade, reforça a sua importância dentro da casa, corroborando a sua identificação como a *dieta* reservada ao proprietário.

No canto Sudeste da casa, servidas directamente por um *posticum*, ficam o conjunto da cozinha e da copa (31 e 32) e o que foram certamente os alojamentos do pessoal (36, 37, 43-45). A casa tinha ainda outras instalações neste sector, também incompletamente escavadas (46 e outros).

A parte privada da casa ficava encaixada entre estes sectores, à volta do peristilo 28, cuja ala sul foi transformada num ninfeu, onde se cultuavam os *Lares Aquites*. Para este peristilo abriam três *cubicula* e uma *cenatio* – esta última é a conhecida sala da caçada (29). Mas pode também tratar-se de um sistema duplo: dois *cubicula* e duas *cenationes*, dependendo da interpretação funcional da sala 24. Pormenor de interesse é o facto de um dos *cubicula* - 26 – ter também porta para o peristilo, todavia esta podia fechar-se com trinco e ferrolho.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

A casa dos repuxos é um dos edifícios mais discutidos da cidade, quer quanto à sua cronologia, quer em especial quanto ao programa musivo.

Antes de sumariar essas discussões parece importante fazer ressaltar aquilo que de consensual¹³⁸ é mais importante para a caracterização do edifício.

¹³⁸ Não assim com alguns investigadores, entre os quais se destaca I. Morand (1996, 207-22; 2005, 16-69). A análise da arquitectura da casa, *data venia* à erudição que demonstra, falha no aspecto essencial do entendimento desta residência como uma construção evolutiva, não sendo compreensível como construtores separados, pelo menos, por duas gerações, conseguiriam ainda assim respeitar as bases matemáticas de um mesmo projecto, que por sua vez, teria sido implementado sem atenção à modificação do carácter do edifício; a proposta de interpretação do projecto deve ser reputada de inverosímil. Eivada de apriorismos se afigura também a consideração da cronologia da casa, que é feita depender de dois elementos: a sua construção flaviana, que os achados desmentem e a data dos mosaicos no séc. IV. Quanto ao primeiro

Em primeiro lugar o carácter evolutivo da casa dos repuxos, a partir de uma primeira fase, onde a sua morfologia, ainda que já a de uma importante construção romana localizada num ponto central da cidade, não era sobretudo a de uma residência de prestígio (tinha, todavia, um programa decorativo de qualidade).

A grande remodelação da casa data do reinado de Adriano, como tem sido demonstrado com boas razões estratigráficas e de estudo dos materiais recolhidos sob os mosaicos, nos entulhamentos das caves tornados necessários pela instalação do tanque central e, depois, dos mosaicos.

A operação de remodelação da casa tendo em vista obliterar quase por completo o seu carácter comercial e artesanal e dotá-la de condições de residência de prestígio foi simultaneamente extensa e económica. Extensa pois quase todo o piso superior foi alterado (exceptuando-se algumas poucas *tabernae*, das quais duas continuaram a ter acesso directo desde o peristilo), e uma enorme fatia do piso inferior foi sacrificado; económica pois no essencial a estrutura do edifício foi mantida e, dentro das áreas remodeladas, importantes extensões de muros sobreviveram, redecorados.

Na sua fase áurea, a casa dos repuxos é uma manifestação eloquente da capacidade de adaptação local dos modelos da arquitectura áulica que foram pela primeira vez importados para a casa de Cantaber. A arquitectura da casa dos repuxos, devido até ao aproveitamento do edifício anterior, é por vezes menos “cerebral”, alguns condicionalismos económicos da família estiveram também presentes na hora de decidir algumas soluções; mas com essas condições a casa dos repuxos é uma belíssima obra de arquitectura, dotada de uma personalidade que a casa de Cantaber, na sua perfeição projectual, não tem.

Esta observação emocional impõe-se também quanto aos programas musivos que, ainda que desfasados cronologicamente de algumas décadas,

ponto, é de se insistir na datação em época de Adriano (e quanto à datação das ânforas do tanque circundante do tricínio, que se podem reputar de menos probatórias do que a autora propõe, veja-se a opinião de C. Fabião [1994, 235 e n. 18] sobre esses exemplares). Quanto aos mosaicos, a melhor opinião continua a ser a de J. M. Bairrão Oleiro (1965, 262-263; 1992, 25): tendo a casa sido parcialmente demolida pela construção da muralha baixo-imperial, certamente que os mosaicos não foram instalados depois desta data; os mosaicos são portanto do séc. III, pelo mais tarde.

revelam uma profunda clivagem entre os gostos que presidiram à sua selecção numa e noutra casa¹³⁹.

A restituição da arquitectura, difícil nalguns pontos devido à incompletude da escavação e noutros devido a questões técnicas intrínsecas à planta trapezoidal, dá todavia conta de um programa de amplidão e de virtuosismo também impressionante.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Principal

Número de células – 33 (no mínimo)

Área total –

Diferença máxima entre células –

Acessos – Entrada monumental,

posticum a sul e outros acessos

Equipamento – Todo o aparato arquitectónico

2 – A14

Número de células - 1

Área total –

Acessos – porta para o pórtico da rua

Equipamento – nenhum

3 – A3

Número de células - 1

Área total –

Acessos – porta para o pórtico da casa

Equipamento – nenhum

4 – A16

Número de células - 1

Área total –

Acessos – porta para o pórtico da rua

Equipamento – nenhum

5 e outras – A56, etc.

Número de células - 2

Área total – 15m²

Acessos – porta para o pórtico da rua?

Equipamento – desconhecido

¹³⁹ Cf. *infra* pp. 211-230.

25 - Lojas a sul da via

Informação disponível

Escavação: Direcção Geral dos Monumentos Nacionais entre 1940 e 1944 (Dir. Prof. V. Correia). Outras intervenções sob a direcção do Prof. Jorge Alarcão em 1963. Documentação disponível: Planta de trabalho de 1967 (toda a zona B) à escala 1/200 (aut. Roque Martins), posteriormente ampliada a 1/100. Complementos e anotações, sem data, de J. Alarcão. Reconstituição das arquitecturas do A., 1994. Caracterização sumária: Edifício (talvez não uma insula, *strictu sensu*) entre a insula das casas da cruz suástica e dos esqueletos e a via. Bibliografia da escavação: Alarcão 2011, 21-27. Cf. Alarcão 1992, 12 e 17; Alarcão 2009, 218-220, II des. 181; Correia 2003a, 22-23; *id.* 2004a, 72.

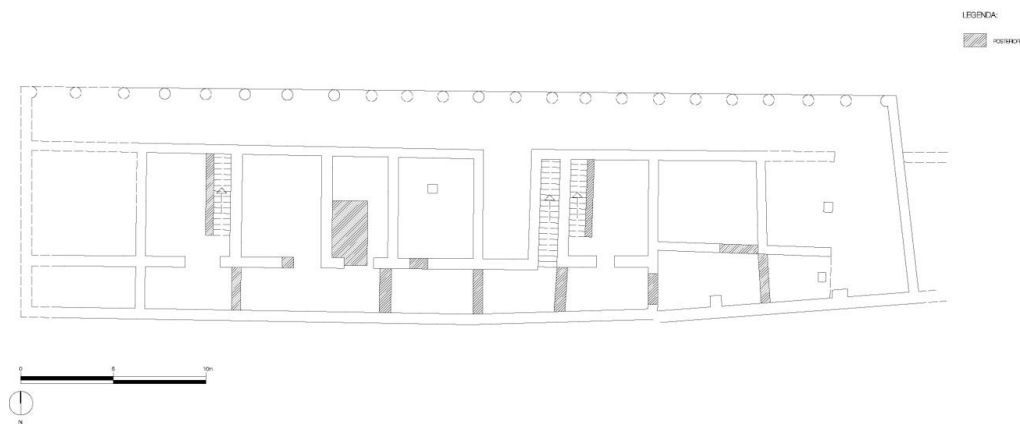


Figura 75 – Planta das lojas a sul da via.

Descrição das estruturas conservadas

O longo mas estreito edifício conhecido como “lojas a sul da via”, constitui um dos mais interessantes exemplos de engenharia civil de Conimbriga, dada a sua estrutura *sui generis* e a sua implantação urbana. A sua localização é verdadeiramente fulcral, fazendo parte de uma intervenção urbana muito caracterizada que, certamente em data augustana, rodeou o

trivium formado pela via Olisipo-Bracara e pelo acesso ao centro da cidade de edifícios de características comerciais (insula do aqueduto, casa dos repuxos na sua primeira fase, edifício anterior à casa de Cantaber e este).

A restituição possível da fase original demonstra a existência de uma série de seis lojas abertas para o pórtico da via, providas de cave e uma pequena unidade residencial de quatro compartimentos no extremo Leste.

As caves das lojas tinham acesso por um longo criptopórtico, arejado por janelas rasgadas para a parte traseira da insula. A este acedia-se por uma única escada localizada entre a última e a penúltima células (contando de Oeste), ocupando uma área total de 147m².

No mesmo espaço se abria uma caixa de escadas para o piso superior que o edifício certamente teve¹⁴⁰.

O criptopórtico foi paulatinamente retalhado por muros, parcialmente entulhado, e foram criadas escadas próprias a cada cave a partir da loja no piso térreo. Há razões para pensar que este foi um movimento rápido, provavelmente motivado pelos inevitáveis problemas de escoamento de águas pluviais e ressurgentes, pelo que catalogaremos as unidades residenciais em função do estado final do edifício.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

O bloco das lojas a sul da via, junto com a insula do aqueduto, é um dos exemplos sobreviventes da primeira arquitectura doméstica romana de prestígio construída em Conimbriga, mas este prestígio não era dado pelo carácter residencial aristocrático; era-o pela ostentação de um conjunto de possibilidades económicas - artesanais e comerciais - e por um quadro arquitectónico que certamente contrastaria com a restante cidade na época tiberiana.

Como já foi observado os quatro edifícios que marcam esse momento (casa dos repuxos, insula do aqueduto, casa de Cantaber e lojas a sul da via)

¹⁴⁰ A restituição do edifício aqui proposta foi feita tendo-se conhecimento do estudo de J. Alarcão que, gentilmente, no-lo comunicou. A principal divergência residirá no facto de J. Alarcão (2011, *passim*) reconstituir a circulação entre as unidades no piso superior através de um espaço de circulação instalado sobre o pórtico da via. Pessoalmente parece-nos mais provável que essa circulação se fizesse nas traseiras, sobre o próprio criptopórtico. As datas de publicação, todavia, não permitiram um contraste mais pormenorizado das considerações divergentes.

dispõem-se à volta do *trivium* que une a via decumana da cidade na sua intersecção com a via Olisippo-Bracara. Dois destes edifícios (aqueduto e repuxos) são insulas de grande porte; os outros dois são edifícios estreitos, que deixam atrás de si uma grande insula desocupada.



Figura 76 – Escadas do criptopórtico das lojas a sul da via. À esquerda o acesso comum original; à direita uma das caixas de escadas privadas de uma das lojas criadas tardiamente.

No caso das lojas a sul da via, no entanto, este pequeno edifício foi dotado de um criptopórtico que lhe duplicou a área utilizável relativamente ao

piso térreo (e um piso superior que a triplicou), sendo muito interessante a qualidade da técnica e a uniformidade das soluções arquitectónicas entre estas várias construções.



Figura 77 – Pormenor de uma janela em boca de lobo do criptopórtico das lojas a sul da via.

As lojas a sul da via não devem ter sido nunca um edifício especialmente notável pela sua estética – pórtico de fachada e lojas atrás - e certamente que não o foi pelo seu desempenho no controle dos fenómenos atmosféricos: é muito possível que tenham sido as dificuldades de controle das infiltrações e inundações a levar ao paulatino sacrifício das suas caves e de troços do criptopórtico. Este fenómeno, no entanto, levanta uma questão: o edifício é de construção unitária, mas a amortização de alguns dos seus elementos não decorre unitariamente. Tratar-se-á dos efeitos de uma alteração proprietária ocorrida entre um e outro momento?

Catálogo das unidades residenciais

1 – Oeste1

Número de células - 2

Área total – 44m²

Diferença máxima entre células – 19m²

Acessos – desconhecido

Equipamento – desconhecido

2 – Oeste2

Número de células - 4

Área total – 60m²

Diferença máxima entre células – 9m²

Acessos – porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – escada para duas salas em cave

3 – Oeste3

Número de células - 4

Área total – 80m²

Diferença máxima entre células – 6m²

Acessos – porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – escada para duas salas em cave

4 – Oeste4

Número de células - 1

Área total – 15m²

Acessos – porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – nenhum

5 – Oeste5

Número de células - 2

Área total – 32m²

Diferença máxima entre células – 12m²

Acessos – porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – mezanino (?)

6 – Oeste6

Número de células - 1

Área total – 15m²

Acessos – espaço completamente aberto para o pórtico da rua

Equipamento – nenhum

7 – Oeste7

Número de células - 4

Área total – 54m²

Diferença máxima entre células – 6m²

Acessos – porta larga para o pórtico da rua

Equipamento – escada para duas salas em cave

8 – Oeste8

Número de células - 3

Área total – 48m²

Diferença máxima entre células – 15m²

Acessos – porta para o acesso lateral

Equipamento – lareiras

9 – Oeste9

Número de células - 1

Área total – 44m² (incluindo
acesso lateral)

Acessos – espaço completamente
aberto para o pórtico da rua

Equipamento – espécie de alcova
com abertura larga provida de
mainel

26 - Casa da cruz suástica

Informação disponível

Escavação: Direcção Geral dos Monumentos Nacionais entre 1940 e 1944 (Dir. Prof. V. Correia). Outras intervenções sob a direcção do Prof. Jorge Alarcão em 1963. Documentação disponível: Planta de trabalhos de 1967 (toda a zona B) à escala 1/200 (aut. Roque Martins). Complementos e anotações, sem data de J. Alarcão. Caracterização sumária: Edifício de carácter maioritariamente residencial, que ocupa a parte central de uma insula (que inclui ainda a casa dos esqueletos). Bibliografia da escavação: Alarcão 2011, 28-46. Referências bibliográficas: Alarcão 1986, 103; *id.* 1992, 12 e 17; Alarcão 2009, I 240, II des. 239; Alarcão *et al.* 1981, 73-74 e est. 6 e 20; Beeson 1993, 6; Correia 2003a, 24-26; *id.* 2004a, 73; Ferrão 1996, 203-204; Oleiro 1986, 117; *id.* 1994a, 45; Oleiro *et al.* 1974, 27-28.

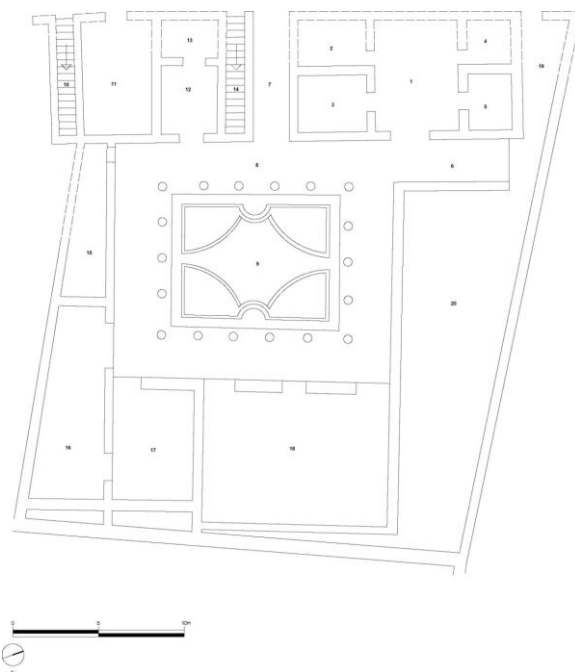


Figura 78 – Planta da casa da cruz suástica.

Descrição das estruturas conservadas

A casa da cruz suástica é uma das residências de aparato em Conimbriga, mas talvez aquela em que, na base do programa, está uma arquitectura pobre, muito condicionada pela preexistência de um lote de terreno pouco generoso, produzindo um resultado final onde se encontram algumas estranhas arquitectónicas¹⁴¹.

A casa ocupou o plano térreo, mas tinha, na fachada, uma zona de piso superior, talvez autónoma e acedida directamente desde a rua¹⁴².

Ao peristilo (8-9) podia aceder-se por duas vias, as *fauces* (7) que abriam para a rua a oeste, ou o pequeno corredor a norte, onde se chegava pelo espaço aberto deixado entre a casa e as lojas a sul da via, que deveria ter um acesso independente pela mesma rua (19).



Figura 79 – Peristilo central da casa da cruz suástica. No primeiro plano, a entrada da casa; é visível a organização inepta de entradas e intercolúnios.

¹⁴¹ E, para além desse problema, a existência de uma primeira fase de construção (Alarcão 2011, 31-37), introduziu ainda outras condicionantes.

¹⁴² Na catalogação das unidades residenciais optou-se por considerar apenas a unidade principal. Os efeitos desta opção nos cálculos estatísticos finais pode considerar-se dispiciendo.

A peça principal abrindo para o peristilo era o triclinio (18), colocado transversalmente, onde um jogo de três aberturas¹⁴³ tentavam criar perspectivas alinhadas com os intercolúnios do pórtico, mas com resultados desiguais. Ao lado deste, um grande cubículo (17) abria-se para o canto sudeste do peristilo, de que todo o lado sul era tomado por dois compartimentos (15-16), óbvios aproveitamentos de espaços deixados pela construção central, um deles mosaicado (não sendo claro se se tratava de um espaço aberto ou fechado), o outro de função também desconhecida.

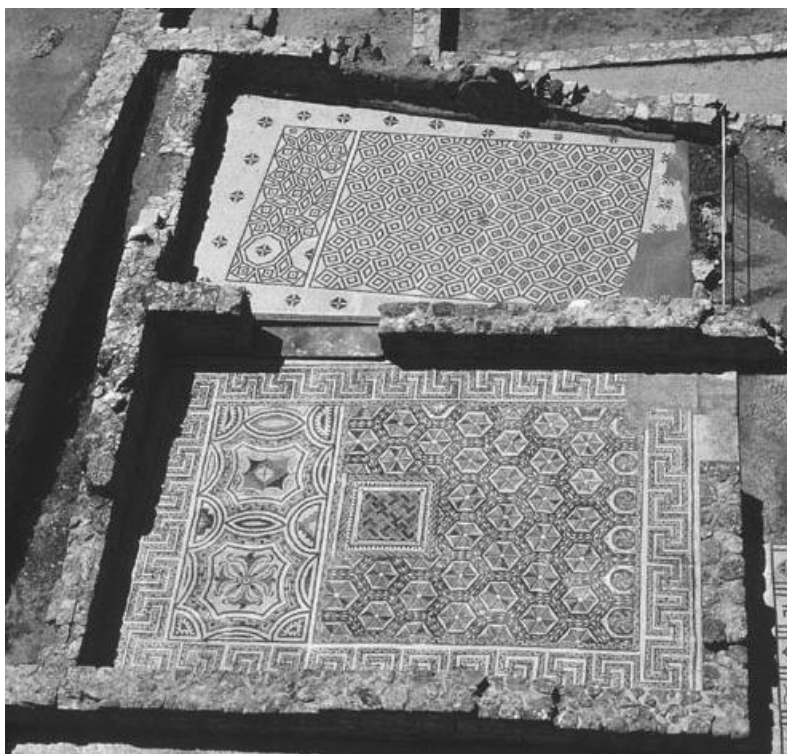


Figura 80 – O grande *cubiculum* da casa da cruz suástica e o compartimento de função indeterminada do seu lado sul.

¹⁴³ Segundo J. Alarcão (2011, 35), nem todas elas originais, mas sim produto de um mau restauro de muros pela DGEMN, que teria interpretado mal aberturas de épocas diferentes.

A ala oeste do peristilo tinha um pequeno espaço que foi talvez de cozinhas (a Sul, n^os 12-13) e o conjunto de compartimentos privados, no total de cinco (1-5), sendo bem visíveis três deles, decorados também com mosaicos (outros dois foram destruídos pela muralha)¹⁴⁴.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Vários elementos aconselham a datar a casa da cruz suástica no séc. I com uma renovação que lhe confere o aspecto final no séc. III¹⁴⁵.



Figura 81 - Limite entre a casa da cruz suástica e a casa dos esqueletos. A orientação do muro oblíquo que divide os lotes, que não coincide com o ordenamento geral da zona, denuncia o seu carácter de preexistência.

A casa foi desde um primeiro momento fortemente estrangida pelos limites do lote em que se inscreveu: o edifício de dimensão monumental que existe a leste deste quarteirão¹⁴⁶ formava, com a rua a oeste, um conjunto de barreiras muito forte; a casa teve ainda de respeitar o *ambitus* necessário ao

¹⁴⁴ Também aqui existem divergências de reconstituição relativamente às propostas de J. Alarcão (2011, 37).

¹⁴⁵ Alarcão 2011, 39-41.

¹⁴⁶ Correia 2009, 397-406.

arejamento das caves das lojas a sul da via, espaço que se transformou numa espécie de saguão, utilizado como lixeira ao longo da vida da casa e, no lado oposto, a sul, foi necessário respeitar um muro oblíquo que, como já se referiu, deve consistir na sobrevivência de um limite cadastral anterior à remodelação urbana da zona¹⁴⁷.

Para tal a casa abdica de uma entrada monumental, fazendo-se o seu acesso por um estreito corredor, que é um dos poucos exemplos de *fauces* à maneira itálica que se encontra na cidade (e que poderá até ser sobrevivência das primeiras construções) e coloca transversalmente o *triclinium* no lado oposto à entrada. Esta colocação anómala era a única possível, tendo em conta a dimensão com que a sala foi projectada.

Ao lado do triclinio foi construído um grande *cubiculum* e, no espaço de forma irregular ao lado deste, foi arranjado um compartimento de planta irregular e piso em declive, que se pode ou não reconhecer como ninfeu¹⁴⁸, mas cuja utilidade não nos é possível indagar.

No canto Noroeste do peristilo, com um pequeno corredor mosaicado que lhe dá acesso, traçou-se um pequeno conjunto de compartimentos cuja importância dentro da casa é testemunhada pelo seu revestimento a mosaico, de qualidade apreciável.

A casa da cruz suástica demonstra, desta forma uma interessante mescla de pretensão estética e sujeição aos condicionalismos imanentes da sua situação. O resultado, longe de ser feliz, é ainda assim um caso interessante, de restituição difícil, mas demonstrativa das capacidades construtivas da cidade na sua época de maior desenvolvimento.

As observações possíveis vêm-se também dificultadas pelos sérios problemas post-deposicionais que afectaram estruturas e estratigrafias, muitos deles não observados, ou até ainda agravados, pelas escavações da primeira metade do séc. XX.

¹⁴⁷ Correia 2004b, 296, fig. 14.

¹⁴⁸ Cf. Alarcão 2011, 36-37.

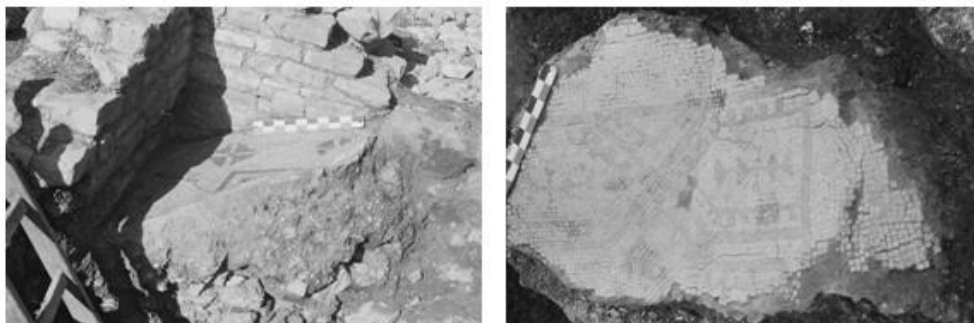


Figura 82 – Mosaicos do espaço n° 15 da casa da cruz suástica, no momento do achado, revelando as perturbações sofridas pelos sedimentos de suporte.



Figura 83 – Mosaicos do espaço n° 15 da casa da cruz suástica, após restauro.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Principal

Número de células – 10 (?)

Área total – 736m²

Diferença máxima entre células – 235m²

Acessos – fauces e entrada lateral

Equipamento – todo o aparato decorativo

27 - Casa dos esqueletos

Informação disponível

Escavação: Direcção Geral dos Monumentos Nacionais entre 1940 e 1944 (Dir. Prof. V. Correia). Outras intervenções sob a direcção do Prof. Jorge Alarcão em 1963. Documentação disponível: Planta de trabalho de 1967 (toda a zona B), à escala 1/200 (aut. Roque Martins). Complementos e anotações, sem data de J. Alarcão. Caracterização sumária: Edifício de carácter maioritariamente residencial, que ocupa a parte central de uma insula (que inclui ainda a Casa dos esqueletos). Bibliografia da escavação: Alarcão 2011, 46-63. Referências bibliográficas: Alarcão 1992, 8 e 17; Alarcão 2009, I 241, II des. 239; Alarcão *et al.* 1981, 74 e est. 7 e 21; Beeson 1993, 6-7; Correia 2003a, 24-27; *id.* 2004a, 74; Ferrão 1996, 203-4; Oleiro 1986, 117; Oleiro *et al.* 1974, 27.

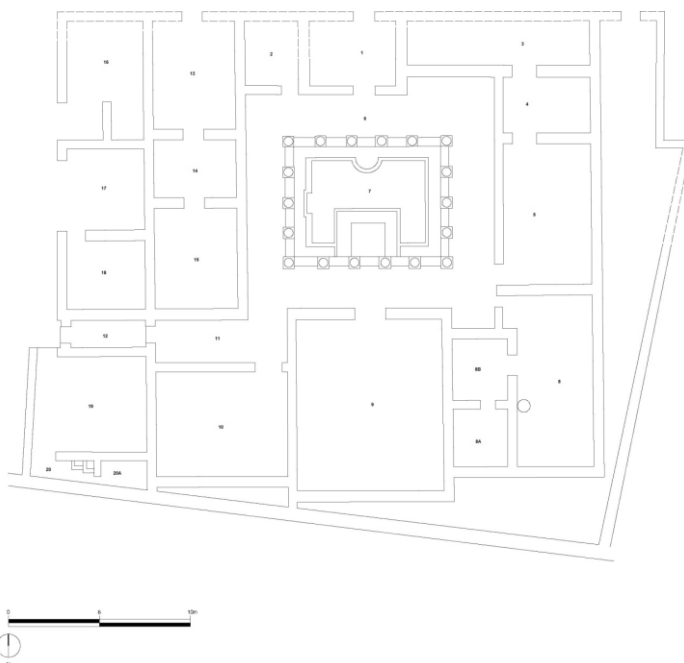


Figura 84 – Planta da casa dos esqueletos.

Descrição das estruturas conservadas

Nas suas reduzidas dimensões (945m²) a casa dos esqueletos pode ser tomada como um paradigma das residências de aparato de Conimbriga: qualidade do plano arquitectónico, economia de meios, ênfase no programa decorativo musivo, aproveitamento inteligente da fracção autonomizável da construção. A análise da casa depara-se, todavia, com algumas dificuldades inerentes ao facto da fachada ter sido destruída com a construção da muralha baixo-imperial.



Figura 85 – Peristilo central da casa dos esqueletos.

A fracção principal da casa é articulada por um eixo de desenho canónico (orientado E/W), do pequeno átrio ao grande *triclinium* passando pelo eixo de simetria do peristilo central (1-6-7-9).

O peristilo dá acesso a seis dependências de serviço, a Norte (3, 4, 8), para além dos quais existiria um espaço aberto, como um impasse, que provavelmente dependeria da casa (ainda que com acesso independente pela

rua, efectivamente funcionando como entrada de serviço e que não se incluiu no catálogo da unidade residencial).

Um pequeno corredor, *mesaulos*, (11) no canto sudeste dava acesso a um grande cubículo, mosaicado (10) e a uma entrada secundária (12); para além disso há apenas a assinalar uma pequena divisão junto da entrada (2).

Uma parte substancial da área do edificio era ocupada por unidades autónomas, três delas prováveis *cauponae* ou *popinae* (16, 17-18 e 19-20) abertas para a viela que dividia a casa das termas da muralha, servindo de acesso aos serviços destas, e uma outra mais complexa, de três divisões em fieira (13-15)¹⁴⁹, que interpretamos como *schola* de uma agremiação não identificada¹⁵⁰.

Apreciação global sobre a cronologia e a arquitectura

Na sua modesta dimensão, a casa dos esqueletos é um monumento à qualidade da arquitectura e da construção domésticas em Conimbriga e aos conceitos que a ela presidiam.

A forma como o projecto axial foi implantado num lote tão limitado quanto o da casa da cruz suástica (mas com um resultado superior em termos de apuro estético) e como, com grande economia, uma fracção muito significativa do edificio foi deixada independente, certamente para poder ser explorado de outras maneiras, são realmente notáveis.

Não existem dados seguros para a sua datação, que deve todavia cair nos finais do séc. I ou inícios do II.

¹⁴⁹ A reconstituição de J. Alarcão (2011, 46-48) desta zona da casa é muito diferente da que aqui se apresenta, já que os compartimentos divergem em número (quatro e não três) e em articulação. No entanto, o caso crucial do mosaico do compartimento 15 (Alarcão 2011, 48 - nº13), obriga a considerar apócrifa a abertura no muro do peristilo que lhe dá acesso e, portanto, a identificar os compartimentos 13 a 15 (Alarcão 2011, nºs 13 a 16) como unidade independente, com acesso directo desde a rua.

¹⁵⁰ Cf. *infra* p. 237-241.

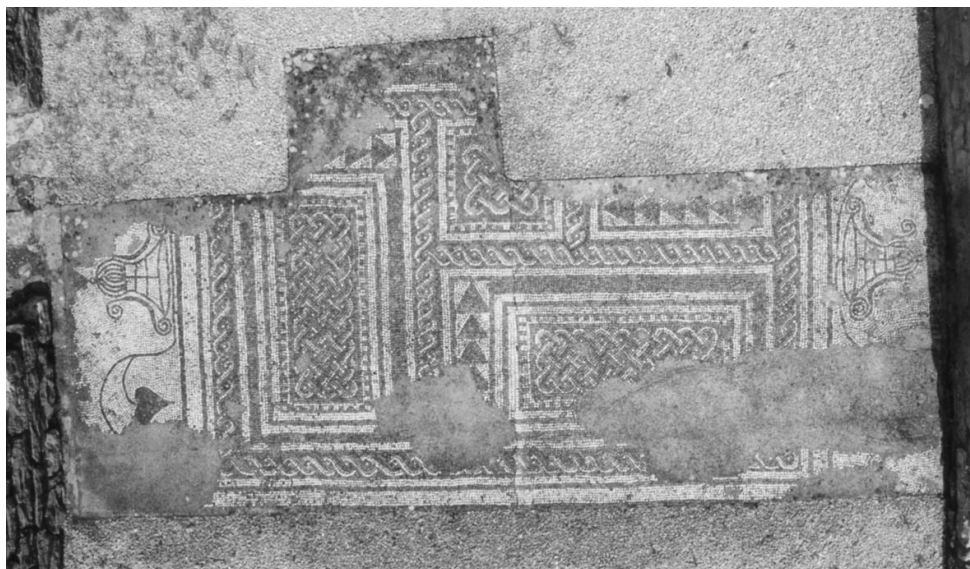


Figura 86 – Mosaico do compartimento 15 da casa dos esqueletos.

A posição das crateras na bordadura demonstra que não é esse o eixo do mosaico (cujo centro corresponde ao quadrado com nó de Salomão múltiplo¹⁵¹), devendo portanto considerar-se a abertura visível do lado esquerdo como sendo apócrifa, fruto de mau restauro de muros.

Catálogo das unidades residenciais

1 – Principal

Número de células - 12

Área total – 680m²

Diferença máxima entre células – 65m²

Acessos – *cavaedium*

Equipamento – todo o aparato decorativo

2 – Oeste (13-15)

Número de células - 3

Área total – 65m²

¹⁵¹ De acordo com a identificação do motivo (Oliveira 2005, 47) como uma composição de quatro rectângulos iguais rodeando um pequeno quadrado (Balmelle *et al.* 1985, n.º 141a), correspondendo à utilização de composições de superfície de base ortogonal utilizando quadrados e rectângulos (vg. Balmelle *et al.* 1985, n.º 193e) como composições centradas (Balmelle *et al.* 2002, n.º 425a).

Diferença máxima entre células – 12m²

Acessos – porta para a rua

Equipamento – sala pavimentada a mosaico

3 – Sudeste 1 (19-20)

Número de células - 3

Área total – 38m²

Diferença máxima entre células – 25m²

Acessos – porta para rua

Equipamento – pequenos tanques de lavagem

4 – Sudeste 2 (17-18)

Número de células - 2

Área total – 35m²

Diferença máxima entre células – 3m²

Acessos – porta larga para a rua

Equipamento – divisão separada

5 – Sudeste 3 (16)

Número de células - 1

Área total – 26m²

Acessos – porta larga para a rua

Equipamento – balcão frente à entrada

Capítulo 3

Os dados não recenseados

1. O edifício sob as termas do Sul

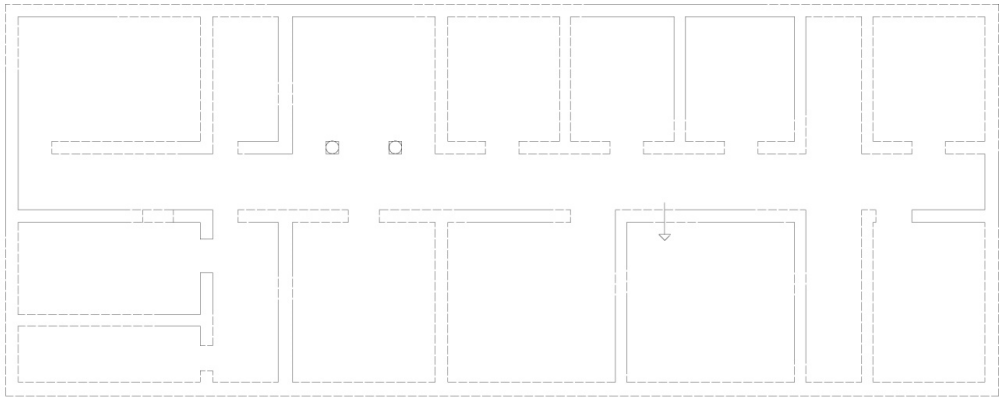


Figura 87 – Planta do edifício sob as termas do Sul
(segundo Alarcão e Etienne 1977, modificado)

As escavações luso-francesas identificaram, sob as construções flavio-trajânicas das termas do sul, um edifício de uso não-termal, que propuseram, ainda que com reservas tipológicas, identificar com um *horreum*¹⁵².

É talvez mais interessante fazer notar a semelhança do projecto deste edifício com a insula “delle volte dipinte” de Ostia¹⁵³, o que abonaria a favor do seu carácter residencial, pese embora o problema cronológico¹⁵⁴.

O que foi encontrado do edifício deve considerar-se meramente vestigial e, actualmente, a autópsia é impossível.

Por outro lado, este edifício doméstico (se o foi), durou apenas cerca de 50 anos; foi, de alguma maneira, um fenómeno episódico.

Os dois factos combinados indicaram a sua exclusão do catálogo.

2. Um edifício escavado em 1899

Foi também excluído do catálogo o conjunto de dados extrapolável do achado dos mosaicos de 1899¹⁵⁵.

Os pontos de referência da planta de 1899 sobreponíveis a pontos identificáveis na planta actual são pouco (portas da muralha, “bico da muralha”, canto sudeste) e verifica-se que a representação topográfica antiga é insuficientemente exacta para uma extrapolação rigorosa da localização dos achados. É seguro que foram recolhidos quatro mosaicos e existem apenas quatro áreas de escavação de dimensão apreciável (as restantes são apenas valas); isto, aliás, conduziu à identificação de uma das áreas com a sala 6 da casa de Cantaber¹⁵⁶, e a proveniência de um mosaico foi garantida pela conservação *in situ* de um fragmento de bordadura idêntica.

¹⁵² Alarcão e Etienne 1977, 78-79 e, em especial, 78 n. 12.

¹⁵³ Clarke 1991, 177.

¹⁵⁴ Maj 1961, 31.

¹⁵⁵ Oleiro 1973, 67-158.

¹⁵⁶ Cf. *supra* p. 140.



Figura 88 – Reconstituição da localização das sondagens de 1899, de onde podem provir os três mosaicos encontrados.

As três áreas restantes situam-se:

- uma a Norte, numa zona que abrangendo parte da entrada do fórum e da praça a sul deste, parece improvável ser local de proveniência de um mosaico.
- as outras duas, dois quadrados ligados por um vértice, corresponderão mais provavelmente a uma zona central dos edifícios a oeste da zona C.

Isto poderá indicar que os três mosaicos são, na verdade apenas dois, correspondendo o painel do Minotauro no centro do labirinto muralhado e o painel com objectos rituais a dois tapetes distintos do pavimento de uma única sala (a bordadura pode porventura corroborar esta hipótese).

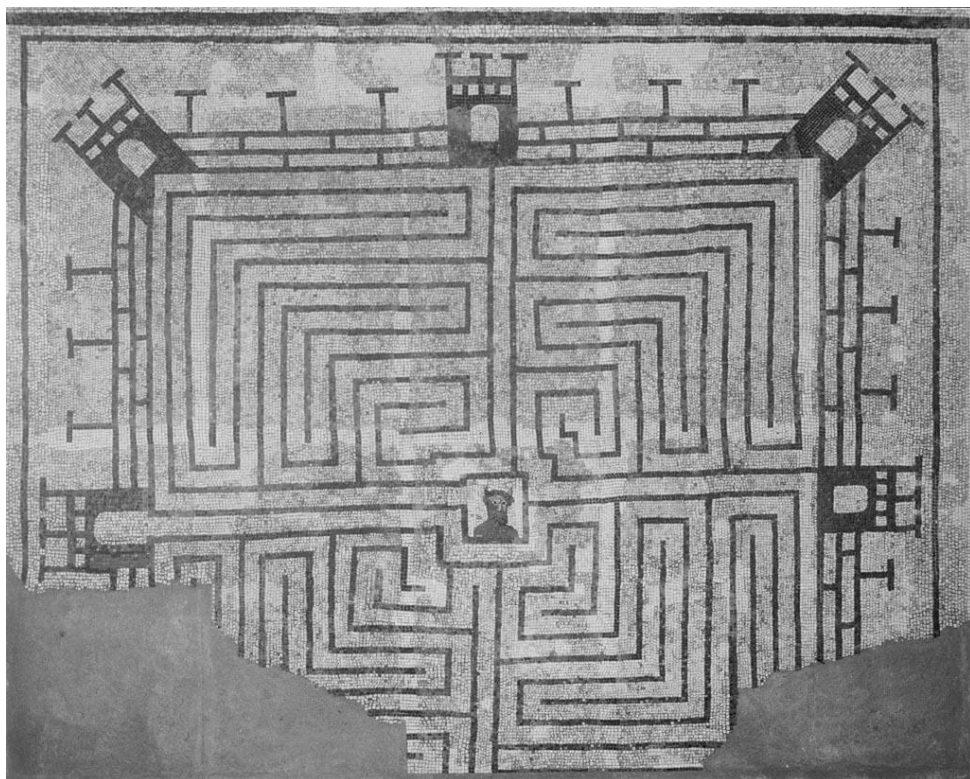


Figura 89 – Mosaico encontrado em Conimbriga em 1899:

O Minotauro no centro do labirinto muralhado. A foto não mostra a bordadura em trança branca sobre fundo preto.

Os dados são, todavia, por demais inseguros, ainda que pudesse ser interessante associar a representação de objectos rituais e a presença de um motivo tão forte quanto o labirinto muralhado, num pavimento que poderia estar em relação com um edifício onde se propõe localizar uma *schola*¹⁵⁷.

¹⁵⁷ Cf. *infra* p. 327-333.

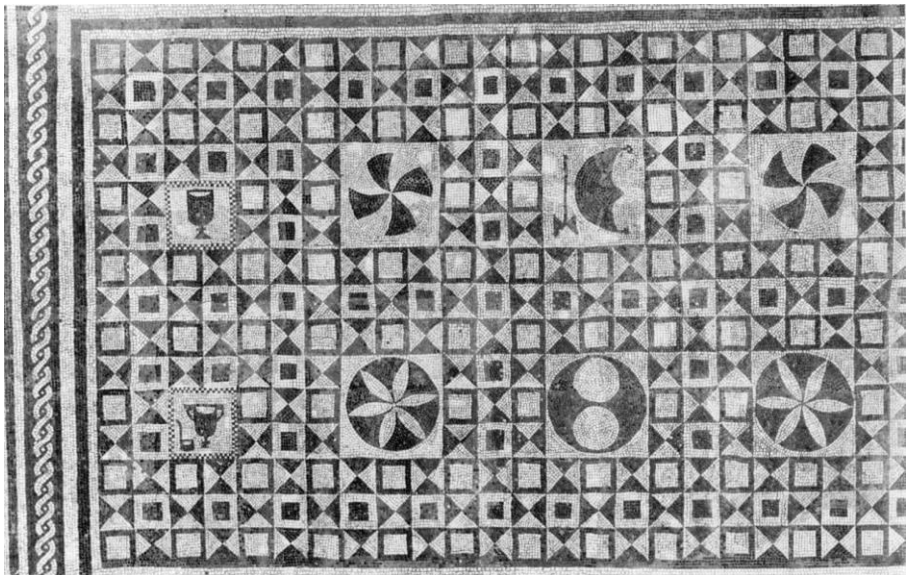


Figura 90 – Mosaico encontrado em Conimbriga em 1899:
Objectos rituais e símbolos.

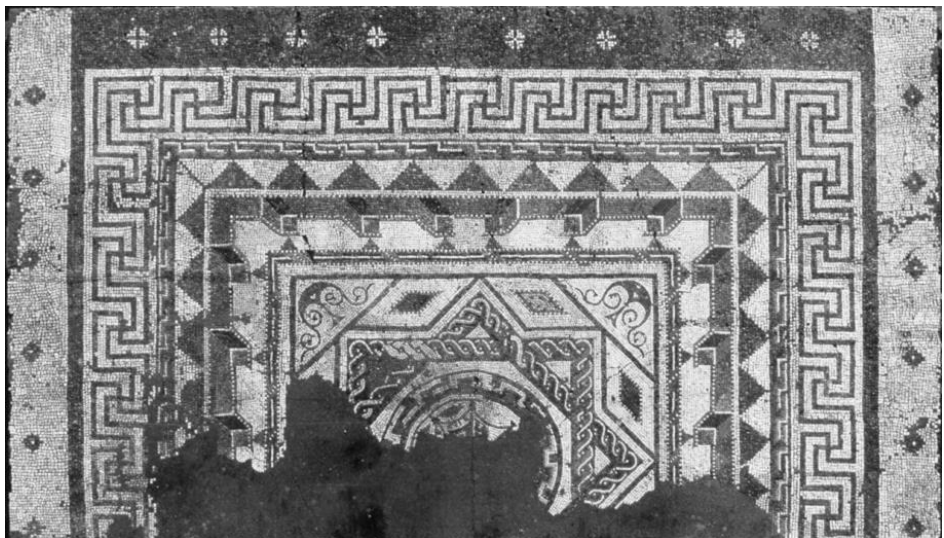


Figura 91 – Mosaico encontrado em Conimbriga em 1899:
Pertence indiscutivelmente a outro pavimento.

Parte II

A análise da arquitectura doméstica

Enquanto objecto, a cidade existe materialmente [...] mas o corolário desta função objecto é um verdadeiro papel de intervenção, de função sujeito. O quadro urbano, o ambiente urbano exercem influência nos seus habitantes, podem transformá-los pouco a pouco [...]. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira.

J. Beaujeu-Garnier (1997, 11)

Introdução

Os objectivos da análise

Não se pretende reduzir a análise da arquitectura doméstica a uma catalogação das suas realizações (na extensão limitada em que são conhecidas, quer quantitativamente quer nos aspectos concretos, conservados, de cada edifício), mas sim utilizar a amostra disponível como campo de exploração aprofundada do verdadeiro papel da arquitectura na sociedade de Conimbriga nos séc. I a III da nossa era.

Para isso parece adequado iniciar essa exploração pela análise da arquitectura enquanto constructo de um processo amplo e complexo, em suma, da arquitectura enquanto produto.

Esta análise sistémica deve iniciar-se pelo elemento essencial do fenómeno urbano, que é o próprio espaço em que a construção se implanta. Num segundo momento deve analisar-se a panóplia de materiais de construção utilizados. Mas a análise não fica completa sem uma análise específica dos aspectos que extrapolam da construção de finalidade doméstica, dos aspectos cuja complexidade e interacção com outras esferas não se contém dentro de um só edifício e de um só momento de construção. Estão neste caso o problema da gestão hidráulica e, numa outra esfera mas de também assinalável importância, o da implantação nas casas de programas de decoração musical.

que, demonstravelmente, duraram, em cada uma delas, um espaço de tempo superior a uma geração.

O entendimento do processo construtivo subjacente às residências de Conimbriga na gama vasta das vertentes ecológicas que lhe subjazem deve permitir colocar na perspectiva correcta um elemento para cuja explicação é necessário recorrer à análise tradicional da história de arte, cuja posição dentro da arqueologia clássica de tradição winckelmaniana é por isso mesmo de assinalável importância: trata-se do contributo específico dos modelos artísticos que as residências de Conimbriga imitaram na sua edificação, dando ao resultado do processo construtivo um resultado determinado, distinto de um qualquer outro possível. O elemento contrastante com este, terceiro passo da investigação sobre a arquitectura doméstica conimbrigense é, obviamente, a ausência desses modelos noutros edifícios; o carácter popular, rústico ou meramente de imitação imperfeita que outras construções apresentam.

O quarto nível de aprofundamento da investigação da arquitectura, fundado nos anteriores, será a análise da arquitectura enquanto conjunto de elementos portantes de um conjunto de actividades - como ambientes funcionais, em suma - ou “elementos de um cenário” na expressão de A. Rapoport¹⁵⁸.

As últimas duas décadas lançaram na investigação da arqueologia romana um movimento de extraordinária renovação no estudo desta matéria. Os trabalhos pioneiros de A. Wallace-Hadrill¹⁵⁹ e o seu assinalável eco académico¹⁶⁰, que se vieram somar aos contributos de P. Zanker¹⁶¹, colocaram

¹⁵⁸ Rapoport 1977 é o trabalho fundador, mas foram sobretudo utilizados os trabalhos publicados pelo autor em 1990 (Rapoport 1990, em Kent 1990) e 1994 (Rapoport 1994 em Ingold 1994).

¹⁵⁹ Wallace-Hadrill 1988, republicado com outros trabalhos, no volume fundamental Wallace-Hadrill 1994.

¹⁶⁰ Veja-se a título de exemplo, Barton 1996 (em especial Brothers 1996) ou o conjunto de trabalhos publicados em Laurence e Wallace-Hadrill (eds.) 1997. Mais recentemente Hales 2003 reforça, pela própria limitação da amostra escolhida fora desse âmbito, a demonstração do carácter “vesúvio-cêntrico” destas análises, muito condicionadas pela evidência disponível.

¹⁶¹ Zanker 1979, republicado em Zanker 1993.

a investigação da representação social da elite¹⁶² através das suas residências no centro da interpretação do fenómeno urbano romano.

Como foi já mencionado, a centralidade nesta problemática da evidência da área peri-vesuviana é tal, que são quase dispiciendos os esforços notáveis fora dela. Conimbriga tem, para além disso, um notório défice de conservação; não é por isso possível desenvolver uma análise da mesma extensão, excepto no que diz respeito aos programas musivos de duas ou três residências. Esse será, não obstante, um quinto nível de análise da arquitectura.

O sexto nível de análise impõe-se por si próprio: é o da conformação dos vários elementos analisados em conjuntos de cenários coesos, em edifícios relacionados com o cadastro, com as estruturas familiares proprietárias e com a sociedade em geral.

E não é possível terminar a análise da arquitectura doméstica de Conimbriga sem ceder à tentação de extrapolar a partir da amostra disponível, para o conjunto da cidade, algumas das realidades observadas.

¹⁶² Que aqui será levada a cabo através da associação dos espaços arquitectónicos às ideias morais e políticas (Wertbegriffe) dessa elite, de acordo com as propostas de M. H. Rocha Pereira (1984, 319-428).

Capítulo 1

A ecologia da construção

1. A formação histórico-jurídica do espaço urbano de Conimbriga

O espaço urbano de Conimbriga demonstra a materialização planimétrica de um palimpsesto de noções jurídicas que ditaram a sua morfologia e a sua articulação interna. É possível que essas mesmas noções jurídicas e outras conexas tenham condicionado os programas arquitectónicos. Sendo certo que o espaço é o recurso base da arquitectura, é adequado iniciar por aquele uma análise desta.

A conformação da estrutura urbana de Conimbriga em época pré-romana

A longa história pré-romana do local é determinante nesta análise¹⁶³. Todavia é parco o registo arqueológico apto a ser manobrado antes da cesura cronológica que importa estabelecer em 136 a.C., data do fim da expedição de *Decimus Junius Brutus*, e que corresponde à integração (ainda que meramente formal tenha ela sido) de Conimbriga no orbe romano¹⁶⁴.

¹⁶³ Para a ocupação pré-romana de Conimbriga remete-se para Correia 1993.

¹⁶⁴ A problemática relativa à conformação do território de Conimbriga, no aspecto mais geral e não no aspecto particular do espaço urbano, foi já tratado em Correia e De Man 2009, que aqui se recupera numa apreciável extensão.

A data de 136 a.C. reveste-se de importância graças a um passo de Apiano (*Iber.* 73), a propósito de *Talabriga*. A cidade corresponde, verosimilmente, ao Cabeço do Vouga e, seja qual for a sua localização precisa, é a mais próxima cidade pré-romana ulteriormente transformada em capital de *civitas* a norte do Vale do Mondego e da área de Conimbriga e Aeminium: constitui, em todo o caso um bom exemplo histórico para a situação de Conimbriga¹⁶⁵.

O parágrafo 73 das “Guerras da Ibéria” relata os seguintes acontecimentos, ocorridos em 136 a.C., quando do regresso da expedição do *Calpurnius* que tinha atingido o *Lethes* (verosimilmente o Rio Lima)¹⁶⁶:

- “[Decimus Iunius Brutus] chegou à cidade de Talábriga, que muitas vezes se lhe tinha submetido e muitas outras sublevado e causado problemas. Os habitantes da cidade apelaram para ele e entregaram-se-lhe para o que ele desejasse. Primeiro, ele exigiu os desertores, os prisioneiros e quantas armas tinham; para além disso exigiu reféns; e então ordenou-lhes que abandonassem a cidade na companhia dos filhos e das mulheres. Quando também nisto foi obedecido, cercou-os com o seu exército e arengou-lhes, lembrando-os de quantas vezes se tinham rebelado e quantas vezes tinham empreendido guerra contra ele. Tendo incutido neles o receio e a certeza de algum castigo terrível, não foi mais além do que as censuras. Em seguida despojou-os dos cavalos, das provisões, de todo o dinheiro que tinham em comum e de toda a propriedade pública. Todavia, imprevisivelmente, devolveu-lhes a cidade para que a habitassem de novo. Feito isto, regressou a Roma. Reuni estes feitos na ‘Guerra de Viriato’ pois eles começaram a ser cometidos na mesma ocasião, por outros bandoleiros que o imitavam”¹⁶⁷.

O aspecto essencial deste trecho é o de se mencionar inequivocamente a existência de propriedade pública. É este aspecto que suporta o essencial da argumentação sobre o impacto territorial do “nascimento” e evolução da cidade de Conimbriga.

¹⁶⁵ Alarcão 1990b, 27.

¹⁶⁶ Alarcão 1990c, 348.

¹⁶⁷ Versão baseada na tradução portuguesa de J. Cardoso, publicada em Araújo e Cardoso 1991, 93-94, com as adaptações sugeridas pela tradução inglesa da edição crítica de Richardson 2000, 77-79.

É importante salientar neste contexto que está documentada em Conimbriga a sobrevivência das entidades gentilitárias de raiz indígena até datas plenamente imperiais¹⁶⁸, bem como a aparente sobrevivência de estruturas fundiárias a elas ligadas¹⁶⁹; em suma a sobrevivência dessa propriedade pública a que se refere o passo de Apiano.

Por outro lado ainda, deve pensar-se que, sendo Apiano um *procurator* no reinado de Marco Aurélio¹⁷⁰, o seu conhecimento das realidades jurídicas da época que relata, mesmo que imperfeito devido ao filtro do tempo, seria necessariamente o suficiente para que expressões como as aqui traduzidas por “devolveu-lhes a cidade” se devam considerar como carregadas de significado jurídico, podendo propor-se que Apiano descreve uma *restitutio*¹⁷¹ das partes privadas do território de Talabriga aos seus habitantes, depois de expropriar a propriedade pública (designadamente os bens móveis, a título de saque) a favor do estado romano.

Ora, a situação ocorrida em Talabriga em 136 a.C., com eco suficiente para ser destacada no relato que Apiano utilizou, pode ser tomada como paradigma da postura do conquistador nestas zonas marginais, pois o mencionado elemento de surpresa perante a aparente generosidade de D. I. Brutus só pode significar que esta generosidade não se qualifica como um acto *ex abrupto* frente a uma cidade inimiga (o que nada justificaria) mas sim como a manutenção de um *status quo*, estabelecido certamente em 138 a.C., que a rebeldia da cidade (plausivelmente contrastando com a fidelidade mantida pelas suas vizinhas) levaria a pensar ir ser terminado nesse momento devido à rebeldia da cidade. Em suma, é possível que a campanha de 138-136 a.C. tenha, em toda esta região, assegurado a manutenção das estruturas de povoamento e de poder que os romanos encontraram, a partir daí colocadas sob a sua égide e sujeitas a *tributum*, sem que tenha havido a pretensão de intervir nas estruturas gentilitárias e proprietárias, com efeitos possivelmente muito sensíveis na

¹⁶⁸ Como [Deo Marti ?] Neto [?] Valerius.Avit[us] / M(arcus) Turranius.Sulpici[anus] / de vico.Baedoro / gentis.Pinton(um) – Etienne et al. 1976, nº 15, 35-36 – ou Lares Lubanc(os) / Divilonicor(um) / horum.Albui(us) / Camal(i).f(ilius).sacr(um) – Etienne et al. 1976, nº 11, 30-32. Cf. Correia e De Man 2010, 299-301.

¹⁶⁹ Correia 2004c, 219 e 223-225; Correia 2005, nº 356.

¹⁷⁰ Richardson 2000, 1-2.

¹⁷¹ Weber 1994, 52-53.

manutenção a longo prazo do regime de *traditio* na gestão jurídica do território dos *oppida*.

Infelizmente, para Conimbriga e toda esta região, o período que se estende das campanhas do Galaico a Augusto é uma “idade das trevas” em que só a informação numismática está disponível¹⁷², sendo muito escasso o conhecimento directo do terreno¹⁷³.

Esta informação numismática atesta uma rápida integração das estruturas locais na economia monetar romana. Existem, todavia, dificuldades conceptuais na avaliação da diferença, para as comunidades locais, entre a situação pré-monetar e a situação moderadamente monetizada que a conquista romana acarreta. Esta diferença terá sido sensível a níveis meramente fenomenológicos, epidérmicos mesmo, mas também a níveis económicos profundos. Pode ser mais fácil chegar a uma aproximação desses fenómenos, quando existe informação disponível (como relativamente aos centros emissores de moeda), verificando que, após um momento “fundacional” do *tributum* (cuja existência, certamente sob outro nome e figura legal, no período pré-romano, não se deve pôr em causa) a progressão é geométrica: a exacção romana era eficaz e tinha implicações muito vastas, também certamente sobre a exploração dos recursos disponíveis nos territórios envolventes¹⁷⁴.

Mas importante sobretudo é a introdução, no seio das realidades locais, de conceitos jurídicos romanos que vão conformar e, em certa medida, reorientar essas realidades. O *tributum* é um desses conceitos, mas as outras fórmulas jurídicas subjacentes à própria noção de *tributum* não poderão ter estado ausentes da mutação global que se configurou.

A sobrevivência dos traços cadastrais de Conimbriga pré-romana no traçado da cidade romana significa que o *oppidum* não foi alvo de divisão pelos romanos: a *assignatio* dos lotes seguiu o *modus arcifinius*¹⁷⁵, mantendo os limites pré-existentes; verifica-se que esse facto ocorreu com as principais vias de circulação e também com os limites internos entre lotes¹⁷⁶.

¹⁷² Pereira *et al.* 1974, 195-215; Ruivo 1997, 81-99 e 108-116.

¹⁷³ Pessoa 1986, 53-73.

¹⁷⁴ *V.g.*, a propósito de Alcácer do Sal, Correia 2004d, 273-277.

¹⁷⁵ Weber 1994, 49-50.

¹⁷⁶ Correia 2004b, 274 e fig. 14.

Nestas condições o território é propriedade do *populus romanus* por direito de conquista, é por isso mesmo tributado e os usufrutuários desse território reconhecem pelo pagamento o carácter de usufruto do seu domínio¹⁷⁷. A posse da propriedade e a sua transferência é regida pela forma da *traditio*, sendo essa propriedade *res nec mancipi*, por se tratar de matéria de direito das gentes, não de cidadãos romanos¹⁷⁸, numa situação de menoridade profundamente enraizada desde a Lei das Doze Tábuas¹⁷⁹, só muito tarde resolvida na jurisprudência romana¹⁸⁰.

Esta questão jurídica é relevante pois tem directamente a ver com o principal marco de delimitação do espaço urbano de Conimbriga: a construção da muralha alto-imperial¹⁸¹. Argumentos arqueológicos suportam a sua atribuição a datas augusto-tiberianas, o que nalguma ocasião foi criticado com base em argumentos do foro jurídico e religioso quiritário¹⁸², razão pela qual esses argumentos não são decisivos na questão¹⁸³.

A intervenção sob Augusto

O momento essencial da transformação de Conimbriga em cidade romana coloca-se sob Augusto e é possível propor que revestiu a forma de *contributio*: a reunião, numa aglomeração de dimensões apreciáveis, de populações dispersas até aí por vários outros locais¹⁸⁴. A construção da muralha, indissociável deste momento desde uma óptica jurídica, e ainda que tenham mediado alguns anos entre um e outro facto, configura o *oppidum* sem obliterar as condições de base do parcelário cadastral, cujos traços se mantêm visíveis apesar da sua distinta natureza¹⁸⁵.

¹⁷⁷ Gaio 2.7, *apud* Justo 1997, 141-142.

¹⁷⁸ Ulpiano 19.7, *apud* Girard 1898, 286-287.

¹⁷⁹ Tábua VI, 2 (Carrilho 2008, 36-37).

¹⁸⁰ Honoré 1989, 137-154.

¹⁸¹ Correia 2004b, 265-267; com as referências anteriores, designadamente à bibliografia de base como Pessoa *et al.* 1991 e Weiss 1997.

¹⁸² Etienne 1997, 276, com referências a Seston 1966, 1489-1498, e Février 1969, 277-286.

¹⁸³ Cf. mais recentemente Hourcade 2004, 231, mas sobretudo 224, n. 4.

¹⁸⁴ Bendala 2004, 26-27; utilizando os exemplos de *Contributa Iulia Ugultuniacum* (Rodríguez 1977, 55-61) e da *Colonia Patricia Corduba* (Bendala 1998, 307-312). Cf. também Hourcade 2004, 250-251.

¹⁸⁵ Alarcão e Etienne 1977, 264.

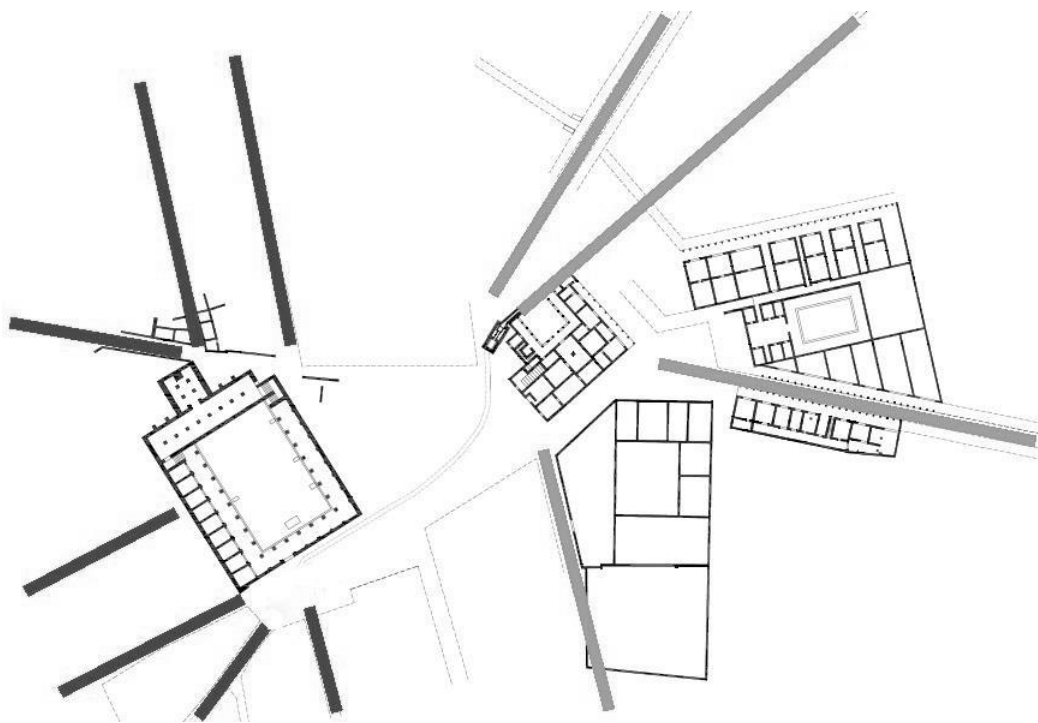


Figura 92 – As *pâtes-d'oe* do primeiro urbanismo de Conimbriga, à esquerda, vias radiantes da área urbana pré-romana, à direita vias radiantes da área rural pré-romana, integradas no perímetro urbano romano.

Esta natureza distinta tem a ver com o facto de a delimitação da muralha alto-imperial incluir quer as zonas já urbanizadas do povoado indígena, quer outras zonas que se pode supor terem sido, no período pré-romano, zonas peri-urbanas de uso agrícola. O espaço urbano de Conimbriga delimitado pela muralha mostra assim a fossilização de duas *pâtes-d'oe*¹⁸⁶, uma interna, antes urbana, outra externa, que antes era rural¹⁸⁷. Estes “leques” de vias convergem numa área central (onde se deve imaginar que esteve um dia a porta principal do povoado pré-romano) e é frente a este espaço privilegiado que é construído o fórum augustano.

¹⁸⁶ Sobre a conformação dos cadastros pré-romanos na Península Ibérica vd. Almagro *et al.* 2008, 155-159.

¹⁸⁷ Correia e Alarcão 2008, 32-44. Para uma interpretação topográfica distinta da que aqui propomos: Alarcão 2009, II des. 148 e 182.

Ao seu redor, os lotes de terreno, primeiro recurso dos arquitectos, mantiveram, apesar de muitas alterações de pequena monta¹⁸⁸, a sua morfologia pouco regular nunca completamente domada, sendo um dos principais motores da originalidade da arquitectura conimbrigense.

2. Os materiais de construção

Delimitado um espaço urbano, de propriedade disponível servido por vias públicas, o proprietário construtor ficava condicionado a partir desse momento pela sua capacidade intelectual de encomendante da construção, pelas suas disponibilidades económicas, pelas capacidades de resposta dos *fabri*¹⁸⁹ e pelos condicionalismos inerentes à ecologia da construção: entre estas a primordial, por se tratar do principal material de construção, seria sem dúvida a pedra.

Isto era especialmente importante porquanto a romanização implicou uma radical transformação dos métodos construtivos em Conimbriga, que abandonaram o adobe sobre base de pedra solta para adoptarem decididamente e desde muito cedo a pedra ligada por argamassa. Para além de outras considerações, esta modificação acarretou indubitavelmente uma necessidade aguda de prover a cidade com material de construção em quantidade e qualidade.

A pedra

A maior parte da construção doméstica em Conimbriga, tal como a monumental, utiliza o tufo local ou, em alternativa, o calcário do Lias:

¹⁸⁸ Correia 2004b, 268-277.

¹⁸⁹ Cf. o recente resumo de Mar 2008, 175-190, acerca das construções públicas, de que algumas considerações se aplicam também às construções privadas, nomeadamente aquelas de maior dimensão.

o primeiro poderia ser retirado do próprio subsolo de Conimbriga, poderia ser

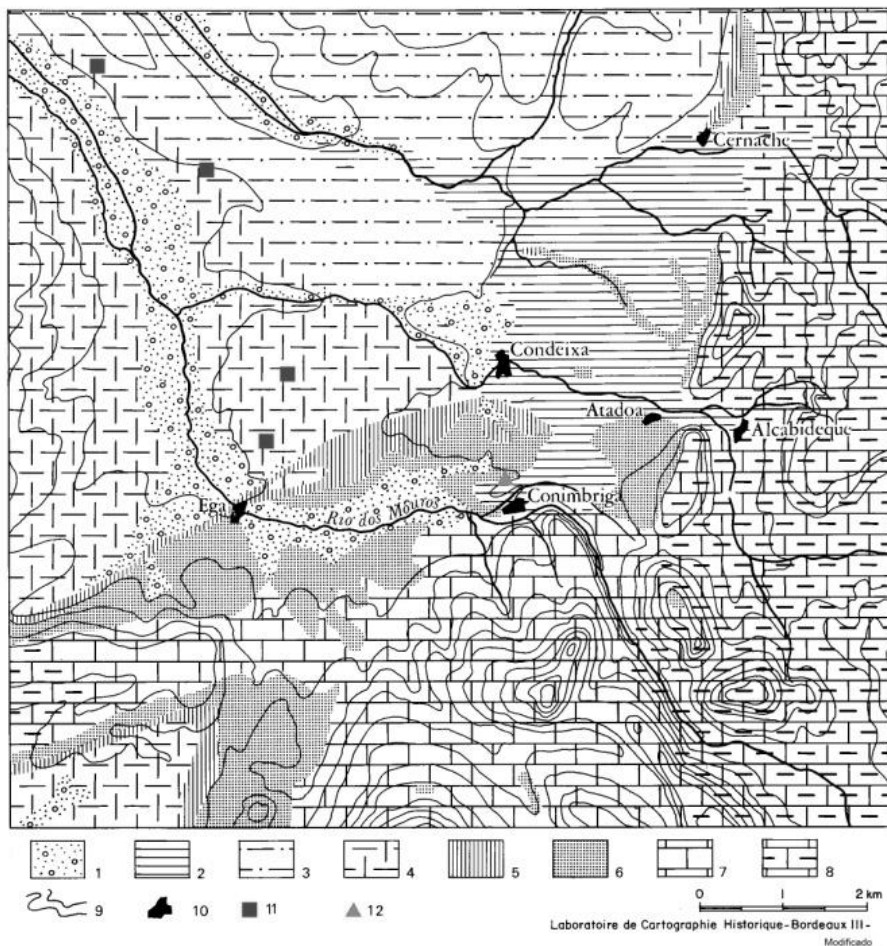


Figura 93 – Origem do aprovisionamento de materiais de construção em Conimbriga (sobre a carta geológica dos arredores de Conimbriga – Alarcão e Etienne 1977, II, pl. II). 1 Quaternário aluvionar (aprovisionamento de areia), 2 Quaternário lacustre (tufos calcários – aprovisionamento de pedra de construção), 3 – Plioceno, 4 Mioceno-Oligoceno, 5 Cenomaniano e Turoniano, 6 Belasiano e base do Cenomaniano, 7 Jurássico médio (Dogger – aprovisionamento de pedra de construção), 8 Jurássico inferior (Lias – aprovisionamento de pedra de construção), 9 curvas de nível, 10 localidades, 11 barreiros com argila de composição idêntica ao material de construção de Conimbriga (Triães 2003, 22 e 97-126), 12 pedra documentada (Reis 2003).

reutilizado das construções indígenas ou transportado das proximidades¹⁹⁰; do segundo existiam certamente abundantes pedreiras superficiais (como ainda hoje acontece, com graves consequências ambientais e paisagísticas) nas zonas a Oeste e Sudoeste da cidade, sem grandes problemas de circulação e acessos¹⁹¹.

A única evidência de pedreiras romanas nas imediações de Conimbriga foi localizada sob a actual aldeia de Condeixa-a-Velha, onde se encontrou um fragmento de coluna (provavelmente destinado ao fórum flaviano)¹⁹².

A utilização do tufo local conduziu os construtores à adopção de um aparelho classificável como *opus incertum*; o calcário do Lias favoreceu a disposição do aparelho ao modo *vittatum*¹⁹³. Não há evidências de uma escolha consciente de um modo em alternativa ao outro, pelo contrário, a escolha parece ter sido sobretudo ditada por uma preocupação económica, a utilização do calcário do Lias parece ter sido motivada sobretudo pelo esgotamento do tufo local, correspondendo portanto a uma evolução cronológica¹⁹⁴.

A cal e argamassa

A exploração arenária em Conimbriga desenvolveu-se certamente nas várzeas próximas dos afluentes do Mondego, acarretando por isso um movimento de transporte de algum volume e dificuldade. Infelizmente trata-se de um processo de extracção que virtualmente desaparece do registo arqueológico¹⁹⁵.

O único meio de indagação disponível seria a caracterização geológica da areia utilizada. Dois projectos de investigação dedicaram-se, recentemente, a este assunto, mas de forma não conclusiva¹⁹⁶.

Mas nada contraria a percepção intuitiva de que estamos perante areias fluviais, utilizada em proporções relativamente estáveis, variando de acordo com a finalidade pretendida, de cal areia e aditivos (designadamente pó de tijolo, no caso do *opus signinum*).

¹⁹⁰ Sobre os tufos de Condeixa, sua natureza e disponibilidade, cf. Cunha 1990, 141-148.

¹⁹¹ Tavares 1977, 273-274.

¹⁹² Reis 2003, s.v.

¹⁹³ Adam 1989, 138-150.

¹⁹⁴ Correia 2003a, 28.

¹⁹⁵ Adam 1989, 76-82.

¹⁹⁶ Velosa 2006; Velosa *et al.* 2007; Freire *et al.* 2008.

O fabrico de cal poderia deixar vestígios de outra solidez, designadamente os fornos, mas na verdade nada foi encontrado nas prospecções no território da cidade. Tendo-se determinado que a cal utilizada em Conimbriga foi produzida a temperaturas relativamente baixas¹⁹⁷, é também possível que isso signifique que os fornos utilizados não fossem produto de uma tecnologia muito elaborada, tendo como consequência a sua mais rápida deterioração e consequente desaparecimento do registo arqueológico.



Figura 94 – Fragmento de *dolium* com restos de cal, achado ocasionalmente em Conimbriga (Termas do Sul).

As indicações de Catão¹⁹⁸ sugerem que a produção de cal podia revestir-se de um carácter episódico, à medida das necessidades, mas a situação urbana de Conimbriga desaconselha esta interpretação. Mesmo que a produção de cal fosse determinada estritamente pelas necessidades, o surto de construção em

¹⁹⁷ Velosa *et al.* 2007, 1208-1216.

¹⁹⁸ *Da agricultura* 38, 1-4; *apud* Giuliani 2008, 161.

Conimbriga ao longo de todo o séc. I certamente levou à radicação de uma indústria de produção, vocacionada para responder às solicitações de um mercado em procura porventura flutuante, mas sempre com um nível de necessidade assinalável.

Por outro lado, as recomendações vitruvianas acerca da idade da cal reforçam este aspecto de uma indústria em continuidade, com capacidade de resposta aos picos e às especificidades da procura¹⁹⁹.

No que diz respeito à localização das produções, parece correcto localizá-las junto das próprias fontes de matéria-prima, que poderia bem ser constituída por um sub-aproveitamento da exploração de pedra para a construção.

De concreto, sabe-se apenas, por achados esporádicos, que a cal era mantida em *dolia* enquanto se aguardava a oportunidade de a utilizar.

O tijolo

O fabrico de materiais cerâmicos de construção foi a actividade subsidiária da construção que deixou um mais sólido conjunto de vestígios arqueológicos, não só pela óbvia sobrevivência do material, mas também pela epigrafia associada²⁰⁰ e pelo projecto de investigação que sobre estes materiais foi possível traçar²⁰¹.

Junto com a construção integralmente em alvenaria, a adopção dos telhados em material cerâmico foi sem dúvida uma alteração fundamental na construção em Conimbriga que, aliás, parece ser anterior à própria adopção sistemática daquela, pois o bairro indígena a norte do fórum, ainda em adobe sobre pedra, utilizava já *tegulae* na sua cobertura²⁰². Sem dúvida que a explosão construtiva em Conimbriga a partir de Augusto explica o sucesso das múltiplas oficinas, que gozavam de acesso a matéria prima abundante na vizinhança da cidade²⁰³ e combustível para a cozedura nas mesmas condições, razões que

¹⁹⁹ *Da architectura* VII, 2, 1-2 *apud* Maciel 2006, 265-266; cf. Adam 1989, 78.

²⁰⁰ Correia *et al.* 2001, 151-171.

²⁰¹ Correia *et al.* 2004, 297-320.

²⁰² Triães *et al.* 2002, 153-164.

²⁰³ Triães 2003, 100-126.

certamente contribuíram para que as oficinas conimbrigenses abastecessem não só a cidade mas também os centros urbanos próximos²⁰⁴.

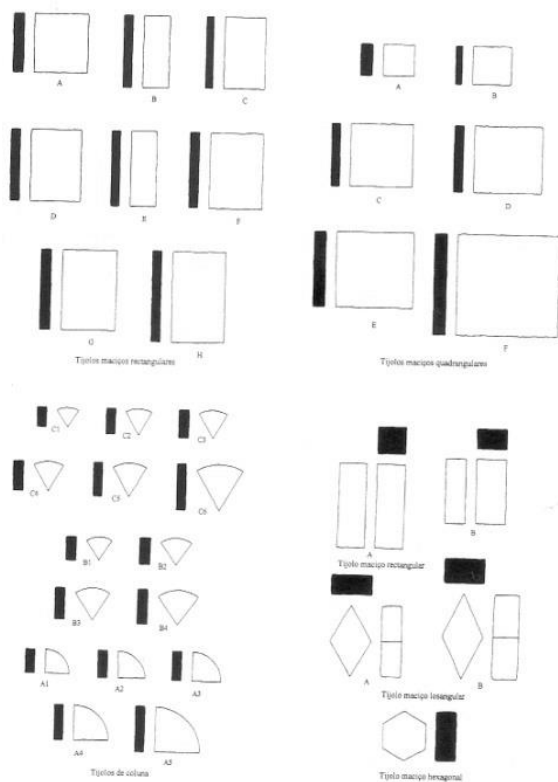


Figura 95 – Tipologia dos materiais cerâmicos de construção produzidos em Conimbriga, segundo Correia *et al.* 2003, 300, fig. 1.

A variabilidade tipológica dos materiais e a estandarização dessas tipologias²⁰⁵ falam simultaneamente da muito larga gama de utilizações dadas aos materiais (sem que, no entanto, tenham chegado a existir em Conimbriga edifícios em *opus latericium*, pois os materiais cerâmicos foram sempre reservados para aspectos decorativos e técnicos) e do rigor técnico que os

²⁰⁴ Correia *et al.* 2004, 313-315.

²⁰⁵ Triães 2003, 71-86; Correia *et al.* 2004, 300-302.

construtores seguiram na utilização em condições precisas dos materiais ao seu dispôr²⁰⁶.

Estão documentadas em Conimbriga cinco²⁰⁷ marcas de oficinas produtoras de materiais cerâmicos de construção (a que se devem somar mais seis antropónimos gravados na argila fresca, cujo estatuto é duvidoso²⁰⁸) entre elas, uma outra marca corresponde à sigla RPC, interpretada como *R(es) P(ublica) C(onimbrigensis)*²⁰⁹, que pode corresponder a material produzido numa oficina privada, destinado especificamente a uma obra municipal²¹⁰.

Estas oficinas produzem materiais utilizando matérias-primas provenientes do entorno próximo da cidade, sendo aliás difícil distinguir grupos, devido à similitude do fundo geológico trabalhado²¹¹. Outro elemento de proximidade entre estas oficinas é a sua proximidade cronológica, que corresponde também ao ponto de concentração da datação dos edifícios ao longo do séc. I²¹².

A produção destas oficinas abasteceu a cidade e também as *civitates* vizinhas de *Aeminium* (a Norte) e *Sellium* (a Sul)²¹³; este facto é atestado pela análise físico-química de proveniências, pois se é certo que a diferenciação

²⁰⁶ Triães 2003, 34-70.

²⁰⁷ Seis possivelmente, mas é incerta a sede de MAKR (Correia *et al.* 2001, 155). As quatro oficinas privadas documentadas são as de *Duatius*, de *Maelo*, de *Primus*, e a dos *Allii Aviti*.

²⁰⁸ *Id. ibid.*, 153-155.

²⁰⁹ *Id. ibid.*, 154.

²¹⁰ Seguimos aqui uma interpretação divergente da original (*loc. cit.* e Correia *et al.* 2003, 308) de que a marca corresponderia à produção de oficinas municipais. Esta segunda interpretação é sugerida pela marcação de *tria nomina* em tijolos utilizados em obras públicas de Mérida (Durán 1998, 155-173) que demonstra que partes da produção de certas oficinas poderiam ser marcadas, com fins de controle de produção, com marcas que certamente não correspondem ao proprietário da oficina. É de continuar a insistir na divergência quanto à cronologia, que se sustenta ser alta, *contra* Etienne *et al.* 1976, 136. O argumento aqui exposto é de molde a poder ser testado em condições de grande rigor, atendendo ao número possível de casos atestáveis em condições de grande segurança.

²¹¹ Correia *et al.* 2003, 311-313.

²¹² O mesmo fenómeno foi identificado para a actividade figulina, que parcialmente recobre a realidade da cerâmica de construção, nomeadamente através de outras cerâmicas industriais, como os pesos de tear (Correia 2004c, 223-225). Este facto, aliás, obriga a levantar algumas questões de interpretação global dos fenómenos pós-deposicionais e propriamente técnico-científicos subjacentes á formação do *corpus* da evidência epigráfica disponível (*loc. cit.*).

²¹³ Sendo portanto incompreensível a conclusão “às avessas” de J. Lancha (2004b, 550).

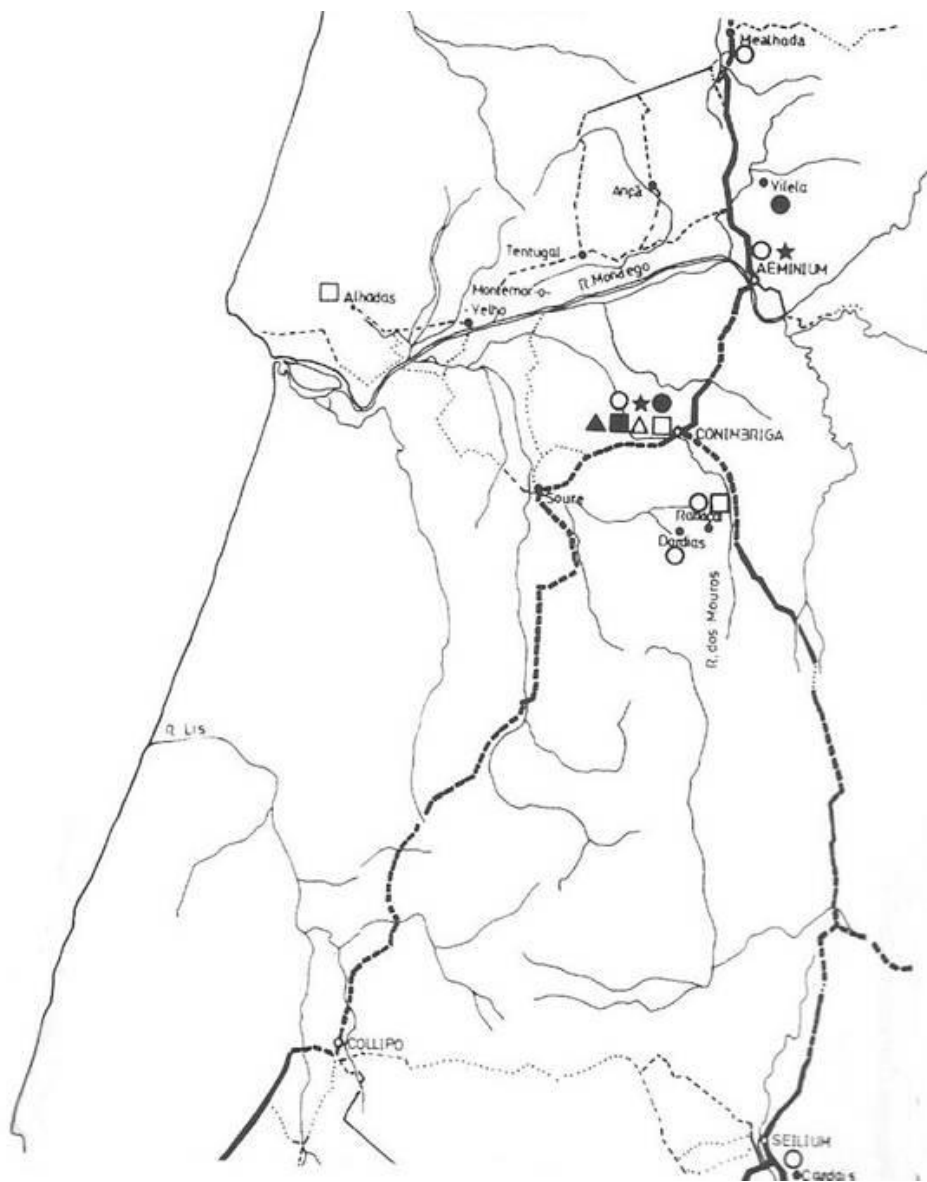


Figura 96 – A distribuição geográfica da actividade dos produtores de materiais cerâmicos de construção documentados em Conimbriga, segundo Correia *et al.* 2003, mapa 1, p. 315. Identificação das marcas: ○ Maelo; □ Allia Avita; △ L. Allius Avitus; ★ Primus; ■ Duatius; ● Fronto; ▲ Res Publica Conimbrigensis.

entre as produções das oficinas do *territorium* da cidade é impossível, porque são indistinguíveis entre si, é igualmente certo que, a haver simultaneamente a importação para Conimbriga de materiais cerâmicos produzidos noutros territórios, alguns desses exemplares se evidenciarão na amostragem sujeita a análise²¹⁴.

Duas destas oficinas se destacam: a de *Maelo*, pela diversidade de produções a que se dedica e pela difusão geográfica dos seus produtos; a dos *Allii Aviti*, pela mesma diversidade, mas sobretudo pela proeminência social da família²¹⁵ e pelo envolvimento documentado de sucessivas gerações de membros seus, independentemente do seu sexo.

São portanto dois modelos de implantação económica de empresas nas raízes da actividade de construção que, pela própria marca da sua actividade no registo arqueológico, demonstram a enorme importância da actividade edilícia na cidade e no seu *territorium*.

A madeira

A utilização da madeira nos edifícios residenciais, onde podia chegar a constituir um elemento principal de algumas das suas partes é, por definição, aquele capítulo da tecnologia construtiva que apenas por inferência se pode abordar, através dos efeitos deixados nos próprios edifícios e por outras evidências.

Um dos elementos principais da utilização da madeira nas construções tem a ver com a cobertura. A introdução da *tegula* nas coberturas foi certamente um elemento maior no aparecimento da necessidade de adoptar técnicas também novas nos madeiramentos das estruturas.

Dos exemplos conservados no Museu Monográfico de Conimbriga é possível calcular que o peso dos elementos cerâmicos e da argamassa indispensável para os fixar representariam uma carga de um pouco mais de

²¹⁴ O que resolve a debilidade do argumento baseado apenas na presença maciça na cidade de tijolos marcados, que pode obviamente depender da muito maior área escavada e da muito mais sistemática recolha de evidências. Mas o carácter aleatório da amostragem não é afectado por estas considerações.

²¹⁵ Correia *et al.* 2003, 317.

120kg/m²²¹⁶. Isto significa que a cobertura representava uma responsabilidade importante em toda a engenharia associada à construção residencial²¹⁷, comportando mesmo elementos individuais, nas coberturas de certas partes dos edifícios, que se revestiriam de enorme complexidade²¹⁸.

Por outro lado, a criação de edifícios de vários pisos, algo certamente desconhecido na arquitectura de raiz indígena, foi outro dos elementos que conferiu à madeira um papel de importância acrescida na construção em Conimbriga.

Na casa dos repuxos, mas infelizmente só nela, existem evidências da construção de pisos de madeira sobre o criptopórtico, tendo sido feito recurso a dois sistemas técnicos distintos:

- num deles (corredor nº 4) o soalho foi instalado sobre traves inseridas na construção do muro²¹⁹, tendo sobrevivido os orifícios de encastramento, que demonstram que essas traves tinham 24x36cm, para cobrir um vão de 1,9 m de lado, sendo espaçadas aparentemente sem grande regularidade, oscilando entre 1,8 m e 2,2 m²²⁰.

²¹⁶ Calculado a partir de seis exemplos de tégulas completas e de quatro ímbrices conservados no MMC (Inv. A 3946; cf. Alarcão 1994, 99, nº 268 e outros em reserva). Dimensão típica de uma tégula: 57x42cm; peso 12,150kg. Dimensão típica de um ímbrax: comprimento, 57 cm; peso, 7,7kg (dos 57cm de comprimento, 4 cm correspondem aos entalhes para sobreposição; a dimensão útil é de 53cm). Calculou-se um peso da argamassa necessária à fixação das peças em cerca de 5kg, chegando por simplificação a um peso total do conjunto de 25kg, para a cobertura de 0,2079m² (contando com 25 graus de inclinação do telhado); ou seja 120,25kg/m².

²¹⁷ Simples pórticos representariam uma carga de cerca de 776kg em cada intercolúnio, como no peristilo central da casa dos repuxos, ou 852kg/intercolúnio no peristilo da casa de Cantaber. O pórtico de entrada da casa de Cantaber, de dimensão que só encontra equivalente no fórum, representaria uma carga de quase 1,5t por intercolúnio, ou seja, um peso total de mais de 13 t, só na entrada da casa

²¹⁸ Casa de Cantaber: *cavaedium*, 131,04m²/15,75t; *triclinium*, 119m²/14,3t; casa dos repuxos: *triclinium*, 94,4m²/11,8t; *cavaedium*, 87,4m²/10,5t; casa da cruz suástica, *triclinium*, 85,5m²/10,3t; casa dos esqueletos: *triclinium*, 81.2m²/9.7t. É ocioso continuar o exercício abaixo deste nível, fora de uma análise particular das condições de construção, que não encontrará aqui o seu espaço próprio; a identificação dos casos máximos de esforço de engenharia coincide com outros elementos de análise propriamente arquitectónica (cf. *infra* p. 247-288).

²¹⁹ Sobre este dispositivo cf. Adam 2002, 214-215 (fig.s 465 e 468).

²²⁰ O espaçamento diverge em muito dos modelos campanianos (cf. Adam 2002, 214) mas as diferenças da dimensão de madeiramentos para volumes construtivos semelhantes pode ser importante, mesmo em ambientes técnicos e culturais muito mais próximos, como os templos gregos (Hodges 1960, 45-75), do que a distância Pompeia/Conimbriga.

- na sala nº 10 as traves foram apoiadas longitudinalmente num ressalto da parede do piso inferior, ressalto que, lateralmente, foi construído com tijolos de uma dimensão especial (24cm)²²¹, sendo possível que a altura do ressalto correspondesse também à espessura da trave.

A medida observada de 24 cm²²², que explica (1,5x) os 36cm também observados, pode portanto ter um significado técnico particular na obra dos *fabri tignarii*.



Figura 97 – Vestígios de dispositivos de soalhos de madeira na casa dos Repuxos: encastramento de traves no corredor nº 4. (A abertura da porta não é contemporânea).

Um outro elemento de utilização da madeira parece ter sido o da criação de soalhos em pisos térreos, algo nada estranho na arquitectura popular tradicional, mas que está menos documentado na literatura arqueológica. Esta observação pôde ser feita na escavação da casa do medianum absidado em 2001²²³.

²²¹ Sistema de tipo original e endémico em Conimbriga?

²²² Cujas mais próximas correspondências poderão ser a de 10 *unciae*, (mas *plus minus*: *Uncia* 1/12 *Pes*; 296mm/12=24,6mm). Talvez a conservação das evidências não seja de molde a avaliar a precisão da medida.

²²³ Cf. *supra* fig. 31, p. 90.



Figura 98 – Vestígios de dispositivos de soalhos de madeira na casa dos Repuxos: apoio de tijolos transversais paralelos às traves na sala nº 10.

Verificou-se que os elementos da cobertura se encontravam depositados num estrato de destruição activa de cota irregular, directamente sobre a rocha de base, de aspecto bastante irregular. A dedução lógica é a de que seria essa rocha de base irregular o piso de utilização comum do edifício a essa cota, mas a própria irregularidade da superfície do tufo desmente essa asserção, pois necessariamente teria havido lugar a algum polimento pelo uso, mesmo que não tivesse havido uma regularização intencional à data da construção²²⁴. A conclusão necessária é a de que o compartimento em questão foi assoalhado, tendo-se os materiais de construção depositado sobre este soalho aquando do abandono e destruição do edifício; a decomposição do material orgânico levou à deposição desse estrato de destruição sobre a rocha, tal como foi encontrado, sem que ela tenha sido sujeita a qualquer efeito de uso.

Esta interpretação é ainda significativa para a possível interpretação da inexistência de mosaicos em algumas salas de certa importância em residências onde foi feito um investimento significativo na sua decoração. Pode por vezes tratar-se de compartimentos onde uma solução de ebanisteria foi adoptada sem que a posterior escavação a tenha identificado com precisão, sendo natural a

²²⁴ Algo estranho, mas de forma alguma desconhecido em Conimbriga.

confusão do fenómeno post-deposicional da sua decomposição com a utilização de pavimentos em terra batida.

Todas estas soluções técnicas de telhados, pisos, soalhos e certamente escadas e outros dispositivos fizeram recurso a um ecossistema do qual, no actual estado de avanço da investigação, não existem dados directos que permitam reconstruir paisagens e identificar espécies utilizadas²²⁵.

Naturalmente a região de Conimbriga²²⁶ poderia aproveitar de microzonas nas serras limítrofes conservando ainda certamente no período romano os cobertos típicos das florestas da região²²⁷, como a Mata da Abofarda, onde predominariam espécies de carvalhos, como o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*)²²⁸ ou o carvalho alvarinho (*Quercus robur*)²²⁹ cujas dimensões normalmente atingidas permitiriam a obtenção de madeiramentos das dimensões necessárias.

3. Os programas técnicos

A análise da ecologia da construção não pode ser terminada sem uma abordagem daqueles processos que, pela sua complexidade, ultrapassam a mera utilização de um ou outro material, mas que verdadeiramente fazem repousar na inter-relação entre actividades e materiais diferentes o resultado final. Entre

²²⁵ A única análise polínica disponível para Conimbriga no período romano foi obtida no interior do aqueduto, e representa a vegetação das imediações da nascente de Alcabideque no último período de utilização do monumento, em datas imediatamente anteriores à interrupção do seu funcionamento, que levou ao seu rápido assoreamento. Mostra maioritariamente (cerca de 90% do espectro polínico) a vegetação que poderia habitar as zonas muito próximas do colector do aqueduto (vegetação ruderal de bordas de caminho e margem de valas), não parecendo reflectir de forma consistente a diversidade da vegetação do território no seu todo (Queiroz *et al.* 2003, 7)

²²⁶ Cunha *et al.* 1996 10-14.

²²⁷ Paiva 2001, 38-42; *id. ibid.*, 1999, 38-44.

²²⁸ Cabral e Telles 1999, 62.

²²⁹ *Id. ibid.*, 63.

estes processos são de especial importância para a arquitectura doméstica de Conimbriga a gestão hídrica e os programas de decoração dos edifícios²³⁰.

A gestão hídrica²³¹

O primeiro programa de obras públicas em Conimbriga, incluindo a construção do aqueduto, não teve um impacto directo na criação de um programa técnico de gestão hídrica na cidade. Com efeito, no seu estado original, o aqueduto leva apenas águas até às termas do sul e eventualmente a algumas fontes que, no entanto, não foram identificadas. Toda a gestão hídrica era, portanto, o mero encaminhamento de águas pluviais, favorecido em Conimbriga pelo facto de a cidade, assente num esporão de vertentes abruptas, não ser sujeita a inundações.

A situação alterou-se a partir do período claudiano, com a modificação do uso de parte da conduta subterrânea do aqueduto, na rua das termas, no sentido de a transformar numa cloaca; com a consequente instalação de um cano de chumbo para alimentar as termas de água limpa; e com a subsequente intervenção no *castellum aquae* que permitiu multiplicar a adução de água por canos de chumbo, de variada calibragem, a várias residências, a dois novos conjuntos de termas públicas, a instalações artesanais como as *fullonicae* e a um conjunto de fontes colocadas nas imediações do fórum, de que pelo menos num dos casos o excesso de água serviu para limpar as latrinas²³².

É certamente neste período que se multiplicam as canalizações de esgoto por toda a cidade, por via de regra encaminhadas para a vertente mais próxima.

²³⁰ Onde a presente proposta diverge sensivelmente de J.-P. Adam (2002, 235-250 e 257-314), devido à natureza mesmo da evidência manobrada.

²³¹ A gestão hídrica da cidade, em conjunto com as restantes cidades da Lusitânia, é o objecto da investigação doutoral de M. Pilar Reis, a quem este apartado tudo deve. Não se farão referências bibliográficas. Todavia, qualquer incorrecção ou falha interpretativa deve ser atribuída à deficiente compreensão e expressão do autor e não à investigação levada a cabo pela nossa colega e amiga.

²³² O sobredimensionamento da capacidade de transporte do aqueduto tal como projectado e construído originalmente permitiu este facto. Quanto à fiabilidade da nascente em Alcabideque, em oitenta anos de registos, verificou-se um único ano de esgotamento completo da exurgência. A abundância de água deve, portanto, ter sido um factor determinante no desenvolvimento de muita da arquitectura hidráulica de Conimbriga, do ponto de vista técnico e também do ponto de vista estético e artístico.

Porventura o único problema sério de gestão hídrica fazia-se sentir no sector nordeste da cidade: para aí escoavam (entre os edifícios actualmente conhecidos), a ínsula do aqueduto e as casas de Cantaber e dos repuxos (todas elas dotadas de latrinas), as termas do aqueduto e o moinho público; por outro lado a construção do anfiteatro certamente que bloqueou o escoamento natural do vale, não se conhecendo em pormenor a obra de encanamento associada ao monumento.

O desenvolvimento de toda esta intervenção entre os meados do séc. I e os inícios do séc. II representa uma área de interacção entre a obra pública e a obra privada no período que é também o de maior florescimento de uma e outra, individualmente consideradas, ou seja, contribui para o crescimento exponencial da dinâmica global da actividade edilícia na cidade de uma forma não negligenciável.

Os programas decorativos

A questão essencial da indagação dos programas decorativos para a edilícia doméstica de Conimbriga, para além, evidentemente, de questões do valor da construção, está sobretudo na avaliação da disponibilidade de artistas e artífices de qualidade aos promotores, pois essa questão será determinante no posterior estudo da bagagem de conhecimentos artístico-arquitectónicos presentes nessa edilícia e, finalmente, no grau de rigor que se pode estimar ter existido entre o resultado final da construção e a intenção social e ideológica a que ela respondeu – visto pela negativa, o ponto em que executantes incompetentes enublaram uma visão luminosa do proprietário.

A evidência mostra que a introdução das artes decorativas romanas em Conimbriga se iniciou nas obras públicas, designadamente na construção das termas do Sul na sua primeira fase, augustana. Esse edifício reúne desde logo as duas grandes técnicas que vão dominar a decoração da arquitectura doméstica de Conimbriga ao longo de todo o período em que ela é reconhecível: o mosaico e a pintura; é o mosaico aquela arte que nos oferece uma amostragem dilatada no tempo e na área que permite desde logo uma abordagem com significado.

O mosaico

Para o estudo da vertente técnica da utilização dos mosaicos nos programas decorativos das residências, interessa verificar alguns pontos, como sejam a extensão de mosaicos colocados e a sua cronologia (já que a análise estilística é a única forma de se fazer uma estimativa do alongamento temporal dessa instalação²³³), no sentido de se poder calcular aproximadamente qual a importância dessa actividade no conjunto da edilícia doméstica.

São seis os edifícios domésticos onde o mosaico foi utilizado para decorar os pavimentos.

Na casa de Cantaber foram aplicados cerca de 895 m² de mosaicos na parte principal da casa, ainda que muita desta extensão mosaicada esteja actualmente reduzida a vestígios. Na ausência de um estudo aprofundado, as referências feitas por J. M. B. Oleiro em várias ocasiões permitem apontar uma cronologia estendida desde os inícios do séc. II, até talvez até ao seu terceiro quartel²³⁴. Outros 77m² de mosaico são correspondentes à adição pós-muralha baixo-imperial, devendo datar-se no segundo quartel do séc. IV.

Um outro edifício, de que nada conhecemos, é aquele de onde foram retirados os mosaicos das escavações de 1899, que se pode aproximadamente localizar. Considerando que, dos mosaicos conhecidos, cerca de só 50% foi efectivamente recuperado, o referido edifício teria, pelo menos, cerca de 58m² de mosaico instalado. A cronologia proposta é de finais da época antoniniana²³⁵, ou seja, meados do séc. II.

²³³ A principal questão, porventura, é a da relação entre a execução do programa decorativo e a utilização do edifício, pois muito em especial a execução do mosaico inviabiliza a utilização da sala (cf. Taylor 2003, 228-232). As necessidades de encontrar espaços alternativos para as actividades domésticas e as inconveniências desta “itinerância”, que se fizeram sem dúvida sentir quer sobre os residentes quer sobre os artífices, terão sido uma principal razão para o alongamento desses programas, podendo, como é demonstrável nalguns casos, chegar a ter implicações estilísticas na obra de arte executada.

²³⁴ Oleiro 1986, 115; *id.* 1994, 43-44; Oliveira 2005, 48-68 (as propostas cronológicas para edifícios que não a casa dos repuxos, feitas por C. Oliveira na referida publicação, remetem para Correia *et al.* 2003, instrumento de divulgação onde a questão se deve julgar insuficientemente tratada e demasiado simplificada, não se devendo aceitar sem mais exame, o que não deixará de se fazer na edição de um segundo fascículo do Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal dedicado a Conimbriga, quando tal trabalho for levado a cabo).

²³⁵ Oleiro 1973, 92-154; Oliveira 2005, 84-86.

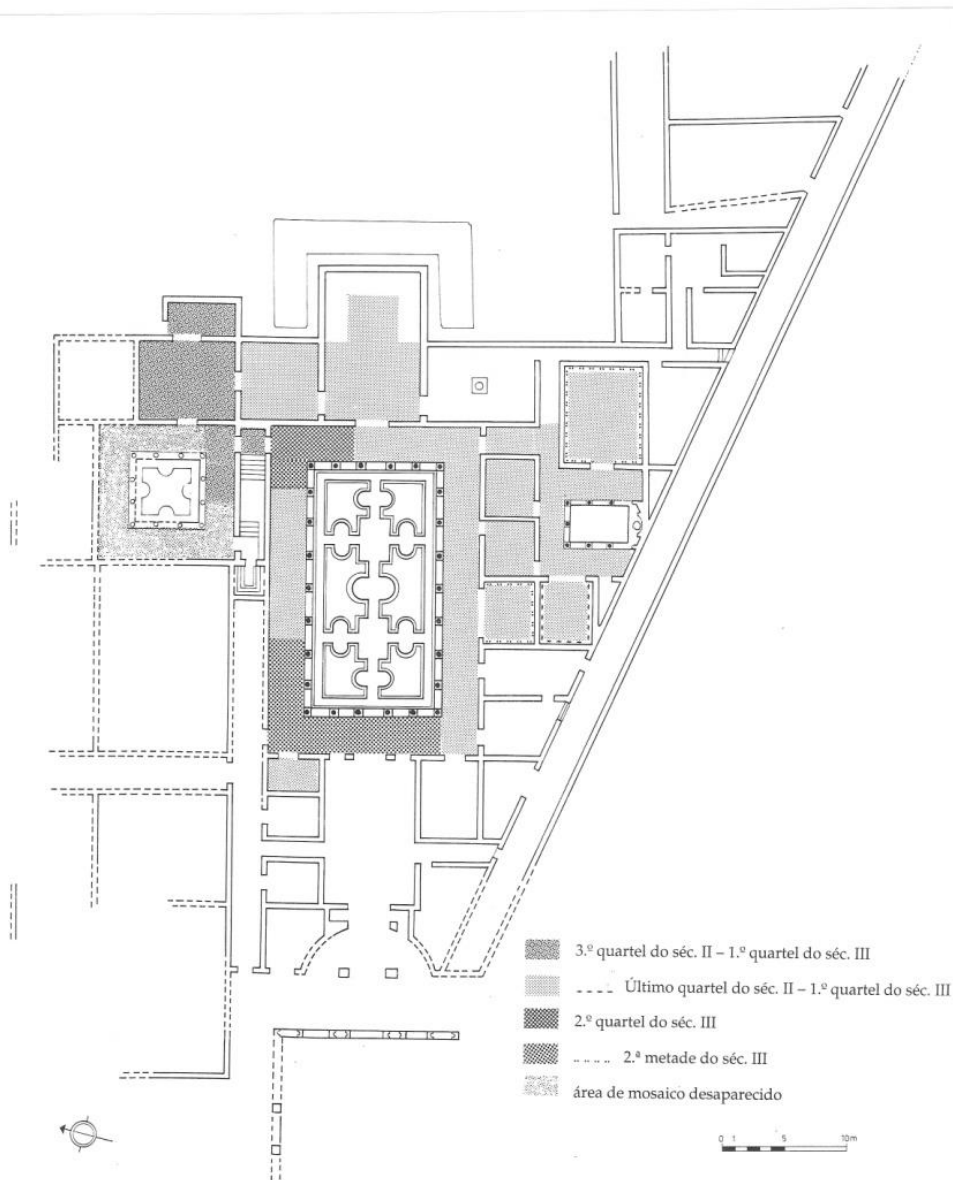


Figura 99 – Extensão temporal da instalação do programa musivo na casa dos repuxos, segundo Oleiro 1992, II, est. 75.

Na casa do tridente e da espada conhecem-se cerca de 48 m² de mosaicos instalados no conjunto de três compartimentos em sequência da zona norte da casa e outros 23m² correspondentes ao *cubiculum* mosaicado da ala sul²³⁶. Estes mosaicos são os menos estudados de Conimbriga, só por comparação interna se podendo propor uma datação. Propondo-se que essa comparação interna demonstra colocarem-se eles entre os já mencionados e os mais antigos da casa dos repuxos, datar-se-iam na segunda metade do séc. II.

Quanto à casa dos repuxos, não se teve em conta a provável sobreposição de programas decorativos parcialmente sobreviventes, nem eventuais extensões do programa na área norte da casa, que parecem prováveis. A extensão de mosaicos é de 673m² e a sua cronologia vai do último quartel do séc. II à época severiana, meados do séc. III²³⁷.

Na casa dos esqueletos existe um mosaico com 24m² na unidade independente da parte sul da casa e no cálculo do restante (249m²) pressupôs-se o revestimento original a mosaico do peristilo, perdido completamente devido aos fenómenos pós-deposicionais associados à necrópole que se sobrepôs à casa. A cronologia dos mosaicos corresponde à segunda metade do séc. III²³⁸.

Quanto à casa da cruz suástica, todos os mosaicos, numa extensão total de 454m², podem corresponder a um programa datado também da segunda metade do séc. III²³⁹.

Estes dados permitem construir um esquema de distribuição temporal, quantificada, da actividade, na cidade, das oficinas de mosaicistas²⁴⁰.

O dado mais importante a reter desta análise é a consistência da actividade dos mosaicistas de Conimbriga ao longo dos séc.s II e III, como se pode verificar no gráfico da figura seguinte, que distribui as quantidades observadas de mosaicos instalados proporcionalmente à sua cronologia, no

²³⁶ Oliveira 2005, 71-74.

²³⁷ Oleiro 1982, 168-170.

²³⁸ Oleiro 1986, 117 e 125; *id.* 1994, 44; Oliveira 2005, 43-47.

²³⁹ *Id. loc. cit;* *ibid.*, 31-41. A evolução da arquitectura da casa, tal como a interpreta J. Alarcão (29-41) desmentiria a atribuição a um único momento, mas tal não altera a presente análise.

²⁴⁰ A actividade dos mosaicistas na região não oferece dados suficientes para uma generalização desta análise; cf. Pessoa 2005, 363-401.

sentido de se obter uma aproximação à quantidade de mosaicos executados, por quartel de século.

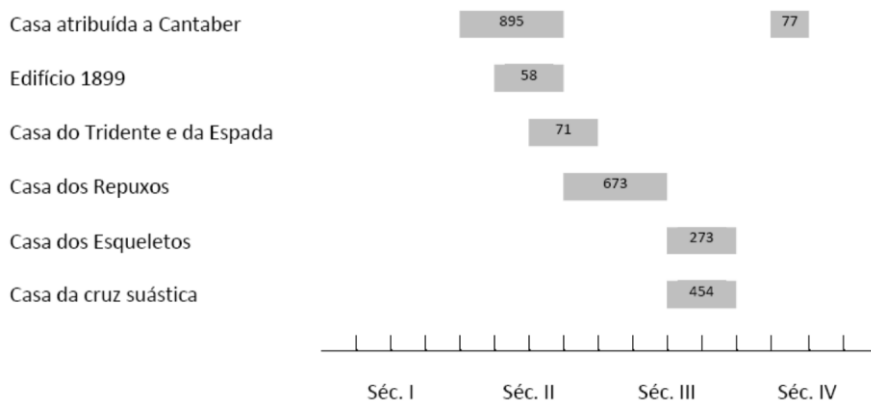


Figura 100 - Dispersão cronológica dos programas musivos de Conimbriga, com indicação da sua extensão (em m²).

Claramente, a actividade das oficinas mosaicistas não se iniciou em Conimbriga, *ex nihilo* na casa de Cantaber. Durante todo o séc. I essa actividade exerce-se nas termas do Sul, desde os primeiros mosaicos monocromáticos brancos do programa original²⁴¹, passando por outros exemplos de que, infelizmente, só nos restam poucos fragmentos, e, porventura sem solução de continuidade, nos programas flávio-trajânicos (esses completamente perdidos e de extensão original impossível de reconstituir).

²⁴¹ Oliveira 2005, 77-79; *id.* 2008, 183-195. A utilização de mosaico no primeiro projecto das termas de Conimbriga, mesmo considerada a modéstia da obra, não deixa de ser um elemento relevante pelo carácter luxuoso de que apesar de tudo se revestia, podendo colocar-se a hipótese de haver nestes programas ecos da actividade de Agripa na província (sobre os mosaicos e a actividade de Agripa *vd.* a título de exemplo, as referências de Lavagne 1983, 259-264).

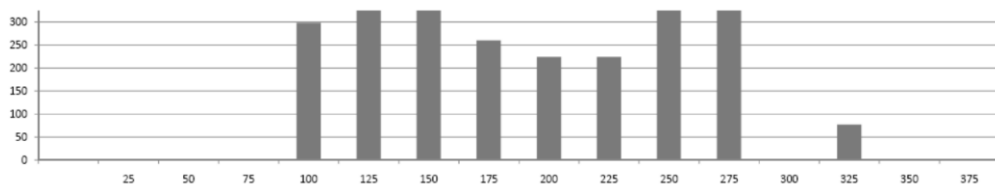


Figura 101 - Distribuição quantitativa da actividade musivária em Conimbriga entre os séc.s I e IV.

Podemos portanto ter havido uma situação de dependência da obra privada relativamente à disponibilidade de uma actividade primordialmente ocupada pela obra pública²⁴².

Nesse sentido, a identificação da construção flávio-trajânica das grandes termas do sul como a última grande obra de carácter civil e público na cidade²⁴³, ganha uma acuidade especial, na medida em que é possível que a partir daí a concentração da actividade edilícia em obras domésticas, privadas, possa ter-se devido, em partes talvez iguais, a uma mutação sócio-ideológica que desvalorizou o evergetismo e a uma pura e simples inexistência no local de *redemptores* e suas equipas em número adequado à implementação simultânea de programas em ambas as áreas, num contexto global de constrangimento económico à área de recrutamento²⁴⁴.

²⁴² É indispensável fazer uma referência ao fim da actividade das oficinas de mosaicistas de Conimbriga. Este tem sido colocado no séc. IV, quando a evidência da cidade desaparece, e com esse fim se tem relacionado a existência de uma oficina itinerante que teria sido a fatora dos mosaicos da *villa* do Rabaçal (Oleiro 1986, 126; Lancha 2004, 92; Pessoa 2005, 391-392). À luz da evidência aqui apresentada, o fim brusco das oficinas de Conimbriga é improvável e careceria de explicações aprofundadas. Por outro lado os recentes achados de Santiago da Guarda (Pereira 2008, 171-181), eminentemente comparáveis com os do Rabaçal (Pessoa 1998, 22-40), obrigariam a admitir que a itinerância da suposta oficina se teria visto fortemente reduzida, havendo de decorar já não só uma, mas duas *villae* do território da *civitas*. Na verdade a lógica parece impor a explicação de que os mosaicos do Rabaçal e de Santiago da Guarda correspondem precisamente à actividade das oficinas de mosaicistas de Conimbriga que, no período posterior à construção da muralha Baixo-imperial, deslocaram para o âmbito rural o seu exercício, respondendo às novas solicitações da arquitectura áulica com uma renovada linguagem artística, que desenvolveram sobre a base do seu conhecimento técnico ancestral. Já sobre este tema Correia 2004a, 50.

²⁴³ Correia 2004b, 280.

²⁴⁴ Questões já colocadas em *id. ibid.*, 280-281.

A pintura

Os programas pictóricos nas casas de Conimbriga são muito pior conhecidos do que os programas musivos, sobretudo porque a conservação da evidência é muito menor, na maioria dos casos estando reduzida a vestígios²⁴⁵. Não é portanto possível conduzir uma análise congénere.

Por outro lado, as mesmas questões de conservação e os fenómenos pós-deposicionais que lhes dão origem levam a que, no caso das pinturas, possa haver uma aproximação à espessura temporal e ao fenómeno da sucessão dos programas decorativos num mesmo espaço, que não é possível nos mosaicos, em que via de regra se está reduzido a considerar o último estádio decorativo do edifício e só a análise estilística - manifestamente apenas aproximativa - pode dar algumas indicações sobre a extensão cronológica dessa última intervenção.

No entanto, as condições de escavação dos edifícios mais decorados não registaram muitas observações que seriam cruciais para um conhecimento aprofundado do tema. Pode-se todavia, utilizar, a título de exemplo, algumas observações feitas na casa dos repuxos.

O caso mais interessante de conservação de evidências de sucessivos programas decorativos é a pilastra à direita da entrada na exedra da casa dos repuxos, que conserva vestígios de três sucessivos aspectos todos diferentes. A sua primeira configuração parece ter sido uma pilastra lisa, branca; a segunda uma pilastra canelada, imitando mármore; a terceira e última, contemporânea dos marmoreados da sala, mostra uma base ática, mas infelizmente perdeu-se a superfície da pilastra propriamente dita²⁴⁶.

Entre as pinturas recolhidas nas escavações sob os mosaicos da casa dos repuxos conhecem-se sobretudo frescos vermelhos com frisos florões e palmetas, derivados do *anthemion* e um rodapé, que deve ter pertencido ao peristilo central pois os elementos conservados mostram que o original foi muito longo, com um róleo de *Rosa Canina*.

²⁴⁵ Sobre esta questão no geral veja-se Alarcão e Etienne 1977, 47 n. 14. O estudo da pintura mural de Conimbriga que aí se anunciava nunca foi levado a cabo.

²⁴⁶ Não era todavia canelada e, verosimilmente, era branco-amarelado imitando mármore, como as pilastras da sala da caçada, que têm também uma base ática e devem pertencer ao mesmo momento de intervenção (cf. Oleiro 1992, est. 75).



Figura 102 – Pilastra da exedra da casa dos repuxos.

A associação mais lógica é a de que a primeira fase reconhecida na pilastra corresponda a este rodapé, tendo em conta o seu fundo branco, sendo este programa decorativo provavelmente anterior à instalação do mosaico²⁴⁷.

Questão em aberto é saber se esta primeira fase decorativa pertence já ao edifício remodelado em época hadriânica ou se a exedra já existia com essa conformação no edifício original²⁴⁸, mas essa dúvida não impede que se identifique na fase decorativa intermédia da pilastra a correspondência com o programa decorativo desta parte do edifício no período que mediou entre a sua

²⁴⁷ Hipótese apontada pela mais forte probabilidade de a pintura ser executada após a colocação do pavimento. Tal não é, todavia, completamente certo (cf. Taylor 2003, 216-226) mas a evidência de Conimbriga parece apontar maioritariamente para o facto de as paredes serem decoradas após a colocação de mosaicos no solo.

²⁴⁸ *Contra* Alarcão e Correia 1992, 153-154 e est.73; o paralelo do edifício sob as termas do sul (cf. *supra* p. 175-176) não foi então suficientemente apreciado.

reconstrução na primeira metade do séc II e a sua decoração musiva, cerca de 100 anos depois.

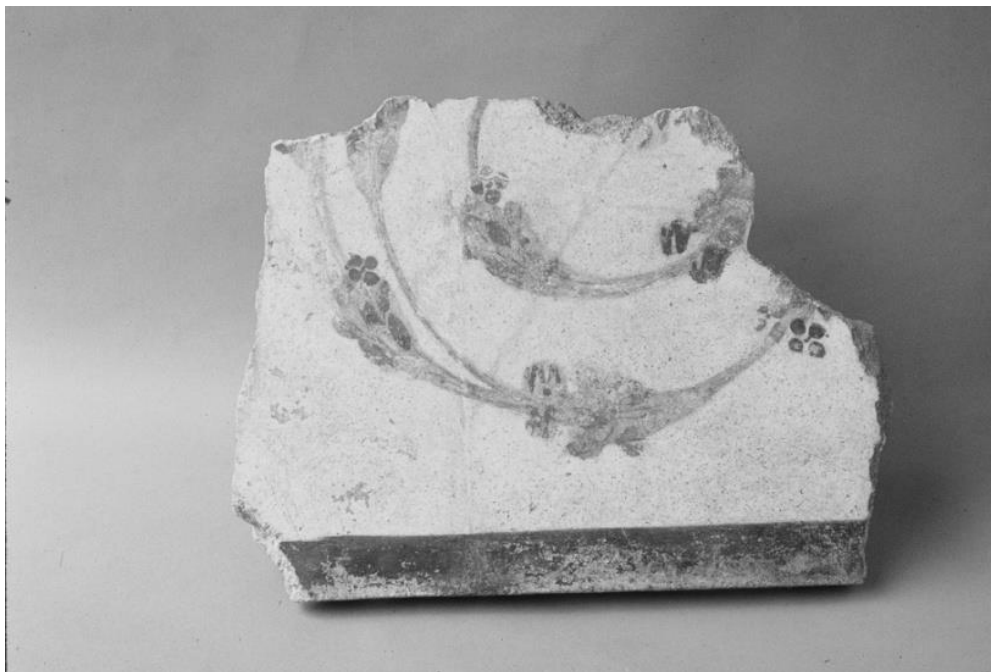


Figura 103 – Friso vegetalista recolhido nos entulhos da casa dos repuxos

A renovação dos programas pictóricos facilitou certamente a difusão de modas, e entre estas conta-se a imitação de *crustae* que, como R. Pedroso²⁴⁹ demonstrou, é dominante nos exemplos conservados *in situ* (tem também uma expressão relevante nos fragmentos conservados no Museu Monográfico), e justifica a apreciação possível de que a variabilidade da decoração pictórica era sensivelmente mais significativa que a decoração musiva.

²⁴⁹ Pedroso 1992, 161-165.



Figura 104 – Painel da sala da caçada da casa dos repuxos: imitação de *crustae*.

Pode ser aduzido como exemplo o facto de, na unidade residencial principal da casa do tridente e da espada, um único compartimento decorado com mosaico poder ser contrastado com restos de pintura mural de, pelo menos, três conjuntos diferentes. A difusão do luxo decorativo pela cidade pode, portanto, ter acontecido de uma forma mais generalizada, mais semelhante ao modo como acontece em Pompeia com as produções mais vulgares do 4º estilo²⁵⁰, do que a simples análise do mosaico deixa entender.

Infelizmente, a importância da informação perdida sobreleva em muito aquela conservada, e a análise da decoração pictórica em Conimbriga pouco mais pode oferecer do que elementos episódicos de reflexão.

²⁵⁰ Wallace-Hadrill 1994, 164-174.

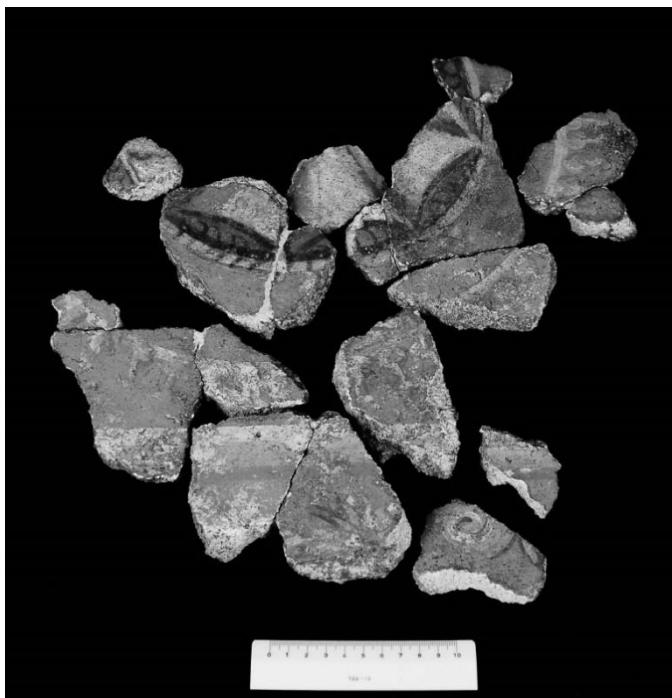


Figura 105 – Fragmentos de pintura da casa do tridente e da espada (rosetas e motivos vegetalista sobre fundo verde-água).



Figura 106 – Fragmentos de pintura da casa do tridente e da espada (rosetas sobre fundo azul e faixas vermelhas).

4. A actividade edilitária

Não é fácil, possivelmente será mesmo impossível, compreender a organização que operou a materialização das construções domésticas de Conimbriga²⁵¹.

É demonstrável, todavia, que do ponto de vista ecológico, todo o aprovisionamento e produção de materiais de construção²⁵² decorria dentro do território da *civitas*, gerando uma dinâmica própria, que o extravasava, mas que assegurava à cidade uma preeminência no papel de sede dessa actividade²⁵³.

Essa dinâmica favoreceu a concentração de vários dos seus ramos nas mãos de indivíduos empreendedores, que diversificaram os seus campos de interesse, certamente na busca de uma mais larga gama de oportunidades na obtenção de proventos. O caso de *Maelo* é o que melhor se documenta²⁵⁴, quer do ponto de vista da diversificação de actividades, quer da projecção delas fora do território da *civitas*, pelo que se pode supor que os dois fenómenos estão realmente ligados.

Maelo deve portanto ser entendido como mais do que um mero *officinador*, como aparentemente foi outro indivíduo ligado á actividade edilitária conhecido pela epigrafia, o *lapidarius Flavius Tucci f(ilii)*²⁵⁵.

A dimensão do empreendimento edilitário é importante para se poder tentar compreender o papel do arquitecto nesse empreendimento. Em

²⁵¹ Taylor 2003, 14: “We remain ignorant of the organizational structure that made [construction enterprises] possible”.

²⁵² Com a excepção do mármore decorativo, mesmo assim predominantemente da Lusitânia; cf. Tavares 1977, 272-273 (excepções: pórfiro e *verde antigo*).

²⁵³ Correia *et al.* 2004, 313-315.

²⁵⁴ *Id. ibid.*, 312-313. A possibilidade de as marcas corresponderem a mais do que um indivíduo, dispersos ao longo de uma série cronológica, podendo até ser indício de uma continuidade familiar como acontece com os *Allii Aviti*, em nada contraria o argumento, podendo até, de um certo ponto de vista, reforçá-lo.

²⁵⁵ Etienne *et al.* 1976, 43-44, nº 21.

Conimbriga, o *architectus* parece ter estado presente apenas nos principais monumentos públicos, pois só nesses se verifica a aplicação do rigor matemático na construção da *symetria* vitruviana²⁵⁶.

Facilmente se pode imaginar que, na ausência de arquitectos de formação erudita (extra-provincial ou, pelo menos, emeritense) tenham surgido, num ambiente de concentração económica como o que parece possível reconstituir, figuras como a do *redemptor* ou do *magister operis*²⁵⁷, que se deve imaginar terem sido determinantes na construção das grandes casas de Conimbriga. Isto sem que se deva esquecer que esta situação, na cidade e também nas suas vizinhas onde ela não seria radicalmente diferente, poderia levar ao desenvolvimento de percursos individuais de relevo, como o de Caius Sevius Lupus, *architectus aeminiensis*, autor da Torre de Hércules²⁵⁸ na Coruña.

E deste nível superior de intervenção urbana (e de aquisição de conhecimentos técnicos e artísticos), estendia-se a actividade de menor monta, nas obras de dimensão mais modesta, por onde todavia percolavam conhecimentos e modas, dando resposta a solicitações de vária ordem e ambições de toda a espécie, assim se fazendo uma cidade romana.

²⁵⁶ E, mesmo no caso das termas augustanas, a presença de um arquitecto levando a cabo um exercício de modulação do plano do edifício não pôde ser comprovada; cf. Golvin 1977, 285. Uma consideração do mesmo género que talvez, em bom rigor, se aplicasse ao próprio fórum na sua fase augustana, é alvo de uma elipse pelo autor; *id. ibid.*, 280. É possível optar pela posição de que só nos monumentos de época flaviana houve uma intervenção de arquitecto na construção.

²⁵⁷ Mar 2008, 185-186. A figura do *redemptor*, obviamente melhor documentada para a obra pública, parece ainda assim adequada para a construção das principais residências de Conimbriga; cf. Morel 1991, 187.

²⁵⁸ *Id. ibid.*, 185-189. Sobre o *aeminiensis* em concreto (CIL II 2559, Supplementum vidit Hübner 5639 = ILS (II, 2) 7728): García y Bellido 1955, 9-10; Hutter 1973, 12; Alarcão 2008, 45 - *contra* Le Roux 1990, 133-145 (propõe a identificação de um arquitecto militar).

Capítulo 2

Os modelos da arquitectura doméstica de Conimbriga

A romanização da arquitectura doméstica de Conimbriga fez-se sentir de forma esmagadora no domínio da técnica construtiva, mas existem também, como é natural, evoluções específicas no domínio dos modelos arquitectónicos dos edifícios que são de grande relevo²⁵⁹. Estas evoluções acontecem ao longo dos séc.s I e II d.C., mas não de forma regular; existe um momento da segunda metade do séc. I em que a efervescência da arquitectura imperial de Roma se fez sentir de forma marcante na cidade, fruto sem dúvida das relações que a elite estabelece com a *urbs*²⁶⁰ e da forma como os agentes da edilícia²⁶¹ se envolvem no processo de emulação que essas relações desencadeiam.

²⁵⁹ Este tema foi tratado em Correia 2011a, cuja versão portuguesa aqui se recupera com poucas alterações.

²⁶⁰ Etienne *et al.* 1976, 61-63; Correia 2004b, 281 n. 65-66.

²⁶¹ Cf. *supra* p. 217-219.

1. Um modelo utilitário augustano

O primeiro exemplo de um modelo arquitectónico adoptado em Conimbriga em condições específicas da cidade completamente romanizada nos seus aspectos urbanos e arquitectónicos é o dos criptopórticos iluminados por janelas do modelo usualmente designado por “bocas de lobo”, de que se conhecem na cidade três exemplos: a casa dos repuxos na sua primeira fase, a ínsula do aqueduto e o conjunto de lojas a sul da via²⁶².

O mais notável exemplo destes criptopórticos domésticos é porventura o de Vicenza²⁶³, mas não parece provável que esse seja o exemplo mais determinante na identificação do modelo, entre outras questões devido à cronologia algo lata (primeira metade do séc. I) que lhe é atribuída²⁶⁴.

Papel modelar mais marcado se poderia atribuir ao criptopórtico sob a *domus tiberiana*, no Palatino, mas também aqui existe um problema de datação normalmente indicada para o período neroniano²⁶⁵. Cronologia idêntica é apontada para o criptopórtico da importante casa localizada sobre a Velia²⁶⁶.

É por isso necessário procurar os paralelos pompeianos para encontrar tais modelos em cronologia conveniente, nomeadamente na casa de Championnet (reg. VIII, 2, 1)²⁶⁷ ou na casa do criptopórtico (reg. I, 6, 2)²⁶⁸,

²⁶² Sobre a casa dos repuxos Oleiro 1992, 143-158; sobre as lojas a sul da via Alarcão 2011, 18-27; os criptopórticos domésticos de Conimbriga foram pela primeira vez apresentados em conjunto em Correia 2004b, 270-273.

²⁶³ Moneti 1993, 46-49; George 1997, 63-64.

²⁶⁴ George 1997, 63-64; Donderer 1986, 183-184.

²⁶⁵ Staccioli 1979, 75 e 80; Coarelli 1980, 170-173; Krause 1985, 170-175; Cecamore 2002, 202.

²⁶⁶ Sartorio 1983, 157-168.

²⁶⁷ Noto 2003, 308.

²⁶⁸ La Rocca *et al.* 1994, 205-210; Pesando 1997, 36.

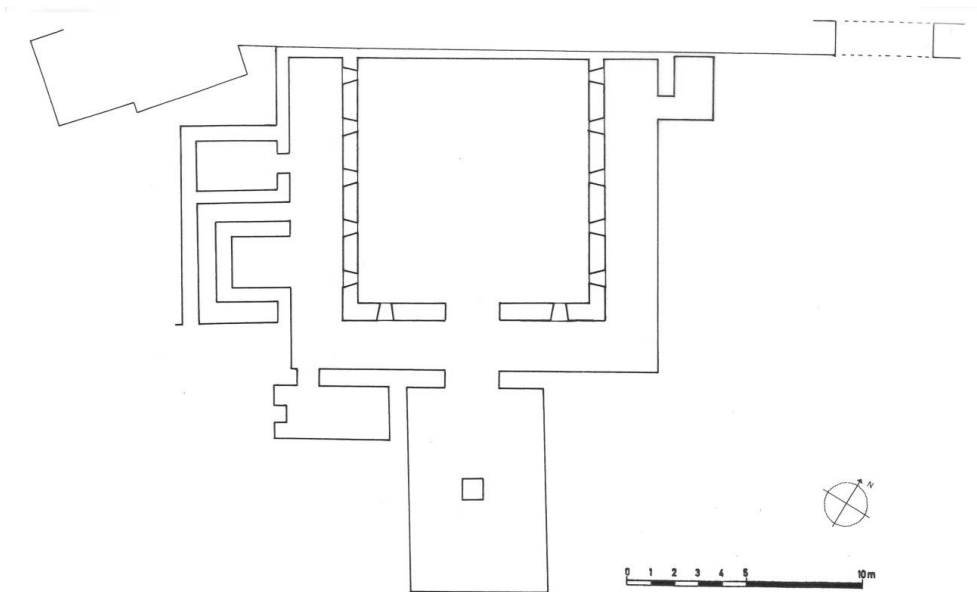


Figura 107 – Criptopórtico e caves anexas da ínsula do aqueduto.

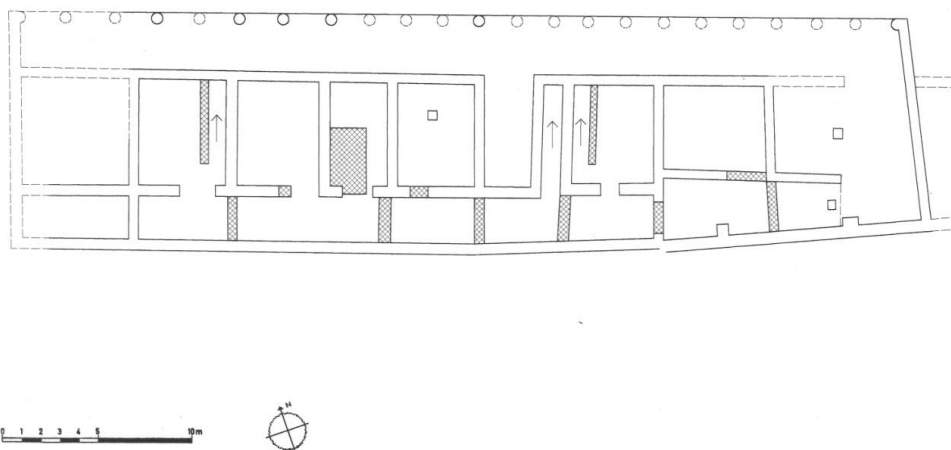


Figura 108 – Lojas a sul da via: o longo espaço meridional, ulteriormente interrompido, foi originalmente um criptopórtico dando acesso a todas as caves.

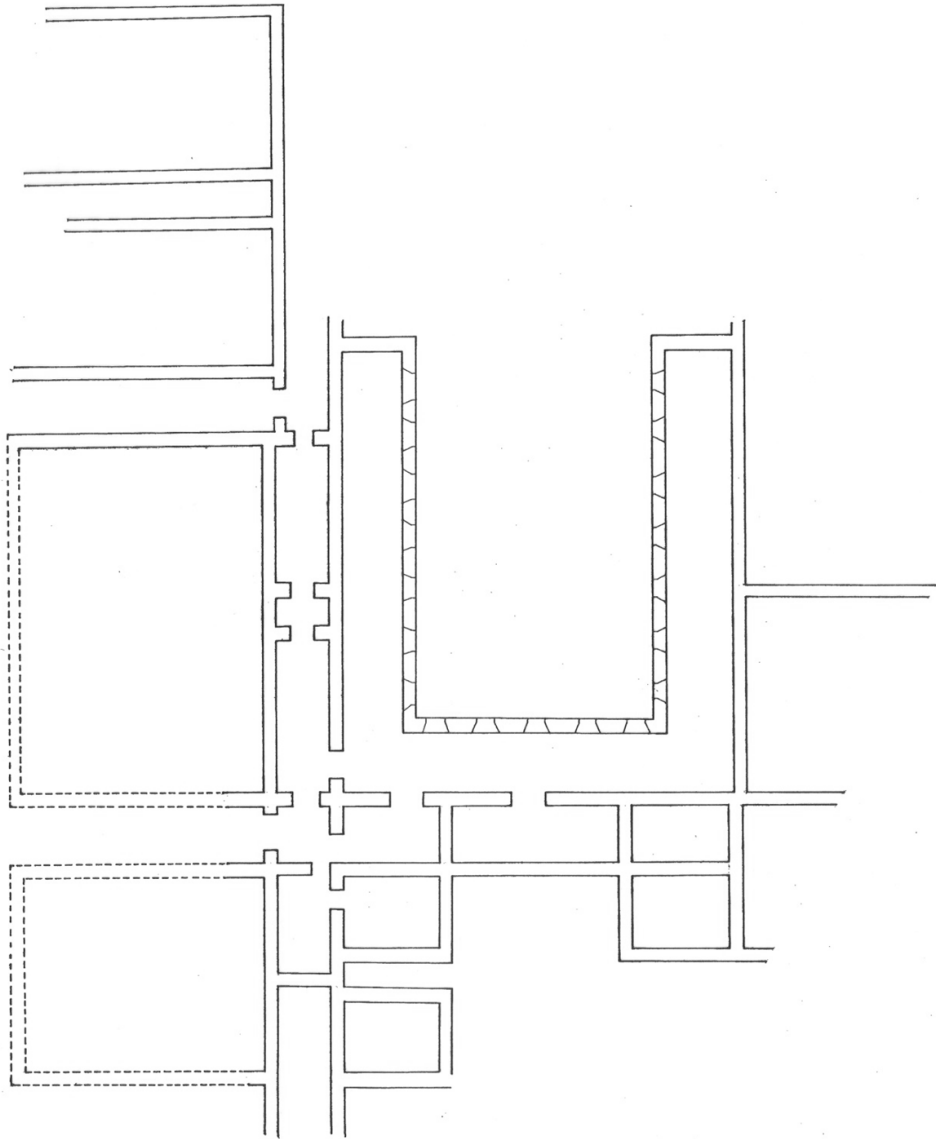


Figura 109 – Criptopórticos da casa dos repuxos. O grande criptopórtico em pi sob o peristilo central e o longo corredor subterrâneo, a norte, articulam o conjunto de caves, a oeste, com as passagens abobadadas para o exterior, que enquadram as lojas do piso inferior, abertas para uma rua de cota mais baixa.

cuja cronologia se centra no terceiro quartel do séc. I a.C.²⁶⁹.

A ligação da ínsula do aqueduto ao monumento público que lhe dá o nome aconselharia talvez a sua datação em momento próximo, verosimilmente cerca de 10 a.C.²⁷⁰, o que não é desmentido pelos outros edifícios. O conjunto coeso dos três edifícios que utilizam o dispositivo sugere um programa urbanístico mais coerente do que a mera soma de três iniciativas privadas, no que se faz eco de um possível carácter público ou semi-público de estruturas desta dimensão²⁷¹, coerente ainda em Conimbriga com a sua posição urbanística no centro do que parece ser um *vicus novus* da cidade²⁷².

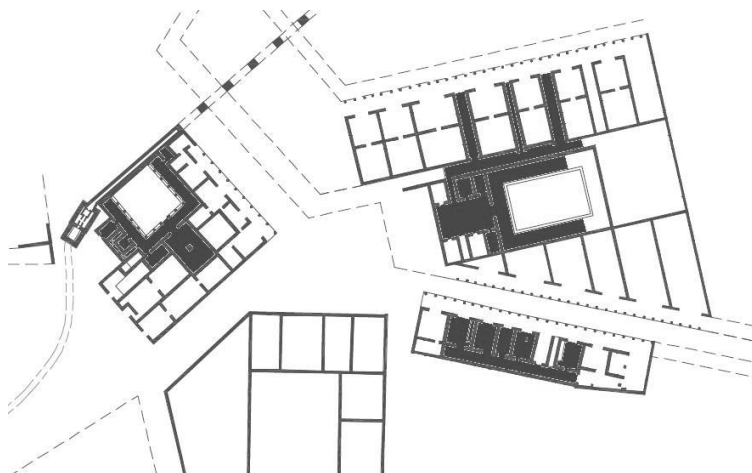


Figura 110 – Articulação espacial dos criptopórticos domésticos de Conimbriga, à volta de um *trivium* cuja circulação de nível permitiram estabelecer.

²⁶⁹ Veja-se todavia a cronologia apontada para o criptopórtico de Vicenza por Noto 2003, 320-321 (finais do séc. I a.C.), de acordo com uma proposta cronológica geral para os modelos de galeria (Noto 2003, 334 n. 14).

²⁷⁰ No pressuposto de que o aqueduto é construído simultaneamente com os outros grandes elementos do projecto augustano, fórum e, sobretudo, termas; Alarcão e Etienne 1977, 182-185.

²⁷¹ Gros 2001, 99.

²⁷² Correia 2004, 272-275; Alarcão 2009, II des. 184.

De realçar é o facto de a tipologia identificada em Conimbriga corresponder bastante bem à tipologia conhecida para estas estruturas – a disposição em galeria ou em U, estando apenas ausente a composição de corpos em ângulo²⁷³ - ainda que, do ponto de vista técnico, haja uma característica muito original e aparentemente exclusiva, que é a cobertura plana, em detrimento da solução abobadada que é usualmente conhecida²⁷⁴.

Mas é sobretudo a importância de um programa privado de construção com a dimensão que os criptopórticos domésticos sugerem, em cronologias tão idênticas ao do primeiro grande programa de intervenção pública e com paralelos artísticos de idênticamente notável erudição, que importa reter.

2. O eco da *domus aurea* na arquitectura de Conimbriga

Na segunda metade do séc. I, surge um elemento de grande significado na adopção em Conimbriga de modelos artísticos eruditos na arquitectura doméstica na cidade: os tanques que ocupam os peristilos centrais das residências, decorados por caixotões que suportam um jardim, decorados por jogos de água²⁷⁵. A teoria correntemente aceite é a de que este modelo tem a sua origem na *domus augustana*²⁷⁶. O avanço das descobertas na própria *urbs* permite-nos corrigir esta ilação: a origem deste elemento cenográfico encontra-

²⁷³ Noto 2003, 307

²⁷⁴ Esta preferência pelas coberturas planas pode depender de alguma particularidade técnico-artística da prática dos construtores em Conimbriga, pois também acontece no fórum da cidade (Alarcão e Etienne 1973, 371-406; *id.* 1977 95-96). Sobre este ponto, e após as restituições propostas pelos escavadores, surgiu uma proposta de restituição alternativa (Olivier 1983, 937-959; cf. Scetti 1996, 5-16) que, todavia, não é de aceitar por um conjunto alargado de razões (cf. Correia 2010, 96-97). Deve portanto tomar-se como uma característica da construção subterrânea de Conimbriga a preferência pela cobertura plana, ainda que a abóbada fosse conhecida e utilizada com alguma facilidade (como no anfiteatro, cf. Correia 1995, 327-344).

²⁷⁵ Alarcão e Etienne 1981, 69-74; Reis e Correia 2006, 293-305.

²⁷⁶ Alarcão e Etienne 1981, 69-71, em especial n. 2; *id.* 1986, 130-132

se no pavilhão do Esquilino da *domus aurea*, em pequenos peristilos laterais à estrutura que, no plano superior, coroava a sala octágona, sendo portanto de cronologia neroniana²⁷⁷.

Os dois principais exemplos da utilização deste dispositivo em Conimbriga, são os peristilos centrais da casa de Cantaber e da casa dos repuxos. A casa de Cantaber é de datação genericamente flaviana²⁷⁸ a remodelação da área central da casa dos repuxos datará de Adriano²⁷⁹. A evolução cronológica corresponde ao barroquismo evidente do segundo exemplo frente ao primeiro, ainda que ambas as criações respeitem ainda o princípio do desenho elegante do modelo neroniano, dando uma explicação genética mais coerente do que o paralelo da *domus augustana*, que, neste sentido, é apenas um outro exemplo das lições que Rabírio retirou do mesmo precedente que inspirou o ignoto arquitecto de Conimbriga²⁸⁰. O exemplo da *domus aurea* terá podido ser apreciado *de visu* até 104, data da construção das termas de Trajano²⁸¹, pelo que a cronologia da transmissão destes elementos pode ter sido estendida.

Outro elemento arquitectónico de grande relevância na criação da personalidade e na evolução artística das residências de Conimbriga é dado pelo peristilo sudeste da casa de Cantaber e o implúvio lobulado que foi criado no seu centro. As quatro salas do conjunto que o rodeia eram abertas para o exterior por várias portas e janelas, criando um ambiente de pavilhão de jardim que foi certamente procurado de forma muito intencional e que justifica a sua designação como *dietae*²⁸². O seu paralelo artístico é pompeiano: a remodelação de época imperial do peristilo nº 32 e dos *oeci* nº 33 e 34 da casa de Salústio (reg. VI, 2, 4)²⁸³.

²⁷⁷ Fabrini 1982, 5-24; *id.* 1983, 169-185, em especial tav. I.

²⁷⁸ Correia 2001, 123-124

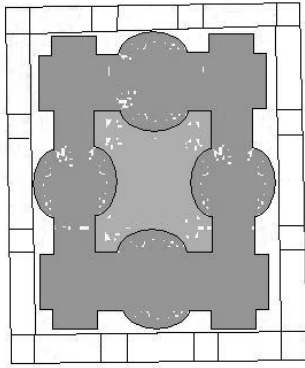
²⁷⁹ Em último lugar Correia 2004a, 54-55.

²⁸⁰ Fabrini 1983, 181 e em especial 184, n. 37.

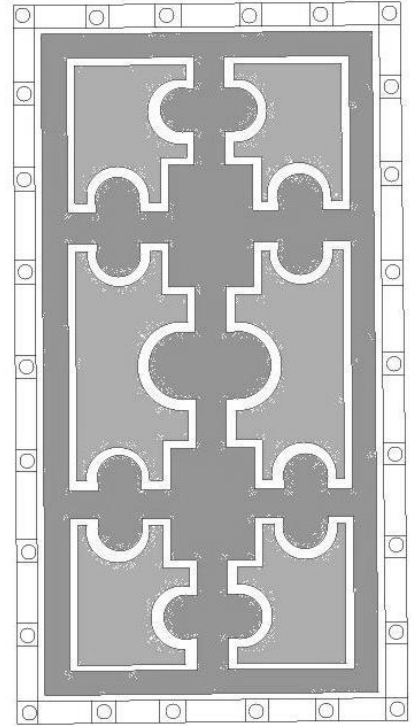
²⁸¹ Fabrini 1983, 169.

²⁸² Zanker 1993, 182-183.

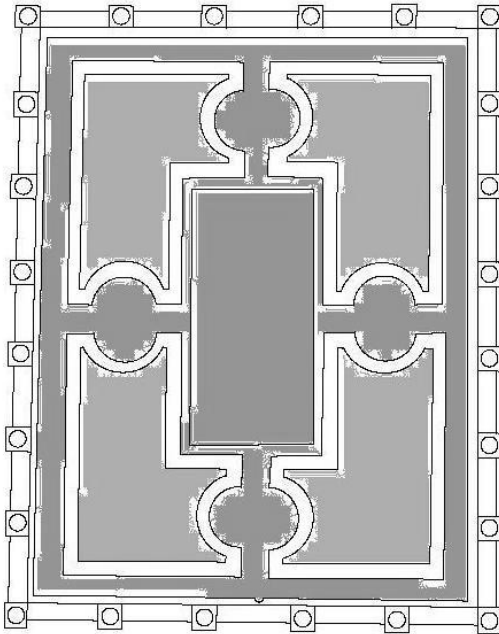
²⁸³ Maiuri 1959, 43; La Rocca *et al.* 1994, 340-344; Pesando 1997, 183-190 e 196 (plano). Ver ainda Laidlaw 1994, 217-231; cf. Gros 2001, 40.



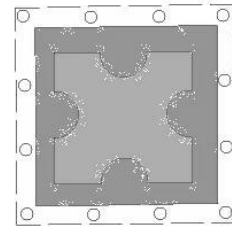
1



2



3



4

Figura 111 – Peristilos com caixotões ajardinados dentro de *stagni*: 1 *domus aurea* (segundo Fabrini 2004, t. 1. modificado; a escala relativa aos outros exemplos é aproximada mas não exacta); 2 casa dos repuxos; 3 casa de Cantaber; 4 casa dos repuxos, peristilo n.º 40.

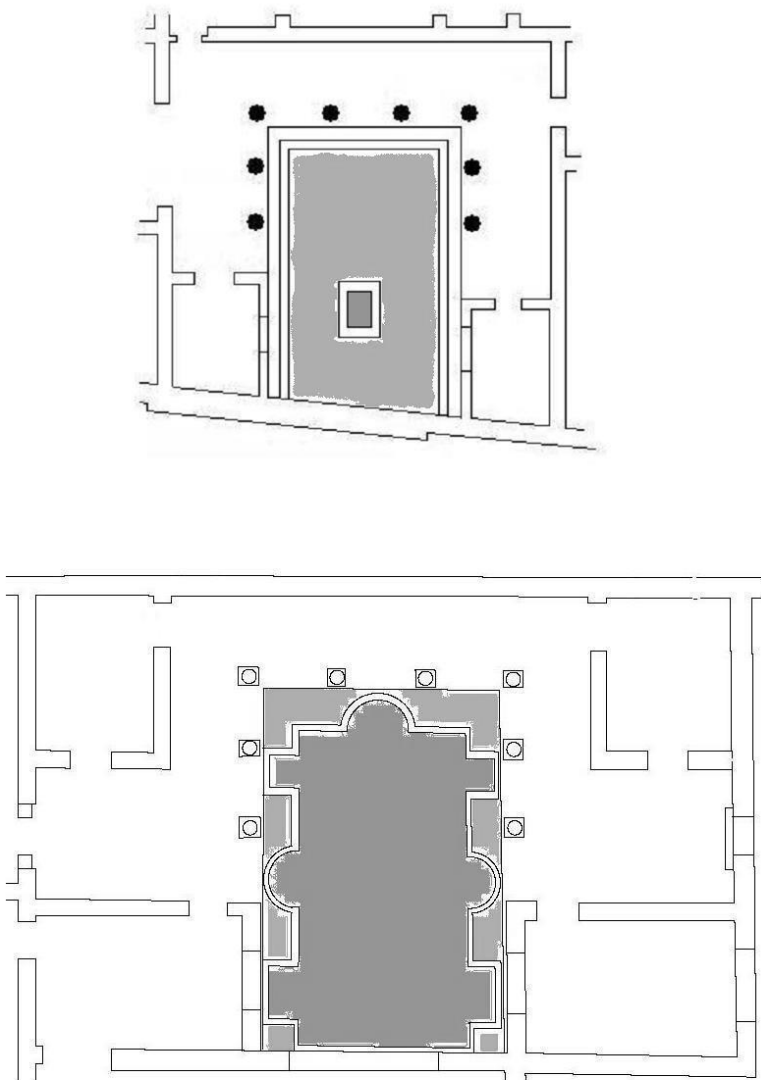


Figura 112 – *Diaetae* com janelas abrindo para implúvios ajardinados: a) em cima ampliação de época imperial na casa de Salústio (segundo Gros 2001, 40, modificado; a escala relativa ao outro exemplo é aproximada mas não exacta);
 b) em baixo peristilo lobulado da casa de Cantaber.

Mas é possível que a origem do modelo se encontre na casa de *Trebius Valens* (reg. III, 2, 1)²⁸⁴, no *oecus* instalado no topo de uma ala do peristilo interior.

O *impluvium* lobulado do centro deste conjunto da casa de Cantaber é porventura um dos elementos demonstrativos de um dispositivo decorativo de maior sucesso desta arquitectura cenográfica. Tem outros bons exemplos pompeianos²⁸⁵, foi muito popular no ocidente do Império, quer na Península²⁸⁶, quer, de forma algo modesta na própria Itália²⁸⁷, quer, sobretudo, no Norte de África²⁸⁸, e o seu sucesso foi o suficiente para que esse tipo de composição se tenha transposto para outros dispositivos arquitectónicos²⁸⁹ e mesmo para o domínio da topiaria²⁹⁰.

Devemos a I. Morand a associação deste elemento aos caixotões ajardinados no centro dos implúvios²⁹¹ e a sua atribuição a uma difusão do modelo de animação arquitectónica dos volumes e planos utilizado nos chamados banhos de Lívia, no Palatino²⁹². Mas também aqui o avanço da investigação aduz novos e melhores exemplos imperiais que podem ter servido de modelo artístico para as realizações conimbrigenses²⁹³, na mesma medida

²⁸⁴ Gros 2001, 29.

²⁸⁵ Casa de Meleagro (reg. VI, 9, 2) – Maiuri 1959, 46-47; La Rocca *et al.* 1994, 300-301 - e *villa* de Diomedes – Maiuri 1959, 93-94; La Rocca *et al.* 1994, 349-354; Basso 2003, 519-557.

²⁸⁶ Por exemplo em *Illici*, cf. Ramos 1991, 69-78, ou em Itálica, na chamada Casa de la Cañada Honda, cf. Mañas 2010, 65.

²⁸⁷ Por exemplo em Ostia, na *domus del tempio rotondo* (I, xi, 2, 3), cf. Packer 1971, 99 e 155-157.

²⁸⁸ Como em seis exemplos em Volubilis (Casa do Pórtico, Etienne 1960, 75-77; Casa do Tanque em Trevo, *id.*, 72-75; Casa das Nereides, *ibid.*, 68-70; Casa dos dois lagares, *ibid.*, 60-63; Casa da moeda de ouro, *ibid.*, 50-54 e Casa dos Trabalhos de Hércules, *ibid.*, 31-34) de cronologia distribuída dos antoninos ao terceiro quartel do séc. III.

²⁸⁹ Casa das colunas de Saint Romain en Gal, cf. Brissard *et al.* 1996, *apud* Prisset 1999, 38.

²⁹⁰ Em Pompeia, na casa *dei casti amanti* (IX, 12, 6-7) - La Rocca *et al.* 1994, 224-228; Ciarallo *et al.* 1993, 110-116 – mas de forma sobretudo notável em Fishbourne (Cunliffe 1971).

²⁹¹ Morand 2005, 86-89.

²⁹² Morand 2005, 90-91. Na verdade uma estrutura também ela associada à *domus aurea*, cf. Coarelli 1980, 178.

²⁹³ Em especial o peristilo da *domus Gaii*, cf. Gros 2001, 242.

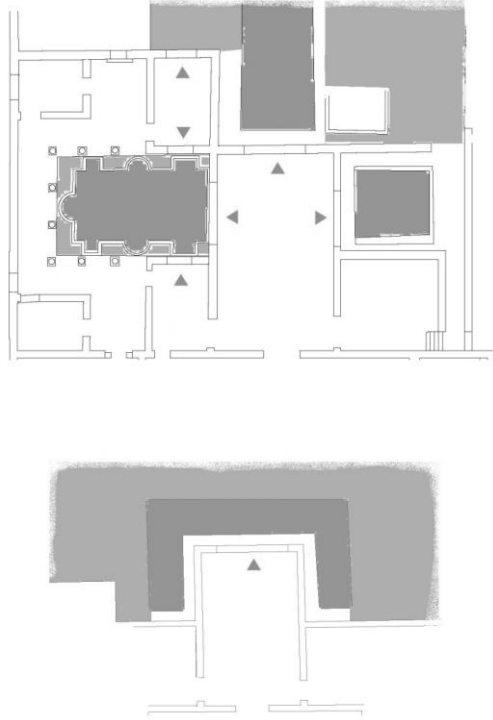


Figura 113 – *Triclinia* de Conimbriga abertos para os jardins. Em cima, casa de Cantaber; em baixo, casa dos repuxos. As setas assinalam as janelas com perspectivas. Por economia de espaço os jardins estão incompletamente representados.

que testemunham a longa sobrevivência dessas criações²⁹⁴

Um terceiro elemento significativo da arquitectura residencial de cariz erudito de Conimbriga, os *triclinia* abertos por janelas que fazem face a tanques ou peristilos partilha as características traçadas para os *impluvia*: um modelo

²⁹⁴ Como nas intervenções domiciliâneas na parte setentrional da *domus augustana*, cf. Villedieu 1994, 33-39; *id.* 1995, 719-740; Villedieu e Veltri 1999, 749-778; Cecamore e Villedieu 1995, 45. Plano em Cecamore 2002, tav. V (ref. p. 230-231). É neste contexto que os peristilos suplementares inferiores da *domus augustana* são relevantes, como exemplo evoluído e barroco do modelo da *domus Gaii*.

palatino, exemplos pompeianos e uma difusão pouco numerosa mas significativa na Península Ibérica e no Norte de África, ainda que, logicamente, um elemento que se manifesta sobretudo em alçado seja de mais difícil identificação e interpretação no registo arqueológico, devido a questões de conservação.

Os dois exemplos conimbrigenses aparecem também eles na casa de Cantaber e na casa dos repuxos. Na primeira, o grande triclinio abria-se por três janelas para outros tantos espelhos de água; na segunda, só uma janela é segura, aberta na parede fundeira, que lhe daria vista sobre o tanque periférico e o jardim além dele.

O referido modelo palatino é constituído pelo triclinio principal da *domus Flavia*²⁹⁵, rodeado de dois pequenos pátios abertos (onde se repetiram os arranjos de caixotões ajardinados que já foram abordados). A solução, que é prenhe de possibilidades, tem as suas melhores manifestações nos exemplos pompeianos, nomeadamente a exedra da *villa* dos mistérios²⁹⁶ e a alcova nº 7 da *villa* de Diomede²⁹⁷. Manifestamente, trata-se de uma solução de potencialidades diminuídas na ausência de grandes expansões espaciais circundantes, daí a sua raridade em ambientes urbanos constrangidos, a que o *vicus novus* de Conimbriga faz excepção. Mas o modelo encontra-se também noutros ambientes urbanos peninsulares²⁹⁸, ou num ambiente rural como a Abicada²⁹⁹, e encontra-se também no Norte de África, em Hadrumetum³⁰⁰.

Estes três elementos – implúvios ajardinados, peristilos centralizando *dietae* e salas abertas por janelas – constituem como foi visto um *continuum* em que cada um deles é indissociável dos restantes pela sua utilização consistente e conjunta. É também notavelmente coesa a sua origem histórico-artística: partilham todos a sua pertença ao programa imagético da *domus aurea*, independentemente de o conhecimento actualmente disponível colocar um pouco mais de ênfase nalguma origem mais longínqua do modelo ou, pelo

²⁹⁵ Finsen 1969, pl. 1. Gros 2001, 252-260.

²⁹⁶ Maiuri 1959, 94-96; La Rocca 1994 *et al.*, 352-360.

²⁹⁷ Maiuri 1959, 93-95; La Rocca 1994 *et al.*, 349-354.

²⁹⁸ Ampúrias: Santos 1991, 19-34; Itálica, Casa segunda: García y Bellido 1960, 88-90; Mañas 2010 65; *id.*, Casa dos pássaros: García y Bellido 1960, 83-86; Mañas 2010, 54-55.

²⁹⁹ Teichner 2008, 424-433.

³⁰⁰ Foucher 1965, *apud* Thébert 1989, 351.

contrário, nas suas manifestações algo mais tardias. Mas é esse elemento de uma filiação num modelo imperial de grande impacto que deve ser valorizado enquanto verdadeiramente caracterizador do que foi a busca dos construtores locais de uma imagem erudita e prestigiada no próprio centro do Império.

Reveste-se, por outro lado, de significativa importância que nem esta busca de um modelo erudito fosse, no momento neroniano, algo de inédito, como se viu a propósito dos criptopórticos, nem um fenómeno de curta duração.

3. O século II

A busca de elementos artísticos a utilizar na arquitectura cenográfica utilizada nas residências de Conimbriga continuou ainda por algumas décadas após o seu ápice no séc I, como se pode demonstrar a propósito da entrada monumental da casa dos repuxos, de que a associação à grande remodelação da área central aconselha a datar do período adriânico.

A entrada da fase tardia da casa dos repuxos fazia-se através de uma larga porta, aberta no fundo de uma ábside, cuja face era marcada por um ecrã de que restam as bases das colunas: o paralelo artístico significativo é, claramente, o do *serapeum* da *villa* de Adriano em Tivoli³⁰¹, ainda que a restituição em alçado deste pormenor não seja consistente nas várias propostas existentes³⁰². Mas parece especialmente significativa a coincidência temporal entre modelo e concretização provincial, bem como pode ser trazido à colação o facto de uma utilização tão particular de um modelo artístico áulico na entrada de uma residência privada não se poder considerar única.

³⁰¹ Tiberi 1961, 35-48; Grenier 1990, 925-1019; *id.* 2000, 73-76.

³⁰² Podendo tomar-se como referência a maquete de Gismondi, cf. VVAA 2000, 194-195, nº 15.

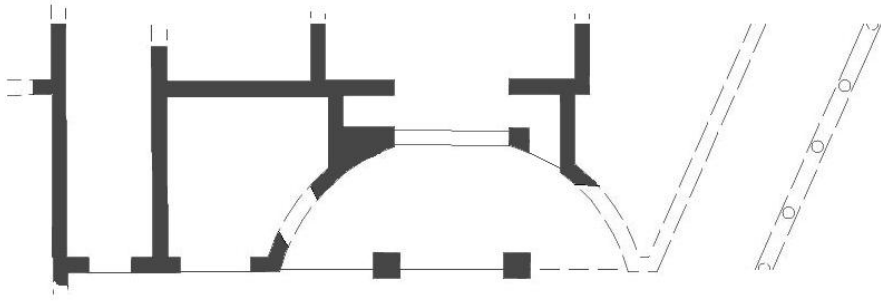


Figura 114 – Pormenor da entrada da casa dos repuxos com a reconstituição possível das estruturas.



Figura 115 – Modelo de reconstituição: o *serapeum* da villa Adriana, segundo L. M. H. Sortais (1894), reproduzido em VVAA 2000, 213, nº 29.

Este mesmo modelo artístico deve necessariamente estar na origem do modelo escolhido para a entrada da casa da exedra em Itálica³⁰³, distinguindo-se esta utilização da conimbrigense apenas por a primeira ser algo menos

³⁰³ Roldán 1993, 179-181; Rodríguez 1997, 87-114.

conseguida, tendo-se perdido certamente a meia cúpula estrutural em favor de algum arranjo mais simples, que se classificaria de inepto³⁰⁴.

4. O desenvolvimento de um gosto habitacional de modelo aristocrático e imperial

Os modelos artísticos da arquitectura doméstica de Conimbriga demonstram uma continuada relação com a arquitectura imperial, e a forma como essa procura atinge o seu objectivo e a fidelidade com que os modelos são seguidos e adaptados constitui em certa medida a característica original do próprio fenómeno urbano na cidade.

É especialmente assinalável o papel da *domus aurea* como inspiradora dos melhores exemplos de criação de uma arquitectura cenográfica, associando a perspectiva, o jardim e a água, no centro das residências principais e, depois delas, em outros edifícios de menor entidade, que marcam o “Wohngeschmack”³⁰⁵ da aristocracia local.

Há portanto um elemento de interpretação do valor social deste fenómeno, de encontro entre as aspirações de uma elite local e a projecção de uma ideia imperial cuidadosamente elaborada, cuja repercussão em Conimbriga foi suficientemente grande como para dar a indicação de que este elemento da “romanização” da cidade não se pode ter ficado pela adopção dos modelos arquitectónicos e construtivos, teve certamente de incidir também no próprio conjunto de práticas sociais de que a arquitectura doméstica é cenário.

³⁰⁴ Oleiro 1992, 28, menciona a “Schola del Traiano” de Ostia (IV.v.15) como um paralelo da entrada da casa dos repuxos, a posição cronológica colocaria este exemplo na mesma situação do exemplo italicense, como uma utilização do modelo tiburtino na entrada de um edifício posterior à entrada da casa dos repuxos, e todos certamente provenientes de um modelo comum que é ainda desconhecido.

³⁰⁵ Para usar a expressão de P. Zanker (1979, 460).

O essencial deste fenómeno social, como se tentará demonstrar, reside no facto de, primeiro, ter lugar uma adopção destes modelos de alto nível num estrato muito rarefeito, económica e culturalmente, da sociedade local: concentram-se em apenas duas residências todas as evidências de uma adaptação directa dos modelos ao longo do tempo – situação que ocorre também com outras características destas arquitecturas. Em segundo lugar, é lícito sustentar que, para além da obra pública, que programaticamente é mais contida no tempo e no espaço urbano atingido, são estas construções privadas que asseguram a transformação da actividade edilitária de algo episódico numa verdadeira “fileira” económica (passe o anacronismo do termo). É esta situação, por sua vez, que permite uma completa abrangência dos movimentos de renovação urbana a todos os espaços domésticos, mesmo aqueles de baixo nível social. E, por último, é o elemento de popularização do conjunto de técnicas e modas artísticas, por um lado, e das práticas sociais associadas à nova arquitectura, por outro, que cria uma situação de competição social latente, manifestada na ansiedade pela ostentação de um estatuto privilegiado, que explica a evolução ulterior da arquitectura doméstica da cidade.

Capítulo III

As soluções vernáculas

1. A casa de pátio

Ao lado da resposta erudita e aristocrática dada às necessidades de uma arquitectura de prestígio coexistiu uma solução arquitectónica popular, sem pretensões e de raiz indígena. Esta resposta, aliás, desempenhou sem dúvida uma presença muito mais maciça na morfologia urbana do que a primeira e a segregação entre as áreas onde uma e outra foram dominantes marcou dicotomicamente a tessitura da cidade.

A ínsula de carácter popular em Conimbriga é dominada pela estrutura fundiária e construtiva elementar, que é a casa de pátio: os melhores exemplos conservam-se na ínsula do vaso fálico e na ínsula a norte das termas³⁰⁶.

A casa de pátio é, por sua vez, de raiz indígena, como os vestígios das construções a norte da cripta augustana demonstram³⁰⁷.

Nesta zona, fossilizada pelos entulhamentos flavianos da esplanada do templo e que por isso é a única zona em Conimbriga onde vestígios arquitectónicos de datas pré-imperiais sobreviveram, encontra-se um troço de

³⁰⁶ Alarcão e Etienne 1977 65-77; Correia 2004a, 62-63; Gros 2001, 206-207.

³⁰⁷ Alarcão e Etienne 1977 17-19, Correia 1995, 249.

uma via principal que da porta do *oppidum* se dirigia para a sua vertente noroeste e um pequeno troço de via transversal que lhe era sensivelmente perpendicular, também na direcção norte.

Esta transversal dividia duas residências, certamente de dimensão diferenciada, mas de tecnologia de construção idêntica. Sobreviveu o soco, de cerca de 60cm de altura, em pedra de tufo aplicada com barro, que suportaria o alçado em adobe. Não restam vestígios de revestimentos parietais; os solos foram também feitos de argila, alisada e cozida, por vezes com pequenas decorações, na zona das lareiras. A cobertura, ainda que o colmo fosse sem dúvida uma técnica conhecida e utilizada, parece neste caso ter feito já recurso ao sistema romano de *tegula* e *imbrex*³⁰⁸.

A cronologia destas construções tem sido controvertida, havendo uma tendência a rebaixar demasiado a data da sua construção, para datas contemporâneas ou posteriores à construção do fórum³⁰⁹. No entanto, a topografia parece sustentar a interpretação original dos escavadores: trata-se de um quarteirão que sobrevive a norte da via, à demolição que os construtores do fórum intencionalmente limitaram ao quarteirão a sul da via; portanto, estas casas são anteriores ao fórum, estando em uso nos finais do séc. I a.C. e tendo sobrevivido até ao período flaviano³¹⁰.

Mas não estão disponíveis dados de idêntica clareza para a cronologia da edificação original. Os materiais recolhidos em escavação são de tipologias comuns em Conimbriga, mas sem contextos primários que nos elucidem da sua cronologia fina, e a arqueologia da região não nos dá pontos de apoio para uma abordagem comparativa de eventuais cronologias (seja de materiais seja de arquitecturas). Estas casas poderão ser posteriores à conquista da região por Decimus Junius Brutus em 136 a.C.; se lhe fossem anteriores a sua existência completa (cerca de duzentos anos) estaria porventura nos limites da possibilidade física da sobrevivência de construções desta tecnologia; não parece, em todo o caso, que possam ser muito anteriores a essa data, ainda que a sucessiva renovação e reparação de pavimentos abone em favor da interpretação como produto de uma longa sobrevivência.

³⁰⁸ Arruda 1989, 97; Triães 2003, 29-30; Triães *et al.* 2002, 153-164.

³⁰⁹ Arruda 1989 93-100; *id.* 1997, 13-34.

³¹⁰ Alarcão e Etienne 1977, 181 e 185-186.

Em suma, não é certo que as sobrevivências da arquitectura pré-imperial em Conimbriga sejam uma manifestação “pura” da arquitectura indígena do Oeste da Lusitânia, mas estamos provavelmente perante um híbrido onde a influência romana se fez já sentir (pelo menos na rápida adopção dos materiais cerâmicos nas coberturas). Quanto às construções pré-romanas sob a palestra das termas³¹¹, para além do seu estado de conservação ser tal que as plantas são, sobretudo, conjecturais, tratando-se de uma área periférica do povoado, já muito próximo das encostas, e por isso mesmo uma área não especialmente adequada à construção residencial, podemos estar perante construções atípicas, de finalidades diversas e irreconstituíveis, não sendo adequado utilizá-las como demonstrativas de uma construção indígena modelar para qualquer cronologia³¹².

É este o esboço que é possível reconstituir do panorama da arquitectura de Conimbriga quando, sob Cláudio (ao menos para as zonas centrais entre fórum e termas) se dá uma rápida e profunda renovação das construções domésticas, que trocam o soco de pedra e o adobe pela construção de alvenaria de tufo ligada com argamassa de cal, adoptam de forma certamente exclusiva a cobertura de telhas e imbrices e, mantendo aparentemente a estrutura cadastral pré-existente, introduzem de forma sistemática um programa técnico que já conheciam mas que seria porventura apenas episodicamente utilizado: a gestão das águas pluviais e dos efluentes domésticos (em direcção à cloaca, e já não para a via)³¹³.

Não existe um “modelo” para estas construções, nem do lado da arquitectura indígena, nem do lado da arquitectura romana³¹⁴: as pré-existências cadastrais dominaram por completo a morfologia dos edifícios; a economia de

³¹¹ *Id. ibid.*, 20-22.

³¹² Mas também não parece correcto sustentar que o modelo da habitação sidérica em Conimbriga se reduzisse a uma mera adaptação do sub-solo rochoso, de forma quase rupestre, quando o fenómeno melhor se interpreta como a utilização das depressões naturais como depósito de lixos urbanos, numa demonstração da existência em data precoce de uma actividade regular de gestão urbana, conclusão que milita em sentido diametralmente oposto ao proposto por A. M. Arruda (1997, 13-34).

³¹³ Alarcão e Etienne 1977, 67; Pfanner 1989, 184-203.

³¹⁴ Não é de seguir a interpretação equivocada de F. Teichner (2008, 483-485) destas construções como casas de átrio testudinato. Melhor se procurariam ilustrações e tipologias no âmbito da arquitectura tradicional portuguesa (cf. Oliveira e Galhano 2003, em especial 25-149, sobre as várias expressões da casa-bloco).

meios e certamente não a cenografia ditou quais as soluções construtivas; mas por isso mesmo há soluções que são recorrentes e que importa analisar.

Casa e loja

As ínsulas de Conimbriga demonstram a intencionalidade muito sistemática com que grandes extensões das suas fachadas foram reservadas para a criação de unidades independentes, compostas por uma ou duas salas, *tabernae*³¹⁵ que certamente alojavam actividades autónomas e residência diferenciada do restante edifício (ainda que não haja condições de indagar qual a base económica e jurídica dessa independência e autonomia). Poderia haver, nalguns casos, a exploração directa da actividade (ou apenas mediante um *tabernarius*³¹⁶, caso em que a residência no local estaria possivelmente limitada à vigilância das instalações), poderia haver um contrato de *locatio-conductio* da infraestrutura económica³¹⁷ (implicando a residência do *conductor*), poderia haver mero arrendamento de espaços (com todas as possibilidades residenciais³¹⁸). Provavelmente todas essas fórmulas poderão ter estado presentes, em espaços diferentes de um mesmo edifício num determinado momento ou em momentos diferentes na história de um determinado espaço.

O mais significativo do ponto de vista da arquitectura está na decisão original, na distribuição pensada entre unidades com um e outro destino, e, acessoriamente, na evolução que essa decisão sofreu ao longo do tempo, nas inflexões e nos “arrepentimentos” que conduziram à evolução da morfologia desses edifícios.

Vamos limitar a nossa demonstração aos dois edifícios cujas plantas são conhecidas na sua completa extensão, por uma questão de rigor metodológico e ainda que, num dos casos a margem de reconstrução conjectural da planta mal conservada levante ainda alguns problemas³¹⁹.

³¹⁵ Girri 1956, 3-7; Mastrobattista e Santoro 2007, 113-119; Petit 2007, 121-127.

³¹⁶ Traina 2000, 114.

³¹⁷ Frier 1977, 27-37.

³¹⁸ Crook 1967, 143-144; Ellis 2000, 180. Uma análise detalhada muito elucidativa em Pirson 1997, 165-182.

³¹⁹ Alarcão e Etienne 1977, *passim*; Correia 2004a, 62-63, a presente análise incide sobre a fase plena dos edifícios tal como é sintetizada nestas plantas.



Figura 116 – Casas e lojas nas ínsulas do vaso fállico e a norte das termas. As gradações de cinzento distinguem as casas de pátio e adiferença entre área central (forte) e loja dependente (fraco); cf. Estampa X.

A primeira “casa” da ínsula do vaso fállico (comp. 2 a 9) está dividida em três unidades, uma delas uma provável *schola*, tabernas com espaços suplementares, as restantes; não é um caso típico. A segunda casa da mesma ínsula tem uma única taberna independente, ocupando cerca de 10% dos 112m² totais; a terceira tem duas tabernas, que representam, um pouco mais de 20% dos 155m² de extensão; a quarta tem três tabernas com anexo e uma taberna simples, ocupando 55% dos 220m² do plano. A ínsula a norte das

termas tem 4 tabernas simples e uma dupla, que ocupam 48% do total de 280m² ocupados na fase pós-flaviana.

Significativamente, a localização das tabernas independentes privilegiou a rua das termas, negligenciando as ruas transversais ou paralelas, certamente de muito menor circulação.

Em suma, e deixando de lado uma análise meramente estatística que a reduzida amostra de base utilizada não aconselha, deve referir-se que a utilização de unidades independentes (*tabernae*) na arquitectura doméstica de carácter popular é uma solução cuja presença fica entre o significativo e o muito substancial e este facto corresponderá certamente a uma imitação pelos proprietários e construtores destes edifícios da prática demonstrada em edifícios de cariz erudito ainda que não aristocrático, como a ínsula do aqueduto ou as lojas a sul da via (e também a casa dos repuxos na sua primeira fase), que também eles, mas aí no domínio de soluções arquitectónicas de maior elaboração, como os criptopórticos estruturantes, reservaram grandes extensões, com efeito, fachadas inteiras, à criação de unidades residenciais uni- ou bi-modulares.

Mezaninos e pisos superiores

As indicações que a multiplicação de *tabernae* no plano dos edifícios de cariz popular dá acerca da sua concepção e da forma como adoptaram alguma das novidades utilizadas nos primeiros edifícios de indiscutível técnica e aparência romanas na cidade, permite a ilação de que também na elevação dos edifícios inovações congéneres terão sido adoptadas.

Isto explica alguns aspectos do funcionamento interno dessas residências, ilumina alguns dispositivos de interpretação tradicionalmente pouco clara e leva a sustentar que essas unidades tiveram sistematicamente pisos suplementares, já sob a forma de pisos independentes acedidos por escadas claramente reconhecíveis³²⁰, já sob a forma de mezaninos instalados em parte

³²⁰ Priester 2002,115-170.



Figura 117 – Vestígios de bases de escadas de madeira na Insula do aqueduto.

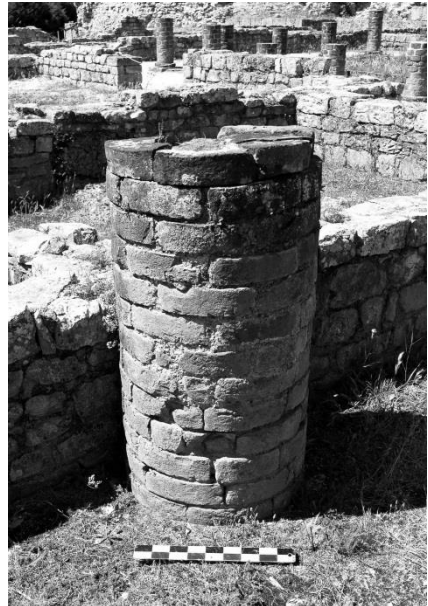


Figura 118 – Pilares de suporte de pavimentos de mezaninos (ínsula do vaso fálco e casa dos esqueletos).



Figura 119 – Sobrevivência da arquitectura de espaços unimodulares com mezaninos.
Arquitectura popular em Condeixa-a-Velha.

das tabernas³²¹, de que os acessos, por mais frágeis, em grande parte se perderam sem deixar vestígios já, inclusive, sob a forma de aproveitamentos dos espaços das coberturas, que a conjugação das possíveis restituições estruturais com as consequências da adaptação dos edifícios a cotas de base irregulares deixa antever terem existido³²².

A multiplicação destes dispositivos e, manifestamente, o facto de muitos deles serem adições ao plano original dos edifícios é algo que Conimbriga partilha com a própria Roma: a arquitectura popular que cresce em altura com pouca atenção às condições técnicas de segurança e salubridade é um dos *topoi* literários mais celebrados da *urbs*³²³ e não é, sequer, característica

³²¹ Adam 1989, 213-22.

³²² André 2007, 133-138.

³²³ Priester 2002, 197-216.

especificamente romana: corresponde também à situação conhecida e bem documentada na própria Coimbra medieval e renascentista³²⁴, como certamente em muitas outras cidades.

Pórticos de fachada

A terceira solução recorrente que importa analisar é a dos pórticos de fachada e a sua relação com o edifício, designadamente através dos sistemas de fecho das unidades residenciais, dispositivos acerca dos quais existe uma documentação interessante, mesmo se não muito abundante, em Conimbriga.

Um ponto prévio deve ser mencionado, que tem a ver com a relação do pórtico com o edifício e, indiscutido o seu carácter de espaço público (e de amenidade oferecida ao transeunte), da sua propriedade³²⁵. Parece fundada a hipótese de que o pórtico é parte integrante do edifício, com ele construído dentro do parcelar disponível (e não como zona marginal da via) e, em certa medida, área disponível à iniciativa do proprietário³²⁶ (mesmo que seja admissível que regulamentos urbanos edilítários impedissem a sua obliteração de que, com efeito, não se documenta em Conimbriga nenhum exemplo em época alto-imperial). É a este propósito muito demonstrativo o facto de a instalação de um pórtico de acesso à zona da ínsula do vaso fálco onde funcionou a *fullonica* se tenha feito a expensas da entrada do edifício e não a expensas da praça³²⁷ (onde, aliás, a construção de um alpendre em nada dificultaria a circulação de pessoas ou veículos). Sobre este elemento acresce que existe uma relação umbilical entre pórtico e taberna: quando a remodelação flaviana da praça a sul do fórum eliminou o pórtico que corria as fachadas norte da casa de andercus e do edifício da patera Emanuel, as tabernas da zona norte do primeiro desses edifícios foram completamente entaipadas, algo para além daquilo a que as necessidades de circulação obrigavam³²⁸; esta reconversão da fachada do edifício foi, portanto, radical e abrangente, em função da alteração produzida sobre um só dos seus elementos, o que dirá da sua importância.

³²⁴ Trindade 2002, 139-144.

³²⁵ Saliou 2007a, 75-79; cf. Lawrence 1990, 73-91

³²⁶ Saliou 2007b, 81-85, Sommer 2007, 87-93.

³²⁷ Alarcão e Etienne 1977, 138.

³²⁸ Correia 2004b, 275-277.

Para estes pórticos, as tabernas abriam-se mediante largas portas fechadas por taipais (*clostra*), de que nada sobreviveu, mas de que as soleiras e os traços aí deixados nos mostram ser um dos elementos de influência romano-italica mais marcados na arquitectura doméstica da cidade³²⁹.

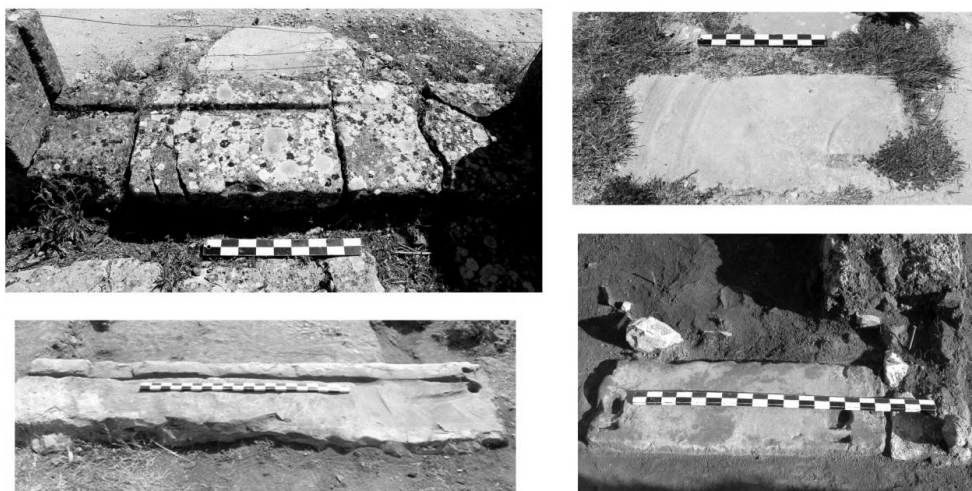


Figura 120 – Exemplos de soleiras de *tabernae* de Conimbriga.

A semelhança dos dispositivos de encerramento dos espaços de Conimbriga, Pompeia ou Ostia, não serão mera coincidência, considerando-se sobretudo que aspectos de tão pequena entidade física se poderiam esperar ser muito mais dependentes de fenómenos propriamente etnográficos, ligados aos usos e costumes e às tradições locais; o facto de assim não ser é indicador de que na realidade o pórtico de fachada que precede a taberna é, nos seus aspectos construtivos, jurídicos e económicos, uma adopção local de um sistema propriamente romano, em suma, uma resposta popular ao mesmo fenómeno que conduz à adopção das soluções eruditas nas grandes residências, diferente em grau, em valor económico, mas não menos significativa do ponto de vista sócio-económico e mesmo cultural.

³²⁹ Corláita 2007, 95-101.

Capítulo 4

Os elementos dos cenários: arquitectura doméstica e sua funcionalidade

A descrição da arquitectura pode fazer-se em dois níveis distintos: um é a descrição da morfologia da construção, que pode em certos casos conduzir a uma tipologia, útil no domínio da história da arte, seja ela de carácter mais erudito ou mais popular³³⁰. Outro nível – que se reputa mais frutuoso – é o entendimento destas morfologias como elementos portantes de um conjunto de actividades, como ambientes funcionais, ou “elementos de um cenário” na expressão de A. Rapoport³³¹. O sistema de actividades decorrentes no sistema de cenários é, portanto, o objectivo final desta análise descritiva que recorre necessariamente a tantas escalas quantas aquelas em que o próprio sistema se organiza: há uma relação interna do compartimento; há uma relação dele com os contíguos; estes desenham conjuntos fechados ou menos permeáveis que se podem identificar como unidades residenciais³³²; estas, por sua vez, compõem

³³⁰ Cf. *supra* p. 221-246.

³³¹ Rapoport 1990, 9-20; *id.* 1994, 460-502.

³³² Sendo notável a forma como a análise *gamma* de J. Hanson e B. Hillier (1982, 5-25) pode descrever com eficácia as relações internas a este nível. Cf. as aplicações à arquitectura doméstica romana em Grahame 1997, 148-162; Laurence 1996, 104-121 ou o ensaio (insuficientemente publicado) em Correia 2003b, 126-128. No entanto esta análise reveste-se de problemas na sua aplicação extensiva. Vd. Chapman 1990, 49-92 e as observações de F. Brown no mesmo volume (Brown 1990, 93-110), que plenamente se aplicam (até com especial pertinência) ao domínio da arquitectura clássica, sendo aliás interessante o modelo morfológico alternativo proposto pelo segundo autor (Brown 1990b, 259-276).

unidades construtivas, edifícios; estes últimos, ainda estabelecem entre si relações topográficas de variada natureza; e assim por diante até à cidade e ao território.

Os dois níveis mencionados – morfologia e actividade – compõem, com a ecologia da construção, o tríptico de aspectos com que os arquitectos hodiernos conceptualizam a arquitectura: forma, função e construção. Há portanto uma homogeneidade discursiva que parece ser intemporal.

Cada um dos cenários mencionados e cada um dos interfaces de relações com o cenário vizinho, contíguo ou imediato, é, portanto, elemento de uma actividade ou sistema de actividades, cultural e socialmente carregada, que importa restituir, estando disponíveis abundantes informações sobre essas actividades, tal como são descritas na literatura antiga.

Seria ocioso traçar um léxico das referências literárias a divisões específicas das residências romanas, para o que se poderia consultar o *Thesaurus Linguae Latinae*, entre outros instrumentos. Por outro lado a identificação precisa e individual de cada uma das divisões encontradas nas quase três dezenas de casas completa ou parcialmente conhecidas na cidade é uma impossibilidade manifesta. Todavia, pareceu importante que se fizesse uma análise cuidada das referências vitruvianas (para o que se utilizou um instrumento sistemático³³³) e um seu contraste com o *Dictionnaire Méthodique d'Architecture Grecque et Romaine*³³⁴.

Tentou-se, portanto, identificar e discutir os tipos mais marcados dos espaços referidos na literatura (antiga e arqueológica) através de uma sua possível restituição funcional. Estas identificações são, por vezes, convencionais: a maioria dos arqueólogos entenderá a referência, um latino provavelmente não o faria (como é o caso com os *thermopolia*³³⁵ de Pompeia), mas a restituição dos sistemas de actividades que se pretende fazer deve ser válida para a audiência científica e académica actual.

³³³ Callebat e Feury 1995. Ulteriormente, o aparecimento de uma boa edição portuguesa do *Da architectura* de Vitruvius (Maciel 2006), motivou uma sua referência sistemática. Não pareceu especialmente pertinente, no contexto de Conimbriga, explorar profundamente as questões terminológicas vitruvianas através do cotejamento das várias edições críticas.

³³⁴ Ginouvés 1988.

³³⁵ Kleberg 1957, 24-25; cf. Maiuri 1949, 82-84.

No entanto, a profunda dependência dos sistemas de actividades relativamente às superestruturas ideológicas dos habitantes obriga, para um efectivo entendimento daqueles, a uma interpretação da ligação existente entre estas últimas e a arquitectura.

A abordagem espacio-temporal da actividade humana dentro do quadro urbano, que foi tentada para o caso pompeiano (ainda que com evidência literária sobretudo de contexto romano) produziu resultados do máximo interesse mas, a uma escala propriamente urbana, não especificamente arquitectónica³³⁶. A translação do exemplo não pode, portanto, ser feita imediatamente, também porque o contexto sócio-cultural da arquitectura doméstica de Conimbriga não é certamente, ao nível de pormenor, o mesmo de Pompeia ou do representado na *forma urbis marmorea*.

Uma consideração do mesmo género se faria acerca de uma linha de pesquisa que consistiria no levantamento, nas fontes clássicas, das referências à actividade doméstica: tarefa hercúlea, seguramente proveitosa, pensando em especial na comédia e na epistolografia mas, em concreto, não contextualizável ao caso conimbrigense.

Sem embargo, assente no pressuposto de que a arquitectura doméstica romana é um veículo privilegiado de transmissão consciente, por parte dos proprietários, de um conjunto de valores assumidos como próprios e reconhecidos como positivos, há um nível em que é possível – e, praticamente, factível – procurar a *crux* onde se encontram arquitectura e actividade humana.

A actividade do ser humano é gerada por necessidades, desejos e intenções. Nestas últimas está a necessidade, frequentemente o desejo, de comunicar, e a intenção invariável de que essa comunicação seja transparente e inequívoca.

O espaço construído em que a actividade humana decorre, e cuja construção é, ela mesmo, uma actividade, vê-se privilegiado ou menosprezado por esses factores – necessidades, desejos, intenções – seja pelo uso, pela localização, pela conservação a longo prazo (ou pelo contrário), dos objectos arquitectónicos.

O espaço construído pode então ser reduzido (dentro de certos limites) a uma forma de comunicação, de expressão de necessidades, desejos e

³³⁶ Laurence 1994, 122-132.

intenções, assumidos como próprios pelos proprietários, construtores e habitantes.

Mesmo rejeitando a pretensão de que a Arqueologia é uma forma rudimentar de viajar no tempo, deve ser possível encontrar, através de uma análise semiológica da arquitectura, indicações inequívocas daquilo que o construtor quis demonstrar quando construiu, aquilo que o habitante quis exprimir quando habitou.

Ora, a vida romana, em especial a da elite, é uma vida profundamente “teatralizada”, virada para fora, para os seus pares, para os seus dependentes, para aqueles mais acima na escala social, para “os outros”, em suma³³⁷. Não se corre aqui o risco de qualquer anacronismo ou de qualquer extrapolação abusiva da literatura propriamente romana (e, no que diz respeito à data, maioritariamente tardo-republicana): o ideal romano da família politicamente influente foi o mesmo para os contemporâneos de Cícero e para todos os provinciais até à Tetrarquia, pelo menos.

Abrem-se, portanto, duas vias paralelas de indagação:

- a primeira é a da identificação no discurso arquitectónico das menções aos valores subjacentes aos princípios reconhecidos como perenes pela elite ou, por aqueles que, não fazendo parte desta, partilham dos seus valores sob a forma de aspiração³³⁸.

-A segunda é a da verificação das coincidências e das divergências entre o conjunto de expressões detectadas na arquitectura de Conimbriga e aquele conjunto de valores identificados como sendo os da elite romana. Será possível, desta forma, estimar o grau de aproximação da elite local aos valores romanos, o grau de romanização das populações conimbrigenses, em suma.

A análise é ainda possível pois é evidente que existe a possibilidade de, para cada época ou local, se isolarem as características essenciais de um estilo, que P. Zanker designa de *Wohngeschmack* (gosto habitacional)³³⁹ e que, de alguma maneira, reúne os três vectores arquitectónicos de análise que antes se referiram: a forma, a função e a construção.

³³⁷ Em último lugar Hales 2003, sobretudo 55-60.

³³⁸ Certamente que sempre houve marginais e contestatários, mas que o seu envolvimento na construção civil pode reputar-se, para efeitos operativos, muito limitado.

³³⁹ Zanker 1993, 211, traduzido para italiano como “gusto abitativo”.

Está consagrado, na actual investigação sobre o tema, o carácter comunicacional das escolhas feitas na concepção da arquitectura doméstica de carácter aristocrático (ou com pretensões a tal), mas os aspectos retóricos deste fenómeno têm sido mais considerados do que a essência do discurso³⁴⁰, os valores subjacentes, em suma, que se pode postular deverem ter sido mais variados que a simples projecção da opulência. Parece realmente importante fazer a ponte entre esta abordagem retórica e a proposição, seminal em Portugal, de M. H. Rocha Pereira³⁴¹ de fazer da abordagem das ideias morais e políticas romanas (*Wertbegriffe*) o eixo central de entendimento dessa civilização.

E é também esta aproximação aos valores fundamentais subjacentes à retórica arquitectónica que permite um contraste adequadamente largo dos vários sistemas e subsistemas de actividade com as suas retóricas espaciais específicas e os pontos em que eles convergem ou divergem, caso a que a mera descrição dos aspectos cenográficos da arquitectura erudita não dá resposta.

A. Wallace-Hadrill sugeriu com grande felicidade que se entendesse a estrutura básica de articulação da residência aristocrática romana como desenvolvendo-se a partir de dois eixos distintos, o que leva do grandioso ao humilde e o que leva do público ao privado³⁴². As relações não lineares entre um e outro eixo sugerem que estes eixos se articulam como um quadrante, repartindo-se os elementos de articulação da residência de acordo com as suas respostas diferenciadas aos valores subjacentes a um e outro eixo³⁴³. De um lado temos o que é grandioso e público, a essência mesmo da intenção comunicacional que está na base da retórica da arquitectura erudita, destinada sobretudo aos *amici*, aos membros privilegiados da *humanitatis societas*, perante quem o proprietário prioritariamente se afirma. Diagonalmente oposto, temos as áreas simultaneamente humildes e privadas, as áreas servis, os acessórios da vida quotidiana (que, no entanto, não poderiam nunca não existir, pois a grande casa é de um sistema que se trata, e não de uma colecção díspare de elementos isolados). Na diagonal simétrica temos as áreas grandiosas, ainda

³⁴⁰ Cf. Tsakirgis 2004, 587-588. Um exemplo recente de uma abordagem meramente sintáctica dos espaços residenciais é o de M. Carucci (2007).

³⁴¹ Pereira 1984, 319-428.

³⁴² Wallace-Hadrill 1994, 11.

³⁴³ *Id. ibid.*, 38-39.

que privadas, o domínio por excelência do *paterfamilias*, que de alguma forma se opõe às áreas humildes, ainda que públicas, o domínio da relação com os clientes, da relação com um elemento importante dentro da estrutura social, mas cuja importância não é de molde a exigir mais do que o *mos maiorum* estipulava³⁴⁴.

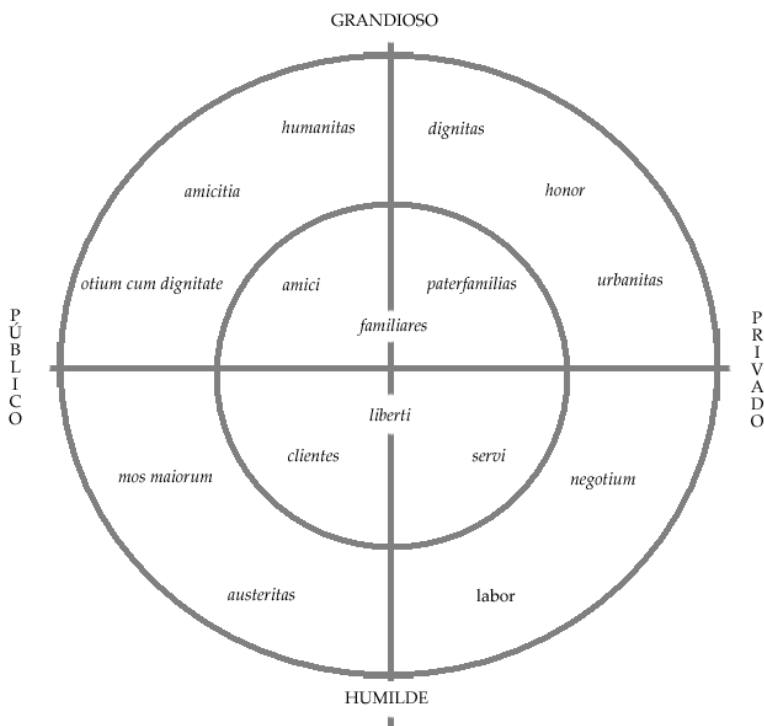


Figura 121 – O esquema de A. Wallace-Hadrill (1994, 11) completado e modificado de acordo com a interpretação aqui proposta.

³⁴⁴ Este elemento, porventura, não poderá ser extrapolado da arquitectura romano-italica de época tardo-republicana ou alto-imperial para a Conimbriga de pleno séc. I d.C. sem algum exame suplementar. Mas certamente que existiam na sociedade lusitana pré-imperial relações de dependência, de natureza idêntica à clientela, remontando à Idade do Ferro, e é muito natural pensar-se que, sendo o *hospitium*, por exemplo, uma relação tão bem documentada entre romanos e locais desde datas muito precoces (Le Roux 1995, 90-92) e estando a penetração de fórmulas jurídicas romanas na vida local documentada noutros campos, também na relação entre patrono e dependente as fórmulas próprias da *clientela* romana tenham sido adoptadas, mesmo nos aspectos ritualísticos com influência directa na arquitectura, como a *salutatio*; neste mesmo sentido vai a posição de P. Gros (2001, 149).

Propor-se-á, em suma³⁴⁵, que a construção serve a forma, esta por sua vez a função pretendida e a própria intenção arquitectónica exprime um dos quatro valores essenciais que os romanos pretendiam exprimir, através das suas casas, aos círculos pessoais que preferencialmente gravitavam em cada um desses cenários: a *humanitas* no círculo dos *amici*, a *honor* centrada no *pater familias*, a *mors maiorum* conduzindo as actividades dos *clientes* e, para os arredados da elite, *labor et negotium*.

1. Humanitas

A *humanitas*, essa palavra latina que “tem uma história mais que todas atraente e rica de significado³⁴⁶”, pode ser chamada a desempenhar um papel relevante no entendimento de uma parte importante, crucial mesmo, da arquitectura doméstica romana, sobretudo devido ao facto de o conceito recobrir aquele ciceroniano de *comitas* (cordialidade)³⁴⁷. Não é no entanto Cícero³⁴⁸, mas sobretudo Plínio-o-Novo que oferece chaves de leitura de espaços e do valor social da sua frequência no sentido aqui proposto³⁴⁹.

³⁴⁵ Não é seguida a proposta de desenvolvimento do mencionado esquema de A. Wallace-Hadrill (1994, 11 e 38-39) tal como se pode encontrar em Grahame 1997, 144, pois a introdução das noções de “habitante” e “estranho” arrisca-se a ser tautológica com a própria noção de público e privado. Mesmo para os habitantes de uma casa haveria áreas privadas (no sentido de lhes estar vedado o acesso em certas ocasiões) e, no limite, nenhuma área de uma residência aristocrática estaria completamente vedada aos estranhos. É neste ponto que a análise gamma de Hillier e Hanson (1982, 5-25) se torna verdadeiramente redundante, como alertou F. Brown (1990, 93-110). Cf. a recensão de M. George (2002, 238-239) a Grahame 2000.

³⁴⁶ Pereira 1984, 415; interpretação divergente: *v.g.* Veyne 1992, 283, que faz de *advocatus diaboli*.

³⁴⁷ Cícero, *A República* II.14, 27, *apud* Pereira 1984, 417.

³⁴⁸ Cf. Bergmann 1995, 411, acerca da evolução dos rituais sociais entre o tempo de Cícero e as datas posteriores que interessam a Conimbriga.

³⁴⁹ Bütter 1970, 109.

Três elementos são essenciais nesta frequência: a *salutatio*, a *ambulatio* e o *convivium*; as referências específicas das cartas de Plínio são feitas às suas *villae*³⁵⁰, não a residências urbanas, mas é muito claro que existe um conjunto de compartimentos destas residências que respondem precisamente ao preceito vitruviano³⁵¹ de oferecer à posição social do proprietário o quadro adequado ao seu exercício³⁵².

Estes elementos organizam-se sobre o eixo fundamental da casa³⁵³, e conferem, independentemente da dimensão ou do aparato decorativo, o quadro arquitectónico adequado ao *dominus*³⁵⁴, que necessariamente dedica o essencial da actividade pública que desenvolve no espaço privilegiado que é a sua própria casa, à *conciatio inter homines*, de inspiração estoica³⁵⁵.

³⁵⁰ Förtsch 1993; Du Prey 1994; cf. Bergmann 1995, 410-415.

³⁵¹ Vitruvio, *Da arquitectura* VI.5, 2-3, *apud* Maciel 2006, 232-233.

³⁵² Sem que haja neste facto a menor contradição, pois a intenção dos construtores e proprietários destas residências está descrita numa ode de Marcial, XII, 57, 21 (*apud* Boëthius 1960, 105) como sendo a de criar “*rus in urbe*”; este sentido será explorado por P. Zanker (1979, 460-523).

³⁵³ Meyer 1999, 102-107.

³⁵⁴ A proposta aqui feita diverge da de K. E. Meyer (*loc. cit.*) na medida em que retira dessa unidade o vestíbulo e lhe adiciona a *exaedra* e a *diaeta* (o trabalho citado, ao não mencionar – estranhamente – senão de passagem as residências de Conimbriga, deixa-nos em dúvida se um exame mais detalhado da evidência teria sugerido à autora um tratamento mais esclarecido do tema). Esta escolha tem a ver, por um lado, com o fenómeno observado nalgumas residências de Conimbriga (como a casa dos repuxos ou a da cruz suástica) de uma diferenciação do programa decorativo do vestíbulo ou das *fauces* e o do restante eixo visual (sobre a importância deste facto, Clarke 1991, 235-250; a unidade de programa decorativo entre *diaeta* e área central pode ser claramente demonstrada na casa dos repuxos e, em menor grau, na casa de Cantaber – cf. *infra* p. 309-314), por outro lado, como S. Hales (2003, 108) muito bem observou, ainda que a arquitectura da casa se inicie na sua soleira e desde aí possa ser observada, há imediatamente uma tensão entre a arquitectura percebida e o acesso efectivo permitido ao visitante. Por outro lado ainda, algumas entradas duplas para as casas (como a dos repuxos e a do tridente e da espada) indicam que a exposição pública do eixo central da casa não era permanente; a sua utilização, no entanto, certamente que o era. Neste sentido o eixo visual vestíbulo-peristilo-triclínio não é um eixo funcional, mas o eixo peristilo-triclínio-*diaeta*, que pode não ser suportado por um eixo visual marcante, é o cenário funcional socialmente relevante.

³⁵⁵ Grimal 1975, 344. A ideia surge ainda em Séneca (*Cartas a Lucílio*, I.5, 3-4, *apud* Pereira 1986, 226).

Exaedra

Pode propor-se que a *exaedra* vem substituir, nas casas de peristilo, o papel que o *tablinum* desempenhava nas casas de átrio como quadro por excelência da cerimónia diária da *salutatio*³⁵⁶, prolongando-se ao longo do dia a sua função de local de trabalho e recepção.



Figura 122 – Exedra da casa dos repuxos, vista do peristilo.

Note-se todavia que o termo, não vitruviano, consiste numa liberdade linguística na designação de um espaço que com mais propriedade se deveria chamar *zotheca*³⁵⁷ sendo *exaedra* um termo reservado à arquitectura dos jardins e espaços públicos³⁵⁸.

As exedras identificadas nas duas principais residências de Conimbriga (identificação que se dá também a propósito de outros compartimentos apenas nestas duas casas) respondem, todavia, a modelos distintos.

A *exaedra* da casa dos repuxos desenhou-se como uma vasta alcova a um dos lados do peristilo, marcada arquitectónica e decorativamente: pilastras

³⁵⁶ Como faz J. Alarcão (1985, 57-58).

³⁵⁷ Ginouvès 1988, 160 s.v. alcôve; Hermansen 1982a, 22-23.

³⁵⁸ *Id ibid.*, 15 e 166 s.v. jardim; mas Cícero refere-se à construção de uma exedra num pórtico da sua *villa* de Tusculum (*Cartas à família* VII, 23, *apud* Daremberg e Saglio 880, n. 11).

decoradas na sua entrada e a decoração do peristilo foi condicionada de forma a que um *tondo* decorado (com Belerofonte e a Quimera) se localizasse no seu eixo (e não no centro da ala do peristilo).

A casa de Cantaber parece ter tido duas salas identificadas como *exaedrae*, uma aberta para o peristilo central, outra para o peristilo da área de serviço. A *exaedra* aberta para o peristilo de serviço tem a sua entrada marcada no mosaico, como acontece com a da casa dos repuxos.

A sala que abre para o peristilo central é de dimensões relativamente modestas, provida apenas de uma porta estreita; o mosaico todavia mostra-nos não estarmos perante um *cubiculum*. A sua abertura a nascente obedece ao preceito vitruviano adequado à *bibliotheca*³⁵⁹, o que também acontece com a sala mosaicada da casa dos repuxos A11. A verificação arqueológica desta funcionalidade é, todavia, completamente impossível³⁶⁰.

Estas subtis diferenças entre as residências, reforçam, no entanto, a interpretação de que o preceito vitruviano da adequação da casa às necessidades sociais do proprietário tinha um impacto muito notável no projecto das residências.

Diaeta

A *diaeta*³⁶¹ é propriamente um espaço isolado num jardim. Enquanto sala distinta de outras por preferência especial do proprietário³⁶² para a

³⁵⁹ Vitruvius, *Da arquitectura* I.2, 7, VI.4, 1, VI.5, 2, VI.7, 3, *apud* Maciel 2006, 231-2 e 237. Cf. Callebaut e Feury 1995, 176.

³⁶⁰ Mesmo no caso, a todos os títulos excepcional, da *villa* dos papiros em Herculano (Pandermalis, 1971, 173-209; Sauron 1980, 277-301 e Wojcik 1986, *passim*), o exame da evidência não deixa de apresentar divergências entre vários autores (cf. sumário em Leach 1988, 145-146). Na ausência de informação mobiliária privilegiada (e ainda assim cf. Allison 1997, 112-146) a dedução da funcionalidade do espaço através das características da arquitectura ou da decoração é um exercício votado ao insucesso, como bem demonstra a reacção académica (Allison 1993, 587-588; Moormann 1995, 398-399) às tentativas de J. Clarke (1991, 2-29). O exercício aqui mesmo desenvolvido, parte de outra premissa e não é tipológico: busca-se a identificação de cenários atestados para a reconstrução de significados possíveis das actividades aí desenvolvidas.

³⁶¹ Ginouvès 1988, 153 s.v. pavillon; *id.* 166 s.v. jardin.

³⁶² Como se passa com Plínio-o-Novo. Cf. Bergmann 1995, 412.

permanência diurna, o termo porventura mais adequado é o de *conclave*, mencionado abundantemente por Vitruvius³⁶³

Todavia, ambos os termos recobrem o conceito vitruviano de *propria loca*³⁶⁴ e o paralelo arquitectónico do exemplo da casa de Cantaber, classificado como *diaeta*³⁶⁵ sugeriu a utilização do termo. *Diaeta* na acepção aqui seguida³⁶⁶ tem também uma atestação literária em Suetónio e referências epigráficas relativas aos palácios imperiais de Roma³⁶⁷.

O melhor exemplo de *diaetae* é, com efeito, o conjunto de compartimentos à volta do peristilo C23 da casa de Cantaber fruto de um elaborado projecto arquitectónico³⁶⁸.

Espaços como estes só se localizarão, obviamente, nas residências de maior dimensão; noutras, o espaço destinado a essa permanência, alvo dessa preferência, ficarão integrados noutras salas, privados portanto de autonomia arquitectónica reconhecível. A adição, em período tardio, verosimilmente o séc. IV avançado³⁶⁹, do par de salas anexas ao pequeno peristilo truncado que se adossou à casa no *ambitus* deixado pela muralha Baixo-Imperial, veio apenas reforçar o aspecto preferencial desta zona da casa, sem que tenha alterado significativamente os esquemas de circulação da casa e as funcionalidades previstas no plano original.

Mas o tratamento dos *loca propria*, a marcação da sua especial funcionalidade pode ser não arquitectural, mas meramente decorativo, como sucede com a sala do auriga na casa dos repuxos. A identificação desta como *diaeta* não deve deixar dúvidas e a sua localização nos esquemas de circulação – numa espécie de “triângulo” entre o peristilo, o triclinio e o jardim – é idêntica à dos compartimentos mencionados na casa de Cantaber. Neste caso, num quadro não particularmente sedutor desde um ponto de vista arquitectónico, é

³⁶³ Em *Da architectura* VI.3, 8, VI.6, 7, VII.2.02, VII.3, 4, VII.4, 1, VII.5, 1 e VII.9, 2, *apud* Maciel 2006, 230, 235, 265-266, 270-272 e 279; cf. Callebaut e Feury 1995, 177; e, no caso especial do *conclave verum* em VII.5, 1 *apud* Maciel 2006, 272; cf. Callebaut e Feury 1995, 181.

³⁶⁴ *Da architectura* VI.5, 1, *apud* Maciel 2006, 272; Callebaut e Feury 1995, 179.

³⁶⁵ Zanker 1993, 182-183; *v.d.* também a utilização por Crema 1959, 226.

³⁶⁶ Também como forma cómoda de evitar a utilização de *conclave*, possivelmente gerador de alguma confusão com o homónimo português significando “reunião”.

³⁶⁷ Cecamore 2002, 219 e n. 55-57.

³⁶⁸ Cf. *supra* p. 226-231.

³⁶⁹ Correia 2001, 134.

a qualidade plástica e técnica do mosaico do pavimento (perdemos, infelizmente, toda a informação da decoração parietal) que marca o ambiente, e seriam as referências mitológicas e familiares das suas representações que transmitiriam as mensagens significativas quanto à personalidade do proprietário e à ideologia a que ele aderira³⁷⁰.

Idêntico raciocínio sugere a identificação do conjunto de compartimentos a noroeste do peristilo da casa da cruz suástica, mesmo que neste caso a um quadro arquitectónico pobre se some alguma evidência arqueológica de que o espaço aberto próximo se alguma vez foi verdadeiramente um *viridarium*, acedido por um *mesaulos* que serve os *cubicula cum procoetone*³⁷¹, deve ter visto os cuidados com o seu ajardinamento abandonados num momento posterior, transformando-se numa lixeira.

Peristylum

O peristilo é, por excelência, o espaço definidor da casa romana em Conimbriga, que pode nalguma medida ser tomado como resultado último e provincial da evolução sofrida pela casa de átrio de tradição itálica³⁷², em que o peristilo é uma adição helenística que ganha paulatinamente importância de protagonista³⁷³.

As influências áulicas dessa origem helenística³⁷⁴ não se perderam, o peristilo é também o lugar privilegiado para ostentar a adesão à moda neroniana do jardim aquático, que um arquitecto inspirado, cuja personalidade está para nós esquecida mas que importa mencionar, trouxe da *domus aurea* e que aqui conheceu um enorme sucesso e uma popularidade sem par no

³⁷⁰ Cf. *infra* p. 289-316.

³⁷¹ Teichner 2008, 470-472.

³⁷² Na tradição da narrativa tradicional da evolução da arquitectura doméstica romana, como em Crema 1959, 104-120.

³⁷³ Também para este ponto existe uma narrativa tradicional, neste caso Grimal 1975, 270-273. Modernamente cf. Dickmann 1997, 121-136.

³⁷⁴ Pereira 1994, 57-74, que desenvolve a perspectiva apontada por P. Grimal (1975, 271 e n. 41), especialmente interessante por insistir, na sequência de Grimal 1969, 203-220, na associação da introdução dos arranjos ajardinados à própria introdução do peristilo como um todo orgânico. Também Dickmann 1997, 132-136, insiste no fenómeno de introdução, na arquitectura doméstica, da *ambulatio* própria dos espaços públicos helenísticos.

império³⁷⁵. Para isto contribuiu indiscutivelmente o abundante fornecimento de água garantido pelo aqueduto a partir de tempos claudianos.



Figura 123 – Peristilo da casa da cruz suástica.

Em primeiro plano, ala Oeste, dando acesso ao *trilinium* e ao *cubiculum*; ao fundo à direita, *mesaulos*, dando acesso ao conjunto de *cubicula* e *cellae* privados.

O peristilo é também o centro das grandes residências devido à acumulação de efeitos decorativos que nele tem lugar: os mosaicos figurados na casa dos repuxos³⁷⁶ e a perda estatuária na casa de Cantaber são os dois exemplos conservados do que deve ter sido um fenómeno comum e conspícuo.

³⁷⁵ *Supra*, p. 226-232, na sequência de Correia 2011a, *passim*.

³⁷⁶ *Infra* p. 303-309.

Mas como já foi salientado, os arquitectos da época imperial, aproveitando as correntes italicizantes e helenizantes que indiscutivelmente dominam a arquitectura doméstica da época, chegam a um programa arquitectónico distinto do peristilo helenístico adicionado nas traseiras da casa de átrio de tradição itálica³⁷⁷, pois na verdade a colocação do peristilo no centro dos edifícios domésticos aproxima-os do modelo indígena da casa de pátio, que é adoptado e adaptado “à romana” desde cedo na cidade (num momento original construídos sobre criptopórtico, como na casa dos repuxos e na insula do aqueduto), mas que é enriquecido pela adição de pórticos e por um aparato decorativo importante já nesse momento³⁷⁸. Um dos elementos resultantes deste fenómeno vai ser a facilidade com que os arquitectos em Conimbriga vão traçar peristilos truncados (tão frequentes quanto os quadripórticos puros) e, nalguns casos mais raros, vão desenhar peristilos em plantas irregulares³⁷⁹.

Oecus triclinium

O *oecus-triclinium*³⁸⁰ é a herança arquitectónica da casa de átrio de tradição itálico-helenística que é adoptado na arquitectura doméstica de Conimbriga com maior entusiasmo.

³⁷⁷ Dickmann 1997, 136; Meyer 1999, 111; e sobretudo a penetrante análise de Hales 2003, 174-176, sobre a génese do peristilo e do átrio em certas residências da Gália.

³⁷⁸ E sem que isso impeça que as principais residências, que para tal dispunham de espaço, tivessem em espaços retrostantes ao edifício, de jardins que, pelo menos na casa de Cantaber, foram porticados a quase toda a volta. P. Gros (2001, 149-150), pelo contrário, argumenta a favor de uma continuidade genealógica da casa de peristilo das províncias ocidentais relativamente às casas de átrio da tradição itálica.

³⁷⁹ Ginouvès 1988, 157-8 s.v. cour.

³⁸⁰ Vitruvius menciona abundantemente o *triclinium* (*Da arquitectura* VI.3, 2, VI.3, 8, VI.3, 9-10, VI.4, 1-2, VI.5, 1, VI.6, 7, VI.7, 2-4, VII.4, 5, *apud* Maciel 2006, 227-237 e 270-271; cf. Callebat e Feury 1995, 180) precisando a sua análise quanto á estação do ano a que se destina (*t. vernum* - VI.4, 2, *apud* Maciel 2006, 231; cf. Callebat e Feury 1995, 181. *t. aestivum* - VI.4, 2, VII.3, 4 e VII.5, 1, *apud* Maciel 2006, 231, 267 e 272; cf. Callebat e Feury 1995, 175; Ginouvès 1988, 165. *t. autumnalis* - VI.4, 2 e VII.5, 1, *apud* Maciel 2006, 270-272; Callebat e Feury 1995, 176. *t. hibernum* - VI.4, 1 e VII.4, 4, *apud* Maciel 2006, 232 e 271; cf. Callebat e Feury 1995, 178). Termo equivalente é o de *oecus* (VI.3, 8, VI.3, 10, VI.7, 2-5, *apud* Maciel 2006, 229-230 e 237; cf. Callebat e Feury 1995, 179; Ginouvès 1988, 158 s.v. *oecus*) e é sob esta palavra que descreve várias variantes arquitectónicas (*Oecus tetrastylus* - VI.3, 1, *apud* Maciel 2006, 227; cf. Callebat e Feury 1995, 180. *Oecus aegyptius, vel corinthius, vel cyzicenicus* - VI.3, 8-9, *apud* Maciel 2006, 228; cf. Callebat e Feury 1995, 175, 177 e 178). Nem as variantes, nem a especial disposição estacional são reconhecíveis em Conimbriga.

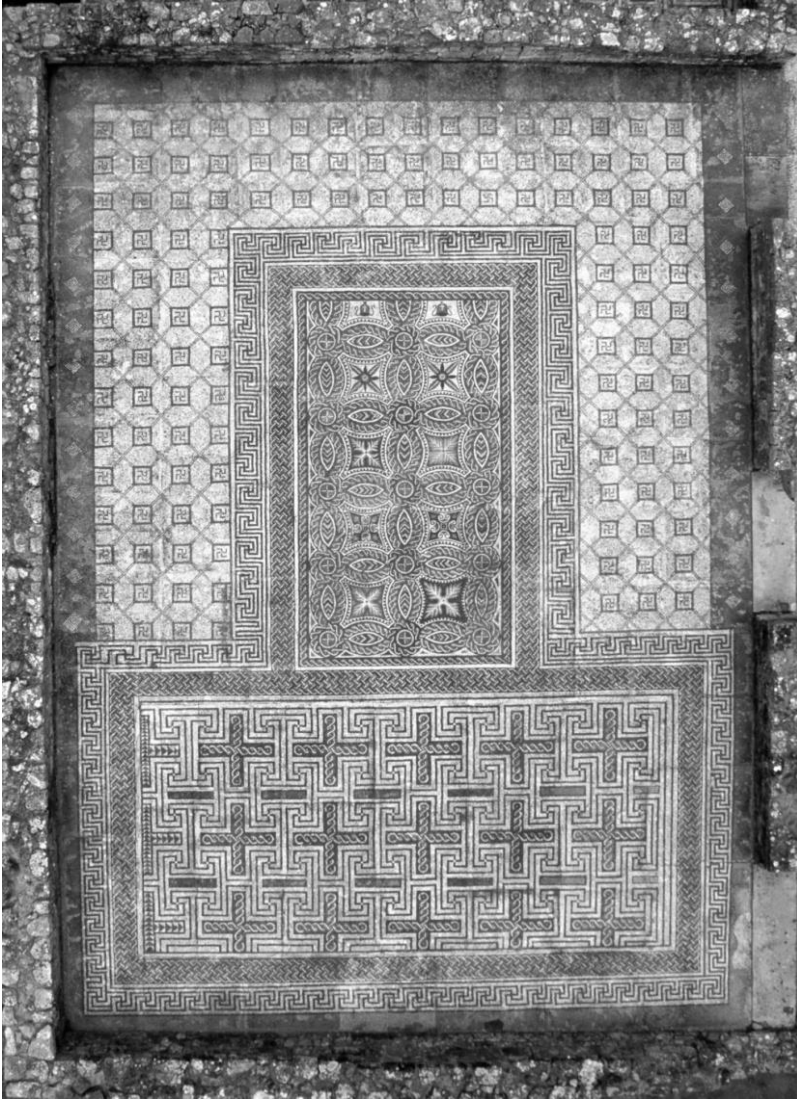


Figura 124 – Padrão típico do mosaico do *triclinium*. Tapete simples em U invertido (*lecti*) tapete rectangular da zona de acesso (no caso da casa da cruz suástica, representado, com meandro de suásticas, desenhando TT's imbricados) e medalhão central com decoração especialmente rebuscada. A ocupação deste espaço central com as cadeiras das *matronae* frente aos seus maridos, como os costumes catonianos indicariam, parece improvável; manifestamente as dimensões são superabundantes para a tradicional refeição compreendendo no máximo nove comensais.

Os *triclinia* ocupam um papel de máximo relevo em todas as grandes residências, cenograficamente colocados frente à entrada, enquadrados pelo peristilo central da casa, posição que lhe é reservada ao contrário do que acontece com outras salas de funcionalidade congênera, as *cenationes*, cuja implantação é normalmente mais discreta.

Os *triclinia* desenvolveram um padrão de decoração pavimental muito específico: um grande tapete rectangular junto à entrada, um tapete em U invertido na extremidade oposta, de decoração normalmente simplificada, deixando no centro uma área quase quadrangular onde se fez o máximo investimento em termos de técnica e de efeito decorativo (*opus sectile* na casa de Cantaber, derivados da *xenia* na casa dos repuxos, etc.)³⁸¹.

No caso das duas grandes casas os triclinios foram arejados por grandes janelas abertas para os jardins envolventes e os seus tanques³⁸². Outras residências tiveram de se contentar com arranjos mais modestos, de que infelizmente se perdeu todo o restante programa decorativo.

Um caso interessante entre estes triclinios é o da casa da cruz suástica: o lote onde a casa se implantou e as pré-existências do edifício proibiram absolutamente a construção da sala segundo um padrão convencional: houve que fazer recurso à sua colocação transversal e a um jogo, esforçado mas de resultado pouco elegante, de coincidência entre portas do triclinio e intercolúnios do peristilo. Mas estes erros de programa – se não se trata de má análise fruto de maus restauros - seriam talvez ofuscados pelo impacto cromático dos florões do tapete central do mosaico.

O *triclinium* é o centro da representação social da casa organizada em função da refeição cerimoniosa entre membros da família e convidados especiais; a sua posição arquitectónica reflecte essa preocupação e potencia os efeitos de expressão da potência social e económica dos residentes junto da rede relacional desejada³⁸³.

³⁸¹ Dunbabin 2003, 36-46; Lancha 2004a, 82-84.

³⁸² Cf. *supra*, 162-166. Este facto, desde sempre observado e muito valorizado por J. M. B. Oleiro (1992, 26-27) constitui um culminar da tentativa de colocar a habitação urbana no centro de um *paradeisos* artificial e em parte mesmo imaginário (Zanker 1993, 179-208).

³⁸³ Este é um campo de investigação com um recente desenvolvimento muito assinalável, depois do impacto tido pelos trabalhos de P. W. Foss (1994, 1995; apesar da relativa dificuldade de acesso aos originais), que agora se plasma nas obras de K. Dunbabin (2003) e M. Roller (2006) e na obra colectiva editada por B. Gold e J. Donahue (2005).

Mas fora deste âmbito grandioso, existe também a manifestação de uma preocupação com os espaços de recepção em ambiente mais modesto, como os pequenos *oeci*³⁸⁴ das casas de Valerius Daphinus e do Tridente e da Espada (sendo que esta casa só tardiamente é acrescentada com um *triclinium*, aliás de forma arquitectonicamente desastrosa), que representam o enraizamento das preocupações sociais mesmo fora do estrito quadro de poder económico e social que as justificam³⁸⁵.

Um outro elemento de indispensável associação ao *triclinium*, mas retirado também do quadro da arquitectura de prestígio, são as salas revestidas a *opus signinum* com as marcações de *lecti* dispostos em U, que surgem em Conimbriga em contextos específicos, não associados a grandes residências. A sua presença recorda o *caseggiato dei triclini* (Ostia, reg. I.xii.1)³⁸⁶, que num momento foi sede do *collegium* dos *fabri tignarii*³⁸⁷, um dos elementos que conduz a análise arquitectónica e funcional que aqui será seguida³⁸⁸.

2. Honor

A honra do indivíduo - o *paterfamilias* que estende as suas qualidades a todo o seu entorno familiar e social³⁸⁹ - está intimamente ligada a duas outras

³⁸⁴ Sobre o conceito de *oecus* veja-se o comentário a *Da architectura*, VI.3 e VI.7 em Gros *et al.* 1997, s.v. (A. Corso). Cf. Gros 2001, 92.

³⁸⁵ Ao contrário das prudentes e económicas recomendações de Vitruvius (*Da architectura* VI.5, 1; *apud* Maciel 2006, 232).

³⁸⁶ Packer 1971, 157-160.

³⁸⁷ *Id. ibid.*, 160 n. 5 com referências a CIL XIV *Supplementum Ostiense* 4569.

³⁸⁸ *Infra* p. 237-243.

³⁸⁹ Cipião Emiliano procurou educação junto de Políbio a fim de assegurar a sua dignidade dentro de uma família onde o conceito de *honor* era recorrentemente utilizado nos epitáfios. Cf. Pereira 1984, 50 e 337, com referências epigráficas na p. 337 n. 61 (CIL I(2) 10, 11 e 15). Cícero (*Dos deveres* I.33, 121 *apud* Pereira 1986, 57) elabora sobre este tema, no sentido de dever ter-se “por crime e injúria” decair da herança de *virtus* deixada pelos pais, “mais valiosa que todo o património”.

noções morais: a *virtus*, qualidade individual sem a qual a *honor* não existe³⁹⁰; e a *dignitas*, expressão externa de enorme potencial social e político, capaz de condicionar completamente a posição social do indivíduo³⁹¹.

Ora este triângulo moral está radicalmente ligado à continuidade familiar³⁹², e neste sentido requer do quadro arquitectónico onde a família vive, em toda a sua profundidade, um desenvolvimento de características eruditas expressivas de preceitos sociais adequados. Seria desprovido de efeito, a médio e longo prazo, um cenário arquitectónico que, revestindo-se de pretensão para o exterior, não respondesse a requisitos semelhantes na parte íntima da casa³⁹³.

Ora as residências de Conimbriga de maior dimensão providenciaram espaços arquitectónicos aptos a essa expressão íntima dos valores ideológicos de topo: a *cenatio* e o *viridarium* e também aquele de maior impacto e significado, o *cubiculum*.

Cenatio

O melhor argumento para a identificação de *cenationes*, enquanto sala distinta do *oecus-triclinium* (abreviadamente *triclinium* apenas), é dada por Petrónio,³⁹⁴ que faz Trimalquião referir-se às suas quatro salas de refeição (e aos dois pórticos de mármore, aos vinte quartos e ainda aos quartos de hóspedes para cem pessoas) – trata-se portanto de um argumento qualitativa e quantitativamente ponderoso, visto que o *oecus triclinium* claramente identificado

³⁹⁰ Pereira 1984, 397-407. Sobre a importância deste conceito para os próprios habitantes de Conimbriga, espelhado nos significados atribuíveis a algumas figurações dos mosaicos da casa dos repuxos, cf. *infra* p. 299.

³⁹¹ Pereira 1984, 339-341. A valorização do conceito por César (*Da guerra civil*, I.9.2, *loc cit.* 340), pode ter conferido à sua expressão particular um valor de emulação da postura imperial pelas elites políticas municipais que parece poder estar presente noutros fenómenos da arquitectura e dos programas decorativos.

³⁹² Como em Lucílio, frag. inc. 205-206 Ernout, *apud* Pereira 1986, 17, e na *Eneida* (XII. 435-436), na despedida de Eneias e Ascânio: “Aprende comigo, filho, a virtude e o trabalho honesto, com outros a fortuna.” (*apud* Pereira 1986, 191).

³⁹³ Como caricaturalmente acontece com Trimalquião, que apesar da sua enorme casa tem aposento numa parte não dignificada da casa: “no piso de cima, tem um quarto de serviço e o quarto onde eu próprio durmo, a saleta dessa víbora [Fortunata, a mulher] e um aposento muito jeitoso para o porteiro” (*Satyricon*, 77.4, *apud* Leão 2005, 130). Sobre um entendimento social da caricatura traçada por Petrónio, Wallace-Hadrill 1994, 60-61.

³⁹⁴ No passo já citado: *Satyricon* 77.4, *apud* Leão 2005, 130. Sobre a interpretação arqueológica possível Wallace-Hadrill 1994, 6.

não se documenta em mais do que uma ocorrência por cada residência conimbrigense. O termo não é vitruviano³⁹⁵.



Figura 125 – Padrão musivo do pavimento de uma *cenatio*.

Assimilável ao padrão típico do triclinínio, a diferença das divisões laterais, abona a favor da variabilidade expectável em ambientes menos formais.

A *cenatio* deveria definir-se, com mais propriedade, como uma sala destinada às refeições, não necessariamente àquelas estritamente privadas, onde o cerimonial ligado ao uso do *triclinium* e ao posicionamento dos hóspedes dentro dele, se considerasse “aligeirado”³⁹⁶. Esta definição torna mais consistente a identificação de algumas *cenationes* em Conimbriga: a sala da

³⁹⁵ Ginouvès1988, 159 s.v. andrôn.

³⁹⁶ Cf. *supra* n. 390, p. 264 e ainda sobre a emulação das práticas imperiais (a refeição como espectáculo) Bek 1983, 85-88. Sobre a variabilidade dos locais de refeição Dunbabin 1996, 67 e, muito em especial sobre a fiabilidade da leitura dos mosaicos como testemunho da disposição do mobiliário, *id. ibid.*, 74-77 (*stibadia* em salas rectangulares).

caçada na casa dos Repuxos, a sala C6 na casa de Cantaber (onde se restitui a existência do mosaico dos escudos cruzados) e ainda na mesma casa, provavelmente C70, frente ao peristilo da área de serviços. Nas duas salas decoradas com mosaico que fazem parte deste grupo a estrutura da decoração pavimental permite a sua leitura como adequada a *klínai*, mas esse facto não é claramente marcado, como acontece nos *oeci-triclinia* de todas as residências onde eles se encontram.

Um caso particular nesta matéria é o da sala do Sileno na casa dos repuxos: o mosaico responde ao esquema construtivo dos pequenos painéis rectangulares adjacentes ao medalhão central, mas tem-se visto mais frequentemente nessa sala um *cubiculum* de dimensões maiores que o normal³⁹⁷. A adequação da figuração do mosaico a um *cubiculum* (porventura reservado a um personagem de importância dentro da família³⁹⁸) é marcante, mas a disposição de dois *cubicula* e duas *cenationes* à volta do peristilo privado podia abonar a favor de uma disposição intencionalmente duplicada dos espaços, pensada para a coexistência de duas gerações dentro da mesma casa.

Viridarium

O jardim³⁹⁹, no sentido de espaço não construído amplo, existe apenas em duas grandes casas de Conimbriga, aquelas que já estamos habituados a encontrar dotadas de elementos de um programa completo⁴⁰⁰. Não se tratava aqui certamente do *hortus* pompeiano, desempenhando uma função económica importante para a unidade residencial que o detinha mas, pelo menos no caso da casa de Cantaber, de um verdadeiro jardim de aparato, rodeado por um pórtico cujo tratamento arquitectónico era importante, centralizado num grande tanque e que, sendo cenário para as ocasiões em que o *oecus-triclinium* era utilizado (para aí abria a sua grande janela axial) era sem dúvida alvo de uma

³⁹⁷ Precisamente o que acontecia com a *villa laurentina* de Plínio-o-Novo (*Cartas*, 2.17, 10 *apud* Riggsby 1997, 43 n. 42), onde existia uma sala “vel cubiculum grande vel modica cenatio”, mas A. Riggsby (*loc. cit.*) questiona esta leitura classificando-a de “something of a stretch”.

³⁹⁸ Oleiro 1992, 19.

³⁹⁹ Ginouvès 1988, 166-167 s.v. jardin.

⁴⁰⁰ Neste sentido Purcell 1996, 136-143.

manutenção e de um ajardinamento cuidado⁴⁰¹, de que infelizmente muito pouco sobreviveu⁴⁰².

Em suma, o jardim, que é certamente a parte mais marcante do uso do espaço urbano como consumo ostentatório⁴⁰³, sendo paradoxalmente, devido à sua posição na arquitectura doméstica, um dos elementos menos ostensivos, é o local último de materialização das escolhas do gosto habitacional “arcádico” que a cultura helenística introduz na sociedade romana⁴⁰⁴. Neste sentido é o elemento definitório último da expressão social da arquitectura residencial através da *luxuria aedificatoria*⁴⁰⁵, sendo necessário admitir que os valores republicanos⁴⁰⁶ estariam substancialmente esquecidos (senão completa e definitivamente ultrapassados) entre os provinciais de Conimbriga já desde o final do séc. I.

Cubiculum

O *cubiculum*⁴⁰⁷ é, porventura, simultaneamente o mais simples e o mais complexo espaço de uma casa romana⁴⁰⁸.

Todavia, no âmbito doméstico romano, um *cubiculum* é um compartimento de importância e significado relevantes. A identificação, *per se*, de um *cubiculum* (como compartimento distinto de uma qualquer simples *cella*) confere à casa uma dignidade especial, que lhe advém do facto mesmo de existir um compartimento de funções privadas pela sua natureza, mas cuja existência individual lhe confere publicidade (e, portanto, notoriedade)⁴⁰⁹.

Esta notoriedade é manifesta nas actividades que a literatura menciona relacionadas com o *cubiculum*: o repouso, a exposição de obras de arte e a

⁴⁰¹ Talvez à imagem do *xystus* das grandes termas do Sul; Alarcão e Etienne 1981, 77-80.

⁴⁰² A arquitectura de jardim era rica e variada, provida de *pergulae*, *solaria*, *piscinae*, *xysta*, etc. (Ginouvs1988, 166-7), mas nada dessa arquitectura sobreviveu reconhecível em contexto.

⁴⁰³ Purcell 1996, 128.

⁴⁰⁴ Zanker 1991, 160-210.

⁴⁰⁵ Wallace-Hadrill 1991, 4-8; Treggiari 1999, 46-49; sobre o caso exemplar de L. Licinius Luculus cf. Hales 2003, 20-23.

⁴⁰⁶ Cícero, *Por Murena*, 75 *apud* Treggiari 1999, 48.

⁴⁰⁷ Ginouvs1988, 159 s.v. chambre.

⁴⁰⁸ É, para além disso, uma designação espacial ideologicamente carregada na língua portuguesa, associando-se a um espaço pequeno, escuro e mal arejado – por cubículo se designavam os alojamentos da criadagem nas casas antigas.

⁴⁰⁹ Cf. Riggsby 1997, 43-53; Ruggiu 1995, 395-424 (mas veja-se Riggsby 1999, 555-558).

recepção, mas também o sexo, especificamente o adultério o assassinio e o suicídio⁴¹⁰; em contraste com uma variabilidade arquitectónica reduzida⁴¹¹. A ausência do termo em Vitruvius concorre nesta pouca importância do cenário desde o ponto de vista arquitectónico.

Nas casas decoradas com mosaicos, e nos espaços decorados com mosaicos daquelas que ao menos parcialmente o foram, o *cubiculum* é frequentemente identificado com facilidade: uma sala não demasiado grande, com um rectângulo de mosaico relativamente simples a um dos lados (correspondente ao leito) e um mosaico de efeito decorativo frequentemente rebuscado correspondendo ao restante da divisão⁴¹².

Em todas as grandes residências da cidade encontramos este modelo (casa de Cantaber [duas ou três vezes], casa da cruz suástica, casa dos esqueletos, casa dos repuxos [duas vezes], casa do tridente e da espada), e a posição proeminente destes ambientes na arquitectura das residências diz bem da sua importância diuturna. No entanto, existia uma fronteira sem dúvida fluida entre o *cubiculum* e o compartimento privado indiscriminado, destinado à pernoita dos membros menos em evidência da família – englobando neste

⁴¹⁰ Riggsby 1997, 37-43.

⁴¹¹ O *cubiculum* pode ser *diurnum* caso em que se pode também designar por *aedes* (Cf. Ginouvès 1988, 159 s.v. chambre) ou pode ser especificamente *dormitorium* (Ginouvès 1988, 160 s.v. chambre à coucher). Como *cubicula* se confundem certamente, no registo arqueológico os espaços que nalgumas casas estariam destinadas especificamente aos hóspedes ocasionais, os *hospitalia* (Vitruvius, *Da arquitectura* V.6, 3, V.6, 8 e VI.7, 4-5 *apud* Maciel 2006, 188-190 e e 237; cf. Callebaut e Feury 1995, 179; Ginouvès 1988, 160), que podiam até ser numerosos, como se mencionou a propósito da residência imaginária de Trimalquião, cf. *supra* p. 194, n. 394.

⁴¹² Sobre a identificação arqueológica dos *cubicula* Riggsby 1997, 42 n. 40, resume admiravelmente a questão - a presença de leitos é o vector fundamental. No caso de Conimbriga, tal torna possível a identificação de *cubicula* nas zonas revestidas a mosaico, mas deixa obviamente em aberto a identificação de sala(s) com essa(s) função(ões) em residências cujos pavimentos eram de outra natureza. No entanto, face à preferência das residências aristocráticas pela pavimentação musiva, talvez esta seja uma falsa questão: as residências que não foram decoradas por mosaicos podem não ter estado sujeitas a uma prática social que levasse à individualização de compartimentos pelos proprietários e a identificação nelas de *cubicula* (ou de qualquer outra coisa que não *cellae* indiferenciadas) não fazendo aí sentido; *contra* Ellis 2000, 156-158 e uma leitura possível da planta de edifícios como a casa de Valerius Daphinus ou do medianum absidado (cf. *supra* 81-91).

grupo aqueles que lhe pertenciam geneticamente, mas que não detinham posição social de destaque e os serviços de maior importância⁴¹³.



Figura 126 – Padrão típico de um mosaico de *cubiculum*.
Padrão mais simples para o *lectus*; decoração de aparato para o restante.

⁴¹³ A este último se deveria aplicar a designação de *cella* (Vitrúvio, *Da arquitectura* VI.7, 1-4 *apud* Maciel 2006, 236-237; cf. Callebat e Feury 1995, 176); a sua identificação arqueológica é, obviamente, impossível de fazer com qualquer grau de precisão.



Figura 127 – O aparato do *cubiculum*, visto desde o seu acesso (*mesaulos* da casa dos esqueletos).

Dois casos de *cubicula* em Conimbriga merecem uma especial menção: as casas da cruz suástica e dos esqueletos apresentam um *cubiculum* de grandes dimensões e decorados com mosaicos excepcionalmente cuidados, localizados em ambos casos imediatamente ao lado do *triclinium*, com acesso directo ao peristilo. É possível que nestas residências, que eram certamente pertencentes à elite da cidade, mas em que o quadro urbanístico e arquitectónico era muitíssimo mais modesto do que a casa de Cantaber ou a casa dos repuxos, estes *cubicula* tenham desempenhado simultaneamente as funções teoricamente destinadas ao *conclave*⁴¹⁴.

A função do *cubiculum* como cenário especial de projecção da imagem do *dominus* através da sua actividade é assim marcada pela dualidade de carácter de um espaço que se quereria privado, mas que é por necessidade público, e pela tensão permanente entre a sua utilização condigna, em função da

⁴¹⁴ Cf. Callebat e Feury 1995, 177.

publicidade imposta, e a indignidade dos desvios que lá se praticam⁴¹⁵, devido à sua natureza essencialmente privada (*secreta* ou, no limite clandestina)⁴¹⁶. É este elemento misto de privacidade e publicidade que justifica a sua importância na arquitectura, pois é indiscutivelmente o primeiro elemento de prestígio que uma residência pode esperar obter, mesmo em condições de escassez de espaço ou de meios financeiros (e deste facto a casa do tridente e da espada, com o seu único *cubiculum* mosaicado, é uma eloquente demonstração), o que se reflecte na *honor* do proprietário como o primeiro elemento de *dignitas* que pode ser mostrado à sociedade, ainda antes de uma completa apropriação dos meios sociais, económicos e políticos de expressão da *virtus* individual.

3. Mos maiorum

Existem duas vertentes da *mos maiorum* de desigual interesse para a interpretação da arquitectura doméstica de uma cidade provincial como Conimbriga. Uma é toda a vertente, que se pode designar de catoniana, da austeridade, modéstia, rigor e dedicação ao trabalho agrícola⁴¹⁷; a outra tem a ver, de forma mais estrita, com as relações tradicionalmente instituídas entre patrono e cliente⁴¹⁸ – esta condiciona em grande medida alguns dos arranjos cenográficos das residências e demonstra a validade de algumas ideias sociais e políticas independentemente do quadro cronológico, social ou político que se

⁴¹⁵ Treggiari 1999, 51-52, sobre a personificação da casa como testemunha em Cícero.

⁴¹⁶ Como é o caso dos julgamentos *intra cubiculum* de Cláudio e das conspirações que lhes deram azo; cf. Rutledge, 2001, 112.

⁴¹⁷ Pereira 1984, 345-351.

⁴¹⁸ O sumário de Andreau 1992, 152-157, ainda que suportado principalmente por evidência jurídico-legal relativa a Roma propriamente dita deve poder ser extrapolado para a sociedade provincial; cf. *supra* p. 252, n. 344.

análise especificamente dentro do império⁴¹⁹. Neste sentido a *mos maiorum* e a sua concreta *interpretatio*⁴²⁰ pelas sociedades municipais pode ser vista como um dos elementos importantes da sua *romanitas*⁴²¹, e a importância da concentração das referências a essa realidade considerada essencial (pois da *mos maiorum* faz parte a *fides* que preside às relações entre patrono e cliente, entre governante e governado e, finalmente, entre concidadãos⁴²²) na zona da entrada, não ilude o facto de a ambiguidade (e a discricionariedade do proprietário no que diz respeito à permissão de acesso) da relação do visitante com a casa ser a mesma, à entrada ou noutra ponta qualquer⁴²³. Desde a sua porta, a casa, emblema de romanidade, entrega ao *dominus* aquilo que lhe restou da apropriação pelo imperador do poder sobre todo o mundo⁴²⁴; que a sua ambição, limitada em âmbito, seja também de grande intensidade é em parte fruto de uma natural ansiedade social⁴²⁵ e no restante é fruto de um conceito de si próprio (ou de uma auto-ilusão, na perspectiva de um céptico) que a outros se quer transmitir⁴²⁶.

Fauces

O elemento de ligação da casa com a rua reveste várias formas, ligadas, por um lado, à própria utilização da unidade residencial, por outro, a questões mais marcadamente ideológicas, designadamente o tratamento arquitectónico desse elemento⁴²⁷.

⁴¹⁹ Assim se deve entender a descrição de Salústio (*Catilina*, IX, 1-5, *apud* Pereira 1986, 101-102) como a *mos maiorum* estando baseada simultaneamente na lei e na concórdia, por um lado, e no respeito de cada um pela sua posição na ordem estabelecida das coisas, no sentido em que parece pouco plausível que, no contexto específico, o autor discorra tão só acerca de questões de táctica militar.

⁴²⁰ A utilização do termo religioso é intencional, pois o fenómeno é essencialmente da mesma natureza. Cf. Maier 1994, 179-190. Sobre a variabilidade do fenómeno em concreto cf. Bernardo 2006, 65-80.

⁴²¹ Le Roux 1995, 100-109.

⁴²² Pereira 1984, 320-326.

⁴²³ Seguimos aqui a análise de Hales 2003, 162-163.

⁴²⁴ Le Roux 1995, 113-129.

⁴²⁵ Wallace-Hadrill 1994, 60-61.

⁴²⁶ Coincidem nesta análise, ainda que com nuances, S. Hales (*loc. cit.*) e I. Morand (2005, 146).

⁴²⁷ Cf. *Da arquitectura* VI.3, 6, *apud* Maciel 2006, 229; Callebat e Feury 1995, 178; Ginouvès 1988, 156 s.v. ostium; *id.* 162 s.v. couloirs.

O melhor exemplo de *fauces* à maneira pompeiana é a entrada principal da casa da cruz suástica: um corredor relativamente estreito, com sistema de fecho no lado do peristilo; infelizmente não se conhece o lado da rua (destruído pela muralha baixo-imperial). É menos claro, devido a questões de conservação, o que se passa com as entradas das casas de Valerius Daphinus e do tridente e da espada ou, sobretudo, da casa do maedianum absidado, em que os acessos se fariam no enfiamento de uma ala do peristilo e não axialmente. Todavia, um elemento comum a todas as unidades residenciais é a porta, elemento de interface, cujos vestígios conservados na soleira revelam formas particulares de interação da casa com a rua⁴²⁸: a sua tipologia é muito variada, sendo ocioso neste contexto verificar a natureza das variantes.

É no entanto relevante a existência de entradas dotadas de *prothyrum*⁴²⁹, em que uma entrada suplementar, lateral mas imediata, à principal permite o acesso por uma via alternativa à porta central. A variabilidade de implantação dos acessos é dado pela casa do tridente e da espada, em que o acesso pode ser feito por um *prothyrum*, mas este é implantado no enfiamento da ala sul do peristilo, não axialmente a ele⁴³⁰, ao contrário da casa dos repuxos onde a entrada lateral funciona como uma alternativa completa à abertura da perspectiva ideal da casa⁴³¹.

O elemento essencial da importância de um elemento discreto no funcionamento da casa está, como noutros casos, não no dispositivo, mas no

⁴²⁸ Sobre este problema em geral, Hales 2003, 102-119.

⁴²⁹ Ginouvés 1988, 41, n. 96. Cf. Vitruvius, *Da arquitectura* VI.7, 5, apud Maciel 2006, 237.

⁴³⁰ Considerando que o *prothyrum* é uma forma de reservar a exposição da casa através da possibilidade de um acesso pelo eixo central da casa sem a abertura das portas principais que permitem uma leitura completa dos valores arquitectónicos principais (peristilo e triclínio), a colocação desse dispositivo numa entrada que, mesmo sem ele, não permite tal leitura é uma tentativa pouco hábil (trimalciónica, dir-se-ia) de complexificar desde o ponto de vista construtivo o que não tem complexidade nenhuma do ponto de vista arquitectónico.

⁴³¹ Que se pode comparar (cf. *supra* p. 233-234) à perspectiva do *Serapeum* da *villa adriana*. A escolha da sua abertura ou do seu fecho deveria portanto revestir-se de uma importância especial na relação da casa com o seu entorno urbano, no sentido em que a sua abertura deveria constituir um acontecimento notável.

ritual (*lato sensu*)⁴³² a ele associado, está, em suma, na *admissio*⁴³³ à casa e no conjunto de políticas globais e critérios específicos que o *cubicularius* aplica⁴³⁴.

Cavaedium

A maior parte das unidades residenciais não dispõe de um espaço intermédio entre a sua zona propriamente funcional e a entrada; só as grandes residências dispõem de um espaço que articula a porta da rua, o peristilo e outros acessos secundários na circulação da casa.

Cavaedium é termo usado com mais propriedade no contexto da casa de átrio, sendo possível propôr para as casas de Conimbriga a designação de *vestibulum*⁴³⁵ para as principais salas de entrada. Todavia, *vestibulum* designa um espaço acessório, eventualmente sem grande marcação arquitectónica, o que não se adapta às grandes salas de entrada das casas de Cantaber e dos repuxos e talvez também não à casa dos esqueletos. Estas casas dão a tais espaços a mesma importância espacial que outras residências romanas conferem ao átrio⁴³⁶.

⁴³² Cf. a este propósito Hales 2003, 102-116, com referências à utilização de marcas discretas, mas eloquentes, sobre os pavimentos, relevantes também para alguns casos de Conimbriga, a título de exemplo (cf. *infra* p. 303-308).

⁴³³ Daremberg e Saglio 1877, 71-72, *sub verba*. A recensão (*loc. cit.* n. 1-13) das referências em Séneca e Cícero da distinção que o ritual da *admissio* permitia estabelecer entre *amici* e os apenas admitidos à *promiscua salutatio*, e designadamente devido à emulação do próprio ritual da corte imperial, coloca na devida evidência este fenómeno. Levanta também uma linha de pensamento que não deixa de se revestir de um elemento paradoxal, de como um elemento potencialmente crucial nas relações sociais de um aristocrata poderia afinal estar à discrição de um escravo.

⁴³⁴ Daremberg e Saglio 1877, *sub verba*. O estatuto privilegiado desta classe de servidores resolve, em certa medida, o paradoxo antes relevado.

⁴³⁵ Cf. Ginouvès 1988, 157 s.v. vestibule.

⁴³⁶ Note-se, todavia, que referirem-se as grandes salas de entrada das principais residências de Conimbriga como *cavaedia* e não como *atria* tem como argumento subjacente a rejeição de um puro modelo vitruviano de casa de átrio para esta arquitectura, na medida em que os dois conceitos não são redutíveis a um mesmo espaço (Daremberg e Saglio 1877, 982, s. v. *cavaedium*), mesmo que a sua posição relativa na casa possa ser por vezes semelhante. O *atrium testudinatum*, por vezes trazido à colação a este propósito é um elemento de pouca monta na própria lição do arquitecto, mas o caso em Conimbriga poderia definir-se melhor como sendo consequência natural da necessidade, no modelo local de arquitectura, de dar um preâmbulo condigno à casa de pátio central (transformado em peristilo) através de uma entrada organizada em grande sala coberta. Cf. *supra* p. 258-260, s.v. peristylum.

Este fenómeno pode também ter-se reflectido na utilização do *cavaedium* como o local da *salutatio* de grandes massas de dependentes, algo que está descrito para algumas residências de Roma no período terminal da república⁴³⁷ e que pode ter continuado a acontecer em contexto provincial em data imperial por condições sócio-económicas específicas⁴³⁸.

Impluvium

O implúvio⁴³⁹ é um elemento presente na arquitectura de Conimbriga a diversos níveis de erudição da arquitectura⁴⁴⁰. A utilização de *impluvia* em Conimbriga revela a concorrência de duas linhas de evolução: uma, vernácula⁴⁴¹, que rodeia o pátio descoberto tradicional por pórticos que o rodeiam completa (*fullonica* da insula do vaso fálco, depois transformados em verdadeiro *impluvium* tetrástilo) ou só parcialmente (insula a norte das termas, onde o arranjo do *impluvium* é desastrado, ou outras casas de pátio na insula do vaso fálco que não chegam a receber esse tratamento); a outra tradição é erudita e, dos grandes peristilos ajardinados deduz os tanques como elemento arquitectónico e estético (em certa medida talvez religioso), cuja utilização não é função da indisponibilidade de mais espaço, mas sim uma utilização judiciosa do existente. Por razões técnicas e estruturais, esta arquitectura de pórticos e implúvios é indispensável para o arranjo de zonas periferais das grandes residências, aí se multiplicando e sendo elemento de imitação em residências mais modestas (casa de Valerius Daphinus).

⁴³⁷ Coarelli 1989, 178-187. Uma função doméstica mencionada por Vitruvius de que **não** é possível reconhecer a sala própria é a de *basilica* (*Da arquitectura* VI.5, 2 *apud* Maciel 2006, 232; cf. Callebaut e Feury 1995, 176); os *cavaedia* das duas grandes residências poderiam ter desempenhado essa função.

⁴³⁸ Como sugere Gros 2001, 149.

⁴³⁹ Gínovés 1988, 164, s.v. *atrium*.

⁴⁴⁰ Esta designação é aqui usada com alguma liberdade, para evitar a utilização de “átrio”, elemento arquitectónico da tradição itálica cuja análise está carregada de sentidos eruditos que não parece pertinente transportar para Conimbriga, sobretudo para os contextos específicos onde seria necessário utilizá-la.

⁴⁴¹ Gros 2001, 206-207.

Maenianum

O *maenianum* é, em sentido estrito⁴⁴², o balcão sobre a rua que areja e ilumina os pisos superiores de uma insula desprovida de pátio interior⁴⁴³; mas é também um dispositivo associado a poços de iluminação internos, para onde partes dos edifícios abriam por janelas⁴⁴⁴, mas que não se organizavam através de pórticos, e é por extensão uma forma de apartamento isolado dentro de uma insula⁴⁴⁵, precedido de um átrio com janelas (*medianum*)⁴⁴⁶.

Nesta acepção, identificam-se em Conimbriga edifícios precedidos por pórticos de pilares que certamente foram dotados de *maeniana* nos pisos superiores. No exemplo da casa do *medianum* absidado, os pisos superiores aproveitaram talvez a abertura do *impluvium* do piso térreo para multiplicarem o seu arejamento e iluminação⁴⁴⁷.

O *maenianum* deve também ter sido utilizado para a multiplicação de andares habitáveis, na insula do aqueduto e pelo menos em parte da fachada da casa da cruz suástica, que terão contido um número indeterminado de *cenacula*⁴⁴⁸.

Estes *cenacula* não são necessariamente distintos, do ponto de vista funcional, de uma qualquer *domus*, no sentido “pompeiano” do termo⁴⁴⁹. Mas a presença destes dispositivos em Conimbriga têm, relativamente ao florescimento dessas construções em Ostia, entre Trajano e os meados do séc. II⁴⁵⁰, uma diferença cronológica significativa, pois os edifícios em que os vamos encontrar são todos de datáveis de pleno séc. I: a fachada norte da insula de

⁴⁴² Ginouvès1988, 163 s.v. balcon

⁴⁴³ *Id. ibid.*, 153 s.v. immeuble e *cenacula*

⁴⁴⁴ Vd. as clássicas reconstituições de Gismondi em Crema 1959, 457.

⁴⁴⁵ Tautologicamente, a identificação de várias unidades residenciais distintas, todas elas de dimensão significativa num mesmo quarteirão, identifica-o como uma insula no sentido construtivo do termo (Alarcão 1985, 41-46).

⁴⁴⁶ Hermansen 1982a, 21.

⁴⁴⁷ Sobre a relação entre as *cenacula* dos pisos superiores e a habitação do piso térreo, *vel cenaculum vel domus*, cf. De Laine 2004, 148-149. A incerteza da designação é ainda agravada por os *cenacula* poderem também ser designados de *aedicula*, tendo a primeira designação uma conotação de nível social superior e assim frequentemente usada em Pompeia em contexto de publicidade aos arrendamentos (Frier 1977, 28 e n. 11, com referências a CIL IV, 138 e 1136).

⁴⁴⁸ *Da architectura* II.8, 17, *apud* Maciel 2006, 89; cf. Callebat e Feury 1995, 177; Ginouvès1988, 163 s.v. étage.

⁴⁴⁹ Sobre Ostia: Gros 2001, 123; cf. a demonstração analítica de De Laine 2004, 171-175.

⁴⁵⁰ De Laine 2004, 147; Gros 2001, 121.

Andercus é contemporânea do fórum augustano e é demolida na reconstrução flaviana; a casa do medianum absidado é também provavelmente contemporânea da fase augustana do fórum; a ínsula do aqueduto e a fase primitiva da casa da cruz suástica datam da primeira expansão, augusto-tiberiana, das construções naquela zona da cidade⁴⁵¹.

O *maenianum* mostra assim tratar-se de um dispositivo de busca de espaço condigno pela sua localização (nos arredores do fórum e das principais vias) onde a estrutura urbana e as condições económicas dos proprietários não consentiam o investimento numa casa mais isolada. É portanto um elemento arquitectónico de emulação de ambientes sociais mais prestigiados (como, já noutra linguagem, o *cubiculum*).

Ala

Ala é um espaço mencionado por Vitrúvio⁴⁵² no contexto da casa de átrio, mas o termo tem uma acepção mais lata. Na inexistência de *atria* propriamente ditos na arquitectura de Conimbriga, a existência de *alae* poderia ser discutida mas o termo é ainda o mais adequado para descrever com propriedade alguns espaços abertos anexos a peristilos ou a outras salas. Definir-se-ia então ala como o ambiente individualizado sem marcação precisa dos seus limites ou nota arquitectónica da zona de separação (o que a distinguirá da *exedra*).

Estes espaços desempenham o seu papel numa arquitectura desprovida de pretensões (como na casa do medianum absidado ou na casa dos solidi), mas podem também jogar um papel determinante na construção de um espaço de características especiais, como é o caso à volta do peristilo C23 na casa de Cantaber. Também na casa dos repuxos se identificaram como espécie de alas os corredores desembocando no *cavaedium*, tendo portanto um especial papel de eixo de circulação transversal na casa (algo que também está presente nas casas de átrio da tradição itálica).

⁴⁵¹ O que poderá não ser completamente pacífico frente à evidência da própria Roma recentemente revista em Priester 2002, 193-196, mas que deve ser pensado no âmbito de um conjunto mais fluído de soluções construtivas do que as metropolitanas (Corlaità 2007, 95-101); Gros 2001, 203-206, aduz exemplos que não suportam completamente a cronologia alta dos edifícios de Conimbriga.

⁴⁵² *Da Architectura* VI.3, 4-5 *apud* Maciel 2006, 228-229. Cf. Callebat e Feury 1995, 175; Ginouvès 1988, 165

Trata-se em suma de mais um elemento fluído, utilizado em contextos eruditos, mas que permite sobretudo, em contextos desprovidos de grandes possibilidades, providenciar os proprietários e habitantes com meios de assegurar um módico de dignidade, essencial à afirmação e progressão social⁴⁵³.

À *ala* deve ser associado o termo de origem controvertida *mesaulos*⁴⁵⁴. Designando um corredor entre peristilos, ou levando desde a parte central da casa a uma zona reservada da casa, talvez esta designação⁴⁵⁵ pudesse ser aplicada aos corredores suplementares que dão acesso, ou ao exterior, ou – revestindo-se sempre de certa dignidade – do peristilo central a uma zona de compartimentos familiares, como acontece com o corredor em baioneta que liga os dois principais peristilos da casa dos repuxos e com os pequenos corredores que saem dos peristilos centrais das casas dos esqueletos e da cruz suástica.

4. Labor et negotium

Labor e *negotium*, nos sentidos, respectivamente, de esforço (designadamente o trabalho agrícola na sua propriedade e, noutros domínios, a luta heróica contra a adversidade)⁴⁵⁶ e de actividade política em prol da *res publica*⁴⁵⁷, são valores essenciais da ideologia do romano que se preza; mas toda

⁴⁵³ A agilidade dos construtores em utilizar estes elementos decorre naturalmente das características evoluídas da própria actividade construtiva em Conimbriga; cf. *supra* p. 157-158.

⁴⁵⁴ Vitruvius, *Da Architectura*, VI.7, 5 *apud* Maciel 2006, 237.

⁴⁵⁵ Ou a de “andronas” ou “paradromis”, *id. ibid.*; cf. Wallace-Hadrill 2008, 150.

⁴⁵⁶ Pereira 1984, 388-397. O conceito encontra as suas máximas expressões em Virgílio e Tito Lívio: salientam-se dois exemplos, recenseados por M. H. R. Pereira (1986), das *Geórgicas* (I, 145-146, *loc. cit.*, 128) e do passo relativo a Lucrécia (*Desde a Fundação da Cidade*, I, 59.9, *loc. cit.*, 206), em que o *labor* da *plebs* é apresentado como um dos motivos da revolta que conduz à fundação da república, sintoma já da ambiguidade do termo para as classes possidentes.

⁴⁵⁷ *Id. ibid.*, 373-379.

a actividade, necessariamente descrita pelas mesmas palavras, que se estende para lá desse muito limitado âmbito⁴⁵⁸ é considerada actividade vil.

Sem juízos de valor anacrónicos, é inevitável salientar a contradição interna – senão a verdadeira hipocrisia - destes considerandos⁴⁵⁹, mas há sobretudo que duvidar do facto de as classes laboriosas do Império, afastadas das esferas rarefeitas da administração (já nem da imperial, mas mesmo da municipal) entretivessem pensamentos condenatórios do labor (*sic*, em português) quotidiano que assegurava a subsistência própria e dos próximos⁴⁶⁰.

Cryptoporticus

Os criptopórticos domésticos de Conimbriga parecem corresponder a uma conjuntura económica específica, de data augusto-tiberiana, e com a possível excepção da insula do aqueduto, não é certo que tenham sobrevivido ao longo do séc. II em qualquer dos casos identificados⁴⁶¹. As referências a esses espaços como zonas de lazer, como sugerem as referências plinianas, portanto, não se aplicam⁴⁶².

O criptopórtico⁴⁶³, dispositivo de armazenamento de bens, designadamente mercadorias, por excelência, parece ter desempenhado em Conimbriga, ao longo do período júlio-claudiano, um muito importante papel

⁴⁵⁸ É que cai fora do conceito de *otium cum dignitate*, *id. ibid.* 379-388.

⁴⁵⁹ É de salientar, sobretudo, uma famosa citação de Terêncio em Cícero (*Eunuchus* 257, em *Dos Deveres* I.42.150, *apud id. ibid.*, 58), em que este reprova a actividade de “cetarii, lanii, coqui, fatores, piscatores”, mas pode tratar-se em parte de um efeito da reconhecida hipocrisia de M. Túlio (cf. Horsfall 2003, 83-95). No mesmo sentido Morel 1992, 181.

⁴⁶⁰ Infelizmente, os sentimentos destes indivíduos estão arredados do legado literário tanto quanto estas pessoas estavam arredadas da efectiva condução dos seus destinos. Duas inscrições de Conimbriga podem indicar sentimentos quanto ao *labor* daqueles que efectivamente o tinham como sua tarefa diária. Pode ser possível ler em “... diarias rogata solvi” (Etienne *et al.* 1976, 159, n.º 358a) uma manifestação de orgulho pelo trabalho concluído e em “tolle me ...” (*id. ibid.*, 58, n.º 357a) um apelo pungente, mas os riscos de uma abordagem sentimental, ou “politicamente correcta”, são por demais evidentes. Também Kolendo 1992, 170, se refere à “história externa” das classes laboriosas, mas quanto aos agricultores.

⁴⁶¹ Correia 2004b, 270-273

⁴⁶² Bergmann 1995, 406-420.

⁴⁶³ *Cryptoporticus* (Ginouvs1988, 166-7 s.v. *cryptoportique*) não é termo usado em Vitruvius, onde se encontra apenas *hypogeum* (em *Da architectura*, VI.8, 1, *apud* Maciel 2006, 238; cf. Callebat e Feury 1995, 179).



Figura 128 – Aspecto da ala Leste do criptopórtico da ínsula do aqueduto.

na adequação topográfica de alguns edifícios⁴⁶⁴ em que concorriam a importância social dos proprietários, a implantação deliberada das construções numa zona de prestígio e projecção pública, a demonstração de um conjunto de técnicas construtivas até aí inéditas⁴⁶⁵ (mais um elemento dessa projecção pública) e o continuado papel desses edifícios na vida económica da cidade. Isto é relevante, nomeadamente no suporte da referida importância social dos proprietários e a evolução interna de criptopórticos como o das lojas a sul da via, originalmente um único espaço comum e paulatinamente dividido por pequenos espaços em cave, “privatizados” por cada uma das lojas⁴⁶⁶, é sem dúvida reflexo de uma evolução urbana e social significativa, que necessitaria de uma análise suportada, por exemplo, por fontes epigráficas, que é infelizmente impossível. Mas a coincidência genérica deste fenómeno, verificado num criptopórtico, com o fecho de muitas das largas portas de *tabernae*, verificado na rua das termas⁴⁶⁷, é sugestivo de movimentos sócio-

⁴⁶⁴ Como acontecia com o próprio fórum Alarcão e Etienne 1973, 371-406.

⁴⁶⁵ Sobre este ponto cf. *supra* p. 222-225 e Correia 2011a, *passim*.

⁴⁶⁶ Alarcão 2011, 24-25

⁴⁶⁷ Correia 2004b, 276-277.

económicos e propriamente urbanísticos em curso na cidade nos finais do séc. I e inícios do séc. II.

Culina

As cozinhas são um elemento muito pouco visível no registo arqueológico e na tradição literária da arquitectura doméstica romana, não devemos por isso julgá-las menos importantes na vida quotidiana⁴⁶⁸. É possível, devido à existência de uma actividade muito difundida de fornecimento de alimentos confeccionados numa pluralidade de cenários urbanos, que parte da população de uma cidade pudesse dispensar, ao menos parcialmente, a existência de uma instalação completa destinada à confecção das refeições dentro dos espaços, já escassos, da sua habitação⁴⁶⁹. Todavia, Vitruvius menciona as cozinhas⁴⁷⁰.

Por outro lado, parte das instalações a tal fim destinadas, seriam organizadas de tal forma e com recursos materiais tais que a sua evidência no registo arqueológico é nula⁴⁷¹: nesta óptica deve ser tomado em conta que residências como a casa dos repuxos ou a casa de Cantaber, onde por maioria de razão é evidente que a cozinha faz parte da área escavada, nada mais conservam dela do que alguns tanques forrados a *opus signinum*, idem para as *popinae* anexas à casa dos esqueletos. Só no edifício a oeste das grandes termas se descobriu um forno doméstico (outra *popina* ?), que nos motiva duas observações: este forno foi descoberto numa parte da casa intencionalmente demolida para dar lugar à rua circundante das termas trajânicas, não tendo estado por isso sujeito às vicissitudes da deterioração das arquitecturas; foi descoberto numa escavação moderna particularmente cuidada devido às condições em que ocorreu⁴⁷².

⁴⁶⁸ A sua importância no contexto da casa de átrio revestia-se mesmo de importância religiosa significativa; Daremberg e Saglio 1877, 1580-1582, *sub verba*.

⁴⁶⁹ Ellis 2000, 159; cf. Roller 2006, 92-95.

⁴⁷⁰ Em Da arquitectura VI.6, 1, VI.6, 2 e VI.6, 5, *apud* Maciel 2006, 233-235; cf. Callebat e Feury 1995, 177; Ginouvès 1988, 161 s.v. cuisine.

⁴⁷¹ Ellis 2000, 158-159.

⁴⁷² É fácil imaginar que qualquer estrutura congénere tivesse sido, nas escavações dos anos de 1940, *v.g.*, tomada como o achado ocasional de um *dolium*, sem ser objecto de especial registo ou medida de conservação, cf. *supra* p. 19.

Devemos associar à *culina* uma outra sala cuja existência é verificável na casa dos repuxos e na casa de Cantaber, colocada precisamente entre a cozinha e o tricínio principal; na ausência de uma referência literária coeva, poderá aplicar-se-lhes o designativo anacrónico de “copa”, no sentido de local onde tem lugar a preparação final dos pratos e a sua apresentação, bem como onde é organizada a “coreografia” dos serviços⁴⁷³.

Laboratorium

As artes do fogo (genericamente consideradas desde a panificação à metalurgia) são aquelas que mais vestígios arqueológicos deixaram em Conimbriga, devido ao facto de os fornos, que são equipamento indispensável ao seu desenvolvimento, serem investimento infraestrutural suficientemente importante - e inevitavelmente sólido - de forma a que são elemento sobrevivente no registo arqueológico. É portanto graças à existência destes *laboratoria* que se podem tentar identificar algumas *cellae ad officii*⁴⁷⁴ entre os edifícios de Conimbriga o que, junto com as *culinae*, nos permitem aprofundar um pouco mais nas funcionalidades de alguns espaços domésticos⁴⁷⁵.

A posição do forno dentro do ambiente respectivo é, possivelmente, demonstrativa da relação que a actividade que nele se levava a cabo detinha com a própria função da unidade residencial no seu todo. O forno da sala oriental da insula do aqueduto, localizado junto à entrada do espaço denuncia o carácter público dessa actividade, provavelmente ligado à principal actividade económica que aí se desenvolvia. Sabemos apenas que nesta insula se

⁴⁷³ Ricotti 1983, 10; Ellis 2000, 159.

⁴⁷⁴ cf. *officina*, em Ginouvès1988, 161 n.130 s.v. atelier.

⁴⁷⁵ Não serão referidos os fornos identificados nalgumas zonas da cidade em posições e demonstrando relações estratigráficas que mostram serem posteriores à fase de utilização normal das construções domésticas, casos da rua a oeste da basílica paleo-cristã, da casa de Cantaber e da própria insula do aqueduto (fachada norte). Por outro lado não é possível identificar a vitruviana *officina pictorum* (Da arquitectura VI.4, 2, *apud* Maciel 2006, 231; cf. Callebat e Feury 1995, 179) ou o *textrinum* (Da arquitectura VI.3, 8, *apud* Maciel 2006, 230; cf. Callebat e Feury 1995, 180; Ginouvès1988, 161 s.v. atelier).

recolheram abundantes algaravizes⁴⁷⁶: será este “forno” uma forja?⁴⁷⁷.

Um outro elemento necessita de ser mencionado a propósito das *cellae ad officii*: trata-se do fenómeno arqueológico muito comum do revestimento de salas ou partes de salas com *opus signinum*, por vezes de assinalável qualidade, tendo sido criado num qualquer ponto desse revestimento, uma cavidade normalmente quadrangular de dimensões não muito grandes. Parece claro que estamos perante a adequação de espaços à produção e transformação de produtos que desconhecemos, mas que necessitavam de um dispositivo que assegurasse a limpeza final do espaço. E é relevante que estes dispositivos possam surgir por vezes, como na casa do tridente e da espada, no espaço de circulação nobre da residência, num sinal claro de degradação das condições de expressão social desse proprietário, muito provavelmente em contexto de diminuição da sua capacidade económica⁴⁷⁸.

A introdução de dispositivos pavimentares e equipamento construído só por vezes permite identificar realmente o destino das zonas de trabalho nos edifícios domésticos: é o caso das duas *fullonicae*, de que uma, a da ínsula do vaso fálico, pode ser identificada graças à multiplicação de dispositivos pavimentares; a outra, a do edifício das portas do sol, goza dessa identificação apenas graças aos dois tanques, à adução de água e à proximidade com as termas.

⁴⁷⁶ Alarcão 1994, 77, n.º 119.

⁴⁷⁷ Contra este facto depõe uma leitura possível das sucintas notícias de V. Correia (1936, 14) que parece atribuir os algaravizes e uma actividade global de ferrador e abegão aos eventuais ocupantes da unidade residencial do ângulo sudoriental do edifício. Poderia tratar-se de um forno de pão (próximo da possível azenha pública; cf. Brun 1997, 30-31; *supra* p. 77-78)? É outra possibilidade, que colocaria junto das termas do aqueduto um local onde se forneciam alimentos à população, da mesma forma que junto às termas da muralha vamos identificar possíveis *popinae* anexas à casa dos esqueletos e, junto às termas do sul, outra instalação do mesmo género, da qual como se mencionou, sobreviveu também um forno; sobre a dispersão destes equipamentos urbanos Wallace-Hadrill 1995, 43-51, com referências a outras abordagens ao mesmo tema, designadamente a de T. Kleberg (1957).

⁴⁷⁸ Já a introdução de um forno metalúrgico nas *dietae* da casa de Cantaber (cf. Correia 2001, 109-110; De Man 2006, 129-140), é um fenómeno distinto, pois ocorre numa fase em que a casa perdeu toda a sua expressão arquitectónica original, tendo visto os seus peristilos transformados em zona aberta onde tiveram lugar enterramentos (Correia 1936, 3). Esta fase é datável do séc. V ou inícios do VI (De Man e Soares 2007, 290-291).

Latrina

Conhecemos em Conimbriga quatro latrinas localizadas dentro de instalações domésticas⁴⁷⁹ (e mais duas anexas a edifícios públicos, que são propriamente *foricae*).

A *latrina*⁴⁸⁰ é o caso mais interessante de uma tipologia arquitectónica que é partilhada pela arquitectura pública e pela privada⁴⁸¹. Talvez por isso, pelo menos duas das referidas instalações (a latrina da casa dos repuxos e a latrina oeste da casa de Cantaber) estão localizadas em pontos ambíguos dos edifícios: indiscutivelmente dentro deles, poderiam ainda assim ser utilizadas por transeuntes sem que tivesse lugar uma violação grosseira dos espaços privados da casa. O mesmo aconteceria, porventura, com a latrina da insula do aqueduto (que era por sua própria natureza um edifício aberto, sem dúvida, a um grande número de pessoas). A latrina este da casa de Cantaber, construída no *ambitus* ocupado pela casa após a construção da muralha Baixo-Imperial, era certamente uma instalação de uso misto, privado (abriram-se portas para a ela haver acesso directamente desde a casa) e público (foi mantida um acesso entre a muralha e o pórtico da casa), não está talvez isenta da aplicabilidade desta observação. Em suma, o tema dos dejectos foi alvo de um tratamento especial, espécie de munificência a que não se poderá dar o epíteto de evergeta, mas que parece ter estabelecido uma forma particular de relacionar os edifícios (e por acréscimo os seus proprietários) com a população, numa forma de solucionar

⁴⁷⁹ O que contrasta com a evidência da própria Roma; cf. Scobie 1986, 415.

⁴⁸⁰ Ginouvès 1988, 161 s.v. latrines.

⁴⁸¹ Outro destes elementos é o *balneum* ou *balnearium* (Da arquitectura I.2, 7 e VI.5, 1, *apud* Maciel 2006, 38 e 232; cf. Callebat e Feury 1995 e 176 e VI.4, 1 e VI.6, 2, *apud* Maciel 2006, 231 e 234; cf. Callebat e Feury 1995, 176; Ginouvès 1988, 160-1 s.v. salle de bains). O único caso reconhecível em Conimbriga é o da casa de Cantaber, onde as termas são uma adição posterior, deslocada do plano original da casa; na casa dos repuxos suspeita-se da existência de termas, mas estas ainda não puderam ser localizadas (Correia e Reis 2000, 276-277 e n. 9). Pode considerar-se que a construção de termas privadas é produto de uma tentativa deliberada de apropriação no espaço privado de uma funcionalidade que, originalmente, é sobretudo pública, *luxuria privata* que, em contexto urbano, ultrapassa ainda mesmo os limites superiores da expressão social das residências e que, pode pensar-se, poderia diminuir o estatuto pessoal do proprietário, ao contrário de o aumentar, por ultrapassar um limiar de equilíbrio entre popularidade e reserva de intimidade; vd. as considerações sobre o conceito romano de privacidade em Scobie 1986, 429-430, que incluem menções à frequência de *balnea* e *foricae* pelo próprio Imperador; sobre o papel que a frequência das termas desempenhava na actividade quotidiana da elite romana cf. Laurence 1994, 127-129.

um problema de higiene urbana de primeira grandeza⁴⁸² que, a ser correcta a restituição aqui proposta, a solução surpreende pela elegância da resposta.

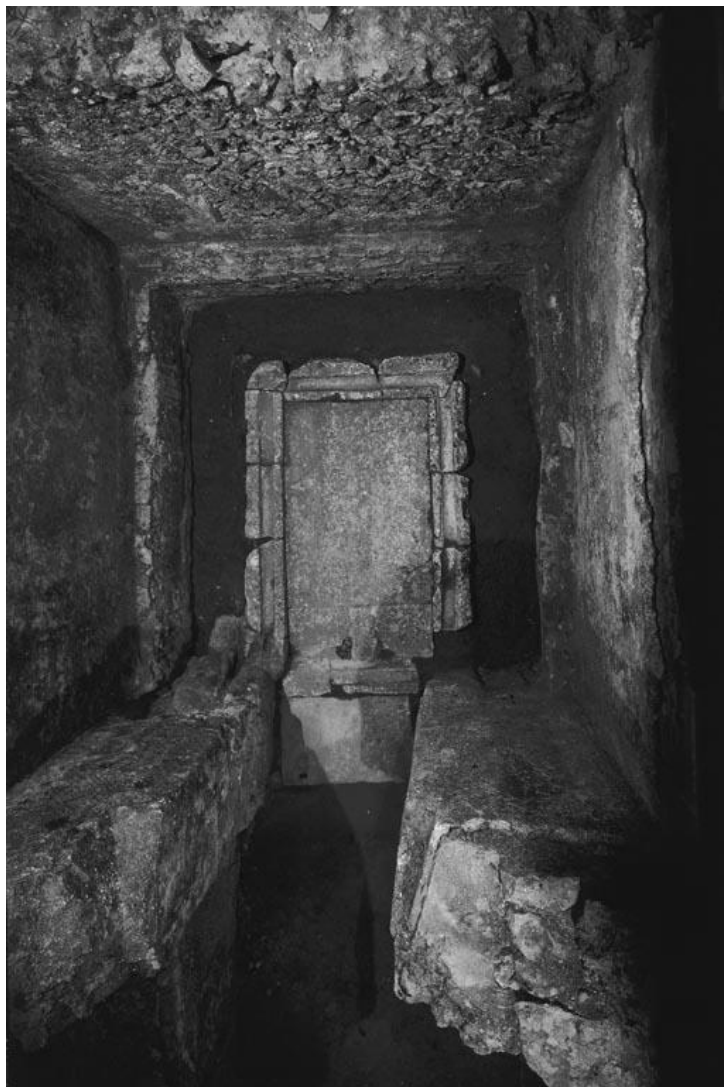


Figura 129 – Latrina da casa dos repuxos.

⁴⁸² Scobie 1986, 399-433; cf. as contribuições em Dupré e Remolá 2000.

Em todos os casos a instalação destas latrinas parece ter sido motivada pela possibilidade de manter a sua limpeza permanente através do aproveitamento da *aqua caduca* que já era utilizada na casa: o caso mais evidente é sem dúvida a latrina da casa dos repuxos e o mesmo se pode dizer da ínsula do aqueduto; a situação da casa de Cantaber não é de todo clara.

Posticum

A maioria das unidades residenciais de Conimbriga não dispensou uma, ou mais do que uma, entradas suplementares destinadas designadamente à zona de serviços da casa⁴⁸³; mesmo a casa de Cantaber, que escolheu deliberadamente um modelo de implantação urbana semelhante ao do fórum, com uma única entrada de grande dimensão, necessitou de uma porta de serviço com acesso directo às cozinhas. Todavia, estes acessos podem por vezes conduzir mais ou menos directamente à zona nobre da casa (como na casa dos esqueletos) ou multiplicaram-se de acordo com a própria implantação urbana da casa (como na casa dos repuxos), em todos os casos, esta pluralidade de acessos certamente que se faria reflectir na gestão da circulação dos habitantes, com os seus diferentes papéis sociais e diverso horário de actividades⁴⁸⁴.

Taberna

A *taberna*⁴⁸⁵ é um cenário urbano por direito próprio, mas é também um elemento compositivo de cenários mais complexos; é necessário portanto abordá-la, pelo menos, nessas duas escalas.

Todavia, enquanto elemento de cenário mais complexo, a taberna não é distinta da *officina* ou da simples *cella*, senão pela actividade específica que aí decorre e, secundariamente, pelo seu acesso directo ou mediato.

É quando a taberna se confunde com toda a residência – visto de outra maneira, quando todo o cenário se reduz a um elemento – que a importância desta construção para a análise da sociedade romana e da sua vivência se torna eloquente, o que se tratará em distinto apartado.

⁴⁸³ Ginouvès1988, 156 n. 64 s.v. entrée.

⁴⁸⁴ Wallace-Hadrill 1994, 38-59.

⁴⁸⁵ Ginouvès1988, 163 s.v. boutique e 117 id..

Mas a taberna representa um papel incontornável no funcionamento da casa e na relação do seu proprietário com a sociedade. Por isso, certamente, só mesmo uma residência absolutamente excepcional como a casa de Cantaber a pôde dispensar, continuando ela a estar presente mesmo na casa dos repuxos, em condições de acesso simultâneo à rua e ao peristilo tais que permitem afirmar que se tratava de uma instalação da própria actividade pública do proprietário⁴⁸⁶. Noutras escalas económicas de expressão arquitectónica, unidades que se poderia pensar estarem exclusivamente destinadas ao exercício de uma actividade semi-industrial (a *fullonica* da ínsula do vaso fálico) podiam pretender ainda deter capacidades residenciais em condições de individualização de espaços e adopção de rituais sociais próprios de outras esferas mais elaboradas⁴⁸⁷, mas uma interpretação talvez mais sólida é porventura a da existência de um limiar, pese embora a óbvia dificuldade em estabelecer com exactidão a sua localização, entre uma habitação em cenário indiferenciado da actividade económica regular do habitante, que seria a situação da esmagadora maioria da população em Conimbriga, e a sobrevivência ou adopção de cenários “populares” em residências de topo⁴⁸⁸.

Este problema de expressão da imagem urbana de uma casa não só em função do seu aspecto numa data concreta, mas também da sua posição na história urbana⁴⁸⁹, poderia ter sido principalmente determinado pelo critério da

⁴⁸⁶ A exemplo do que se passava com a casa de *Caecilius Jucundus* em Pompeia (V.1.26, cf. Andreau 1974, 25 e 44-45). A *gens* proprietária da casa dos repuxos pode ter sido relativamente mais eminente que a família do *argentarius* pompeiano, designadamente porque, comparativamente, a casa dos repuxos tem um papel especial dentro da cidade e porque parece de admitir, pelo programa iconográfico dos mosaicos (cf. *infra* p. 212-223) uma preocupação com uma esfera ideológica mais própria de um interveniente no *ordo* local (algo que não aconteceu com C. Jucundus ou com os seus descendentes directos; Andreau 1974, 39-43), mas isso não invalida a utilização da taberna como local de actividade pública do proprietário; cf. Wallace-Hadrill 1994, 118-142, em especial o sumário pp. 141-142.

⁴⁸⁷ Gros 2001, 206; cf. *supra* p. 98-107 e 265-268.

⁴⁸⁸ Neste sentido, *cubiculum* e *taberna*, são os dois elementos essenciais dos cenários domésticos no que a sua evolução, quando pode ser documentada arqueologicamente, pode ser representativa de uma evolução social e económica dos habitantes; talvez o “salon triclinaire” mencionado por P. Gros (*loc. cit.*) tenha na verdade sido designado pelo *fullo* que ocupou o espaço, como “*cubiculum parvus sed meus*”.

⁴⁸⁹ A que se acrescentaria um terceiro elemento, o do próprio estado de conservação do edifício, este infelizmente muito difícil de analisar no estado de conservação das estruturas de Conimbriga.

presença/ausência de *tabernae*, num momento dado e na memória das gentes. Residiria aqui a explicação do movimento muito generalizado de encerramento destas instalações em muitas ruas da cidade, fruto sem dúvida de uma evolução da estrutura económica que não conhecemos em pormenor, mas atribuível também a uma tentativa de elevar o *status* de zonas nobres da cidade⁴⁹⁰.

⁴⁹⁰ Cf. Laurence 1995, 63-76, ainda que a situação não seja perfeitamente comparável.

Capítulo 5

A expressão ideológica dos programas decorativos

Uma única residência de Conimbriga é decorada com mosaico, conservado ⁴⁹¹, numa extensão, complexidade e riqueza iconográfica que permita uma análise em profundidade da relação entre a expressão de valores ideológicos na arquitectura e na decoração: trata-se, obviamente da casa dos repuxos ⁴⁹². Uma outra residência, a casa atribuída a Cantaber, oferece, numa dimensão mais modesta e, sobretudo, de muito menor conservação da evidência, alguns dados de suporte.

Estes elementos, e o carácter limitado da sua dispersão, que coincide quase exactamente com a presença ou ausência dos elementos do cenário

⁴⁹¹ Quanto à extensão de mosaico perdido, veja-se, para a casa de Cantaber, Correia 2001, planta 3; para a casa dos repuxos, Oleiro 1992, est. 75. Há um fenómeno pós-deposicional muito significativo entre as residências extra-muros da muralha Baixo-imperial, que conservaram a grande parte dos pavimentos musivos e as intra-muros, designadamente a casa de Cantaber, que, por terem sido sempre ocupadas, perderam muitos dos seus mosaicos, em grande parte reduzidos apenas a vestígios marginais.

⁴⁹² Este tema foi tratado uma primeira vez em Correia 2003b, 121-130, para a casa dos repuxos, que aqui se retoma em larga extensão e no essencial dos argumentos (à excepção das referências aí feitas ao “ciclo dionisiaco” que aqui são substancialmente matizadas). Infelizmente as questões técnicas da publicação inviabilizaram que o tratamento dado pudesse ser verdadeiramente inteligível por qualquer leitor e a publicação *ipsis verbis* do texto lido no congresso deu forma de letra a afirmações demasiado simplificadas; isto foi assinalado em Correia 2004b, 280 n. 59. As observações relativas às restantes casas padecem da inexistência de um estudo adequado do conjunto dos mosaicos de Conimbriga; só o catálogo dos mosaicos está já publicado (Oliveira 2005).

arquitectónico de maior rarefacção – no sentido em que são as mesmas duas residências que mostram toda a panóplia de compartimentos teoricamente destinados a actividades de rebuscada elaboração intelectual que oferecem evidência de programas decorativos com referências eruditas de alto nível – concorrem na definição de alguns edifícios residenciais de Conimbriga como locais de excepção.

Neste ponto, nada mais é necessário do que estipular este facto, para que ulteriores análises do fenómeno e das implicações sociais que ele indiscutivelmente deve ter tido, possam prosseguir sobre bases adequadamente consolidadas.

1. A decoração musiva da casa dos repuxos

Extensa e profundamente estudados, os mosaicos da casa dos repuxos necessitam, todavia, de uma apresentação global pois a própria abundância de estudos acarretou um problema: a multiplicação de hipóteses interpretativas. Parece correcto recensear essas interpretações e o fundo comum a todas elas, em função de uma análise holística do edifício, no quadro da busca de uma interpretação sociológica, historicamente informada, sobre a intenção de expressão de valores ideológicos subjacente à escolha do programa iconográfico: neste sentido nunca foi avançada uma interpretação.

Os problemas propriamente arqueológicos que o estudo da casa levanta foram antes mencionados; deles importa reter o facto de a casa ser produto de uma remodelação datada da primeira metade do séc. II que aproveita partes substanciais de um edifício anterior. Os mosaicos datam-se entre finais desse século e os finais do III. A construção da muralha Baixo-imperial torna

improvável que se tenham instalado quaisquer mosaicos na casa ao longo do séc. IV⁴⁹³.

A qualidade dos sucessivos projectos, quer se trate dos construtivos, quer seja dos decorativos, atesta de forma muito clara o investimento feito nas sucessivas intervenções, mas a própria coincidência desses projectos num único local edificado, o respeito das pré-existências (naturais ou construídas), a adaptação das novas intervenções aquelas que lhes foram prévias, levanta duas sugestões, que importa reter:

- primeiro, a preservação das pré-existências não deve poder ser atribuída a um qualquer cálculo economicista de modéstia do dispêndio, deve corresponder a uma atitude deliberada de conservar as linhas mestras do espaço e da imagem urbana dada pela casa; a decisão de manter uma presença urbana imponente como a da casa dos repuxos fazendo-a sofrer uma profundíssima renovação de carácter e morfologia, deriva necessariamente de uma escolha de profundo significado histórico para a *familia* proprietária⁴⁹⁴.

⁴⁹³ A adopção do modelo evolutivo da casa primeiramente proposto por J. M. Bairrão Oleiro (1965, 262-263; *id.* 1992, 25-26) leva a colocar em reserva muitas das afirmações feitas por I. Morand (1996, 207-222, recuperado substancialmente em *id.* 2005, 13-36, pelo que a publicação original não será retida no comentário ulterior) sobre o programa iconográfico. É especialmente problemático e inquietante tentar fazer uma avaliação, ainda que preliminar, do impacto que a questão cronológica (mosaicos dos séc.s II-III, mas do séc. IV segundo I. Morand), tem na verosimilhança da reconstrução ideológica subjacente ao programa iconográfico, pois o fosso cultural que se pode imaginar que tenha existido entre datas pré-constantinianas e pós-constantinianas não pode deixar de ter sido muito grande, mesmo que talvez, em contexto provincial, não abissal. A questão, requerendo um tratamento de enorme rudição, ultrapassa muito os limites do exercício pretendido sobre a expressão do programa iconográfico da casa dos repuxos e a própria competência do autor. Quanto à datação da remodelação da casa na primeira metade do séc. III (López 1990, 200) só podemos estar perante uma má interpretação da datação dos mosaicos como data da remodelação do edifício, facto infelizmente recorrente.

⁴⁹⁴ Esta escolha é contrastante com a situação da ínsula do aqueduto, edifício congénere onde uma decisão semelhante nunca ocorreu. Estas modificações profundas da morfologia dos edifícios são mais típicas da arquitectura pública, conhecendo-se em Conimbriga os exemplos da intervenção flaviana no fórum e flávio-trajánica nas termas do Sul, não sendo de descartar uma intencional imitação privada do fôlego dado à renovação da obra pública. Aparentemente, a casa de Cantaber oferece, entre as suas fases I e II o exemplo de uma modificação essencial da natureza do quarteirão (com exemplos paralelos em Ostia, onde um quarteirão de estaleiro de obras do fórum é transformado numa ínsula residencial englobando várias residências de diversos tipos. Cf. De Laine 1995, 82-84), mas a fase antiga é insuficientemente conhecida para uma análise comparativa rigorosa entre este edifício e a casa dos repuxos.

- por outro lado, esta intencionalidade só pode estar ligada a uma situação específica da própria cidade no que diz respeito à sua capacidade de expansão urbana. Esta certamente não estaria condicionada pela escassez de espaço, pois o perímetro da muralha alto-imperial fornecia-o com abundância e comprovava-se que de facto ele não foi nunca completamente ocupado. Poderia, no entanto, estar condicionado pela escassez de espaço urbano de qualidade – qualidade definida pelo entorno social percebido pelos habitantes – que pode ter contido, em limites que hoje não podem ser imediatamente captados por metodologias arqueológicas e topográficas, o âmbito natural do *vicus novus* considerado prestigiado.

Estas sugestões são importantes para se retirar o estudo da iconografia e da sua relação com o quadro arquitectónico envolvente de uma moldura estreita de interpretações. Funcionam como um *caveat* de que iconografia e arquitectura dependem de outras esferas ideológicas, estas por sua vez impendendo sobre a vida interna do edifício, e de outras esferas exteriores e extrínsecas que vêm a afectar uma determinada residência pela via secundária da envolvente urbanística de que cada construção é elemento construtor.

Não interessa, dentro destes condicionalismos, proceder a uma análise especialmente minuciosa ou aprofundada do significado suposto dos mitos figurados, ou da forma específica da sua figuração escolhida na tomada de decisões sobre a decoração da casa; intenção do proprietário e capacidade dos mosaicistas terão estado presentes nessa decisão em partes porventura desiguais mas sempre decisivas⁴⁹⁵.

A escolha da colocação dos motivos, no entanto, foi certamente intencional. Os motivos iconográficos colocam-se num quadro arquitectónico dado em pontos focais: o centro dos compartimentos, os ângulos do peristilo, o centro das alas porticadas que o formam ou, melhor, o ponto frente à abertura de um compartimento, centrado com as *antae* que o delimitam.

Esta focalização é reforçada pelo uso sistemático do *tondo*, que apela à contemplação, concentrando num único campo uma informação sumariada, por vezes reduzida a uma alegoria. Mas mesmo este esquema simples é

⁴⁹⁵ Sendo ainda muito importante reconhecer, na duração temporal da execução dos programas decorativos, uma possibilidade de evolução das intenções e das decisões, como sugere J. Lancha (2004a, 81).

aproveitado para multiplicar as referências, utilizando os espaços intersticiais, onde os motivos de enchimento têm referências ao ciclo dionisíaco através do *cantbarus* e dos elementos do *thyasos* marinho, os peixes e os tridentes. Tal não obsta à utilização anedótica do pequeno motivo desenhado, de função apotropaica ou meramente lúdica por parte do artífice, mas o rigor do esquema original impõe-se.

Na época severiana, o contraste entre *tondo* e tapete geométrico pontua de pontos de *statio a ambulatio* pela casa (a estada num compartimento, a espera no seu limiar *versus* a passagem pelo corredor ou ao longo de uma ala do peristilo), respondendo desta forma a fórmulas muito conhecidas na distribuição dos valores plásticos pela arquitectura doméstica romana, mas que estão mais extensamente estudadas para a pintura mural.

É precisamente nos compartimentos de *statio* mais prolongada que o *tondo* é abandonado: *xenia* no grande *triclinium*; frisos de caça na sala do auriga (uma *diaeta*) e, na mesma sala, a dispersão diagonal de estações do ano e figuras silvestres; a alusão ao *thyasos* na exedra. A própria caçada aos veados, ainda que inscrita num *tondo*, é habilmente fraccionada em dois conjuntos simétricos não ortogonais, que reproduzem plasticamente o friso contínuo aplicado numa cúpula⁴⁹⁶.

Este recurso plástico, todavia, parece não sobreviver consistentemente à evolução do programa decorativo (ou à substituição deste por episódios soltos de reparação da decoração?), já que as remodelações do peristilo central, nomeadamente na ala Norte (mas também na ala Leste) vão esquecer o preceito, mas não a intenção de multiplicação das referências iconográficas muito mediatizadas no ponto de espera mais importante da casa: a ala do peristilo frente ao *cavaedium*; aqui se dá o reforço do carácter profilático e apotropaico do labirinto⁴⁹⁷, certamente elemento do ciclo heróico de Teseu⁴⁹⁸,

⁴⁹⁶ Como foi perspicazmente observado por J. Lancha (2004a, 86-87).

⁴⁹⁷ Oleiro 1992, 80; *id.* 1994b, 273-278.

⁴⁹⁸ O qual, se a interpretação que G. Lopez Monteagudo (1999, 249-266) dá da representação do auriga se aproxima da intenção original do encomendante, pode ter tido uma importância insuspeitada no desenho do programa iconográfico.

mas que no contexto arquitectónico específico⁴⁹⁹ não pode deixar de ter lembrado o seu muito antigo valor de elemento simbólico, com raízes muito fundas na arte pré-romana do Ocidente da Península Ibérica.

Estas análises particulares não dispensam uma visão mais geral e uma leitura global dos conjuntos de figurações⁵⁰⁰. Identificamos quatro grandes temas iconográficos na decoração: os ciclos heróicos, a caça, a auto-representação da família e as representações mitológicas, que chamaremos de carácter difuso.

Os heróis

1 – a primeira referência aos ciclos mitológico/heróicos dada na casa dos repuxos é o Minotauro no centro do Labirinto⁵⁰¹, alusão incontornável a Teseu, o herói por excelência. Estariam estas referências presentes no programa original (já que, no seu estado actual, esta ala do peristilo é uma remodelação do final do séc. III)? É possível, mas a questão não é importante para a análise do programa iconográfico no seu estado final⁵⁰². A representação simplificada do Labirinto e do Minotauro desdobra-se em várias representações na mesma

⁴⁹⁹ A importância do contexto arquitectónico específico é muito bem demonstrada pela possível interpretação da representação de Acteón frente à porta do *triclinium* como um possível *caveat* aos olhares indiscretos dos servos, que deveriam tomar o destino do caçador imprudente como alegoria do seu próprio (Lancha 2004a, 82). A possibilidade de estas reconstituições serem verdadeiras, para além de verosímeis, não é susceptível de ser testada. Não são, nessa medida, hipóteses científicas, ainda que seja argumentável que um escravo culto possa ter um dia feito essa associação de ideias (mas como saber?). Sem embargo, a essas interpretações, aplica-se-lhes o adágio italiano “se non é vero, é ben trovato” e têm, nessa justa qualidade, algum direito de cidade (sobre a admissibilidade de interpretações divergentes de um mesmo dado arqueológico Correia 2011b, 160-162).

⁵⁰⁰ Seguir-se-á o volume do *corpus* que diz respeito à casa dos repuxos (Oleiro 1992) segundo uma análise própria já mencionada (Correia 2003b); outros estudos sobre a casa serão oportunamente referidos (López 1990, Durán 1993, Lancha 2004a, Morand 2005).

⁵⁰¹ CMRP 1, mosaico 1.24 (Oleiro 1992, 80-81). Os outros labirintos na mesma ala são os mosaicos CMRP 1, 1.22 (Oleiro 1992, 76-77) e talvez, incompetentemente executado, CMRP 1, 1.19 (Oleiro 1992, 71). V. também Durán 1993, 171-172.

⁵⁰² A datação do mosaico do Minotauro no Labirinto recolhido nas escavações de 1899 (Oleiro 1973, nº3, 111-127; Oliveira 2005, nº 61, 85; supra fig. 89 p. 130) nos inícios do séc. II d.C. e a semelhança da sua bordadura representando a muralha de uma cidade com as suas portas, que tem ecos nos mosaicos da casa de Cantaber (supra p. 225-229) abona em favor da provável datação antiga do modelo na cidade, mesmo que não comprove directa e irrefutavelmente que este modelo já estivesse presente na decoração do programa mais antigo que foi aplicado pela musivaria da casa dos repuxos.

ala, em vários graus de abstracção, em que o labirinto, reduzido a motivo decorativo, pode ter visto o seu carácter apotropaico e profilático⁵⁰³ reforçado a expensas de uma alusão imediatamente reconhecível aos aspectos novelísticos do mito.



Figura 130 – O Minotauro no centro do labirinto (ala oeste do peristilo central da casa dos repuxos).

⁵⁰³ Oleiro 1992, 77; Lopez 1990, 201-202.

2 – Perseu é representado no ângulo sudoeste do peristilo⁵⁰⁴, orientado normalmente ao acesso (ou seja, virado para a ala oeste). Segurando a cabeça de Medusa enquanto o monstro marinho se afasta do centro da composição, este herói é representado num quadro que enfatiza a proeza, desvalorizando os aspectos mais sombrios da sua história (o abandono de Andrómeda)⁵⁰⁵. O carácter sinedóquico das representações mitológicas nos mosaicos de Conimbriga, já amplamente comentado, encontra aqui o seu epítome⁵⁰⁶.

3 – Belerofonte perseguindo a Quimera foi representado num *tondo* muito incompleto no centro da ala Sul do peristilo⁵⁰⁷, ligeiramente deslocado da posição geométrica e arquitetonicamente correcta, para se centrar com o eixo da exedra. Pela restituição possível representar-se-ia a perseguição do monstro, subentendendo-se a vitória do herói⁵⁰⁸, também aqui se fazendo elipse do momento menos digno da narrativa mítica (o domínio de Belerofonte pela *hubris* e a sua queda e morte).

4 – Frente ao *oecus-triclinium*, no centro da ala oeste do peristilo, representou-se Actéon atacado pelos seus cães⁵⁰⁹, sendo a sua transformação em veado, como castigo pela sua indiscrição, indicada pelos cornos despontantes na sua frente. As representações de Actéon são raras em mosaicos, e esta em particular revela

⁵⁰⁴ CMRP 1, mosaico 1.1 (Oleiro 1992, 32-36); Durán 1993, 172-173; Lopez 1990, 203-204. I. Morand (2005, 126-128) propõe interpretar este medalhão, bem como o de Belerofonte, o do caçador com a lebre e o do Minotauro como referências astrológicas às constelações de Perseu, de Pégaso, de Orion e de Touro, respectivamente, mas, como se referiu (cf. *supra* n. 138, p. 154 e n. 492 p. 289) se “tout se passe comme si, dans la maison aux jets d’eau, on avait voulu faire penser à certaines constellations par associations d’idées, au moyen d’images connues dans le répertoire iconographique antique mais non conçues pour représenter des constellations” (cit. Morand 2005, 128) é evidente que se recorre a um exercício de descodificação de uma cifra, cujos resultados não poderão nunca ser validados frente a outras teorias possíveis, pois não se pode conceber *a priori* um teste da teoria que a possa vir a validar, porque a cifra só seria verdadeiramente inteligível pelo seu autor; sem receptor da mensagem provido de uma chave de decifração, um exercício de esteganografia (U. Eco).

⁵⁰⁵ Oleiro 1992, 36.

⁵⁰⁶ Seria, todavia, interessante aprofundar aqui o tropo concretamente escolhido, parecendo de alguma forma simplista reduzir à eventual competência artística (ou falta dela) a fórmula para reduzir o todo a uma parte. Será eventualmente numa tentativa deliberada de olhar aos fins heróicos sem grande preocupação pelos episódios intermédios (os “danos colaterais” na moderna terminologia militar) que haverá que atribuir uma selecção iconográfica peculiar.

⁵⁰⁷ CMRP 1, mosaico 1.3 (Oleiro 1992, 41-44).

⁵⁰⁸ Oleiro 1992, 44. Lopez 1990, 206.

⁵⁰⁹ CMRP 1, mosaico 1.7 (Oleiro 1992, 49-51). Lopez 1990, 207-209.

uma deficiente execução, que não transmite o *pathos* essencial da cena⁵¹⁰. Para além das possíveis interpretações locais dadas para a escolha desta cena⁵¹¹, é de notar que, tal como com Perseu e Belerofonte, há uma elipse de parte da história (a indiscrição de Actéon); há, parafraseando J. M. Bairrão Oleiro, “uma história mal contada⁵¹²”, no sentido propriamente brasileiro da expressão.

5 – O auriga vitorioso que atravessa o céu estrelado na sala anexa ao *triclinium* da casa (A34)⁵¹³ pode ou não ser uma figura heróica⁵¹⁴, uma representação de *Sol Invictus*⁵¹⁵ ou a representação simbólica duma vitória no campo desportivo que se extrapola para a vida do *dominus*⁵¹⁶; é sem dúvida a mais discutida representação dos mosaicos de Conimbriga. É também um dos mosaicos sobreviventes da primeira fase de instalação do programa decorativo da casa, iniciado ainda no séc. II, provavelmente no seu último quartel⁵¹⁷.

A caça

1 – a representação nobre da *venatio* nos mosaicos da casa dos repuxos é, sem dúvida, a caça ao veado no medalhão central da *cenatio* que abre para o pequeno

⁵¹⁰ Oleiro 1992, 50-51.

⁵¹¹ Cf. *supra* n. 492 p. 212.

⁵¹² Oleiro 1992, 36. A frase original, relativa a Perseu, é “Para uma **história bem contada** seria indispensável a presença de Andrómeda”.

⁵¹³ CMRP 1, mosaico 11 (Oleiro 1992, 117-125).

⁵¹⁴ López 1990, 220-221; *id.* 1999, 253-254, propõe a identificação do medalhão do auriga como uma representação da apoteose de Hipólito, o filho de Teseu, caçador e asceta, vítima da paixão funesta de Fedra e do rancor de Afrodite, preterida a favor de Artémis na devoção do herói, segundo uma lenda referida por Pausânias (II, 32, 1).

⁵¹⁵ A primeira proposta neste sentido é de F. Camargo e Almeida (1971, 495-507) que é incompreensivelmente descartada por J. Lancha (2004a, 90-91) para, com outros argumentos, chegar à mesma conclusão (*id. ibid.*, 91-93). Esta última autora, no entanto, sugere uma ligação de *Sol Invictus* ao culto imperial que pode ter sido muito importante num possível quadro sócio-político de emulação (consciente ou inconsciente) das práticas imperiais pelas elites locais (cf. *supra*, n. 390 p. 265, a propósito da *dignitas* cesariana).

⁵¹⁶ Com um enorme desenvolvimento de sentidos possíveis, recensados por I. Morand (2005, 133-138), que recolhe, entre outros, os contributos mais antigos de K. Dunbabin (1982, 84-87) no sentido da identificação da figura com a constelação do Auriga.

⁵¹⁷ Oleiro 1992, 125.

peristilo privado da parte sul da casa (A29)⁵¹⁸. Enquadrado por um tapete de enorme riqueza decorativa, e mais tarde secundado por um tratamento pseudo-arquitectónico das paredes que se reveste de uma importância própria muito particular, só ilusoriamente se trata de um *tondo*⁵¹⁹. Ainda que seja marcante que a representação deve algo aos *tondos* hadriâneos do arco dito de Constantino, não é menos certo que o medalhão da casa dos repuxos demonstra um conhecimento superlativo do filão narrativo, discursivo dir-se-ia, que, bem documentado na cúpula de Centcelles⁵²⁰, encontra aqui uma concretização paralela de um antepassado comum que não se conhece directamente.



Figura 131 – Caça ao veado (painel central de A29, *venatio* da casa dos repuxos

⁵¹⁸ CMRP 1, mosaico 9 (Oleiro 1992, 104-109). Em nenhum caso da representação da caça nos mosaicos da casa dos repuxos, onde existe sempre uma superabundância da representação dos detalhes ambientais da envolvente em que a actividade decorre, se encontra a possibilidade de confirmar a percepção de C. Kondoleon (1991, 111) de que podemos estar perante a representação de *venationes* públicas em anfiteatro que o proprietário encomendante tivesse suportado e escolhido representar no mosaico, *pro memoria*. O argumento é sedutor para a representação sócio-política do proprietário, mesmo no caso de Conimbriga, mas a análise do mosaico não a suporta, para além do que a inserção de Conimbriga numa região pouco urbanizada (ao contrário de outros exemplos utilizados pela autora) possivelmente tornaria mais comum a caça na natureza e desvalorizaria a *venatio* no anfiteatro dos animais representados na casa dos repuxos (veados e javalis).

⁵¹⁹ Lancha 2004a, 86-87.

⁵²⁰ Ligação mencionada por Lancha 2004a, 87 e também por Lopez 1990, 216 (a propósito das cenas da sala do auriga que a seguir se referem).



Figura 132 – Um dos registros do mosaico do auriga representando o regresso da caça.

2 – a outra grande representação da caça é a que foi desdobrada nos registros que rodeiam o auriga, na sala já referida⁵²¹. Sem que o *magister* apareça, todas as fases da caça estão representadas⁵²².

3- A caça é ainda representada no medalhão sudeste do peristilo central⁵²³, sob a forma do caçador (manifestamente um servo) que regressa a casa, acompanhado do seu cão, transportando a lebre que constituiu a sua presa.

4 – a referência à caça, na figura das presas, aparece ainda nos pequenos medalhões do *triclinium* principal⁵²⁴, mas, se é possível, parece-nos esta referência de desvalorizar frente aquela que é mais evidente, a representação da munificência da família exposta na opulência da *xenia* oferecida aos comensais, *amici* ou *clientes* eles fossem.

A auto-representação da família

A auto-representação da família aparece na casa de formas discretas, nem por isso menos importantes, designadamente devido à sua localização, em pontos fulcrais da decoração:

1 – o proprietário fez-se representar com o seu primogénito em medalhões no mosaico do *triclinium* principal⁵²⁵.

2 – os motivos decorativos dos principais tapetes desta sala, enquanto alusivos

⁵²¹ CMRP 1, mosaico 11 (Oleiro 1992, 117-125).

⁵²² Lancha 2004a, 88-90.

⁵²³ CMRP 1, mosaico 1.5 (Oleiro 1992, 46-47).

⁵²⁴ CMRP 1, mosaico 10 (Oleiro 1992, 110-116).

⁵²⁵ CMRP 1, mosaico 10 (Oleiro 1992, 110-116). A interpretação é de J. Lancha (2004a, 84-85), *contra* Oleiro 1992, 116.

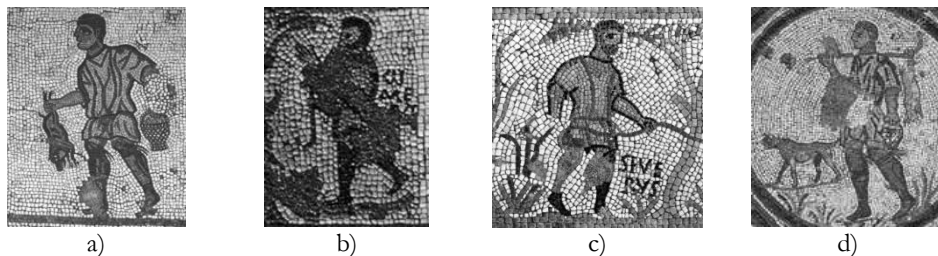


Figura 133 – Representações de servos na casa dos repuxos:
a) peristilo nordeste; b) sala do auriga (*Calimerus*); c) *idem* (*Severus*); d) peristilo central.

da *xenia*⁵²⁶, são também uma forma de representação do proprietário⁵²⁷.

3 – uma forma surpreendente de representar a família reside na apresentação dos servos em actividades quotidianas, designadamente no peristilo de acesso à ala Norte⁵²⁸.

4 – no mesmo sentido se deve interpretar a identificação dos servos (pelo seu nome e pelas suas particularidades físicas)⁵²⁹ nas predelas com cenas de caça da sala do auriga⁵³⁰. Com estes se pode ainda talvez relacionar o caçador com a lebre do ângulo sudoeste do peristilo.

O fundo mitológico

Existe na decoração musiva da casa dos repuxos uma pluralidade de referências a elementos dispersos da iconografia e da mitologia helenístico-romanas, que constituem como um magma que subjaz aos conjuntos mais coerentes de referências específicas e que, porventura, constituíram de alguma maneira uma linha essencial do discurso ideológico pretendido pelos encomendantes, ainda que, provavelmente, esse discurso tenha sido desprovido de uma sintaxe elaborada.

⁵²⁶ Morand 2005, 117-119, mas a interpretação proposta não corresponde exactamente à aqui desenvolvida; cf. Lancha 2004a, 83. Para G. Lopez Montegaudo (1990, 211) estes motivos são também de conotação dionisiaca.

⁵²⁷ Um paralelo aduzido por J. Lancha (2004a, 83) o da “*villa del Tellaro*”, conduz-nos a outro mosaico de Conimbriga, o do *cubiculum* da casa do mosaico da cruz suástica (B12; Oliveira 2005, nº 23, 39).

⁵²⁸ CMRP 1, mosaico 15 (Oleiro 1992, 139-140).

⁵²⁹ Cf. Lopez 1990, 217-218.

⁵³⁰ Lancha 2004a, 86-89.

Este facto merece uma valorização própria quanto às implicações semiológicas que inevitavelmente tem, bastando preliminarmente estabelecer que é forçoso admitir que as escolhas presentes nos mosaicos foram de alguma forma conscientes, a não ser que as referências teogónicas presentes nessas escolhas estivessem para além de toda a bagagem cultural e ideológica, quer dos encomendantes quer dos comanditários executantes do conjunto musivo, o que não é credível frente ao conjunto global das evidências de literacia, conhecimento artístico e erudição arquitectónica que a arquitectura residencial de Conimbriga demonstra.

Se o carácter menos eloquente dado a essas representações foi ditado pela desvalorização efectiva em que essas representações se encontravam, ou se estamos perante efeitos de motivos ulteriores, que aconselharam referências por elipses, é escolha impossível em condições de conhecimento no momento actual, sendo igualmente impossível uma reconstituição precisa de motivos e processos mentais presentes na hora da decisão.



Figura 134 – Sileno sobre um burro (*cubiculum* da casa dos repuxos).

1 – a representação principal ligada a este ciclo é a de Sileno montado no burro, conduzido pelo próprio Dióniso (ou por um simples servo, a iconografia é ambígua⁵³¹), numa das principais salas da zona privada da casa (A28) *cenatio vel cubiculum*⁵³².

2 – o centauro marinho representado no centro da exedra (A25)⁵³³ tem sido interpretado como uma alusão ao triunfo marinho de Baco⁵³⁴.

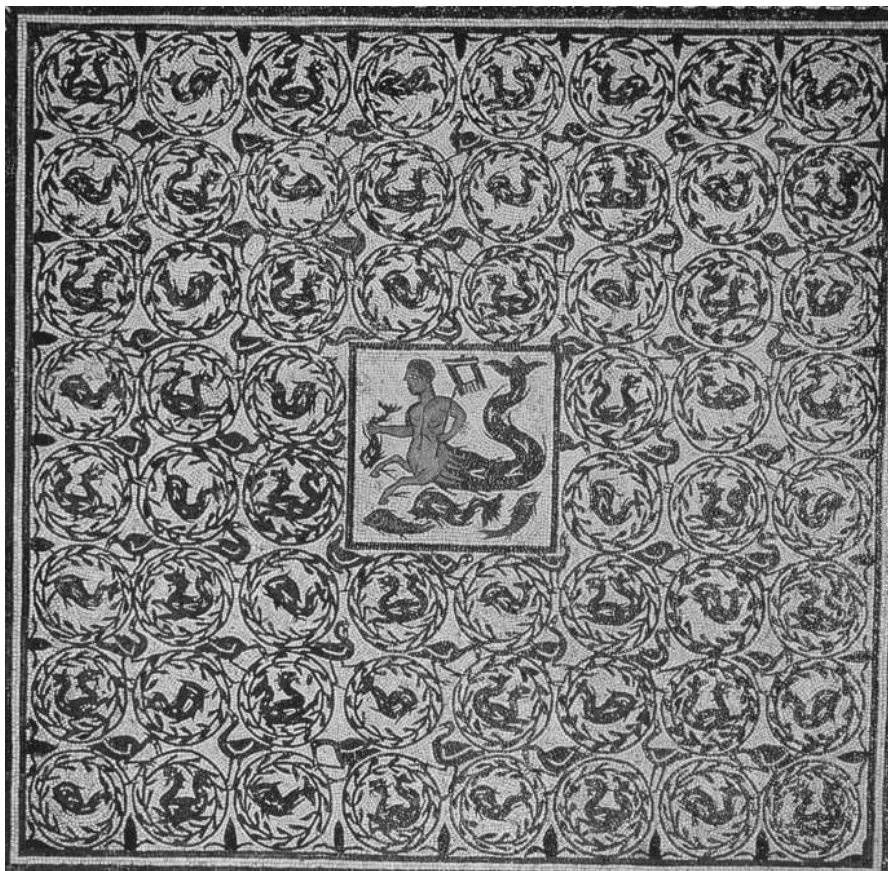


Figura 135 – Tapete central da exedra da casa dos repuxos.

⁵³¹ Parece menos provável a hipótese de G. Lopez Monteagudo (1990, 227) que o condutor do animal se identifique como um sátiro.

⁵³² CMRP 1, mosaico 8 (Oleiro 1992, 98-103). Sobre a sala cf. *supra* p. 265-267.

⁵³³ CMRP 1, mosaico 3 (Oleiro 1992, 84-87).

⁵³⁴ Lopez 1990, 210.

3 – associáveis a este ciclo mitológico são as representações de peixes e tridentes⁵³⁵ rodeando os *tondi* do peristilo central⁵³⁶.

4 – é ainda necessário associar a este ciclo as representações do *cantharus*⁵³⁷, com heras que deles nascem. Interessante, neste ponto, é reconhecer também que estas representações ganham importância em datas tardias, tendo substituído outras de diferente imagética.

5 – o motivo nilótico representado no centro da sala do camelo e do elefante (A35)⁵³⁸, pode ser interpretado como uma alusão ao mito de Orfeu⁵³⁹, ou ao triunfo indiano de Baco⁵⁴⁰.

6 – resta mencionar as estações⁵⁴¹ representadas em quincôncio relativamente ao auriga e as figuras portando róleos de vinha que se inscrevem nos espaços intersticiais entre as estações e o *tondo*⁵⁴².

A leitura dos elementos iconográficos da casa dos repuxos

É manifestamente difícil uma análise minuciosa ou aprofundada do significado suposto dos mitos figurados, ou da forma específica da sua figuração, escolhida em concreto na ocasião de uma encomenda – a divergência das interpretações modernas aí está a documentar esse facto. Levar

⁵³⁵ CMRP 1, mosaicos 1.3 e 1.12 (Oleiro 1992, 41-44 e 60-61) pode-se também associar-se-lhes o mosaico (tardio) CMRP 1, mosaico 1.16 (Oleiro 1992, 66-67).

⁵³⁶ *Contra* Lopez 1990, 230-231, que atribui a estes símbolos um carácter apotropaico, como forma de combater o *imividus* que se associa, por contraste, a toda a representação do triunfo da *pietas*, no caso vertente o próprio feito heróico representado no *tondo*. Para uma interpretação mais geral, sem ligação a nenhum ciclo específico (mas associada ao centauro marinho), Reis e Oliveira 2009, 35.

⁵³⁷ CMRP 1, mosaico 1.21 (Oleiro 1992, 74-75), no centro da ala oeste do peristilo central; CMRP 1, mosaico 1.9 (Oleiro 1992, 55-57), no ângulo nordeste. Com efeito, estas representações encontram-se axialmente dispostas frente aos dois principais acessos à casa desde o exterior através da entrada principal, o primeiro, e através das passagens subterrâneas para a via do lado norte, a segunda, mas o valor intrínseco destas interpretações é obviamente diminuto. *Canthari* são também representados rodeando o mosaico da caçada ao veado (*supra* p. 297-298, CMRP 1, mosaico 9.), cf. Lancha 2004a, 86.

⁵³⁸ CMRP 1, mosaico 12 (Oleiro 1992, 126-133).

⁵³⁹ Lancha 2004a, 81. Sobre a associação do mito de Orfeu com certas zonas de frequência especial das residências cf. Zanker 1993, 203-205.

⁵⁴⁰ Lopez 1990, 222.

⁵⁴¹ Cf. Lopez 1990, 212.

⁵⁴² Morand 2005, 132-133, associa-as a Aiôn, no seu sentido de “força vital”. J. Lancha (2004a, 90) propõe que se trata de uma segunda representação das estações. Lopez 1990, 218, sugere a sua identificação com as *horae*, divindades dispensadoras de riqueza e abundância.

mais além da identificação do motivo (quando ela é possível) a exploração dos significados (não que eles não tenham existido e não tenham sido devidamente explorados pelos proprietários dos edifícios na sua representação social) parece, no limite, exercício fútil.

É de colocar uma questão: deve-se admitir que a variação na interpretação moderna é simétrica de um carácter polissémico dessas representações, que pode ter sido preponderante na multiplicidade de leituras feitas entre os anos de 200 e 300, em que essas figurações estiveram disponíveis como um todo coerente, entre si, e em relação com a arquitectura circundante?

Do lado de uma investigação antropológica moderna, todos os significados que a tradição literária greco-latina permite descortinar nestes mosaicos são válidos, todavia nenhum é verdadeiro, porque nenhum é unicamente válido. Neste sentido, a leitura actual imita uma possível leitura coeva dos próprios mosaicos: determinados indivíduos, munidos de uma educação de características próprias encontram no ícone uma referência específica, porventura distinta de outro indivíduo de diferente educação e bagagem cultural; quantos indivíduos, quantos conjuntos de erudição – tantas referências, tantos significados. O significado original, residente na *weltansbaung* do encomendante (que, se considerarmos todo o período de vida útil das representações, não esteve sempre presente para dirimir as divergências), pode nem sequer ter sido absolutamente consciente, pode não ter nunca sido verbalizado ou precisamente transmitido a outrem; a hermenêutica não é aqui de qualquer utilidade.

No entanto, nos programas decorativos como o da casa dos repuxos, existe uma intencionalidade geral, um campo semântico, em que o programa decorativo se move como um discurso, e deve ser possível fazer uma aproximação social e cultural a esse discurso e a esse campo semântico.

Este campo semântico é erudito: a multiplicação das referências mitológicas atesta-o indiscutivelmente. Mas esta erudição não é académica, não houve qualquer intenção de dar a ver uma sequência coerente de imagens, e a forma como as referências mitológicas são fragmentariamente representadas só pode ser intencional, não produto de qualquer insuficiência dos encomendantes ou dos mosaicistas.

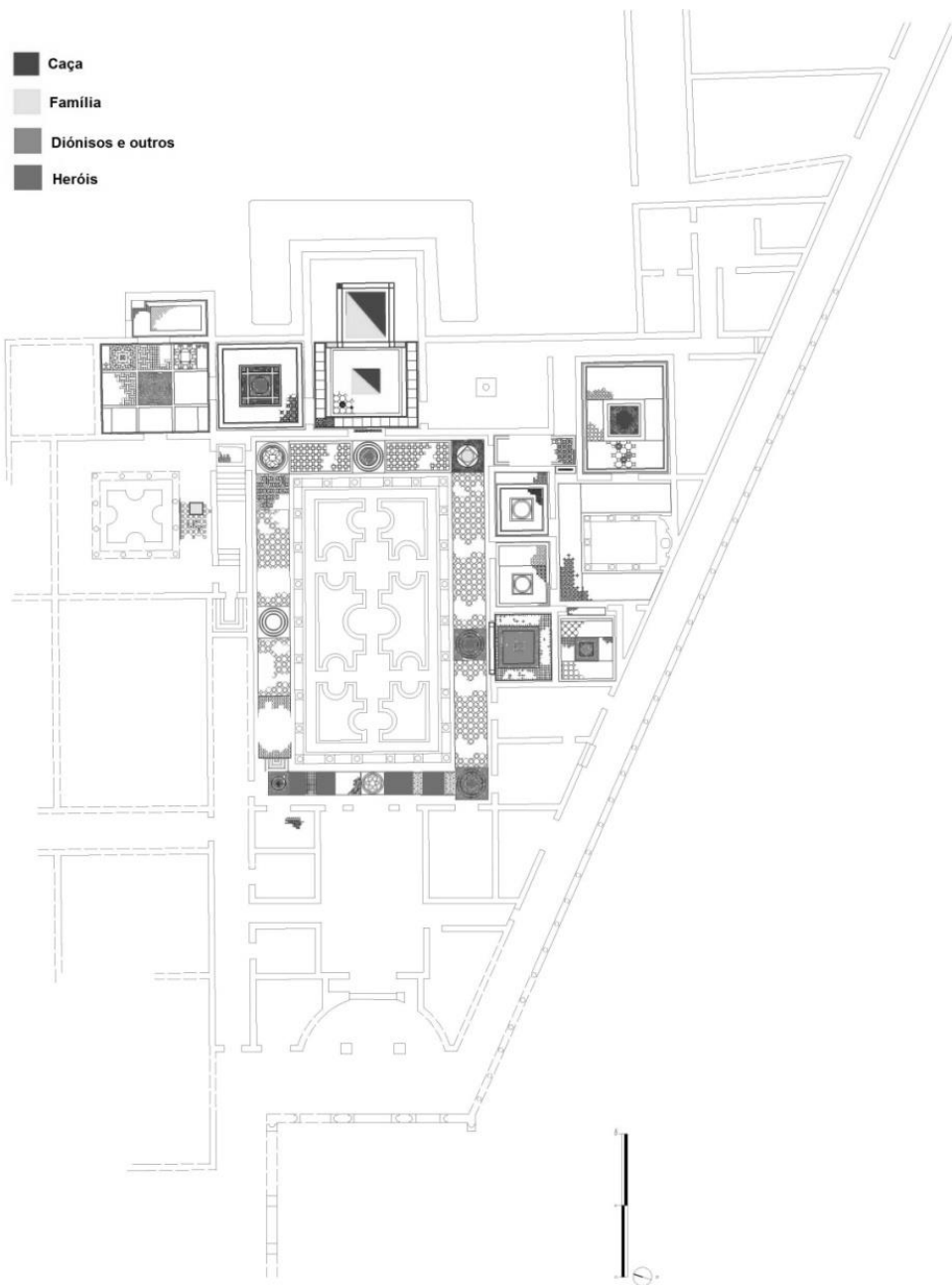


Figura 136 – Distribuição topológica dos temas figurados nos mosaicos na casa dos repuxos.

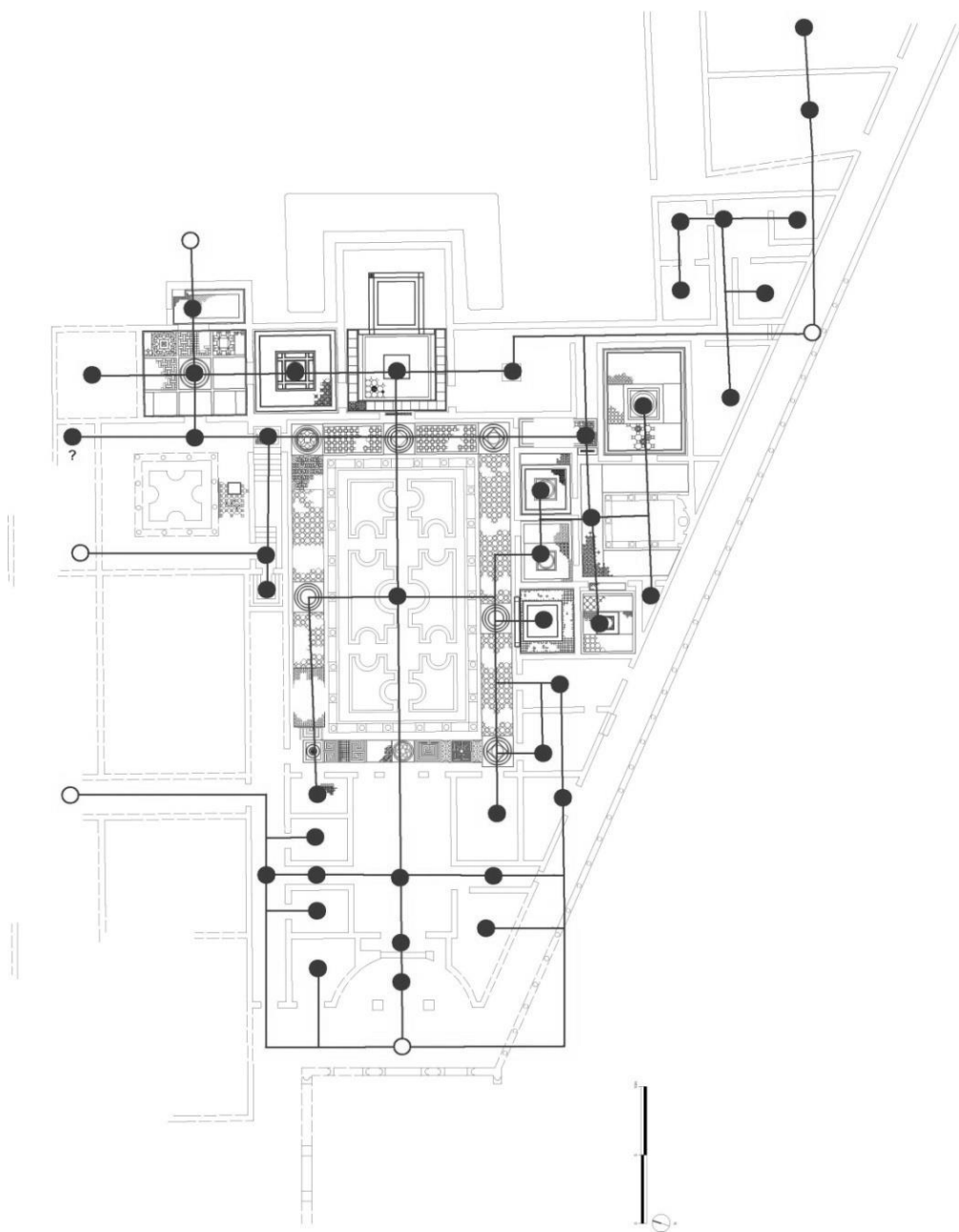


Figura 137 – Análise de acessibilidades aos espaços da casa dos repuxos.

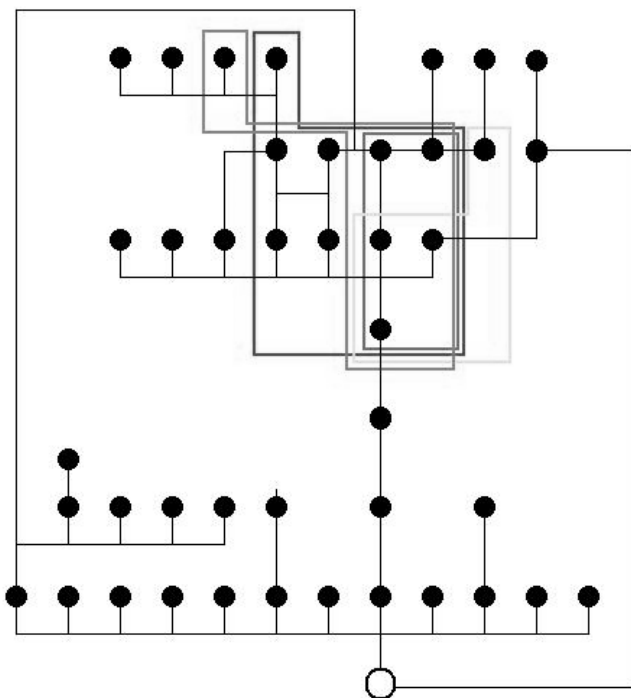


Figura 138 – Localização dos temas figurados nos mosaicos da casa dos repuxos, sobre o esquema dos acessos aos espaços da casa.

A segunda conclusão é a de que as várias linhas do discurso representado pela decoração figurada são, no que diz respeito à sua topologia, concordantes e, portanto, de alguma forma, redundantes entre si.

As três principais linhas de discurso concorrem na exaltação do *dominus* através da representação da sua *virtus*, representada na caça⁵⁴³, que é um paralelo da *pietas*⁵⁴⁴ do herói (que é outra forma de *virtus*⁵⁴⁵) representada no seu feito heróico, resultando ambas as virtudes na produção da harmonia terrestre.

⁵⁴³ Morand 1994, 252-258.

⁵⁴⁴ Lopez 1990, 229.

⁵⁴⁵ Morand 1994, 259-267.

O *dominus* é assim o fator da ordem cósmica⁵⁴⁶, que se representa na sua própria família, dos seus membros mais eminentes, que gozam no *otium* o sonho realizado da harmonia universal⁵⁴⁷, aos mais modestos, que se entregam às suas actividades quotidianas no quadro intemporal das estações do ano e da natureza abundante⁵⁴⁸.

A implantação do programa decorativo no quadro arquitectónico

Alguns aspectos particulares da colocação da decoração musiva em relação à arquitectura foram já mencionados, mas desde um ponto de vista bastante limitado - no limite mesmo, desde um ponto de vista da obra de decoração - e o entendimento do valor ideológico expresso pelo programa decorativo não dispensa uma análise de como esse programa, como um todo, se relaciona com o edifício, também como um todo.

Apesar das reservas já expressas quanto à análise de acesso nos edifícios, nesta matéria tal análise pode ser útil e o exercício final pode resultar elucidativo.

Tal exercício, que redundava nas três análises gráficas levadas a cabo sobre a planta da casa (figuras 136-138), que se crê serem auto-explicativas, oferece imediatamente duas conclusões.

A primeira dessas conclusões contraria uma apreciação fenomenológica, que é porventura muito comum, de que a decoração musiva é invasiva de todo o espaço doméstico. Pelo contrário, e em especial no que diz respeito à figuração, a decoração restringe-se muito a uma zona de acesso profundo, logo limitado, da residência.

Neste sentido, é admissível que o discurso moral e ideológico transmitido pelo programa decorativo, fosse mais complexo que o simples exercício semiótico de leitura de uma imagem de sentido conhecido. Um programa decorativo quase reservado aos *loca propria* dos proprietários pode ter sido frequentemente acompanhado de um discurso explicativo (o que não aconteceria com as representações localizadas nos *loca communis*, que mais provavelmente teriam de ser descodificados desacompanhados de uma

⁵⁴⁶ Morand 2005, 145-146.

⁵⁴⁷ André 1966, 519; Morand 1994, 260.

⁵⁴⁸ Morand 1994, 95-96.

explicação que o *dominus* não pode ter deixado de reservar aos *amici* mais próximos).

E neste sentido é revelador que o mosaico onde todas as linhas de discurso se encontram, o do auriga, se localize na mais reservada das salas, a *diaeta* que é o *locus proprius* por excelência do *paterfamilias*. O que conduz a uma conclusão que parece subjazer, inconsciente e nunca claramente verbalizada (ailás, escrita), nas múltiplas análises que o mosaico já motivou: o auriga é o próprio dono da casa, representado como potência, em triunfo sobre todos os campos ideológicos e morais que o programa decorativo sugere (alusão global ao próprio conjunto de aspectos da vida pública e privada do indivíduo e da sua família), e isto independentemente da alusão cosmológica, mitológica ou narrativa que o espectador entenda fazer, dentro da natureza eminentemente polissémica da representação.

2. A decoração musiva da casa de Cantaber

Questões de conservação, mas também questões de selecção original do programa decorativo, criam um fortíssimo contraste entre o programa decorativo da casa dos repuxos e aquilo que se pode reconstituir como tendo sido o programa decorativo da casa atribuída a Cantaber. Isto pode dever-se a uma relativamente importante clivagem cronológica entre a instalação desses programas numa e noutra casa, que pode ter permitido às oficinas mosaicistas de Conimbriga um enriquecimento da sua técnica e da sua linguagem que lhes tenham permitido responder às encomendas exigentes do encomendante da decoração da casa dos repuxos a partir dos meados do séc. II de uma forma que o encomendante da decoração da casa de Cantaber, na primeira metade do século, não podia esperar ver satisfeita. Mas esta explicação é insuficiente e deve postular-se que houve efectivamente uma questão de gosto subjacente a essa divisão, que inclusivamente conduz ainda a decoração dos espaços acrescentados à casa no séc. IV.

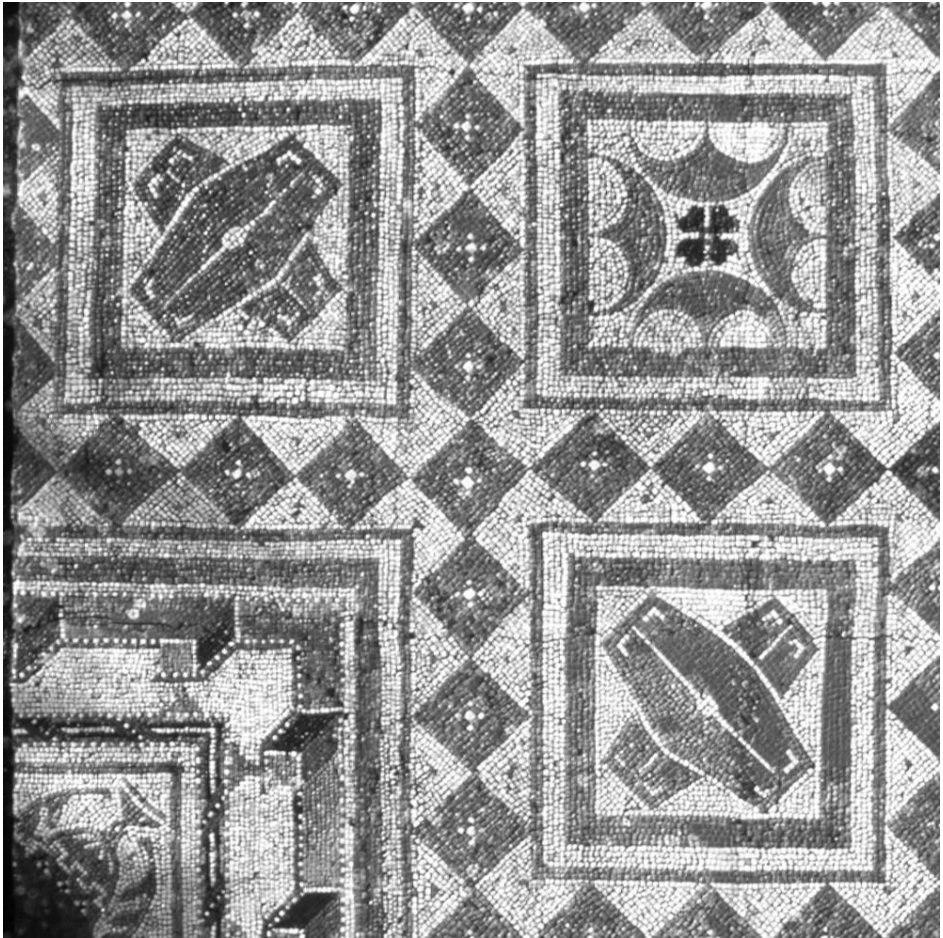


Figura 139 – Escudos cruzados, em medalhões do mosaico da *cenatio* privada da casa de Cantaber.

São apenas quatro⁵⁴⁹ os elementos iconográficos conservados na casa em condições de se poder proceder à sua análise⁵⁵⁰:

⁵⁴⁹ Não foram incluídos nestes as decorações da sala absidal que faz parte do acrescento do séc. IV, pois manifestamente não faziam parte do programa original, e apesar da integração da decoração desse acrescento na mesma linha de gosto da restante casa, como foi referido no parágrafo supra. Estes elementos decorativos estão estudados por J. Hill (2006, I 169-171) e C. Mourão (2008, 48-50).

⁵⁵⁰ Muito menos estudada do que a casa dos repuxos, o próprio suporte dessa análise é aqui completamente distinto.

1 – Na *cenatio* privada da casa (C9)⁵⁵¹ foi utilizado o motivo dos escudos cruzados como elemento central dos medalhões quadrados que formam a bordadura do mosaico (perdido que está o emblema central).

O motivo dos escudos cruzados⁵⁵², que não pode ser interpretado como meramente decorativo, alude aos troféus militares, popularizados sobretudo a partir da decoração do fórum de Trajano⁵⁵³, onde se combinavam as suas representações escultóricas com a disposição cenográfica de panóplias autênticas⁵⁵⁴ e, tendo tido um enorme sucesso na arte provincial do ocidente, designadamente naquela pública⁵⁵⁵, difundiu-se em muitos motivos de desigual complexidade.

O estado muito incompleto do mosaico impede uma contextualização mais precisa do uso deste motivo, mas certamente que esses ecos da decoração dos grandes monumentos públicos se fizeram ouvir na interpretação coeva desta decoração.

2 - Nas alas do peristilo sudeste (C24)⁵⁵⁶ que centraliza as *diaetae* da casa, foi utilizado por duas vezes, em posição simétrica, o motivo da muralha urbana com portas e torres, rodeando uma composição de hexágonos dentro de um círculo.

O motivo da muralha urbana é, para além deste caso, conhecido em Conimbriga num outro exemplo⁵⁵⁷, na posição mais habitual em que circunda o labirinto⁵⁵⁸. As referências eruditas não se terão perdido nesta representação da casa de Cantaber⁵⁵⁹, mas a sua duplicação e a sua posição específica, marcando o eixo de acesso da entrada principal no peristilo à saída para o *hortus*, e nos espaços por onde preferencialmente se fazia o acesso às pequenas salas, tem necessariamente de se revestir de um valor especial e, possivelmente, de transmissão de uma mensagem directa, de semiótica imediatamente acessível: a

⁵⁵¹ Oliveira 2005, 51, nº 32. Oleiro 1973, 76-92, nº 1.

⁵⁵² Oleiro 1973, 83-86.

⁵⁵³ Leon 1971 c/ referências em Ungaro 1994, 410-412

⁵⁵⁴ Ungaro *et al.* 2004, 32. Sobre o tema em geral: Polito 1995, 110-113 e 1998, *passim*.

⁵⁵⁵ Orange: Amy *et al.* 1962; Clunia: Acuña 1991, 213-229; mais significativo, *Saepe* (Olvera, Cádiz): Beltrán 1999, 262; e, sobretudo, Mérida: Nogales 2007a, 468-471 e 2007b, 115-118.

⁵⁵⁶ Oliveira 2005, 59, nº 42 (C22) e 64, nº 49 (C29).

⁵⁵⁷ Oliveira 2005, 85, nº 61; Oleiro 1994b, 273-278.

⁵⁵⁸ Barral e Navarro, 1975, 503-522, lam. III.

⁵⁵⁹ Lavagne 1988, 135-147; Hourcade 2002, 136-155 (136 n. 24 para estes exemplos).

muralha com portas e torres é a própria muralha de Conimbriga e a composição de hexágonos é uma alegoria da própria cidade⁵⁶⁰.

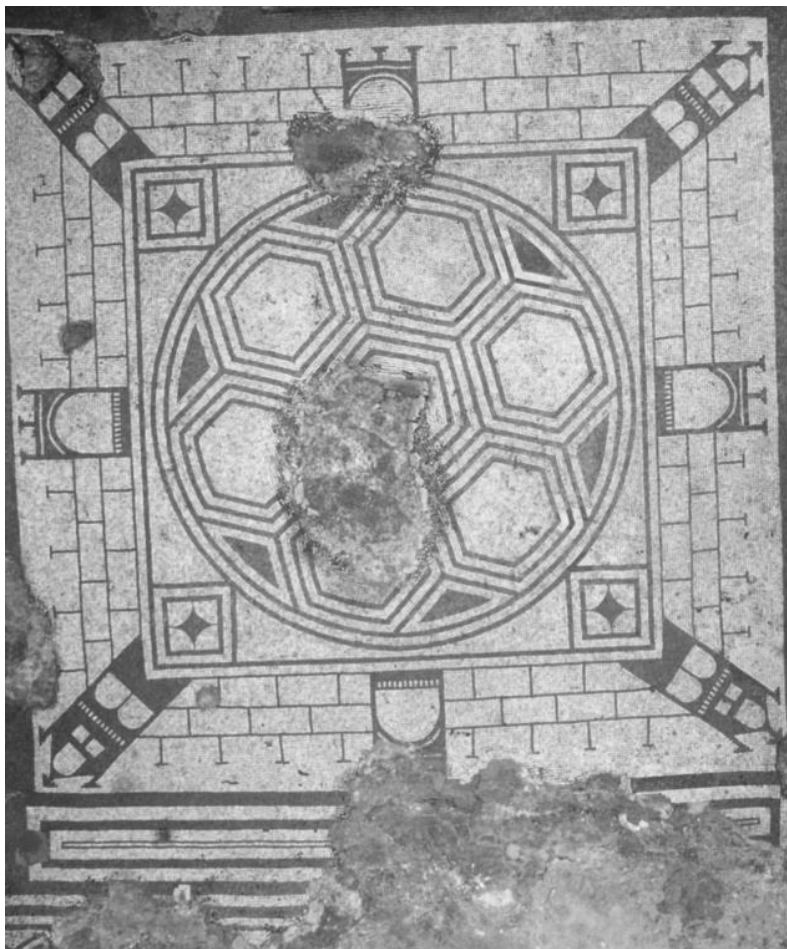


Figura 140 – A composição muralhada da área das *diaetae* da casa de Cantaber. Apresenta-se o painel bem conservado do lado sul; o painel muito destruído do espaço simétrico (a norte) não merece reprodução.

⁵⁶⁰ O que deixa em aberto uma perspectiva de significados possíveis para o motivo da muralha e suas portas em Conimbriga: será o labirinto rodeado pela muralha uma alegoria da cidade como *dystopia* (Laurence 1997, 14-18), representando a cidade como o local de exercício da *virtus* heróica? O encomendante da casa de Cantaber terá ele optado por reduzir a alegoria possível e fazer um discurso mais directo na representação da cidade como uma construção geométrica (mantendo o ideal da representação do local de exercício da *virtus*) ?

3 – Numa das *diaetae*⁵⁶¹ desta zona da casa, a composição octogonal do centro do compartimento foi rodeada por quatro *canthari* de onde saem róleos de hera.



Figura 141 – Mosaico com composição octogonal rodeada por *canthari* da casa de Cantaber.

Este motivo de reminiscências báquicas, que já foi abundantemente mencionado a propósito da casa dos repuxos, tem aqui uma representação

⁵⁶¹ Oliveira 2005, 63, n° 48 (C28).

modesta e contida (como todos os mosaicos da casa) mas que é possivelmente a mais antiga atestação na arte musiva em Conimbriga.

4 – No mesmo pavimento, mas nas suas margens, foram desenhados a preto sobre o fundo branco alguns elementos figurados, que são um tridente⁵⁶² frente à porta aberta a Oeste e um labirinto de tipo Mogor⁵⁶³ e duas rosetas junto da porta aberta a Norte.

Trata-se certamente de elementos de carácter apotropaico, que lhes é reconhecido pela sua própria natureza e aqui de forma especial pelo seu posicionamento dentro da arquitectura do compartimento e pelo seu desenquadramento relativo ao próprio desenho do mosaico⁵⁶⁴.

Um significado possível

Toda a indagação dos significados possíveis dos mosaicos da casa de Cantaber se debate com o conhecimento lacunar que deles existe, devido aos fenómenos pós-deposicionais já referidos. Se outro fosse o estado de conservação, estes elementos aqui valorizados poderiam não o ser, colocados à margem de outros elementos eventualmente portantes de um discurso mais forte.

Mas é possível, por contraste com a casa dos repuxos, traçar algumas analogias e algumas diferenças.

Nas analogias está a reserva dos elementos figurativos aos *loca propria* dos proprietários o que é bem demonstrado pela grande monotonia do padrão geométrico contínuo dos mosaicos do peristilo da casa de Cantaber quando comparados com o ritmo dos *tondos* figurados na casa dos repuxos.

⁵⁶² Sobre o valor apotropaico do tridente: Lope 1990, 230-231.

⁵⁶³ Oleiro 1994b, 273-278

⁵⁶⁴ Razão pela qual é de aceitar que o tridente represente aqui uma função diferente daquela que é reconhecível na Casa do tridente e da espada. Aí a representação associada das duas armas (Oliveira 2005, 74, nº 56) e a representação de uma rede como grande motivo decorativo de um pavimento próximo (Oliveira 2005, 73, nº 55), levou a associar a representação conjunta destes objectos, que é possível imaginar que só se encontrariam associados na realidade nos jogos de gladiadores, a um carácter especial do edifício ligado precisamente ao anfiteatro (Correia 1994a, 329-330). Para uma interpretação mais geral destes edifícios vd. *infra* p. 327-333.

Nas diferenças está uma eventual substância do discurso. Não encontramos na casa de Cantaber qualquer referência pessoalizada, as alusões são feitas à guerra e à *urbs* que ela defende⁵⁶⁵, e nada mais.

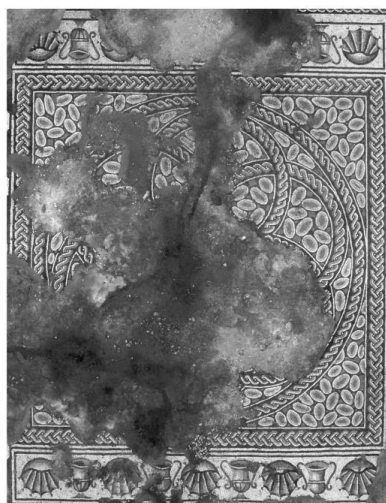
Mas nas analogias está ainda a multiplicação das referências (báquicas e apotropaicas na casa de Cantaber, todas as possíveis na casa dos repuxos) na área de acesso mais reservado da casa. Dir-se-ia que, ainda que se lide com uma arte que é pública por natureza da própria vida do edifício, os encomendantes da decoração falaram sobretudo para si próprios

Outras residências

Nos restantes edifícios decorados por mosaicos (e com a grande incógnita do que teria sido o conjunto musivo do edifício escavado em 1899⁵⁶⁶), o motivo dos *canthari* é o principal que se recenseia, utilizado aliás de forma particular.



a)



b)

Figura 142 – Representações de *canthari* nos tapetes centrais de *triclínia*.

a) casa da cruz suástica; b) casa dos esqueletos.

⁵⁶⁵ Na medida em que a *civitas* é *specula urbis* (Cf. Le Roux 1995, 97).

⁵⁶⁶ Cf. *supra* p. 176-179.

Ele surge nas casas da cruz suástica⁵⁶⁷ e na casa dos esqueletos⁵⁶⁸ (em ambos os casos nos *triclinia* principais e já sem os róleos) sendo, nesta última, associado às conchas.

Surge ainda numa outra unidade da casa dos esqueletos⁵⁶⁹, aí ainda com róleos de hera. Pode ter havido uma translação de sentidos e de utilizações acontecida ao longo do tempo (dos meados do séc. II para os finais do séc. III), mas as referências báquicas do *cantbarus*⁵⁷⁰, a sua associação à *xenia*⁵⁷¹ e o florescimento da hera como alegoria da abundância da natureza⁵⁷² terão estado sempre presentes.

A sua posição estudada (no caso da cruz suástica privilegiando o *locus consularis* e a posição tradicional do anfitrião), continua a abonar a favor da contenção quanto à contenção topológica da enunciação de um discurso elaborado na decoração musiva.

⁵⁶⁷ Oliveira 2005, 38, n° 22 (B11)

⁵⁶⁸ Oliveira 2005, 45, n° 26 (B21)

⁵⁶⁹ Oliveira 2005, 47, n° 28 (B33A); cf. *supra* p. 124, fig. 86.

⁵⁷⁰ Lopez 1990, 211.

⁵⁷¹ Lancha 2004, 86.

⁵⁷² Lopez 1990, 218.

Capítulo 6

Os cenários urbanos

O passo seguinte na indagação sobre a arquitectura doméstica de Conimbriga é o da conformação das relações entre os vários elementos analisados em conjuntos de cenários coesos.

A abordagem escolhida é simultaneamente estatística e morfológica⁵⁷³. A descrição dos 27 edifícios domésticos identificados (dos quais 10 não permitem aprofundar a sua análise), levou à catalogação de 78 unidades residenciais distintas; a amostra é, portanto, suficientemente alargada para a aplicação de métodos estatísticos simples. Sobre essa base, a análise morfológica permitirá encontrar a expressão arquitectónica dos grupos tal como foram isolados por um método simples de agregação de características (matriz de semelhanças).

⁵⁷³ A abordagem diverge daquela utilizada para Pompeia e Herculano por A. Wallace-Hadrill (1994, 80-82); corresponde, aliás, a uma forma de apresentação dos dados que o próprio autor experimenta (*id. ibid.*, 79-80), mas cuja utilização finalmente rejeita, devido ao facto de os grupos formados terem, num extremo do espectro, muitos exemplos, o que pode esconder contrastes internos, e no outro extremo, poucos exemplos divididos em categorias diversas. Esse problema não se verifica em Conimbriga, dada a natureza e dimensão da amostra, nem a utilização posterior da realidade base observada (a distribuição das residências pelos quartis da série das suas áreas totais) é pertinente para a evidência existente em Conimbriga. A escolha encaminhou-se, portanto, na direcção de uma abordagem morfológica tradicional.

1. A diferenciação dos cenários

Não é possível ultrapassar uma certa ambiguidade na análise da arquitectura, oscilando entre a focagem da atenção no edifício ou a focagem na unidade residencial. Isto acontece, não só porque podem ter existido relações de dependência não manifestadas na arquitectura, mas também porque os cenários, pela sua própria organização em sistemas, diluem a sua independência dentro de um quadro arquitectónico e construtivo, não sendo possível determinar com exactidão qual era, do ponto de vista fenomenológico, a entidade marcante: a unidade residencial ou o edifício?

Todavia, o cenário específico da habitação é um conjunto de compartimentos cuja relação interna é mais estreita do que entre qualquer um deles e os seus vizinhos pertencentes a outras unidades habitacionais.

Estes conjuntos delimitados obedecem a algumas regras principais de composição, indicação de que a articulação dos sistemas de actividades, tal como pode ser entendida a partir do sistema de cenários, não é completamente aleatória, mas obedece também a regras de alguma natureza; económicas umas, sociais outras, culturais certamente que todas.

O ensaio estatístico foi feito sobre três elementos quantificados no catálogo das unidades residenciais: o número de células em cada unidade, a área total desta e o polimorfismo interno destas unidades, medido pela diferença de área entre a célula mais pequena e a maior. As unidades residenciais, identificadas pelas referências que lhes foram feitas no catálogo (nº do edifício e nº de ordem dentro dele), são aqui apresentadas ordenadas pelo número de células que a compõem e pela área total. Preferiu-se, ao cálculo do coeficiente de proximidade, a utilização de critérios de presença/ausência na separação de grupos.

Os resultados globais do ensaio de estatística das unidades residenciais, são apresentados no quadro da figura 143.

Os critérios de delimitação dos grupos são os seguintes:

- O primeiro grupo (Grupo A) é o das *tabernae* de um único compartimento, ou de dois compartimentos de dimensão fortemente diferenciada⁵⁷⁴

- O segundo grupo (Grupo B) é formado pelos casos das unidades residenciais de dois compartimentos de dimensão equilibrada⁵⁷⁵.

- O terceiro grupo (Grupo C) impôs-se por limites meramente quantitativos: unidades residenciais de três ou quatro compartimentos, com áreas inferiores a 100m²⁵⁷⁶.

- O quarto grupo (Grupo D) é o das unidades residenciais complexas, de variado aparato arquitectónico e dispositivo técnico. Oscilam entre 100m² e 800m² e o número dos seus compartimentos vai de 3 a 12⁵⁷⁷.

- O quinto grupo (Grupo E) é formado pelas duas principais residências de Conimbriga, de áreas superiores a 2500m².

Os elementos quantificados, todavia, não são suficientes para uma análise adequada do problema dos cenários urbanos, que para além do aspecto construtivo (do vocabulário, dir-se-ia) têm também uma componente qualitativa, visual (sintáctica), como o próprio exercício de delimitação dos grupos mostrou.

⁵⁷⁴ O que sugere o carácter subalternizado, senão verdadeiramente acessório, do menor deles; cf. Girri 1956, 6.

⁵⁷⁵ O que pode sugerir uma distribuição equilibrada de funções domésticas e, numa medida significativa, uma natureza distinta da sua utilização relativamente à simples taberna.

⁵⁷⁶ A média das áreas das unidades residenciais, considerada toda a série, é de 118m², mas a análise morfológica dos exemplares integrados no grupo seguinte levou-nos a considerar melhor considerar um limite colocado nos 100m².

⁵⁷⁷ A delimitação deste grupo, que necessitou de ajustamentos *ad hoc*, foi conduzida pela preocupação em não separar as várias casas de pátio da ínsula do vaso fálco (o que indicou o abaixamento do seu nível inferior para os 100m²) e de não valorizar em demasia o facto de, no actual estado de conhecimentos, apenas se poderem identificar três compartimentos na casa de Valerius Daphinus (cf. *supra* p. 55-56).

| Edifício | Unidade | Células # | Área total | Diferencial | Grupo | Edifício | Unidade | Células # | Área total | Diferencial | Grupo |
|----------|---------|-----------|------------|-------------|-------|----------|---------|-----------|------------|-------------|-------|
| 15 | 6 | 1 | 11 | 0 | A | 19 | 1 | 2 | 48 | 0 | B |
| 25 | 4 | 1 | 15 | 0 | A | 16 | 2 | 2 | 49 | 46 | A |
| 25 | 6 | 1 | 15 | 0 | A | 18 | 1 | 2 | 53 | 1 | B |
| 15 | 5 | 1 | 17 | 0 | A | 21 | 5 | 2 | 64 | 1 | B |
| 24 | 4 | 1 | 17 | 0 | A | 21 | 2 | 3 | 36 | 13 | C |
| 15 | 4 | 1 | 18 | 0 | A | 15 | 10 | 3 | 37 | 10 | C |
| 16 | 4 | 1 | 19 | 0 | A | 27 | 3 | 3 | 38 | 25 | C |
| 24 | 3 | 1 | 19 | 0 | A | 14 | 3 | 3 | 46 | 15 | C |
| 13 | 3 | 1 | 20 | 0 | A | 6 | 1 | 3 | 47 | 5 | C |
| 13 | 4 | 1 | 20 | 0 | A | 25 | 8 | 3 | 48 | 15 | C |
| 13 | 5 | 1 | 20 | 0 | A | 14 | 1 | 3 | 64 | ? | C |
| 13 | 6 | 1 | 20 | 0 | A | 27 | 2 | 3 | 65 | 12 | C |
| 16 | 1 | 1 | 20 | 0 | A | 13 | 1 | 3 | 65 | 22 | C |
| 15 | 3 | 1 | 22 | 0 | A | 18 | 2 | 3 | 66 | 23 | C |
| 17 | 2 | 1 | 22 | 0 | A | 12 | 2 | 3 | 77 | 30 | C |
| 16 | 3 | 1 | 23 | 0 | A | 21 | 4 | 3 | 83 | 13 | C |
| 16 | 5 | 1 | 25 | 0 | A | 12 | 1 | 3 | 128 | 86 | D |
| 17 | 1 | 1 | 25 | 0 | A | 25 | 7 | 4 | 54 | 6 | C |
| 24 | 2 | 1 | 26 | 0 | A | 25 | 2 | 4 | 60 | 9 | C |
| 27 | 5 | 1 | 26 | 0 | A | 25 | 3 | 4 | 80 | 6 | C |
| 25 | 9 | 1 | 44 | 0 | A | 14 | 5 | 5 | ? | ? | D |
| 23 | 1 | 1 | 61 | 0 | A | 15 | 7 | 6 | 101 | 38 | D |
| 23 | 2 | 1 | 61 | 0 | A | 15 | 2 | 6 | 107 | 25 | D |
| 17 | 3 | 1 | ? | ? | A | 7 | 2 | 6 | 300 | 60 | D |
| 17 | 4 | 1 | ? | ? | A | 15 | 11 | 8 | 120 | 17 | D |
| 24 | 5 | 2 | 2 | ? | A | 23 | 3 | 8 | 700 | 46 | D |
| 14 | 2 | 2 | 27 | ? | A | 6 | 2 | 9 | 510 | 120 | D |
| 15 | 12 | 2 | 29 | 9 | A | 16 | 6 | 10 | 144 | 36 | D |
| 15 | 1 | 2 | 29 | 13 | A | 13 | 2 | 10 | 293 | 123 | D |
| 7 | 1 | 2 | 30 | 4 | B | 21 | 6 | 10 | 600 | 45 | D |
| 15 | 9 | 2 | 31 | 3 | B | 26 | 1 | 10 | 736 | 235 | D |
| 19 | 4 | 2 | 32 | 0 | B | 27 | 1 | 12 | 680 | 65 | D |
| 25 | 5 | 2 | 32 | 12 | A | 24 | 1 | 33 | 2890 | 410 | E |
| 19 | 2 | 2 | 34 | 0 | B | 22 | 1 | 42 | 3260 | 355 | E |
| 15 | 8 | 2 | 34 | 7 | B | 1 | s/p. | | | | |
| 27 | 4 | 2 | 35 | 3 | B | 2 | s/p. | | | | |
| 21 | 3 | 2 | 35 | 13 | A | 3 | s/p. | | | | |
| 19 | 5 | 2 | 37 | 0 | B | 4 | s/p. | | | | |
| 14 | 4 | 2 | 38 | 4 | B | 5 | S/p. | | | | |
| 19 | 6 | 2 | 39 | 0 | B | 8 | s/p. | | | | |
| 19 | 3 | 2 | 40 | 0 | B | 9 | s/p. | | | | |
| 21 | 1 | 2 | 40 | 10 | A | 10 | s/p. | | | | |
| 15 | 13 | 2 | 44 | 15 | A | 11 | s/p. | | | | |
| 25 | 1 | 2 | 44 | 19 | A | 20 | s/p. | | | | |

Fig 143 – Ensaio estatístico sobre as unidades residenciais identificadas na área escavada de Conimbriga. (s/p. = sem p[ossibilidades de análise]).

2. A classificação dos cenários

Para além da questão jurídica da liberdade cívica⁵⁷⁸, a sociedade romana não fazia mais distinções cabais que entre *bonestiores* e *humiliores*⁵⁷⁹.

A primeira questão é irrelevante para a análise da expressão social da arquitectura doméstica, pois os escravos não eram proprietários; a caracterização social dos cenários urbanos terá de ser assente portanto na segunda distinção.

É certo que as duas grandes casas do quinto grupo são de aristocratas e plutocratas de Conimbriga, que também o seriam em qualquer outro lugar do Império. A dúvida residirá em como classificar socialmente as residências do quarto grupo⁵⁸⁰.

Evidência relevante é a de que os três primeiros grupos identificados, reunindo 64 das 78 unidades residenciais (89%) ocupam apenas 15% da área doméstica total (1900m² dos 12469m² totais. As duas grandes residências, só por si, ocupam 49,3%).

Como se classificariam então as residências do quarto grupo (9,4% das unidades contabilizadas; 35,7% da área doméstica): por contraste, apesar de tudo muito favorável, com a quase destituição dos grupos inferiores?⁵⁸¹ Ou valorizando a abissal diferença relativamente ao topo da escala?⁵⁸²

É desde logo evidente que essa classificação é impossível, e qualquer escolha é arbitrária. Pode mesmo afirmar-se que qualquer tentativa de classificação neste contexto seria perniciosa, pois iludiria a questão essencial.

⁵⁷⁸ A divisão entre o livre e o escravo é a *summa divisio personarum* segundo Gaio (*Istitutiones* 1, 9 *apud* Thébert 1991, 121).

⁵⁷⁹ *Loc. cit.* e 144-145.

⁵⁸⁰ Veja-se a situação semelhante no espectro inferior da tipologia da arquitectura doméstica pompeiana; Pesando 1997, 199-215.

⁵⁸¹ Whittaker 1991, 225-229.

⁵⁸² Numa perspectiva “ciceroniana”; Morel 1991, 202.

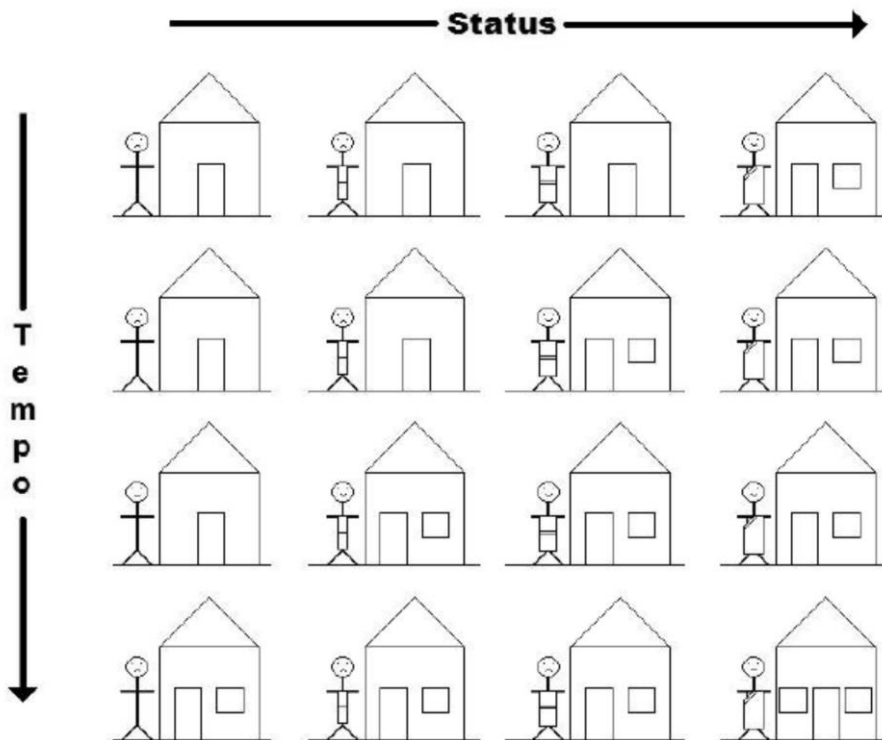


Figura 144 - Esquema de competição social por símbolos de *status*, segundo Miller 1985, reproduzido em Wallace-Hadrill 1994, fig. 7.1, p. 146, modificado.

A questão social essencial é a competição, o desejo de promoção social e política, própria e familiar⁵⁸³. As residências do quarto grupo mostram como essa competição se exprime em termos arquitectónicos: algumas delas mostram mesmo quais os resultados dessa competição, no que diz respeito aos efeitos produzidos nas renovações dos edifícios (algo a que a própria casa dos repuxos não foi alheia) e, neste sentido, a dinâmica urbana espelha a dinâmica social competitiva na difusão dos símbolos de *status* ao largo da escala social⁵⁸⁴. Esta dinâmica é, muito claramente, movida sobretudo pela ansiedade dos níveis superiores em não se confundirem com os estratos menos privilegiados, mais

⁵⁸³ Mouritsen 1997, 59-82.

⁵⁸⁴ Cf. Wallace-Hadrill 1994, 143-169.

do que pela tentativa deliberada destes últimos se promoverem: a difusão dos símbolos de *status* nas camadas menos possidentes é um efeito da difusão do consumo⁵⁸⁵, facilitada no caso da arquitectura doméstica de Conimbriga pelo efeito de promoção de toda a fileira económica a que já se fez referência.

3. A caracterização dos cenários

É inevitável tomar os edifícios como ponto de partida da caracterização das unidades residenciais que os compõem no seu papel de cenário social. No entanto, ao contrário do que acontece com os elementos desses cenários individualmente considerados⁵⁸⁶, cujas variadas designações constituem maioritariamente um grupo de significantes unívocos, os cenários urbanos por eles compostos não formam um conjunto discreto (no sentido matemático do termo), permitindo apenas isolar categorias que parcialmente se recobrem, deixando entre si uma margem ambígua, em que a classificação é impossível ou, quando possível, arbitrária.

***Domus et insula*, cenários da habitação familiar**

A *domus*⁵⁸⁷ pode, em Vitruvius, ser *privata* ou *regia*, *urbana* ou *pseudo-urbana*⁵⁸⁸; pode não ser mais que *domuncula*⁵⁸⁹, mas distingue-se sempre do *tugurium*⁵⁹⁰ e de qualquer simples habitação, porque é efectivamente mais que simples *aedes* ou *habitatio*⁵⁹¹.

⁵⁸⁵ Cf. Wallace-Hadrill 2008, 345-355.

⁵⁸⁶ Cf. *supra* p. 247-288.

⁵⁸⁷ Callebat e Feury 1995, 174; Ginouvès 1988, 152 s.v. maison.

⁵⁸⁸ Mas nunca pode ser *rustica*, simetricamente à *villa* que só excepcionalmente é urbana; Callebat e Feury 1995, 174-175.

⁵⁸⁹ Callebat e Feury 1995, 178; Ginouvès 1988, 153-154 s.v. maisonette.

⁵⁹⁰ Callebat e Feury 1995, 175.

⁵⁹¹ *Id. ibid* 174; Ginouvès 1988, 152 s.v. habitation.

Em Conimbriga, *domus* designa um edifício de que infelizmente não se conhece a morfologia, a casa de Andercus⁵⁹². Pelo que conhecemos dos limites do edifício (estão expostas três das quatro fachadas) deveria ser congénere com as outras ínsulas que rodeiam o fórum, incluindo casas de dimensão apreciável (nada sabemos do aparato decorativo), mas sem atingir a dimensão ou o nível de requinte das maiores residências. A designação de *domus* podia portanto, segundo os usos locais, aplicar-se a edifícios de carácter relativamente modesto⁵⁹³.

Com isto em mente, regressando ao ensaio estatístico sobre as unidades residenciais, poder-se-ão classificar como *domus*, as unidades residenciais classificadas, segundo os critérios quantitativos e qualitativos, as unidades residenciais nos quarto e quinto grupos (Grupos D e E).

Todavia, a análise destas unidades enquanto elementos de um sistema de cenários – leia-se: a sua análise quantitativa, não só isoladamente, mas enquanto elementos de uma unidade maior (quarteirão ou ínsula) de que fazem parte – através da medida da sua centralidade nessa unidade maior (*versus* o número de outras unidades residenciais com que dividem esse quarteirão e a percentagem da área global que dele ocupam), sugere um resultado de superior subtileza e complexidade, que o quadro da figura 143 permite compreender.

A observação que se pode julgar mais importante fazer é a de que a *domus* tende para um protagonismo absoluto dentro do seu quarteirão e ocuparia, por natureza, uma extensão sempre superior a dois terços dele. As unidades residenciais de menor entidade são precisamente espaços periféricos, marginais e residuais, em toda a extensão destes qualificativos.

⁵⁹² Não sendo de aceitar a atribuição feita em Etienne *et al.* 1976, 111-112, do capitel inscrito à ínsula do vaso fálico, pois dessa ínsula conhecemos toda a extensão e as (poucas) colunas existentes situam-se no extremo oposto ao local onde o capitel foi encontrado e, para além disso, são todas construídos em tijolos de quadrante, não são colunas de pedra como a peça demonstra que era aquela a que pertenceu (cf. *supra* p. 112, n. 129), o critério da localização do achado levou a atribuí-lo à ínsula a sul do fórum, que se pode designar de “casa de Andercus”.

⁵⁹³ O que nada tem de surpreendente. As referências à *Camali domus* de Briteiros (CIL II 5590 e 5595; cf. Etienne *et al.* 1976, 112) pertencem a uma construção que não é romana, nem pelo tipo (uma casa castreja de planta circular) nem pela técnica de construção (Cardozo 1996, 42-44). Mas a redução do termo *domus* a uma referência gentilitária ou familiar, que pode ser aplicável ao caso referido, não parece poder explicar esta ocorrência em Conimbriga, que deve ser tomada como uma efectiva menção à designação dada a um edifício residencial em concreto.

| Ed. | Un. | Designação | Cel.# | Área (m2) | a) | b) |
|-----|-----|-------------------------------|-------|-----------|----|---------------------|
| 22 | 1 | Casa de Cantaber | 42 | 3260 | 0 | 100% |
| 26 | 1 | Casa da cruz suástica | 10 | 736 | 0 | 100% ⁵⁹⁴ |
| 12 | 1 | Casa de Valerius Daphinus | 3+ | 128 | 1 | 62% |
| 6 | 2 | Casa do tridente e da espada | 9 | 510 | 1 | 92% |
| 23 | 3 | Casa de Tancinus | 8 | 700 | 2 | 85% |
| 7 | 2 | Edifício das portas do Sol | 6 | 300 | 2 | 90% |
| 27 | 1 | Casa dos esqueletos | 12 | 680 | 4 | 81% |
| 24 | 1 | Casa dos repuxos | 33 | 2890 | 4+ | 98% |
| 21 | 6 | Insula do aqueduto | 10 | 600 | 5 | 23% ⁵⁹⁵ |
| 16 | 6 | Insula a Norte das termas | 10 | 144 | 5 | 51% ⁵⁹⁶ |
| 13 | 2 | Casa do medianum absidado | 10 | 293 | 5 | 67% |
| 15 | 7 | Insula do vaso fálco (11 ss.) | 6 | 101 | 12 | 17% |
| 15 | 2 | Insula do vaso fálco (32 ss.) | 6 | 107 | 12 | 18% |
| 15 | 11 | Insula do vaso fálco (18 ss.) | 8 | 120 | 12 | 20% |

a) Número de outras unidades que compõem o edifício.

b) Percentagem da área total do edifício ocupada pela unidade

Figura 145 – Quadro comparativo das residências do quarto e quinto grupo.

As exceções encontram-se em edifícios que, desde um ponto de vista fenomenológico, se apresentam ao transeunte de outra forma: a insula do vaso fálco (em que a sucessão de entradas não distingue a dimensão das unidades residenciais a que dão acesso), a insula a norte das termas (onde o contraste original era ainda maior no séc. I), a insula do aqueduto (com a sua entrada relegada para um extremo da fachada oeste, onde também se abriam as escadas para os pisos superiores).

As unidades residenciais não chegam a atingir um protagonismo marcado dentro do seu edifício ou do seu quarteirão⁵⁹⁷, certamente porque o

⁵⁹⁴ Por inexistência de informações quanto aos acessos, não se considerou a existência de unidades no piso superior.

⁵⁹⁵ No piso térreo a unidade principal ocupa 70% da área. Calculou-se a percentagem em função da existência de mais dois pisos.

⁵⁹⁶ Considerando o estado do edifício após as demolições flávio-trajânicas. Antes delas a percentagem ocupada pela unidade principal era menos de metade (ou seja, cerca de 25%).

⁵⁹⁷ Para G. Storey (2001, 389-391) o carácter dominante da unidade residencial dentro do edifício é o carácter determinante na identificação da *domus*. No entanto, o argumento utilizado parte de um certo apriorismo histórico-jurídico, compreensível na medida em que o objectivo da investigação apresentada é a *insula*, não a *domus*, e o conhecimento da vastíssima bibliografia sobre o tema é manifesto. A situação específica de Conimbriga diverge obviamente da de

mesmo acontece com a posição sócio-económica dos seus proprietários, na esfera em que se insere.

Há portanto um discurso intersticial, sobre a natureza social e económica do proprietário, que se desenvolve entre as grandes linhas do discurso jurídico sobre a propriedade e a sua categorização. Pode assim passar-se da constatação da ambiguidade das designações, para a verificação da natureza dos fenómenos que criam essa ambiguidade: neste caso ela está claramente ligada à forma como os proprietários vivem, em contraste com a forma como vivem os seus vizinhos próximos, estabelecendo-se diferenças de *status* que provavelmente são de pequena monta, se individualmente consideradas, ou que podem até ser risíveis, se observadas desde o topo da escala sócio-económica, mas que teriam (poderiam ter) uma enorme importância no tecido social da cidade, globalmente considerado.

Pode mencionar-se, em apoio desta observação, que as duas *fullonicae* tentativamente identificadas na cidade se integram na margem inferior deste grupo de residências (que, portanto, se duplicavam funcionalmente como instalações comerciais), pelo que se pode sustentar que uma actividade de âmbito relativamente modesto podia apesar de tudo representar um activo com significado.

A ambiguidade das designações cresce exponencialmente quando descemos na escala da dimensão dos edifícios e nos concentramos na ínsula⁵⁹⁸ e nas suas sub-divisões (*cenacula, aediculae, cellae deversoriae*⁵⁹⁹).

As unidades em que se subdividem os edifícios que não são dominados pela presença de uma *domus* parecem ter-se denominado correntemente

Roma e de Ostia e a epigrafia demonstra que o próprio conceito jurídico pode ter sido distinto; a sua discussão em profundidade foi assim achada ociosa e abandonada no presente contexto.

⁵⁹⁸ Cf. as visões divergentes de Coarelli 1997, 89-109, e Lo Cascio 1997, 3-76. Tantillo 2005 faz um útil resumo das implicações demográficas e Storey 2002 é porventura o tratamento recente mais completo do tema. Mas as observações feitas a propósito do conceito de *domus* deverão aplicar-se, no contexto de Conimbriga, *maxime* ao caso da ínsula. Não se insistirá portanto demasiado no tema.

⁵⁹⁹ Frier 1977, 30-34

*cenacula*⁶⁰⁰. Os regionários de Roma⁶⁰¹, no entanto chamavam a estas unidades (não ao edifício no seu todo) *insula*⁶⁰².

Certo é que estas subdivisões representavam uma percentagem muito significativa das unidades residenciais de Conimbriga: 29 unidades residenciais identificadas nos segundo e terceiro grupos, 37% do total⁶⁰³.

Um terço das unidades residenciais da área escavada de Conimbriga pode, portanto, definir-se como pequenas composições de 2 a quatro compartimentos, com áreas de 30 a 80m². Seria este o cenário dominante da habitação familiar, e é sobre este facto que necessariamente repousará qualquer reconstituição credível da sociedade conimbrigense e dos fenómenos sócio-culturais em que foi partícipe.

A diferenciação funcional entre as unidades é mínima, quase inexistente. A única excepção consiste nas unidades localizadas na ínsula do aqueduto e na casa dos esqueletos – significativamente ambas próximas de termas públicas – onde os vestígios de balcões construídos junto às entradas das salas externas permite reconstituir o seu funcionamento como *popinae*. A inserção social destas actividades e a sua conseqüente localização na cidade não diverge do que é conhecido nas cidades romanas melhor conservadas⁶⁰⁴.

A identificação de possíveis sedes de corporações no tecido urbano de Conimbriga

Dentro do terceiro grupo de unidades residenciais isolados no ensaio estatístico (Grupo C), cinco delas destacam-se pelas suas características, não se podendo classificar simplesmente como simples unidades habitacionais.

⁶⁰⁰ *Id. ibid.* 27; Ginouvés 1998, 153 e n. 19 e 163 n. 156

⁶⁰¹ Storey 2002, 412-414.

⁶⁰² Como demonstrou G. Storey (2001, 397-399 e 2002 414-417).

⁶⁰³ Se for aplicada a leitura mais imediata do conceito de *domus* e o critério dos regionários, serão retirados do grupo das *domus* cinco unidades (situadas nas insulas do aqueduto, do vaso fático e a norte das termas) e integradas nessa categoria inferior, modificando os totais absolutos e relativos para 34 unidades e 43%. Se dos mesmos totais retirarmos as unidades que se mencionam *infra*, a propósito das *scholae*, esses valores reduzem-se para 24 unidades e 30%. Trata-se de uma flutuação que é efeito natural da ambiguidade das divisões.

⁶⁰⁴ Ellis 2004, 271-384.

A principal característica comum destas cinco unidades é a sua composição tripartida com ligações entre as salas, preferencialmente axiais⁶⁰⁵.

| Ed. | Un. | Designação | Cel.# | M2 | Dif. m2 | Equipamento notável |
|-----|-----|---------------------------------|-------|----|---------|---|
| 6 | 1 | C. tridente e da espada (norte) | 3 | 47 | 5 | Mosaicos |
| 18 | 2 | Ed. latrinas do fórum | 3+ | 66 | 23 | <i>Triclinium</i> em <i>o. signinum</i> |
| 15 | 10 | Ins. vaso fálico 7-9 | 3 | 37 | 10 | Banco na sala do fundo |
| 20 | - | Ed. a Oeste da c. Cantaber | ? | ? | ? | <i>Triclinium</i> em <i>o. signinum</i> |
| 27 | 2 | C. esqueletos (sudoeste) | 3 | 65 | 12 | Mosaico na sala do fundo |

Figura 146 – Quadro comparativo das prováveis *scholae* de Conimbriga.

Esta axialidade não existe no caso da ínsula a oeste da casa de Cantaber, onde aparentemente da sala de entrada se passava, à esquerda, para a sala dos *triclinia*, ou à direita para outra sala, onde um maciço de alvenaria pode ser o que resta da base de um plinto. Possivelmente também não existe no edifício das latrinas do fórum, onde a última sala é de pequeníssimas dimensões, não podendo ser mais que um espaço de armazenagem de bens ou utensílios; talvez o reconhecimento de duas unidades residenciais no edifício seja um efeito distorcido dos critérios que levaram à construção do catálogo das unidades residenciais⁶⁰⁶ e que todas as cinco salas fizessem parte da *schola* – a sua planta organizar-se-ia então com vestíbulo dando acesso à sala dos *triclinia* e a outra sala à direita, cada uma destas duas providas por sua vez de um espaço de arrumos.

⁶⁰⁵ Três outros casos foram examinados e excluídos: as unidades de três compartimentos em sequência nas casas de Valerius Daphinus (12.2) e do medianum absidado (13.1) e na ínsula do aqueduto (21.2). As duas primeiras foram excluídas porque a ligação entre as salas nunca foi feita axialmente, mas sim a um dos lados dos compartimentos e também porque a sua evolução posterior à construção mostra que, se alguma vez serviram de *schola*, eventualmente deixaram de o fazer tendo sido integradas na residência (mediano absidado) ou recebido um tipo não identificado de actividade artesanal (Valerius Daphinus), o que é invulgar em edifícios dessa natureza semi-pública. A unidade da ínsula do aqueduto mostra uma escada de acesso a um mezanino na sala de entrada e a sala do fundo não respeita a geometria das outras duas: foi excluída por ser mais provável tratar-se de uma unidade doméstica normal, apenas de maiores dimensões.

⁶⁰⁶ Aponte-se o facto de ser a única hipótese deste género que o estudo ulterior permitiu apontar. *Pro memoria*, o catálogo não foi modificado por forma a coincidir com a hipótese; os efeitos desta situação não são significativos estatisticamente.

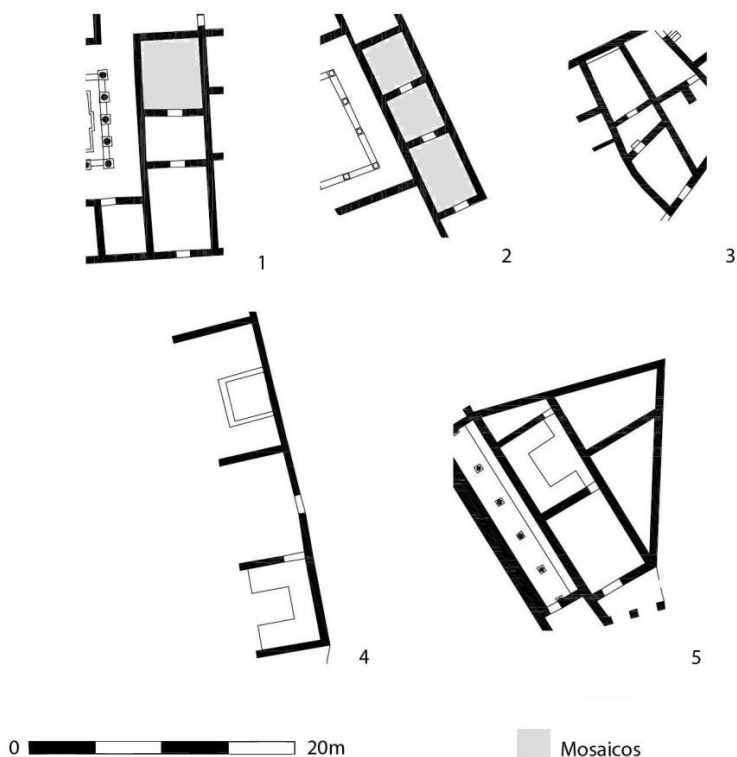


Figura 147 – Plantas comparadas das prováveis *scholae* de Conimbriga.

1 Casa dos esqueletos; 2 Casa do tridente e da espada; 3 Insula do vaso fálco; 4 Edifícios a oeste da zona C; 5 Edifício das latrinas do fórum.

Outras características notáveis são a presença de mosaicos, inesperados se de pequenas habitações se tratasse, e num dos casos com uma decoração *sui generis* (ligada ao anfiteatro), dos dispositivos destinados ao *convivium* (marcação da posição dos *triclinia* no solo de *opus signinum* e num caso, banco em alvenaria) e, num caso, uma posição urbanística muito curiosa, associada a um monumento público (o fórum). A conjugação destas características, que são completamente estranhas à restante arquitectura doméstica aqui conhecida e

estatisticamente inexplicáveis, funda a hipótese de estarmos perante *scholae* de agremiações existentes na cidade.

Estão documentadas epigraficamente em Conimbriga duas destas agremiações, um colégio fúnebre⁶⁰⁷ e uma corporação não identificada, mas de natureza certamente profissional e suficientemente bem organizada para dispor de cargos específicos como tesoureiros⁶⁰⁸. A associação destes edifícios, que certamente não foram simples habitações, a esse tipo de organização social, é portanto legítima⁶⁰⁹.

A principal característica destas sedes corporativas é efectivamente uma organização espacial tripartida⁶¹⁰, ligada às próprias actividades das corporações, que se materializavam sobretudo nas refeições comuns e no culto:

⁶⁰⁷ *D(is) M(anibus) Iul(ia) Serano / an(norum) XXXII / in itinere urb(is) / defuncto et / sepulto Coelia / Romula / mater filio / piissimo / et collegium / salutare / f(aciendum) c(uraverunt)* (Étienne et al. 1976, 61-62, n.º 33).

⁶⁰⁸ *Minervae / Sanctae / [co]llegiati / arcariis / donum / de(derunt) ti(tulum) M(inervae)* (Garcia 1987, 39-59; *id.* 1991, 430, n.º 410a; Ribeiro 2002, 471, n.º 143) – a leitura aqui seguida é a de Ribeiro 2002. Esta pequena epígrafe faz parte de um conjunto de percurso museológico atribulado, tendo sido dado como perdida e reencontrada cinquenta anos mais tarde no Museu Nacional de Arqueologia, para onde o seu director à época a transportou sem registo de depósito. Se, como parece ser o caso, estas pequenas epígrafes correspondem aos achados epigráficos realizados nos últimos anos de escavação, antes da morte inesperada de Vergílio Correia em 1944, como parece indicar a sua inclusão no grupo das pequenas epígrafes votivas da casa dos repuxos, então é provável que a peça proviesse da zona B, podendo eventualmente estar associada à *schola* identificada na casa dos esqueletos; é, todavia, um argumento recheado de condicionais. A bibliografia citada refere, de forma algo elíptica, o percurso das peças, que seria interessante conhecer melhor (cf. Correia e Buraca 2004, 118-121), mas com idênticas suposições se identificou a *schola* de Mactar (Picard 1957; cf. García 2004, 146 n. 77).

⁶⁰⁹ Em Ostia conhecem-se 21 edifícios classificáveis como *scholae*, dos quais 15 estão identificados pela corporação específica que aí tinha sede, de entre as seis dezenas de atestações epigráficas recolhidas na cidade (Hermansen 1982a, 61-88 e 239-241). Em Conimbriga podia colocar-se ainda a hipótese de, para além de outras corporações profissionais que se podem tomar como prováveis, à luz da actividade artesanal reconhecida arqueologicamente na cidade, poder ter existido um *collegium iuvenes* ou organizações de Augustais requerendo sede própria; para além delas, podem ter existido agremiações de tipo compitalício, ligados à divisão da cidade em *vici* urbanos que, num determinado momento, teriam organizado os grupos indígenas *contributi* na cidade, também eles com manifestação epigráfica (mas não as organizações vicanas). Este último assunto, tratado em Correia e De Man 2009, *passim*, deve todavia considerar-se em aberto até melhor evidência, ou melhor análise da epigrafia, mas veja-se Lott 2004, 1-28 e, sobretudo 132-134; Laurence 1994, 40-44, trata da divisão de Pompeia em *vici*, de onde se deve concluir que a situação não deve ser considerada exclusiva de Roma

⁶¹⁰ Observada desde logo na mais antiga instituição do género documentada, a *schola xantha*, situada em Roma, na *via sacra* junto aos *rostra* (Daremberg & Saglio 1877, 1120-1122, *sub verba*).

vestíbulo, sala de culto e *triclinium* são portanto os elementos recorrentes⁶¹¹. A mesma situação se verifica na Gália do Sul, sendo paralelo especialmente relevante a Maison des dieux Oceán⁶¹².

Mas, para além deste elemento funcional, a tipologia arquitectónica não aporta nenhum dado absolutamente confirmante da classificação destes edifícios como *scholae*, pois a tipologia não é aqui de nenhuma utilidade⁶¹³, verificando-se até que este é um campo onde a inventiva dos contrutores se aplicou com mais vigor: é enorme a variabilidade de plantas e dispositivos dos exemplos, quer ostienses quer de outras cidades⁶¹⁴, e frente a eles os casos de Conimbriga destacam-se pela sua modéstia, de dimensões e de aparato⁶¹⁵.

Este contraste pode levantar dúvidas sobre a solidez da proposta, na medida em que a investigação do tema vem-se inclinando no sentido de identificar como sedes de corporações edifícios de grande relevo arquitectónico. Fenómeno natural em Ostia⁶¹⁶, é também o caso da Península Ibérica⁶¹⁷ ou do Sul da Gália⁶¹⁸. No entanto, e para além das referidas diferenças directamente inerentes à capacidade económica da corporação e dos seus membros, a identificação de grandes residências, no seu conjunto arquitectónico completo, como sede de *collegia*, parece por vezes estar assente

⁶¹¹ Hermansen 1982a, 60-61 e 74-75.

⁶¹² Gros 1997, 238-240.

⁶¹³ Só o edifício das latrinas do fórum, se era todo ele a sede da *schola*, poderia encontrar um paralelo, ainda que talvez excessivamente longínquo, no edifício dos *mensores frumentarii* de Ostia (reg. I, 19, 1-3; cf. Hermansen 1982a, 65-66).

⁶¹⁴ Bollmann 1994, 68-69; *id.* 1998; Gros 1997, 213-241; Subías 1994, 99-103.

⁶¹⁵ O que se pode dever à própria riqueza, ou falta dela, das corporações de Conimbriga relativamente aos outros casos identificados. Isto poderia também reflectir-se da diferença de aparato entre corporações congéneres (mas agremiando grupos pessoas de estatutos sócio-económicos diferentes) dentro da mesma cidade. Sobre este ponto veja-se a polémica entre D. Ladage (1979, 319-346; segundo a perspectiva clássica de Marrou 1965, 433) e F. Jacques (1980, 217-230; seguindo a Jaczynowska 1970, 265-274) sobre a extracção social dos membros dos *collegia invenorum*: necessariamente, a extracção dos membros (ou a importância económica da profissão implicada) condicionaria o aspecto arquitectónico da sua sede.

⁶¹⁶ Sobretudo devido à importância da *annonna*, cujas actividades directas e indirectas dominam o panorama das corporações (Hermansen 1982a, 56-59).

⁶¹⁷ Como nos casos da Casa da exedra de Itálica ou Casa de Hyppolytus de Complutum (Rodríguez 1991 e Rascón e Polo 1996, respectivamente; contra ambas as interpretações García 2004, 146-148 e 154-155)

⁶¹⁸ Gros 1997, 213-241.

numa generalização abusiva de evidências arqueológicas por vezes insuficientemente sólidas para suportarem tal generalização⁶¹⁹.

Nesta questão da natureza – privada, pública ou semi-pública - da actividade do edifício, a posição do edifício das latrinas do fórum, anexo ao monumento público, como única quebra da regularidade das quatro ruas que o rodeiam⁶²⁰, levanta neste ponto particulares perplexidades. Tratar-se-ia de um elemento urbano pré-flaviano, que pela importância do seu carácter semi-público, teve de ser respeitado?

Os mosaicos com motivos gladiatórios da casa do tridente e da espada, outro elemento de ligação a um monumento público, neste caso o anfiteatro⁶²¹, levantam também dúvidas de interpretação. Terão os motivos gladiatórios desempenhado, neste caso, uma função simbólica idêntica à que o motivo dos atletas vencedores desempenhou na sede do *collegium iuventutis* de Vienne?⁶²²

As relações entre *scholae* e residências estão normalmente baseadas na verificação de relações de patrocínio entre indivíduos e corporações, e estas relações podiam favorecer, senão determinar completamente, a proximidade espacial entre edifícios⁶²³. Seria precisamente esta a situação de Conimbriga, pelo menos nos exemplos das casas dos esqueletos e do tridente e da espada⁶²⁴, onde a *schola*, cuja integração arquitectónica obriga a admitir que foi prevista desde um primeiro momento, é completamente independente, no que aos seus acessos diz respeito, relativamente à *domus* que a alberga. A relação de patrocínio seria ainda assim evidente para todos, membros ou não membros da

⁶¹⁹ Esta equívoca linha de raciocínio levaria a, baseados no paralelo da Maison du buste d'argent (Gros 1997, 230-233) a identificar a casa de Cantaber como a *schola* de uma corporação. A sua data de construção e o seu papel na arquitectura doméstica da cidade, em que é o seu principal edifício, desmentem categoricamente a hipótese categoricamente; a análise da casa demonstra a clara existência de *propria loca* que a classificam como residência privada (sobre este ponto metodológico, cf. Gros 1997, 238).

⁶²⁰ Alarcão e Etienne 1977, 146-150.

⁶²¹ Correia 1994a, 329-330. Cf. Bollmann 1994, 69 esp. n. 10 e Maiuri 1955, 43-44.

⁶²² Sobre o mosaico, Tourenc 1975, 135-148 e Lancha 1981, 54-70. Sobre a identificação do *collegium*, Le Glay 1983, 268-271.

⁶²³ Como pode acontecer com a Maison d'Attis em Glanum (Gros 1997, 223-229).

⁶²⁴ Ao contrário da situação descrita para a Maison du buste d'argent (Gros 1997, 233, sobretudo n. 77), onde o argumento não é completamente probatório. O busto dedicado pelos *utricularii* de *Nemausus* podia estar colocado na residência do patrono (por qualquer eventualidade, senão intencionalmente), não na própria sede da *schola*, e assim sendo ambas as unidades podiam manter o seu distinto uso em posição contígua.

corporação, graças à simples justaposição dos cenários da actividade privada e semi-pública.



Figura 148 – Sala central da *schola* da casa do tridente e da espada, com a rede desenhada a branco sobre fundo preto; na soleira de acesso à sala do fundo, o tridente e a espada.

A *schola* e a corporação que nela tem sede seriam assim um veículo privilegiado da relação do notável com a restante sociedade, forma de evergetismo de dimensão insuspeitada, que modifica por completo um panorama que, até aqui, parecia concentrar o esforço dos notáveis locais em poucas grandes obras públicas.

A taberna

A delimitação do primeiro grupo do ensaio estatístico antes apresentado só aparentemente oferece uma divergência apreciável relativamente à proposta,

já classificável de histórica, de G. Girri⁶²⁵. Dos quatro tipos identificados pela investigadora italiana, e depois de consideradas as diferenças do grau de conservação das evidências de mezaninos e escadas, só dois desses tipos, e mesmo então apenas parcialmente, não se incluem aqui no primeiro grupo estatístico, incluindo-se no segundo⁶²⁶. Mas não é possível aceitar os níveis de ocupação propostos para estas unidades⁶²⁷.

Pode apontar-se a hipótese, pelo contrário, de que as *tabernae* de Conimbriga foram provavelmente, quase sempre, uma forma residual de habitação. É evidente que, num cálculo global da população da cidade, a sua presença deve ser tida em conta, mas é mais verosímil pensar que as estas instalações eram ocupadas por habitantes de carácter servil, libertino ou ingénuo mas de muito pequena expressão económica, cuja *habitatio* estava sobretudo ligada à vigilância diuturna dos pequenos negócios e dos espaços, mais do que a uma pequena habitação potencialmente geradora de uma vida familiar, da reprodução das gerações e portanto a taxas de ocupação mais elevadas. A pequena dimensão dos espaços é um dos elementos que indicam

⁶²⁵ 1955, 6-7. Talvez se trate da publicação que, na sua objectividade e concisão, tem justamente a mais nutrida e longa sobrevivência no registo bibliográfico dos estudos de arqueologia doméstica romana, pelo menos de todos os citados neste trabalho. Devido à pouca atenção tradicionalmente dada à arquitectura doméstica do baixo espectro económico-social romano, algumas das suas observações não carecem ainda de correcção e mantêm a “frescura” (e, mais importante, a pertinência) de quando foram escritas.

⁶²⁶ *Loc. cit.*: seriam as “taberne com retrobottega” (tipo III) e as “taberne com retrobottega e mezzanino” (tipo IV) que, na presente análise mostrassem uma fraca diferenciação entre taberna e “retrobottega”. A diferenciação é estatisticamente desprezível: os tipos III e IV (globalmente considerados) representam menos de 25% da amostra estudada (*loc. cit.*, 30) para além do que o tipo que, segundo a metodologia usada para Conimbriga, seria integrada no segundo grupo é, em Ostia, minoritário segundo uma apreciação empírica (*loc. cit.*, 6).

⁶²⁷ 5 habitantes para uma taberna de um só espaço, 10 para uma taberna com “retrobottega” (*loc. cit.*, 42-43), numa média de 7,5 habitantes para 37m² de média das instalações (*loc. cit.*, 40), ou seja 4,9m² de área útil por habitante, em instalações que necessitam de providenciar espaço para a sua utilidade artesanal ou comercial normal (cf. Scobie 1986, 427-428, que regista 3m²/hab. no contexto do dormitório dos *vigiles* de Ostia, o que contrasta com os alojamentos de gladiadores, já bastante mais generosos em Roma ou Pompeia; o autor aduz um paralelo moderno, Hong Kong nos anos 1955-60, que é inferior à alocação de espaço por habitante reconstituída por G. Girri, no mesmo local em que menciona a sua impraticabilidade humana e legal). Resuma-se o caso a que, 5m²/hab. é uma manifesta impossibilidade em habitação normal e, no caso de Conimbriga, parece haver razões, suportadas numa análise global da arquitectura doméstica, para não a aplicar.

esta situação, o facto de a cidade nunca ter atingido um ponto de saturação da sua área intra-muros, tal como delimitada pela muralha Baixo-Imperial, é outro.

A *taberna* representa, na linha desta reconstituição de cenários, um elemento que, se é dominante nas fachadas de certas zonas da cidade, é não obstante um elemento de reduzida, ou nula, entidade social. Presta serviços indispensáveis, sem dúvida (não estamos todavia em condições de os reconstituir), mas nenhum daqueles que necessitam de um verdadeiro investimento infraestrutural – como *fullonicae* e *popinae* – que tendem a deslocar-se para os segmentos residenciais de níveis já superiores (segundo a quarto grupos do ensaio estatístico).

Neste sentido, é inevitável conduzir o sentido das reconstituições possíveis para estes cenários urbanos numa direcção diferente – leia-se oposta – às de Ostia. Melhor se veria neste resíduo da habitação conimbrigense a presença de uma actividade económica primária, das instalações de apoio a uma agricultura suburbana, praticada por trabalhadores rurais residentes dentro do perímetro urbano⁶²⁸, o que explicaria a escassez de evidência para *villae* propriamente suburbanas, ou de instalações de exploração agrícola no geral, no imediato perímetro da cidade, justificando no mesmo passo a ocorrência em quantidade não desprezível de equipamento agrícola nas escavações da área central urbana.

A taberna surge, portanto, como um cenário marginal no sistema urbano, possivelmente ligado ao transporte, transformação e comércio urbanos dos bens agrícolas explorados no entorno, ocupada, talvez de forma não permanente, por dependentes de estatuto servil, que, em épocas ditadas pelo ritmo natural dos trabalhos agrícolas, oferecem à sociedade urbana o indispensável ao seu regular funcionamento⁶²⁹.

⁶²⁸ *Rustici et incolae*, simultaneamente; cf. Laurence 1994, 67-68. A presente reconstituição é conduzida, quiçá mesmo a um nível inconsciente, por uma leitura do panorama da arquitectura popular portuguesa (cf. Oliveira e Galhano 2003, *passim*).

⁶²⁹ Pode pensar-se, por exemplo, na venda sazonal do vinho, do azeite, do carvão, talvez na função episódica do açougue, e na pequena produção de cestaria, da olaria, do artesanato têxtil, etc., para manter as possibilidades dentro de limite estrito das actividades que certamente não deixaram de existir em Conimbriga, como noutra qualquer cidade romana; cf. Laurence 1994, 55-65. No entanto, o dispositivo de fecho com *clostra* nalgumas delas, indicando uma função mais regular, mostra que também aí existe uma variabilidade importante.

Esta marginalidade, todavia, não se reflectiria na sua importância funcional, e seria neste cenário, ainda que representando apenas 7% da área doméstica global, que a vida económica estaria sobretudo baseada. A interpenetração deste cenário com os propriamente residenciais (ou residenciais para um estrato social de um nível imediatamente superior), seria portanto função directa da interpenetração das redes de dependência social entre habitantes e das realidades da propriedade dos edifícios.

4. Os cenários urbanos de Conimbriga: cenários romanos?

A caracterização interna dos cenários urbanos de Conimbriga permite a sua comparação com os cenários de outras cidades romanas, ainda que em níveis e segundo metodologias diversas.

A primeira destas comparações é com a própria Roma: segundo os critérios dos Regionários⁶³⁰, existem em Conimbriga 10 *domus* e 35 *insulae* (68 se as tabernas fossem consideradas unidades independentes segundo os mesmos critérios), ou seja uma proporção de 1/3,5 ou 1/6,8 respectivamente. Os mesmos Regionários indicam em Roma, para o mesmo rácio, uma proporção média de 1/26⁶³¹, sendo os valores mais baixos os correspondentes à *regio III Isis et Serapis* (1/17) e à *regio XIII Aventinus* (1/19). Os dados médios de Ostia coincidem exactamente com os de Roma⁶³², sendo aí o valor mais baixo, observado em amostra aleatória, de 1/9 (correspondendo à reg. IV).

Isto demonstra uma caracterização completamente distinta do cenário urbano no seu todo. Podem introduzir-se modificantes nesta observação: a área escavada de Conimbriga corresponde precisamente ao centro da cidade; eventualmente não estão contabilizados segundo os critérios dos Regionários

⁶³⁰ Cf. *supra* p. 325, n. 595-596.

⁶³¹ Storey 2001, 393.

⁶³² *Id. ibid.* 392.

todos os espaços independentes dos pisos superiores dos edifícios; uma maior área escavada, diferentemente localizada, reduzirá a predominância das grandes *domus*, em favor das restantes habitações; mas nenhuma das modificações alterará qualitativamente a conclusão que é necessário retirar⁶³³.

Uma muitíssimo menor densidade populacional tem um impacto muito grande na valorização possível de fenómenos conexos à caracterização dos cenários domésticos. A importância relativa da presença de dois espaços forais, da disponibilidade de três estabelecimentos balneários públicos, da capacidade calculada para o anfiteatro, da capitação possível do abastecimento de água do aqueduto, da presença de edifícios de carácter semi-público de natureza corporativa, é muitíssimo aumentada numa reconstituição feita nestes moldes.

A principal ilação a retirar daqui é a de que muito provavelmente não se fizeram sentir em Conimbriga alguns dos fenómenos que caracterizam a *urbis* como distopia, exercício retórico em que os próprios romanos se deleitaram com certa regularidade⁶³⁴ e que marca a ideia corrente da cidade romana, em geral, quase tanto quanto a adoração das “maravilhas da Antiguidade” que é mais vulgar.

Outra ilação, que se apresenta como uma perplexidade, é como um contingente demográfico provavelmente reduzido pôde suportar uma dinâmica económica que produziu todos os monumentos públicos referidos.

Uma segunda aproximação à caracterização dos cenários urbanos é uma comparação com a situação de Pompeia, para onde infelizmente não dispomos da mesma informação que para Roma e Ostia. Temos, no entanto uma interessante análise da distribuição urbana dos mecanismos de relacionamento espacial entre casa e rua⁶³⁵. Podemos portanto comparar o mais simples dos índices observados nas regiões 6 e 7 de Pompeia com a globalidade da área escavada em Conimbriga: a conclusão a retirar é a de que o cenário urbano de Conimbriga é muitíssimo mais segregado do que o de Pompeia.

⁶³³ Seria necessário aumentar a área escavada de Conimbriga em mais de 50% e teria de se verificar a hipótese improvável de que se viessem a encontrar apenas unidades residenciais classificáveis como *ínsula* (sem monumentos públicos e com a mesma proporção de espaços de circulação), para se atingir a proporção de 1/26.

⁶³⁴ Laurence 1997, 11-18.

⁶³⁵ Laurence 1994, 113-115.

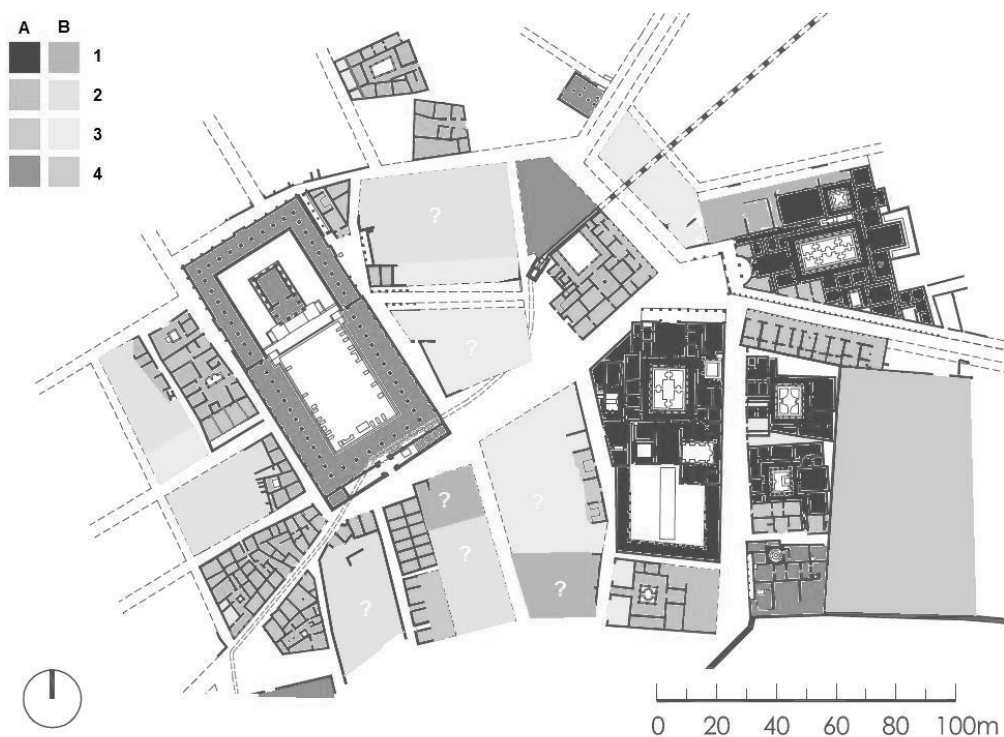


Figura 149 – Distribuição das tipologias de cenários no centro da cidade.

A tipologia segura; B tipologia apenas provável. 1 *domus*; 2 *insula*; 3 *tabernae*; 4 edifícios públicos.

Não encontramos em Conimbriga a articulação espacial de vários tipos de cenários e suas funcionalidades que em Pompeia permitiam uma relação da actividade económica urbana das zonas mais movimentadas com outras de menor intensidade de frequência; em Conimbriga o edifício por si só impõe-se como uma unidade com uma só fachada funcional. Neste sentido o maior isolamento dos cenários urbanos encerra mais facilmente sobre si próprios os cenários domésticos, deixando à discricionariedade dos habitantes a sua frequência⁶³⁶.

Por último impõe-se fazer uma comparação, que não poderá ser nem quantitativa, nem representada graficamente, com o modelo “típico” da cidade

⁶³⁶ Estas observações vêm em apoio da identificação do *vicus novus* da cidade como uma zona socialmente muito segregada.

romana de planeamento ordenado, que Conimbriga manifestamente não respeita, e que poderá oferecer uma explicação dos fundamentos do fenómeno urbano em Conimbriga, com a qual as observações feitas sobre os cenários urbanos ganharão verdadeira pertinência.

O paradigma do *castrum* como modelo da cidade romana provincial, fruto da *immensa pacis romanae maiestas*⁶³⁷, está baseado numa *deductio*, que dá aos cidadãos (*de iure* romanos) um lote de características pré-determinadas, igual aos restantes, sobre o qual se desenvolvem modelos arquitectónicos variáveis, eventualmente histórias edilícias particulares divergentes, mas que asseguram para o essencial da área central da cidade, uma homogeneidade que, no geral, evolução urbana nenhuma, até ao abandono das cidades ou até à Idade Média, conseguiu destruir. É esta a situação de Ostia, da colónia sulana de Pompeia, é a situação paradigmática de Timgad. É também a situação de *Emerita Augusta*, capital da província onde Conimbriga se insere, e parece ter sido a situação da maioria das cidades peninsulares que conheceram um desenvolvimento urbano significativo.

Isto não aconteceu em Conimbriga, apesar de ter acontecido noutras cidades do extremo ocidental da Península e também do seu extremo Norte, como Coimbra e Braga. Não se conhecem, e porventura não será possível determiná-las, as razões deste facto.

Mas é evidente que a manutenção do cadastro pré-romano de Conimbriga condicionou forte, senão decisivamente, a evolução urbana da cidade. Tendo-se argumentado pela ligação directa entre evolução do cenário urbano e fenómeno social, a única conclusão possível é portanto, a de que também a situação social pré-romana condiciona decisivamente a estrutura social da cidade ao longo do período imperial.

⁶³⁷ Boëthius 1960, 53.

Capítulo 7

A morfologia urbana de Conimbriga e a sua estrutura social

Os problemas inerentes ao facto indesmentível de a área escavada de Conimbriga poder constituir uma amostragem não aleatória (e por isso não perfeitamente representativa) da cidade no seu todo foram já mencionados. Todavia, o conhecimento da área urbana permite, dentro de limites de incerteza aceitáveis (e em certa medida, controláveis do ponto de vista estatístico) extrapolar os índices de ocupação observados nas áreas escavadas para as áreas não escavadas.

Esta extrapolação, adequadamente modificada de acordo com a própria natureza do terreno, permite teoricamente determinar a taxa de ocupação do espaço urbano pelas construções domésticas e, partindo de uma proposta de uma reconstituição das ocupações médias dessas unidades, apontar um número possível de habitantes da cidade no ponto álgido da sua ocupação.

Este número, de importância relativa, é sem embargo o dado essencial para o estudo da sua estrutura social, por ser a realidade primeira que condiciona essa estrutura: o volume envolvido. Até hoje tem-se trabalhado exclusivamente com a noção de que a cidade, era alimentada por um aqueduto que forneceria água suficiente para cerca de 10000 a 15000 habitantes⁶³⁸. Este cálculo é respeitável, mas insuficientemente preciso e a própria base de cálculo carece de mais suporte.

⁶³⁸ Alarcão e Etienne 1977, 60.

Um outro elemento relevante da extrapolação é o factor económico de diferenciação da ocupação do espaço, medido na dimensão dos edifícios – e, teoricamente, é possível avançar desde a mera dimensão do lote ocupado até à realidade económica do edifício no seu todo. Este elemento final permitirá, portanto, avaliar a relevância sócio-económica da estrutura piramidal de ocupação do espaço urbano que se verificou desde os primeiros momentos da sua análise e, portanto, enquadrar adequadamente os fenómenos culturais observados.

1. A ocupação do espaço urbano de Conimbriga

A situação da área escavada de Conimbriga, no que diz respeito à sua ocupação pode ser resumida da seguinte forma

| | m2 | % |
|----------------------------|-----------|----------|
| Área escavada total | 30216 | 100 |
| Edifícios públicos | 10283 | 34 |
| Edifícios privados | 13948 | 46 |
| Espaço livre | 5985 | 20 |

Figura 150 – Proporção das funcionalidades urbanas do espaço ocupado, na área escavada de Conimbriga.

A área escavada representa, portanto, 13,6% dos 22,2 hect. totais⁶³⁹, mas a extrapolação das proporções funcionais observadas para o total da cidade não pode ser feita directamente.

Em primeiro lugar, não é provável que a restante área, não escavada, da cidade estivesse tão marcadamente ocupada por monumentos públicos, por ser marginal. Na área escavada o fórum e as três termas públicas (total 10283 m²) representam 34%: esta percentagem, claramente não é extrapolável. Conhecese ou é possível reconstituir em Conimbriga a existência de um anfiteatro⁶⁴⁰, de um teatro⁶⁴¹ e de um fórum de natureza municipal⁶⁴²: a sua área total pode reconstituir-se aproximadamente em 10000m², o que constitui um valor mínimo para calcular, somando, a extensão dos edifícios públicos no total da cidade (9,1%). Dando ainda margem para outros monumentos ainda não identificados⁶⁴³, atingir-se-ia um máximo de 24773 m², ou seja 11,2% da área total da cidade, o que empiricamente parece aceitável.

Em segundo lugar o espaço livre disponível é certamente muito superior nas margens urbanas do que no centro e a extrapolação da percentagem observada de 20% incorreria certamente num importante erro por defeito, apesar de em primeira leitura essa percentagem poder ser tomada como significativa. Do ponto de vista da arqueologia de terreno é observável que existe ao longo da muralha alto-imperial de Conimbriga uma faixa interior onde não são observáveis construções⁶⁴⁴. Medida no eixo Edifício da pedra/Porta da muralha essa faixa tem cerca de 60m de largo, o que representaria, se estendida a todo o perímetro Este da muralha, de 60000 a

⁶³⁹ Todas as medições foram feitas sobre as plantas digitais de Conimbriga subjacentes aos dados publicados em Correia e Alarcão 2007, utilizando as ferramentas próprias do programa informático utilizado.

⁶⁴⁰ Correia 1995.

⁶⁴¹ Alarcão 2009, II 242.

⁶⁴² Correia 2009.

⁶⁴³ Arbitrariamente, estes poderiam equivaler, todos considerados, à área do fórum (4490m²) como um máximo. Neste ponto, sob pena de se entrar numa regressão infinita de hipóteses, é necessário abandonar a consideração de edifícios de natureza semi-pública, como as *scholae*, que se integram nos cálculos do lado dos edifícios privados. As taxas de ocupação dessas unidades (habitacionais, mas não propriamente residenciais) não influirão de maneira significativa nos cálculos realizados e, em qualquer caso, alguma residência permanente nessas instalações é de considerar (vigilantes, encarregados de manutenção, etc.).

⁶⁴⁴ Facto mencionado, entre outras referências, em Correia 2004b e em Reis 2003.

65000m², 30,3 a 32,6 % da área total, a que se teria de somar ainda o espaço de circulação existente na restante zona construída (para onde se pode extrapolar a proporção observada na área escavada, atingindo-se valores totais finais de 104432 a 109432 m², 47 a 49,3% do total). Concluir-se-ia, portanto, que quase metade do espaço da cidade delimitado pela muralha alto-imperial não foi efectivamente ocupado por construções, sendo destinado à circulação, e - parte substancial dele, tendo sido reserva urbana destinada ao crescimento populacional que não teve lugar, por motivos históricos que não se podem aqui indagar, nunca foi utilizado para construção.

A extrapolação pode ser assim feita, deixando incidir as margens de incerteza sobre a área da arquitectura doméstica, de maneira a poder-se estimar, em toda a análise ulterior, as margens de erro máximas dos cálculos levados a cabo.

| | m² | % |
|---------------------------|----------------------|-------------|
| Superfície total | 222161 | 100 |
| Edifícios públicos | 20283 - 24773 | 9,1 – 11,2 |
| Espaço livre | 104432 – 109432 | 47,0 - 49,3 |
| Edifícios privados | 87956 - 97446 | 39,5 – 43,9 |

Figura 151 – Quadro das estimativas das áreas funcionais de Conimbriga

Para os cálculos ulteriores tomar-se-á, portanto, um valor médio provável de 92701 m² de área urbana ocupada por construções domésticas (41,7% da área total) sujeito a um erro possível de 4745 m² (+/- 0,6%).

2. A ocupação dos espaços domésticos de Conimbriga

A ocupação dos espaços domésticos de Conimbriga e a disponibilidade de espaço para os habitantes, medida essencial para o cálculo do número de habitantes da cidade estava logicamente dependente de duas realidades distintas: as estruturas tradicionais de coabitação da família e a esperança de vida.

O melhor elemento para fazer estimativas desses elementos é a epigrafia, apesar de todas as dificuldades teóricas inerentes⁶⁴⁵, mas em concreto a situação específica de Conimbriga obriga a proceder com grande prudência, pois a amostra é reduzida⁶⁴⁶.

Essa amostra será, portanto, utilizada sobretudo enquanto referente da verosimilhança da extrapolação de dados de análises mais gerais⁶⁴⁷. Esse contraste é todavia, de grande importância, pois esses mesmos estudos gerais demonstram que existem ordens de grandeza significativas na variabilidade encontrada em distintas amostras.

Conhecem-se em Conimbriga trinta e cinco epígrafes funerárias que dão, no geral, indicações sobre o sexo e a idade do defunto e sobre o seu parentesco com a pessoa sobrevivente responsável pela erecção do monumento (que se pode aceitar ser o indivíduo que, à data da morte do defunto, desempenha, ou passa a desempenhar, um papel central na estrutura da família). Estas trinta e cinco inscrições dizem respeito a 38 indivíduos diferentes, que constituem, portanto,

⁶⁴⁵ Sobre o problema há visões tradicionais como as de Etienne 1957, 418-425 e Moretti 1959, 60-78, todavia criticáveis, desde um ponto de vista da técnica estatística da demografia; cf. Hopkins 1967, 245-264. As abordagens têm evoluído, cf. Duncan-Jones 1990 (cap. 6) e Frier 1992, 286-290. Revisões recentes do problema: Hin 2007; Scheidel 2007a.

⁶⁴⁶ Considerou-se estarem em condições de ser utilizadas as epígrafes de Conimbriga recenseadas em Etienne *et al.* 1976 n.ºs 26, 27, 31-34, 36, 37, 39, 44-47, 50, 52-54, 56-68 e 70-74.

⁶⁴⁷ Burn 1953, 25-45; *id.* 1965, 253-257; Frier 1992, 286-290.

a amostra local de contraste. Este número é insuficiente para análises pormenorizadas, mas um elemento ressalta imediatamente: dos 38 indivíduos, 23 (60%) são filhos ou netos dos dedicantes.

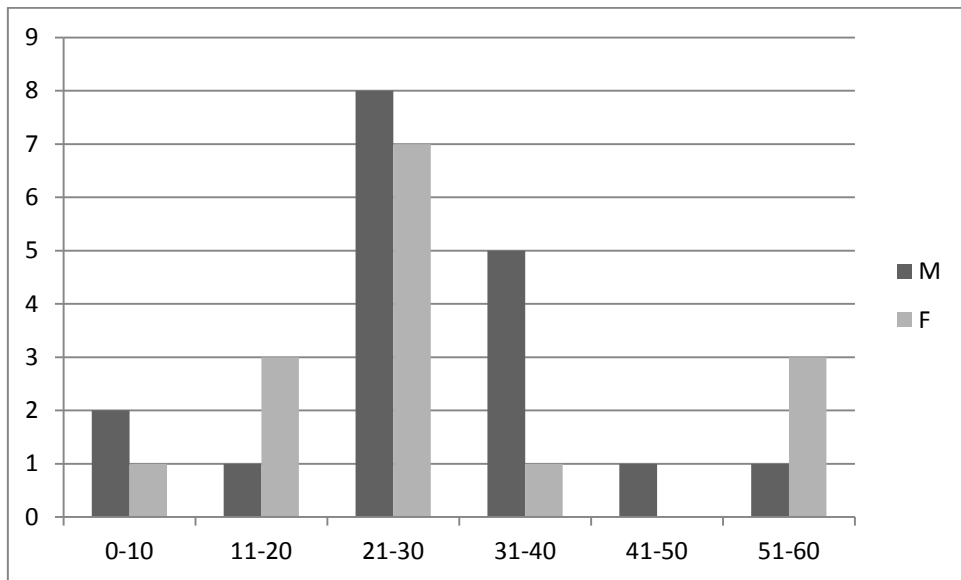


Figura 152 – Quadro da distribuição, por sexos, da idade mortal dos indivíduos registados em epígrafes de Conimbriga.

Há razões, portanto, para pensar que uma percentagem muito significativa dos indivíduos [suficientemente notáveis para serem recordados com uma lápide funerária] viviam ainda, à data da sua morte, na dependência dos pais, o que indica um modelo de família preponderantemente pluri-geracional.

Outro elemento importante é que só 6 indivíduos (15%), são identificados como pai, mãe ou patrono do dedicante, e a sua média de idade à morte é de 44 anos (os restantes 9 [25%] são cônjuges, cognatos ou o parentesco é indeterminável e há um caso *sibi posuit*).

Um limite superior de expectativa de vida na ordem dos 40/50 anos pode, à luz da evidência geral disponível, considerar-se de ordem média-alta⁶⁴⁸.

Não é, no entanto, possível avaliar o problema da esperança de vida senão da forma mais elementar.

A distribuição, por sexos, das idades de morte observadas entre os 38 indivíduos, dá os resultados expressos no gráfico anterior (fig. 152).

A moda da idade mortal⁶⁴⁹ cai entre os 21 e os 30 anos, mas com uma significativa diferença no comportamento dos sexos. Uma percentagem assinalável dos homens morre entre os 31 e os 40 anos, o que não acontece com as mulheres, que, pelo contrário, morrem com frequência antes dos 20⁶⁵⁰ (o pico de dedicatórias a mulheres de idade próxima dos 60 anos deve-se mais provavelmente a razões sentimentais ligadas a figuras matriarcais, não devendo valorizar-se estatisticamente⁶⁵¹).

Em suma, a situação pode descrever-se como sendo a de uma muito rápida sucessão de gerações, num padrão de co-residência plurigeracional.

Podem portanto propor-se o seguinte quadro de restituição das unidades familiares:

| | Mínimo estimado | Máximo estimado |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|
| Geração 1 (Ancestrais) | 1 | 2 |
| Geração 2 (Adultos activos) | 2 | 2 |
| Geração 3 (Dependentes infantis) | 1 | 3 |
| Dependentes servis | 1 | 4 |
| Total unidade familiar | 5 | 11 |

Figura 153 – Quadro da restituição possível dos aglomerados familiares em Conimbriga.

⁶⁴⁸ Scheidel 2001, 1-26.

⁶⁴⁹ Definida como o intervalo com mais ocorrências.

⁶⁵⁰ *Prima facie* atribuível à mortalidade materna peri-natal (Hopkins 1965, 309-327), mas matizado em Hopkins 1967, 245-264.

⁶⁵¹ Fenómeno, possivelmente, da mesma categoria da sobre-representação de mortes, antes dos 10 anos de idade, de indivíduos do sexo masculino, inexplicável por outra forma que não a especial atenção à recordação em monumentos dos malogrados herdeiros presuntivos das famílias.

A restituição do número de dependentes servis necessita de justificação especial⁶⁵². O limite inferior é ditado pelo facto de que a maioria dos romanos efectivamente possuía um escravo; não é evidente qualquer razão que leve a não estender esta situação também a Conimbriga. O limite superior está baseado no raciocínio que as famílias de certa dimensão necessitariam normalmente de um número de serviçais que assegurassem quatro funções básicas: vigilância da casa, higiene e limpeza, serviço pessoal do *paterfamilias* e comunicação com o exterior; as situações seriam, sem dúvida, muito variadas e verdadeiramente fluídas (pense-se por exemplo, na situação de escravos rústicos, cuja permanência na cidade é sazonal, mas regular dentro dessa sazonalidade). Há, todavia, que prosseguir dentro destas margens de incerteza.

Esta restituição de máximos e mínimos esperados numa unidade familiar é o elemento essencial do cálculo da população de Conimbriga, à luz dos nossos conhecimentos sobre a estrutura urbana e sobre a morfologia da arquitectura doméstica. Necessita todavia de ser suportada por alguns postulados adicionais, cuja expressão é condição indispensável da avaliação da verosimilhança do resultado final.

Pode, em primeiro lugar, postular-se que, num cenário de abundância de espaço urbano, havia grande adaptação entre a dimensão da unidade familiar e o espaço da unidade residencial que ocupava, acontecesse isso devido a sucessivas modificações dos edifícios respondendo às eventualidades das evoluções quantitativas das famílias ou por puras e simples realocações destas em novas residências. Parece adequado, portanto, fazer corresponder uma dispersão de dimensões estimadas das unidades familiares à distribuição das unidades residenciais pelos grupos determinados pela dimensão e número de células dessas unidades.

Em segundo lugar, a análise morfológica dos edifícios aconselha a retirar deste exercício, neste ponto do raciocínio, os extremos do espectro dos grupos de unidades residenciais: as *tabernae* e as grandes *domus*, pois certamente que a relação espaço/família era, nesses extremos, diversa daquela existente no centro da distribuição normal. Este ponto deve estender-se a três edifícios do grupo D – a ínsula do aqueduto, cuja estrutura interna e taxa de ocupação só pode ser restituída a partir de exemplos externos, pelo que seria tautológica a

⁶⁵² Uma linha de investigação recente de suporte é a de W. Scheidel (2005a, 2005b, 2007a).

sua introdução no cálculo neste momento; e as casas dos esqueletos e da cruz suástica, cuja morfologia aconselha a utilizar com elas o método de estimativa da área útil por habitante que será utilizado no ponto seguinte do presente cálculo.

A correspondência das distribuições da dimensão esperada das unidades familiares com a dispersão observada da dimensão da unidade residencial pode ser apresentada da forma seguinte.

| | Nº de unidades residenciais consideradas | Área média das unidades | Nº típico de células | Dimensão esperada da unidade familiar | Área útil por habitante (m2) |
|---------|--|-------------------------|----------------------|---------------------------------------|------------------------------|
| Grupo B | 13 | 39,6 | 2 | 6 (+/- 1) | 6,6 (5,6-7,9) |
| Grupo C | 15 | 57,7 | 3 | 8 (+/- 1) | 7,2 (6,4-8,2) |
| Grupo D | 9 | 267 | 7 (média) | 10 (+/- 1) | 26,7 (24,3-29,6) |

Figura 154 – Quadro de reconstituição da ocupação das unidades residenciais medianas.

Primeira observação a fazer sobre estes dados é a de que a disponibilidade de espaço útil por habitante da unidade residencial parece ser função exponencial da posição da unidade na dispersão: quanto maior a unidade maior, exponencialmente, é a área disponível para os seus habitantes. A leitura sociológica deste facto observado matematicamente é coerente com as observações empíricas acerca da apropriação do espaço por parte dos proprietários das residências, portanto é legítimo extrapolar estes dados para os extremos do espectro.

No entanto, a mera progressão estatística depara-se logicamente com um limite logístico inferior, o da dimensão útil mínima da unidade⁶⁵³, e com um limite superior de enorme variabilidade material, o facto de a dimensão das unidades familiares crescer mais a expensas de dependentes servis sem espaço próprio alocado do que a membros da família com direitos fundados à ocupação do espaço doméstico: a extrapolação tem necessariamente de ser

⁶⁵³ A extrapolação do número de habitantes das unidades residenciais do grupo A é de natureza arbitrária, baseada nas considerações feitas supra sobre a natureza e função dos cenários urbanos que as *tabernae* constituem.

feita por um método não completamente ortodoxo⁶⁵⁴.

Um problema aparente, o da grande margem de erro do cálculo dos habitantes nas grandes residências, na verdade não o é. Como, devido à sua grande dimensão mas pequeno número, a sua representatividade quantitativa global no total da amostra é muito limitado, e como o objectivo final do ensaio estatístico é um cálculo quantitativo global, a representatividade dessa variação vai ser muito menos importante do que seriam, por exemplo, variações possíveis significativas nas classes mais representativas.

Nestas condições é possível apresentar a primeira base do cálculo dos habitantes de Conimbriga, a saber, o número de habitantes estimados na área escavada.

| | Nº de unidades residenciais consideradas | Área média das unidades (m2) | Nº típico de células | Dimensão esperada da unidade familiar | Área útil por habitante (m2) |
|----------|--|------------------------------|----------------------|---------------------------------------|------------------------------|
| Grupo A | 35 | 27,2 | 1 | 2 (+/- 1) a) | 13,6 (9-27,7) a) |
| Grupo B | 13 | 39,6 | 2 | 6 (+/- 1) | 6,6 (5,6-7,9) |
| Grupo C | 15 | 57,7 | 3 | 8 (+/- 1) | 7,2 (6,4-8,2) |
| Grupo D | 9 | 267 | 7 (média) | 10 (+/- 1) | 26,7 (24,3-29,6) |
| Grupo D* | 2 | 708 | 11(média) | 22 (+/- 8) b) | 32,5 (21-44) b) |
| Grupo E | 2 | 3075 | 40 (rest.) | 74 (+/- 29) b) | 41,7 (29,8-68) b) |

a) dados extrapolados de acordo com o processo descrito na n. 653.

b) dados extrapolados de acordo com o processo descrito na n. 654.

Figura 155 – Quadro de reconstituição global da ocupação das unidades residenciais.

⁶⁵⁴ O método de extrapolação utilizado, devido também ao reduzido número de classes foi o seguinte. Determinou-se o índice de crescimento da área média das unidades e, onde possível o índice de crescimento do diferencial de espaço disponível por habitante (Labrousse s/d., 170-185). A correlação linear (*id. ibid.*, 200-226) entre estes dois índices ficou definida pela expressão $y = 0,812x - 0,037$, que permitiu extrapolar as áreas úteis por habitante no extremo superior do grupo D e no grupo E. Esta extrapolação indica um número de habitantes por grande residência que, ainda que *prima facie* elevado, não se deve ter por inverosímil.

Os limites máximos e mínimos foram calculados pelo mesmo processo, sendo os resultados satisfatórios, à excepção do limite máximo de habitantes das unidades residenciais do grupo E, que foi corrigido por um processo *ad hoc*.

3. O cálculo da população de Conimbriga

A base do cálculo⁶⁵⁵ é constituída pelas 75 unidades residenciais catalogadas na área escavada que podem ser classificadas nos grupos delimitados no ensaio estatístico e de que se conhece a área⁶⁵⁶.

O principal problema deste levantamento é não se considerarem desta forma as unidades residenciais de eventuais pisos superiores. Um outro problema tem a ver com o próprio método de cálculo do número de habitantes: o método tradicional em arqueologia clássica passa pela contagem das unidades residenciais e sua multiplicação pelo número estimado de pessoas na unidade familiar correspondente; por outro lado, a arqueologia pré-histórica aborda normalmente as estimativas populacionais através do espaço disponível por habitante (frequentemente, de um povoado no seu todo).

Pareceu correcto, no caso de Conimbriga, utilizar, de forma iterativa, um método misto⁶⁵⁷. Em primeiro lugar, como foi antes indicado, fez-se uma

⁶⁵⁵ Os dados são apresentados no anexo II, por razões de clareza de leitura

⁶⁵⁶ Os edifícios não considerados são: 1 Edifício do sector K VII, 2 Edifício de Condeixa-a-Velha, 5 Edifício da rua da Patera Emanuel, 9 Insula do viaduto, 10 Edifício da pedra, que não têm influência no cálculo dos índices de ocupação; 3 Edifício a oeste das termas (escavados 83m²), 4 Edifícios a norte do fórum (escavados 120m², aprox.), 8 Edifício porticado a leste do fórum (escavados 174,79m²), 11 Casa dos solidi (escavados 190m², aprox.), 20 Edifício a oeste da zona C (escavados 286,18m²) e duas partes residuais de edifícios, 14 Insula a Oeste do fórum - un. res. 5 (escavados 28m²) e 17 Casa de Andercus - un. res. 3 e 4 (escavados 19m²). Área total de edifícios domésticos escavados não atribuível a unidades residenciais completamente catalogadas: 900,97m².

⁶⁵⁷ De facto, toda a larguíssima bibliografia sobre o cálculo da população de Roma, de K. J. Beloch (1886) a S. Hin (2007) e W. Scheidel (2007c), passando por G. Calza (1917), G. Girri (1956), J. E. Packer 1967, 80-95, P. A. Brunt (1971[1982]), E. Lo Cascio (1994), G. R. Storey (1997) e B. W. Frier (2000) – para fazer uma análise diacrónica sem preocupações de exaustividade - utilizou para as suas estimativas um simples produto unidades residenciais/número de indivíduos na unidade familiar. Este método, que tem a virtude da simplicidade, carece todavia de subtileza, ao não dar margem de variabilidade nas taxas de ocupação. Para a crítica do método é útil olhar fora do âmbito estrito da arqueologia clássica (cf. Kolb 1985).

| Edificio | Un. | Área total | Grupo | Cálculo p/ unidades | | | M2/hab min | M2/hab med | Cálculo p/ áreas | | | Nº hab med | Nº hab max |
|----------|-----|------------|-------|---------------------|---------|---------|------------|------------|------------------|------------|------|------------|------------|
| | | | | Hab min | Hab med | Hab max | | | M2/hab max | Nº hab min | | | |
| 6 | 1 | 47 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 5,7 | 6,5 | 7,3 | |
| 6 | 2 | 510 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 17,2 | 19,1 | 21,0 | |
| 7 | 1 | 30 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 3,8 | 4,5 | 5,4 | |
| 7 | 2 | 300 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 10,1 | 11,2 | 12,3 | |
| 12 | 2 | 77 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 9,4 | 10,7 | 12,0 | |
| 12 | 1 | 128 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 4,3 | 4,8 | 5,3 | |
| 13 | 3 | 20 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,7 | 1,5 | 2,2 | |
| 13 | 4 | 20 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,7 | 1,5 | 2,2 | |
| 13 | 5 | 20 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,7 | 1,5 | 2,2 | |
| 13 | 6 | 20 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,7 | 1,5 | 2,2 | |
| 13 | 1 | 65 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 7,9 | 9,0 | 10,2 | |
| 13 | 2 | 293 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 9,9 | 11,0 | 12,1 | |
| 14 | 2 | 27 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,0 | 2,0 | 3,0 | |
| 14 | 4 | 38 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 4,8 | 5,8 | 6,8 | |
| 14 | 1 | 64 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 7,8 | 8,9 | 10,0 | |
| 14 | 3 | 46 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 5,6 | 6,4 | 7,2 | |
| 15 | 1 | 29 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,0 | 2,1 | 3,2 | |
| 15 | 3 | 22 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,8 | 1,6 | 2,4 | |
| 15 | 4 | 18 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,6 | 1,3 | 2,0 | |
| 15 | 5 | 17 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,6 | 1,3 | 1,9 | |
| 15 | 6 | 11 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,4 | 0,8 | 1,2 | |
| 15 | 12 | 29 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,0 | 2,1 | 3,2 | |
| 15 | 13 | 44 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,6 | 3,2 | 4,9 | |
| 15 | 8 | 34 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 4,3 | 5,2 | 6,1 | |
| 15 | 9 | 31 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 3,9 | 4,7 | 5,5 | |
| 15 | 10 | 37 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 4,5 | 5,1 | 5,8 | |
| 15 | 2 | 107 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 3,6 | 4,0 | 4,4 | |
| 15 | 7 | 101 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 3,4 | 3,8 | 4,2 | |
| 15 | 11 | 120 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 4,1 | 4,5 | 4,9 | |
| 16 | 1 | 20 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,7 | 1,5 | 2,2 | |
| 16 | 2 | 49 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,8 | 3,6 | 5,4 | |
| 16 | 3 | 23 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,8 | 1,7 | 2,6 | |
| 16 | 4 | 19 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,7 | 1,4 | 2,1 | |
| 16 | 5 | 25 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,9 | 1,8 | 2,8 | |
| 16 | 6 | 144 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 4,9 | 5,4 | 5,9 | |
| 17 | 1 | 25 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,9 | 1,8 | 2,8 | |
| 17 | 2 | 22 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,8 | 1,6 | 2,4 | |
| 18 | 1 | 53 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 6,7 | 8,0 | 9,5 | |
| 18 | 2 | 66 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 8,0 | 9,2 | 10,3 | |
| 19 | 1 | 48 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 6,1 | 7,3 | 8,6 | |
| 19 | 2 | 34 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 4,3 | 5,2 | 6,1 | |

Continuação

| | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---|--------------|---|------------|------------|------------|------|------|------|--------------|---------------|---------------|
| 19 | 3 | 40 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 5,1 | 6,1 | 7,1 |
| 19 | 4 | 32 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 4,1 | 4,8 | 5,7 |
| 19 | 5 | 37 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 4,7 | 5,6 | 6,6 |
| 19 | 6 | 39 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 4,9 | 5,9 | 7,0 |
| 21 | 1 | 40 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,4 | 2,9 | 4,4 |
| 21 | 3 | 35 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,3 | 2,6 | 3,9 |
| 21 | 5 | 64 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 8,1 | 9,7 | 11,4 |
| 21 | 2 | 36 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 4,4 | 5,0 | 5,6 |
| 21 | 4 | 83 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 10,1 | 11,5 | 13,0 |
| 21 | 6 | 600 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 20,3 | 22,5 | 24,7 |
| 22 | 1 | 3260 | E | 45 | 74 | 103 | 29,8 | 41,7 | 68 | 47,9 | 78,2 | 109,4 |
| 23 | 1 | 61 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 2,2 | 4,5 | 6,8 |
| 23 | 2 | 61 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 2,2 | 4,5 | 6,8 |
| 23 | 3 | 700 | D | 9 | 10 | 11 | 24,3 | 26,7 | 29,6 | 23,6 | 26,2 | 28,8 |
| 24 | 2 | 26 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,9 | 1,9 | 2,9 |
| 24 | 3 | 19 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,7 | 1,4 | 2,1 |
| 24 | 4 | 17 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,6 | 1,3 | 1,9 |
| 24 | 5 | 2 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,1 | 0,1 | 0,2 |
| 24 | 1 | 2890 | E | 45 | 74 | 103 | 29,8 | 41,7 | 68 | 42,5 | 69,3 | 97,0 |
| 25 | 1 | 44 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,6 | 3,2 | 4,9 |
| 25 | 4 | 15 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,5 | 1,1 | 1,7 |
| 25 | 5 | 32 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,2 | 2,4 | 3,6 |
| 25 | 6 | 15 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,5 | 1,1 | 1,7 |
| 25 | 9 | 44 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 1,6 | 3,2 | 4,9 |
| 25 | 2 | 60 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 7,3 | 8,3 | 9,4 |
| 25 | 3 | 80 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 9,8 | 11,1 | 12,5 |
| 25 | 7 | 54 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 6,6 | 7,5 | 8,4 |
| 25 | 8 | 48 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 5,9 | 6,7 | 7,5 |
| 26 | 1 | 736 | D | 14 | 22 | 30 | 21 | 32,5 | 44 | 16,7 | 22,6 | 35,0 |
| 27 | 5 | 26 | A | 1 | 2 | 3 | 9 | 13,6 | 27,7 | 0,9 | 1,9 | 2,9 |
| 27 | 4 | 35 | B | 5 | 6 | 7 | 5,6 | 6,6 | 7,9 | 4,4 | 5,3 | 6,3 |
| 27 | 2 | 65 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 7,9 | 9,0 | 10,2 |
| 27 | 3 | 38 | C | 7 | 8 | 9 | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 4,6 | 5,3 | 5,9 |
| 27 | 1 | 680 | D | 14 | 22 | 30 | 21 | 32,5 | 44 | 15,5 | 20,9 | 32,4 |
| Sub-totais | | 12847 | | 411 | 556 | 701 | | | | 427,3 | 567,8 | 724,3 |
| Outros edifícios | | 901 | | | | | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 109,9 | 125,1 | 140,8 |
| Pisos | | | | | | | | | | | | |
| suplementares | | 2790 | | | | | 6,4 | 7,2 | 8,2 | 340,2 | 387,5 | 435,9 |
| Totais | | 16538 | | | | | | | | 877,4 | 1080,4 | 1301,0 |

Fig. 156 – Quadro de reconstituição da população de Conimbriga

distribuição homogénea da distribuição estimada da dimensão das unidades familiares pelos grupos-tipo de unidades residenciais identificados, incluindo a extrapolação dos dados disponíveis para os grupos nos extremos da série. Este processo fornece valores médios e desvios para o espaço disponível por habitante, de acordo com o grupo-tipo a que cada unidade residencial pertence. Isto permite, num terceiro e último passo, estimar o volume populacional das unidades residenciais e corrigir os resultados de acordo com a análise empírica dos factores de desvio (edifício e pisos não representados na amostra). Apresentam-se os resultados do primeiro método referido, como elemento de controle, da aplicação do método desenhado para o cálculo da população de Conimbriga.

Verifica-se que o método aqui utilizado dá resultados 3 a 4% mais elevados que a simples contagem dos habitantes potenciais por unidade residencial⁶⁵⁸. Esta variação não é especialmente significativa, mas deve notar-se que pode, em certa medida, corresponder a uma realidade sociológica: face a uma taxa de ocupação “normal” (reconstituída pelo método do produto habitantes/unidades) a possível existência de fenómenos de sobrelotação, com todo o espaço disponível ocupado perto do limite logístico (melhor testemunhado pelo método do produto disponibilidade por habitante/área das unidades). Em suma, no ulterior cálculo e análise do volume populacional de Conimbriga vai ser utilizado o método misto descrito, tendo no entanto em atenção que, no limite inferior desse cálculo existe uma possibilidade suplementar de rebaixar ainda o limite (todavia, em percentagens nunca superiores a 5%), que melhor permitirá comparar os resultados locais com os de outras cidades do Império onde esse método foi utilizado para o cálculo demográfico.

Resta o problema dos factores de correcção da base de cálculo, que são a área construída dos edifícios domésticos não considerada na sua catalogação e a área de pisos suplementares dos edifícios domésticos. Quanto ao primeiro

⁶⁵⁸ Lateralmente, divergências como esta podem ter a ver com algumas oscilações globais nos cálculos populacionais, como as revisões de P.A. Brunt (1987, 113-120) e E. Lo Cascio (1994, 23-40) sobre os números originais de K. J. Beloch (1886, 370-378), respectivamente para números inferiores e superiores, mas sem que tais oscilações possam reputar-se de ter as consequências historiográficas previstas por W. Scheidel (2004, 2-3: “if the ‘high’ count were correct, much of Roman history would have to be re-written”).

factor, ele já foi computado em 900,97m², área que não deve ser extrapolada para o geral da cidade, pois já foi considerada na área de edifícios domésticos escavados; o segundo pode computar-se em 2790 m²⁶⁵⁹, que devem ser extrapolados para o global da cidade no cálculo da sua população, pois constituem um diferencial de área construída útil habitada, superior à área bruta das construções em 20%. Considerações arquitectónicas indicaram que a maioria das unidades residenciais nestes espaços se deveriam ter podido integrar no grupo C, e o cálculo foi continuado nessa base.

O cálculo de habitantes da fracção escavada de Conimbriga, nas condições específicas do método utilizado e com a margem de incerteza inerente a algumas das realidades arqueológicas envolvidas dá três valores distintos: 807 habitantes como mínimo; 1080 como valor mediano e 1301 como valor máximo. Esta distribuição não é simétrica, e como já foi referida a necessidade de considerar valores inferiores na ordem dos 3 a 4% para assegurar a comparabilidade destes cálculos com outros feitos para outras cidades através do método do produto/unidades habitantes, considerar-se-á o valor central de 1080 habitantes (+/- 20%)⁶⁶⁰ para a área central da cidade.

Para fazer a extrapolação destes dados para o cálculo da população total de Conimbriga contamos, portanto, com a área escavada ocupada por construções domésticas (13948m²), o cálculo dos habitantes na planta térrea dessas construções (692⁶⁶¹), os limites mínimos e máximos da área ocupada por construções domésticas na cidade no seu todo (que se calcularam em 87956m² e 97446m² respectivamente) e um factor de correcção deste último valor,

⁶⁵⁹ Consideraram-se os dois pisos superiores reconstituídos da ínsula do aqueduto (859m² cada), os pisos superior e em cave (147,5 m² cada) das lojas a sul da via, o piso inferior da área norte da casa dos repuxos (600m²) e o piso superior da zona da fachada da casa da cruz suástica (105m²). Pareceu irrelevante, para estes cálculos, o espaço suplementar das unidades residenciais disponibilizado pelos mezaninos, pois não influem nem directa nem indirectamente na contagem das unidades residenciais; a sua influência, que pode ter sido significativa, no espaço disponível por habitante, faz parte dos limites da incerteza inerente a todo o exercício de cálculo.

⁶⁶⁰ A assimetria dos valores é corrigida desta maneira, pois a variabilidade superior (+/- 221 hab.) fica quase completamente equivalente se à variabilidade inferior (+/- 203 hab.) se aumentarem os 4% de correcção do método, ficando o valor da assimetria dispiciendamente reduzido.

⁶⁶¹ Sem o factor de correcção dos pisos superiores.

relativo aos pisos superiores dos edifícios (+20%). A margem de erro inerente ao cálculo é de 20%.

O resultado indica que Conimbriga teve entre 5236 e 5801 habitantes (sem contar com o desvio devido ao erro) ou, de forma mais correcta, 5575 (+/- 25%) habitantes.

Tratava-se portanto de uma pequena (e espaçosa) cidade, dotada de uma superabundância de água, fornecida por um aqueduto que debitava um caudal suficiente para quase o quádruplo dos habitantes, e provida de um anfiteatro que podia albergar mais de três quartos deles. Mas, para além desta avaliação fenomenológica (rósea, sem dúvida), há características de uma comunidade desta dimensão, que importa explorar mais em profundidade.

4. Uma aproximação à estrutura sócio-económica de Conimbriga

A primeira aproximação significativa à estrutura social de Conimbriga que importa fazer, entre outras razões devido à importância que o seu quantitativo numérico teve na estimativa da dimensão das unidades familiares, é a da proporção dos dependentes servis (escravos ou, eventualmente, libertos em condições de estrita dependência funcional e coabitação com o patrono) dentro da população em geral.

Revisitando a estimativa da dimensão das unidades familiares e o cálculo populacional pelo método do produto unidades/habitantes o resultado é de que entre 37,6 e 47,5 % da população era constituída por dependentes servis⁶⁶².

⁶⁶² Considerando 1 escravo por cada unidade residencial dos grupos A e B, 2 escravos por cada unidade dos grupos C e 4 escravos por cada unidade do grupo D; considerou-se que as unidades do topo do grupo D e do grupo E teriam unidades familiares compostas por um máximo de 11 indivíduos *ingenui* e todos os restantes seriam dependentes servis. O resultado é de 264 dependentes servis num valor médio de habitantes de 556, máximo de 701; o valor mínimo de habitantes é de descartar devido à especial representação dos dependentes servis na extremidade inferior da distribuição, sobretudo no que diz respeito às unidades do grupo A (*tabernae*). Cf. Scheidel 2005a, 64-67.

Estabelecida uma proporção entre *serviles* e *ingenui*, dicotomia na base da estrutura social romana, resta tentar avaliar da eventual divisão interna do segmento livre da população. Para isto é indispensável, fazer a ponte entre a evidência disponível, a arquitectura doméstica, designadamente o volume da sua construção e o significado económico deste. Este é um campo arriscado da investigação das sociedades romanas e mesmo dos edifícios romanos; as ilacções têm de ser retiradas a partir de poucos dados, e a fronteira fluida entre um determinado dado que suporta uma restituição e uma hipótese *ad hoc* é aqui especialmente esbatida. No entanto, como tem sido recorrentemente referido, e tratando-se Conimbriga de um caso de características especiais dentro das cidades romanas do Império, devido à natureza e extensão da evidência conservada, estaremos aqui a trabalhar com ordens de grandeza, mais do que com realidades estatísticas precisas. Nestes limites o exercício justifica-se.

Primeiro ponto, de partida: J. Alarcão e R. Etienne⁶⁶³ calcularam em cerca de um milhão de sestércios o investimento feito no programa flaviano de obras públicas em Conimbriga, composto pelos 8104m³ de volume de construção do fórum, com um custo de cerca de 600000 HS, e a proporção correspondente para as termas⁶⁶⁴.

Segundo ponto, de apoio: seguindo a metodologia de J. de Laine para as termas de Caracalla⁶⁶⁵ (um edifício de técnica construtiva não comparável com o fórum de Conimbriga), J.-L. Prisset apresenta dados que permitem calcular em cerca de 70562 homens/hora, o trabalho necessário ao transporte dos materiais e à edificação do Pórtico norte de Saint-Romain-en-Gal (edifício de técnica construtiva comparável à do fórum de Conimbriga), com cerca de 7282 m³ de volume total de construção⁶⁶⁶.

⁶⁶³ Alarcão e Etienne 1977, 266-268

⁶⁶⁴ Ainda que os próprios autores classifiquem a sua proposta como “jonglerie de chiffres”, não deve olvidar-se o facto de o valor encontrado para o fórum ser a soma de parcelas epigraficamente documentadas para elementos específicos, paralelos do programa arquitectónico de Conimbriga, pelo que, a nível de ordens de grandeza, o cálculo é respeitável, mesmo se pouco preciso, e talvez inexacto. Cf. Duncan-Jones 1982, 90-95.

⁶⁶⁵ De Laine, 1997. Infelizmente, não é possível aplicar em Conimbriga as metodologias apuradas a partir de visualizações como por exemplo Daniels-Dwyer 2000; pelo que resta recorrer a aproximações quantitativas a outros monumentos.

⁶⁶⁶ Prisset 2008, 133-138 e especialmente o quadro da fig. 8, p.136.

Terceiro ponto, de reunião: num outro exercício de aplicação da metodologia proposta por J. de Laine referida no ponto anterior, foi calculada, para um edifício residencial de Volubilis, com c. 208 m² de área num único piso, correspondente a c. 979 m³ de volume de construção, a necessidade de c. 1875 homens/hora de trabalho (mão de obra especializada e não especializada confundidas)⁶⁶⁷.

Devem-se retirar as seguintes ilacções: existe uma proporção de 4,7m³ de volume de construção por m² de área; um esforço de 1,91 homem/hora de trabalho por 1m³ de volume construído (expectavelmente muito inferior ao obtido para a obra pública); de que resulta um esforço de cerca de 9 h/ht por m² de área ocupada por construção – ou seja⁶⁶⁸ um valor aproximado de 68,7 HS por m² construído.

A aplicação deste valor ao extremo superior do catálogo das unidades residenciais de Conimbriga dá o resultado expresso no quadro da figura 157.

A principal observação a fazer acerca do quadro é a de que só dois edifícios, aqueles que pertencem ao grupo E, ultrapassam, aliás duplicando-o, o limite dos 100000 HS, que é a quantia que, segundo Plínio-o-Novo, corresponde normalmente ao censo decurional nas províncias⁶⁶⁹. A cidade pode ter adoptado outras práticas⁶⁷⁰ e certamente que o censo dos cidadãos levava em conta outras propriedades, nomeadamente as rústicas, para além da residência urbana, e outros rendimentos, mas considerando que a residência imediatamente seguinte atinge apenas a metade desse limite, parece correcto aceitar este dado pelo seu significado imediato e retirar as necessárias consequências para a leitura da estrutura social.

⁶⁶⁷ Camporeale *et al.* 2008, 299-300.

⁶⁶⁸ Considerando que, dos pontos anteriores, se retiram os seguintes valores: 1 m³ de construção necessita de 9,69 homens/hora de trabalho; 1 m³ de construção representa um valor de construção de 74 HS; donde, 1 homem/hora representa 7,63 HS. Esta estimativa de valor do trabalho (que inclui de forma implícita todo o valor da construção), obtida em monumentos públicos, deverá, logicamente, poder ser extrapolada para a arquitectura doméstica.

⁶⁶⁹ Plínio, *Cartas*, 1.19 *apud* Mouritsen 1997, 79. A *lex Flavia municipalis* (González 1987) estabelece limites censuais em dois casos: a eleição e a designação como juiz (*id. ibid.* § 60 e § 86; cf. Revell 2009, 51).

⁶⁷⁰ Abbott e Johnson 1968, 87.

| Edifício | Unidade | Área (m2) | Valor (HS) |
|----------|---------|-----------|------------|
| 15 | 7 | 101 | 6939 |
| 15 | 2 | 107 | 7351 |
| 15 | 11 | 120 | 8244 |
| 12 | 1 | 128 | 8794 |
| 16 | 6 | 144 | 9893 |
| 13 | 2 | 293 | 20129 |
| 7 | 2 | 300 | 20610 |
| 6 | 2 | 510 | 35037 |
| 21 | 6 | 600 | 41220 |
| 27 | 1 | 680 | 46716 |
| 23 | 3 | 700 | 48090 |
| 26 | 1 | 736 | 50563 |
| 24 | 1 | 2890 | 198543 |
| 22 | 1 | 3260 | 223962 |

Figura 157 – Quadro de estimativa do valor económico das principais residências de Conimbriga.

Há um segundo grupo de residências, cujo valor estimado oscila entre um quinto e metade do censo decurional que pode corresponder a investimentos mais modestos na representação social através da residência urbana por parte de famílias que, possuindo riqueza acima do valor censual, não dispõem todavia de meios suficientes para uma vida tão ostentatória. Se olharmos para a realidade arquitectónica por trás da estatística vemos que, dos sete edifícios neste caso, três deles mostram ter tido salas de recepção e aparato adequadas às funções de um membro do *ordo* municipal. Postulemos portanto que deste estrato fluído da sociedade conimbrigense, metade atingia o censo necessário e integrava a *ordo* local.

Segundo as regras de extrapolação que têm vindo a ser seguidas⁶⁷¹, a cidade poderia ter incluído entre 35 e 38 residências integráveis neste grupo superior, correspondentes a outras tantas famílias, albergando 385 e 418

⁶⁷¹ E considerando que a área das duas residências cujo valor supera os 100.000HS somada a metade da área total das residências cujo valor é inferior a este valor, mas superior a 33.000HS, totaliza 8073m2 (57,9% da área escavada).

indivíduos *ingenui*, ou seja, segundo estes cálculos, uma fracção representando 7 ou 7,5% da população (todas as idades e ambos os sexos confundidos) formava o estrato superior da sociedade, de onde sairia a *ordo decurionum* de Conimbriga, composta por menos de quarenta indivíduos.

Em suma a estrutura social de Conimbriga surge-nos tripartida: uma população servil que representa entre 37,6 e 47,5%; uma massa de cidadãos livres de expressão económica variada – as “petits gents” mencionadas nas Fouilles de Conimbriga, o “cetto medio” de Pompeia, a *plebs media*⁶⁷² – representando entre 45 e 55,4% da população; e uma pequena elite decurional, representando apenas 7 a 7,5% dos habitantes, mas que domina directamente quase mais de 50% do espaço urbano, sendo o seu domínio efectivo, sem dúvida, ainda superior, graças às realidades do patrocínio e da propriedade arrendada. Trata-se portanto, de uma sociedade fortissimamente estratificada.

Do ponto de vista urbanístico, há também evidências de que a esta estratificação correspondia uma significativa segregação de áreas urbanas (mitigada indubitavelmente pela frequência simultânea dos espaços públicos), o que indica ser importante colocar questões quanto a um terceiro elemento crucial na análise de qualquer sociedade: o da mobilidade vertical.

Existe sem dúvida na cidade uma importante percentagem de indivíduos de origem libertina, o que abona em favor de uma mobilidade fluida entre o estrato inferior e o intermédio⁶⁷³. Por outro lado, mesmo que a reconstituição do volume demográfico de Conimbriga tenha dado resultados significativamente abaixo das noções tradicionalmente manejadas, o que – se for, como provavelmente deve ter sido, sinónimo de uma escala global da escala económica não muito grande – indica não serem excessivamente grandes as possibilidades de enriquecimento das unidades familiares, a competição pelo estatuto económico e social deve ter produzido movimentos significativos de ascensão na sociedade. E provavelmente os limites inferiores do estrato superior, que parecem ter estado verdadeiramente nas margens do censo decurional e simultaneamente sujeitos a uma grande pressão para o dispêndio em representação, não deixarão de ter dado lugar a um movimento apreciável

⁶⁷² Veyne 2002, 1169-1199; Wallace-Hadrill 2008, 454.

⁶⁷³ Scheidel 2005a, 76.

(e, para os contemporâneos, sem dúvida de grande significado) de degradação dos estatutos sócio-económicos.

Mas existe ainda uma outra realidade que a estatística não consegue eliminar, a existência de uma curtíssima elite, que provavelmente nunca ultrapassou a dúzia de famílias, cerca de 3% da população, que dominam as residências que, em Conimbriga, “têm tudo”⁶⁷⁴.

Esta elite, verosimilmente oriunda das *gentes* pré-romanas já prestigiadas no momento da *contributio* que dá origem à cidade e que por isso mesmo mais dela beneficiam – entre outros fenómenos por patrocínios romanos desde logo obtidos e, possivelmente, por precoces concessões de cidadania *ad viritum* – não estabelecem a sua competição social no espaço local, fazem-no desde cedo a um nível provincial e mesmo na própria Roma (certamente que com diferentes graus de sucesso) sendo absorvidos, do ponto de vista ideológico e também sociológico, pela própria *urbs*⁶⁷⁵. Mas são eles o grande veículo da romanização da cidade⁶⁷⁶: Esta não é uma afirmação gratuita, é a conclusão inevitável do extraordinário papel que casas como a dos repuxos ou a atribuída a Cantaber desempenham na história da arquitectura doméstica da cidade e da confirmação do papel de extraordinária relevância social e económica que os seus proprietários indubitavelmente tiveram.

⁶⁷⁴ Estas famílias, tipicamente, não são as mais empenhadas na vida municipal, pelo menos do ponto de vista da munificência (Andreu 2004, 143-197; para *Emerita*, especificamente, Saquete 1997, 161-170), o que reforça a perspectiva aqui proposta de que o seu âmbito de promoção social se desenha noutros ambientes que não a sua *civitas natalis* e, por outro lado, reforça a percepção de âmbito mais geral que a competição pelo estatuto social é mais fortemente produto de uma ansiedade pelo estatuto das classes emergentes frente aos estratos mais baixos, do que a perseguição de um estatuto mais elevado por quem dele já goza (Wallace-Hadrill 2008, 345-355).

⁶⁷⁵ Brunt 1990, 273-274.

⁶⁷⁶ Precisamente o que sustenta Millett (1990, 212) sobre a romanização da *Brittania*.

Conclusões

Os provinciais romanizaram-se a si próprios.

P. A. Brunt (1990, 268)

1. O caso exemplar de Conimbriga, cidade romana da Lusitânia

O enquadramento do presente estudo demonstrou que Conimbriga, cidade romana provincial escavada desde 1899 é, nas virtualidades e limitações da sua história científica recente, um local notável na arqueologia do Império.

Com efeito, poucas cidades romanas hoje conhecidas reúnem três características que se podem isolar em Conimbriga: uma cidade que foi abandonada ao longo da Idade Média, com o duplo aspecto inerente ao facto histórico em si e à maior facilidade de prosseguir projectos de investigação em extensão; uma efectiva tradição de escavação da área doméstica, ao contrário de uma maioria de exemplos onde o interesse se tem focalizado nos edifícios públicos, resultando numa área proporcionalmente pouco significativa de áreas residenciais escavadas; a verificação da existência de um modelo urbanístico distinto do *castrum* de planta regular, de influência helenística, ou da cidade colonial, melhor atribuível, pelo contrário, à sobrevivência efectiva de uma

estrutura urbana e de um cadastro (de uma estrutura social de propriedade também) de data e natureza pré-romanas⁶⁷⁷.

É, com efeito, no aspecto essencial da conformação do espaço urbano da aglomeração pré-romana na sua promoção a cidade romana, sob Augusto, sem haver lugar a uma profunda reconfiguração da sua estrutura – sem a intervenção de *agrimensores*, dir-se-ia – que tomam raiz alguns dados históricos incontornáveis que abonam a favor da permanência essencial de algumas estruturas sociais que, tanto quanto é perceptível no conjunto da evidência, determinam o devir da cidade tanto quanto este estudo pode ser prosseguido (*grosso modo*, até datas constantinianas).

A não ser assim, se de uma normal cidade romana, fruto de um acto de *deductio* em contexto colonial se tratasse, o fenómeno urbano e a arquitectura doméstica de Conimbriga dificilmente mereceriam uma atenção muito especial. Mas é por a arquitectura doméstica identificada na cidade se inscrever num fenómeno urbano com características jurídicas e sociais tão próprias, que ganha importância particular.

Porque, para além das deduções que se podem fazer a partir da análise cuidada da topografia histórica de Conimbriga, é o veículo mais directo de análise da sua sociedade – a epigrafia – que testemunha sem margens para dúvidas a escassez radical do elemento romano-italico na cidade⁶⁷⁸. Ambos os aspectos confortam-se mutuamente na declaração de que o fenómeno urbano, em época romana, em Conimbriga, foi obra de populações de origem indígena, em toda a extensão da hierarquia social.

Por isso mesmo, e independentemente da dimensão da cidade ou da monumentalidade atingida pelos seus elementos construtivos individualmente considerados, todos os elementos técnicos, artísticos, culturais e ideológicos que se podem identificar na arquitectura doméstica da cidade acarream dados para um fenómeno essencial: a romanização da cidade. Pode-se até refinar esta afirmação no sentido de que é precisamente a monumentalidade dos elementos construtivos individualmente considerados (quer públicos quer privados) no âmbito da reconhecidamente pequena dimensão da cidade que melhor ilumina o aspecto essencial do fenómeno da romanização.

⁶⁷⁷ *Supra*, p. 187-190.

⁶⁷⁸ Cf. Alarcão *et al.* 1979, 255-259

2. O conceito de romanização

Impõe-se um excursão sobre o significado do termo “romanização”, mesmo que esse significado possa ser proposto apenas operativamente.

Na primeira metade do séc. passado, V. Correia⁶⁷⁹ sumariava a noção, a nível provincial, da seguinte forma: “A Lusitânia indígena sobreviveu [...] à absorção e, saradas as feridas das lutas bi-seculares, amoldou-se ao ritmo de vida romana irmanando-se os seus elementos representativos, em cultura, com os das restantes províncias extra-peninsulares” e, mais à frente⁶⁸⁰, “com a adaptação progressiva os usos, os gostos, as crenças itálicas ou de aceitação italiana generalizaram-se [...] tudo [...] se romanizou paulatinamente”. A romanização é, portanto, uma moldagem nova da sociedade indígena, uma sua adaptação paulatina ao modo romano-itálico de viver.

Próximo dos finais do século o conceito não pode ser encontrado com igual clareza na historiografia, estando, aliás, conspicuamente ausente uma tentativa de sua definição em obras de fôlego, onde se poderia esperar encontrá-la⁶⁸¹.

Nessa época, C. Fabião ocupa duas páginas e meia de texto denso na definição d’”o processo de romanização”⁶⁸² que, com muita liberdade editorial sobre as palavras do autor, se poderia definir como a constatação de que “o Império Romano [é] o produto de um longo processo de domínio territorial [...] sob diversos regimes e com ritmos diferenciados de expansão [que] procuram adaptar-se às diferentes tradições locais de exercício do Poder. Todo

⁶⁷⁹ Correia 1928, 230.

⁶⁸⁰ *Id. ibid.*, 239.

⁶⁸¹ Cf. Alarcão 1990a, *passim*; Gonçalves 1998, *passim*.

⁶⁸² Fabião 1993, 203-206.

este movimento expansionista é, portanto, um longo processo de aculturação [...]”⁶⁸³.

As palavras fortes são evidentemente, domínio e expansão (e, subentendido, a coerção inevitável ao exercício do Poder – a maiúscula é do autor citado).

Pode ser sobre esta selecção de textos historiográficos relevantes⁶⁸⁴, em contexto nacional, que se elabore uma proposta operativa para o conceito, de acordo com a evolução recente do pensamento sobre o tema, em contexto internacional.

É evidente a tensão latente dentro dos binómios Romano/Indígena e Coerção/Adaptação, que subjazem ao conceito de romanização e que culminam na adopção moderna da noção de aculturação como o processo cognitivo que está na base desse conceito. Dir-se-á, em suma, que o entendimento académico português sobre a romanização não esteve mais exento dos complexos coloniais do que em qualquer outro país⁶⁸⁵, nem isso seria expectável.

Desses complexos fazem ainda parte alguns modelos metafóricos alternativos ao conceito de aculturação, como o de “creolização”⁶⁸⁶ ou de “mestiçagem”⁶⁸⁷.

No reexame completo do tema que levou a cabo, A. Wallace-Hadrill rejeita, no quadro da evolução da cultura romana dos fins da República, a noção de aculturação, devido ao carácter subtractivo (ou mesmo destrutivo) da cultura do “dominado” pela cultura do “dominante”. Esta rejeição faz particularmente sentido, no âmbito do contraste entre romanização e helenização, no período mencionado e no âmbito propriamente romano-italico, por um conjunto de fenómenos evocados pela locução horaciana “*Graecia capta ferum victorem cepit*”⁶⁸⁸. O autor rejeita também os conceitos de mestiçagem e creolização e prefere uma outra metáfora linguística, o

⁶⁸³ *Id. ibid.*, 203.

⁶⁸⁴ Sobre a relevância das obras extractadas e daquelas mencionadas *supra* n. 681, cf. Torgal *et al.* 1996, 265-271 e 332-337. Sobre o conceito de romanização em contextos internacionais e o seu impacto dos estudos peninsulares, cf. Curchin 2004, 8-22.

⁶⁸⁵ Wallace-Hadrill 2008, 9-14.

⁶⁸⁶ Webster 2001, 209-225.

⁶⁸⁷ Traina 2006, 151-158.

⁶⁸⁸ Horácio, *Cartas* 2.1.156 f. *apud* Wallace-Hadrill 2008, 23 e n. 77.

bilinguismo (pensando na dualidade latim/grego) ou multilinguismo (se o fundo itálico não romano é introduzido na equação)⁶⁸⁹.

Apesar da pertinência da análise, a proposta parece quedar-se um passo antes da solução efectiva do problema. Não há porque contentar-se ainda com uma metáfora, quando existe um conceito que responde a todos os mecanismos em causa, sem padecer dos defeitos apontados: o conceito de enculturação⁶⁹⁰, processo através do qual os indivíduos aprendem a colocar-se no mundo e a interpretá-lo através de mapas e esquemas mentais. Neste processo caldeiam-se de formas variadas usos e costumes, tradições, respostas a situações emergentes e fórmulas de contacto com o exterior. É por este processo que as sociedades indígenas se relacionam com o contributo romano (e com o helenístico, a que já V. Correia se referia pela expressão “crenças de aceitação italiana”) sem que, necessariamente, essa relação produza o desaparecimento do seu próprio substracto tradicional (como o fenómeno de aculturação de alguma forma pressupõe).

O melhor paradigma do fenómeno é a *interpretatio romana* dos cultos locais e, por outro lado, a sua associação ao culto imperial. Conimbriga apresenta bons exemplos de um e outro fenómenos e é neste sentido que o termo “romanização” aqui será utilizado.

3. A arquitectura doméstica como fenómeno histórico na cidade

Um dos elementos fundamentais da romanização da arquitectura doméstica de Conimbriga é o aspecto técnico. Este aspecto vai muito mais além do que a mera substituição da construção em adobe pela alvenaria, ou das coberturas de colmo pela telha; tem a ver com a criação no espaço da *civitas* de uma verdadeira indústria da construção em todas as suas vertentes de aprovisionamento e produção, com o impacto demográfico, económico e

⁶⁸⁹ Wallace-Hadrill 2008, 3-37.

⁶⁹⁰ Panoff e Perrin 1979, 63 s.v.; Poole 1994, 831-839.

jurídico que a introdução dessa nova fileira económica teve na dinâmica sócio-económica da cidade e da região.

Não é certo que as sobrevivências da arquitectura pré-imperial em Conimbriga sejam uma manifestação “pura” da arquitectura indígena do Oeste da Lusitânia, estando provavelmente perante um híbrido onde a influência romana se fez já sentir⁶⁹¹, mas isso não obsta ao facto de uma importantíssima fracção dos recursos disponíveis - públicos, privados de uso particular e privados destinados a fins públicos - de uma pequena comunidade passar a ser destinado a uma área de dispêndio que, até aí, não estava inscrita nas principais linhas de ostentação das elites do Ocidente peninsular.

Essas sociedades conheciam, obviamente, a arquitectura de prestígio e a necessidade económica do dispêndio ostentatório a ela associado, mas não é evidente que, no período que mediou entre a expedição do *Calaisus* e Augusto (136-26 a.C.), tenha havido uma adaptação progressiva a uma situação emergente. Pelo contrário, a intervenção augustana parece ter-se inscrito na evolução histórica da cidade como um evento único e verdadeiramente transformador, espécie de “coup-de-foudre” a partir do qual tudo aconteceu para nada voltar a ser como dantes.

Claro que um fenómeno dessa natureza só é possível no contexto de uma sociedade acostumada à relação com o exterior. Os habitantes de Conimbriga tinham, à época augustana, mais de meio milénio de contactos com as civilizações mediterrânicas e há evidências que as elites de povoados congêneres eram especialmente hábeis em manipular em seu favor (senão de uma forma estritamente pessoalizada, pelo menos, em favor do *status quo*) realidade tão complexas quanto a cunhagem da moeda e o seu padrão. Mas a transformação arquitectónica de Conimbriga na época augustana é um fenómeno de importância superlativa, testemunho eloquente das capacidades transformativas da política imperial nascente. É precisamente o mais de um século decorrido entre a “conquista” de Conimbriga, na sua aparente ausência de efeitos práticos; a profunda transformação que Conimbriga sofre cerca de 10 a.C.; e o ininterrupto movimento de promoção da qualidade urbana (passe o anacronismo) que a cidade sofre a partir daí (pelo menos até 120/130), que

⁶⁹¹ Supra, p. 237-239.

atestam do impacto que a política augustana de substituição “do tijolo pelo mármore”⁶⁹² teve no âmbito provincial.

4. O fenómeno urbano de Conimbriga

Estando suficientemente salientado, no que diz respeito a este processo transformativo, que a sobrevivência das entidades gentilitárias de raiz indígena até datas plenamente imperiais está documentada, bem como a aparente sobrevivência de estruturas fundiárias a elas ligadas, é no momento que se estende das campanhas do Galaico a Augusto que germina uma questão jurídica relevante que tem directamente a ver com o principal marco de delimitação do espaço urbano de Conimbriga, constituído pela muralha alto-imperial, datável em época augusto-tiberiana. O largo espaço por ela delimitado, nunca foi completamente preenchido por um crescimento urbano e demográfico que não teve lugar, os lotes de terreno que fossilizou, de morfologia pouco regular e nunca completamente normalizada pela evolução urbana, foram um dos principais factores da originalidade da arquitectura conimbrigense e testemunho de primeira grandeza do seu peculiar processo de promoção e desenvolvimento urbanos⁶⁹³.

As principais realidades quantificáveis por estimativas com algum rigor são, em primeiro lugar os índices ocupacionais da área urbana e o cálculo populacional.

Quanto aos primeiros, dos 22 hect. de extensão da cidade, é de assinalar que grosso modo 10,5 a 11 hect. nunca foram ocupados por construção. O sobredimensionamento do equipamento urbano que se verifica alhures encontra aqui um vector de interpretação. O desenvolvimento imperial de Conimbriga ficou aquém do esperado por uma margem muito assinalável⁶⁹⁴.

⁶⁹² Suetónio, *Augusto*, 28.3 *apud* Cooley 2009, 182. Sobre o mesmo tema em Roma cf. a expressão nas *Res Gestae*, *id. ibid.* 182-210.

⁶⁹³ *Supra*, p. 187-192.

⁶⁹⁴ *Supra*, p. 342-344.

É portanto no duplo contexto de sobrevivência de estruturas sócio-económicas de raiz pré-romana e de limitação da dinâmica de crescimento da entidade urbana conimbrigense, que o cálculo do seu volume populacional e a abordagem (embora preliminar e de grão muito grosso) da sua estrutura social pode, para além de malabarismo aritmético, ter valor como indicador de uma situação cujo conhecimento é indispensável ao estudo de algumas realidades à escala mais vasta do Império⁶⁹⁵.

Através de um método que combina o produto do número de unidades residenciais existentes na cidade com o número estimado dos membros de cada agregado familiar, e uma distribuição proporcional da área doméstica disponível por habitante, pode estimar a população de Conimbriga em 5575 (+/- 25%) habitantes, como forma de indicar de forma simples e expedita os extremos da estimativa, entre 5236 e 5801 habitantes.

Tratava-se portanto, de uma pequena cidade.

Uma das vantagens do método misto utilizado é que, por se basear parcialmente numa composição estimada dos indivíduos presentes na unidade familiar, ter incluída na estimativa uma fracção correspondente aos dependentes servis nessa unidade.

Combinando estes dados como uma outra estimativa, a do valor económico dos edifícios, é possível propor que o volume calculado da população de Conimbriga se estruturava da seguinte forma:

- entre 37,6 e 47,5 % da população eram dependentes servis; a *plebs media* representava entre 45 e 55,4% da população e um pequeno estrato de topo, representando apenas 7 a 7,5% dos habitantes, agregava-se num máximo calculado de 35 a 38 famílias, de onde sairia a *ordo decurionum* de Conimbriga, composta por menos de quarenta indivíduos.

Este estrato social superior detém mais de 50% do espaço urbano construído e é esta situação que obriga a reforçar (agora de forma suportada e quantificada por estimativa) o carácter exemplar do fenómeno urbano de Conimbriga.

⁶⁹⁵ No sentido proposto por W. Scheidel (2005a, 66) de chegar a estimativas agregadas da população através da soma das suas partes constituintes: “i. e. from the bottom up”.

5. Arquitectura e cultura na cidade

É no contexto social preciso que se reconstitui em Conimbriga que a arquitectura doméstica ganha relevância, como elemento de competição por estatutos sociais relevantes, em função, seguramente, de uma competição económica subjacente que dita a ansiedade da classe média-superior por um estatuto que, a todo o momento, está ameaçado de irrelevância. E a sua especial importância para a romanização tem a ver com o facto das manifestações dessa arquitectura, na esteira na arquitectura pública, terem implicado uma radical transformação dos métodos construtivos em Conimbriga criando necessidades agudas de prover a cidade com material de construção em quantidade e qualidade.

Tais necessidades levam ao nascimento de uma “fileira económica”, que abrange a pedra, a areia e a cal, a produção de materiais cerâmicos de construção e uma gama larga de novas técnicas de engenharia (os madeiramentos de cobertura, as artes decorativas da pintura e do mosaico, a engenharia hidráulica).

O surto de construção em Conimbriga, ao longo de todo o séc. I, levou à radicação de uma indústria de construção, vocacionada para responder às solicitações de um mercado em procura constante.

O fabrico de materiais cerâmicos de construção foi a actividade subsidiária da construção que deixou um mais sólido conjunto de vestígios arqueológicos, não só pela óbvia sobrevivência do material, e a sua realidade pode ser tomada como paradigmática.

Estão documentadas em Conimbriga várias marcas de oficinas produtoras de materiais cerâmicos de construção e também vários antropónimos gravados na argila fresca, que demonstram a multiplicação no âmbito do território da cidade, de unidades produtoras. A produção destas oficinas abasteceu a cidade e também as vizinhas: o carácter verdadeiramente

regional desta actividade fica por isso bem demonstrado por este elemento particular.

Este carácter regional favoreceria a especialização e o desenvolvimento das capacidades de intervenção dos *redemptores* em programas técnicos complexos.

Seria o caso das coberturas das partes mais monumentais dos edifícios domésticos, com cargas da ordem dos 120kg/m², com a qual simples pórticos quase atingiam o peso de uma tonelada por intercolúnio e as maiores salas superavam normalmente as dez toneladas, chegando a atingir as quinze⁶⁹⁶.

Do mesmo modo o desenvolvimento de uma rede de abastecimento hídrico a toda a cidade, entre os meados do séc. I e os inícios do séc. II representa uma área de interacção entre a obra pública e a obra privada no período que é também o de maior florescimento de uma e outra, individualmente consideradas, ou seja, contribui para o crescimento exponencial da dinâmica global da actividade edilícia na cidade, de uma forma não negligenciável.

E ainda na mesma dinâmica se inscreve a decoração das principais residências, a consistência da actividade dos mosaicistas de Conimbriga ao longo dos séc.s II e III. A renovação dos programas pictóricos facilitou certamente a difusão de modas que, combinadas com taxas de sobrevivência e resistência ao uso distintas permitem afirmar que a variabilidade da decoração pictórica era sensivelmente mais significativa que a decoração musiva⁶⁹⁷.

Esta dinâmica da actividade edilícia favoreceu a concentração de vários dos seus ramos nas mãos de indivíduos empreendedores, que diversificaram os seus campos de interesse, certamente na busca de uma mais larga gama de oportunidades na obtenção de proventos. O caso de *Maelo* é o que melhor se documenta.

Deste nível superior de intervenção urbana (e de aquisição de conhecimentos técnicos e artísticos), a actividade estendia-se a empreitadas de menor monta, nas obras de dimensão mais modesta, por onde todavia percolavam conhecimentos e modas, dando resposta a solicitações de vária ordem e ambições de toda a espécie, assim se fazendo uma cidade romana.

⁶⁹⁶ *Supra*, p. 201-206.

⁶⁹⁷ *Supra*, p. 207-216.

Mas o aspecto mais relevante para a evolução cultural da cidade foi, em primeira linha, a criação *ex nibilo* de uma área de actividade económica, directamente ligada ao contributo técnico romano, com um significado indesmentível no aparecimento em Conimbriga de um estrato populacional de estatuto não muito elevado, mas rapidamente adaptado às práticas romanas, adaptação que se estende, inclusivamente às práticas jurídicas que regulam relações de trabalho⁶⁹⁸. Isto tornou a área económica da edilícia um veículo privilegiado da transmissão cultural e da adopção pelos locais da cultura romana.

Esta adopção passou, em grande medida, pela inovação artístico-arquitectónica a partir de modelos de grande erudição encontrados no próprio coração do Império.

O primeiro exemplo de um modelo arquitectónico adoptado é o dos criptopórticos iluminados por janelas do modelo usualmente designado por “bocas de lobo”; a importância de um programa privado de construção com a dimensão que estas estruturas sugerem, e em cronologias tão idênticas ao do primeiro grande programa de intervenção pública e abona a favor de paralelos artísticos de identicamente notável erudição⁶⁹⁹.

Mas é a partir do terceiro quartel do séc. I que explode a arquitectura cenográfica. Os principais exemplos da utilização dos dispositivos associando jardins e jogos de água mostram uma evolução cronológica correspondendo à imitação do modelo neroniano da *domus aurea*, que inspirou o ignoto arquitecto de Conimbriga (e que pode ter sido apreciado *de visu* até 104).

Do Palatino se fez difusão do modelo de animação arquitectónica dos volumes e planos, associado aos caixotões ajardinados no centro dos implúvios, copiado do peristilo da *domus Gaii*. Mas também aqui a longa sobrevivência dessas criações podem ter alargado no tempo a transmissão do modelo.

Um outro modelo palatino é constituído pelo triclinio principal da *domus augustana*, com os seus pequenos pátios abertos, que em Conimbriga inspirou os *triclinia* rasgados por janelas abrindo para os jardins.

⁶⁹⁸ Fabre 1974, 191-206.

⁶⁹⁹ *Supra*, p.221-225.

Estes elementos – implúvios ajardinados, peristilos centralizando *diaetae* e salas abertas por janelas – constituem um *continuum* de coesa origem histórico-artística: partilham todos a sua pertença ao programa imagético da *domus aurea*. É esse elemento de filiação num modelo imperial de grande impacto que caracteriza a emulação, por parte dos construtores locais, da imagem erudita e prestigiada do ambiente imperial⁷⁰⁰.

E a perenidade destas intenções é dada pela entrada da fase tardia da casa dos repuxos que copia o *serapeum* da *villa* de Adriano em Tivoli⁷⁰¹.

Há, neste fenómeno, o valor social do encontro entre as aspirações de uma elite local e a projecção da ideia imperial. A sua repercussão foi suficientemente grande como para dar a indicação de que este elemento da romanização da cidade não se pode ter ficado pela adopção dos modelos arquitectónicos e construtivos, certamente que incidiu também no conjunto de práticas sociais de que a arquitectura doméstica é cenário e estabeleceu um modelo local pelo qual se regeu a subsequente competição pelo estatuto social estabelecido pela arquitectura doméstica, nos escalões inferiores da pirâmide⁷⁰².

Esta competição por um estatuto social representado na arquitectura doméstica e, muito possivelmente, o estrato populacional emergente dos indivíduos ligados à própria área económica da construção, levou a que, ao lado da resposta erudita e aristocrática dada às necessidades de uma arquitectura de prestígio, passasse a coexistir uma solução arquitectónica popular, sem pretensões e de raiz indígena, mas de técnica romana.

Esta arquitectura, para que não existe um “modelo”, onde as pré-existências cadastrais dominaram por completo a morfologia dos edifícios e a economia de meios - certamente que não a cenografia - ditou quais as soluções construtivas, desempenhou uma presença mais maciça na morfologia urbana do que a arquitectura erudita. A segregação entre as áreas onde uma e outra foram dominantes marcou dramaticamente a tessitura da cidade⁷⁰³.

As casas de pátio reservaram grandes extensões - fachadas inteiras, com efeito - à criação de unidades residenciais uni- ou bi-modulares independentes (*tabernae*), articuladas com mezaninos e pórticos de fachada. Mas mesmo a estes

⁷⁰⁰ *Supra*, p. 226-232.

⁷⁰¹ *Supra*, p. 232-235.

⁷⁰² *Supra*, p. 235 e 321-322.

⁷⁰³ *Supra*, fig. 148.

níveis modestos a semelhança dos dispositivos de encerramento dos espaços de Conimbriga com os de Pompeia ou Ostia, é também, nos seus aspectos construtivos, jurídicos e económicos, uma adopção local de um sistema propriamente romano⁷⁰⁴, provavelmente em parte devida à percolação de conhecimentos através de toda a espessura dos estratos sociais da cidade, mas provavelmente também devida à intervenção directa da mesma elite que, de uma forma que a arqueologia não pode precisar, mas que deve ter existido, domina, para além do espaço estrito das suas residências, também fracções importantes da estrutura da cidade através de propriedades que arrenda.

6. A romanização da prática habitacional

A combinação de todos estes factores conduziram, em cerca de meio século, à completa reconfiguração de Conimbriga no molde de uma cidade romana, e o aspecto central do presente estudo é a análise da forma como a nova prática habitacional⁷⁰⁵ é testemunho de uma estrutura ideológica propriamente romana.

O estudo levado a cabo deparou-se neste ponto, com uma dificuldade de monta: toda a análise da arquitectura doméstica romana tem sido levada a cabo, mesmo até muito recentemente, a partir de uma base tipológica, que parte normalmente do pressuposto que compartimentos topologicamente comparáveis também o são do ponto de vista tipológico-funcional.

⁷⁰⁴ *Supra*, p. 334-335.

⁷⁰⁵ Por esta expressão pretende-se condensar os aspectos elitistas do “Wohngeschmack” de P. Zanker, com o carácter estrutural e estruturante do “habitus” de P. Bourdieu no quadro dos sistemas de actividade, tal como os pensa A. Rapoport. A prática habitacional é, em suma, a forma como as populações respondem às necessidades de subsistência acautelando a imagem social que projectam, dentro do quadro privilegiado da sua residência. A variabilidade dos factores individualmente considerados, potencia, logicamente, a variabilidade do resultado final (digamos, entre o liberto responsável por uma taberna onde também vive e o proprietário da casa dos repuxos), mas existem motivações comuns a toda a etiologia neste campo: a subsistência, a procura do conforto e a salvaguarda das aparências adequadas ao estatuto pretendido.

Foi necessário encontrar um paradigma interpretativo alternativo e uma metodologia adequada, a uma correcta interpretação da arquitectura doméstica de Conimbriga em toda a extensão da gama construtiva e arquitectónica que foi possível reconhecer. O paradigma encontrado foi o da análise do feito civilizacional romano a partir das suas principais ideias morais e políticas⁷⁰⁶. A metodologia assentou numa tentativa de reconstituição da assignação a valores representacionais essenciais dos espaços arquitectónicos típicos (essencialmente vitruvianos) pelos grupos diferenciados de habitantes de Conimbriga, tal como A.Wallace-Hadrill os demarcou. Este exercício articulou quatro pares de grupos de habitantes/valores essenciais: *amici/humanitas*; *paterfamilias/honor*; *clientes/mos maiorum*; *servi/labor et negotium*. A estes podem ser assignados conjuntos de funções típicas de uma residência (que, no grupo aristocrático, é tendencialmente vitruviana⁷⁰⁷) corporizados em compartimentos específicos (que, logicamente, também só são claramente identificáveis nesse mesmo grupo).

Destaca-se daqui a primeira clivagem importante: a existência de um pequeno número de residências que “têm tudo”, frente a todo o restante, mesmo que aí se incluam ainda edifícios de prestígio. Por isso mesmo é importante afirmar que a estrutura social identificada e quantificada tal como foi descrita, não resume toda a estratificação social da Conimbriga de época imperial. Essa estratificação é mais profunda, marcada por espasmos mais importantes do que a mera estatística descreve.

A reconstituição da articulação de actores e valores com os cenários da sua actividade mostra como a relação com os outros (*amici*) se estabelece em compartimentos como a *exedra*, a *diaeta*, o *peristilo* e o *triclinium*, espaços privilegiados de representação. Já aquilo que é a verdadeira e mais profunda afirmação do estatuto pessoal, a *honor*, se representa preferencialmente num outro conjunto de compartimentos a *cenatio* (um *triclinium* de uso maiormente privado), o jardim e o *cubiculum*. A relação com os dependentes é feita mais de mecanismos de protecção do que de vias de acolhimento: *fauces* e *cavaedium*, elementos de transição entre público e privado nas grandes residências, e os

⁷⁰⁶ Que encontramos, no âmbito nacional, exemplarmente demonstrado por M. Helena da Rocha Pereira (1984).

⁷⁰⁷ Sobre o aspecto “programático” da obra vitruviana, que não pode ter deixado de influenciar a sua recepção nas cidades provinciais, cf. Wallace-Hadrill 2008, 145-153 e 190-210.

derivados da antiga casa de átrio romano-italica (o *impluvium* e a *ala*, e por outro lado o *maenianum*) mostram, respectivamente, a preocupação de controlo de uma multidão de clientes potencialmente invasora dos espaços privados, e a forma como estes mecanismos são relegados ainda para outras residências, desprovidas de verdadeiro aparato, mas onde os mecanismos de emulação não são por isso menos fortes. E resta o magma da arquitectura desprovida de prestígio, mas que não deixa de ser suporte das fórmulas representacionais mais elaboradas: o armazém na cave, a sala de trabalho, o indispensável à subsistência e à higiene, a entrada secundária, a *taberna*. Retirados do espaço privilegiado da representação, é quase paradoxal observar que apesar disso estes elementos não são completamente obliterados senão nos mais extremos dos casos (como na casa de Cantaber) e mesmo aí a residência estabelece com o exterior relações de permissividade, de fluidez de circulação (como se passa com a possível utilização pública ou semi-pública das latrinas “privadas”), que atestam do facto de estas elites locais terem sempre mantido os pés muito assentes na terra de onde saíram.

Ora, combinado com o facto já reconhecido da intensa percolação das técnicas construtivas, provavelmente intensificado pelo nascimento de um estrato populacional de reduzido estatuto económico-social mas que, por estar directamente ligado à fileira económica da edilícia tem contacto privilegiado com a inovação técnica e cultural, este dado histórico do contacto entre elite e não-elite, já apontado como determinante no próprio ambiente romano⁷⁰⁸, não pode deixar de ter sido determinante na mecânica dos processos de romanização e na sua própria abrangência.

Porque, quando se reconstitui teoricamente a incidência prática da competição social, tal como testemunhada pela arquitectura doméstica, há um elemento essencial que emerge e, com ele, começa a desenhar-se um perfil.

Se é correcta, do ponto de vista epistemológico, a identificação de um elemento do cenário doméstico que é o mais importante nos processos de competição pelo estatuto social reflectido na arquitectura doméstica, esse elemento é o *cubiculum*. Este *cubiculum* é o primeiro compartimento decorado numa residência com aspirações, residência essa que, frequentemente, demonstra ter o seu proprietário, que é o habitante privilegiado desse

⁷⁰⁸ Horsfall 2003, 64-74.

compartimento, aí levando a cabo o essencial da sua actividade no âmbito doméstico, relações especiais, muito provavelmente de patrocínio, com algum *collegium* da cidade ao qual, evergeticamente, disponibilizou espaço para a *schola* dentro do próprio edifício (que não propriamente dentro da sua casa). Nesse edifício está investido entre um terço e metade da riqueza que lhe assegura o assento no conselho municipal. Está aqui grosseiramente tipificado o “notável” de Conimbriga⁷⁰⁹.

A cidade tem, afortunadamente, um elemento que permite avançar um pouco na indagação das estruturas ideológicas que presidiram à acção destes indivíduos: os programas iconográficos de duas grandes residências (os “notáveis” tais como foram reconstituídos, preferiram não sobrecarregar as suas próprias residências com programas figurativos, ou não o puderam fazer por razões quiçá económicas, mas podemos pensar que a ideologia era partilhada).

Os elementos iconográficos dos programas decorativos, designadamente os musivos, e o carácter limitado da sua dispersão, que coincide quase exactamente com a presença ou ausência dos elementos do cenário arquitectónico de maior rarefacção, pois são as mesmas duas residências que mostram toda a panóplia de compartimentos teoricamente destinados a actividades de rebuscada elaboração intelectual que oferecem evidência de programas decorativos com referências eruditas de alto nível, concorrem na definição de alguns edifícios residenciais de Conimbriga como locais de excepção, reforçando desse modo a excepcionalidade que a análise sócio-económica já apontou aos edifícios e aos seus proprietários.

É em especial a casa dos repuxos rica em motivos figurados e numa forma muito especial de os dar a ver aos habitantes ou visitantes da casa. Este modo focado de mostrar um motivo (de referir uma mitologia, pois disso se trata), é marcado pelo uso sistemático do *tondo*, que apela à contemplação, concentrando num único campo uma informação sumariada, por vezes reduzida a uma alegoria. Mas mesmo este esquema simples é aproveitado para multiplicar as referências, utilizando os espaços intersticiais, onde os motivos

⁷⁰⁹ Que, para dar uma imagem comparativa com um personagem paradigmático, é um indivíduo com menos dinheiro, mas com mais pretensões sociais, que *Caecilius Jucundus* em Pompeia, sendo as diferenças proporcionais às próprias cidades onde vivem. Cf. Andreau 1974, 39-43.

de enchimento têm referências ao ciclo dionisíaco através do *cantharus* e dos elementos do *thyasos* marinho, os peixes e os tridentes. Tal não obsta à utilização anedótica do pequeno motivo desenquadrado, de função apotropaica ou meramente lúdica, mas o rigor do esquema original (*tondi* nos pontos de *statio*, designadamente nos enfiamentos dos compartimentos, quando nos pórticos, e no centro dos pavimentos das salas) impõe-se.

A escolha dos motivos foi, simultaneamente, eclética e idiosincrática. Representaram-se heróis (Teseu, Perseu, Belerofonte, Acteón, talvez elípticamente Hipólito), a caça e a própria família (em certa medida sobrepondo-se os discursos) e uma outra pluralidade de motivos mitológicos que circulam à volta do ciclo dionisíaco nas suas mais vastas expressões (o *thyasos*, mas também as estações, o vinho como manifestação da abundância, etc.).

O ponto de convergência destas distintas narrativas (pois de tal se terá tratado) é a de que o *dominus* através da sua *virtus*, testemunhada na caça (paralelo da *pietas* do herói, que é uma outra forma de *virtus* representada no seu feito heróico), é o instrumento da produção da harmonia terrestre. O *dominus* é o fator da ordem cósmica, manifestada nos membros mais eminentes da sua própria família, que no *otium* gozam do sonho realizado da harmonia universal, enquanto os mais modestos se entregam às suas actividades quotidianas no quadro intemporal das estações do ano e da natureza abundante⁷¹⁰.

Se de outra mensagem se tratasse, poder-se-ia pôr em causa a sua inteligibilidade, mas a clareza do discurso sobre a sociedade e os seus principais actores (tal como a elite os/se percebe), a redundância dos meios de comunicação utilizados, e o módico de cultura comum que existiu entre os vários estratos sócio-culturais da sociedade conimbrigense, obrigam a admitir que a mensagem não deixará de ter passado, inclusive na subtilidade de ênfases do discurso (ou de campo dialéctico onde se escolheu desenvolver o discurso) que se podem verificar ter existido entre as várias residências⁷¹¹.

⁷¹⁰ *Supra*, p. 289-308.

⁷¹¹ *Supra*, p. 314-316.

7. Conimbriga e a *romanitas*

Chega-se desta forma ao objectivo principal do presente estudo: compreender, através da arquitectura doméstica, que é a realidade arqueologicamente apreendida que mais próximo esteve do quotidiano dos habitantes (porque foi nela que este teve lugar), qual a romanidade que esteve presente no local. Um juízo apriorístico é desde logo evidente: a expressão cultural dos povos do império que os investigadores contemporâneos, à falta de uma expressão coeva que a designe (e que parece não ter existido), designam de *romanitas*, não foi uma expressão monolítica ou sequer unitária, englobou muitas formas diferentes de expressão e integração comunitárias, que urge comparar desde a base⁷¹².

A pergunta subjacente é portanto: “Como e onde moravam os habitantes da Conimbriga romana?”

O ensaio estatístico feito sobre o catálogo das unidades residenciais reconhecidas, delimitadas por se tratar de conjuntos de compartimentos isolados dos outros pelo seu sistema de acessos, permitiu dividir, através de uma análise factorial, cinco tipos distintos de unidades, apesar de tudo de diferente grau e nitidez de diferenciação.

Num dos extremos temos apenas duas residências, a casa dos repuxos e a casa atribuída a Cantaber, a que tantas vezes várias linhas de pesquisa aqui desenvolvidas reconduziram os raciocínios expressos.

No outro extremo temos as pequenas unidades uni-modulares, as *tabernae*. Por vezes providas de um pequeno espaço suplementar, muito mais vezes do que as reconhecidas, talvez, providas de mezaninos superiores que lhes aumentavam o espaço útil, não terão sido, todavia, o espaço privilegiado de habitação que nelas se reconhece em Ostia e em Roma. A inexistência de sobrepressão humana no espaço habitado certamente que abriu alternativas à habitação familiar, em quadros mais amplos.

⁷¹² Revell 2009, 1-40.

Os três grupos centrais agrupam maioritariamente as residências típicas de Conimbriga. Conjuntos simples de dois compartimentos no segundo grupo, três a quatro no terceiro, até 12 no quarto. Esta divisão corresponde também a uma progressiva maior complexidade das próprias instalações: normalmente simples no segundo grupo; o terceiro inclui alguns casos de unidades residenciais com espaços de trabalho necessitando de equipamento construído (como as *fullonicae*); o quarto grupo inclui já pequenas *domus* com mosaicos, mas também residências de dimensão apreciável, mas sem tal aparato⁷¹³.

É nesta margem central que é muito difícil tentar aplicar os conceitos de *domus* e *insula*, porque há evidências de usos endémicos do primeiro daqueles termos que porventura não correspondem àqueles mais tradicionais na jurisprudência e na literatura latinas. Mas isso não impede uma aproximação à fisionomia urbana da cidade, que mostra ser de natureza muito diferente dos casos típicos bem conhecidos: certamente muito mais pequena, Conimbriga oferecia condições de habitação e salubridade muito superiores às grandes cidades romanas; por outro lado a sua estrutura urbana era aparentemente muito mais segregada do que, por exemplo, Pompeia.

Esta segregação tem uma implicação directa no único factor que permite distinguir o que mais provavelmente é uma *domus* daquilo que quase certamente não o será: o isolamento da unidade residencial dentro do edifício ou quarteirão – a *domus* tende para o protagonismo, senão para a ocupação exclusiva.

O grau de completude desta tendência, verdadeiramente o isolamento relativo da *domus* dentro do espaço urbano, ou a inexistência de tal isolamento, representam um sub-texto que descreve, pode crer-se que com alguma exactidão, a posição social e económica do proprietário. Deste modo, a ambiguidade das classificações dos cenários domésticos não deve ser entendida como uma limitação das capacidades interpretativas ao dispor do investigador, mas sim como a conclusão mesmo da indagação: a ambiguidade é fruto da situação mutável, do carácter plástico da posição social dos proprietários, fruto da competição social que os move. E é na verificação de que a competição social existe a todos os níveis da sociedade e não apenas nos níveis superiores (que é uma das lições da arquitectura doméstica) que explicam a percolação

⁷¹³ *Supra*, p. 323-335.

para esses níveis da ideologia, da cultura e das modas arquitectónicas romanas que reconfiguram a prática habitacional em Conimbriga e, em consequência, todo o seu modo de vida.

8. O processo de romanização

Existem dois modelos alternativos, desde uma óptica romana, dos mecanismos da romanização: a conquista e a assimilação

Num e noutro modelo, o papel das elites locais foi indispensável e crucial, pois mesmo nos mecanismos de conquista mais violenta foi sempre necessário encontrar uma elite de substituição. Desde um ponto de vista propriamente arqueológico, a análise feita dos processos sociais desenvolvidos na *Brittania*⁷¹⁴, vem a reforçar precisamente este ponto, dando até lugar a uma variabilidade micro-regional – verdadeiramente da escala de uma *civitas* frente a outra vizinha – que para o caso de Conimbriga é especialmente importante, na medida em que este estudo tem vindo a sustentar que se está perante um caso singular e tal singularidade necessita de explicação⁷¹⁵.

Essa explicação residirá na acção dos membros da elite pré-romana na época da conquista e até à reorganização da província por Augusto, que integra definitivamente os *oppida* nas estruturas romanas. Existem dois modelos históricos para esta acção: Astolpas e Sisucurhil.

Astolpas, sogro relutante de Viriato, é o aristocrata, aparentemente algo distanciado dos meios propriamente urbanos, que navega entre as suas raízes e

⁷¹⁴ Millett 1990, em especial 99-101.

⁷¹⁵ Deve sobretudo dar-se atenção à situação da vizinha *Aeminium*, cidade com um desenvolvimento histórico paralelo ao de Conimbriga, mas cujo padrão urbano, que parece ser de tendência hipodâmica, abona em favor de um “momento fundacional” de características diferentes (Alarcão 2008, 44-51). É possível que a localização de *Aeminium* no estuário do Mondego tenha dado origem a um movimento demográfico distinto (porventura com um contributo romano-italico mais significativo [Le Roux e Fabre 1971, 129-130]) que teria diluído as clivagens sócio-económicas presentes na sociedade pré-romana, resultando num fenómeno urbanístico distinto e, com o recuo suficiente dado pela nossa situação no séc. XXI, com um sucesso histórico, medido na sobrevivência da cidade, muito mais notável.

a adesão ao conquistador. Sisucurhil é o magistrado monetar de Alcácer do Sal que parece conseguir manter um módico de autonomia para o *oppidum* através das confrontações romano-cartaginesas da Segunda Guerra Púnica, que afectam gravemente aquela região, conseguindo com os seus filhos, a quem o poder é, pelo menos parcialmente, transferido, assegurar o estatuto de que a cidade gozará sob os pompeianos, que conferem a *Salacia* o título de *Imperatoria*.

Os mecanismos da modificação social, sob a acção de modificações do entorno estrutural das sociedades, é um dos fenómenos marcantes da Idade do Ferro, devido á escala geográfica em que nesse período se desenvolvem grandes transformações históricas. E nessa medida, a conquista romana e a subsequente romanização das regiões conquistadas é apenas o culminar desses processos.

É por isso interessante que uma proposta desenvolvida para explicar alguns fenómenos da Idade do Ferro do Ocidente da Península Ibérica⁷¹⁶, como produto de mecanismos de transformação social, convirja e encontre conforto numa análise moderna da romanização como entidade polimórfica⁷¹⁷, fruto de mecanismos de agência e estruturação a operar em distintas condições⁷¹⁸.

A singularidade do processo de romanização de Conimbriga, algo que desde agora deve deixar de surpreender, pode assim ser centrada na conjugação de factores estruturantes – a conquista romana – e agenciais.

Do lado destes terá estado a miríade de possibilidades que um centro regional com meio milénio de contactos à distância com uma pluralidade de regiões e culturas distintas não terá deixado de ver na nova situação, nem de aproveitar.

A intervenção romana reconhece a centralidade do *oppidum*, e reforça-a através da *contributio*. Sob Augusto este facto histórico é suplementado com a promoção urbanística, através de um primeiro programa de obras públicas.

E, a partir daí, as elites locais desenvolvem um extraordinário programa de auto-promoção, implementado quer através da obra pública quer através da

⁷¹⁶ Correia 2000, 426. A nossa proposta estava baseada em análises de P. Donati (1997, 51-92).

⁷¹⁷ Revell 2009, 10-15.

⁷¹⁸ Giddens, A., 1984; cf. Barrett 1997, 51-64.

obra privada. Isto cria na cidade um fenómeno de raiz económica – a actividade edilitária – que ultrapassa rapidamente e em larga medida a esfera económica para se fazer importante na esfera social e cultural, promovendo a competição nos escalões inferiores da sociedade.

Mas há razões para pensar que, a composição dos escalões superiores não sofre profundamente com esse fenómeno, o domínio do espaço urbano por essa elite é esmagador (mais forte até, talvez, do que a simples análise das suas residências deixa ver ao ocuparem 50% da área urbana), e não há evidência de uma mutação significativa do *status quo* até finais do séc. III ou inícios do IV.

Parece assim provável que uma das razões do declínio económico que a cidade assiste nessas datas mais tardias⁷¹⁹, seja fruto dessa concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite que, a partir da plena integração no Império, deixa de estabelecer parte da sua actividade e o essencial da sua representação e competição sociais no espaço da sua pátria, para o passar a fazer na capital da província, noutros locais importantes para a administração e na própria Roma⁷²⁰, dessa forma levando a uma importante drenagem dos recursos locais para fora do âmbito da *civitas*.

Mas é este processo que traz para a cidade, como refluxo, o conjunto de elementos da revolução cultural romana que transformam o *oppidum* nos confins da *oekoumene*⁷²¹ em parte desse novo mundo.

M. Heidegger⁷²² sugere que habitar e construir são indissociáveis do próprio ser (*sein*) dos mortais e do seu pensamento.

Pensar sobre a construção e sobre a habitação nela contida é portanto pensar sobre um dos aspectos fundamentais da experiência humana.

E compreender um edifício⁷²³ é assim, compreender parte de uma sociedade; compreender uma cidade, compreendê-la no seu todo orgânico e funcional.

⁷¹⁹ De Man 2006, 26-35

⁷²⁰ Correia 2004b, 280-281.

⁷²¹ Plínio, *História Natural* IV.21.113 *apud* Alarcão *et al.* 1979, 242-243.

⁷²² Citado em Choay 1965, 434. Aqui p. 17.

⁷²³ Giuliani 1998, 13 . Aqui p. 47.

E a cidade é um vector de evolução humana⁷²⁴.

O estudo da arquitectura doméstica de Conimbriga é o estudo de uma manifestação privilegiada da transformação dos modos de vida e representação pessoal e social no seio de uma esfera cultural, a de Roma. Isto acontece por uma sucessão de deliberados actos individuais, que em conjunto formam um movimento de voluntária e autónoma modificação das características culturais da sociedade⁷²⁵, a que chamamos romanização.

⁷²⁴ Beajeu-Garnier 1997, 11. Aqui p. 181.

⁷²⁵ Brunt 1980, 268. Aqui p. 363.

Bibliografia

- Abbott, F. F. e Johnson, A. C., 1968 (2ª): *Municipal Administration in the Roman Empire* (Nova Iorque, Russell & Russell).
- Acuña Fernández, P., 1974: *Los relieves de Clunia decorados con motivos militares* (Santiago de Compostela/Valladolid, Universidades, *Studia Archaeologica* n° 30). Reimp. Palol, P. et al. 1991: *Clunia 0 Studia Varia Cluniensia* (Burgos, Diputacion), 213-229.
- Adam, J.-P., 1989 (2ª ed. Espanhol): *La construcción romana. Materiales y técnicas* (Madrid, Ed. de los ofícios).
- Alarcão, A. M., 1992 (3ª ed.): *Ruínas de Conimbriga* (s/l., IPM, *Roteiros da Arqueologia Portuguesa* 2).
- Alarcão, A., 1994: *Museu Monográfico de Conimbriga. Coleções* (Lisboa, IPM).
- Alarcão, A. M. e Correia, V. H., 1992: “Os materiais e o edifício”. In Oleiro, J. M. B., *Conimbriga. Casa dos Repuxos* (Conimbriga, MMC, *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal* 1), 143-158.
- Alarcão, J., 1964: “Demonstrações do uso do magnetómetro e do resistímetro na prospecção de vestígios arqueológicos”. *Revista de Guimarães* n° 74 (3-4), 367-369.
- Alarcão, J., 1983 (3ª ed): *Portugal Romano* (Lisboa, Ed. Verbo, *Historia Mundi*, vol. 33).
- Alarcão, J., 1985: *Introdução ao estudo da casa romana* (Coimbra, Instituto de Arqueologia, *Cadernos de Arqueologia e Arte* 4)
- Alarcão, J., 1986: “Arquitectura romana”. In Alarcão, Jorge de (coord.) *História da Arte em Portugal, Vol 1, Do Paleolítico à arte visigótica* (Lisboa, Pub. Alfa), 75-109.
- Alarcão, J., 1988: *O Domínio Romano em Portugal* (Lisboa, Pub. Europa América, *Forum da História* 1).
- Alarcão, J. (coord.) 1990a: *Portugal das origens à romanização* (Lisboa, Ed. Presença; Serrão, J. e Marques, A. H. O. [dir.] *História de Portugal*, vol. 1).
- Alarcão, J., 1990b: “Identificação das cidades da Lusitânia”. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires* (Paris, CNRS, *Collection de la Maison des Pays Ibériques* 42), 21-34.
- Alarcão, J., 1990c: “A conquista do território”. In Alarcão, J. (coord.) *Portugal das origens à romanização* (Lisboa, Presença, Serrão, J. e Marques, A. H. O. [dir.] *Nova História de Portugal*, vol 1), 345-351.
- Alarcão, J., 1992: “A cidade romana em Portugal: renovação urbana em Portugal na época romana”. In *Cidades e História* (Lisboa, Fund. C. Gulbenkian), 73-128.
- Alarcão, J., 1998: *Roman Portugal* (Warminster, Aris & Phillips).
- Alarcão, J., 2008: *Coimbra. A montagem do cenário urbano* (Coimbra, Imprensa da Universidade).
- Alarcão, J., 2011: *As casas da zona B de Conimbriga* (Coimbra, CEAUCP).
- Alarcão, J. e Etienne, R. 1973: “L’architecture des cryptoportiques de Conimbriga (Portugal)”. In *Les cryptoportiques dans l’architecture romaine* (Roma, *Collection de l’Ecole Française de Rome* 14) 371-406.
- Alarcão, J. e Etienne, R. 1977: *Fouilles de Conimbriga I, L’architecture* (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).

- Alarcão, J. e Etienne, R., 1978: “Conimbriga”. *Universalia* (Paris, Ed. Libra), 458-471.
- Alarcão, J. e Etienne, R., 1979: “Conimbriga, ville de Lusitanie”. *Latomus* t. 38, fasc. 4, 877-890
- Alarcão, J. e Etienne, R., 1981: “Les jardins à Conimbriga (Portugal)”. In *Ancient Roman Gardens* (Dumbarton Oaks, Harvard University, *Seventh Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture*), 69-80.
- Alarcão, J. e Étienne, R., 1986: “Archéologie et idéologie impériale à Conimbriga (Portugal)”. In *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres-1986* (Paris, D. De Boccard), 120-132
- Alarcão, J.; Etienne, R.; Alarcão, A. M. e Ponte, S., 1979: *Fouilles de Conimbriga – VII – Trouvailles diverses, conclusion générales* (Paris, De Boccard).
- Alarcão, P., 2006: “Conservação e Valorização em Conimbriga: projectos e obras”. *Monumentos* 25, 208-213.
- Alarcão e Silva, P. D. S., 2009: Construir na Ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga (Porto, Fac. Arquitectura da Un. Porto, diss. dout.).
- Alba Calzado, M., 2004: “Arquitectura doméstica en Emerita”. In *Mérida, Colonia Augusta Emerita* (Roma, L’Erma di Bretschneider, *Las Capitales Provinciales de Hispania* 2), 67-83.
- Albiach Descals, R. e Soriano Sánchez, R., 1991: “Actividades productivas y domésticas en una casa de Valentia”. In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 57-60.
- Allison, P. M., 1993: “Recensão de J. R. Clarke (1991) The houses of Roman Italy”. *American Journal of Archaeology* n° 97, 587-588.
- Allison, P. M., 1997: “Roman households: an archaeological perspective”. In Parkins, H. M. (ed.) *Roman urbanism beyond the consumer city* (Londres, Routledge), 112-146.
- Almagro Gorbea, M; Mederos Martins, A. e Torres Ortiz, M.: “El territorio de Medellín en los siglos VI-V a.C.”. In Jiménez Ávila, J. (ed.) *Sidereum Ana I El río Guadiana en época post-orientalizante* (Madrid, CSIC/IAM, *Anejos de AEspA* 46), 149-176.
- Almeida, F. C., 1970: “Considerações sobre o mosaico das quatro estações de Conimbriga – a representação do Sol”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, JNE), vol. II, 495-507.
- Alves, A. N., 2000: Estudo e tratamento de uma ínsula romana de Conimbriga (Lisboa, Esc. Sup Conservação e Restauro da UNL, rel. estágio policop.).
- Amy, R.; Duval, P. M.; Formigé, J.; Hatt, J. J.; Picard, C.; Picard, G.-C. e Piganiol, A., 1962: *L’arc d’Orange* (Paris, CNRS, 15° sup. de *Gallia*).
- André, J.-M., 1966: *L’otium dans la vie morale et intellectuelle romaine des origines à l’époque augustéenne* (Paris, Fac. Lettres et Sciences Humaines, *Série Recherches* 30).
- André, P., 2007: “Le quartier oest de Bliesbruck. Questions architecturales et elevations”. In Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéi à Bliesbruck-Reinheim* (Paris, Ed. Errance), 133-138.
- Andreau, J., 1974: *Les affaires de Monsieur Jucundus* (Roma, École Française, CEFR 19).
- Andreau, J., 1992: “O liberto”. In Giardina, A. (dir.) *O homem romano* (Lisboa, Ed. Presença), 149-166.
- Andreu Pintado, J., 2004: *Munificencia pública en la Provincia Lusitania (siglos I-IV d.C.)* (Zaragoza, Inst. Fernando el Católico).
- Aquilué, J., Mar, J. R., e Ruiz de Arbulo, J., 1983: “Arquitectura de la Neapólis ampuritana. Espacio y función hacia el cambio de era”. *Información Arqueológica* 40, p. 127-137.

- Araújo, A. S. e Cardoso, J., 1991: *História das Guerras da Ibéria de Apiano* (Braga, Livraria Cruz, Separata de *Itinerarium* n° 139, 3-122).
- Argente Oliver, J. L., 1991: “Tiermes, la roca como base para la vivienda doméstica en época romana”. In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p.213-232.
- Arruda, A. M., 1989: “Conimbriga: escavações de 1988-1989”. *Portugalia*, n.s., n° 9-10, 93-100.
- Arruda, A. M., 1997: “Conimbriga: Fouilles de 1988-1989. 2, Les travaux sur le forum”. In Etienne, R. e Mayet, F. (eds.) *Itinéraires lusitaniens* (Paris, De Boccard), 13-34.
- Balil, A., 1987: “Arquitectura doméstica de la colonia Barcino”. *Oretania* n° 3, 61-68.
- Balil, A., 1991: “La arquitectura doméstica en Emerita”. In *Bimilenário de Augusta Emerita* (Mérida, Diputación Provincial), 75-91.
- Balmelle, C., 1992: “L’habitat urbain dans le Sud-ouest de la Gaule romaine”. In *Villes et agglomérations urbaines antiques du Sud-ouest de la Gaule* (Bordéus, *Aquitania* sup. 6), 335-364.
- Balmelle, C., 2001: *Les demeures aristocratiques d’Aquitaine. Société et culture de l’Antiquité tardive dans le sud-ouest de la Gaule* (Paris, De Boccard, *Ausonius Mémoires 5/Aquitania* sup. 10).
- Balmelle, C.; Blanchard-Lemée, M.; Christophe, J.; Darmon, J.-P.; Guimier-Sorbets, A.-M.; Lavagne, H.; Prudhomme, R. e Stern, H., 1985: *Le décor géométrique de la mosaïque romaine* (Paris, Picard).
- Balmelle, C.; Blanchard-Lemée, M.; Darmon, J.-P.; Gozlan, S. e Raynaud, M.-P., 2002: *Le décor géométrique de la mosaïque romaine II Répertoire graphique et descriptif des décors centrés* (Paris, Picard).
- Balty, J.-Ch., 1989: “La maison urbaine en Syrie”. In *Archéologie et histoire de la Syrie* (Saarbrück, Saarbrücker Druckerei und Verlag), vol. II, 401-422.
- Barata, M. F. S., 1998: “Miróbriga: sua valorização e caracterização”. *Anales de Arqueología Cordobesa* n° 9, 59-129.
- Barata, M. F., 1999: “As habitações de Miróbriga e os ritos domésticos romanos”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n° 2-2, 51-67.
- Barraca de Ramos, P., 1993: “Problemática del urbanismo romano en Ávila”. In *La ciudad en el mundo romano* (Tarragona, *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*), vol. 2, p. 49-51.
- Barral y Altet, X. e Navarro Saéz, R. 1975: “Un motivo de orla itálico. Las representaciones de murallas en los mosaicos romanos de Hispania”. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología* n° 40-41, 503-522.
- Barrett, J. C., 1997: “Romanization. A critical comment”. In Mattingly, D. J. (ed.) *Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire* (Portsmouth RI, *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series* n° 23), 51-64.
- Barton, I. M., (ed.) 1996: *Roman domestic buildings* (Exeter, Un. Press).
- Basso, P., 2003: “I vani di deposito-stoccaggio”. In Basso, P. e Ghedini, F., (eds.) *Subterranea Domus. Ambienti residenziali e di servizio nell’edilizia private romana* (Verona, Cierre Ed.), 519-557.
- Beaujeu-Garnier, J., 1997 (2ª ed.port.): *Geografia Urbana* (Lisboa, Fund. C. Gulbenkian).
- Beeson, A. J., The gardens and mosaics of Conimbriga (s/l, s/d, manuscrito inédito).
- Bek, L., 1983: “Questiones convivales. The idea of the triclinium and the staging of convivial ceremony from Rome to Bizantium”. *Analecta Romana Instituti Danici* n° 12, 81-107.

- Beloch, K. J., 1886: *Die Bevölkerung der griechisch-römischen Welt* (Leipzig, vg. Von Dunker & Humblot, *Historische Beiträge zur Bevölkerungslehre* I).
- Beltrán Fortes, J., 1999: "El esplendor de un Imperio: la época de Trajano". In *Hispania. El legado de Roma* (Mérida, MNAR, cat. exp.), 253-265.
- Beltrán Lloris, M., 1991: "La colonia Celsa". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 131-164.
- Bendala, M., 1998: "Fórmulas de promoción y desarrollo urbano y urbanístico en la Hispania tardorrepública". In Mangas, J. (ed.) *Italia e Hispania en la crisis de la República romana* (Madrid, Ed. Complutense), 301-312.
- Bendala Galán, M., 2004: "Conimbriga en la transformación urbana de la Hispania protohistórica a la romana". In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Âncora), 13-34.
- Bergmann, B., 1995: "Visualizing Pliny's villas". *Journal of Roman Archaeology* n° 8, 406-420.
- Bernardo Stempel, P., 2008: "More names, fewer deities: complex theonymic formulas and the three types of interpretation". In Encarnação, J., (Coord.) *Divindades Indígenas em Análise* (Coimbra, CEAUCP, VII workshop FERCAN), 65-80.
- Boëthius, A., 1960: *The golden house of Nero. Some aspects of Roman architecture* (Ann Arbor Mich., University of Michigan Press).
- Bollmann, B., 1994: "Die scholae der römischen collegia in den städten italiens". In *La ciudad en el mundo romano* (Tarragona, CSIC), vol II, 68-69.
- Bollman, B., 1998: *Römische Vereinshäuser. Untersuchungen zu den Scholae der Berufs-, Kult- und Augustalen-Kollegien in Italien* (Mainz, Vg. P. v Zabern).
- Bonini, P., 2006: *La casa nella Grecia romana* (Roma, Ed. Quasar, *Antenor – Quaderni* n° 6).
- Bradley, M., 2002: "It all comes out in the wash?: Looking harder at the Roman fullonica". *Journal of Roman Archaeology* n° 15, 21-44.
- Brissard, L.; Delaval, E.; Le Bot-Helly, A. e Prisset, J.-L., 1996: "Les maisons de l'agglomération viennoise, Vienne (Isère), Sainte Colombe et Saint Romain en Gal (Rhône)". In *La maison urbaine d'époque romaine - 2 - Atlas des maisons de Gaule Narbonaise* (Avignon, APRAV, *Documents d'Archéologie Vanclusienne*, 6-II), 347-420.
- Brothers, A. J., 1996: "Urban housing". In Barton, I. M., (ed.), *Roman domestic buildings* (Exeter, Un. Press), 33-64.
- Brown, F. E., 1990a: "Comments on Chapman: some cautionary notes on the application of spatial measures to prehistoric settlements". In Samson, R. (ed.) *The social archaeology of houses* (Edimburgo, Edinburgh University Press), 93-110.
- Brown, F. E., 1990b: "Analyzing small building plans: a morphological approach". In Samson, R. (ed.) *The social archaeology of houses* (Edimburgo, Edinburgh University Press), 259-276.
- Brun, J.-P., 1997: "Um primeiro moinho hidráulico romano na Península Ibérica, em Conimbriga". In Alarcão, A. M. (coord.) *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais* (Lisboa, MNA, cat. exp.), 30-31.
- Brunt, P. A., 1987 (2ª): *Italian manpower 225BC-AD14* (Oxford, Un. Press).
- Brunt, P. A., 1990: *Roman imperial themes* (Oxford, Clarendon Press).
- Bütter, H.-P., 1970: *Die geistige Welt des jüngeren Plinius. Studien zur Thematik seiner Briefe* (Heidelberg, Winter vrg.).
- Bukowiecki, E.; Dessales, H. e Dubouloz, J. 2002: "Chronique: Activités archeologiques de l'Ecole française de Rome. Année 2001. Schola di Traiano". *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité* n° 114, 454-456.

- Burn, A. R., 1953: “Hic breve vivitur: a study of the expectation of life in the Roman Empire”. *Past and Present* nº 4, 25-45.
- Burn, A. R., 1965: “Recensão de H. Nordberg (1963) Biometrical Notes”. *Journal of Roman Studies*, nº 55, 253-257.
- Caballós, A. e León, P., (eds.) 1997: *Itálica MMCC* (Sevilla, Consejería de Cultura).
- Cabral, F. C. e Telles, G. R., 1999 (2ª ed.): *A Árvore em Portugal* (Lisboa, Assírio e Alvim, Deméter 1).
- Callebat, L. e Feury, Ph., 1995: *Dictionnaire des termes techniques du De architectura de Vitruve* (Hildesheim, Olms-Weidmann).
- Calza, G., 1917: “La statistica delle abitazioni e il calcolo della popolazione in Roma imperiale”. *Rendiconti della Reale Accademia dei Lincei*, 5ª série, nº 26, 60-87.
- Camporeale, S., Papi, E. e Passalacqua, L., 2008: “L’organizzazione dei cantieri edili a Volubilis (Mauretania Tingitana): iscrizioni e opere pubbliche, la Maison aux deux pressoirs e l’arco di Caracalla”. In Camporeale, S.; Dessales, H. e Pizzo, A. (eds.) *Arqueología de la Construcción I – Los procesos constructivos en el Mundo Romano: Italia y provincias occidentales* (Merida, CSIC, *Anejos de Archivo Español de Arqueología* 50), 285-308.
- Campos Carrasco, J. M.; Fernández Ugalde, A.; García Dils, S.; Gómez Rodríguez, A.; Lancha, J.; Oliveira, C.; Rueda Roigé, J. F. e Vidal Teruel, N., 2008: *A rota do mosaico romano. O sul da Hispânia (Andaluzia e Algarve)* (Faro, Un. Algarve).
- Campos Carrasco, J. M., Vera Reina, M., Rodríguez Achutegui, C. N. e Fernández Ruiz, R., 1991: “La edificación privada romana en Híspalis: análisis y descripción de la casa de la calle Guzmán el Bueno nº 6-8 (Sevilla)”. In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 313-326.
- Cardozo, M., 1996 (13ª): *Citânia de Briteiros e castro de Sabroso* (Guimarães, Sociedade Martins Sarmento).
- Carrilho, F., 2008: *A lei das XII tábuas* (Coimbra, Almedina).
- Carucci, M., 2007: *The Romano-African domus. Studies in space, decoration and function* (Oxford, Archeopress, *BAR International Series* 1731).
- Cecamore, C. e Villedieu, F., 1995: “Domus Augustana”. In Steinby, E. M. (ed.) *Lexicon Topographicum Urbis Romae* (Roma, Ed. Quasar), vol. II, 45.
- Cecamore, C., 2002: *Palatium. Topografía storica del Palatino tra III sec. a.C. e I sec. d.C.* (Roma, L’Erma di Bretschneider, *Bulletino della Commissione Archeologica Comunale di Roma – Supplementi* 9).
- Cerrillo M. de Cáceres, E.; Herrera, G.; Molano Brías, J.; Alvarado Gonzalo, M.; Castillo Castillo, J. e Hernández Lopez, M., 1991: “Intervenciones arqueológicas en la antigua ciudad romana de Cápara (Cáparra, Cáceres)”. *Extremadura Arqueológica* II (Mérida-Cáceres, *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura*), 373-377.
- Cerrillo Martín de Cáceres, E., 2000: “Caparra municipio romano”. In Gorges, J.-G. e Nogales Basarrate, T. (eds.) *Sociedad y cultura en Lusitania romana* (Cáceres, Ed. Universidad de Extremadura, *Serie Estudios Portugueses* 13), 155-164.
- Cerrillo, E. e Herrera, G., 1992: *Ruínas romanas de Caparra* (Mérida, Editora Regional de Extremadura).

- Chapman, J., 1990: "Social inequality on Bulgarian tells and the Varna problem". In Samson, R. (ed.) *The social archaeology of houses* (Edimburgo, Edinburgh University Press), 49-92
- Choay, F., 1965: *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie* (Paris, Ed. du Seuil)
- Ciarallo, A. M. e Mariotti-Lippi, M., 1993: "The garden of the 'Casa dei Casti Amanti' (Pompei, Italy)". *Garden History* n° 21-1, 110-116.
- Clariana, J. F.; Clemente, M.; Járraga, R. e Juhé, E., 1991: "Aportación al estudio de la arquitectura doméstica de Iluro (Mataró)". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 49-60.
- Clarke, J. R., 1991: *The houses of Roman Italy 100BC-AD250. Ritual, space and decoration* (Berkeley, Un. California Press).
- Coarelli, F., 1980: *Roma* (Bari, Gius Laterza & figli, *Guide Archaeologiche*).
- Coarelli, F., 1989: "La casa dell'aristocrazia romana secondo Vitruvio". In Geertman, H. & de Jong, J. J. (eds.) *Munus non ingratus Proceedings of the International Symposium on Vitruvius' De Architectura and the Hellenistic and Republican Architecture. Leiden, January 1987* (Leyden, Supp. Bulletin Antieke Beschaving 2), 178-187.
- Coarelli, F., 1997: "La consistenza della città nel periodo imperiale: pomerium, vici, insulae". In *La Rome impériale. Demographie et logistique* (Roma, École Française, CEFR 230), 89-109.
- Coelho, T. C., 1996: "Termas do Aqueduto de Conimbriga. Estudo analítico e comparativo". In Maciel, M. J. (coord.) *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* (Lisboa, Ed. Colibri), 83-122.
- Corlăita, D. S., 2007: "De Pompéi à Ostie: naissance de la façade". In Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéi à Bliesbruck-Reinheim* (Paris, Ed. Errance), 95-101.
- Cornell, T. J. e Lomas, K. (eds.), 1995: *Urban Society in Roman Italy* (Londres, Univeristy College of London Press).
- Correia, V., 1909: "De Conimbriga". *O Archeólogo Português* 14, 259-61. (reimp. Obras IV, Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis* 197 [1972], 287-90).
- Correia, V., 1928: "O domínio romano". In Peres, D. (dir.), *História de Portugal* (Barcelos, Portucalense ed.) vol. I, 215-290.
- Correia, V., 1930: "Excavações em Conimbriga". *Arte e Arqueologia* 1 (fasc. 3), 171-3. (reimp. Obras IV, Coimbra, *Acta Universitatis Conimbrigensis* 197 [1972], 305-7).
- Correia, V., 1936: *Conimbriga. Notícia do 'oppidum' e das escavações nele realizadas* (Coimbra, Tip. Gráfica de Coimbra).
- Correia, V., 1941: "Las mas recientes excavaciones romanas de interes en Portugal. La ciudad de Conimbriga". *Archivo Español de Arqueologia* n° 43, 257-267.
- Correia, V. H., 1993: "Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo-Vale do Mondego". In Tavares, A. A. (ed.) *Os fenícios no território português* (Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, *Estudos Orientais* IV), 229-284.
- Correia, V. H., 1994a: "O anfiteatro de Conimbriga. Notícia preliminar". In *El anfiteatro en la Hispania romana* (Mérida, Junta de Extremadura), 327-345.
- Correia, V. H., 1994b: "O anfiteatro romano de Evora. Notícia da sua identificação". In *El anfiteatro en la Hispania romana* (Mérida, Junta de Extremadura), p. 345-348.
- Correia, V. H. 1995: "The Iron Age in South and Central Portugal and the emergence of Urban Centres. In Cunliffe, B. e Keay, S. (eds.) *Social complexity and the development of towns in Iberia, from the Copper Age to the Second Century AD* (Oxford, Un. Press, *Proceedings of the British Academy* 86), 237-262.

- Correia, V. H., 1996: Conimbriga – Praça a Sul do fórum e Rua da patera Emanuel. Relatório das escavações de 1995/6. In Correia, V. H., 2003: Conimbriga – A arquitectura doméstica. ARQUIDOM – Relatório dos trabalhos de 2002 (Conimbriga, rel. PNTA, policop.), anexo 1.
- Correia, V. H., 1997: “Nouvelles recherches à Conimbriga”. In Étienne, Robert e Mayet, Françoise (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), 35-48.
- Correia, V. H., 1999a: “Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conimbriga”. In Alvarez Palenzuela, V. (ed.), *Jornadas de Cultura Hispano Portuguesa* (Madrid, Un. Autónoma), 11-32.
- Correia, V. H., 1999b: “Arqueologia e imaginário”. *Boletim Municipal de Condeixa-a-Nova* 1, 18-19.
- Correia, V. H., 2000: “Modelos de interpretação e arqueologia proto-histórica”. In Berrocal-Rangel, L.; Bettencourt, A. M.; Correia, V. H.; Fernández-Posse, M. D. e Sánchez-Palencia, F.-J. (eds.) *Proto-História da Península Ibérica* (Porto, ADECAP, Jorge, V. O [coord.] *Actas do 3º CAP*, vol. V), 413-427.
- Correia, V. H., 2001: “Conimbriga. Casa atribuída a Cantaber. Trabalhos arqueológicos 1995-1998”. *Conimbriga* nº 40, 83-140.
- Correia, V. H., 2003a: *Conimbriga. Guia das Ruínas* (Lisboa, IPM).
- Correia, V. H., 2003b: “Notas sobre iconografia e arquitectura na casa dos repuxos (Conimbriga)”. In *Livro de Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Iconográfica e Simbólica* (Conimbriga, LAC), 121-131.
- Correia, V. H., 2003c: Conimbriga – A arquitectura doméstica. ARQUIDOM – Relatório dos trabalhos de 2002 (Conimbriga, rel. PNTA, policop.).
- Correia, V. H., 2003d: Identificação de uma fullonica na ínsula do vaso fálco. In Correia, V. H., 2003: Conimbriga – A arquitectura doméstica. ARQUIDOM – Relatório dos trabalhos de 2002 (Conimbriga, rel. PNTA, policop.), anexo 5.
- Correia, V. H., 2004a: “O futuro dos estudos arqueológicos em Conimbriga”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora), 49-80.
- Correia, V. H., 2004b: “Coexistência e revolução. Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.-III d.C.)”. In Lopes, M. C. e Vilaça, R. (coord.) *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão* (Coimbra, C.E.A.U.C.P.), 261-298.
- Correia, V. H., 2004c: “Os oleiros de Conimbriga”. *Conimbriga* nº 43, 215-226.
- Correia, V. H., 2004d: “Moeda, epigrafia e identidade cultural no ocidente peninsular pré-romano”. In Chaves Tristan, F. e García Fernández, F. J. (eds.): *Moneta Qua Scripta. la Moneda Como Soporte de Escritura*. (Madrid, CSIC, *Anejos de AEspA* 33), 267-290.
- Correia, V. H., 2004e: Conimbriga – Sector K VIII. Relatório dos trabalhos de limpeza e documentação (Conimbriga, rel. PNTA, policop.).
- Correia, V. H. 2005: “Grafitos oficiais sobre talhas, de Conimbriga”. In *Ficheiro Epigráfico* (Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras), fasc. 79.
- Correia, V. H., 2008a: “Conimbriga: oitenta anos de um projecto. Resultados e perspectivas num momento de charneira”. *Al-madan*, n. s., nº 16, 71-81.
- Correia, V. H., 2008b: Pesquisa arquivística relativa a Conimbriga 1928-1962 (Conimbriga, Cultura 2000, rel proj. AREA IV).
- Correia, V. H., 2009: “Os espaços forais de Conimbriga”. In Mateos, P., Celestino, S., Pizzo, A. e Tortosa, T. (eds.) *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental* (Madrid, CSIC/IAM, *Anejos de AEspA* 45), 397-406.

- Correia, V. H., 2010: «O forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano». In Nogales Basarrate, T. (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 89-106.
- Correia, V. H., 2011a: “Metropolitan artistic models in Lusitania: the examples of the domestic architecture of Conimbriga (Portugal)”. In Basarrate, T. N. e Rodá, I. (eds.) *Roma y las provincias: modelo y difusión* (Mérida, MNAR, *Actas del XI Congreso Internacional de Arte Romano Provincial*), vol. 2 681-691.
- Correia, V. H. 2011b: “A pedra e o risco: arqueologia e arquitectura na investigação do fórum de Conimbriga”. In Dias, L. T. e Alarcão, P. (coords.) *Interpretar a ruína. Contribuições entre campos disciplinares* (Porto, FAUP, *Actas do seminário internacional de Arquitectura e Arqueologia – FAUP 2008*), 157-160.
- Correia, V. H. e Alarcão, P., 2008: “Conimbriga: um ensaio de topografia histórica”. *Conimbriga* n° 47, 31-46.
- Correia, V. H. e Buraca, I. S., 2004: “Um conjunto de materiais de Conimbriga na colecção do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior”. In Ferreira, A. M. (coord.) *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior* (Castelo Branco, MFTPJ, cat. exp.), 118-121.
- Correia, V.H., Coroado, J., Fernandes, L. S., Ruivo, J., e Triães, R., 2004: "Produção e difusão de cerâmicas industriais em Conimbriga e territórios limítrofes". In Gorges, J.-G., Cerrillo, E. e Nogales Basarrate, T. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana – Las comunicaciones* (Cáceres, Un. Extremadura), 297-320.
- Correia, V. H. e De Man, A., 2010: “Variação e constância na ocupação de Conimbriga e do seu território”. In Corsi, C. e Vermeulen, F. (eds.) *Changing landscapes: the impact of Roman towns in the western Mediterranean* (Évora, FCT/CIDEHUS), 299-309.
- Correia, V. H.; Fernandes, L. S. e Ruivo, J. S., 2001: “Os proprietários de oficinas de cerâmica de construção de Conimbriga e da Lusitânia ocidental: continuidade e ruptura”, in Polfer, M., (dir.) *L'artisanat romain: évolutions, continuités, ruptures*, (Montagnac, ed. Monique Mergoïl), p. 151-171.
- Correia, V. H. (coord.), Oliveira, J. D.; Gomes, L.; Pereira, R. e Rosa, C., 2008: Pesquisa arquivística relativa a Conimbriga (1928-1962), (Conimbriga, AREAIV-Cultura 2000, policop.).
- Correia, V. H. e Ribeiro, J. D., 2003: *Mosaicos de Conimbriga* (Coimbra, Mediaprimer, CD-Rom).
- Correia, V. H. e Reis, M. P., 2000: “As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana”. In Fernandez Ochoa, C. e García Entero, V. (eds.) *Termas romanas en el Occidente de Império* (Gijon, VTP editorial), 271-280.
- Crema, L., 1959: *Architectura romana* (Turim, Società Editrice Internazionale, Pighi, C. B., Del Grande, C. e Arias, P. E. [dir.] *Enciclopedia Classica*, sec. III; Arias, P. E. [cur.] vol XII - Archeologia, t. I).
- Crook, J., 1967: *Life and law at Rome* (Londres, Thames & Hudson).
- Cunha, L., 1990: *As serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de geomorfologia*. (Coimbra, INIC, *Geografia Física* 1).
- Cunha, L.; Alarcão, A. e Paiva, J., (eds.), 1996: *O oppidum de Conimbriga e as terras de Sicó. Roteiro* (Conimbriga, LAC).
- Cunliffe, B., 1971: *Fishbourne. A Roman palace and its gardens* (Baltimore, Johns Hopkins Press).
- Curchin, L. A., 2004: *The Romanization of Central Spain* (Londres, Routledge).

- Daniels-Dwyer, R., 2000: The economics of private construction in Roman Italy (Reading, University, PhD. Diss.).
- Daremberg, Ch. e Saglio, E. (dir.), 1877: *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines* (Paris, Lib. Hachette).
- De Albentis, E. 1990: *La casa dei romani* (Milão, Longanesi, *Biblioteca di Archeologia* 13).
- De Laine, J., 1995: "The Insula of the Paintings at Ostia i.4.2-4. Paradigm for a city in flux". In Cornell, T. J. e Lomas, K. (eds.) *Urban Society in Roman Italy* (Londres, University College of London Press) 79-106.
- De Laine, J., 1997: *The Baths of Caracalla. A study in the design, construction and economics of large-scale building projects in Imperial Rome.* (Portsmouth R.I., *Journal of Roman Archaeology Supplementary series* n° 25).
- De Laine, J., 2003: "The builders of Roman Ostia: organization, status and society". In Huerta, S. (ed.) *Proceedings 1st International Congress on Construction History* (Madrid, Instituto Juan de Herrera), vol. II, 723-732.
- De Laine, J., 2004: "Designing for a market: 'medianum' apartments at Ostia". *Journal of Roman Archaeology* n° 17, 147-176.
- De Man, A. 2006: "Transformação metalúrgica na Casa de Cantaber". In *III Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu* (Porto, SEDPGYM/IPPAR), 129-140.
- De Man, A. e Soares, A. M., 2007: "A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n° 10-2, 285-294.
- De Ruyt, C. 2002: "Boulangers et foulons d'Ostie a l'epoque imperiale. Quelques reflexions sur l'implantation de leurs ateliers et sur leurs fonctions precises dans la ville portuaire". In Beal, J.-C. e Goyon, J.-C. (eds.) *Les Artisans dans la ville antique* (Lyon, Un. Lumière, *Collection Archeologie et Histoire de l'Antiquité* n° 6), 49-53.
- Descoedres, J.-P. (ed.) 2001: *Ostie - port et porte de la Rome antique*, (Geneva, Musée Rath d'Art et d'Histoire, cat. exp.).
- DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1948: *Ruínas de Conimbriga. Boletim Monumentos*, n° 52-53 (Lisboa, MOP).
- DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1964: *Ruínas de Conimbriga - Consolidação de Mosaicos. Boletim Monumentos*, n° 116 (Lisboa, MOP).
- Dias, L. T., 1997: *Tongobriga* (Lisboa, IPPAR)
- Dickmann, J.-A., 1997: "The peristyle and the transformation of domestic space in Hellenistic Pompeii". In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.) *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond* (Portsmouth R.I., *Journal of Roman Archaeology Supplementary series* n° 22), 121-136.
- Dickmann, J.-A., 1999: *Domus frequentata. Anspruchsvolles wohnen im pompejanischen stadthaus* (Munich, vlg. Dr. F. Pfeil, *Studien zur antiken stadt* 4).
- Dies, E., Escrivá, V. e Ribera, A., 1988: "Amplianció urbana de Valentia a partir de l'epoca flavia". In Mayer, M.; Nolla, J. M. e Pardo, J. (eds.) *De les estructures indígenes a l'organització provincial romana de la Hispània citerior : Homenatge a Josep Estrada i Garriga : Actes de les Jornades Internacionals d'Arqueologia Romana (Granollers, 1987)*, (Barcelona : Societat Catalana d'Estudis Clàssics), p. 236-247.

- Donati, P., 1997: "Cambio social y pensamiento sociológico: hacia una teoría relacional". In Vázquez de Prada, V., Olábarri, I. e Caspistegui, F. J. (eds.) *Para comprender el cambio social. Enfoques teóricos y perspectivas historiográficas* (Pamplona, Ed. Un. Navarra), 51-92.
- Donderer, M., 1986: *Die chronologie der römischen mosaiken in Venetien und Istrien bis zur zeit der Antoninen* (Berlin, Deutsche Archaeologisches Institut, *Archaeologisches Forschungen* band 15).
- Dunbabin, K. M. D., 1982: "The victorious charioteer on mosaics and related monuments". *American Journal of Archaeology* n° 86, 65-89.
- Dunbabin, K. M. D., 1996: "Convivial spaces: dining and entertainment in the Roman villa". *Journal of Roman Archaeology*, 66-80.
- Dunbabin, K. M. D., 2003: *The Roman Banquet. Images of Conviviality* (Cambridge, Un. Press).
- Duncan-Jones, R., 1982 (2°): *The economy of the Roman empire: quantitative studies* (Cambridge, Un. Press).
- Duncan-Jones, R., 1990: *Structure and scale in the Roman economy* (Cambridge, Un. Press).
- Dupré Raventós, X. e Remolá, J.-A., 2000: *Sordes urbis. La eliminación de residuos en la ciudad romana* (Roma, L'Erma di Bretschneider, *Bibliotheca Italica* n° 24).
- Du Prey, P. R., 1994: *The villas of Pliny from Antiquity to posterity* (Chicago, Un. Press).
- Durán, M., 1993: *Iconografía de los mosaicos romanos en la Hispania alto-imperial* (Barcelona, Un. Rovira i Virgili).
- Durán Cabello, R. M., 1991: "La técnica constructiva de la llamada 'casa-basílica' de Mérida". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 359-369.
- Durán Cabello, R. M., 1998: *La última etapa del teatro romano de Mérida. La versura oriental y los sellos latericios* (Mérida, MNAR, *Cuadernos Emeritenses* 14).
- Ellis, S. P., 2000: *Roman housing* (Londres, Duckworth).
- Ellis, S. T. J. R., 2004: "The distribution of bars at Pompeii: archaeological, spatial and viewshed analyses". *Journal of Roman Archaeology* n° 17, 371-384.
- Etienne, R., 1957: "Démographie et épigraphie". In *Atti del 3° Congresso Internazionale di epigrafia greca e latina* (Roma, L'Erma di Bretschneider), 418-425.
- Etienne, R., 1960: *Le quartier nord-est de Volubilis* (Paris, De Boccard).
- Etienne, R., 1997: "Postface". In Etienne, R. e Mayet, F. (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), 275-278.
- Etienne, R., Fabre, G., Lévêque, P. e Lévêque, M., 1976: *Fouilles de Conimbriga II, Epigraphie et sculpture* (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).
- Etienne, R. e Oleiro, J. M. B., 1966: *Resultados da primeira campanha de escavações luso-francesas em Conimbriga* (Conimbriga, Museu Monográfico).
- Fabião, C., 1993: "A romanização do actual território português". In Mattoso, J. (coord.) *História de Portugal* (Lisboa, Ed. Estampa) vol. I, 203-301.
- Fabião, C., 1994: "O azeite da Baetica na Lusitania". *Conimbriga* n° 32-33 (1993-1994), 219-245.
- Fabião, C., 2010: "Modelos forenses nas cidades da Lusitânia: balanço e perspectiva". In Nogales Basarrate, T. (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 4), 343-360.
- Fabre, G., 1974: "A propos d'une inscription sur brique inédite de Conimbriga". In *Actas do III° Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, MEN), 191-206.
- Fabrini, L., 1982: "Domus Aurea: il piano superiore del quartiere orientale". *Memorie della Pontificia Accademia Romana di Archeologia*, vol. XIV, 5-24.

- Fabrini, L., 1983: "Domus Aurea: una nova lettura planimetrica del palazzo sul colle Opio". In *Città e Architettura della Roma Imperiale* (Odense, Un. Press, *Analecta Romana Instituti Danici, Supplementum X*), 169-185.
- Fernández Veja, P. A., 1993: *Arquitectura y urbanística de la ciudad romana de Julióbriga* (Santander, Un. Cantabria).
- Fernández-Galiano, D., 1984a: *Complutum I, Excavaciones* (Madrid, Min. Cultura, *Excavaciones Arqueológicas en España* 137).
- Fernández-Galiano, D., 1984b: *Complutum II, Mosaicos* (Madrid, Min. Cultura, *Excavaciones Arqueológicas en España* 138).
- Ferrão, L., 1996: "A casa de Cantaber?". In Maciel, M. J. (coord.), *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* (Lisboa, Ed. Colibri), 189-232.
- Février, P.-A., 1969: «Enceinte et colonie (de Nîmes à Vérone, Toulouse à Tipasa)». *Rivista di Studi Liguri* n° 35 (= *Hommage à Fernand Benoit*, IV), 277-286.
- Finsen, H., 1969: *La residence de Domitien sur le Palatin* (Copenhaga, E. Munksgaard, *Analecta Romana Instituti Danici Supplementum V*).
- Flohr, M., 2003: "Fullones and Roman society: a reconsideration". *Journal of Roman Archaeology* n° 16, 447-450.
- Flohr, M., 2005: "Ars Fullonia. Interpreting and contextualising Roman fulling". In Briault, C.; Green, J.; Kaldelis, A. e Stellatou, A. (eds.) *SOMA 2003. Symposium on Mediterranean Archaeology* (Oxford, BAR International Series 1391), 59-63.
- Förtsch, R., 1993: *Archäologischer kommentar zu den villenbriefen des jüngeren Plinius* (Mainz, vrg. P. v. Zabern).
- Foss, P. W., 1994: *Kitchens and dining rooms at Pompeii: the spatial and social relationship of cooking to eating in the Roman household*. (Ann Arbor, University of Michigan, Diss. Ph.D)
- Foss, P. W., 1995: "Age, gender and status divisions at mealtime in the Roman house: a synopsis of the literary evidence". (<http://acad.depauw.edu/romarch/hgender.html#text>. Consultado em 27/4/1998; inencontrável em 29/11/2009).
- Frade, H. e Portas, C., 1994: "A arquitectura do anfiteatro romano de Bobadela". In *El anfiteatro en la Hispania romana* (Mérida, Junta de Extremadura), p. 349-371.
- Freire, T.; Silva, A. S.; Veiga, M. R. e Brito, J., 2008: "Characterization of Portuguese Historical Gypsum Mortars". In *Historical Mortars Conference: Characterization, Diagnosis, Conservation, Repair and Compatibility* (Lisboa, LNEC, CD-Rom).
- Frier, B. W., 1977: "The rental market in Early Imperial Rome". *Journal of Roman Studies* n° 67, 27-37.
- Frier, B. W., 1992: "Statistics and Roman society?". *Journal of Roman Archaeology* n° 5, 286-290.
- Frier, B. W., 2000: "Demography". In *Cambridge Ancient History, vol. XI, The High Empire AD 70-192* (Cambridge, Un. Press, 2ª ed.), 788-816.
- Fuentes Dominguez, A., 1991: "Urbanismo privado y casas en Valeria". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 265-280.
- Garcia, J. M., 1987: "Da epigrafia votiva de Conimbriga. Observações e novos monumentos". *Conimbriga* n° 26, 39-59.
- Garcia, J. M., 1991: *Religiões antigas de Portugal* (Lisboa, INCM).

- García y Bellido, A., 1955: “Nombres de artistas en la Hispania romana“. *Archivo Español de Arqueología* 28 (nº 91), 3-19.
- García y Bellido, A., 1960: *Colonia Aelia Augusta Italica* (Madrid, IEA, *Biblioteca Archaeologica* II).
- García Entero, V., 2004: “Nueva propuesta interpretativa de la llamada Casa de Hyppolitus de Complutum (Alcalá de Henares, Madrid). Un complejo termal suburbano“. *Archivo Español de Arqueología* nº 77, 143-158
- García Marcos, V. e Vidal Encinas, J. M., 1995: “Recent archaeological research at Asturica Augusta“. In Cunliffe, B. e Keay, S. (ed.s) *Social Complexity and the development of towns in Iberia. From the Copper Age to the Second Century AD* (Oxford, Un. Press, *Proceedings of the British Academy* 86), p. 371-394.
- García Merino, C., 1991: “La casa urbana en Uxama Argaela“. In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 233-259.
- García Merino, C., 1999: Urbanización y ordenación del territorio en Uxama Argaela“. In Dias, L. T. e Araújo, J. M. S. M. (coord.) *Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica* (Porto, Escola Profissional do Freixo), p. 191-220.
- García Sandoval, E., 1966: *Informe sobre las casas romanas de Mérida y excavaciones en la ‘casa del anfiteatro’* (Madrid, Min. Cultura, *Excavaciones Arqueológicas en España* 49).
- Gazda, E. K. (ed.) 1991: *Roman art in the private sphere: new perspectives on the architecture and décor of the domus, villa and insula* (Ann Arbor, Un. Michigan Press).
- George, M., 1997a: “Servus and domus: the slave in the Roman house“. In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.) *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond* (Portsmouth R.I., *Journal of Roman Archaeology Supplementary series* nº 22), 15-24.
- George, M., 1997b: *The Roman domestic architecture of Northern Italy* (Oxford, Archaeopress, *BAR International Series* 670).
- George, M., 2002: “Recensão de M. Grahame (2000) Reading Space“. *Journal of Roman Studies* nº 92, 238-239.
- Ghedini, F., Zanovello, P. e Bello, S., 2003: *Amplissimae atque ornatissimae domus. L’edilizia residenziale nelle città della Tunisia Romana* (Roma, Ed. Quasar, *Antenor Quaderni* 2).
- Giardina, A. (dir.) 1992 (1ª ed. port.): *O homem romano* (Lisboa, Ed. Presença, trad. de *L’Uomo Romano*, Roma, Laterza, 1989).
- Giddens, A., 1984: *The constitution of society. Outline of the theory of structuration* (Cambridge, Polity Press).
- Gil Zubillaga, E.; Filloy Nieva, I. e Iriarte Kortázar, A., 1991: “Estructuras urbanas en el yacimiento de Iruña (Trespuentes, Álava). Estado de la cuestión“. In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 281-286.
- Ginouvès, R., 1988: *Dictionnaire méthodique de l’architecture grecque et romaine vol. III* (Paris, CEFR nº84)
- Girard, P. T., 1898 (2ª ed.): *Manuel élémentaire de droit romain* (Paris, Arthur Rousseau).
- Girri, G., 1956: *La taberna nel quadro urbanístico e sociale di Ostia* (Roma, L’Erma di Bertschneider, *Tesi di Laurea dell’Ist. Archeologia Un. Milano* 1).
- Giuliani, C. F., 1998, (2ª ed.): *L’edilizia nell’antichità* (Roma, Carocci ed.).
- Gold, B. K. e Donahue, J. F. (eds.), 2005: *Roman dining* (Baltimore, Johns Hopkins Un. Press, *A Special Issue of American Journal of Philology*).

- Golvin, J.-C., 1977: "Recherche du module architectural". In Alarcão, J. e Etienne, R., *Fouilles de Conimbriga I L'Architecture* (Paris, De Boccard), 277-286.
- Golvin, J.-C., 1994: "Conimbriga, telle que personne ne l'a jamais vue". *Les Dossiers de l'Archéologie* n° 198, 50-55.
- Gonçalves, V. S. (coord.) 1998: *O mundo Luso-Romano* (Lisboa, Ediclube; Medina, J. [dir.] *História de Portugal*, vol. 2).
- Grahame, M., 1997: "Public and private in the Roman house: investigating the social order of the Casa del Fauno". In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.) *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond* (Portsmouth R.I., *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series* n° 22), 137-165.
- Grahame, M., 2000: *Reading space: social interaction and identity in the houses of Roman Pompeii* (Oxford, Archaeopress, *BAR International Series* 836).
- Grenier, J.-C., 1990: "La décoration statuaire du 'Serapeum' et du 'Canope' de la villa Adriana". *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité*, vol. 101-102, 925-1019.
- Grenier, J.-C., 2000: "Il 'Serapeo' e il 'Canopo': un 'Egitto' monumentale e un 'Mediterraneo'". In Adriano. *Architettura e progetto* (Roma, Electa, Cat. exp.), 73-76.
- Grimal, P., 1975 (2ª ed.): *Le siècle des Scipions. Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques* (Paris, Aubier).
- Gros, P. 1997: "Maisons ou sièges de corporations? Les traces archéologiques du phénomène associatif dans la Gaule Méridionale". *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1997-fasc.1, 213-241.
- Gros, P., 2001: *L'architecture romaine – vol. 2 – Les maisons, palais, villas et tombeaux* (Paris, Picard).
- Gros, P., Corso, A. e Romano, E. (eds.) 1997: *Vitruvio, De Architectura* (Turim, Einaudi).
- Guitar, J.; Padrós, P. e Puerta, C., 1991: "La casa urbana en Baetulo". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 35-47.
- Hales, S., 2003: *The Roman house and social identity* (Cambridge, Un. Press).
- Hanson, J. e Hillier, B., 1982: "Domestic space organization: two contemporary space-codes compared". *Architecture and behavior* n° 2, 5-25.
- Hauschild, Th. e Hausmann, E., 1991: "Casas romanas en Munigua". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 329-335.
- Hermansen G. 1970, "The Medianum and the Roman Apartment", *Phoenix* 24, 342-347.
- Hermansen, G. 1982a: *Ostia. Aspects of Roman city life* (Alberta, Un. Press).
- Hermansen, G., 1982b: "The stuppatores and their guild in Ostia". *American Journal of Archaeology* n° 86, 121-126.
- Hill, J. L. G. M., 1998: The evidence of symbolism and imagery in mosaics (Newport, Un. Wales College, MA diss.).
- Hill, J. L. G. M., 2006: Messages of immortality: interpretations of water symbolism in Roman mosaics (Newport, Un. Wales College, PhD diss.).
- Hin, S., 2007: "Counting Romans". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Hirschfeld, Y., 1995: *The Palestinian dwelling in the Roman-Byzantine period* (Jerusalém, Franciscan Printing Press/Israel Exploration Society).
- Hodge, A. T., 1960: *The woodwork of greek roofs* (Cambridge, Un. Press).
- Honoré, T., 1989: "Conveyances of land and professional standards in the late Empire". In Birks, P. G. (ed.) *New perspectives in the Roman law of property: Essays for Barry Nichols* (Oxford, Clarendon Press), 137-152.

- Hopkins, M. K., 1965: "The age of Roman girls at marriage". *Population Studies* n° 18, 309-327.
- Hopkins, K., 1967: "On the probable age structure of the Roman population". *Population Studies* n° 20, 245-264.
- Horsfall, N., 2003: *The culture of the Roman plebs* (Londres, Duckworth).
- Hourcade, D., 2002: "Fortifications urbaines et discours idéologique: les représentations de murailles en Hispanie sous la République et le Haut-Empire". In *Fortificaciones en el entorno del Bajo Guadalquivir* (Alcalá de Guadaíra, Congreso Internacional), 136-155.
- Hourcade, D., 2004: "Géographie des villes fortifiées en Lusitanie Romaine: tentative de définition de réseaux et de hiérarchies urbaines". In Gorges, J.-G., Cerrillo, H. e Nogales Basarrate, T. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones* (Madrid, Min. Cultura), 223-254.
- Hutter, S., 1973: *Der römische Leuchtturm von La Coruña* (Mainz, v. g. Zabern, *Madriider Beiträge* 3).
- IAM 2010: *Instituto Arqueológico de Mérida – Memoria de Actividades 2009/Agenda 2010* (Mérida, IAM)
- Iglesias-Gil, J. M., 1993: "Aprovechamiento del suelo urbano en Iuliobriga: tradición y modelos importados". In *La ciudad en el Mundo Romano* (Tarragona, *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*), vol. 2, p. 209-211.
- Ingold, T. (ed.) 1994: *Companion Encyclopedia of Anthropology* (Londres, Routledge).
- Jacques, F., 1980: "Humbles et notables. La place des humiliores dans les collèges de jeunes et leur rôle dans la révolte de 238". *Antiquités Africaines* n° 15, 217-230.
- Jaczynowska, M., 1970: "Les organisations des jeunes et l'aristocratie municipale au temps de l'Empire Romain". In *Recherches sur les structures sociales dans l'Antiquité Classique* (Paris, CNRS), 265-274.
- Jashemsky, W. F., 1992: "Preliminary excavations in the gardens of Hadrian's villa: the Canopus area and the Piazza d'Oro". *American Journal of Archaeology* n° 96-4, 579-597.
- Justo, A. S., 1997: *Direito Privado Romano - III - Direitos Reais* (Coimbra, Coimbra Editora, *Boletim da Faculdade de Direito – Studia Juridica* 26).
- Kaiser, A., 2000: *The urban dialogue. An analysis of the use of space in the Roman city of Empúries, Spain* (Oxford, Archaeopress, *BAR International Series* 901).
- Kent, S., (ed.) 1990: *Domestic architecture and the use of space* (Cambridge, Un. Press).
- Kleberg, Y., 1957: *Hôtels, restaurants et cabarets dans l'antiquité romaine: études historiques et philologiques* (Uppsala, Almqvist & Wiksell's B. AB, *Bibliotheca Ekmaniana* 61)
- Knorr, M., 1991: Geodetic reference system for the archaeological museum Conimbriga (Hamburg/Coimbra, H. Fachschule/FCTUC, rel.).
- Kolb, C. C., 1985: "Demographic estimates in Archaeology: contributions from ethnoarchaeology on Mesoamerican Peasants". *Current Anthropology* n° 26-5, 581-599.
- Kolendo, J., 1992: "O camponês". In Giardina, A. (dir.) 1992: *O homem romano* (Lisboa, Ed. Presença), 169-180.
- Kondoleon, C., 1991: "Signs of privilege and pleasure: Roman domestic mosaics". In Gazda, E. K. (ed.) *Roman art in the private sphere: new perspectives on the architecture and décor of the domus, villa and insula* (Ann Arbor, Un. Michigan Press), 105-116.
- Krause, C., 1985: "Domus Tiberiana. Progetto di studio e di restauro". In *Roma. Archaeologia nel Centro*, 170-175.

- La Rocca, E.; de Vos, M. e A., 1994 (2ª ed.): *Pompei* (Milão, Arnoldo Mondadori Ed., *Guide Archeologische Mondadori*).
- Ladage, D. 1979: “Collegia iuvenum. Ausbildung einer municipalen elite?”. *Chiron* n° 9, 319-346.
- Laidlaw, A., 1994: “Excavations in the Casa di Sallustio, Pompeii. A preliminary assessment”. In Scott, R. T. e Scott, A. R. (eds.) *Eius virtutis studiosi, Classical and Post-classical studies in memory of Frank Edward Brown* (1908-1988) (Washington, National Gallery of Art), 217-231.
- Lakatos, I., 1999 (1ª ed.port.): *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica* (Lisboa, Edições 70).
- Lancha, J., 1981: *Recueil Général des Mosaïques de la Gaule, III Province de la Narbonnaise, 2 Vienne* (Paris, Ed. CNRS, X Supplément à *Gallia*).
- Lancha, J., 2004a: “Sources images et originalité des ateliers de mosaïstes de Conimbriga”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Conimbriga, LAC), 81-96.
- Lancha, J., 2004b: “Conclusiones”. In Gorges, J.-G., Cerrillo, E. e Nogales Basarrate, T. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana – Las comunicaciones* (Cáceres, Un. Extremadura), 549-550.
- Laurence, R., 1994: *Roman Pompeii. Space and Society* (Londres, Routledge).
- Laurence, R., 1995: „The organization of space in Pompeii“. In Cornell, T. J. e Lomas, K. (eds.) *Urban Society in Roman Italy* (Londres, Un. College Press), 63-78.
- Laurence, R., 1997: “Writing the Roman metropolis”. In Parkins, H. M. (ed.) *Roman urbanism beyond the consumer city* (Londres, Routledge), 21-41.
- Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A., (eds.), 1997: *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond* (Portsmouth RI, *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series* n° 22).
- Lavagne, H., 1983: “Luxuria inaudita. Marcus Aemilius Scaurus et la naissance de la mosaïque murale”. In *Mosaïque. Recueil d'hommages à Henri Stern* (Paris, Ed. Recherches sur les civilisations), 259-264.
- Lavagne, H., 1988: “Un emblème de romanitas: le motif des tours et remparts en mosaïque”. In *Le monde des images en Gaule et dans les provinces voisines* (Sèvres, ENS, *Caesarodunum* 23), 135-147.
- Lawrence, R. J., 1990: “Public collective and private space: a study of urban housing in Switzerland”. In Kent, S. (ed.) *Domestic architecture and the use of space. An interdisciplinary cross-cultural study* (Cambridge, Un. Press, New Directions in Archaeology), 73-91.
- Le Glay, M., 1983: “Hercule et la iuventus viennoise: à propos de la mosaïque des athlètes vainqueurs”. In *Mosaïque. Recueil d'Hommages à Henri Stern* (Paris, Ed. Recherches sur les civilisations), 265-272.
- Le Roux, P., 1990: “Le phare, l'architecte et le soldat: l'inscription rupestre de la Corogne (CIL II 2559)”. *Miscellanea graeca e romana* n° 15, 133-145.
- Le Roux, P., 1995: *Romains d'Espagne. Cités et politique dans les provinces* (Paris, Armand Colin).
- Le Roux, P. e Fabre, G., 1971: “Inscriptions latines du Musée de Coimbra”. *Conimbriga* n° 10, 117-130.
- Leach, E. W., 1988: “Recensão de M. R.Wojcik (1986) La villa dei paipri ad Ercolano”. *American Journal of Archaeology* n° 92, 145-146.
- Leão, D., 2005: *Petrônio. Satyricon* (Lisboa, Cotovia).
- Leon, C. F., 1971: *Die Bauornamentik des Trajansforum und ihre Stellung in der früh- und mittelkaiserzeitlichen Architekturdécoration Roms* (Viena, Österreichischen Kulturinstitut in Rom).

- Lo Cascio, E., 1994: "The size of the Roman population: Beloch and the meaning of the Augustan census figures". *Journal of Roman Studies* n° 84, 23-40.
- Lo Cascio, E., 1997: "Le procedure di recensus dalla tarda repubblica al tardo antico e il calcolo della popolazione di Roma". In *La Rome impériale. Demographie et logistique* (Roma, École Française, CEFR 230), 3-76.
- López Monteagudo, G., 1990: "El programa iconográfico de la Casa de los Surtidores en Conimbriga". *Espacio, Tiempo y Forma*, série II (Historia Antigua) t. 3, 199-232.
- López Monteagudo, G., 1999: "El mosaico del auriga de Conimbriga. Ensayo de interpretación". In Alvar, J. (ed.) *Homenaje a José M^a Blázquez*, vol. IV (Madrid, Ed. Clásicas, ARYS 2), 249-266.
- Lott, J. B., 2004: *The neighborhoods of Augustan Rome* (Cambridge, Un. Press).
- Maciel, M. J. e Coelho, T. C., 1992: "A basílica e o baptistério paleocristãos de Conimbriga". In *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispanica* (Barcelona), 75-92.
- Maciel, M. J. (ed.) 2006: *Vitrúvio. Tratado de arquitectura* (Lisboa, IST press).
- Maier, B. 1994: "Interpretatio Romana". In *Lexikon der keltischen Religion und Kultur* (Estugarda, Kröner vrg.), 179-190.
- Maiuri, A., 1955: *Studi e ricerche sull'anfiteatro flavio puteolano* (Nápoles, Ed. G. Machiaroli)
- Maiuri, A., 1959 (3^a ed. francès, trad. 5^a ed. italiano): *Pompéi* (Roma, Libreria dello Stato, *Itinéraires des Musées et Monuments de l'Italie* n° 3).
- Maj, B. M. F., 1961: *Le pitture della Casa delle Volte Dipinte e della Casa delle Parete Gialle* (Roma, Lib. Stato, *Monumenti della pittura antica scoperti in Italia - Ostia* fasc. 1-2).
- Manãs Romero, I., 2010: *Pavimentos decorativos de Itálica (Santiponce, Sevilla). Un estudio arqueológico* (Oxford, John and Erica Hedges Ltd., *British Archaeological Reports International Series* 2081).
- Mañas Romero, I., 2011: *Mosaicos Romanos de Itálica (II)* (Madrid/Sevelha, CSIC/Un. Pablo de Olavide, *Corpus de Mosaicos Romanos de España* 13).
- Mar, R., 2008: "La construcción pública en las ciudades hispanas. Los agentes de la construcción". In Camporeale, S.; Dessales, H. e Pizzo, A. (eds.) *Arqueologia de la construcción I Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales* (Mérida, CSIC, Anejos de *AEspA* 50), 175-190.
- Marín Jordá, C., Matamoros de Villa, C. e Ribera i Lacomba, A., 1991: "Restos de una vivienda de época tardo-republicana (s. II-I aJ.C) en Valentia: los hallazgos del Palau de les Corts Valencianes". In *La casa urbana hispanorromana* (Saraçoça, Institución Fernando el Católico), p. 61-66.
- Marrou, H. I., 1965 (6^a): *Histoire de l'education dans l'Antiquité* (Paris, Ed. du Seuil).
- Martín Camino, M; Ortíz Martínez, D.; Porti Durán, M. e Vidal Nieto, M., 2001: "La domus de la Fortuna: un conjunto arquitectónico doméstico de época romana". In Ruiz Valderas, E., (coord.) *La casa romana en Carthago Nova* (Múrcia, ed. Tabularium), 19-52.
- Martín-Bueno, M., 1991: "Bílbilis: Arquitectura doméstica". In *La casa urbana hispanorromana* (Saraçoça, Institución Fernando el Católico), p. 165-180.
- Martins, M., 1999: "A urbanização do noroeste peninsular: o caso de Bracara Augusta". In Dias, L. T. e Araújo, J. M. S. M. (coord.) *Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica* (Porto, Escola Profissional do Freixo), p. 53-76.
- Martins, M., 2000: *Bracara Augusta. Cidade Romana* (Braga, Unid. Arqueologia da Un. Minho)

- Mastrobattista, E. e Santoro, S., 2007: "Les maisons d'artisans commerçants dans l'urbanisme de Pompei". In Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéi à Bliesbruck-Reinheim* (Paris, Ed. Errance), 113-119.
- Meiggs, R., 1973 (2^a): *Roman Ostia* (Oxford, Clarendon Press).
- Meyer, K. E., 1999: "Axial peristyle houses in the western empire". *Journal of Roman Archaeology* n° 12, 101-121.
- Millett, M., 1990: *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation* (Cambridge, Un. Press).
- Moneti, A., 1993: "La domus del criptoportico di Vicenza, un ipotesi di ricostruzione di un sofisticato edificio privato urbano della Cisalpina". *Rivista di Archeologia* n° 17, 46-49.
- Moormann, E. M., 1995: "Case senza abitanti? Nuove analisi di abitazioni a Pompei Ercolano ed Ostia". *Journal of Roman Archaeology* n° 8, 398-402.
- Moormann, E. M., 2002: "Pompeii's proprietors and tenants under one roof?". *Journal of Roman Archaeology* n° 15, 429-436.
- Morand, I., 1994: *Ideologie, culture et spiritualité chez les propriétaires ruraux de l'Hispanie Romaine* (Paris, De Boccard, *Publications du Centre Pierre Paris* 27).
- Morand, I., 1996: "A propos de la Maison des Jets d'Eau (Conimbriga, Portugal). Architecture et mosaïque". *Revue des Études Anciennes* n° 98 1-2, 207-222.
- Morand, I., 2005: *La maison aux jets d'eau de Conimbriga (Portugal)* (Paris, De Boccard).
- Morard, T. e Wavelet, D. 2002: "Prolegomenes a l'étude du site de la Schola du Trajan a Ostie". *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité* n° 114, 759-815.
- Moreira, J. B., 2002: *A cidade romana de Eburobrittium, Óbidos* (Porto, Mimesis)
- Morel, J.-P., 1992: "O artesão". In Giardina, A. (dir.) *O homem romano* (Lisboa, Ed. Presença), 181-202.
- Moreno, A., Orfila, M., Roca, M. e Sotomayor, M., 1993: "Iliberri. Estudio de la ciudad ibero-romana ubicada en el barrio de Albaicin, Granada". In *La ciudad en el mundo romano* (Tarragona, Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica), vol. 2, p. 295-297.
- Moretti, L., 1959: "Statistica demografica ed epigrafica: durata media della vita in Roma imperiale". *Epigraphica* n° 21, 60-78.
- Mourão, C., 2008: *Mirabilia aquarum. Motivos aquáticos em mosaicos da antiguidade no território português* (Lisboa, EPAL).
- Mouritsen, H., 1997: "Mobility and social change in Italian towns during the principate". In Parkins, H. M. (ed.) *Roman urbanism beyond the consumer city* (Londres, Routledge), 59-82.
- Nogales Basarrate, T. 2007a: "Culto imperial en Augusta Emerita: imágenes y programas urbanos". In Nogales, T. e González, J. (eds.) *Culto imperial: política y poder* (Roma, L'Erma di Bretschneider, *Historia Antiqua S. Arch.* 1), 447-541.
- Nogales Basarrate, T., 2007b: "Teatro romano de Augusta Emerita. Evolución y programas decorativos". *Mainake* n° 29, 103-138.
- Nordberg, H., 1963: *Biometrical notes* (Helsinki, Institutum Romanum Finlandiae, *Acta Instituti Romani Finlandiae* II.2).
- Noto, E., 2003: "I criptoportici". In Basso, P. e Ghedini, F., (eds.) *Subterraneae Domus. Ambienti residenziali e di servizio nell'edilizia private romana* (Verona, Cierre Ed.), 303-327.
- Novicka, M., 1959: *La maison privée dans l'Égypte ptolémaïque* (Wroclaw, Academia Polaca das Ciências).

- Oleiro, J. M. B., 1965: “Mosaïques romaines du Portugal”. In *La Mosaïque Greco-romaine I* (Paris, CNRS), 257-66.
- Oleiro, J. M. B., 1973: “Mosaicos de Conimbriga encontrados durante as sondagens de 1899”. *Conimbriga* n° 12, 67-158.
- Oleiro, J. M. B., 1986: “Mosaico romano”. In Alarcão, J. (coord.) *História da Arte em Portugal, Vol 1, Do Paleolítico à arte visigótica* (Lisboa, Pub. Alfa), 111-128.
- Oleiro, J. M. B., 1992: *Conimbriga. Casa dos Repuxos* (Conimbriga, MMC, *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal 1*)
- Oleiro, J. M. B., 1994a: “Mosaïques romaines de Conimbriga”. In *Le Portugal de la prehistoire à l'époque romaine* (Dijon, *Les Dossiers d'Archeologie*, n° 198), p. 42-47.
- Oleiro, J. M. B., s/d [1994b]: “O tema do labirinto nos mosaicos portugueses”. In *VI Coloquio Internacional sobre Mosaico Antiguo* (Palencia, Asociacion Española del Mosaico), 273-278.
- Oleiro, J. M. B.; Alarcão, A. M. e Alarcão, J., 1974 (7ª edição): *Conimbriga - Roteiro do Museu e das Ruínas* (Coimbra, Museu Monográfico).
- Oleiro, J. M. B. e Etienne, R., 1966: “Les résultats de la première campagne de fouilles franco-portugaises a Conimbriga (Portugal)”. In *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres-1965* (Paris, L. Klincksieck), 442-451.
- Oliveira, C., 2005: *Mosaicos de Conimbriga* (Conimbriga, MMC).
- Oliveira, C., 2008: “Fragmentos de mosaicos das termas do Sul de Conimbriga”. In Bernardes, J. P. (ed.) *Hispania Romana. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, Un. Algarve, *Promontoria Monografica 10*), 183-195.
- Oliveira, E. V. e Galhano, F., 2003 (5ª ed.): *Arquitectura tradicional portuguesa* (Lisboa, Pub. D. Quixote).
- Oliveira, J., Fernandes, I. C. e Caeiro, J., 1999: “Cidade romana de Ammaia, S. Salvador de Aaramenha, Marvão, Portugal”. In Balbín Behrmann, R. e Bueno Ramírez, P. (eds.) *II Congreso de Arqueologia Peninsular – Tomo IV – Arqueologia Romana y Medieval* (Alcalá de Henares, Universidad), 129-134.
- Oliveira, M., 2007: Sistema geográfico de localização das intervenções nas Ruínas (Tomar, IPT, rel. policop.)
- Olivier, A., 1983: “Sommiers de plates-bandes appareillés et armées à Conimbriga et à la Villa d'Hadrien à Tivoli”. *Mélanges de l'Ecole française de Rome - Antiquité*, 95-II, 937-959.
- Packer, J. E., 1967: “Housing and population in Imperial Ostia and Rome”. *Journal of Roman Studies* n° 57, 80-95.
- Packer, J. E., 1971: *The insulae of imperial Ostia* (Roma, American Academy, *Memoirs of the AAR XXXI*).
- Packer, J. E., 1975: “Middle and lower class housing in Pompeii and Herculaneum: a preliminary survey”. In Andreae, B. e Kyrieleis, H. (eds.) *Neue Forschungen in Pompeji* (Recklinghausen, vlg. Aurel Bongers/DAI), 133-142.
- Paiva, J. A. R., 2001: «Relíquias vegetais de Portugal». In *A crise Ambiental apocalipse no advento de uma nova idade* (Conimbriga, LAC), 37-61.
- Palma García, F., 1997: “Las casas romanas intramuros en Mérida. Estado de la cuestión”. *Merida. Excavaciones Arqueológicas. Memória, n°3*, 347-365.
- Paloll, P., 1994 (6ª): *Clunia. Historia de la ciudad y guía de las excavaciones* (Burgos, Dip. Provincial)
- Pandermalis, D., 1971: “Zum Programm der Statuenaustattung in der Villa der Papiri”. *Römischen Mitteilungen* n° 86, 173-209.

- Panoff, M. e Perrin, M. 1979 (trad. port. ed. francesa: Paris, Payot, 1973): *Dicionário de Etnologia* (Lisboa, Ed. 70).
- Pasini, F., 1978: *Ostia Antica. Insule e classi sociali* (Roma, Multigrafica ed.).
- Pedroso, R. N., 1992: “As pinturas murais in situ”. In Oleiro, J. M. B., *Conimbriga. Casa dos Repuxos* (Conimbriga, MMC, *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal* 1), 159-166.
- Pereira, I.; Bost, J.-P. e Hiernard, J., 1974: *Fouilles de Conimbriga III, Les monnaies* (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).
- Pereira, M. H. R., 1984: *Estudos de História da Cultura Clássica – vol. II – Cultura romana* (Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian).
- Pereira, M. H. R., 1986: *Romana. Antologia da cultura latina* (Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos).
- Pereira, M. H. R., 1994: “O palácio, do mundo minóico ao helénico: mito e realidade”. *Conimbriga* n° 32-33 (1993-1994), 57-74.
- Pereira, R. M., 2008: “Resultados dos trabalhos arqueológicos no Paço dos Vasconcelos (Maio de 2002 a Julho de 2004)”. In Bernardes, J. P. (ed.) *Hispania Romana. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, Un. Algarve, *Promontoria Monografica* 10), 171-181.
- Perring, D., 2002: *The Roman house in Britain* (Londres, Routledge).
- Perring, D., 2003: “Aristocratic houses of Aquitaine in late antiquity”. *Journal of Roman Archaeology* n° 16, 701-704.
- Pesando, F., 1997: *Domus. Edilizia privata e società pompeiana fra III e I secolo a.C.* (Roma, L’Erma di Bretschneider, *Monografie della Soprintendenza Archeologica di Pompei* 12).
- Pessoa, M., 1986: “Subsídios para a carta arqueológica do período romano na área de Conimbriga”. *Conimbriga* n° 25, 53-73.
- Pessoa, M., 1998: *Villa romana do Rabaçal. Um objecto de arte na paisagem* (Penela, Câmara Municipal).
- Pessoa, M., 2005: “Contributo para o estudo dos mosaicos romanos no território das civitates de Aeminium e de Conimbriga, Portugal”. In *Revista Portuguesa de Arqueologia* n° 8-2, 363-401.
- Pessoa, M., Madeira, J. L. e Ferreira, D., 1991: *A muralha augustana de Conimbriga, Condeixa-a-Velha. Elementos de estudo* (Condeixa, Ed. autores).
- Petit, J.-P., 2007: “Habiter et travailler sous un meme toit. Les maisons des artisans-commerçants en Gaule du Nord et dans les provinces germaniques”. In Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéii à Bliesbruck-Reinheim* (Paris, Ed. Errance), 121-127.
- Pfanner, M., 1989: “Zum entwicklung der stadtstruktur von Conimbriga”. *Madriider Mitteilungen* n° 30, 184-203.
- Picard, G.-C., 1957: “Civitas mactaritana”. *Karthago* n° 8, 1-156.
- Pinon, P. 2008: “Défense et illustration de la ‘Loi da la Pérsistance du Plan’”. In Ballet, P., Dieudonné-Glad, N. e Saliou, C. (eds.) *La rue dans l’Antiquité: définition, aménagement et devenir de l’Orient méditerranéen à la Gaule* (Rennes, Presses Universitaires), 129-140.
- Pirson, F., 1997: “Rented accommodation at Pompeii: the evidence of the Insula Arriana Poliana VI 6”. In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.) *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond* (Portsmouth R.I., *Journal of Roman Archaeology Supplementary series* n° 22), 183-195.

- Pirson, F., 1999: *Mietwohnungen in Pompeji und Herculaneum. Untersuchungen zur architektur, zum wohnen und zur sozial- und wirtschaftsgeschichte des Vesuvstädte* (Munich, vlg. Dr. F. Pfeil, *Studien zur antiken stadt* 5).
- Polito, E., 1995: "I fregi d'armi del foro di Traiano. La base della colonna e i pannelli nella storia del motivo". In La Rocca, E., Ungaro, L. e Meneghini, R. (eds.) *I luoghi del consenso imperiale. Il foro di Augusto, il foro di Traiano. Introduzione storico-topografica* (Roma, Commune), 110-113.
- Polito, E., 1998: *Fulgentibus armis. Introduzione allo studio dei fregi d'armi antichi* (Roma, L'Erma).
- Poole, F. J. P., 1994: "Socialization, enculturation and the development of personal identity". In Ingold, T. (ed.) 1994: *Companion Encyclopedia of Anthropology* (London, Routledge), 831-860.
- Priester, S., 2002: *Ad summas tegulas. Untersuchungen zu vorgeleschossigen Gebäudeblöcken mit Wohnarbeiten und Insulae im kaiserzeitlichen Rom* (Roma, L'Erma di Bretschneider, *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma, Supplementi* 11).
- Prisset, J.-L., (ed.) 1999: *Guide du site – Saint Romain en Gal* (Vienne, Reunion des Musées Nationaux).
- Prisset, J.-L., 2008: "Les besoins en matériaux les contraintes d'approvisionnement et la durée d'un chantier de construction. Réflexions à partir du portique Nord de Saint-Romain-en-Gal (France)". In Camporeale, S.; Dessales, H. e Pizzo, A. (eds.) *Arqueología de la Construcción I – Los procesos constructivos en el Mundo Romano: Italia y provincias occidentales* (Merida, CSIC, *Anejos de Archivo Español de Arqueología* 50), 125-139.
- Purcell, N., 1996: „The Roman garden as a domestic building“. In Barton, I. M., (ed.) *Roman domestic buildings* (Exeter, Un. Press), 121-152.
- Queiroz, P. F.; Mateus, J. E. e Danielsen, R., 2003: Ensaio de análise polínica dos depósitos silto-arenosos conservados no aqueduto romano de Conimbriga, Condeixa-a-Nova (Lisboa, Inst. Port. Arq., *Trabalhos do CIPA* 42).
- Ramallo Asensio, S., 2001: "Sistemas, diseños y motivos en los mosaicos romanos de Carthago Nova: a propósito de los pavimentos de la calle del Duque" . In Ruiz Valderas, E., (coord.) *La casa romana en Carthago Nova* (Murcia, ed. Tabularium), 167-204.
- Ramos, R. 1991: "La casa urbana hispanorromana en Illici". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 69-78.
- Rapoport, A., 1977: *Human aspects of urban form: towards a man-environment approach to urban form and design* (Oxford, Pergamon).
- Rapoport, A., 1990: "Systems of activities and systems of settings". In Kent, S., (ed.) *Domestic architecture and the use of space* (Cambridge, Un. Press), 9-20.
- Rapoport, A. 1994: "Spatial organization and the built environment". In Ingold, T. (ed.) *Companion Encyclopedia of Anthropology* (London, Routledge), 460-502.
- Rascón Marqués, S. e Méndez Madariaga, A., 1993: "Complutum: urbanismo y edificios públicos". In *La ciudad en el mundo romano* (Tarragona, *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*), vol. 2, p. 347-348.
- Rascón Marqués, S. e Polo Lopéz, J., 1996: "La casa de Hyppolitus (Alcalá de Henares, Madrid): la schola de un collegium iuvenum complutense". In *V Encuentro de Historiadores del Valle del Henares* (Guadalajara, AACHE), 61-77.

- Raya de Cárdenas, M. e Miró i Juàrez, B., 1993: “Una domus augustea en la plaza de Sant Miquel de Barcelona”. In *La ciudad en el mundo romano* (Tarragona, *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*), col. 2, 349-350.
- Reis, M. P., 2003: Rede de saneamento de Condeixa-a-Velha. Acompanhamento arqueológico (Conimbriga, rel. PNTA, policop.).
- Reis, M. P., 2004: Instalação da rede de águas pluviais da Rua da Fonte (Condeixa-a-Velha). Acompanhamento arqueológico (Conimbriga, rel. PNTA, policop.).
- Reis, M. P. e Correia, V. H., 2006: “Jardins de Conimbriga: arquitectura e gestão hidráulica”. In Morel, J.P., Tresseras, J. J. e Matamala, J. C., *The Archaeology of Crop Fields and Gardens* (Ravello, CUEBC, *Studio, tutela e fruizione dei Beni Culturali* n° 2), 293-312.
- Reis, M. P. e Oliveira, C., 2009: “A água como elemento decorativo e a simbologia dos edifícios hidráulicos na Lusitânia romana. Alguns exemplos”. In Cusatti, M. L. (ed.) *Portogallo e Mediterraneo. Atti del Congresso Internazionale* (Nápoles, Un. “L’orientale”), 24-49.
- Remolá, J. A., 2004: “Tarraco quanta fuit ipsa ruina docet”. In *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo* (Tarragona, Ayuntamiento), 49-72.
- Revell, L., 2009: *Roman imperialism and local identities* (Cambridge, Un. Press).
- Ribeiro, A. P. C., s/d.: Mosaico da Casa de Cantaber (Coimbra, Fac. Arquitectura, rel. EA/ATM).
- Ribeiro, D. J. S., 2007: Relatório do Projecto VALMON (Conimbriga, rel. PNTA, policop.).
- Ribeiro, J. C., (coord.) 2002: *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa* (Lisboa, MNA, cat. exp.).
- Richardson, J. S., 2000: *Appian. Wars of the romans in Iberia* (Warminster, Aris&Phillips).
- Riggsby, A. M., 1997: “Public’ and ‘private’ in Roman culture: the case of the cubiculum”. *Journal of Roman Archaeology* n° 10, 36-56.
- Riggsby, A. M., 1999: “Integrating public and private”. *Journal of Roman Archaeology* n° 12, 555-558.
- Rodríguez Colmenero, A. e Carreño, M. C., 1999: “Lucus Augusti, capital romana del finisterre hispánico”. In Dias, L. T. e Araújo, J. M. S. M. (coord.) *Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica* (Porto, Escola Profissional do Freixo), 115-132.
- Rodríguez Hidalgo, J. M. e Keay, S., 1995: “Recent work at Italica”. In Cunliffe, B. e Keay, S. (ed.s) *Social Complexity and the development of towns in Iberia. From the Copper Age to the Second Century AD* (Oxford, Un. Press, *Proceedings of the British Academy* 86), 395-420.
- Rodríguez Hidalgo, J. M., 1991: “Dos ejemplos domésticos en Traianópolis (Itálica): Las casas de los pájaros y de la exedra”. In *La casa urbana hispanorromana* (Saraçoça, Institución Fernando el Católico), 291-302.
- Rodríguez Hidalgo, J. M., 1997: “La nueva imagen de la Itálica de Adriano”. In Caballos, A. e León, P., (eds.) *Itálica MMCC* (Sevilla, Consejería de Cultura), 87-114.
- Rodríguez Neila, J. F. 1977: “Notas sobre la contributio en la administración municipal de la Bética romana”. *Archivo Hispalense* n° 185, 55-61.
- Rodríguez Temiño, I., 1991: “La casa urbana hispanorromana en la colonia Augusta Firma Astigi. Écija. Sevilla”. In *La casa urbana hispanorromana* (Saraçoça, Institución Fernando el Católico), p. 345-353.

- Roldán Gomez, L., 1991: “La casa de la exedra de Itálica (Santiponce, Sevilla), un intento de valoración espacial a través de las técnicas constructivas”. In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), 303-311
- Roldán Gómez, L., 1992: *Técnicas Constructivas romanas en Carteia* (San Roque, Cádiz) (Madrid, Un. Autónoma, *Monografías de Arquitectura Romana* 1)
- Roldán Gomez, L., 1993: *Técnicas Constructivas romanas en Itálica* (Santiponce, Sevilla) (Madrid, Un. Autónoma, *Monografías de Arquitectura Romana* 2)
- Roldán Gómez, L., Bendala Galán, M., Blánquez Pérez, J. e Martínez Lillo, S., 1999 (3ª): *Carteia* (Madrid, Cons. Cultura J. Andalucía).
- Roller, M. B., 2006: *Dining Posture in Ancient Rome: Poses, Values and Status* (Princeton NJ, Princeton Un. Press)
- Romanelli, P., 1970: *Topografia e archeologia dell’Africa Romana* (Turim, Società Editrice Internazionale, Pigghi, C. B., Del Grande, C. e Arias, P. E. [dir.] *Enciclopedia Classica*, sec. III; Arias, P. E. [cur.] vol X - Archeologia, t. VII).
- Rosário, M. A. S. M. B., 2004: Pintura romana em Portugal (Lisboa, Fac. Ciências Sociais e Humanas da UNL, diss. mest.).
- Rossiter, J. J., 2002: “Houses in Roman Britain”. *Journal of Roman Archaeology* n° 15, 626-629.
- Ruggiu, A. Z., 1995: *Spazio privato e spazio pubblico nella città romana* (Roma, École Française, CEFR 210).
- Ruivo, J. S., 1997: “Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III”. *Nymms*, 2ª S. n° 16-20, 7-176.
- Ruivo, J. S., 2002: Conimbriga – Escavações a oeste do fórum (ínsula do mediano absidado). Relatório dos trabalhos de 2002. In Correia, V. H., 2003: Conimbriga – A arquitectura doméstica. ARQUIDOM – Relatório dos trabalhos de 2002 (Conimbriga, rel. PNTA, policop.), anexo 2.
- Ruivo, J. S., 2003: Conimbriga – Escavações a oeste do fórum (casa dos solidi). Relatório dos trabalhos de 2003. In Correia, V. H., 2003: Conimbriga – A arquitectura doméstica. ARQUIDOM – Relatório dos trabalhos de 2002 (Conimbriga, rel. PNTA, policop.), anexo 4.
- Ruivo, J., 2006: “Conjunto monetário tardo-romano da casa do mediano absidado (Conimbriga)”. *Conimbriga* n° 45, 301-309.
- Ruiz Valderas, E., (coord.) 2001: *La casa romana en Carthago Nova* (Múrcia, ed. Tabularium).
- Rutledge, S. H., 2001: *Imperial inquisitions: prosecutors and informants from Tiberius to Domitian* (Londres, Routledge).
- Saliou, C., 2007a: “Entre public et privé: la rue. L’apport des textes” . In Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéi à Bliesbruck-Reinheim* (Paris, Ed. Errance), 75-79.
- Saliou, C., 2007b: “Entre public et privé: la rue. Données archéologiques, l’exemple des trottoirs de Pompéi” . In Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéi à Bliesbruck-Reinheim* (Paris, Ed. Errance), 81-85.
- Sánchez Sánchez, G. e Nodar Becerra, R., 1997: “Reflexiones sobre las casas suburbanas en Augusta Emerita: Estudio preliminar”. *Merida. Excavaciones Arqueológicas. Memória*, n°3, 367-386.

- Santos Retolaza, M., 1991: "Distribución y evolución de la vivienda urbana tardorrepublicana y altoimperial en Ampurias". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 19-34.
- Saquete Chamizo, J. C., 1997: *Las élites sociales de Augusta Emerita* (Merida, MNAR, *Cuadernos Emeritenses* 13).
- Sartorio, G. P., 1983: "Una domus sotto il giardino del Pio Istituto Rivaldi sulla Velia". In *Città e Architettura della Roma Imperiale* (Odense, Un. Press, *Analecta Romana Instituti Danici, Supplementum X*), 147-168.
- Sauron, G., 1980: "Templa serena: à propos de la "villa dei papiri" d'Herculaneum: Contribution à l'étude des comportements aristocratiques romains à la fin de la république". *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité* n° 92, 277-301.
- Scetti, E., 1996: "La técnica costrutiva della piattabanda armata in Villa Adriana e nel mondo romano". *Palladio* n° 17 (Jan-Jun 1996), 5-16.
- Schattner, T. G., 2003: *Munigua. Cuarenta años de investigaciones* (Sevilla, Junta de Andalucía/DAI, *Arqueología Monografías* 16).
- Scheidel, W., 2001: "Roman age structure: evidence and models". *Journal of Roman Studies* n° 91, 1-26.
- Scheidel, W., 2004: "Human mobility in Roman Italy, 1: the free population". *Journal of Roman Studies* n° 94, 1-26.
- Scheidel, W., 2005a: "Human mobility in Roman Italy, 2: the slave population". *Journal of Roman Studies* n° 95, 64-79.
- Scheidel, W., 2005b: "The comparative economics of slavery in the Greco-Roman world". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scheidel, W., 2007a: "The Roman slave supply". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scheidel, W., 2007b: "Epigraphy and demography: birth, marriage, family and death". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scheidel, W., 2007c: "Roman population size: the logic of the debate". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scheidel, W., 2009: "Economy and quality of life in the Roman world". *Princeton/Stanford working papers in Classics* (www.princeton.edu/pswpc, cons. 2-11-2009)
- Scobie, A., 1986: "Slums, sanitation and mortality in the Roman world". *Klio* n° 68-2, 399-433.
- Secilla Redondo, R. e Márquez Moreno, C., 1991: "Una casa romana en el SE de Colonia Patricia Corduba: un ejemplo a seguir". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 337-342.
- Seston, W., 1966: «Les murs, les portes et les enceintes urbaines et le problème des 'res sanctae' en droit romain». In Chevalier, R. (ed.) *Mélanges d'archéologie et d'histoire offerts à A. Piganiol* (Paris, EPHE) vol II, 1489-1498.
- Sillières, P., 1991: "La maison romaine á Baelo Claudia. Essai de révision des données anciennes". In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 321-326
- Sillières, P., 1997: *Baelo Claudia. Una ciudad romana de la Bética* (Madrid, Casa de Velásques, *CCV* n° 61).

- Soler Huertas, B., 2001: “La arquitectura doméstica en Carthago Nova. El modelo tipológico de una domus urbana”. In Ruiz Valderas, E., (coord.) *La casa romana en Carthago Nova* (Múrcia, ed. Tabularium), 83-130.
- Sommer, C. S., 2007: “Place, rue, portique, fórum: espaces publics, lieux d’échange et de communication”. In Petit, J.-P. e Santoro, S. (eds.) *Vivre en Europe Romaine, de Pompéi à Bliesbruck-Reinheim* (Paris, Ed. Errance), 87-93.
- Staccioli, R. A., 1979: *Roma entro le mura* (Roma, Newton-Compton).
- Steinby, E. M., 1993-2000: *Lexicon Topographicum Urbis Romae* (Roma, Ed. Quasar [vol. 1, 1993; vol. 2, 1995; vol. 3, 1996; vol. 4, 1999; vol. 5-6, 2000])
- Storey, G. R., 1997: “The population of ancient Rome”. *Antiquity* n° 71, 966-978.
- Storey, G. R., 2001: “Regionaries-type Insulae 1: Architectural/Residential Units at Ostia”. *American Journal of Archaeology* n° 105(3), 389-402.
- Storey, G. R., 2002: “Regionaries-type Insulae 2: Architectural/Residential Units at Rome”. *American Journal of Archaeology* n° 106(3), 411-434.
- Subías Pascual, E., 1994: “Las sedes colegiales en época romana. Problemas de tipología arquitectónica”. *Butletí Arqueològic*, n° 16 (ep. V), 85-110.
- Tantillo, I. 2005 (2ª): “Gli uomini, le risorse”. In Giardina, A. (ed.) *Roma Antica* (Roma-Bari, Ed. Laterza, 1ª ed. *i Robinson/Lecture*), 85-112.
- Tavares, A., 1977: «Matériaux de construction et de décoration». In Alarcão, J. e Etienne, R., *Fouilles de Conimbriga I, L'Architecture* (Paris, De Boccard), 271-276.
- Taylor, R., 2003: *Roman builders. A study in architectural process* (Cambridge, Un. Press).
- Teichner, F., 2008: *Entre tierra y mar. Zwischen Land und Meer: architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)* (Mérida, MNAR, *Studia Lusitana* 3).
- Thébert, Y., 1985 (1ª ed. port): “Vida privada e arquitectura doméstica na África romana”. In Veyne, P. (dir.) *Do Império Romano ao ano mil* (Lisboa, Ed. Afrontamento, Ariés, Ph. E Duby, G. [dir.] *História da vida privada*, vol. 1), 303-397.
- Thébert, Y., 1991: “O escravo”. In Giardina, A. (ed.) *O homem romano* (Lisboa, ed. Presença), 117-148.
- Tiberi, C., 1961: “Il Canopo della villa di Adriano presso Tivoli”. *Quaderni dell’Istituto di Storia dell’Architettura* n° 31-48, 35-48.
- Torgal, L. R., Mendes, J. M. A. e Catroga, F., 1996: *História da história em Portugal* (Lisboa, Círculo de Leitores).
- Tourenc, S., 1975: “La mosaïque des athlètes vainqueurs”. In Stern, H. e Le Glay, M. (ed.) *La Mosaïque Greco-romaine II* (Paris, Ed. CNRS), 135-138.
- Traina, G., 2000: “I mestieri”. In Giardina, A. (ed.) *Roma Antica* (Bari, Ed. Laterza), 113-132.
- Traina, G., 2006: “Romanizzazione, ‘métissages’, ibridità”. *Mélanges de l’École Française de Roma – Antiquité*, n° 118 fasc. 1, 151-158.
- Tranoy, A., 1981: *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l’Antiquité* (Paris, De Boccard, *Pub. Centre Pierre Paris* 7).
- Triães, R. P., 2003: Estudo composicional e tipológico de materiais cerâmicos da civitas de Conimbriga (Aveiro, Dep. Geociências da Un., diss. mest.)
- Triães, R., Correia, V.H., e Coroado, J., 2002: “A utilização dos materiais cerâmicos de construção em Conimbriga”. *Conimbriga* n° 41, 153-164.
- Trindade, L., 2002: *A casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna* (Coimbra, Câmara Municipal, *Coimbra Património* 1).

- Trindade, L.; Marques, R. e Cortesão, L., 2006: “Um sedimento, uma ruína, um projecto: o Paço dos Vasconcelos em Santiago da Guarda”. *Monumentos* n° 25, 214-225.
- Tsakirgis, B., 2004: “The rethoric of the Roman house”. *Journal of Roman Archaeology* n° 17, 587-588.
- Ungaro, L., 1994: “Il foro di Traiano: decorazione architettonico-scultorea e programma decorativo”. In *La ciudad en el mundo romano* (Tarragona, CSIC, *Actas do XIV C.I.A.C.*), vol 2, 410-413.
- Ungaro, L.; Milella, M. e Vitti, M., 2004: “Il sistema museale dei Fori Imperiali e i Mercati di Traiano”. In *Simulacra Romae* (Tarragona, CUHR), 11-48.
- Van Der Meer, L. B.; Stevens, N. L. C. e Stoeger, H. 2005: "Domus Fulminata. The House of the Thunderbolt (III, vii, 3-5)". *Bulletin Antieke Beschaving* n° 80, 91-111.
- Velosa, A. L. P. L., 2006: Argamassas de cal com pozolanas para revestimento de paredes antigas (Aveiro, Secção Autónoma de Engenharia Civil da Universidade, Diss. Doct).
- Velosa, A. L.; Coroado, J.; Veiga, M. R. e Rocha, F., 2007: “Characterisation of roman mortars from Conímbriga with respect to their repair”. *Materials Characterization* n° 58, 1208 – 1216.
- Veyne, P. , 2002: “La ‘plébe moyenne’ sous le Haut-Empire romain”. *Annales, Histoire Sciences Sociales* n° 55-6, 1169-1199.
- Veyne, P., 1992: “Humanitas: Romanos e não romanos”. In Giardina, A. (dir.) *O homem romano* (Lisboa, Ed. Presença), 283- 299.
- Vicente Redón, J. D., Punter Gómez, M. P., Escriche Jaime, C. e Herce San Miguel, A. I., 1991: “La Caridad (Caminreal, Teruel)”. In *La casa urbana hispanorromana* (Saragoça, Institución Fernando el Católico), p. 81-129.
- Villedieu, F., 1994: “La vigna Barberini (Palatino). Nuove acquisizione”. In *Archeologia Laziale: incontro di studio del Comitato per l'archeologia laziale*, vol. XII-1 (Roma, Consiglio Nazionale per la Ricerca, *Quaderni di archeologia etrusco-italica* 23), 33-39.
- Villedieu, F., 1995: “Constructions impériales mises au jour à l’angle nord-est du Palatin: résultats des fouilles de l’École Française de Rome sur le site de la vigna Barberini”. In *Comptes Rendus de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres-1995* (Paris, De Boccard), 719-740.
- Villedieu, F. e Veltri, P., 1999: “Les soutènements ouest et nord de la terrasse de la vigna Barberini”. *Mélanges de l’Ecole Française de Rome – Antiquité*, vol. 111-2, 749-778.
- VV. AA., 2000: *Adriano. Architettura e progetto* (Roma, Electa, Cat. exp.).
- Wallace-Hadrill, A., 1988: “The social structure of the Roman house”. *Papers of the British School at Rome* n° 56, 43-97.
- Wallace-Hadrill, A., 1994: *Houses and society in Pompeii and Herculaneum* (Princeton N.J., Un Press).
- Wallace-Hadrill, A., 1995: “Public honour and private shame: the urban texture of Pompeii”. In Cornell, T. J. e Lomas, K. (eds.) *Urban Society in Roman Italy* (Londres, Un. College Press), 39-62.
- Wallace-Hadrill, A., 2008: *Rome’s cultural revolution* (Cambridge, Un. Press).
- Weber, M., 1994 (1ª ed. Brasil): *História agrária romana* (S. Paulo, Martins Fontes).
- Webster, J., 2001: “Creolizing the Roman provinces”. *American Journal of Archaeology*, n° 105 fasc. 2, 209-225.

- Weiss, Ch., 1997: Die frühkaiserzeitlichen Stadtbefestigungen auf der Iberischen Halbinsel: Fotifikatorische Funktion und Bedeutung für das urbane Erscheinungsbild (Colónia, Philosophischen Fakultät der Universität, Diss. Doct).
- Whittaker, C. R., 1991: "O pobre". In Giardina, A. (ed.) *O homem romano* (Lisboa, ed. Presença), 225-249.
- Wilson, A., 2003: "The archaeology of the Roman fullonica". *Journal of Roman Archaeology* n° 16, 442-446.
- Wojcik, M. R., 1986: *La villa dei paipri ad Ercolano: Contributo alla ricostruzione dell'ideologia della nobilitas tardorepubblicana* (Roma, L'Erma di Bretschneider, *Monografie della Soprintendenza Archeologica di Pompei* 1).
- Zanker, P., 1979: "Die Villa als Vorbild des späten pompejanischen Wohngeschmacks". *Jahrbuch des Deutschen Archäologischen Instituts* 94, 460-523.
- Zanker, P., 1993: *Pompei. Società, immagini e forme dell'abitare* (Turin, Giulio Einaudi).
- Zevi, F. 2008: "I collegi di Ostia e le loro sedi associative tra Antonini e Severi". In Berrendoner, C.; Cébeillac-Gervasoni, M. e Lamoine, L. (eds.) *Le Quotidien Municipal dans l'Occident Romain* (Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal), 477-506.

Índice e origem das ilustrações

Todas as ilustrações que não têm indicação de autoria, proveniência ou outra menção especial foram produzidas pelo autor ou elaboradas sob a sua orientação e fazem parte do arquivo do Museu Monográfico de Conimbriga.

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Localização dos edifícios domésticos de Conimbriga. | 51 |
| Figura 2 – Representação esquemática das estruturas identificadas no sector KVIII. | 54 |
| Figura 3 – Aspecto das estruturas em KVIII 34 (possível <i>impluvium</i>). | 55 |
| Figura 4 – Possível integração urbanística do edifício identificado no sector KVIII. | 56 |
| Figura 5 – Localização do edifício de Condeixa-a-Velha. | 57 |
| Figura 6 – Planta do edifício a oeste das termas. | 59 |
| Figura 7 – Edifício a oeste das termas, no final da escavação de 2004. | 60 |
| Figura 8 – Aspecto da base do forno, durante a escavação. | 61 |
| Figura 9 – Plano pedra-a-pedra dos edifícios a norte do fórum. Alarcão e Etienne 1977, II est. III, extracto. | 63 |
| Figura 10 – Plano pedra-a-pedra do edifício da rua da patera Emanuel. Alarcão e Etienne 1977, II est. XXXIX, extracto. | 65 |
| Figura 11 – Planta do edifício da rua da patera Emanuel. | 65 |
| Figura 12 – Aspecto da escavação do edifício da rua da patera Emanuel. | 66 |
| Figura 13 – Planta da casa do tridente e da espada. | 68 |
| Figura 14 – Aspecto da zona central da casa do tridente e da espada. | 68 |
| Figura 15 – Ala oeste do peristilo da casa do tridente e da espada. | 69 |
| Figura 16 – Planta do Edifício das portas do sol. | 71 |
| Figura 17 – Aspecto do compartimento 2 do edifício das portas do sol. Foto Pilar Reis © MMC. | 73 |
| Figura 18 – Plano pedra-a-pedra do edifício porticado a leste de fórum. Alarcão e Etienne 1977, II est. III, extracto. | 74 |
| Figura 19 – Planta do edifício porticado a leste do fórum. | 75 |
| Figura 20 – Localização da insula do viaduto. | 77 |
| Figura 21 – Localização do edifício da pedreira. | 79 |
| Figura 22 – Fragmentos de mosaicos encontrados junto à rotunda das Ruínas. Arquivo MMC. | 80 |

| | |
|--|-----|
| Figura 23 – Fragmento de mosaico encontrado na pedreira. | 80 |
| Figura 24 – Planta da casa dos solidi. | 81 |
| Figura 25 – Planta da casa de Valerius Daphinus. | 83 |
| Figura 26 – Aspecto geral da casa de Valerius Daphinus, vista de Nordeste. | 84 |
| Figura 27 – Implúvio da casa de Valerius Daphinus. | 85 |
| Figura 28 – Planta da casa do medianum absidado. | 88 |
| Figura 29 – Soleira do compartimento 4 da insula do medianum absidado. | 89 |
| Figura 30 – Zona central da casa do medianum absidado. | 90 |
| Figura 31 – Corte estratigráfico na casa do medianum absidado. | 90 |
| Figura 32 – Porta da sala 16 da casa do medianum absidado. | 91 |
| Figura 33 – Plano pedra-a-pedra da insula a oeste do fórum. Alarcão e Etienne 1977, II est. XXXIX, extracto. | 94 |
| Figura 34 – Planta da ínsula a oeste do fórum. | 95 |
| Figura 35 – Plano pedra-a-pedra da insula do vaso fállico. Alarcão e Etienne 1977, II est. XXXIX, extracto. | 98 |
| Figura 36 – Planta da ínsula do vaso fállico. | 99 |
| Figura 37 – Interpretação da casa oeste da insula do vaso fállico como <i>fullonica</i> . | 101 |
| Figura 38 – Aspecto geral da área da <i>fullonica</i> . | 102 |
| Figura 39 – Tanques da <i>fullonica</i> da insula do vaso fállico. Arquivo MMC. | 102 |
| Figura 40 – Placa de chumbo, com vestígios de fixação a estrutura de argamassa. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 103 |
| Figura 41 – Extremo Leste da insula do vaso fállico. | 104 |
| Figura 42 – Plano pedra-a-pedra da insula a norte das termas Alarcão e Etienne 1977, II est. XXXIX, extracto. | 108 |
| Figura 43 – Planta da ínsula a Norte das termas. | 109 |
| Figura 44 – Aspecto das das estruturas no pátio central da insula a norte das termas. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 110 |
| Figura 45 – Planta da casa de Andercus. | 113 |
| Figura 46 – Aspecto do canto nordeste da casa de Andercus. | 114 |
| Figura 47 – Portas entaipadas das tabernae norte da casa de Andercus. | 115 |
| Figura 48 – Plano pedra-a-pedra do edifício das latrinas do fórum. Alarcão e Etienne 1977, II est. III, extracto. | 116 |
| Figura 49 – Planta do edifício das latrinas do fórum | 117 |
| Figura 50 – Plano pedra-a-pedra do edifício da patera Emanuel. Alarcão e Etienne 1977, II est. XXXIX, extracto. | 121 |
| Figura 51 – Planta do edifício da patera Emanuel. | 122 |
| Figura 52 – Aspecto do edifício da patera Emanuel. | 122 |
| Figura 53 – Planta dos edifícios a oeste da zona C. | 124 |
| Figura 54 – Elementos arquitectónicos do edifício a oeste da zona C. | 125 |
| Figura 55 – Planta geral da insula do aqueduto. | 127 |
| Figura 56 – Aspecto geral da insula do aqueduto. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 128 |
| Figura 57 – Acesso interno na insula do aqueduto. | 128 |
| Figura 58 – Planta do criptopórtico da insula do aqueduto e caves anexas. | 129 |
| Figura 59 – Planta da casa atribuída a Cantaber. | 134 |
| Figura 60 – Peristilo central da casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone. | 136 |
| Figura 61 – Restos de decoração do peristilo da casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone. | 137 |
| Figura 62 – Peristilo do sector de serviços da casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone. | 138 |

| | |
|---|-----|
| Figura 63 – Peristilo em pi da casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone. | 139 |
| Figura 64 – Sala nº 17 da casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 141 |
| Figura 65 – Peristilo lobulado da casa de Cantaber. | 142 |
| Figura 66 – O peristilo truncado da Casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 143 |
| Figura 67 – Restos do grande espelho de água do <i>viridarium</i> da casa de Cantaber. | 144 |
| Figura 68 – Vestígios do ajardinamento do <i>viridarium</i> . | 144 |
| Figura 69 – Planta da casa de Tancinus. | 146 |
| Figura 70 – Vista vertical do tanque do peristilo da casa de Tancinus. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 147 |
| Figura 71 – Planta da casa dos Repuxos. Oleiro 1992, est. 1. | 150 |
| Figura 72 – Reconstituição das estruturas da primeira fase da casa dos repuxos. | 151 |
| Figura 73 – Peristilo central da casa dos repuxos. Foto Danilo Pavone. | 152 |
| Figura 74 – Ninfeu da casa dos repuxos. Foto Danilo Pavone. | 153 |
| Figura 75 – Planta das lojas a sul da via. | 157 |
| Figura 76 – Escadas do criptopórtico das lojas a sul da via. | 159 |
| Figura 77 – Janela em boca de lobo do criptopórtico das lojas a sul da via. | 160 |
| Figura 78 – Planta da casa da cruz suástica. | 163 |
| Figura 79 – Peristilo central da casa da cruz suástica. Foto Danilo Pavone. | 164 |
| Figura 80 – <i>Cubiculum</i> da casa da cruz suástica e compartimento de função indeterminada. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 165 |
| Figura 81 - Limite entre a casa da cruz suástica e a casa dos esqueletos. | 166 |
| Figura 82 – Mosaicos da casa da cruz suástica, no momento do achado. Arquivo MMC. | 168 |
| Figura 83 – Mosaicos da casa da cruz suástica, após restauro. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 168 |
| Figura 84 – Planta da casa dos esqueletos. | 169 |
| Figura 85 – Peristilo central da casa dos esqueletos. Foto Danilo Pavone. | 170 |
| Figura 86– Mosaico do compartimento 15 da casa dos esqueletos. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 171 |
| Figura 87 – Planta do edifício sob as termas do Sul. | 175 |
| Figura 88 – Reconstituição da localização das sondagens de 1899. | 178 |
| Figura 89 – Mosaico do Minotauro no centro do labirinto muralhado. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 179 |
| Figura 90 – Mosaico com objectos rituais e símbolos. Arquivo MMC. | 180 |
| Figura 91 – Mosaico encontrado em Conimbriga em 1899. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 180 |
| Figura 92 – As <i>pâtes-d’oie</i> do primeiro urbanismo de Conimbriga. | 192 |
| Figura 93 – Origem do aprovisionamento de materiais de construção. Alarcão e Etienne 1977, II pl. II, modificado. | 194 |
| Figura 94 – Fragmento de <i>dolium</i> com restos de cal. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 196 |
| Figura 95 – Tipologia dos materiais cerâmicos de construção de Conimbriga. Correia <i>et al.</i> 2003, 300, fig. 1. | 198 |
| Figura 96 – Actividade dos produtores de materiais de construção de Conimbriga. Correia <i>et al.</i> 2003, 315, mapa 1. | 200 |
| Figura 97 – Vestígios de soalhos de madeira no corredor nº 4 da casa dos Repuxos. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 203 |

| | |
|--|-----|
| Figura 98 – Vestígios de soalhos de madeira na sala nº 10 da casa dos Repuxos. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 204 |
| Figura 99 – Instalação do programa musivo na casa dos repuxos. Oleiro 1992, II est. 75. | 209 |
| Figura 100 - Dispersão cronológica dos programas musivos de Conimbriga. | 211 |
| Figura 101 - Distribuição da actividade musivária em Conimbriga. | 211 |
| Figura 102 – Pilastra da exedra da casa dos repuxos. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 214 |
| Figura 103 – Friso vegetalista recolhido nos entulhos da casa dos repuxos. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 215 |
| Figura 104 – Pannel da sala da caçada da casa dos repuxos: imitação de crustae. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 216 |
| Figura 105 – Fragmentos de pintura da casa do tridente e da espada. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 217 |
| Figura 106 – Fragmentos de pintura da casa do tridente e da espada. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 217 |
| Figura 107 – Criptopórtico e caves anexas da ínsula do aqueduto. | 223 |
| Figura 108 – Criptopórtico das lojas a sul da via. | 223 |
| Figura 109 – Criptopórticos da casa dos repuxos. | 224 |
| Figura 110 – Articulação espacial dos criptopórticos domésticos de Conimbriga. | 225 |
| Figura 111 – Peristilos com caixotões ajardinados dentro de <i>stagni</i> . | 228 |
| Figura 112 – Diaetae com janelas abrindo para implúvios ajardinados. | 229 |
| Figura 113 – Triclinia de Conimbriga abertos para os jardins. | 231 |
| Figura 114 – Pormenor da entrada da casa dos repuxos. | 234 |
| Figura 115 – Modelo de reconstituição: o <i>serapeum</i> da <i>villa</i> Adriana. L. M. H. Sortais, 1894. | 234 |
| Figura 116 – Casas e lojas em ínsulas de Conimbriga. | 241 |
| Figura 117 – Vestígios de bases de escadas de madeira na Insula do aqueduto. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 243 |
| Figura 118 – Pilares de suporte de pavimentos de mezaninos. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 243 |
| Figura 119 – Palheiros em Condeixa-a-Velha. Foto Humberto Rendeiro © MMC. | 244 |
| Figura 120 – Exemplos de soleiras de <i>tabernae</i> de Conimbriga. Fotos Autor e Humberto Rendeiro © MMC. | 246 |
| Figura 121 – Esquema da interpretação proposta. | 252 |
| Figura 122 – Exedra da casa dos repuxos, vista do peristilo. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 255 |
| Figura 123 – Peristilo da casa da cruz saústica. Foto Danilo Pavone. | 259 |
| Figura 124 – Padrão típico do mosaico do <i>triclinium</i> . Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 261 |
| Figura 125 – Padrão musivo do pavimento de uma <i>cenatio</i> . Foto Delfim Ferreira © MMC. | 265 |
| Figura 126 – Padrão típico de um mosaico de <i>cubiculum</i> . Foto D. Pavone © Mediaprimer. | 269 |
| Figura 127 – O <i>cubiculum</i> da casa dos esqueletos. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 270 |
| Figura 128 – Aspecto da ala este do criptopórtico da ínsula do aqueduto. | 280 |
| Figura 129 – Latrina da casa dos repuxos. Foto Danilo Pavone. | 285 |
| Figura 130 – O Minotauro num mosaico da casa dos repuxos. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 296 |
| Figura 131 – Caça ao veado, mosaico da <i>cenatio</i> da casa dos repuxos. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 298 |
| Figura 132 – Um dos registos do mosaico do auriga representando o regresso da caça. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 299 |

| | |
|---|-----|
| Figura 133 – Representações de servos na casa dos repuxos. Foto D. Ferreira © MMC. | 300 |
| Figura 134 – Sileno sobre um burro num mosaico da casa dos repuxos). Foto Delfim Ferreira © MMC. | 301 |
| Figura 135 – Tapete central da exedra da casa dos repuxos. Foto Delfim Ferreira © MMC. | 302 |
| Figura 136 – Distribuição dos temas dos mosaicos na casa dos repuxos. | 305 |
| Figura 137 – Análise de acessibilidades aos espaços da casa dos repuxos. | 306 |
| Figura 138 – Localização dos temas figurados nos mosaicos da casa dos repuxos. | 307 |
| Figura 139 – Mosaico da <i>cenatio</i> privada da casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 310 |
| Figura 140 – Mosaico das <i>diaetae</i> da casa de Cantaber. Foto D. Pavone © Mediaprimer. | 312 |
| Figura 141 – Mosaico com composição hexagonal rodeada por <i>canthari</i> da casa de Cantaber. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 313 |
| Figura 142 – Representações de <i>canthari</i> nos tapetes centrais de <i>triclínia</i> . Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 315 |
| Figura 143 – Ensaio estatístico sobre as unidades residenciais identificadas na área escavada de Conimbriga. | 320 |
| Figura 144 - Esquema de competição social por símbolos de status. Segundo Miller 1985 e Wallace-Hadrill 1994, modificado. | 322 |
| Figura 145 – Quadro comparativo das residências do quarto e quinto grupo. | 325 |
| Figura 146 – Quadro comparativo das prováveis <i>scholae</i> de Conimbriga. | 328 |
| Figura 147 – Plantas comparadas das prováveis <i>scholae</i> de Conimbriga. | 329 |
| Figura 148 – Sala central da <i>schola</i> da casa do tridente e da espada. Foto Danilo Pavone © Mediaprimer. | 333 |
| Figura 149 – Distribuição das tipologias de cenários no centro da cidade. | 338 |
| Figura 150 – Proporção das funcionalidades urbanas do espaço ocupado. | 342 |
| Figura 151 – Quadro das estimativas das áreas funcionais de Conimbriga. | 344 |
| Figura 152 – Quadro da distribuição da idade mortal dos indivíduos de Conimbriga. | 346 |
| Figura 153 – Quadro da restituição possível dos aglomerados familiares em Conimbriga. | 347 |
| Figura 154 – Quadro de reconstituição das unidades residenciais de Conimbriga. | 349 |
| Figura 155 – Quadro de reconstituição da ocupação das un. residenciais em Conimbriga. | 350 |
| Figura 156 – Quadro de reconstituição da população de Conimbriga | 352 |
| Figura 157 – Quadro da estimativa do valor económico das residências de Conimbriga. | 359 |